



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - SUP "B" AO Nº 181 - QUINTA-FEIRA 12 DE OUTUBRO DE 2006 – BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32
<p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloisa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR
E APURAR A UTILIZAÇÃO DAS CASAS DE BINGO PARA A PRÁTICA DE
CRIMES DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E
VALORES, BEM COMO A RELAÇÃO DESSAS CASAS E DAS EMPRESAS
CONCESSIONÁRIAS DE APOSTAS COM O CRIME ORGANIZADO
(CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 245, DE 2004)**

RELATÓRIO FINAL

Nº 3, DE 2006

ANEXOS

**Brasília
2006**

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

SUPLEMENTO "B"

Relatório Final Nº 3, de 2006 – Anexos

Anexo I – Relatório Parcial sobre o caso Gtech (Aprovado em 31 de janeiro de 2006)

1. Apresentação	5
2. Introdução	6
3. Breve Histórico da Relação entre a empresa Gtech e a Caixa Econômica Federal	11
4. Relatório de Inspeção do TCU sobre o contrato da CEF com a Gtech Brasil Ltda.....	27
4.1. Assunção Irregular Do Contrato Pela Gtech Brasil Ltda.....	27
4.1.1. Transferência do Controle das Empresas Consorciadas para o Grupo Gtech.....	28
4.1.2. Reorganização Corporativa.....	31
4.1.3. Análise do TCU	34
4.2. Irregularidades na fixação e aumento de preços dos serviços não-lotéricos	37
4.3. Irregularidade na negociação que culminou na prorrogação, firmada em 08/04/2003, do contrato de 26/05/2000, com redução de 15% dos preços.....	47
4.3.1. Serviços Não-lotéricos.....	48
4.3.2. Serviços Lotéricos.....	49
4.4. Conclusão Geral do Relatório de Inspeção Do TCU.....	53
5. Depoimentos colhidos pela "CPI da Loterj" e Análise	55
6. A Renovação do contrato entre a CEF e a Gtech – O Inquérito da Polícia Federal e Análise	69
7. Elementos Probatórios colhidos pela "CPI dos Bingos" do Senado Federal e Análise	81
7.1. Depoimentos	81
7.2. Sigilo Bancário.....	141
7.3. Sigilo Fiscal	148
7.4. Sigilo Telefônico	149
8. Conclusões	152
9. Encaminhamentos	162
Anexo 1. Projeto de Decreto Legislativo	170

Anexo 2. Resumo das principais relações telefônicas dos investigados.....	189
Ata da 53ª Reunião da Comissão (Votação do Relatório Parcial)	229
Anexo II-A – Formulário – Bingos	258
Anexo II-B – Relatórios de Visitações a Casas de Bingos.....	261
Anexo II-C – Relação de Bingos no Brasil.....	313
Anexo II-D – Pesquisa de Opinião	384
Relatório Final – Sumário Executivo	399
1. Apresentação	400
2. O Problema do marco legal dos Jogos no Brasil	402
3. O Jogo e o Crime Organizado.....	405
6.1. (i) O Jogo e a Lavagem de Dinheiro	416
7.0 Jogo e o Financiamento de Campanhas Políticas	418
8. O Caso Loterj: O Esquema de propinas envolvendo o mercado de jogos no Rio de Janeiro	423
9. Outros casos Estaduais	432
10. Máfia do Lixo	433
II. Caso Celso Daniel.....	442
12. Caso Toninho de Campinas	458
13. Tráfico de Influência (Serpro, Cofix, Banco Prosper).....	460
14. Dólares de Cuba	466
15. Corrupção nas Prefeituras do Interior (Cepem, Paulo Okamoto, Roberto Teixeira)	468
16. Complemento ao Caso Gtech.....	471
17. Propostas Legislativas	473
17.1. Posicionamento da CPI sobre o Jogo de Bingo.....	473
17.2. Posicionamento da CPI sobre as Loterias Estaduais.....	476
17.3. Outras Propostas Legislativas	481
Votos em Separado.....	484

(i)NOTA DA SGM: A numeração dos itens está publicada conforme o original, após consulta à secretaria da Comissão.

ANEXO I – RELATÓRIO PARCIAL SOBRE O CASO GETCH

Aprovado em 31 de janeiro de 2006

RELATÓRIO PARCIAL – “CPI DOS BINGOS”

1. APRESENTAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), popularmente conhecida como “CPI dos Bingos”, foi criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, para *investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.*

Esta CPI iniciou seus trabalhos no dia 29 de junho de 2005, tendo como foco inicial as relações do mercado de jogos com a administração pública, notadamente as atividades suspeitas de Waldomiro Diniz no Rio de Janeiro/RJ, quando presidente da Loterj, e em Brasília/DF, quando assessor da Casa Civil do governo federal. No primeiro caso, envolvendo denúncias de existência de um esquema corrupção entre agentes públicos e empresários de jogos de azar e de financiamento de campanhas eleitorais com o dinheiro proveniente desse mercado de jogos, e, no segundo caso, envolvendo denúncias de corrupção no processo de renovação de contrato milionário entre a empresa multinacional de processamento de loterias Gtech Corporation, concessionária de serviço público, e a Caixa Econômica Federal (CEF).

A exploração de jogo de azar e a promoção de loteria sem autorização legal são condutas tipificadas como contravenção penal no Brasil (arts. 50 e 51 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941).

O presente Relatório Parcial se concentrará no segundo caso supramencionado, abrangendo especificamente a apuração das irregularidades identificadas na relação contratual entre a Gtech e a CEF e indícios de improbidade administrativa e corrupção. Este Relatório é fruto de uma atividade de investigação intensa, que durou quase de cinco meses, e na qual foram ouvidas as principais pessoas envolvidas e analisados os documentos mais relevantes, além dos competentes relatórios já produzidos pelo Ministério Público Federal, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

2. INTRODUÇÃO

A relação contratual entre a multinacional norte-americana Gtech e a empresa pública brasileira Caixa Econômica Federal (CEF) sempre se apresentou eivada de irregularidades, como ficou demonstrado em vários documentos: o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) que investigou a Loterj, o Inquérito Policial nº 04.312/04, da Polícia Federal, os processos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema e a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal (Processo nº 2004.34.00.007387-1).

O principal fator que alimentou essa relação contratual viciada, que desde o início fez pender a balança entre o interesse privado e o interesse público para aquele, parece ter sido a dependência tecnológica, gradativamente desenvolvida e consolidada desde, pelo menos, 1997. Tal dependência tecnológica, operacional e administrativa da CEF em relação à empresa prestadora dos serviços de loteria *on-line real time*, a Gtech, apresenta-se como o ponto central quando se questiona o motivo de a CEF manter uma contratação que, a rigor, seria juridicamente nula em sua origem, e que sofreu, ao longo do tempo, freqüentes violações ao devido processo administrativo licitatório.

Os elementos probatórios colhidos pelos documentos supracitados, assim como aqueles colhidos por esta CPI, denunciam uma ação deliberada por parte de vários administradores da CEF, se não em direção à

consolidação da dependência tecnológica, pelo menos em não materializar esforços para evitar tal dependência, em total afronta ao princípio da supremacia do interesse público, ocasionando um amplo domínio da relação contratual por parte da Gtech, que passou a ditar o aumento de preços, a consecução ou não de obrigações contratuais, o pagamento ou não de multas etc.

Em resumo, foram identificados os seguintes atos ilícitos praticados no curso da relação contratual CEF-Gtech:

- Contratação da Racimec, em 1993, sem licitação para a implantação de sistema piloto do modelo *on-line real time* de loteria, o que, além de não estar amparado da Lei nº 8.666/93, deu àquela empresa significativa vantagem competitiva na Concorrência Pública nº 001/1994;
- direcionamento da licitação para a implantação do modelo *on-line real time* de loteria, objeto da Concorrência Pública nº 001/1994, ao consórcio liderado pela empresa Racimec, sócia da Gtech, vencedor do certame;
- inclusão de serviços não-lotéricos na execução do contrato, não previstos no edital, e sem licitação;
- ação deliberada para a criação de uma situação de dependência tecnológica da CEF em relação à empresa contratada;
- celebração de sucessivos Termos Aditivos prevendo reajustes de preços fora dos parâmetros legais ou contratuais;
- ato simulatório de formal cumprimento das disposições da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), mediante a celebração de um Distrato em 2000, seguida da realização de contratação direta, com inexigibilidade de licitação;
- deliberada omissão de cobrança de multas em decorrência do descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada;

- inexistência por parte da CEF de qualquer controle efetivo quanto ao cumprimento do contrato e Termos Aditivos pela contratada, notadamente quanto à devida instalação e funcionamento de todo o equipamento adquirido e pago pela CEF;
- indícios de pagamento de propina a pessoas ligadas a agentes públicos para facilitar a renovação do contrato em 2003;
- indícios de uso de um escritório de advocacia (MM Consultoria) para fins de pagamento de propinas e lavagem de dinheiro.

3. BREVE HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE A EMPRESA GTECH E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O histórico da relação contratual entre a empresa Gtech e a CEF foi minuciosamente analisado na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (Processo nº 2004.34.00.007387-1, em tramitação na 22ª Vara Federal do Distrito Federal) em face de todas as pessoas físicas e jurídicas envolvidas no processo.

Nos termos do Decreto-Lei nº 204/67, a exploração de loteria constitui serviço público exclusivo da União, executado pela CEF. Até o ano de 1996, a própria CEF, com o auxílio da rede de lotéricos, era responsável pelo gerenciamento, operação e captação do sistema. As máquinas que eram utilizadas para efetuar as apostas nas casas lotéricas eram adquiridas pela CEF junto à empresa Racimec. O processamento das apostas, por sua vez, era terceirizado, executado pela empresa pública Datamec, da qual a CEF detinha 99% do capital. A partir de 1994, com a finalidade de terceirizar a prestação dos serviços (operação, captação e processamento da loteria) e transformá-lo em sistema *on-line real time*, o qual facilita o controle e a fiscalização – e considerando o fato de que a Datamec, devido à falta de investimento público e às más gestões administrativas, encontrava-se com produtos e tecnologia defasados –, a CEF deu início a um procedimento licitatório que foi concluído em 1997, com a adjudicação ao consórcio liderado pela empresa Racimec Informática Brasileira S.A, que já operava junto à CEF na exploração dos jogos, e posteriormente adquirida pela empresa Gtech Brasil Ltda., a qual, com a anuência da CEF, tornou-se responsável pela execução do contrato, oficialmente, a partir de 1998. A loteria *on-line* iniciou sua operação em

13/01/1997, mediante a assinatura do contrato entre a CEF e a Racimec, com um período de vigência de 48 meses (ou seja, até 13/01/2001).

É oportuno destacar que, naquela época em que a CEF decidiu terceirizar toda a prestação de serviços lotéricos, os outros dois mais importantes sistemas gerenciados pela CEF, o de conta-corrente e poupança e o do FGTS eram totalmente processados internamente naquela estatal e também funcionavam *on-line real time*.

Antes da licitação, tínhamos a seguinte situação na operacionalização do modelo *off-line*:

- a) a Racimec fornecia e mantinha os terminais de apostas e era responsável pela implementação e manutenção dos sistemas para captação das apostas nos diversos pontos de venda;
- b) a Datamec era responsável pelo processamento das apostas coletadas, atividade que abrangia o cômputo dos ganhadores, do valor dos prêmios, da distribuição da arrecadação etc.

Chama atenção o fato de, em 1993, a empresa Racimec ter suscitado a Presidência da CEF a instituir um grupo de trabalho de loterias objetivando a implantação do sistema *on-line real time* (Portaria nº 258/93, constante do referido Processo nº 2004.34.00.007387-1). Com o fim de agilizar o processo de modernização das loterias da CEF, 18 meses antes da abertura da Concorrência Pública nº 001/94 (Processo Caixa nº 99.99.507/93),

a CEF acordou em substituir o modelo e, sob a alegação de inexigibilidade de licitação, em adquirir novos equipamentos “de transição” da Racimec (que seriam usados até a implantação final do modelo *on-line*, que levaria cerca de 3 anos e meio) e em substituir a Datamec pela Racimec no processamento das apostas.

Em razão desses fatos, o procedimento licitatório que teve início em 1994 foi amplamente contestado, inclusive por meio de ação ordinária declaratória de nulidade por parte de uma empresa concorrente, a IT-Companhia Internacional de Tecnologia, por ter sido vencido por uma empresa que já detinha informações privilegiadas sobre o novo modelo, já era responsável pelo sistema *off-line* da CEF, já fornecia à CEF equipamentos de sua fabricação necessários à implantação do sistema *on-line*, inclusive máquinas compatíveis com o novo modelo etc. Nesse momento, a Racimec já era sócia da Gtech, que atuava no mercado de automatização de loterias de prognósticos nos EUA, Canadá e Argentina.

Observa-se que todo o processo já se inicia com clara afronta aos princípios da isonomia, da moralidade, da impessoalidade e da legalidade, todos previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, e no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Conforme conclusão do Processo nº 018.125/1996-4, do TCU, a Concorrência nº 001/94 e a contratação dela derivada são nulas de pleno direito, por ofensa a vários princípios constitucionais e administrativos, assim como pelo fato de a inexigibilidade de licitação demandar não apenas a prova da exclusividade do fornecedor, como também a prova da inviabilidade de competição, o que não ocorreu (art. 25, *caput* e inciso I, da Lei nº 8.666/93).

A Presidência da CEF, por meio da Portaria PRESI 348/203, constituiu uma Comissão de Sindicância, que concluiu que foi permitida, logo no nascedouro do sistema de loterias on-line, uma “verdadeira sociedade” na exploração do negócio de loterias, dado que “não se deveria cogitar de remuneração mediante pagamento de participação ou comissão, dividindo lucros, mas simplesmente remunerar os serviços cujos custos deveriam, senão constar do projeto básico suficientemente detalhado de antemão, ao menos ser exigidos a apresentação das propostas pelos licitantes/participantes, o que não foi feito” (item 2.4 do Relatório de Sindicância, constante dos autos do Processo nº 2004.34.00.007387-1).

O Relatório da Comissão de Sindicância aponta ainda, no item 4.5, para o fato de a CEF já ter conhecimento, antes da assinatura do contrato com a Racimec, que a Gtech seria de fato e de direito, a partir da anuência da

CEF, a prestadora dos serviços, dado que, ao analisar a Comunicação Interna CI 159/96, de 18/12/96, a Sindicância observou que o Gerente da Área de Loterias, Sr. José Nardeli, já ressaltava que a Gtech possuía grande experiência no ramo de jogos pelo mundo todo, o que deveria ser melhor aproveitado pela CEF, sobretudo para a prestação de serviços não-lotéricos. Isso fica reforçado pelo fato de os dirigentes da CEF sequer terem exigido a efetiva regularidade da situação das empresas que compunham o consórcio vencedor, tanto que a Comissão de Sindicância não conseguiu obter a comprovação do registro do Consórcio Racimec Informática Brasileira S.A/SB Indústria e Comércio Ltda., na Junta Comercial competente, medida necessária conforme art. 33, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Além da modificação das faixas de arrecadação mensal, foi alterada ainda a forma de pagamento, que beneficiaria amplamente a Gtech no futuro, prevendo-se o pagamento em separado do processamento dos serviços não-lotéricos (executados pela CEF para as empresas concessionárias de serviços públicos, tais como recolhimento de INSS, serviços de declaração de isentos do imposto de renda, venda de números para habilitação de celulares pré-pagos etc.), que na versão original do Edital já se encontrava incluído no

preço global pago à vencedora do certame, o que aumentou a lucratividade da Racimec/Gtech.

Como a licitação não foi internacional, qualquer empresa estrangeira não estabelecida no Brasil necessitava de autorização do Governo Federal para exercer atividades no País, conforme o disposto na Lei nº 6.404/76 (art. 300), combinado com o Decreto-Lei nº 2.627/40 (arts. 59 a 73). Como a Gtech não tinha autorização de funcionamento, lançou mão de uma engenharia societária, de forma a permitir que as empresas Gtech Corporation e Gtech Foreign Holdings Corporation se tornassem proprietárias das empresas Racimec e, de forma indireta, da SB. Apenas 16 dias após a assinatura do contrato somente pela Racimec, os sócios-proprietários da empresa SB se retiraram da sociedade, cedendo e transferindo todas as suas quotas para as empresas norte-americanas supracitadas.

Em assembléia extraordinária, datada de 02/05/1996, o Conselho de Administração da Racimec aprovou o novo Estatuto Social, que registrou a extinção do Conselho de Administração e a eleição da nova Diretoria, que tinha o Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha como Diretor-Presidente. Os auditores da CEF constataram ainda, em pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Secretaria da Receita Federal, sobre o CNPJ nº 33.643.305/001-70, que o nome da Racimec Informática Brasileira S.A havia sido alterado para Gtech Brasil Holdings S.A, e a denominação Racimec Informática foi transformada em nome de fantasia, e o referido CNPJ foi cancelado em 30/12/1998, deixando a Racimec de existir, assim, para fins fiscais. Essa alteração foi decidida em assembléia extraordinária realizada em 30/10/1997. Portanto, Antônio Carlos Lino da Rocha passou a ser o Presidente da Gtech no Brasil.

Em outras palavras, todas as alterações contratuais foram feitas para que a Gtech se tornasse legalmente a empresa contratada pela CEF. Não obstante, o setor jurídico da CEF, em seus primeiros pareceres, se posiciona contrário à cessão do contrato para a Gtech, dada a natureza *intuitu personae* do contrato administrativo, sob pena de fraude à licitação (art. 78, VI, da Lei nº 8.666/93). Todavia, há súbita alteração de entendimento do corpo jurídico da empresa pública com a Nota Jurídica nº 38/98, que autoriza a substituição da empresa contratada na relação contratual. Assim, é assinado Termo Aditivo em 18/02/1998 dispondo sobre a alteração da razão social da Racimec Informática Brasileira S.A para Gtech Brasil Holdings S.A. Em 07/07/1999 é assinado o Segundo Termo Aditivo, que alterou a razão social da contratada de Gtech Brasil Holdings S.A para Gtech Brasil Ltda.

Nos termos da Decisão 420/02, o TCU firmou entendimento de que, em contratos administrativos, é ilegal a sub-rogação da figura da contratada ou a divisão das responsabilidades por ela assumidas, por contrariar os princípios constitucionais da moralidade e da eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal), o princípio da supremacia do interesse público, o dever geral de licitar (art. 37, XXI, da CF) e os arts. 2º, 72, VI, da Lei nº 8.666/93.

Após toda essa engenharia societária, uma empresa privada internacional assume o controle do sistema de processamento do canal lotérico operado com exclusividade pela CEF, fazendo com que não apenas o concurso de prognósticos, mas todo e qualquer pagamento operado nesse sistema, inclusive os relativos aos programas sociais

do Governo Federal, tivesse sua participação direta. Em outras palavras, a CEF transfere para as mãos de uma empresa privada internacional o controle de um setor estratégico do Estado.

Já em 1998 iniciam-se os reajustes de preços. A Gtech propôs uma repactuação nos valores das tarifas incidentes sobre recebimento de documentos de concessionárias de serviços públicos em unidades lotéricas (serviços não-lotéricos), com base na inflação do período maio/94 – janeiro/98, ou seja, englobando período anterior à formalização do contrato entre as partes. As áreas administrativa e jurídica da CEF rechaçaram o reajuste, afirmando que os preços já estavam muito altos, se comparados com *serviços equivalentes prestados pelo Banco do Brasil, por exemplo. Ao contrário, caberia uma repactuação para menor nos preços* (Relatório RA GEORE 111/2003, constante dos autos do Processo nº 2004.34.00.007387-1), uma vez que, segundo o contrato, repactuações só poderiam ocorrer com base nos parâmetros qualidade e preços de mercado.

O resultado foi que os gerentes das áreas de Loteria e de Tecnologia da CEF, passando por cima dos pareceres jurídicos emitidos, aprovaram o reajuste. Argumentaram que a CEF tem um resultado positivo de R\$ 0,13 por documento recebido, e que a preservação da margem de contribuição para a CEF nos serviços efetuados indicariam que o negócio comportaria uma tarifa de até R\$ 0,08 a ser paga a Gtech. Os Srs. José Maria Nardeli Pinto, Aires Ferreira Coimbra, e o Diretor Ademar de Miranda Torres, em posicionamentos contrários à GEAOB/GEBAN, influenciaram a área jurídica e a Diretoria, mediante o uso de dados falsos, a entender configurado um desequilíbrio econômico-financeiro e a emitir parecer favorável ao aumento. Assim, os preços subiram de R\$ 0,05 para 0,08, e com pagamento retroativo contado a partir da data do pleito da empresa (maio/98), o que custou para a CEF R\$ 7.293.292,62. O reajuste de 60% na tarifa, além dos R\$ 7,2 milhões pagos pela data retroativa, representou um aumento semanal de R\$ 205.538,00 para a CEF, sem que tivesse identificado uma contrapartida em receita. Realizando a atualização monetária e aplicando os juros de mora legais, este valor chega a R\$ 17.119.297,02, a preços de 1/3/2005.

O que é mais curioso é o fato de o aumento do valor por transação não-lotérica de R\$ 0,05 para R\$ 0,08 não ter tido como base os custos da empresa contratada, muito menos os parâmetros qualidade e preços de mercado (desequilíbrio econômico-financeiro do contrato), conforme previsto no contrato, mas a suposta margem de lucro da CEF. Ou seja, a relação CEF-Gtech transformou-se numa verdadeira relação de *sociedade de fato*, em direta afronta ao princípio da supremacia do interesse público.

Como se não bastasse, há nova repactuação de preços poucos meses depois. Dois Termos Aditivos de Rerratificação, de 01/10/1999 e de 26/11/1999, alteram o preço da tarifa de R\$ 0,08 para R\$ 0,12, e também com pagamento retroativo (a maio/99), também sem a observância das cláusulas contratuais. Realizando a atualização monetária e aplicando os juros de mora legais, o prejuízo ao erário por esses atos chega a R\$ 45.369.046,842, a preços de 1/3/2005. Desta vez, o reajuste foi feito com base em planilha de custos fornecida pela Gtech, e a CEF acabou pagando pela depreciação dos equipamentos da Gtech quando este valor já havia sido previsto no preço global do contrato.

Embora, nesse caso, a CAIXA tenha requisitado a planilha de gastos da Gtech, e esta as tenha enviado, sua análise não passou de simples formalidade, com observações típicas dos exames levados com superficialidade. Novamente ficou comprometido o cumprimento da cláusula *rebus sic standibus*, garantida nos eventos de reajuste ou recomposição como contrapartida da apresentação de informações consistentes. A análise dos documentos deixa claro que os dirigentes da CAIXA foram negligentes e a empresa GTech, em defesa dos aumentos, em várias ocasiões fez afirmações e alegações infundadas, seja para demonstrar um falso desequilíbrio econômico-

financeiro, seja para furtar-se ao cumprimento exato do contrato, ao defender que a qualidade dos seus serviços extravasavam a ajustada em contrato.

As constantes ilegalidades praticadas nos reiterados Termos Aditivos e os freqüentes questionamentos do TCU passaram a incomodar os gestores da CEF, que procuraram, sem romper o vínculo com a Gtech, dada a dependência tecnológica já evidente, atender a posição do TCU e rescindir o contrato firmado em 13/01/97, para, todavia, na mesma data, 26/05/2000, celebrar um novo contrato, com a mesma empresa e com o mesmo objeto, com prazo de vigência até 13/01/2003.

O referido "Distrato" já começou ocasionando prejuízos adicionais à CEF, pois, quando da sua realização, a Gtech não havia instalado 1.863 equipamentos Isys, dos 14.500 contratados em 13/01/97, já devidamente pagos, além de 2.500 terminais financeiros e lotéricos contratados por meio do Quarto Termo Aditivo firmado em 01/10/1999. A Gtech se recusou a instalar tais equipamentos argumentando que, no termo do Distrato do Contrato de 1997, as partes outorgaram reciprocamente plena, geral e irrevogável quitação no tocante às obrigações do Contrato de 1997, nada mais podendo a CEF reclamar. Isso denuncia não apenas a má-fé na condução do contrato por parte da Gtech, como também a total desídia da CEF para com a coisa pública.

O novo contrato, feito sob o fundamento da inexigibilidade de licitação, também aumentou preços e agregou novos itens. O fato do não-cumprimento de cláusulas do contrato anterior, como a citada não-instalação de equipamentos, sequer foi levado em consideração pela CEF para obter um abatimento de preços. Ao contrário, os preços das transações não-lotéricas sofreram novo aumento, de R\$ 0,12 para 0,15 por documento. Realizando a atualização monetária e aplicando os juros de mora legais, o prejuízo ao erário

por esses atos chega a R\$ 202.618.556,92 para as transações tipo 2 e R\$ 6.586.409,84 para as transações tipo 3, a preços de 1/3/2005.

Comparativamente aos reajustes concedidos à Gtech, em 13/01/1997, a CAIXA pagava R\$ 0,24 aos empresários lotéricos por documento de concessionária de serviços públicos recebido, valor que março de 2003 estava em R\$ 0,26. Portanto, no mesmo período, enquanto os empresários lotéricos tiveram reajuste de 9%, o valor pago à Gtech aumentou 200%.

Diferente das transações bancárias (Tipo 3), que foram criadas com o novo contrato, os serviços de declaração de isentos do IR (Tipo 4) e de venda de números para habilitação de celulares pré-pagos (Tipo 5) já estavam sendo executados dentro do contrato anterior. O TCU observou que não há nos autos do processo demonstrativos de custos referentes à implantação dessas transações, não havendo como aferir a adequabilidade econômica do valor contratado inicialmente entre a CAIXA e a GTech. Portanto, mais uma vez a CEF efetuou pagamento de preço desvinculado dos custos/despesas de sua implantação, que, de acordo com o TCU, resultou no pagamento não justificado, referente às transações tipo 4, de R\$ 18.078.219,32, e, referente às transações tipo 5, R\$ 4.352.471,41, a preços de 1/3/2005.

A CEF, desde a contratação de 1997 até 2000, não materializou quaisquer ações concretas e efetivas no sentido de criar alternativas para a execução dos serviços contratados à Gtech, sabendo-se que, em se tratando de tecnologia fechada de arquitetura proprietária, não haveria empresas no mercado que poderiam, de imediato, assumir essa tarefa. Ao contrário, a cada Termo Aditivo, a CEF se tornava mais dependente tecnológica e contratualmente dessa empresa.

Para justificar a contratação direta de 2000, os dirigentes da CEF sustentaram a dependência da estrutura da Gtech para o processamento diário dos canais lotéricos e das operações das concessionárias de serviços públicos (serviços não-lotéricos) que mantinham contratos com a CEF. Conforme apurações do TCU, a CEF não desenvolveu procedimentos que lhe garantissem a efetiva gestão dos sistemas lotéricos, capturando junto à empresa contratada a inteligência do sistema.

Apesar da inviabilidade de competição no tocante ao processamento específico das loterias *on line real time*, o que justificaria a inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei nº 8.666/93), o Relatório de Sindicância da CEF ressaltou que o mesmo não se poderia dizer em relação aos serviços não-lotéricos de recebimentos/pagamentos de contas de concessionárias públicas e outros pagamentos efetuados na CEF, e os de natureza eminentemente bancária, inseridos na contratação direta, que poderiam ser operacionalizados por outras empresas.

A própria CEF, que desenvolveu o serviço denominado "Correspondente Bancário", ou "Caixa Aqui", poderia operar esses serviços não-lotéricos. Todavia, a Gtech se utilizou de várias liminares na Justiça para impedir a expansão desses serviços da CEF.

Tal qual ocorreu com as transações tipo 4 e 5 as transações tipo 6 (pagamento de faturas das concessionárias sem que haja apresentação do boleto de cobrança) e 7 (carregamento dos telefones celulares pré-pagos da Telesp Celular) foram implantadas com preço não comprovado, diante do que se vislumbra a ocorrência de ato antieconômico e mesmo de eventual dano ao erário, em vista dos pagamentos por preço desvinculado dos custos/despesas de sua implantação e manutenção. Em virtude disso, o TCU estima um

possível dano ao erário, referente às transações tipo 6, de R\$ 2.743.012,37, e , referente às transações tipo 7, R\$ 2.693.093,13, a preços de 1/3/2005.

Um fato ilustra a desídia dos dirigentes da CEF em relação ao contrato com a Gtech. Auditoria da CEF constatou que a Gtech havia cobrado indevidamente 1.773.641 transações financeiras transmitidas e processadas mas não-faturadas, entre maio de 2000 e maio de 2002. Conforme o Relatório de Auditoria (RA GEORE 111, item 3.11), para que a Gtech devolvesse os R\$ 1.567.914,40 cobrados indevidamente, foi formalizado um Termo de Aditamento e Ratificação ao Contrato em 01/07/2002 elevando os valores das tarifas das transações do tipo 6 (de R\$ 0,53 para R\$ 0,65) e do tipo 3 (serviços não-lotéricos), de R\$ 0,15 para R\$ 0,18, além de um parcelamento em 29 semanas sem juros, para que a Gtech tivesse receita suficiente para reembolsar a CEF. Este reajuste nas tarifas das transações tipo 3 e 6 levou a um prejuízo, respectivamente, de R\$ 13.342.102,96 e R\$ 1.635.419,93 para a CEF.

Interessante observar que a CEF chegou a suspender os pagamentos em razão de manifestação da Gerência de Tecnologia, que, após consultar o setor jurídico, considerou os pagamentos indevidos em face dos termos do contrato. Em resposta, a Gtech ameaçou paralisar o serviço, momento após o qual os pagamentos voltaram a ser feitos. Como se pode observar, a CEF estava, literalmente, nas mãos da Gtech, e, claramente, não era o Estado quem impunha sua vontade por meio do contrato administrativo celebrado.

Outro fato ilustrativo da natureza da relação contratual entre CEF e Gtech foi a dispensa indevida de multas previstas no contrato e a falta de cobrança de multas aplicadas. Segundo o mesmo Relatório de Auditoria, não foram identificados processos para a aplicação de penalidades com data anterior a 26/05/2000, quando foi formalizado o Distrato. No período

posterior, todavia, foi constatada a existência de 1.048 multas, a maioria por descumprimento de prazo de manutenção corretiva, que somavam R\$ 1.781.984,83, pendentes a partir de ano de 2000, sem providências efetivas por parte da CEF de cobrança junto à contratada. A Auditoria constatou ainda o cometimento de centenas de infrações por parte da Gtech, passíveis de multa, mas cujos processos ficaram transitando entre setores da CEF durante meses ou anos, sem a cobrança efetiva.

Desde a assinatura do contrato em 13/01/1997 até 30/04/2003, somente foram efetivamente cobradas e pagas duas multas, entre as mais de 1.400 devidas, e, mesmo assim, um delas com dispensa de parte do valor (item 3.13.6 do Relatório).

Outros fatos ilustrativos da total falta de controle da CEF sobre a execução do contrato dizem respeito à não-manutenção preventiva por parte da Gtech dos equipamentos instalados em unidades lotéricas, que deveria ser feita pelo menos uma vez a cada 6 meses, e que nunca foi realizada (item 3.15.5) e às diferenças constatadas entre as faturas apresentadas pela Gtech e os sistemas corporativos da CEF, relativamente aos pagamentos realizados, resultando, em caso de divergência de valores, na efetuação dos pagamentos com base nos registros da própria Gtech (item 3.16.7).

Importante observar a desproporção entre o retorno financeiro da CEF, empresa que detém o monopólio do gerenciamento nacional do sistema de loterias e prognósticos, de 1,4%, e da empresa privada prestadora do serviço nesse segmento, de 5,75%, sobre o valor total da arrecadação das loterias de prognóstico (posição em dezembro de 2002 – item 3.18 do Relatório).

Em 13/01/2003, o contrato é renovado por 90 dias, para que a equipe do novo governo que assumiria a direção da CEF tivesse tempo para se

inteirar do assunto. Em 08/04/2003, o contrato é novamente renovado por mais 25 meses, com estimativa de custo mensal de R\$ 25.500.000,00 e valor global de R\$ 650.250.000,00.

Conforme observado pelo Ministério Público Federal, no Processo nº 2004.34.00.010265-0, que tramita na Justiça Federal, não há, no novo contrato, qualquer menção ou especificação sobre o tempo e a forma de transferência de tecnologia. Além disso, foi desrespeitado pela CEF acordo firmado com o Ministério Público Federal, em março de 2003, em que foi acordada a realização de uma reunião prévia à assinatura do novo contrato com os Procuradores da República Raquel Branquinho e Luiz Francisco de Souza, para serem definidos procedimentos a serem adotados.

Durante o último trimestre de 2002, a empresa Gtech e a CEF mantiveram reuniões duríssimas em que se tratava da renovação do contrato, que venceria em janeiro de 2003. Tal contrato rendia à empresa Gtech, em termos médios, R\$ 22 milhões mensais. A proposta da CEF consistia em prorrogar o contrato por mais seis meses, com um desconto de 25%. Em troca do desconto, a CEF assumiria parte dos serviços que eram objeto do contrato (o processamento).

Tal proposta não foi aceita pela Gtech, que insistia em manter as mesmas bases do contrato original. Em janeiro de 2003, tendo em vista o impasse instalado e a iminente troca da direção da CEF em virtude do novo governo que assumia, o então Presidente da CEF resolve renovar o contrato por mais noventa dias, para que a nova diretoria da empresa, que assumiria em 16/01/2003, tomasse

ciência dos detalhes das tratativas mantidas até então e as conduzissem da maneira que julgasse mais adequada.

Em paralelo, aconteciam reuniões de bastidores entre os Srs. Waldomiro Diniz, então subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, empresários de jogos de Goiás, Marcelo José Rovai, diretor comercial da Gtech, Antônio Carlos Lino da Rocha, presidente da Gtech no Brasil, Marcos Andrade, vice-presidente da Gtech do Brasil e Enrico Giannelli, advogado do escritório Fischer & Foster, que prestava serviços à Gtech. Tais reuniões não-oficiais, ocorridas em sua maior parte no hotel Blue Tree, em Brasília/DF, tiveram como tema a renovação do contrato da Gtech com a CEF.

Segundo depoimentos prestados a esta CPI, pelos Srs. Marcelo Rovai e Antônio Lino da Rocha, o Sr. Waldomiro tentou extorquir a empresa com a imposição da contratação de um “consultor” para facilitar as negociações junto à CEF, ao custo de R\$ 16 milhões. Tal “consultor” seria o Sr. Rogério Tadeu Buratti, cuja quebra do sigilo telefônico demonstrou uma grande quantidade de ligações para as seguintes pessoas: Ralf Barquete Santos (então consultor da Presidência da CEF, já falecido); Marcelo José Rovai; Empresa Gtech; Enrico Giannelli; Wladimir Poletto e Denivaldo Henrique Almeida Araújo (advogado amigo de Giannelli que

representava uma empresa de informática voltada para área de jogos *on-line*). Também são dignos de destaque os contatos telefônicos de Rogério Buratti com Ruy Barquete Santos, irmão de Ralf Barquete Santos, funcionário da Diebold Procomp, com Juscelino Dourado e Ademirson Ariovaldo Silva, então, respectivamente, chefe de gabinete e assessor especial do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho.

As negociações entre a Gtech e a CEF, já com a nova diretoria, foram ultimadas em apenas duas únicas reuniões, resultando na renovação, em 08/04/2003, do contrato por mais 25 meses, com desconto de 15%.

Alguns meses após a renovação do contrato, os valores dos jogos lotéricos da CEF são majorados, e como a remuneração da Gtech incidia sobre o valor total das apostas, o incremento de seus recebimentos superou o desconto concedido na renovação. Tal fato foi constatado por perícia da Polícia Federal nos termos do inquérito IPL nº 04.312/04-SR/DPF/DF.

4. RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DO TCU SOBRE O CONTRATO DA CEF COM A GTECH BRASIL LTDA.

O Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Lucas Furtado, prestou depoimento a esta CPI no dia 29/09/2005, tendo deixado, para análise da Comissão, cópia do Relatório de Inspeção TC 002.364/2004-3, da 2ª Secretaria de Controle Externo, 3ª Divisão Técnica, assinado pelo Analista de Controle Externo Antônio Leonardo de Azevedo Carvalho, que será submetido ao Plenário do TCU.

O Relatório de Inspeção, cujo inteiro teor constitui anexo desse Relatório, aponta as seguintes irregularidades no Contrato de Prestação de Serviços de Operacionalização dos Sistemas de Loterias da CEF com a empresa Gtech Brasil Ltda.:

- 1) assunção irregular do contrato pela Gtech Brasil Ltda.;
- 2) irregularidade na fixação e nos aumentos de preços dos serviços não-lotéricos prestados pela Gtech Brasil Ltda.; e
- 3) irregularidade na negociação que culminou com a prorrogação, firmada em 08/04/2003, do contrato datado de 26/05/2000, com redução de 15% dos preços.

4.1. ASSUNÇÃO IRREGULAR DO CONTRATO PELA GTECH BRASIL LTDA.

A Concorrência nº 001/94 (Processo Caixa nº 99.99.507/93), para contratação de empresa para prestação de serviços de desenvolvimento, implantação e operacionalização do sistema de Loterias da CEF, no modo *On line – Real time*, foi vencida pelo Consórcio constituído pelas empresas Racimec Informática Brasileira S/A e SB Indústria e Comércio Ltda.

Na documentação apresentada à CEF pelas consorciadas para participação na licitação, consta documento datado de 30/11/1994, no qual

está assim discriminada a composição do capital social de cada uma dessas empresas:

RACIMEC INFORMÁTICA BRASILEIRA S/A

ACIONISTA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL
Simão Brayer	40,88%
Gtech do Brasil Comercial Ltda.	41,50%
Racipar Empreendimentos e Participações Ltda.	13,45%
Ita Riva Abramovich Brayer	3,75%
Outros	0,42%

SB INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

SÓCIO COTISTA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL
Racipar Empreendimentos e Participações Ltda.	97%
Simão Brayer	3%

O contrato foi assinado em 13/01/1997, com duração prevista de 48 meses.

4.1.1. Transferência do controle das empresas consorciadas para o Grupo Gtech

A empresa Gtech Brasil Ltda., de acordo com Relatório de Auditoria Interna da Caixa (RA GEORE 111/03), endossado pelo Relatório de Inspeção do TCU, adquiriu, de forma irregular, o contrato.

Os textos reproduzidos a seguir constam no Relatório de Auditoria da CEF:

3.3.2.2. Em 24/04/1996, há registro, na Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA, da cisão parcial do patrimônio da SB Indústria e Comércio Ltda., em favor da empresa CNC – Indústria de Computadores da Amazônia Ltda. - CNPJ 84.110.097/0001-85, vertendo 24.528.568 cotas ou R\$ 24.528.568,00 do Capital Social para a citada empresa, ficando, com isso, o Capital da SB reduzido a 7.766 cotas, ou R\$ 7.766,00.

3.3.2.3. Em 29/01/1997, 16 dias após a "Racimtec Informática Brasileira S/A", ter assinado o contrato de prestação de serviços com a CAIXA, a Racipar Empreendimentos e Participações Ltda. e o Sr. Simão Brayer, que, juntos, eram detentores da totalidade das quotas da SB Indústria e Comércio, se retiraram da sociedade, "cedendo e transferindo todas as suas quotas com tudo o que elas representam" às empresas americanas Gtech Corporation e Gtech Foreign Holdings Corporation, ficando, assim distribuído o Capital social da SB:

- Gtech Corporation: 7.765 cotas;
- Gtech Foreign Holdings Corporation: uma cota.

3.3.2.4. Com os procedimentos citados, a empresa americana Gtech Corporation passou a ser a proprietária das Cotas da Consorciada SB Indústria e Comércio Ltda., **ressaltando que a Cisão de empresa constitui motivo para rescisão de contrato, conforme previsto na Lei 8.666/93, Artigo 78.** (grifos nossos)

Quanto à aquisição da Racimec Informática Brasileira S/A pela Gtech, destacamos, do mesmo Relatório, as seguintes informações:

3.3.5.1. Já na correspondência da RACIMEC (fls. 3419/3422), datada de 07/07/1997, endereçada ao Diretor da CAIXA, Ademar de Miranda Torres, constam informações que confirmam a aquisição, pela GTECH, do controle acionário da RACIMEC e SB Indústria e Comércio Ltda., consorciadas vencedoras do certame.

Na referida correspondência enviada à Caixa, a Racimec menciona:

Item 1. "As empresas Racimec S/A e SB Indústria e Comércio Ltda. (SB Ltda.) atualmente integram o grupo mundialmente liderado pela Gtech Corporation, empresa sediada em Rhode Island, nos Estados Unidos da América".

Subitem 1.1. Em verdade, quase todas as ações da Racimec S/A foram recentemente adquiridas pela Gtech do Brasil Comercial Ltda., empresa controlada pela Gtech Corporation. Esta última, por sua vez, adquiriu recentemente a quase totalidade das quotas representativas do capital da "SB Ltda.".

Essas transferências de controle não foram previamente submetidas à CEF.

4.1.2. Reorganização corporativa

Ainda de acordo com o Relatório de Auditoria, após ter adquirido as empresas consorciadas vencedoras da licitação para a contratação com a CEF, a Racimec passou a solicitar autorização para promover uma reorganização corporativa, que, depois de aprovada, acabou resultando na transferência do contrato para a Gtech Brasil Ltda.

Em correspondência datada de 07/07/1997, endereçada ao Diretor da CEF, Ademar de Miranda Torres, a Racimec solicita a sua anuência para a implementação de uma reorganização corporativa envolvendo empresas integrantes do grupo liderado pela Gtech Corporation, especialmente a cisão parcial da Racimec S/A e a transferência dos recursos humanos e materiais relacionados à prestação de serviços para a Caixa sob o Contrato, inclusive a cessão do Contrato propriamente dito, da Racimec S/A para a Racimec Ltda., empresa que seria constituída mediante a integração dos ativos da Racimec S/A, com exceção do patrimônio não relacionado com os serviços prestados pela empresa para a Caixa.

A CEF concluiu no sentido de que o pleito não poderia ser acatado por falta de amparo legal, respaldada na Nota Jurídica nº 534/97, na qual os advogados da Caixa afirmam que *não se pode admitir a cessão ou transferência de um contrato, desvinculando-se completamente o contratado do contratante, sob pena de fraude à licitação.*

Posteriormente, houve a alteração – ratificada pela CEF – da denominação da Racimec Informática Brasileira S/A para Gtech Brasil Holdings S/A (GBH).

3.3.5.11. Com a anuência da CAIXA, foi assinado Termo Aditivo, datado de 18/02/1998 (fls. 3514/3515), o qual dispõe sobre Alteração da Razão Social da "Racimec Informática Brasileira S.A, para Gtech Brasil Holdings S.A", e neste ato, a CAIXA foi representada pelo substituto eventual do Gerente Executivo de Licitações e Contratações – GELIC, José Carlos Dias Neves.

Em 28/11/1997, em correspondência assinada por Antônio Carlos Lino da Rocha, mais uma vez endereçada ao Sr. Ademar de Miranda Torres, a GBH (nova denominação da Racimec Informática Brasileira S/A) pleiteia novamente autorização para uma reorganização societária, desta feita a cisão da Gtech Brasil Holdings S/A (GBH), com vistas a transferir para a Gtech Brasil Comercial Ltda. (Gtech Comercial) os ativos e passivos não relacionados aos serviços prestados à CEF.

A CEF negou novamente o pedido, sob o mesmo argumento de que a cisão de empresa contratada por meio de licitação é causa de rescisão do contrato, nos termos do inciso VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

Destaque-se a conclusão do Parecer nº 282/97:

Na conclusão do Parecer 282/97, assinado pelo Advogado da CAIXA Márcio de Assis Borges consta: "Trata-se, portanto, de pretensão que haverá de frustrar, se deferida, as regras disciplinadoras da licitação, além, como assinalado, de enfraquecer o contrato em relação à CAIXA, que por isso não deverá deferi-la ou com ela concordar mesmo na hipótese de inexistir expressa vedação nos instrumentos convocatório e contratual". (grifos nossos)

A GBH não desistiu e renovou mais uma vez o pleito em 09/01/1998, oportunidade em que os advogados da CEF Satiro Lázaro da

Cunha e Estanislau Luciano de Oliveira assinaram a Nota Jurídica nº 38/98, na qual concluem favoravelmente ao atendimento, sob o seguinte argumento:

Embora já tenhamos examinado a questão, em duas oportunidades, conforme Parecer nº 282/97 e Nota Jurídica 534/97 (fls 3.455), as informações agora trazidas à baila pela contratada, contrariamente ao pleito anterior, aduz um **novo pedido**, diferente, pois, da anterior pretensão, por nós inadmitida, por falta de amparo legal, e que consistia na criação de uma nova empresa para gerir o contrato mantido com a CAIXA. (grifo nosso)

Cabe ressaltar que o advogado Satiro Lázaro da Cunha, na Nota Jurídica nº 534/97, relativa a pedido anterior da Racimec, já tinha se manifestado no sentido de que a pretensão da Gtech consistia em *fraude à licitação*.

A GBH foi comunicada da aprovação da CEF em 23/01/1998.

Em 30/12/998, foram registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo as seguintes alterações contratuais: a Gtech Brasil Holdings S/A foi incorporada pela Gtech do Brasil Comercial Ltda. e esta teve alterada sua denominação para Gtech Brasil Ltda.

3.3.5.16 No que se refere ao Contrato de Prestação de Serviços, no âmbito da CAIXA, em 07/07/1999, foi formalizado o "Segundo Termo Aditivo", que alterou a Razão Social da contratada de "Gtech Brasil Holdings S/A", para "Gtech do Brasil Comercial Ltda." e, no mesmo documento, há a alteração para Gtech Brasil Ltda.", e, nele, a CAIXA foi representada pelo Gerente de Filial - GISUP/BR, José Carlos Dias Neves."

Cabe observar que a GBH, que, de acordo com o que foi ajustado com a CEF, passaria a ter exclusivamente os ativos e passivos relacionados

aos serviços prestados à empresa pública, foi incorporada à Gtech do Brasil Comercial Ltda., a qual, assim, passou a ser a detentora do contrato.

4.1.3. Análise do TCU

Os responsáveis pelo Relatório de Inspeção do TCU assim se manifestaram sobre a matéria:

Enfim, embora a Gtech não detivesse o contrato de direito, já há algum tempo o tinha de fato. A aquisição do controle e propriedade, pela GTECH CORPORATON, direta ou indiretamente, da SB e da RACIMEC S/A, nunca foi colocado à apreciação da CAIXA. Os eventos referentes às reorganizações que se seguiram são apenas a formalização de uma situação fática, que já à época carecia do posicionamento do setor jurídico da CAIXA.

Uso de justificativas contraditórias

Já comentamos logo acima o fato de que, além da questão da captura do contrato, constatou-se, dos próprios documentos apresentados pela empresa, que a atual sucessora do contrato, a Gtech Brasil Ltda., **continuou a ter por patrimônio e objeto o mesmo das demais sociedades brasileiras controladas pela GTECH CORPORATION, contrariamente ao que prometera quando solicitou pela primeira vez a anuência da CAIXA para a realização de uma reorganização corporativa.**

O pretexto inicial era de que, com a reorganização, haveria ganhos de eficiência em todas as dimensões da administração contratual – humana, financeira, operacional, patrimonial etc. –, devido à segregação entre os serviços prestados à CAIXA e aqueles prestados às demais entidades públicas ou privadas. Posteriormente, em menos de um ano, alegando as mesmas vantagens, na prática reinstaura a antiga forma organizacional desfeita. Em relação à citada diminuição dos custos, em nenhum desses momentos fez repercuti-la nas negociações de preço com a CAIXA.

Em outras palavras: não houve segregação das atividades do grupo e vinculação patrimonial e operacional exclusivamente à CAIXA. Reproduzimos abaixo, muito a propósito, o que afirmara o então Presidente Antônio Carlos Lino da Rocha em duas de suas cartas à CAIXA. Na primeira, quer a cisão (1997); na segunda, quando já realizada, explica as vantagens da incorporação (1998).

- Carta de 28/11/1997 (fl. 3393), endereçada ao Diretor Adelmar de Miranda Torres:

"1. Com o objetivo precípuo de aprimorar e elevar ainda mais a qualidade dos serviços que presta para seus clientes, notadamente a CAIXA, e em linha com os entendimentos que precederam a celebração do contrato, no sentido de que as atividades relacionadas às loterias federais fossem separadas das demais atividades da GBH, o Grupo Gtech, em esforço de reengenharia pretende implementar uma nova estrutura corporativa e operacional para suas empresas no Brasil. Nesse sentido, em futuro próximo, **as atividades da GBH não relacionadas aos serviços prestados à CAIXA sob o contrato serão integralmente transferidas para a empresa Gtech do Brasil Comercial Ltda. ("Gtech Comercial")**. Para tanto, parcela do patrimônio da GBH, composta exclusivamente de ativos e passivos não relacionados às atividades desempenhadas pela GBH sob o contrato, será cindida e, a seguir, incorporada pela GTECH Comercial.

(...)

3. Reiteramos que a cisão da GBH objetiva exclusivamente possibilitar a transferência, da GBH para a GTECH Comercial, dos ativos e passivos não relacionados aos serviços prestados pela GBH à Caixa. Todos os recursos humanos, financeiros, materiais e técnicos que qualificaram a GBH para ser contratada sob o Contrato permanecerão sendo aplicados pela GBH na prestação dos serviços à CAIXA e no cumprimento das obrigações estipuladas no Contrato."

- Carta PRESI-005/99, de 24/3/1999 (fls. 3611/3612):

"Conforme já ressaltado em nossa Carta, a reorganização societária ... objetivou precipuamente a redução de custos e otimização de recursos humanos, financeiros e operacionais, em benefício último de nossos clientes, notadamente a Caixa Econômica Federal. Assim, tal reorganização não prejudica de qualquer forma a execução do contrato celebrado com a Caixa, sendo certo que todos os recursos humanos, financeiros, materiais e técnicos que qualificaram a GBH para ser contratada pela Caixa foram integralmente transferidos para a GTECH Brasil Ltda. e continuam sendo aplicados na prestação dos relevantes serviços."

A despeito da gravidade das declarações falsas – ao menos uma delas – um fato em si irregular, há dois importantes reflexos sobre a questão do preço: primeiro, em nenhum momento foi posto em prática a redução dos custos aventada; segundo, uma das consequências positivas da separação, a melhoria em termos de transparência a respeito dos custos e investimentos vinculados exclusivamente ao contrato, não foi concretizada. Tanto é verdade que, na apresentação dos custos em setembro de 1999, como veremos no item 2.2.1.2, a GTech utilizou-se de rateio para apropriar o que seriam custos relacionados aos serviços prestados à CAIXA. Adiantamos que mesmo esse critério de rateio nunca foi negociado.

2.1.4 Conclusão

Ficou evidenciado por esses levantamentos que a GTech, além de engendrar a aquisição irregular do contrato, utilizou-se de justificativas contraditórias no intuito de obter a anuência da CAIXA para promover reorganizações corporativas, sujeitando-a ao risco de ver prejudicada a execução contratual. Embora tal falta não tenha ocorrido, impende se verificar a que preço, trabalho esse objeto desta Inspeção

A CAIXA, por sua vez, por meio do Diretor Ademar de Miranda Torres, dirigente máximo que conduziu todas as negociações (fls.3407/3409), em nenhum momento discutiu tal assunção, não colocando à apreciação do setor jurídico os eventos

relativos à cisão do patrimônio da SB Indústria e Comércio Ltda. em favor da empresa CNC – Indústria de Computadores da Amazônia Ltda. (CNPJ 84.110.097/0001-85) e à cessão e transferência das quotas da Racipar Empreendimentos e Participações Ltda. e do Sr. Simão Brayer às empresas americanas Gtech Corporation e Gtech Foreign Holdings Corporation, de forma que não deu cumprimento ao art. 78, VI, da Lei n.º 8.666/93, o qual impõe a rescisão do contrato em situações do gênero.

Enfim, restam claras, vez que suficientemente documentadas, as intenções dos Srs. Simão Brayer e Antônio Carlos Lino da Rocha: o primeiro, de ceder por completo o objeto da licitação, tanto que ao longo do contrato em nenhum momento figurou de fato, ou de direito, como representante do consócio; o segundo, de adquiri-lo, após o que tornou-se o principal interlocutor, em nome do grupo Gtech, desse processo irregular de assunção. (grifos nossos)

4.2. IRREGULARIDADES NA FIXAÇÃO E AUMENTO DE PREÇOS DOS SERVIÇOS NÃO-LOTÉRICOS

Além dos serviços lotéricos, o contrato da CEF com a Gtech prevê a prestação de serviços não-lotéricos, tais como pagamento de contas de concessionárias de serviços públicos, bloquitos de cobrança, carnês habitacionais, recolhimento de INSS e convênios diversos, serviços bancários, serviços de declaração de isentos do imposto de renda, venda de números para habilitação de celulares pré-pagos e pagamento de faturas das concessionárias sem apresentação do boleto de cobrança.

A tabela a seguir relaciona, de forma resumida, os serviços não-lotéricos contratados com a Gtech:

Tabela 1 – Tipos de transação e serviços correspondentes.

Tipo de Transação	Serviços prestados
TIPO 2	Febraban
	Não Febraban
	Cobrança
	INSS / GPS
TIPO 3	Saque em conta corrente
	Saque em poupança
	Depósito em conta corrente
	Depósito em poupança
	Pagamento do INSS
	Saldo
	PIS
	XCAP Rec
	XCAP Resg
	Benefícios sociais
	FGTS
	Seguro Desemprego
TIPO 4	Declaração de Isentos – IR
TIPO 5	Pré-pago <i>Off line</i>
TIPO 6	Pagamento sem Boleto
TIPO 7	Pré-pago <i>On Line</i>

Ao longo do contrato, foram autorizados diversos aumentos de preço dos serviços. A tabela a seguir retrata o preço inicialmente fixado e os aumentos ocorridos posteriormente:

Tabela 2 – Fixação e evolução no tempo dos preços dos serviços não-lotéricos.

Remuneração dos serviços não-lotéricos						
→ Tempo ² →						
		Custo por transação nos períodos especificados				
TIPO DE TRANSAÇÃO ¹		1º Contrato			2º Contrato	
2	CONTAS	13/1/97	4/5/98-	17/5/99-	26/5/00-14/4/03	15/4/03-
		-3/5/98 ²	16/5/99	25/5/00		30/7/03
		R\$ 0,05	R\$ 0,08	R\$ 0,12	R\$ 0,15	R\$ 0,1275
3	FINANCEIRAS	→			30/11/00 1/7/02- 14/4/03- - 13/4/03 30/7/03 30/06/02 R\$ 0,15 R\$ 0,18 R\$ 0,1530	
4	ISENTOS IR	→		12/7/99	7/8/00-14/4/03	15/4/03-
				-6/8/00		30/7/03
				R\$ 0,30	R\$ 0,20	R\$ 0,17
5	PRÉ-				27/11/99-13/4/03	14/4/03- 30/7/03

	PAGO OFF	→	R\$ 0,25		R\$ 0,2125
6	SEM BOLETO	→	08/6/01 - 30/6/02	1/7/02- 14/4/03	15/4/03- 30/7/03
			R\$ 0,53	R\$ 0,65	R\$ 0,5525
7	PRÉ-PAGO ON LINE	→	2/5/01-14/4/03		15/4/03- 30/7/03
			R\$ 0,38		R\$ 0,3233

Fonte: Gerência Nacional de Loterias da CAIXA (GELTE)

¹A Transação Tipo I refere-se aos processamento dos jogos lotéricos.

²Os períodos correspondem aos dias considerados para efeito de pagamento. O início ou fim não coincide, necessariamente, com a data de assinatura dos aditivos contratuais.

Há particularidades apontadas pelo Relatório de Inspeção na fixação de cada um dos preços dos serviços, bem como nos aumentos concedidos, que podem ser verificadas no próprio Relatório, que constitui anexo deste Relatório Parcial.

Todavia, a mais relevante conclusão do Relatório de Inspeção do TCU é a de que, tanto na fixação dos preços dos serviços quanto nos aumentos concedidos, não foi observada a legislação vigente, com grande prejuízo para o erário.

A Lei n.º 8.666/93, que *regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências*, estabelece:

Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (...).

§ 1º Os créditos a que se refere este artigo terão seus valores corrigidos por critérios previstos no ato convocatório e que lhes preservem o valor.

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

Art. 40. O edital (...) indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

§2.º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

II - orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários;

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização

monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

.....
Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

.....
§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

.....
Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

.....
II - por acordo das partes:

.....
d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

De acordo com o Relatório de Inspeção, o edital não continha orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, o que inviabilizou a aferição dos reais custos incorridos pela Gtech na prestação dos serviços.

Sobre essa questão, transcrevemos o seguinte trecho do Relatório de Inspeção do TCU:

Comentamos que, ainda na época da análise técnica das propostas, o Procurador da República, Antônio Carlos Alpino Bigonha, por meio do OF 011BG95 (fl. 2709), requereu ao então Presidente da CAIXA, o Sr. Sérgio Cutollo, esclarecimentos a respeito dos fatos trazidos na Representação (fls. 2710/2712) encaminhada à Procuradoria Geral da República – MPF pela Deputada Federal Cidinha Campos.

Nessa Representação, arguiu-se sobre a ausência de obrigação aos licitantes de apresentarem planilha comprovando seus custos, fato que inviabilizaria a eficácia do art. 6.º do Decreto 1.070/94. Lembremos que este Decreto regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, dispondo sobre contratações de bens e serviços de informática e automação pela Administração Federal.

Art. 6º Para o estabelecimento do critério de adjudicação, entre propostas equivalentes de sistemas integrados ou apresentados por consórcios, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - identificação de cada bem ou serviço de informática e automação, discriminado na proposta como componentes do sistema;

II - totalização dos preços dos componentes identificados, pelas seguintes categorias:

a) bens e serviços de informática e automação, com tecnologia desenvolvida no País e produzidos com significativo valor agregado local;

b) bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País e produzidos localmente;

c) bens e serviços de informática e automação, produzidos no País com significativo valor agregado local;

d) demais bens e serviços de informática e automação produzidos no País;

c) bens e serviços de informática e automação não produzidos no País.

Pois bem, apesar do alerta, o Presidente (fls. 2726/2736), em 19/6/1995, afirmou simplesmente que não haveria necessidade de tal apresentação devido à forma de remuneração dos serviços lotéricos:

Os subitens 2.2 a 2.4 e 11.1 a 11.10.4 atendem ao disposto no Decreto n.º 1.070/94, porquanto estão relacionados às normas e especificações técnicas a serem consideradas na licitação. Além disso, a proposta comercial é fixada em percentual sobre arrecadação bruta, subtraídas as deduções legais.

Devemos a esse ponto acrescentar ainda o que a própria Lei n.º 8.666/93 apropriadamente determina:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

(...)

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

Assim sendo, o então Presidente Sérgio Cutollo, mesmo após a decisão (24/10/1994) de pagar à parte os serviços não-lotéricos, cuja forma de remuneração em nada se assemelha ao pagamento pelos serviços lotéricos, e especialmente alertado pelo Ministério Público, não determinou o ajustamento do contrato de modo a exigir apresentação comprobatória dos bens, serviços e preços, descumprindo claras determinações legais, pelo que deve ser chamado em audiência para a apresentação de razões de justificativa.

Vale ressaltar que, mesmo em relação aos serviços lotéricos, cuja remuneração foi fixada com base em percentual da arrecadação bruta, seria necessário o orçamento detalhado em planilhas, com a composição de todos os custos unitários dos serviços, conforme observação que já tinha sido feita no Relatório de Auditoria do TC 018.125/1996-4, de 02/04/1997, ocasião em que se alertou para a impossibilidade de uma avaliação dos custos dos suprimentos necessários à operação do canal lotérico.

11.5.48. A remuneração pelos serviços foi estipulada por meio de percentuais sobre a arrecadação das loterias de prognósticos, prática comum em todo o mundo no que tange aos serviços lotéricos, segundo informações de empregados da CEF. Isso, entretanto, não isenta aquela Empresa Pública de proceder ao levantamento dos custos pertinentes, tanto para justificar os limites estipulados para a proposta comercial (entre 4,5% e 8,5%), como para nortear os candidatos na confecção de suas propostas comerciais. Com efeito, observem-se, por exemplo, os custos dos suprimentos necessários à operação do sistema (volantes, bobinas, fitas impressoras, etc): o conhecimento desses custos seria necessário aos licitantes para a confecção de suas propostas comerciais, já que os suprimentos, de acordo com o objeto especificado no Edital, ficariam por conta do contratada.

O edital também não continha qualquer dos critérios de reajuste determinado no art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93, quando se sabia, por todo o histórico, da peculiaridade do serviço e, portanto, da dificuldade e fragilidade do emprego de critérios de qualidade e preço de mercado para as questões de reajuste.

Do mesmo modo, nenhum dos reajustes ou recomposições de preços autorizados pela Caixa foi efetivado com observância dos custos incorridos pela Gtech.

Uma única vez foram solicitadas à Gtech informações relativas aos custos. Todavia, as informações prestadas foram muito superficiais, não tendo a CEF tomado quaisquer providências para melhor esclarecê-las.

Ademais, uma auditoria realizada pelo TCU constatou que os custos seriam bem inferiores aos valores que foram informados pela Gtech.

O trecho a seguir transcrito, embora diga respeito às conclusões do Relatório de Inspeção do TCU quanto ao segundo reajuste de transações do

tipo 2, também se aplica à fixação do preço dos demais serviços (tipos 3, 4, 5, 6 e 7), bem como aos aumentos de preços concedidos, conforme ressalva feita ao final do texto:

Enfim, o que se constata das análises, em vista dos poucos dados disponibilizados à época pela empresa, e mesmo o que conseguimos levantar, é que ocorre neste contrato um caso concreto de expressiva assimetria de informações, na concepção utilizada pelas ciências econômico-contábeis. Fundamentalmente, essa assimetria ocorre quando uma das partes detém informações relevantes que a outra ignora, e que seriam determinantes para a sua tomada de decisão.

A CAIXA, por meio de alguns dirigentes, abriu mão do conhecimento detalhado sobre a cadeia de implantação dos investimentos e de toda a estrutura de despesas e custos da Gtech vinculados ao contrato, de forma que orientou suas decisões de reajuste ou recomposição por meio de informações limitadas e organizadas por essa empresa, apesar de dispor de todo um cabedal legal que a permitia exigi-las em detalhes. Situação essa já constatada no primeiro aumento e repetida neste e em todos os eventos de negociação de preço. (grifos nossos)

O Relatório de Inspeção deixa claro, contudo, que a responsabilidade não é exclusiva dos dirigentes da CEF, mas também, como não poderia deixar de ser, da própria Gtech:

Mas não somente dirigentes da CAIXA devem ser responsabilizados. Enquanto estes foram claramente negligentes, a empresa Gtech, em defesa dos aumentos, em várias ocasiões fez afirmações e alegações infundadas, seja para demonstrar um falso desequilíbrio econômico-financeiro, seja para furtar-se ao cumprimento exato do contrato, ao defender que a

qualidade dos seus serviços extravasavam a ajustada em contrato.
(grifos nossos)

O Relatório conclui pela responsabilização da Gtech e de diretores e servidores da CEF pela fixação dos preços dos serviços não-lotéricos, bem como pelos aumentos desses preços, sem observância das disposições legais aplicáveis.

4.3. IRREGULARIDADE NA NEGOCIAÇÃO QUE CULMINOU NA PRORROGAÇÃO, FIRMADA EM 08/04/2003, DO CONTRATO DE 26/05/2000, COM REDUÇÃO DE 15% DOS PREÇOS

A CEF prorrogou, em 08/04/2003, o contrato firmado com a Gtech em 26/05/2000, com redução de 15% dos preços.

Sobre o assunto, dispõe o Relatório de Inspeção do TCU:

Em grande parte, a necessidade desta prorrogação teve por motivo a dependência tecnológica da CAIXA em relação aos serviços da Gtech. Não discutiremos, porém, especialmente esta questão, fruto tanto da forma e complexidade do contrato como da inércia e reincidência da própria CAIXA, por seus dirigentes, no que concerne a adoção de medidas eficazes que buscassem o domínio técnico do sistema de loterias. Lembrando que o assunto foi tratado, em parte, em Auditoria deste Tribunal, e que redundou no Acórdão 38/2003 – Plenário (TC 004.507/2002-3), por onde foi determinada a adoção de medidas visando minimizar tal situação. (...)

A despeito dessas observações quanto à inércia da CEF no que diz respeito à dependência tecnológica da Gtech durante o longo período de

execução do contrato, o Relatório chama atenção para o fato de que a CEF, finalmente, está buscando uma solução para esse impasse:

Lembremos, antes de tudo, que a CAIXA, por fim, realizou a abertura, no final do ano de 2004, de 4 (quatro) Pregões, conforme listado na Tabela 37. Embora ainda haja a necessidade da Gtech continuar a prestar parte dos serviços – pelo que deve receber remuneração proporcional –, finalmente está sendo levado a efeito um projeto que resultará no domínio pleno de todo o sistema de loterias.

Quanto ao aspecto econômico-financeiro do contrato, o Relatório de Inspeção trata separadamente os serviços não-lotéricos e os lotéricos.

4.3.1. Serviços não-lotéricos

A respeito dos serviços não-lotéricos, são feitas as seguintes observações:

Quanto ao desconto de 15%, temos a considerar que uma gestão diligente que receba um contrato da natureza e valor deste, e que se encontrava em vias de sofrer prorrogação, após longos 6 (seis) anos de execução, deveria avaliar detidamente a justeza dos preços a serem adotados. E não estamos falando de contratos de menor valor, onde, assim mesmo, medidas podem ser tomadas.

Na ocasião, conforme pode se depreender – diante da pobreza de justificativas dos documentos processuais –, não foram levantados quaisquer aspectos referentes aos gastos da Gtech Brasil Ltda., ou seja, **o desconto linear de 15% não teve por base estudo sobre os reais encargos da contratada.** Se quanto à necessidade de prorrogação pouco se podia fazer, o mesmo não ocorria com respeito ao preço. Tanto é verdade que houve, embora sem critério, uma redução dos preços contratados.

A título de exemplo, analisemos o comportamento dos gastos de depreciação da contratada, principal item formador do preço. Verificamos que ele vinha sofrendo contínua diminuição, e, mesmo assim, por todo o período contratual, nunca houve negociação visando a revisão da remuneração da empresa – especialmente quando consideramos que o vínculo contratual se estendera – com a nova prorrogação – por prazo 50% superior ao assinado no contrato inicial de 1997.

Por essa dilatação, ao término de 2003 mais de 80% dos investimentos feitos até então já estariam depreciados (...). Inclusive, nesse ano de 2003, houve uma acentuada queda (40,4%) deste custo em relação ao ano de 2002 (...).

(...) verificamos que já a partir de 2001 o encargo de depreciação começa a decrescer. Isso se deve ao fato de que neste ano – quinto ano do contrato – foram lançadas as últimas quotas de depreciação dos mais pesados investimentos, feitos no ano de início da execução do contrato (1997). Semelhante queda se opera a partir de 2004, quando são lançadas as últimas quotas referentes aos também elevados aportes em investimentos realizados em 2000, quando, após o Contrato de 26/5/2000, a Gtech passa a oferecer os serviços bancários (Transação do Tipo 3) e, por isso, desenvolver e instalar os novos terminais OMNI – os terminais Isys continuariam operando.

Mais uma vez as críticas do Relatório de Inspeção do TCU recaem sobre a não-verificação dos custos da Gtech por parte da Caixa ao prorrogar o contrato.

4.3.2. Serviços lotéricos

No caso dos serviços lotéricos, a redução de 15% nos preços resultou na diminuição da participação da Gtech na receita bruta de 5,75% para 4,8875%.

Sobre essa redução de preços, são feitas as seguintes observações:

Outros dois importantes aspectos não foram considerados na negociação, ou mesmo em momento posterior, e que de alguma forma deveriam ter sido evidenciado nos autos: o primeiro, refere-se à reposição do preço dos jogos Mega Sena (5/11/2003) – a aposta variou de R\$ 1,00 para R\$ 1,50 – e Quina (4/11/2003) – variou de R\$ 0,25 para R\$ 0,50 –; o segundo, à implantação do jogo Lotofácil a partir de outubro/2003.

(...)

Segundo os estudos empreendidos pela CAIXA, a expectativa era de que as arrecadações da Mega Sena e da Quina aumentassem, ainda no ano de 2003, 35% e 60%, respectivamente, o que, na arrecadação geral de loterias, significaria um aumento de 27%.

A implantação da reposição, apresentada formalmente poucos meses depois da negociação, em julho/2003, consequentemente acabaria por inviabilizar o desconto efetivo de 15% da arrecadação – passou de 5,75% para apenas 4,8875%. Demonstraremos abaixo os valores que deveriam ser aplicados, caso a CAIXA pretendesse compensar o aumento da remuneração devido à reposição: primeiro, mantendo o mesmo nível de remuneração anterior; segundo, realizando um desconto efetivo de 15%.

Seja:

a = valor recebido antes da negociação;

d = desconto percentual a ser aplicado; e

i = percentual de aumento da arrecadação.

1º Caso: após o desconto, seria mantido o mesmo nível da remuneração anterior

$$(a-d \cdot a) \cdot (1+i) = a$$

$$\therefore d = i/(1+i); \text{ fazendo } i = 0,27$$

$$\therefore d = 21,26\%$$

2º Caso: após o desconto, o nível de remuneração seria efetivamente 15% menor que o anterior

$$(a-d \cdot a) \cdot (1+i) = a \cdot (1-0,15); \text{fazendo } i = 0,27$$

$$\therefore d = (1+i - 0,85)/(1+i)$$

$$\therefore d = 33,07\%$$

No primeiro caso, o percentual a ser aplicado sobre a arrecadação passaria a ser de 4,53%; no segundo, de apenas 3,85%, ou seja, percentuais 7% e 21% abaixo do atual (4,8875%), respectivamente.

Embora, obviamente, não se pudesse aferir exatamente o percentual de aumento da arrecadação, o valor de 27% era a melhor expectativa avaliada pela instituição, e, portanto o valor base para efeito de qualquer negociação de preço com a Gtech. Assim considerando, verificamos que, com o acordo de 13/4/2003, não haveria, de fato, o anunciado “desconto” de 15%. Haveria, mesmo, aumento de aproximadamente 8% da remuneração da Gtech, conforme calculamos abaixo para um valor unitário da moeda ($a=1$).

$$\text{Aumento percentual} = 1 - a \cdot (1 - d) \cdot (1 + i) = 1 - 1 \cdot (1 - 0,15) \cdot (1 + 0,27) \approx 0,08$$

(...)

Quanto à criação do jogo Lotofácil, devemos registrar que até 1/8/2004 a arrecadação foi de R\$ 584,74 milhões, o que corresponde ao pagamento de R\$ 28,57 milhões ($0,048875 \cdot \text{R\$ } 584,74 \text{ milhões}$) à Gtech (...) (grifos nossos)

Portanto, a CEF, ao negociar o desconto concedido pela Gtech para a renovação do contrato, não levou em conta a reposição de preços que sofreriam a Mega Sena e a Quina logo a seguir, que resultaria, ao final, não na redução de 15%, mas na

elevação da receita da Gtech em cerca de 8%, de acordo com os dados de que a CEF dispunha para fazer a análise. Também não levou em conta a elevação da receita da Gtech com a implantação do jogo Lotofácil.

Logo, quanto aos serviços lotéricos, pesa sobre a CEF, além da determinação dos preços desses serviços sem análise dos custos da Gtech, o fato de não ter considerado, quando da negociação da prorrogação do contrato, a projetada reposição de preços que promoveria em relação à Mega Sena e à Quina, que acabaria por anular o desconto concedido pela Gtech e até – ao contrário do que se anunciava – elevar a remuneração da empresa contratada.

O Relatório de Inspeção traz o seguinte questionamento:

A grande questão é: o que justifica, diante dos fortes indícios de que a Gtech já havia recuperado todo o seu investimento e obtido lucratividade bem acima do mercado (ver item 2.2.8), a CAIXA ter mantido, em meio a uma prorrogação contratual após seis anos de execução, uma forma de remuneração novamente proporcional à arrecadação de loterias e a um nível de preços para os serviços lotéricos de tamanha magnitude? Os fatos e os dados indicam que não há [justificativa plausível].

A Lei n.º 8.666/93, por seu art. 65, II, c, traz clara disposição que permite a alteração contratual, por acordo entre as partes, quando “necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado”.

A situação em questão se conforma ao dispositivo. Vimos que o longo tempo permitiu à contratada a plena recuperação do seu investimento e lucros suficientes. O principal item de gastos, a depreciação, há muito se reduzira. Desde muito não havia mais riscos para a empresa, até porque a estrutura e operação criadas assim determinavam, vez que era impraticável a substituição imediata da contratada. São circunstâncias supervenientes à assinatura de maio/2000 que poderiam ser levantadas mesmo antes do término do contrato.

Diante do quadro que se apresentava na negociação de abril/2003, compreendemos que a forma mais indicada de remuneração da Gtech – pela sua objetividade e transparência – seria com base exclusivamente no seu custo operacional. Forma de pagamento também indicada para a fase de

transição, quando a Gtech deixa paulatinamente de prestar os serviços. (grifo nosso)

O Relatório, quanto a esse aspecto, conclui:

Em que pese ter havido, com a assinatura do "Quinto Termo de Aditamento e Rerratificação", redução do preço de todos os serviços prestados pela contratada, constatamos que havia margem para que o desconto fosse ainda maior, em vista, principalmente, de que praticamente todo o investimento já havia sido recuperado e os gastos da contratada há muito não eram tão onerosos.

Assim sendo, o Vice-Presidente de Logística, Paulo Roberto P. Bretas, autorizou, por sua conta e risco, o **pagamento irregular, pelo período de 25 meses, a contar de 14/4/2003, pelos serviços prestados pela Gtech Brasil Ltda., uma vez que não se baseou em estudos de crescimento arrecadatório – normais ou provenientes de reposições de preço ou criação de jogos – e não solicitou a planilha de encargos da contratada, por onde efetivamente poderia valer-se para decidir sobre o valor mais adequado do desconto a ser aplicado.** (grifo nosso)

4.4. CONCLUSÃO GERAL DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DO TCU

Na conclusão geral do Relatório de Inspeção do TCU, são feitas as seguintes anotações:

Desídia no acompanhamento do contrato de loterias

Restou claro das abordagens que a CAIXA, na condição de contratante destes vultosos e complexos Contratos de Prestação de Serviços de Operacionalização dos Sistemas de Loterias (On Line Real Time), tornou-se o principal usuário externo de todas as informações contábeis da contratada.

Nada poderia escapar à sua avaliação. E já dissemos antes que a contrapartida do justo pagamento seria o amplo acesso à base de dados da empresa, única forma de sentar-se à mesa de negociação em relativa igualdade de condições, pois estaria minimizada a assimetria de informações e a consistência das decisões estaria garantida.

No entanto, a CAIXA, por intermédio dos gerentes aqui responsabilizados, foi notoriamente leviana nesse acompanhamento, quando se exigia, ao contrário, arrojo no gerenciamento. A responsabilidade do Estado de prover a sociedade com os jogos lotéricos garantiu à CAIXA o monopólio de sua exploração. A empresa, em todos os aspectos, deveria conduzi-lo com austeridade, inclusive quanto aos frutos dessa prerrogativa, entre os quais a administração dos serviços não-lotéricos prestados na mesma rede, criados em virtude da pujança que é o canal lotérico.

5. DEPOIMENTOS COLHIDOS PELA “CPI DA LOTERJ” E ANÁLISE

A CPI da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), popularmente conhecida como “CPI da Loterj”, foi instalada por meio da Resolução nº 425, de 2004, com a finalidade de apurar irregularidades e corrupção na Loterj, na gestão de Waldomiro Diniz, e no Rioprevidência, funcionou de 15/02/2004 a 30/06/2004. Apesar de possuir objeto de investigação mais restrito do que o da CPI do Senado Federal, levantou vários elementos probatórios de interesse desta CPI.

Na CPI da Alerj, o nome de Carlos Augusto Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira, empresário de jogos do Estado de Goiás, acabou se cruzando com o nome da empresa Gtech. Em seu depoimento, Cachoeira disse que queria investir no RJ por considerar o Estado uma vitrine para os seus negócios, e mencionou o desejo de competir com a Gtech, empresa líder mundialmente em tecnologia *on-line* para loterias: “(...), a gente queria fazer dali um showroom para o Brasil, e realmente entrar na competitividade com a empresa GTECH, porque logicamente eles estavam sozinhos no Brasil (...)”.

No depoimento de Fernando Antônio de Castro Cardoso, representante da Gtech, fica claro que não era objetivo de Cachoeira competir com a empresa, e esclarece a relação entre a empresa e o empresário:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) – Só constato que apesar de a GTech conhecer o Sr. Carlos Augusto Ramos há praticamente sete anos, houve a necessidade do Sr. Waldomiro Diniz dizer da competência do Sr. Carlos Augusto Ramos. Os senhores já trabalhavam com essa figura e a atestação dessa competência é no mínimo estranha.

Lá em Goiânia, o Sr. Carlos Augusto Ramos nos revelou que fez três propostas de acordo com V.Sas., que não aceitaram. Que propostas de acordo foram essas?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO DE CASTRO CARDOSO – Confirmamos que fomos procurados pelo Sr. Carlos Ramos propondo acordos de parceria. A primeira delas ocorreu no ano de 2002 e cujo objeto fim foi a exploração conjunta de propostas para novos editais e licitações em loterias estaduais. Isso foi feito no ano de 2002, foi assinado um memorando de intenções que é uma prática normal, ou seja, ao se sentar, principalmente com uma empresa concorrente, assina-se um documento formal. Esse memorando de intenções tinha um prazo de validade de 90 dias; durante esse período estávamos avaliando oportunidades de negócios em conjunto. O prazo foi expirado e não houve qualquer negócio prospectado em conjunto entre as partes. O segundo acordo já ocorreu no ano de 2003, entre março e abril de 2003, e aí na verdade foram dois acordos paralelos. O primeiro também nesse caso foi um acordo de prazo de 180 dias, certo? O primeiro deles para exploração pela possível participação num provável edital para a loteria do Estado de São Paulo, que também não ocorreu. E segundo, para uma atuação conjunta no que diz respeito à exploração... De nós prestarmos mais uma vez, sendo subcontratados pela empresa do Sr. Carlos Ramos, para no caso a empresa Capital Limpeza para a operação das video-loterias. (grifos nossos)

Tais informações foram confirmadas por Marcelo Rovai, diretor da Gtech, quando de seu depoimento da CPI do Senado Federal.

Segundo os elementos levantados pela CPI da Alerj, a publicamente conhecida fita gravada por Cachoeira, em que Waldomiro Diniz aparece pedindo propina, teria sido usada para chantagear Diniz, quando este assumiu suas funções de assessor direto do ministro da Casa Civil da

Presidência da República, José Dirceu, a partir de janeiro de 2003. Em seu depoimento à “CPI da Loterj”, Waldomiro Diniz informou que, no início de janeiro de 2003, recebeu em seu gabinete ligação do jornalista Mino Pedrosa, dono de uma empresa de consultoria que prestava serviços a Carlos Cachoeira, dizendo, segundo as palavras do depoente: “Olha, Waldomiro, queria me certificar com você sobre o que você tem a dizer sobre uma fita em que você está pedindo dinheiro para a campanha para um bicheiro de Goiás”. Ao ligar para Cachoeira, este lhe explica a razão da chantagem: “É que você não retorna minhas ligações. Eu quero falar com você. Eu tenho coisas para tratar com você e você não retorna as minhas ligações.”

Cachoeira, conforme depoimento de Waldomiro Diniz, só usa a fita como instrumento de chantagem a partir de janeiro de 2003, para que Diniz, então assessor direto do ministro da Casa Civil do Palácio do Planalto, o ajudasse a fechar um acordo com a Gtech.

O SR. WALDOMIRO DINIZ – (...). Então, Deputado, o que quero dizer ao senhor é que, em janeiro, me foi dito que existia a fita. Em junho, foi publicada a matéria na revista Isto É, em que a revista, não posso lhe assegurar, se teve acesso ou não, mas tratou de assuntos e o jornalista diz que a fita poderia ser publicada e não foi publicada, ou seja, e, agora, a fita é publicada na revista Época.

Ou seja, o que me foi pedido? Em janeiro, existia uma conversa. Eu afirmo, na revista Época. Eu estive com os profissionais da empresa G'Tech. Eu fui tratar do quê? Do que eu fui tratar nessa conversa? Fui lá, sim, depois dessa ligação desse senhor, que dizia ter uma fita contra mim, me chantageando, que queria que eu fosse, lá, participar de uma reunião, dizendo, simplesmente: “não, não precisa de nada, eu só quero que você vá lá conhecer os empresários, eu quero fazer uma parceria com eles e eu quero que você diga que eu tenho um contrato lá no Rio de

Janeiro e que está tudo bem.” E isso está dito pelos profissionais da GTech. Nessa conversa, não se trata de renovação de contrato, não se fala em valores. Simplesmente, fui lá, nessa conversa, dizer: “olha, conheço o Sr. Carlos Cachoeira, ele tem um contrato, lá, no Rio de Janeiro, até logo, muito obrigado.” (grifos nossos)

O depoimento de Fernando Antônio de Castro Cardoso foi complementar. Disse que Waldomiro Diniz, na reunião de 13 de fevereiro de 2003, no Hotel Blue Tree, em Brasília/DF, tenta abrir portas de negócio para Cachoeira com os representantes da Gtech:

O SR. FERNANDO ANTÔNIO DE CASTRO CARDOSO – (...) Em relação às questões do encontro entre o Sr. Waldomiro Diniz, o Sr. Carlos Ramos e representantes da GTech, a empresa foi convidada como já foi fruto de comunicações formais nossas – gostaria de encaminhar ao senhor também nossos comunicados oficiais. A empresa foi convidada pelo Sr. Waldomiro Diniz a participar de reuniões em Brasília. E, na primeira reunião, o Sr. Carlos Ramos, a convite do próprio Sr. Waldomiro Diniz, participou dessa reunião e, conforme já divulgado, a pauta dessa primeira reunião foi basicamente o interesse do Sr. Waldomiro Diniz enquanto membro do governo, de conhecer as relações entre a GTech e a Caixa Econômica Federal, que vinha de disputas judiciais inclusive. E, no final dessa reunião, o Sr. Waldomiro Diniz recomendou, expressou palavras favoráveis em relação as competências em operações de loterias estaduais pelo sr. Carlos Ramos. (.) (grifos nossos)

Em outro trecho do depoimento:

O SR. PAULO MELO – Alguma vez o Sr. Waldomiro Diniz procurou a direção, algum diretor da GTech, para dizer que a questão da renovação do

contrato com a Caixa Econômica Federal teria que passar por ele, que ele teria influência, que ele seria porta voz, seria interlocutor direto?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO DE CASTRO CARDOSO - Respondendo então à questão, houve três encontros com o Sr. Waldomiro Diniz.

Primeiramente eu gostaria também de ressaltar que sempre foi do interesse da nossa empresa colaborar com as autoridades de toda forma, tanto é que apresentamos, quando solicitado, junto aos órgãos públicos, uma descrição de todo esse envolvimento e também creio que esses documentos talvez já deveriam estar disponíveis, ou poderiam ser solicitados por esta Comissão, dada a correlação que o Deputado estaria então estabelecendo ou procurando estabelecer.

No nosso primeiro encontro com o Sr. Waldomiro Diniz, em Brasília, representantes da GTech foram convidados pelo Sr. Waldomiro Diniz para uma reunião para tratarmos de... para se tratar...segundo ele o motivo da reunião era esclarecimentos sobre as relações entre a GTech e a Caixa Econômica Federal. A GTech vinha de um processo longo de negociação, de renegociação contratual; se arrastava desde o ano de 2001, passou por todo o ano de 2002. E esse processo de negociação, ao final de 2002, com o novo governo preparando-se para tomar posse, criado uma equipe de transição, esse processo teve uma lacuna na condução da negociação, entre o final de dezembro do ano de 2002 e o início do ano de 2003.

Quando procurados pelo Sr. Waldomiro Diniz, os nossos executivos entenderam que seria apropriado abriremos um canal de comunicação com o Sr. Waldomiro, para se estabelecer contatos com o novo governo, esclarecendo as posições da companhia, posições essas que já vinham sendo amplamente debatidas, até com cobertura de imprensa, em relação às negociações com a Caixa.

O SR. PAULO RAMOS – O senhor me permite?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO DE CASTRO CARDOSO - Pois não.

O SR. PAULO RAMOS – Por que, exatamente, com o Sr. Waldomiro?

O Sr. FERNANDO ANTÔNIO DE CASTRO CARDOSO - **Ele nos convocou.**

O SR. PAULO RAMOS – Ah! Bom.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO DE CASTRO CARDOSO - Conforme faz parte de nosso comunicado oficial, **ele entrou em contato com a GTech, solicitando essa reunião.** Acho que também vale a pena ressaltar que faz parte dos depoimentos que, no primeiro contato...

(...)

O Sr. Carlos Ramos nos ligou, no início de janeiro, dizendo então que **havia interesse do Sr. Waldomiro Diniz no encontro com executivos da GTech, para discutir, e que ele estava agora com novas funções a nível de governo federal e que iria entrar em contato novamente para solicitar um encontro com os nossos executivos.**

Conforme fui informado pelo Sr. Carlos Ramos, o Sr. Waldomiro entrou em contato novamente com a GTech, e aí, dessa forma, nós confirmamos então o encontro, o primeiro encontro em Brasília. Nesse primeiro encontro, a pauta das conversas foi bastante ampla no que diz respeito a nós provermos um histórico, de todo o relacionamento que nós tivemos com a Caixa Econômica, as dificuldades encontradas na renegociação comercial, basicamente dificuldades técnicas na modelagem do escopo de serviço que iríamos prestar para a Caixa Econômica, na renovação. E, feitos todos esses esclarecimentos, no final do encontro, **o Sr. Waldomiro, então, conforme já mencionei, reforçou referências do Sr. Carlos Ramos, como empresário, como uma pessoa que realmente opera no setor e realmente sugerindo que a companhia explorasse o relacionamento e as possibilidades de negócios em conjunto. (grifos nossos)**

Para a análise dessa nova evolução do tema “Gtech”, a seguinte cronologia mostra-se fundamental:

30/11/2001 – Gtech impetra mandado de segurança contra o processo licitatório da Loterj, que seria ganho pelo consórcio de Carlos Cachoeira, o Combralog, e tem negada a medida liminar.

31/12/2002 – CEF propõe (Ofício n.º 1068/CAIXA) à Gtech prorrogação do contrato por 6 meses com desconto de 25%. A CEF passará a processar a apuração de ganhadores, rateio e repasse de prêmios.

03/01/2003 – Gtech responde à CEF recusando a proposta e solicita reunião para os próximos dias para tratar da renovação.

13/01/2003 – Encerra-se o contrato da CEF com a Gtech.

14/01/2003 – Assinado o contrato “tampão” entre a CEF e a Gtech, prorrogando a avença em 90 dias para que a nova diretoria se inteirasse do problema e propusesse nova solução.

16/01/2003 – Assume a nova diretoria da CEF.

13/02/2003 - Waldomiro, Cachoeira, Rovai e Antônio Carlos se reúnem no Hotel Blue Tree, em Brasília/DF.

18/03/2003 – 1ª reunião entre a CEF (nova diretoria) e a Gtech, para que esta apresente proposta à CEF – o contrato tampão de 90 dias iria findar-se em 14/04/2003.

25/03/2003 – O controle de acesso de pessoas à CEF registra que o Waldomiro esteve na CEF nesse dia.

26/03/2003 – 2ª reunião entre a CEF e a Gtech. A Caixa recusa a proposta da Gtech e apresenta contraproposta, que é aceita.

31/03/2003 - Waldomiro, Rovai e Antônio Carlos se reúnem no Blue Tree. Waldomiro avisa que a Gtech será procurada por um consultor que deverá ser contratado para que a renovação do contrato ocorra.

31/03/2003 - Reunião entre a CEF e a Gtech para a assinatura do contrato, que acabou adiada para o dia seguinte. Esta também foi adiada para o dia 07/04/2003.

01/04/2003 – Segundo Rovai, ele, Buratti, Marcos Andrade (Vice-Presidente da Gtech) e Giannelli se encontram no Blue Tree pela manhã. Giannelli é quem introduz Buratti, que pede R\$ 15 milhões.

01/04/2003 – Segundo Rovai, ele, Buratti e Marcos Andrade se encontram no Blue Tree pela tarde. Buratti reduz o pedido para R\$ 6 milhões.

07/04/2003 - Reunião entre a CEF e a Gtech para a assinatura do contrato. Remarcada para o dia 08/04/2003.

08/04/2003 – Assinatura da prorrogação do contrato entre a CEF e a Gtech por 25 meses, com 15% de desconto.

11/04/2003 – Segundo Rovai, ele, Giannelli e Marcos Andrade foram ao escritório da empresa Leão & Leão para receber de Buratti os documentos necessários à sua contratação pela Gtech. (depoimento de Rovai à PF em 7/10/04)

29/04/2003 – Reunião entre Rovai, Antônio Carlos e Waldomiro no Blue Tree. Segundo Rovai, foi para comunicar ao Waldomiro que foram contatados pelo Buratti, mas a empresa vetara seu nome. Waldomiro então teria perguntado se seria possível a troca por outro nome, sendo-lhe respondido que não.

Maio/2003 – Gtech afirma ter encerrado todas as negociações com Carlinhos Cachoeira.

30/05/2003 – 18 meses após o ajuizamento do mandado de segurança contra o processo licitatório da Loterj, foi proferida a sentença de mérito, julgando improcedente a ação. A Gtech não recorre.

Setembro/2003 – Elevação dos valores das apostas da mega-sena de R\$ 1,00 para R\$ 1,50 (50%), e da quina de R\$ 0,25 para R\$ 0,50 (100%)

Segundo explicações dadas por Fernando Antônio Cardoso, a empresa apresentou impugnação administrativa ao edital de concorrência da Loterj, em 2001, que seria ganho pelo consórcio liderado pela empresa de Cachoeira, por discordar dos seus termos. Assim procedeu pois pretendia participar como concorrente do processo licitatório para a escolha da empresa que prestaria serviços para implantação, gerenciamento e operação da Loteria de Prognóstico do Estado do Rio de Janeiro, baseado em técnicas e recursos de informática em linha, ou seja, *on-line*, e em tempo real, ou seja, *real-time*, que seria ganho pelo consórcio de Carlos Cachoeira, o Combralog.

Cardoso citou as seguintes duas discordâncias com o edital: a) o edital determinava que os equipamentos e recursos computacionais deveriam ser usados exclusivamente para os serviços da Loterj, o que, no entendimento da empresa, feria o princípio da economicidade, tendo em vista que a não-utilização da capacidade ociosa do equipamento para outros fins fatalmente aumentaria os custos da apreciação dos serviços; b) por exigências do edital, a empresa teria que transferir dois centros de processamento de dados para o Rio de Janeiro. A empresa teria que transferir os nossos escritórios administrativos para o estado, o que seria inviável: o custo de mudança seria superior à arrecadação da empresa com o contrato estadual.

Os argumentos da Gtech foram considerados improcedentes pelas autoridades competentes. Assim, impetrou mandado de segurança no dia 30/11/2001. Seis dias mais tarde, o juiz indefere o pedido de liminar, permitindo que o processo licitatório seguisse seu curso normal. Indeferida a liminar, o processo judicial teve prosseguimento. Somente em 30 de maio de

2003, 18 meses após o ajuizamento do mandado de segurança, foi proferida a sentença de mérito, julgando improcedentes os argumentos da GTech.

Diante da decisão judicial, a GTech, segundo depoimento de Cardoso, optou por não recorrer, por duas razões: “primeira, o processo licitatório estava concluído e a empresa vencedora já iniciara os trabalhos desde fevereiro de 2002; segunda, a GTech arcava com honorários advocatícios e outros custos para a manutenção da ação no Rio de Janeiro. Tendo em vista tais motivos, a empresa avaliou que a operação do Rio de Janeiro tornara-se economicamente inviável”.

Mais adiante, o depoimento de Cardoso ganha novos ares. O representante revela o real motivo, não mencionado antes, de a empresa desistir de disputar o serviço de loterias no Rio de Janeiro:

O SR. FERNANDO ANTÔNIO DE CASTRO CARDOSO – (...)

Basicamente, a forma como o edital foi escrito, foi desenvolvido tornou inviável a participação da GTech. Primeiramente, por quê? Nós teríamos que “abrir mão” de um dos maiores contratos que nós temos, não no Brasil, mas no mundo, certo? Que era o contrato com a Caixa Econômica Federal. Que dizer, o edital deixava claro que nós não poderíamos operar uma loteria concorrente à Loterj. Então, esse já é um fator porque a loteria da Caixa Econômica é uma das maiores do mundo. E esse é um dos contratos mais estratégicos e relevantes para a GTech. Portanto, nós temos que “abrir mão” dele, de uma operação que já vinha atuando com sucesso.

Só para o Deputado ter uma referência, a relação da arrecadação da loteria do Rio de Janeiro, acho, que não chegou a questão de R\$ 300 mil, R\$ 400 mil a arrecadação da loteria da Caixa Econômica é de R\$ 3 bilhões e meio. Então, nós teríamos que “abrir mão” de um contrato

dessa natureza para assumirmos um contrato de risco com a Loterj.
(grifo nosso)

Ora, se essa era a razão principal, por que a Gtech se deu o trabalho de entrar na Justiça e gastar tanto dinheiro com a ação, como foi dito pelo depoente? O fato é que, como o contrato com a CEF estava sendo sustentado por liminares judiciais, viam que poderiam perdê-lo a qualquer momento, por isso brigavam pelo RJ. Apesar de o representante da empresa negar a relação, ela se apresenta como decorrência lógica: quando a renovação com a CEF foi acertada, no início de 2003, desinteressaram-se pela ação judicial.

Após a primeira reunião entre os representantes da Gtech, Waldomiro Diniz e Carlos Cachoeira, as reuniões seguintes não contam mais com a presença de Cachoeira, e Marcelo José Rovali, em seu depoimento à CPI da Loterj, afirma que, a partir da segunda reunião, última antes da assinatura do contrato, a Gtech teria sofrido uma tentativa de extorsão:

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – (...) Porque, na segunda reunião com o Waldomiro, foi uma reunião extremamente evasiva – não sei por que eu estava presente – e ele deixou claro que alguém havia ajudado o contrato, que nós precisávamos contratar alguém. Quer dizer, claramente se mostrou aí um achaque com a gente.

O SR. LUIZ PAULO – Ele falou do Buratti?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, não falou. A gente perguntou quem ajudou, porque temos pessoas que podem ajudar, ou que trabalham, funcionários ou não. Aí ele "Não, não sei...", "Não é comigo " Ele era evasivo...

O SR. LUIZ PAULO – Então o senhor acha que na segunda reunião ele armou ali um clima de extorsão?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI - **Não tenho a menor dúvida.** Não tenho dúvida. Não vou dizer que no dia eu não tinha dúvida, mas a gente ficou atônito. A verdade é essa. E, nos fatos seguintes, ficou muito claro. O que não tínhamos certeza é se o achaque que recebemos tinha relação com ele ou não. (grifos nossos)

Nessa segunda reunião, Waldomiro Diniz diz que a Gtech seria procurada por alguém – não informa o nome –, e que, depois, revelou-se ser Rogério Buratti, secretário municipal de Antônio Palocci nos anos de 1993/1994.

O SR. LUIZ PAULO – Quem introduziu o Buratti nesse meio? Como é que vocês conheceram o Buratti? Como é que ele caiu do céu no colo da Gtech?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – (...) Fui para Brasília no dia 31 de março, à noite, porque teve um café da manhã com o Sr. Waldomiro, senão teria ido no dia 1º, para a assinatura do contrato, quando o Sr. Antônio Carlos me chamou. Recebo uma ligação à noite, no meu celular, da Caixa Econômica Federal, Sr. Paulo Bretas, que era meu interlocutor até então... Até então ou sempre se mostrou uma pessoa muito correta, mas ele me chamou e disse que havia uma pendência no contrato, não sabia dizer qual era a pendência, mas quem saberia era o advogado da empresa, o Sr. Henrique Gianelli – que era advogado nosso. Tudo bem, estranhei o fato de ele não saber, mas isso também é um assunto jurídico e eu também não entendo. Tentei conversar com o Sr. Henrique e não consegui. No dia seguinte de manhã, reunião com o Sr. Waldomiro. **Sr. Waldomiro disse que alguém ia nos procurar.** Eu consigo falar com o Sr. Henrique, logo em seguida, e ele me disse: não sei de pendência; a única pendência que tem é o Rogério Buratti. Falei: quem é Rogério Buratti? Eu nunca tinha ouvido falar nesse cara.

O SR. LUIZ PAULO – Quem disse isso para o senhor foi o Henrique Gianetti?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – É. Eu nunca tinha ouvido falar da pessoa. Ele falou: não, esse cara é um consultor, uma pessoa que a gente conversou lá atrás, ele, que eu trouxe para a empresa, mas não foi contratado. Não sei. Isso pode ser uma pendência. Não sei se é, pode ser. Até aí, também, de novo, uma suposição. Só que, nesse dia, à tarde, dia 1º - de novo, eu estava esperando para assinar o contrato - agora não me recordo, algum momento, durante o dia, recebo uma ligação da Caixa, adiando a assinatura do contrato do dia 1º para o dia 2, porque o presidente iria estar presente e estava em São Paulo. Eu confirmei, vi na internet, tinha tido um evento em São Paulo no dia 1º, o presidente da Caixa estava presente. Então, perfeitamente possível. Houve um adiamento normal, eu estava em Brasília e me pediram para ficar até o dia seguinte. Sem nenhum problema. Recebo uma ligação que tem uma pendência, falo com o advogado, o advogado me diz que não tinha, mas que poderia ser, ... Mas, depois, inclusive, apareceu... Havia, realmente, uma pendência jurídica. Mas, naquele momento, as coisas foram juntando. O Sr. Waldomiro disse que eu ia ser procurado e, na tarde daquele dia, nós dormimos em Brasília, para assinatura no dia seguinte, o próprio Enrico liga e diz que o Sr. Rogério Buratti, inexplicavelmente, coincidentemente havia ligado e pedido uma reunião para o dia seguinte.

(...)

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI - Então, no dia 2... Nessa reunião, a gente vai para essa reunião sem saber quem era esse cara, o que ele queria, ele abre a reunião dizendo descaradamente: "Pô, podia ter ajudado vocês mais... Vocês deram"... Ele tinha informações de contrato da Caixa, ele sabia que nós tínhamos dado 15%. "Pô, vocês... Vocês deram muito dinheiro, muito dinheiro". É uma negociação com a Caixa! Sempre as negociações com a Caixa foram na Caixa, com as pessoas da Caixa. Inclusive, nós não divulgamos coisas internas. Só pessoas que estão envolvidas sabiam dos trâmites. Ele sabia que tinha 15%, disse que era muito e que podíamos ter dado menos. "Não, vocês podiam dar

menos, aí sobrava para mim, sei lá, 15, 20 milhões." Um absurdo, isso é absurdo. Quer dizer, é uma coisa... Eu, como engenheiro, nunca vi isso. Não estava acostumado. Fiquei atônito com a situação, passei a empresa. E ele falou: "não, tudo bem, vamos ver, mas se vocês não me contratarem, não tem contrato."

(...)

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI -- (...) Nesse dia, que foi no dia 2, que a gente ia assinar à tarde, a gente teve a reunião com o cara, o cara disse assim, "não...", desculpe, com o Sr. Rogério, ele disse que a gente não assinaria o contrato. A gente ficou estupefato. O presidente ia voltar para o Brasil, estava mal de saúde, o Antônio Carlos, tinha tido um problema nas costas, eu liguei para ele, o Marcos ligou, contamos a situação, a gente não sabia o que estava acontecendo. Mas, em todo caso, a reunião com a Caixa continua sendo marcada. Eu estava indo para a Caixa, era perto de seis horas da tarde, recebo uma ligação do cara, do Sr. Rogério, no meu celular dizendo o seguinte: "olha, vocês não aceitaram minha proposta, vocês não vão assinar o contrato com a Caixa". A gente estava indo para a Caixa. Eu falei: "tá bom", desliguei o telefone. Eu estava entrando no estacionamento, coisa de minutos depois, está registrado isso no celular, inclusive, vem uma ligação da vice-presidência da Caixa pedindo adiamento de novo por um problema que depois ia ser... Ou problema de agenda, eu confesso que algum detalhe que, a essa altura do campeonato, eu já não sabia mais nada. (grifos nossos)

O contrato é, então, assinado no dia seguinte, 08/04/2003. Paralelamente a essas reuniões com Waldomiro Diniz, Rovai informa que, nas reuniões com os técnicos da CEF, em nenhum momento os nomes desses personagens (Diniz e Buratti) teriam sido citados.

Por não ser propriamente um dos focos da CPI da Loterj, esse assunto não teve desdobramentos mais efetivos no inquérito parlamentar da Alerj, e a maior parte das pessoas envolvidas não foi ouvida.

6. A RENOVAÇÃO DO CONTRATO ENTRE A CEF E A GTECH – O INQUÉRITO DA POLÍCIA FEDERAL E ANÁLISE

O processo de renovação contratual entre a CEF e a Gtech, que abarca o segundo semestre de 2002 e o primeiro semestre de 2003, é objeto do Processo nº 2004.34.00.010265-0, em trâmite na 10ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, fruto do Inquérito Policial IPL nº 04.312/04 – SR/DPF/DF.

Na Polícia Federal, os representantes da Gtech praticamente ratificaram as suas declarações feitas na CPI da Loterj, no RJ.

Rogério Buratti, por sua vez, afirmou que não conhecia Waldomiro Diniz e que nunca manteve contato com o mesmo. Afirmou ter conhecido o advogado Enrico Gianelli, da Fischer & Foster Advogados, escritório de advocacia que prestava serviços à Gtech, em fevereiro/março de 2003, em um encontro de motociclistas em São Paulo, e que, após o desenvolvimento de uma relação de amizade, foi convidado para trabalhar com ele, como advogado, nas ações cíveis que a Gtech movia contra a CEF. Informou ainda que entre 25 de março a início de abril de 2003, antes da renovação do contrato com a CEF, foi apresentado a Marcelo Rovai, diretor comercial da Gtech, e Marcos Andrade, vice-presidente de operações, e que substituíra o presidente da empresa em sua ausência, no Hotel Blue Tree, em Brasília.

Segundo ele, Rovai teria dito que a renovação do contrato era de grande importância para empresa, uma vez que suas ações estavam em baixa na bolsa de Nova Iorque, e que a empresa tinha por tradição contratar pessoas com história política para fazer a relação institucional com o governo, tendo citado que já “tiveram em seus quadros” um senador da República (José

Richa). Informou que foi convidado por Rovai para participar do processo de renovação contratual, atuando como "lobista". Completou dizendo que tal convite teria sido reforçado, no mesmo dia, após ligação telefônica por parte de Rovai.

Marcelo Rovai, diretor comercial da Gtech, em seu depoimento à Polícia Federal, afirmou serem inverídicas as declarações de Buratti, e que nunca o procurou para possível contratação, e muito menos dissera que as ações da empresa estariam em baixa, dado que, naquela época, até meados de 2004, as ações estiveram em "crescimento constante". Segundo ele, Waldomiro Diniz, na reunião do dia 31/03/2003, no Hotel Blue Tree, teria dito que a Gtech seria procurada por uma pessoa, cuja contratação seria imprescindível para a renovação do contrato com a CEF. Declarou ainda que Waldomiro Diniz teria dito que era apenas um "mensageiro" e que "fora encarregado" de transmitir aquela exigência. Adicionou que recusou a proposta de honorários de Buratti, em reunião realizada no dia 01/04/2003, no Blue Tree, e declarou que o mesmo teria dito que o "vizinho ao lado", o Palácio da Alvorada, tinha conhecimento das tratativas.

Disse ainda que foi instruído pela empresa para que fosse "empurrando com a barriga" as exigências de Buratti, para que as negociações com a CEF não viessem a ser comprometidas. Completou dizendo que, em maio de 2003, a matriz da empresa nos EUA determinou o cancelamento de todas as negociações em curso com Carlos Cachoeira, e que não tem dúvida de que a Gtech fora achacada por Waldomiro Diniz e Rogério Buratti.

Antônio Carlos Lino da Rocha, presidente da Gtech no Brasil, em termo de declaração feito à Polícia Federal, confirmou que Carlos Cachoeira propôs à empresa uma parceria na área de vídeo-loterias estaduais, por meio da qual a Gerplan ficaria responsável pelos terminais de vídeo-loterias e a

Gtech pelo processamento centralizado das transações. Informou ainda que, no início de janeiro de 2003, foi procurado por telefone “por um certo senhor Waldomiro”, que não se identificara nem deixara recado específico. No fim do mesmo mês, declarou que Cachoeira indagou a alguém da Gtech por que a empresa não atendia o assessor do Ministro José Dirceu, que, para a surpresa do declarante, seria o aludido Sr. Waldomiro.

Lino da Rocha também contradisse o depoimento de Buratti, afirmando que era política da Gtech garantir a inexistência de qualquer conexão entre consultores a serem contratados e membros do governo, e que Buratti teria que passar previamente pelo processo de *vetting* da empresa para ter a sua contratação aprovada. Essa declaração se choca com o “mapa político” desenhado por Rovai em fevereiro de 2003 – com o objetivo de identificar na estrutura do novo governo as pessoas que seriam passíveis de aproximação, com o fim de otimizar as negociações com a CEF –, apresentado por Gianelli na sessão de acareação feita na própria Polícia Federal e também nesta CPI.

Após reunião com o presidente da CEF, em 14 de março de 2003, em que ficou acordado que o contrato seria assinado até 13 de abril, o declarante ordenou o imediato cancelamento da contratação de Buratti, por entendê-la desnecessária. Complementou em seu depoimento que Buratti fora indicado por Gianelli a Marcos Andrade como um potencial consultor a ser contratado pela empresa para ajudar nas negociações de renovação do contrato com a CEF.

As declarações de Lino da Rocha e Rovai à Polícia Federal encontram sintonia no que se refere à contratação de Buratti, ao fato de Waldomiro Diniz ter se colocado de fora dessa questão específica (“Waldomiro deixou claro que não era assunto seu”, declarou Lino da Rocha),

e ao fato de o advogado Enrico Gianelli ser a pessoa que estaria a par de eventuais dificuldades apresentadas por Buratti à assinatura do contrato com a CEF.

Os depoimentos de Rovai e Paulo Bretas, então Vice-Presidente da CEF, se encontram quando ambos confirmam que as supostas dificuldades se tratavam, na verdade, de impedimentos técnicos que atrasaram a assinatura do contrato no mês de abril: um relativo ao pedido de desistência por parte da Gtech da ação judicial que tolhia a expansão dos correspondentes bancários e o outro relativo à exigência de uma procuração mais recente dando poderes à Rovai e a Marcos Andrade (uma vez que o presidente da empresa não se encontrava em Brasília) para firmarem o ato. Lino da Rocha declarou que foi informado por Rovai que a causa do atraso poderia ser, segundo Gianelli, a não-contratação de Buratti, a qual, depois, teria sido confirmada pelo próprio Gianelli. Foi essa última versão que Rovai repetiu em seus depoimentos nesta CPI.

Após a assinatura do contrato, o depoente afirmou que procurou Waldomiro Diniz com dois objetivos (reunião do dia 29/04/2003): primeiro, para informá-lo que havia sido de fato procurado por uma pessoa de nome Rogério Buratti, e que o mesmo teria sido vetado pela empresa, e, segundo, ter certeza que a pessoa a que Waldomiro havia se referido era, de fato, Buratti, o que ficou confirmado, dado que Waldomiro propôs a substituição por outra pessoa. Em fins de maio de 2003, declarou que Waldomiro teria solicitado nova reunião, e que a Gtech teria decidido não atender à solicitação.

Mostra-se estranho o fato de o presidente da Gtech ter procurado Waldomiro Diniz após a assinatura do novo contrato com a CEF para informá-lo sobre Buratti.

Lino da Rocha ratificou o depoimento de Fernando Antônio de Castro Cardoso, feito para a CPI da Loterj, dizendo que, na reunião de 13/02/2003, Waldomiro Diniz fez “referências positivas” sobre a atuação das empresas de Carlos Cachoeira junto a Loterj.

Em novo depoimento à Polícia Federal, Lino da Rocha mencionou que, no dia 01/04/2003, jantou em companhia de Marcelo Rovai e Enrico Gianelli, com o fim de entender a posição deste último em todo o contexto, “restando apurado que o advogado estava funcionando como intermediário de Rogério Buratti e os representantes da Gtech”. Acrescentou que também considerava “suspcitas” as ações de Paulo Bretas durante todo o processo, entre os dias 31/03 e 08/04/2003, levando-o a crer que teve participação nas ações praticadas por Waldomiro e Buratti.

Paulo Bretas, em seu depoimento à Polícia Federal, disse que passou a fazer parte do grupo responsável pelas negociações entre a CEF e a Gtech a partir de 14/03/2003, informação ratificada pelo depoimento de Lino da Rocha, que informou que em reunião com o novo presidente da CEF, Jorge Mattoso, em março de 2003, concordaram formar um “time” de pessoas com vistas a um acordo: a CEF seria representada por Paulo Bretas e Carlos Silveira, consultor da presidência da CEF, e a Gtech por Marcelo Rovai e outras pessoas que, porventura, se fizessem necessárias.

Paulo Bretas informou que na reunião do dia 31/03/2003 a renovação do contrato se deu nos seguintes termos: prorrogação por 25 meses, com a possibilidade de denúncia do contrato a partir do 18º mês, desconto de 15% sobre o valor total faturado, incluindo transações lotéricas e não-lotéricas, e a liberação dos correspondentes bancários (renúncia às ações judiciais).

Interessante observar que esses termos já haviam sido colocados pela Gtech na reunião com a CEF de 27/11/2002: prorrogação contratual por 28 meses com desconto de 15%. Isso acontece após Rovai e Gianelli terem dito na reunião de 13/11/02, conforme degravação constante dos autos, que a pauta seria zerada e as negociações iniciar-se-iam de novo. Na oportunidade, Rovai diz: *“Esquece aquela proposta e temos uma nova proposta de transição”*. Em 31/12/2002, a CEF mandaria a sua proposta final: prorrogação por 6 meses com desconto de 25%. O contrato seria efetivamente renovado em abril de 2003, conforme a proposta da Gtech estabelecida desde novembro de 2002, após a pauta de negociação ter sido zerada duas semanas antes.

Bretas afirmou ainda que não conhece nem nunca manteve contato com Waldomiro Diniz, e que desconhecia as reuniões paralelas que os representantes da Gtech estavam tendo com ele. Com relação à Buratti, disse que só veio a conhecê-lo em 24/09/2003, dia em que foi procurado pelo mesmo na sede da CEF para lhe apresentar os serviços da empresa Leão & Leão relacionados a projetos ambientais. No dia 03/12/2003, Buratti voltou a procurá-lo, desta vez para lhe apresentar uma empresa construtora de Ribeirão Preto/SP.

Paulo Bretas desmentiu Rovai quando este afirmara em seu depoimento que, em maio de 2003, em contato com Bretas, este fizera o seguinte comentário: *“que estava chatcado porque alguém poderia ter ganho dinheiro com este contrato”*. Disse que em nenhum momento fizera tal comentário, e que não tomou conhecimento de quaisquer tratativas relacionadas à contratação de Buratti pela Gtech. Acrescentou ainda que a não-contratação de tal consultor nunca fora considerada uma pendência para a assinatura final do contrato. Informou ainda que a equipe técnica da CEF levantou que houve uma valorização das ações da Gtech no dia 09 ou

10/04/2003 nos EUA, e acredita que, por essa razão, a empresa tinha pressa na assinatura do contrato, visto que o ano fiscal se encerrava para a Gtech até o dia 10/04/2003.

Lino da Rocha não mencionou esse fato em seu depoimento; ao contrário, disse que a CEF tinha interesse em renovar logo o contrato pois, no dia 13/04, o termo aditivo de 90 dias se encerraria, e, sem novo contrato, a loteria brasileira poderia parar. Rovai esclareceu, em seu depoimento no Senado Federal, que o ano fiscal para a Gtech já havia se encerrado no dia 28/02/2003.

Foi feita acareação entre Mário da Cunha Haag, ex-Vice-Presidente de Logística da CEF, e Paulo Bretas, pelo fato de o primeiro afirmar que a CEF já possuía condições de assumir parte do contrato que foi fechado com a Gtech e, o segundo, por afirmar que não.

Segundo Haag, se não tivesse havido a mudança da diretoria da CEF, certamente ela assumiria o processamento de loterias (apuração, rateio e repasses), nos termos do Ofício 1068/CEF, a partir de março de 2003. Completou dizendo que a CEF só não teria condições de assumir a captação, transmissão e distribuição de insumos. Bretas reafirmou que a CEF não poderia ter assumido o processamento devido aos riscos inerentes a possíveis falhas que haviam sido detectadas e apresentadas em documentos pela área gestora do produto, e que todas as decisões tomadas pela comissão de negociação, devidamente comunicadas ao Presidente da CEF e ao Conselho Diretor, tinham por base pareceres da área jurídica, documentos apresentados pela área de tecnologia e pela área de loterias. Afirmou não ter havido “mudança de rumo”, uma vez que a equipe técnica envolvida na negociação continuou a mesma da gestão anterior. Tal afirmação, porém, não se

harmoniza com as declarações do ex-presidente da CEF Valderi Albuquerque, prestadas a esta CPI.

A proposta final da CEF para a Gtech, apresentada em 31/12/2002, reforça a argumentação de Haag: a prorrogação contratual se daria por 6 meses.

Carlos Cartell, um dos principais negociadores da CEF no processo de renovação do contrato com a Gtech, em seu depoimento à Polícia Federal, afirmou que, antes da reunião de diretoria da CEF, ocorrida em 13/01/2003, após a posse do novo governo, na qual ficou decidida a prorrogação do contrato com a Gtech por 90 dias, participou de reuniões com a Vice-Presidência de Logística, advogados e técnicos de sua equipe, as quais resultaram no Ofício 1068/CEF, que, em resumo, propunha à Gtech um novo contrato pelo prazo de 6 meses, com desconto de 25% do valor faturado, e que a CEF assumiria a partir de março de 2003 os serviços de processamento da apuração de ganhadores, rateio de prêmios e repasse às entidades beneficiárias.

Paulo Bretas mencionou em seu depoimento que a Gtech não aceitara os termos do Ofício 1068/CEF. Após a assunção da nova Diretoria da CEF, em 27/01/2003, Cartell informou que fez exposição ao consultor da Presidência, Carlos Silveira, sobre a questão tecnológica da prestação de serviços da Gtech. Informou ainda que não sabe a razão pela qual não foi apresentado pelos representantes da CEF na negociação com a Gtech a implantação do novo modelo tecnológico-operacional para o canal lotérico, dado que a empresa pública já possuía, desde dezembro de 2002, capacidade técnica para processar a apuração, rateio e repasse. Cartell produziu ainda a Nota Técnica nº 007/03#20-CEF, datada de 28/03/03, emitindo a posição de

que seria necessário o prazo de 18 meses para a CEF assumir todos os serviços prestados pela Gtech.

A Polícia Federal levantou um quadro de ligações telefônicas entre os envolvidos citados em todo esse processo que lança luzes sobre os depoimentos dados:

- a) entre os dias 13/03/2003 e 15/03/2003, Gianelli fez 8 ligações para Buratti e recebeu dele 1 ligação; entre os dias 24/03/2003 e 27/03/2003, Gianelli fez 18 ligações para Buratti; entre os dias 28/03/2003 e 30/03/2003 são 2 ligações; entre os dias 30/03/2003 e 03/04/2003, fez 8 ligações para Buratti e recebeu 6; entre os dias 07/04/2003 e 09/04/2003, Gianelli fez 4 ligações para Buratti e recebeu 1.
- b) entre os dias 17/03/2003 e 19/03/2003, Rovai recebeu 4 ligações de Cachoeira; entre os dias 24/03/2003 e 27/03/2003, recebeu 1 ligação; entre os dias 30/03/2003 e 01/04/2003, recebeu 4 ligações; entre os dias 01/04/2003 e 03/04/2003, recebeu mais 4 ligações de Cachocira.
- c) entre os dias 30/03/2003 e 03/04/2003, Rovai recebeu 12 ligações de Buratti e lhe dirigiu 6; entre os dias 07/04/2003 e 09/04/2003, Rovai recebeu 4 e fez ligações 4 para Buratti.
- d) entre os dias 12/02/2003 e 14/02/2003, Buratti ligou 14 vezes para Ralf Barquete, e recebeu dele 2 ligações; entre os dias 13/03/2003 e 15/03/2003, fez 6 e recebeu 12 ligações de Ralf Barquete; entre os dias 24/03/2003 e 27/03/2003, fez 34 ligações para Barquete e recebeu 20; entre os dias 30/03/2003 e 03/04/2003, Buratti fez 23 ligações para Barquete e recebeu

34; entre os dias 07/04/2003 e 09/04/2003, Buratti fez 13 e recebeu 14 de Barquete.

Na acareação feita na Polícia Federal entre Carlos Cachoeira, Marcelo Rovai, Rogério Buratti, Enrico Gianelli e Waldomiro Diniz, Buratti esclareceu que foi em março de 2003 que Gianelli lhe informara que os executivos da Gtech teriam interesse em conhecê-lo, informação ratificada por Gianelli, e contrária ao depoimento de Rovai, que disse que só ouviu falar de Buratti a partir do dia 2 de abril de 2003. Buratti deixou a entender, tanto na acareação na Polícia Federal quanto na acareação na CPI do Senado Federal, que ocorreu no dia seguinte, que, de fato, houve uma tentativa da parte dele de interferir nos rumos da negociação do contrato com a CEF.

Houve uma clara triangulação entre Buratti, Ralf Barquete e Palocci: Buratti comunicou à Barquete a proposta da Gtech (de que “poderiam contribuir com o PT dentro de uma escala que iria de quinhentos mil a dezesseis milhões de reais, dependendo do prazo e do percentual de desconto”) e este, na mesma data, lhe retornou dizendo que o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, lhe teria dito que não iria interferir no processo.

Outro dado interessante do depoimento de Buratti foi declarar que Marcos Andrade, Vice-Presidente da Gtech na época do processo de negociação da renovação do contrato com a CEF, havia sido demitido após a assinatura do mesmo e que solicitou a Buratti que lhe informasse sobre oportunidades de emprego no mercado. Dado que Marcos Andrade participou de todo o processo em que a Gtech teria sofrido da parte de Buratti e de Waldomiro Diniz uma tentativa de extorsão, essa procura por Buratti após seu desligamento da empresa não se apresenta como consequência razoável de uma relação que teria sido conturbada e supostamente criminosa.

Marcelo Rovai e Carlos Cachoeira não trouxeram elementos novos na acareação. Waldomiro Diniz novamente se reservou o direito de permanecer calado e de só falar em juízo. Um dado no depoimento de Rovai, que mereceria menção, foi a confirmação da ligação telefônica para Buratti no dia 09/04/2003, um dia após a assinatura do contrato, ligação essa que Rovai negou em seu depoimento no Senado Federal. Disse que tal ligação se deu para combinar a data em que Buratti deveria entregar os documentos para o processo de veto da empresa (*vetting process*). Todavia, essa declaração se choca com os depoimentos de Buratti e de Gianelli, uma vez que os trâmites do processo de veto já vinham sendo feitos desde março. Gianelli disse em seu depoimento nesta CPI que Buratti lhe havia encaminhado toda a documentação em março.

Não menos estranha é a versão de Rovai e de Lino da Rocha sobre o início do processo de veto de Buratti ter-se dado a partir do início de abril. Segundo Rovai, “no dia 03 de abril de 2003, quinta-feira, no período da tarde, Antônio Carlos solicitou ao acareado que mantivesse contato com Rogério Buratti para confirmar, a encenação que ele deveria participar do processo de veto”. Isso se mostra contraditório com os próprios depoimentos de Rovai e Lino da Rocha, que disseram que Buratti teria solicitado R\$ 6 milhões para garantir o contrato. Ora, se o que Buratti queria era apenas o pagamento por seus serviços, que interesse ele teria nesse processo de *vetting*, que se destina à contratação?! Além disso, tal processo, nesse momento, já estava em estágio avançado, conforme depoimento de Gianelli, confirmado por Buratti. Outrossim, segundo Gianelli, “a Gtech não tinha necessidade de contratar quem quer que seja simplesmente para renovação do referido contrato, até porque a Gtech estava amparada por liminar e tecnologicamente a CEF era dependente da Gtech”.

Enrico Gianelli, por sua vez, trouxe elementos relevantes em seu depoimento. Informou que Rovai lhe indicou especificamente Rogério Buratti em fevereiro ou março de 2003 para ser avaliado por meio de um *vetting process*. Mencionou ainda uma carta de agradecimentos, datada de 08 de abril de 2003, subscrita por Lino da Rocha e dirigida ao Escritório Fischer & Foster, em que constam agradecimentos especiais a sua pessoa pelos trabalhos realizados, o que se choca com os depoimentos de Rovai e Lino da Rocha, que declararam suspeitar da conduta do advogado. Além disso, Gianelli informou que o próprio Lino da Rocha, quando precisou de um advogado para tratar de assuntos particulares, em setembro de 2003, o procurou. Todos esses fatos foram comprovados por meio de documentação entregue por Gianelli à Polícia Federal.

7. ELEMENTOS PROBATÓRIOS COLHIDOS PELA “CPI DOS BINGOS” DO SENADO FEDERAL E ANÁLISE

7.1. DEPOIMENTOS

De uma forma geral, os depoentes mantiveram em suas nitivas nesta CPI as versões de seus depoimentos colhidos na CPI da Alerj e na Polícia Federal. Não obstante, conviria destacar alguns pontos relevantes.

Mário Haag, ex-Vice-Presidente de Logística da CEF, esclarece a posição da Diretoria da CEF antes da posse do novo governo federal, em 2003:

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – (...) Então o meu objetivo é passar esse cenário e, de alguma maneira, documentar tudo que foi dito pelo Dr. Valderi ontem e o que vou dizer hoje; não emitirei nenhum juízo de valor aqui. Apenas estarei verbalizando o que os documentos registram. É o que os documentos registram é: o contrato não precisava ser renovado por 25 meses e não precisava ser renovado daquela forma. Esse é o entendimento da diretoria anterior, o entendimento respaldado tecnicamente por uma equipe altamente qualificada, que assina todos esses documentos, cujo responsável maior deve estar hoje aqui, que é o Sr. Carlos Cartell. (...) O primeiro cenário que queria dar é como estava a Caixa em termos tecnológico em 2000. A Caixa tinha duas mil agências e oito mil casas lotéricas (...). Qual era a tecnologia da Caixa nas duas mil agências, nesse momento? A Caixa tinha total domínio sobre essa tecnologia, como tem até hoje. (...) Qual era a situação tecnológica nas casas lotéricas? A situação era o inverso dessa que eu falei. Era uma situação tecnológica extremamente dependente da Gtech. (...) Então, era um contexto tecnológico totalmente diferente do que tinha com as lotéricas e nas nossas agências. (grifos nossos)

Em seguida, fala do plano da CEF para se livrar do aprisionamento tecnológica fruto de sua relação contratual com a Gtech, com a proposta de um novo modelo de loterias, e da natureza transitória que deveria ter a renovação contratual com a Gtech em janeiro de 2003:

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – (...) Bom, quando chega em novembro de 2001, e a Caixa toma a decisão de pular fora da Gtech, a Caixa cria uma superintendência, a **Superintendência Nacional de Projetos Especiais**. Superintendência é o nível 1 da empresa, tem os diretores e, embaixo, a superintendência que tem que ser ocupada por cargo de empregado da Caixa. A Caixa cria essa Superintendência e busca recursos dos mais qualificados para conduzir esse projeto. (...) Então, vem o Dr. Carlos Cartell, que vai depor aqui, para ser o Superintendente, o José Carlos Blanco Cortez, também reconhecido técnico, o Isaias Minas Novas e André Siqueira, são os quatro principais. E monta um time de primeiro valor para conduzir o quê? Qual era a missão deles? Essa Superintendência tinha início e fim: sair do modelo aprisionado da Gtech e entrar no modelo Caixa. (...) Bom, a partir da criação dessa Superintendência, que foi em novembro de 2001 – e eu assumi a Vice-Presidência da Caixa em abril de 2002 –, nós passamos a ter controle desse projeto semanal. (...) O projeto é **Novo Modelo Operacional de Loterias**. (...) Então, ele era viável. Financeiramente, dávamos conta de fazer. As condições mercadológicas eram favoráveis, como a desregulamentação do sistema de comunicação, como o oferecimento de novos principalmente programas no mercado. (...) Quando chega em setembro de 2002, a Caixa e a Gtech, que estavam discutindo num outro fórum, na Justiça, começam a fazer reuniões em setembro de 2002 – a 9 de janeiro de 2003; portanto, já no outro Governo – com o objetivo de fazer um **contrato de transição**. O que é um contrato de transição? **De acordo com o cronograma, a partir de 2003, já começávamos a internalizar algumas atividades. Então,**

íamos precisar, de acordo com os documentos que estão aqui, no máximo de doze meses para internalizar. Doze meses. (...) A Idéla era um contrato de transição. Quando chegou dezembro, essa equipe da superintendência, coordenada pelo Dr. Cartell, já consegue fazer um processamento em conjunto com a Gtech. (...) Fizemos toda a apuração, de outubro de 2002 a dezembro de 2002, chegando a resultados idênticos aos da Gtech. (...) Frente a esse quadro, entendendo que o desafio de desenvolver um sistema era factível, de se apurar, o único empecilho que a gente tinha eram as liminares. (gritos nossos)

Sobre a capacidade de a CEF internalizar as atividades da Gtech:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – Mas o senhor tem convicção – claro, o senhor já manifestou essa convicção aqui. Esta pergunta é óbvia – de que a Caixa já estava pronta para internalizar o processamento.

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – Senador, eu não tenho dúvida nenhuma. Ou então a gente diz que tudo isso é cheque sem fundo e que as pessoas que assinaram, que geraram essa documentação, relatórios técnicos, planilhas, são irresponsáveis – não sei qual seria o adjetivo mais forte para isso. Certeza absoluta. Sempre colocando que a Caixa estaria assumindo, no primeiro momento, a parte final do processamento: rateio, apuração e distribuição da receita líquida aos Ministérios, conforme está no ofício. Então eu não tenho dúvida nenhuma. **A diretoria não tem dúvida nenhuma. A estratégia era essa.** (grifos nossos)

Em seguida, Haag deixa claro que a CEF não tinha qualquer controle sobre os custos de operação da Gtech, conforme avaliado pelo TCU (item 4 deste Relatório):

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o senhor pode nos dar uma idéia de quanto isso representaria, em termos percentuais, de redução no contrato?

O SR. MÁRIO DA CUNHA HAAG – (...) se eu soubesse, na planilha de custo, se a Caixa soubesse, na planilha de custo, quanto o processamento custava, ou seja, quanto custa entregar volante, quanto custa comunicação, quanto custa processamento, era fácil. *Só que a Gtech nunca entregou uma planilha de custos à Caixa. Nunca. Nunca, nunca.* Então, se você não tem, como é que eu... Não me entrega, como é que eu sei? Então, nós estimamos e nos balizamos pelo nosso custo, quanto nós íamos gastar. (grifos nossos)

Paulo Bretas, em seu depoimento, novamente contradiz Haag, e expõe o grau de dependência da CEF em relação à Gtech:

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – O que eu tenho a dizer é que discordo do Sr. Mário Haag. Inclusive eu trouxe para a Comissão um documento que aponta falhas no sistema de processamento lotérico, falhas que já vinham desde – este primeiro aqui que eu tenho – 24 de março; depois essas falhas continuam. A chamada absorção do processamento tem que ser muito bem explicada, porque há na caixa dois conceitos de processamento. Existe o conceito de **processamento amplo**, que significa você assumir tudo, desde a captura do jogo na ponta, passando pela transmissão a uma máquina central que valida aquela aposta, transmite de volta e faz com que, na ponta, uma máquina, com uma inteligência, emita um bilhete válido que, depois, caso o vencedor ganhe, ele vai cobrar aquele bilhete válido, e a Caixa tem que pagar. Nessa operação, todos os jogos estão num computador central, a Caixa faz o sorteio e esses números vão para um computador central que faz a apuração, o rateio do prêmio e o repasse do prêmio. Para fazer tudo isso é necessário ainda que você tenha os fornecedores de insumos, bobina, cartão para fazer aposta, é preciso ter a

empresa que te ajude a fazer a transmissão de dados, porque a Caixa não é uma empresa de telecomunicações. E é preciso ter as máquinas e a manutenção dessas máquinas. **Naquela época, e até hoje, tudo era e é feito pela Gtech.** Se a Gtech pagar um prêmio errado, ela assume a responsabilidade. Agora, imaginem vocês, eu perguntei à área técnica: (...) Eu perguntei a eles: **Eu vejo só uma saída, é substituir totalmente a Gtech. É a única saída que temos: sai a Gtech e entra a Caixa, porque qualquer coisa, além disso, eu vou ter que conviver a Gtech** e eles me responderam: "Não temos como substituir a Gtech. É preciso achar uma forma de renegociar esse contrato". A área de loteria me indicava que, no que se refere ao chamado **processamento curto**... O que é o processamento curto? Apuração, rateio e repasse. E aí que o Sr. Mário Haag diz que ele fazia isso. E eu também afirmo que fazia porque fazia em ambiente de laboratório, não era ambiente de produção. Existe uma diferença técnica entre se fazer a coisa em laboratório e fazer a coisa em ambiente de produção. No laboratório, pode-se fazer uma, duas, três, quatro vezes, e a coisa dá certo, mas, na hora que se vai para o ambiente de produção, a coisa é diferente. (grifos nossos)

Bretas deixou claro que a posição da nova Diretoria da CEF era assumir tudo ou renovar o contrato integralmente, não importando que a CEF já tivesse condições de assumir uma parcela das atividades da Gtech ("processamento curto"). O trecho a seguir ilustra bem a posição da CEF em não querer assumir riscos e, portanto, não querer tomar uma posição mais dura e efetiva em relação ao aprisionamento tecnológico:

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Sr. Paulo, o senhor e o outro negociador da Caixa, o Sr. Carlos Silveira, não propuseram nas negociações de renovação do contrato a possibilidade de a instituição, no caso, a Caixa, assumir o processamento de rateio e da apuração a cargo da

Gtech, com o fim de obter talvez um contrato mais vantajoso para a Caixa. Por que não feita essa proposta, que era uma prova até de tentar chegar a um entendimento?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – (...) a Caixa Econômica Federal não tinha a menor condição de assumir o processamento das loterias, aí resumidos em apuração, rateio e repasse, sem correr riscos: risco de imagem, risco do erro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Poderia errar. Agora, que tinha condições tinha.

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Em laboratório, com erros...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Então, o senhor estava prevendo um erro para não desgastar?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não estava prevendo o erro. O erro existia...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas se não era testado, como é que existia?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Mas a área técnica não me dava segurança de poder corrigir todos os erros.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quantos relatórios o senhor teve da área técnica? Quantos consultores, vamos dizer assim, deram esse relatório ao senhor?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Olha, cheguei a fazer reunião com toda a equipe da SPE, que é a Superintendência de Projetos Especiais. Toda a equipe! Sentei com todos os técnicos e pedi a eles que me dessem prazos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) -- Nunca existiu um favorável?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não, não eram favoráveis. E a todo instante voltavam...

Diante da contradição nos depoimentos, esta CPI solicitou ao TCU que verificasse se em dezembro de 2002 a equipe da Superintendência de Projetos Especiais da Caixa Econômica Federal (CEF) havia concluído o desenvolvimento do sistema de processamento lotérico, compreendendo apuração de ganhadores, rateio de prêmios e repasse de recursos financeiros a entidades. Caso negativo, quanto tempo seria necessário para essa conclusão.

O TCU informou que em dezembro de 2002 a CEF havia concluído o desenvolvimento do sistema de processamento lotérico, compreendendo apuração de ganhadores, rateio de prêmios e repasse de recursos financeiros a entidades. Aquela corte ressaltou que se trata uma etapa pequena do processo de internalização do sistema de loterias; que não havia ainda sido desenvolvido as funcionalidades referentes a captação de jogos; e que não havia local seguro para contingências.

De fato, de acordo com depoimento prestado à Polícia Federal por Marcos Andrade, ex-diretor financeiro e ex-vice-presidente da Gtech do Brasil, esta etapa que estava desenvolvida corresponde a uma parcela pequena do valor do contrato: "algo em torno de 5% a 6%". Todavia, considerando a grandeza dos valores envolvidos nesse contrato, no período de 15 de abril de 2003 a 14 de maio de 2005, a CEF poderia ter pago pelo menos R\$ 40 milhões a menos à Gtech se tivesse assumido o processamento. Convém lembrar que a CEF fez investimentos para tal que ficaram sub utilizados nesse período. Quanto à captação, nunca houve dúvidas que apenas no novo modelo poderia ser assumida pela CEF, visto que Mário Haag e Carlos Cartel informaram que a Gtech trabalhava com arquitetura fechada.

Tendo em vista que Paulo Bretas afirmou que o sistema não estava ainda homologado e havia risco de erros se o sistema fosse implantado, esta CPI solicitou ao TCU que verificasse seria possível realizar a homologação após dois ou três meses de processamento paralelo, conforme preconizava o Sr. Mário Haag. O TCU informou que seria razoável a homologação em 3 meses.

O depoimento de Carlos Cartel esclareceu ainda mais a situação. A substituição da Gtech era factível num prazo de 18 meses, e a nova Diretoria da CEF não queria assumir partes do contrato:

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL. – (...)

A decisão que a atual diretoria tomou, acerca da extensão do contrato pelo período de 25 meses, levou em consideração a seguinte premissa: a forma de internalização do trabalho de loterias, da forma que foi estabelecida primordialmente pelo nosso projeto, deveria ser implantada de forma integral, e não em partes, em etapas sucessivas. Então a resposta que nós demos na ocasião foi que, para a implantação do projeto na sua forma final completa, e não em partes, aquele tempo era aproximadamente o necessário. Assinei um documento dizendo que, a partir do momento em que se liberassem as questões judiciais, haveria necessidade, a partir desse

momento, de um tempo adicional de pelo menos **18 meses** para que ocorresse a implantação do novo modelo na sua **forma completa**.

Baseada nisso, essa diretoria tomou a decisão de fazer essa contratação por um tempo... (...) Esse prazo foi excessivo? O prazo que nós colocamos foi para a implantação do projeto todo, todo, o equivalente ao nosso **plano A da gestão anterior**, precisaria de dezoito meses estimativamente, a partir da liberação da Justiça para a questão ter sequência. Como os 25 meses da renovação, a partir de março, estavam dentro do prazo legal, previsto pela Lei nº 8.666, essa renovação foi feita. Então, essa é a minha avaliação parcialmente depois dessa minha interpretação, de por que essa decisão foi tomada pela atual diretoria.

(...) A proposta que nós fizemos no final de dezembro, quando a questão do projeto deixou de ser tão relevante assim, porque nós estávamos findando aquele contrato, estava findando, e precisaria ter algum documento que desse continuidade, que desse regularidade à execução do serviço, a premissa que ele partiu é de que **nós poderíamos assumir partes do trabalho, partes do trabalho e não o trabalho todo. A nova diretoria entendeu diferente. Não, nós vamos fazer a implantação do projeto, mas na sua totalidade e não partes dele.** (grifos nossos)

Cartell sublinha o grau de dependência tecnológica da CEF em relação à Gtech no início de 2002, após 5 anos de contrato:

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – (...) O que acontece é que, até o início de 2002, a Caixa não sabia operar as loterias. Ela é a responsável por essa atividade no País. Não sabíamos fazer, nós contratávamos isso de alguém. Tivemos que fazer esse trabalho através de uma técnica de engenharia reversa. Não sabíamos como o rádio funcionava. Tivemos que desmontar o rádio e remontar as peças, tudo. Não sabíamos nem imprimir, como se imprime e que caracteres precisam conter um volante de loterias, por exemplo. (grifos nossos)

Em relação à decisão política da CEF:

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Tínhamos essa capacidade, Excelência.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Tínham essa capacidade. Também não quero defender a pessoa que esteve antes aqui, porque o que pretendo é que a verdade apareça – de um lado ou de outro. Mas o que ele afirmou é que seria um risco grande, porque capacidade, ambiente, vamos dizer, controlado, laboratorial, variáveis que podemos ver, realmente é uma coisa; abrir para todo o sistema seria algo diferente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. S^a me permite, na esteira do que o Senador Flávio Arns está colocando, quanto à questão central, nós, que somos leigos, temos dificuldade de entender. Está havendo uma confusão, como disse o Senador Flávio Arns. A questão central seria V. S^a nos dizer se realmente a Caixa teria condições de assumir o processamento ou não.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – No lugar da Gtech?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No lugar da Gtech. Essa é a questão central, que está permeando.

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – Vou fazer isso com muito prazer, porque tenho escutado muita discussão a esse respeito. Vou tentar ser um pouco didático. (...) Em ambientes controlados, adquirimos a capacidade de processar jogos, o que nunca havíamos feito – a Caixa não tinha feito isso. Então, foi um marco, uma vitória. Comemoramos etc. Isso aconteceu... (...) É que a nova gestão não tinha assumido de fato em janeiro de 2003. E, nessa reunião, nós fizemos a apresentação, eu fiz a apresentação dizendo que nós já tínhamos adquirido a capacidade e que agora, então, **precisávamos adotar uma postura mais efetiva, mais firme.** (...)

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por que o

senhor propôs renovar o contrato por seis meses e depois disse que eram necessários dezoito meses?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTELL – (...). Porque seria uma parcela apenas do projeto, a Caixa assumindo apenas a parte de processamento, e, depois, o restante sendo feito pela Gtech. Esse período de seis meses seria o intervalo em que estaríamos homologando a parte de processamento e a colocando em funcionamento. Então, após seis meses, teríamos uma outra realidade completamente diferente. Imaginávamos, naquela ocasião, não vendo o assunto do ponto de vista dos dias de hoje, mas, naquela ocasião, achávamos que seria bastante razoável. (grifo nosso)

No entanto, a proposta da Diretoria anterior ficou vencida, e o contrato foi integralmente renovado, retomando-se o processo de dependência tecnológica. Sequer a cláusula 7.6.2 do contrato de maio de 2000 foi levada em consideração, pois ela obriga a contratada a garantir à CEF, durante o processo de desativação e substituição da rede, “a continuidade, o suporte, a manutenção, e a perfeita execução de todos os serviços contratados, até que a rede e o sistema da prestadora que a substituirá estejam devidamente instalados e em plena operação”. Ou seja, por se tratar de contrato de natureza pública, a Gtech não poderia interromper abruptamente os serviços, não apenas por força contratual, mas também em face do princípio de direito administrativo da continuidade do serviço público. Cartell sublinha essa mudança de postura da CEF em relação à Gtech:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu já havia dado por encerrada a minha participação, mas agora eu gostaria de fazer uma pergunta. É verdade que o Sr. Carlos Silveira disse a V. S^a: “A partir de agora, a Gtech não é mais inimiga”? Houve isso?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – A frase que eu lembro que o Carlos Silveira falou para mim foi a questão de uma postura proativa em relação ao relacionamento da Caixa com a Gtech, e que nós devemos deixar de encarar a Caixa como uma inimiga, como alguém a ser retirado. De fato...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor concordou? No momento, no contexto em que ela foi dita, o senhor concorda?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Na ocasião, sim. Hoje, eu tenho uma visão um pouco diferente disso; mas, na ocasião, eu concordei, sem dúvida. Pareceu-me lúcida até. Como estávamos vivendo um momento muito tenso, estávamos muito pressionados. eu pensei: provavelmente, essa é a solução mesmo, para que passemos para nova fase...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Hoje, o senhor não pensa assim?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Hoje, eu já penso um pouco diferente, porque outros fatos, outras situações surgiram. Penso um pouco diferente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acha que a Gtech não é tão amiga?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Eu estudei bastante o assunto Gtech no mundo inteiro, Senador. Sei como a Gtech age no mundo inteiro.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é a sua conclusão, já que V. S^a estudou tanto?

O SR. CARLOS DA SILVA CARTEL – Certas coisas estão no código genético. Acho muito difícil que a empresa mude certas posturas. Em todo caso... (grifos nossos)

Haag e Cartell afirmaram que não tinham conhecimento da possibilidade de aumento dos preços dos jogos em 2003 (Mega Sena e Quina),

o que seria mais um elemento que demandaria uma “postura mais firme e mais efetiva” da CEF em relação à renovação contratual, que não acabou acontecendo, nem das tentativas de interferência no processo de negociação por parte de Waldomiro Diniz e de Rogério Buratti.

Outro elemento importante que a CEF deveria ter utilizado para forçar a Gtech a reduzir mais o valor da tarifa é a amortização dos investimentos feitos pela prestadora de serviços em períodos anteriores, que representava parte significativa dos seus custos, conforme admitidos em vários documentos da CEF. Em seu depoimento, o Sr. Carlos Silveira admitiu que foi alertado sobre a importância da amortização dos investimentos na composição de preços da Gtech, mas que não tinha noção do quanto isso representava. Mesmo assim, não pediu à Gtech ou à equipe técnica da CEF qualquer análise nesse sentido:

“Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de São Paulo/SP, na Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, onde presente se encontrava o Dr. LUIS FERNANDO AYRES MACHADO, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº 6.286, COMPARECEU: CARLOS EDUARDO FERNANDES DA SILVEIRA, brasileiro, divorciado, natural de São Paulo/SP, (.....), compromissado e sem impedimentos, inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração, RESPONDEU: QUE não tem conhecimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ter solicitado planilha de custos da GTECH para efeitos de renovação do contrato e também não tem conhecimento da GTECH jamais ter entregue uma planilha de custos nos moldes exigidos na Lei 8666; QUE tinha conhecimento que uma parcela dos custos da GTECH era relativo a amortização dos equipamentos adquiridos no início do contrato, porém, não sabia quanto isso significava no preço pago pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.” (grifos nossos)

Marcelo Rovai, diretor comercial da Gtech, atualmente com funções no Chile, relata a tentativa de extorsão sofrida pela empresa dias antes da assinatura do contrato com a CEF:

SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – (...) Os fatos que vamos relatar e discutir aqui basicamente ocorreram durante uma semana mais ou menos, eu diria para os senhores, quase todos os fatos entre o dia 31 de março, segunda-feira, até o dia 8 mais ou menos de abril, quando foi firmado o contrato, onde houve uma tentativa externa de extorsão da empresa. (...) Exatamente no dia 31, à noite, durante o dia – em algum momento, que agora não sei precisar, porque não foi comigo –, recebemos a empresa. O Antônio Carlos recebeu uma ligação do Sr. Waldomiro Diniz, da Casa Civil – inclusive, da secretária dele, da Casa Civil –, pedindo um café da manhã para o dia 1º. E o Sr. Antônio Carlos se sentiu estranho, porque a solicitação era a de que viesse sozinho. O Sr. Antônio Carlos pediu que, como eu também viria para a assinatura do contrato, eu estivesse presente nesse café da manhã. Estamos falando do dia 31 de março, véspera da assinatura do contrato. (grifos nossos)

Waldomiro Diniz deu a seguinte explicação para esse fato:

O SR. WALDOMIRO DINIZ – Fui procurado por uma pessoa que me disse nos seguintes termos: existem boatos que alguém muito influente está tentando ajudar na renovação do contrato da Caixa Econômica. Não é da minha conta. Disse: seu nome está sendo citado. Ai eu achei grave. Pego o telefone, ligo para o Presidente da GTech e disse: quero conversar com o senhor. Fiz uma recomendação: venha só, quero que o senhor venha só. Vou dizer para o senhor: o senhor sabe quem era que estava me alertando que existia um *lobby* para se renovar o contrato? O Sr. Carlos Cachoeira. Chamei o Presidente da GTech e disse: Sr. Presidente... (Pausa.) Posso responder, Senador?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode.
O SR. WALDOMIRO DINIZ – Sr. Presidente, tive conhecimento de uma conversa sobre essa renovação de contrato, que os senhores estão sendo procurados por pessoas se passando por gente influente. Não tenho interesse, não é da minha conta. Devo adverti-los que não tenho nenhum interesse em negócio de vocês e jamais autorizei ninguém a falar em meu nome. Até logo. Muito obrigado. Foi isso.

Tal versão foi desmentida pelo próprio Cachoeira na acarcação. Assim como também não bate com a versão dada pelos representantes da Gtech, Marcelo Rovai e Antônio Carlos Lino da Rocha, que declararam ter havido tentativa de extorsão.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – (...) Estávamos nós – Antônio Carlos Rocha, o Presidente da empresa, e eu – no Hotel Blue Tree. Nesse caso, estávamos esperando na sala. O Sr. Waldomiro Diniz chegou diretamente da sala, diferente da outra vez; da outra vez, nós nos encontramos no *lobby* e nos cumprimentamos. Dessa vez, ele entrou diretamente na sala, e nós também já estávamos lá. Chegou e foi direto ao assunto. Simplesmente ele chegou e disse: “Olha, estou aqui como mensageiro. Sei que vocês estão para assinar o contrato hoje, só que, para a assinatura desse contrato se efetivar, vai ser necessária a contratação de um consultor”. Foi um choque.

Antes disso, os mesmos personagens já haviam se encontrado, também no Hotel Blue Tree em Brasília/DF:

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – No dia 13 de fevereiro mais ou menos. Chegamos ao hotel, estávamos no *lobby*; inclusive, o Sr. Antônio Carlos, o Carlos Ramos, eu. Eu não conhecia, não tinha visto o Sr. Waldomiro. Ele chegou, nos cumprimentamos, conversamos um pouco e

fomos à sala ao lado. Passamos ao redor de trinta minutos; foi uma reunião, eu diria, praticamente protocolar. Nós saímos, pelo menos o Antônio Carlos e eu, satisfeitos da reunião. Por quê? De qualquer maneira, nós entendíamos que estávamos falando com alguém do Governo. Ele assim se posicionava: que era um representante do Governo. E explicava que ali estava para falar conosco pelo seu conhecimento do mercado lotérico. E a nova administração queria entender o que estava acontecendo entre a Gtech e a Caixa Econômica, porque, obviamente, teríamos novos contratos à vista. Então, foi uma discussão sobre o histórico do que tinha ocorrido. (...) E para o lado dele, inclusive, entre alguns comentários que ele fez, fez comentários elogiosos ao Carlos Ramos. No entender nosso, inclusive, era interesse do próprio Carlos que ele falasse bem dele, uma vez que o Sr. Carlos Ramos tinha interesse de trabalhar conosco.

Há divergências em relação a quem solicitou essa primeira reunião. Segundo o depoimento de Cachoeira, a reunião foi solicitada por Waldomiro Diniz. Segundo Waldomiro Diniz, a Gtech e Cachoeira o convidaram para a reunião. A posição da Gtech é a mesma da de Cachoeira. Antônio Carlos Lino da Rocha, em seu depoimento, disse acreditar que Waldomiro Diniz usou Cachoeira para obter a primeira reunião com a Gtech.

O mais provável é que Cachoeira, que tinha interesse em fechar negócio com a Gtech e que tinha largo conhecimento sobre a propensão de Waldomiro Diniz por negociatas e propinas, tenha informado o mesmo sobre as dificuldades de renovação do contrato da Gtech com a Caixa e tenha o estimulado a procurar a empresa para realizar um acerto vantajoso para as três partes. É bem possível, inclusive, que esta reunião em fevereiro de 2003 não tenha sido a primeira reunião e que a versão de que Waldomiro Diniz tenha ligado para a Gtech, em início de janeiro de 2003, e não tenha conseguido falar com o presidente seja fantasiosa, com o objetivo de esconder um possível

acerto anterior. Rogério Buratti, em seu segundo depoimento, acerca do relacionamento entre Gtech e Waldomiro Diniz afirmou:

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – E tenho notícias, por ele também, da contribuição que, nesse caso, não teria sido levada por ele. Ele só teria levado ao Delúbio a informação da contribuição de um milhão de reais ao tempo campanha do Presidente Lula, proveniente das empresas de jogo de São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – De São Paulo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – De São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E do Rio também?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Do Rio?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. S^a me falou também no do Rio.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – **Do Rio, também por informações do Ralf, eu sei que foram também levadas diretamente ao Comitê Financeiro da campanha do Presidente e que elas teriam sido tratadas, pelo que o Ralf me contou, por pessoas ligadas ao Waldomiro Diniz.**

.....

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O senhor afirmou há pouco que **um dos itens do contrato da Gtech era um dos itens do acordo eleitoral. Que acordo foi este?**

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – **Aí volto a dizer: são coisas que eu ouvi. Eu não tenho confirmação. Eu ouvi que, quando o grupo do Rio de Janeiro, o grupo que eu estou intitulando grupo do Rio de Janeiro, contribuiu para a campanha do candidato Lula, havia um compromisso de trabalhar na regulamentação dos jogos no Brasil, dos bingos, acredito, os cargos da Caixa Econômica Federal que tratavam deste assunto e também ouvi que já existiam compromissos em relação à renovação do contrato da Gtech, inclusive com participação de Executivos da Gtech na nova**

gestão, a partir da renovação, trabalhando em áreas não sei se como Paraná, Goiás. Não sei precisar.

(grifo nosso)

Rovai reporta a conversa que teve com Paulo Bretas, sobre a “pendência” que teria impedido a assinatura do contrato no dia 01/04/2003:

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – (...) Contei ao Sr. Paulo Bretas que era uma pendência. “Mas que pendência? Alguém te ligou da Caixa?” Ele falou: “Não, não tem pendência nenhuma, está tudo o.k., já estamos com a minuta preparada. A única pendência que existe é a não contratação pela Gtech de um possível consultor”. “Quem?” “Rogério Buratti.” “Quem é esse cara?” Desculpem-me. Estou falando o que falei na época para ele, no telefone. Desculpem-me. Não é para os senhores.

Segundo Rovai, Bretas teria mencionado Buratti como a pendência. Mas Bretas negou isso em seu depoimento:

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – As pendências jurídicas não nos permitiam, Senador Arthur Virgílio, fazer essa assinatura no dia 1º; não havia possibilidade porque não se chegava a um acordo com os advogados da Gtech com relação aos termos que seriam assinados. Depois de um tempo é que eu entendi a diferença entre a palavra renúncia e a palavra desistência. A Gtech insistia que no documento ela estaria desistindo das ações que prendiam os correspondentes bancários na Justiça, e os advogados da Caixa diziam que a desistência por si só não bastaria; eles assinariam isso um dia conosco, no dia seguinte, eles poderiam entrar novamente com a ação. Devido a isso, informei ao Dr. Marcelo Rovai e disse-lhe que enquanto não houvesse uma conversa com o advogado dele esse problema não seria resolvido e não haveria assinatura. (grifo nosso)

Rovai prossegue e também declara que Enrico Gianelli, o advogado responsável por esses tramites junto à CEF, também mencionara Buratti como a suposta pendência:

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu digo para os senhores de novo: nós estamos falando em 24 horas de vários fatos que antes nunca tinham ocorrido. Nós, da empresa, não sabíamos muito bem como agir. Qual foi a decisão? Bom, o Sr. Antônio Carlos – por dois motivos: um, porque tinha problema de saúde. Ficou desgostoso exatamente pelo fato de que tinha ido a Brasília para assinar o Contrato com o Presidente. A Caixa adia. Ele ficou chateado. 2) A coisa começou a não cheirar bem. Waldomiro Diniz disse que alguém o procurara. A Caixa disse que tem uma pendência e o Advogado sabe. **O Advogado me diz que a pendência é do Rogério Buratti. O tal do Rogério Buratti, que eu nunca tinha ouvido nem visto mais gordo, liga e pede uma reunião conosco.** (grifo nosso)

Assim como Bretas, Gianelli desmente Rovai:

O SR. ENRICO GIANELLI – Era uma **pendência jurídica** que eu estava discutindo entre o.... Sempre confundo os nomes, os dois nomes são parecidos. Essa documentação deve estar na Caixa. Entre o Altair e o Ademir Fernandes Cito. Ademir é advogado da Caixa e Altair é o assessor do....Isso deve ter vários... (grifo nosso)

Gianelli vai ainda mais longe, e desmente a declaração de Rovai de que nunca teria ouvido falar de Rogério Buratti até aquele momento, dia 02/04/2003:

O SR. ENRICO GIANELLI – A Gtech estava, evidentemente, em um processo de negociação com a Caixa, até mesmo porque o contrato estava findando, e a Caixa estava manifestando uma preocupação muito grande, evidentemente. (...) Em razão disso, eles resolveram mudar um pouco as caras que estavam desgastadas com o relacionamento com a Caixa. Então, vários outros profissionais foram contratados: eu e mais alguns outros *profissionais fomos colocados para cuidar apenas do que já estava em andamento*; outros assumiram – digamos assim – uma linha de frente, e o próprio Rovai, junto com o Antônio Carlos Lino da Rocha, assumiram as negociações diretas com a Caixa Econômica. Nesse meio tempo, veio um *pedido do próprio Rovai para que eu fizesse um vetting proces* – o que eles chamam de *vetting process* nada mais é do que um levantamento – de um advogado chamado Rogério Buratti. E aí é que entra o famoso Rogério Buratti. Ele disse: “Olha, é um advogado de São Paulo...” E o Rovai me disse: “Você tem condições de saber por onde anda...” E recebi uma informação de que esse poderia ser um dos novos *integrantes da nossa nova – digamos assim – frente de negociação com a Caixa*. (grifos nossos)

Em seu segundo depoimento, na sessão de acareação, Gianelli complementou dizendo que o nome de Buratti teria sido indicado a Rovai por “alguém da CEF”.

O mapa político feito pelo próprio Rovai antes do início das negociações com o novo Governo e apresentado por Gianelli na sessão de acareação reforça essa versão. A Gtech procurava por uma pessoa que fizesse *a ponte com o Ministro da Fazenda*.

O depoimento de Buratti reforça essa linha de raciocínio:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Onde e quando se deu o primeiro encontro entre o senhor e Marcelo Rovai?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No hotel Blue Tree Park.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – O que foi tratado?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eles me convidaram para prestar um serviço de intermediação junto à Caixa, para renovação do contrato deles com aquela empresa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – Qual era o prestígio do senhor?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O prestígio que eles falaram que eu tinha – isso foi dito – era o fato de que, como eles tinham investigado o meu currículo e conversado com pessoas, sabiam que eu poderia ter ligações que pudessem vir a ajudá-los junto à Caixa Econômica Federal, **ligações objetivamente com o Ministro Palocci**, visto que, na escala, a Caixa Econômica seria subordinada ao Ministério da Fazenda. Então, eles objetivamente me falaram que eles já tinham tratativas com o Governo que já estava em andamento. Porém, quando o contrato chegou à fase de renovação junto à Caixa, a Caixa teria endurecido a negociação e exigido um desconto maior, que eles não estavam conseguindo reverter. Nesse sentido, eles buscaram saber de mim se eu poderia, se eu tinha canais **para fazer lobby no sentido de melhorar esse padrão de renovação do contrato deles junto à Caixa.** (...) Mantive dois encontros no mesmo dia com o Sr. Marcelo Rovai, que foi esse às vésperas da assinatura do contrato deles com a Gtech. Depois, eles me procuraram na sede da empresa **Leão&Leão em São Paulo.** Mas eu não estava lá no dia em que eles foram. (grifos nossos)

Em seguida, Rovai menciona a tentativa de extorsão que a Gtech teria sofrido por parte de Rogério Buratti:

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – A reunião foi marcada pelo Sr. Rogério Buratti, no dia seguinte, no dia 2, no Blue Tree. (...) O Sr. Rogério

Buratti não fez meias palavras como havia feito o Sr. Waldomiro Diniz. Foi direto ao assunto. O Sr. Rogério Buratti chegou para nós e disse: "Vocês vão assinar um contrato com a Caixa Econômica e vão dar 15% de desconto. Vocês são otários, vocês são bobos, porque se tivessem me contratado lá atrás, vocês iriam dar somente 8%" – ou algo assim – e a diferença poderia ficar para mim. Agora, vocês vão ter que dar os 15% para a Caixa e me pagar." (...) O Sr. Buratti ligou, marcou a reunião de novo no Blue Tree. Pela manhã, tinha sido naquele Blue Tree do fundo... O hotel Blue Tree tem dois prédios: um no fundo e um na frente. De manhã, tinha sido naquele do fundo, perto do lago, e depois, à tarde, a reunião foi no Blue Tree da frente. Nessa reunião da frente, ele simplesmente chegou para nós e disse: "Olha, conversei com o meu pessoal, e a gente entende que ficou muito em cima da hora, então, se vocês pagarem R\$6 milhões, o contrato sai". Assim, como uma coisa natural, R\$6 milhões não é nada, frente ao contrato, para a Gtech, é tranqüilo. De qualquer maneira...

A versão de Buratti é distinta. A proposta teria vindo da Gtech:

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu poderia ganhar de 500 mil a 16 milhões, a depender do prazo da renovação e da diminuição do desconto.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o senhor não aceitou?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu não tinha meios para aceitar.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é a impressão, então, que o senhor tem desse dirigente da Gtech?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Naquele encontro, ele me pareceu um **dirigente desesperado**, até fazendo citações de que a renovação desse contrato dependia da permanência da empresa no Brasil e na América Latina e que **a renovação, em não sendo feita em condições favoráveis, poderia significar para a empresa dele um grande prejuízo**. Por isso que ele estava fazendo essa tentativa final.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E eles falaram de outras tentativas?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – **Falaram que já tinham tratativas com o Governo.** (grifos nossos)

Todavia, Buratti, em seu segundo depoimento, se contradiz quanto a quem tomou a iniciativa de aproximação entre ele e a Gtech, apresentando uma versão de que Ralf Barquete foi quem o introduziu na negociação:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como é que eles souberam dessa influência do senhor no Ministério da Fazenda?

Eles contavam com o senhor junto ao Ministério da Fazenda por meio de quem?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Por meio do Ralf. Eles, na Caixa Econômica Federal. A informação que tenho, na época, desse processo é que a Caixa Econômica Federal estava fazendo a negociação do contrato de renovação da Gtech.

Também havia informações, não posso confirmar, da mesma fonte de que havia uma negociação em curso principalmente “voltada” para o que se dizia que era o tal Grupo do Rio que seria...

O SR. RELATOR(Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Grupo?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Grupo do Rio que contribuiu na campanha **que seria por meio do Waldomiro Diniz** só que a Caixa Econômica Federal, até o ponto que sei, não tinha nenhuma participação no sentido de fazer nenhum tipo de privilegio para que a Caixa Econômica facilitasse o contrato.

Então, pelo que o Ralf me informou, o Ministro da Fazenda tinha dado determinações ao Sr. Jorge Mattoso para que fizesse uma negociação rígida, dura como tem que ser um órgão público. Nesse meio tempo, a Gtech, sabendo que a posição do Ministério da Fazenda era para que fosse

uma negociação dura e estava sendo, procurou dentro da Caixa formas de chegar ao Ministério da Fazenda.

Sabendo que o Ralf tinha sido secretário de Palocci e, em tese, teria sido indicado como assessor pelo próprio Ministro Palocci, eles tentaram conversar com o Ralf, que não aceitou a conversa porque, enfim, ele era um funcionário público, estava na Caixa há um mês, não tinha condição de interferência nem desejo de interferir, mas ele me pediu para recebê-los.

Eu os recebi e eles me fizeram a oferta de 500 mil a 16 milhões, como eu disse a outra vez, e eles já estavam seguros de que o contrato seria renovado, porque a Caixa não tinha meios nem instrumentos para romper aquele contrato de um dia para o outro. Então eles estavam seguros disso.

Só que a Caixa havia exigido um desconto que eles julgavam alto e eles queriam o prazo máximo. Então eles buscavam meios para melhorar essa performance do contrato. Fizeram a oferta de 500 mil a 16 milhões, dependendo do prazo e do tempo, que dependia de uma ação da Caixa.

Esse dinheiro não seria para mim, é claro. **Esse dinheiro, eles falaram claro, era uma oferta ao Governo, que eles queriam que chegasse ao Governo, pelo Ministério da Fazenda, porque é onde eles diziam que tinham notícias na Caixa de que havia resistências.** Eu transmiti essa informação ao Ralf, da forma que foi passada, e o Ralf, um dia depois, me deu a informação de que ele havia conversado com o Ministro, ou com alguém do Ministro, não sei, e que o Ministro não iria interferir na negociação com a Caixa Econômica Federal, em nenhuma hipótese. Que a negociação deveria continuar do jeito que estava, técnica, e que não havia nenhum interesse de oferta de recursos para o PT.

(grifos nossos)

Apesar de ter dito, em seu segundo depoimento, que um dia após a reunião com a Gtech tinha recebido a informação do Ministério da Fazenda que não haveria interferência para facilitar a negociação com a Gtech. Na

acareação, Rogério Buratti admite que, como a Gtech tinha aceitado suas bases de negociação, ele continuou “trabalhando” na renovação do contrato com a CEF.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – A análise do sigilo telefônico do Sr. Ralph Barquete mostra mais de 500 ligações entre ele e o celular 81117197, de uso do Sr. Ademirson Silva, entre os meses de janeiro de 2003 e março de 2004. No dia 1º de abril de 2004, quando V. Sª teve duas reuniões com dirigentes da GTech para negociar a renovação do contrato, há 14 ligações entre V. Sª e Barquete, e 12 entre este e o celular utilizado pelo Sr. Ademirson. No dia 8 de abril de 2003, dia da assinatura do contrato da Caixa com a GTech, há 11 ligações entre V. Sª e Barquete, e 14 entre este e o celular utilizado pelo Sr. Ademirson. Além disso, a maioria dessas ligações ocorreram em pares, parecendo que, ou havia uma triangulação ou os assuntos acertados entre V. Sª e Ralph Barquete, necessitavam ser comunicados ou aprovados pelo Sr. Ademirson. Pergunto: Ralph Barquete ligava, realmente, para falar com o Sr. Ademirson ou com o próprio Ministro da Fazenda? O que o senhor tem a dizer sobre esta triangulação sua com o Ralph e o celular do Sr. Ademirson?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, na verdade, as ligações do dia primeiro, são verdadeiras. No dia primeiro, eu recebi uma proposta da GTech que eu tinha que levar o Ministro Palocci. Eu informei... Foi com o Ralph, através do Ralph. Essas ligações confirmam que, de fato, eu tinha que levar essas informações ao Ralph, e o Ralph me retornou. Agora, se a forma que ele usou para falar com o senhor Ministro foi através do Ademirson, eu não sei. Pode ter sido. Acredito que pode ter sido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma, PFL – SP) – O Ademirson era ligado ao senhor ou não?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – O Ademirson? Não. Era meu conhecido.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu poderia falar uma coisa? Ontem, na Polícia Federal, o delegado inclusive perguntou isso e ele disse que jamais levaria esta informação por telefone, e ele teria se reunido pessoalmente com o Sr. Ralf Barquete. O senhor delegado perguntou aonde e ele disse: “ah, eu não me lembro”. “Como o senhor não pode se lembrar de algo tão importante?” “Ah, talvez, foi no Blue Tree.” Então, vou deixar bem claro que, ontem, na Polícia Federal, era ao vivo e, hoje, é por telefone.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, não. É a mesma coisa Marcelo. Eu conversei com o Ralf pessoalmente. Não precisa ficar nervoso. Eu conversei pessoalmente com o Ralf. A sua proposta de propina pro PT, eu levei pessoalmente para Ralf, que levou para o Ministro Palocci que rejeitou. Só que eu também falei sobre isso por telefone. Não existe incompatibilidade no que eu disse.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Eu nunca ofereci propina para ninguém. Nem para o PT nem para você.

.....

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – As do dia oito, Senador?

.....

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – **Senador, até o dia oito de abril, a GTech, como o Sr. Marcelo disse, me enrolou. Ela me fez a proposta de propina e ficou me enrolando até o dia oito. Então...**

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É aquela dos 500 até R\$16 milhões?...

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Dos 500... As ligações de primeiro de abril a oito de abril, várias delas, com certeza, foram também para tratar desse assunto. (grifos nossos)

Outra mudança de Buratti na acareação em relação aos depoimentos anteriores foi no tocante à reunião com dirigentes da Gtech, em 11 de abril de 2003. No seu primeiro depoimento à Polícia Federal ele teria dito, inclusive, que havia viajado para a França no dia 7 de abril de 2003,

portanto, antes da assinatura do contrato. Contudo, tal viagem ocorreu de fato no dia 13 de abril, após a reunião com a Gtech. Na acareação ele admite que a mesma ocorreu, na sede da Leão & Leão, em São Paulo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Marcelo Rovi, no dia seguinte à assinatura do contrato, V. Sª troca telefonemas com o Sr. Rogério Buratti. Dias depois, em 11 de abril de 2003, V. Sª e Antônio Carlos Rocha vão à Leão&Leão. Confirma?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, parcialmente. Dia 9, fiz duas ligações para Rogério Buratti, a primeira não funcionou, ele não atendeu, deixei um recado, voltei a falar à tarde, quando marcamos a reunião do dia 11 na Leão & Leão para receber os documentos. Nessa reunião, estiveram presentes o Sr. Marcos Andrade, o Sr. Enrico Gianelli e eu.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas na Leão&Leão?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Na Leão & Leão, na Vila Olímpia, em São Paulo, foi o local onde ele indicou para a entrega dos documentos para o processo de veto, porque é ali que iria começar o processo de veto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – O senhor estava lá, Sr. Gianelli?

O SR. ENRICO GIANELLI – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Hein?

O SR. ENRICO GIANELLI – Estava.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E foi para conversar com o Sr. Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – O Sr. Buratti também?

O SR. ENRICO GIANELLI – O Buratti, também.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor confirma também? E foi tratado só do *vetting process*?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – No meu caso, eu não apresentei documento nenhum, porque não teve contrato, não apresentei

documento nenhum, a não ser que ele tenha algum documento que mostre...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – **Por que o senhor, no primeiro depoimento, negou essa reunião?**

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Eu neguei?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Negou.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não, mas é um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Está no depoimento.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – **É um equívoco, porque teve, a reunião teve, não teve nenhum problema, teve a reunião.**

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Mas o senhor negou.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – **Não, não, foi um equívoco meu, porque teve a reunião de fato, porque, nesse processo todo, eu fui tratado ao longo desse tempo pela GTech. . (grifos nossos)**

Tendo em vista a intensa comunicação telefônica entre Rogério Buratti, Ralf Barquete, Ademirson Ariovaldo Silva e Wladimir Poletto nos anos de 2003 e 2004, especialmente no período de 31 de março a 14 abril de 2003, período crucial das negociações entre Buratti, Waldomiro Diniz e Gtech, esta CPI convocou os senhores Ademirson Ariovaldo Silva e Wladimir Poletto para prestarem esclarecimentos sobre seu envolvimento na negociação com a Gtech. Wladimir Poletto negou envolvimento com este caso, mas reconheceu que em início de 2003 se estabeleceu em Brasília para intermediar negócios, inclusive alugando uma casa no Lago Sul:

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E quanto mais V. Sª fala, mais se complica. Essa tese é inexistente.

Mas gostaria de perguntar a V. Sª algumas outras questões, se me permite.

Vou voltar à casa que falamos. E aqui o Sr. Buratti acabou por confirmar que algumas pessoas frequentavam essa casa que o senhor alugou. O senhor confirma, então, que alugou essa casa, aqui em Brasília, no ano de 2003. O senhor confirma?

O SR. VLADIMIR POLETO **Confirmando.** . (grifos nossos)

Todavia, o Sr. Francisco das Chagas Costa, contratado por Poletto como motorista e que dirigiu para ele, Ralf Barquete e Rogério Buratti, afirmou, em depoimento, que os conduziu para reuniões sobre a Gtech e que eles falavam muito sobre assuntos envolvendo essa empresa:

“Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de Brasília/DF, na Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, onde presente se encontrava o Dr. LUIS FERNANDO AYRES MACHADO, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº 6.286, COMPARECEU: FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA, brasileiro, separado judicialmente, natural de São Luiz/MA, (.....), compromissado e sem impedimentos, inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração, RESPONDEU: QUE o depoente foi motorista do Sr. Wladimir Poletto, de 2003 a 2004; (.....) QUE sabe que o Sr. ADEMIRSON SILVA era amigo de WLADIMIR POLETO e ROGÉRIO BURATTI; QUE na casa no Lago Sul trabalharam uma empregada que depois foi substituída por outra mas que não se recorda do nome de nenhuma das duas; QUE ouviu várias vezes WLADIMIR POLETO, RALF BARQUETE e ROGÉRIO BURATTI terem comentado que iriam a reuniões com a GTECH”. (grifos nossos)

Mais intrigante e comprometedor é o fato de Wladimir Poletto ter adquirido telefones celulares para seu grupo amigos utilizando o nome do Sr. Francisco das Chagas Costa, sem o conhecimento e muito menos a autorização do mesmo. Questionado por esta CPI sobre alguns telefones

registrados na operadora TIM em seu nome, o Sr. Costa afirmou que Poletto havia solicitado os seus documentos para adquirir um único celular para ele, objetivando facilitar a comunicação do grupo com o seu motorista. Sobre os outros telefones ele afirma que:

"Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de Brasília/DF, na Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, onde presente se encontrava o Dr. LUIS FERNANDO AYRES MACHADO, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº 6.286, COMPARECEU: FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA, brasileiro, separado judicialmente, natural de São Luiz/MA, (.....), compromissado e sem impedimentos, inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração, RESPONDEU: QUE o depoente foi motorista do Sr. Wladimir Poletto, de 2003 a 2004; (.....) QUE o Sr. WLADIMIR POLETO pediu a documentação do depoente a fim de habilitar um telefone celular em seu nome, e que isso foi realmente realizado; (.....) QUE quando RALF BARQUETE, WLADIMIR POLETO e ROGÉRIO BURATTI queriam falar com o depoente telefonavam nessa linha; QUE está espantado com a notícia de que as linhas 8116-6239 e 8116-6231 constavam na operadora TIM como se fossem do declarante; QUE confirma que não sabia que a linha 8116-6239, usada por RALF BARQUETE estava em seu nome, e que a linha 8116-6231, usada por WLADIMIR POLETO também estava em seu nome;" . (grifos nossos)

O Sr. Ademirson Ariovaldo Silva, em seu depoimento, afirmou que parte das ligações que Ralf Barquete e Rogério Buratti faziam para ele eram para falar ou deixar recados para o Ministro Antônio Palocci e outras eram para falar ele próprio. Afirmou também que todas as ligações de Poletto eram para falar com ele. Disse ainda que todas as conversas eram para falar de

assuntos “normais”, que não soube definir melhor. Também afirmou que esteve várias vezes na casa de Poletto no Lago Sul, inclusive na presença de empresários. Negou que tenha qualquer envolvimento nas negociações de Buratti e Barquete com a Gtech, mas não apresentou justificativa nem para, no período crucial nessas negociações, o número de ligações com Ralf Barquete ser várias vezes superior sua média diária normal, nem a cristalina triangulação entre Buratti, Ralf e ele.

Outro ponto curioso é o fato de Gianelli ser a pessoa encarregada do processo de veto (*vetting process*) do consultor Buratti e, segundo Rovai e Lino da Rocha, tratar-se de um procedimento corriqueiro na empresa. Se assim era, por que na reunião com um candidato a consultor (Buratti), o Vice-Presidente da Gtech e um diretor comercial estariam presentes, e ainda fora de São Paulo? O seguinte trecho de depoimento de Rovai é ilustrativa:

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas como o senhor vai conversar com o Buratti e não sabe o que ele é, como ele se dá e com quem? E o Sr. Waldomiro, que era assessor da Casa Civil? Os senhores foram conversar certos de que eles representavam o Ministério da Fazenda e a Casa Civil. Quanto a isso, não tenho nenhuma ilusão. Agora, sei que é difícil para o senhor confirmar. Vai ser assim sempre. Se o senhor jurou dizer a verdade, o senhor devia dar a sua impressão, pelo menos, de que pensava que o Sr. Buratti era forte. Por quê? Por que era forte Waldomiro. Ou, então, a Gtech, que é uma empresa fortíssima no mundo, tem, ou tinha, no Brasil, ingênuos na sua direção. Ou, então, sabiam que, no Brasil, só se fazia negócio com roubo, com comissão. Das duas, uma. Agora, o senhor responda, por favor. (...) O senhor não sabia que ele tinha relações com o Ministro Palocci?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, eu não sabia. Nesse momento, eu não sabia...

Gianelli, em seu depoimento, disse que foi o próprio Rovai quem solicitara essa reunião. Além disso, permanece estranho o fato de a Gtech nada ter comunicado, à época, ao Ministério Público e à Presidência da República sobre todo o ocorrido.

Rovai chegou a negar as ligações telefônicas registradas no inquérito da Polícia Federal (item 6 deste Relatório) que teria trocado com Rogério Buratti:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós temos aqui ligações entre o senhor e o Rogério Buratti justamente entre o dia 30/03 e o dia 03/04. “Do Sr. Rovai para Buratti, oito ligações, e de Buratti para Rovai, 20 ligações.”

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Impossível.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Impossível?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Impossível! De mim?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim.

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor. Não. Não, senhor.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não//

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Não, senhor.

Eu o conheci no dia 2, foi a primeira vez que ouvi, ouvi seu nome. Não.

Antes disso, dia 3? Não e foram, se tiver, uma ou duas ligações, que eu até passei para o doutor delegado. Foram comprovadas as ligações, inclusive.

Ainda mais suspeita é a ligação registrada pela Polícia Federal feita por Rovai a Buratti no dia 09/04/2003, um dia após a assinatura do contrato com a CEF, e que atenta contra a versão dada por Rovai aos fatos. Buratti confirmou a ligação:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É a conversa do dia 9 de abril de 2003? O senhor se lembra?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Não.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Não se lembra?

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Em 9 de abril, creio que não conversei com o Sr. Marcelo Rovai. Por telefone ou pessoalmente?

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB RN) Por telefone.

O SR. ROGÉRIO TADEU BURATTI – Por telefone, sim. Por telefone, existe. É que o senhor perguntou encontro, né? Por telefone, sim. Ele me ligou uma vez, não sei se foi no dia nove de abril, para dizer que o contrato tinha sido renovado, não da forma que ele queria; que ele tinha sido obrigado a dar o desconto, que ele tinha assinado o contrato, que o prazo máximo do contrato seria de 25 a 24 meses e eles tinham conseguido só 18 meses. E que, se eu tivesse ainda condição na melhoria desse padrão de renovação, a proposta deles ainda estaria de pé. E teve uma outra ligação que ele me ligou dos Estados Unidos, para falar também coisa semelhante. Ai eu não sei se foi essa de nove de abril. (grifos nossos)

Rovai negou essa ligação em seu depoimento; todavia, na acareação na Polícia Federal (item 6 deste Relatório), a confirmou, mas declarou ter sido outro o seu conteúdo. Mais adiante, Rovai fala da terceira reunião com Waldomiro Diniz:

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI Então, o Antônio Carlos decidiu que precisávamos – ele usou este termo – vacinar ou algo assim; inocular. E aí ficamos de voltar ao Sr. Waldomiro e de contar a história que o Buratti havia nos procurado, para entender, para verificar se realmente era a pessoa. (...) A reunião foi muito rápida com o Sr. Waldomiro, foi marcada em Brasília. Essa terceira reunião foi marcada pela Gtech, que solicitou diretamente à Casa Civil, solicitou à secretária do Sr. Antônio Carlos uma reunião. Viemos a Brasília. A reunião foi extremamente breve. Iniciou-se a reunião, e, estranhamente, o Sr. Waldomiro entrou na reunião alegre. Ele não tinha noção. Não sei qual o grau de conexão, mas ele não sabia ainda que Rogério Buratti havia sido vetado, que já tínhamos informado que ele não ia receber nada, que as empresas haviam sido vetadas. Quando

informamos isso ao Sr. Waldomiro, ele ficou transpassado e perguntou se não era possível trocar a pessoa: "Não, mas eu não posso arrumar uma outra pessoa que possa passar no veto"? Isso não existe, e a reunião simplesmente terminou. Ele foi não vou dizer mal-educado, mas brusco. Terminou a reunião e saiu.

Essa estranha reunião, sem propósito e aparentemente irrazoável, se a versão dada pela Gtech a todo o processo for considerada verdadeira, reforça a tese de que havia um interesse da Gtech em Waldomiro Diniz, o que lança nova luz sobre o mapa político desenhado por Rovai e apresentado por Gianelli na sessão de acareação.

Essa terceira reunião foi realizada em junho de 2003, mesmo período em que Rovai ligou, dos Estados Unidos, para Buratti. Nesse mesmo mês o sigilo telefônico identifica várias ligações do grupo formado por Buratti, Barquete e Poletto com Gianelli utilizando os telefones secretos adquiridos em nome do Sr. Francisco das Chagas Costa. Conforme Buratti afirmou, a Gtech não ficou totalmente satisfeita com a prorrogação do contrato pois teve que abrir mão do "Caixa Aqui", os correspondentes bancários não lotéricos. Buratti também afirma que a Gtech o procurou após a assinatura do contrato para tentar melhorar as bases do mesmo. Diante disso, é bem plausível que tanto essas ligações quanto a reunião com Waldomiro tivessem o intuito de acertar o início de novas negociações com a CEF. A esse respeito, o Sr. Carlos Silveira afirma que no segundo semestre de 2003, a CEF realizou várias reuniões de negociação com a Gtech visando a ampliação da prestação de serviços:

“Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de São Paulo/SP, na Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, onde presente se encontrava o Dr. LUIS FERNANDO AYRES MACHADO, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº 6.286, COMPARECEU: CARLOS EDUARDO FERNANDES DA SILVEIRA, brasileiro, divorciado, natural de São Paulo/SP, (.....), comprometido e sem impedimentos, inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração, RESPONDEU: QUE não tem conhecimento de quando a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL retomou os correspondentes bancários não lotéricos, que era de fundamental importância do ponto de vista estratégico para a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; QUE participou de reuniões com dirigentes da GTECH das quais participaram outros funcionários da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nas quais a GTECH propunham outras formas de trabalho conjunto; QUE o depoente acha que todas essas reuniões têm atas formalizadas; QUE não tem conhecimento de nenhuma das propostas da GTECH ter sido contratada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL nem que essas reuniões tenham levado a CEF de o mudar o propósito de substituir a GTECH”

Isto é corroborado e melhor esclarecido por carta dirigida a dirigente internacional da Gtech pelo Sr. Afrânio Nabuco, que fez cópia da mesma chegar a esta CPI. Nessa carta, o Sr. Nabuco mostra-se de um lado satisfeito com a mudança do relacionamento para melhor entre a CEF e a Gtech, bem como com a iminente conquista pela Gtech do “Caixa Aquí”, e por outro, propõe seu desligamento da empresa, mostrando-se chateado por ter sido totalmente excluído das negociações da Gtech.

Brasília, 27 de Novembro de 2005

Ao Sr. Tim Nyman

GTECH Corporation

... "Porém, nada disso aconteceu. Apesar de meus esforços, não tenho tido nenhuma oportunidade de alinhar-me aos seus trabalhos, devido a total desinformação e desconhecimento que tenho tido de suas mais recentes estratégias."

Continua a carta:

"Meu desconforto se cristalizou por volta de duas semanas atrás, quando eu soube pelo Sr. Fernando Cardoso do amigável –excepcional inclusive – relacionamento entre a GTECH e a Caixa. Por favor, não me entenda errado. Claro que fiquei muito feliz por tão boa notícia, especialmente com a rápida mudança de situação difícil pela qual a GTECH passou! Foi ótimo ouvir do Sr. Cardoso da iminente assinatura de um novo contrato que ele conseguiu aprovar com a Caixa, além da expansão do espectro do serviço para o canal 'Caixa Aqui'. "

Essa reunião de junho, com Waldomiro, contradiz palavras anteriores do próprio Rovai, de que nada esperava de Waldomiro Diniz, nem necessitava dar qualquer "feedback":

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – De volta ao dia 31 de março, o Sr. Waldomiro Diniz nunca mais procurou a Gtech. Não ligou para a Gtech, porque, primeiro, **não estávamos esperando nada, mas nem para dar um feedback absolutamente**. O contrato continuou, iniciamos as tabulações, tivemos todas as reuniões. Nunca sem nenhuma ingerência. Ninguém nos procurou, absolutamente nada. (grifo nosso)

Depois, Rovai fala do jantar que teve com Antônio Carlos Lino da Rocha e Paulo Bretas, em que este demonstrara saber que teria havido interferências externas no processo de renovação do contrato com a CEF:

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nessa reunião – fora da Caixa, fomos jantar; ele havia me convidado para um jantar –, ele iniciou a reunião dizendo: "Marcelo, tem coisas que me deixam chateado, porque **sei que**

houve gente que ganhou dinheiro nesse contrato". Quer dizer, eu imaginei que ele estava falando do Buratti e contei a história. Falei: "Não, senhor, o senhor está completamente enganado". Contei a história, e ele se mostrou aliviado. (grifo nosso)

Bretas desmentiu:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em seu depoimento à Polícia Federal, acho que isso foi perguntado pelo Senador Arthur Virgílio. Marcelo Rovai disse que V. Sª lhe teria dito que estaria chateado, porque alguém poderia ter ganho dinheiro com esse contrato. O que V. Sª sabe sobre as possíveis tratativas que poderiam ter ocorrido?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Não disse isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não disse? Nem parecido?

O SR. PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – Eu estava num jantar com o Marcelo, e ele pode ter interpretado alguma coisa que falei de forma equivocada, mas eu não disse isso.

Rovai também falou das relações entre a Gtech e Carlos Cachoeira, e isentou o empresário de ter qualquer interesse na renovação do contrato com a CEF:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O senhor poderia fazer um breve histórico sobre as relações entre a Gtech e o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Sim. As principais relações foram antes de eu entrar na empresa, então, o senhor me permite não ser muito claro nas datas. Acredito que talvez em 1996, algo assim, a Gerplan, empresa de loteria em Goiás... O Sr. Carlos Ramos era o prestador de serviços ou tinha concessão. E ele contratou a Gtech por quatro anos, ou algo assim. O contrato se encerrou em 2001. A Gtech foi lá e montou

máquinas para loteria *on line*. Então, em 2001, se encerrou esse contrato. E a relação dele com a Gtech era bem longa.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Que relação existe entre o negócio da Gtech com a Caixa Econômica Federal e o negócio da Gtech com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nada.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não existe nenhuma relação?

O SR. MARCELO JOSÉ ROVAI – Nunca existiu nenhuma... Absolutamente. Estávamos conversando com o Sr. Carlos Ramos sobre as loterias estaduais, a respeito dos contratos que a Gtech tinha em Minas, para ver se poderíamos trabalhar juntos de alguma maneira, e ele gostaria que nós prestássemos serviços às empresas dele, principalmente no contrato do Paraná. Não tinha absolutamente nada a ver com a Caixa Econômica. O Sr. Carlos Ramos, nunca... Não tivemos nenhuma reunião sobre Caixa, *nunca perguntou sobre a Caixa, absolutamente.* (grifo nosso)

Cachoeira confirmou essas declarações.

Assim como Rovai, Antônio Carlos Lino da Rocha lançou dúvidas sobre a atuação do advogado Enrico Gianelli em seu depoimento:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Até então, as negociações prosseguiram quando entrou nesse time o Sr. Enrico Gianelli. O que o senhor me diz a respeito da participação desse senhor?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – A participação desse senhor...quer dizer, os primeiros indícios de uma **participação excessiva desse senhor no processo**... Estou tentando lembrar-me exatamente quando. Diria que, no início de 2003, começamos a perceber que esse senhor estava participando demais do processo.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele era advogado?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Ele era advogado do escritório Fischer&Foster, que atendia a Gtech. Em um determinado momento, a gente achou que ele estava vindo muito a Brasília, sem pedir permissão. Nossa diretoria jurídica no Brasil e eu decidimos que essas viagens a Brasília não mais aconteceriam sem prévia aprovação da Gtech. Foi onde, digamos assim, liguei o primeiro sinal vermelho. Posteriormente, ele veio a atuar, eu diria – não vou afirmar categoricamente porque tenho provas relativas –, como intermediário de uma pessoa que tentou extorquir dinheiro da Gtech, dinheiro que não pagamos. Neguei-me veementemente a considerar. Pelo contrário...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – Do Sr. Buratti?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Estamos falando do Sr. Buratti. Exatamente.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – Do Sr. Rogério Buratti.

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Ele acabou por...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – Ele acabou por, ao invés de defender os interesses da Gtech, defender outros interesses?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Pareceu-me. Essa foi a minha conclusão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – Mas não se teve nenhuma conversa com ele para checar isso?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Mais do que conversa. Solicitamos ao Sr. Jorge Fischer que o afastasse desse processo. Conforme deve ter-lhe relatado, acredito eu, o Marcelo Roval – a mim ele relatou –, ele foi submerido a uma extorsão por parte do Sr. Rogério Buratti. Tudo chegava a ele a partir do Enrico Gianelli. Tive a oportunidade – depois de ouvir isso de Marcelo Roval – de fazer um jantar com os dois. Cheguei, basicamente, à mesma conclusão, a de que o Enrico estava mais defendendo os interesses...ou estava intermediando alguma coisa com a qual a empresa não compactuava e não compactuaria. (grifos nossos)

Tais declarações não se harmonizam, todavia, com a carta de agradecimentos especiais pelos serviços prestados por Gianelli, anexada aos autos desta CPI, subscrita pelo próprio Antônio Carlos Lino da Rocha, presidente da Gtech Brasil.

O SR. ENRICO GIANELLI – (...) O Rovai, em hipótese alguma, ou o Antônio Carlos Lino da Rocha, jamais me reportaram qualquer tipo de achaque, extorsão, ou o que quer que seja. **Pelo contrário, mandaram-me um e-mail, que também está juntado – um e-mail em inglês, eu não o traduzi –, pelo qual eles me felicitam expressamente dizendo assim: “Gostaria de dar os parabéns para o Enrico, expressamente para o Enrico, pela dedicação profissional que ele teve, por tudo que ele fez pela Gtech na defesa de seus interesses como advogado.”** (...) Então, acredito, não posso afirmar que eles estão mentindo porque você acusar alguém de cometer um crime é crime, mas isto está escrito: Antônio Carlos Rocha, **8 de abril** – está em inglês – faz os agradecimentos no escritório e ele, pontualmente, diz assim: **“Um agradecimento muito especial – *very specials thanks* – vai para o Dr. Enrico Gianelli, que, como você sabe – isso ele se referindo ao meu chefe –, não mediu esforço quando na sua...(…). (grifos nossos)**

Os pagamentos da Gtech para a MM Consultoria não foram esclarecidos por Rovai ou por Lino da Rocha. Curioso observar que o último valor que teria sido proposto por Rogério Buratti à Gtech (R\$ 6 milhões), segundo o depoimento de Rovai, é próximo ao valor total que acabou sendo pago a esse escritório de advocacia (R\$ 5,08 milhões).

Apesar da importância dos cargos que ocupavam na empresa na época, e do papel no processo de renovação do contrato com a CEF, tanto Rovai quanto Lino da Rocha se mostraram desconhecedores do fato.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de perguntar se hoje, passado esse episódio, o senhor tem conhecimento – sei que o senhor não é mais o Presidente da empresa – do pagamento efetuado à Empresa M&M Consultoria, no valor de R\$4 milhões?

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Tomei conhecimento do fato pelos jornais e solicitei à empresa algumas informações. Talvez possa transferir algumas dessas informações que consegui aos Senadores, se for do seu interesse.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Resumindo...

O SR. ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA – Basicamente, o contrato com a empresa M&M foi feito com o Dr. Walter Santos, que foi a pessoa recomendada ao nosso departamento legal corporativo pelo escritório de Jorge Fischer.

O contrato é legal, normal; os pagamentos foram feitos de acordo com as cláusulas do contrato; *é um contrato por êxito*. Então, tinha, na situação 1, pague-se tanto, na situação 2, pague-se tanto, pelo que fui informado. O contrato foi aprovado regularmente pela área específica, área legal da corporação, e pago de acordo com isso. Isso é o que lhe poderia dizer neste momento. (grifos nossos)

Os altos valores pagos não se harmonizam com a natureza de um contrato de honorários advocatícios por êxito, uma vez que não houve êxito na ação. O próprio Rovai, na sessão de acareação, reconheceu a estranheza dos pagamentos e complementou dizendo que tal fato deveria ser melhor apurado.

O depoimento de Walter Santos Neto também não foi convincente: não lembrou de valores de saques superiores a R\$ 1 milhão que tinha feito, não lembrou da forma como gastou saques milionários em espécie, disse que colocou o seu patrimônio no nome de sua ex-esposa sem fornecer uma explicação plausível, disse não possuir patrimônio imobiliário, fez várias retificações de declarações de imposto de renda etc. Além disso, segundo depoimento de Gianelli na sessão de acareação, uma pequena comitiva, composta de dois advogados norte-americanos e Magda Kiehl, diretora jurídica da empresa, veio dos EUA para contratar Walter Santos Neto. São indícios de que o advogado tenha funcionado como “laranja” num esquema que visava a ocultação da origem de pagamentos feitos pela Gtech.

Em seus depoimentos Gianeli afirma que apenas informou que seria importante contratar o Sr. Walter Santos Neto, que conhecera por intermédio de Hécio Cambraia Júnior. Ele afirmou que toda negociação de honorários foi realizada pela Gtech.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – O Sr. Walter Santos declarou aqui, no seu depoimento, me foi lembrado agora, que foi convidado pelo senhor.

O SR. ENRICO GIANELLI – Sem dúvida nenhuma, mas...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Mas o senhor disse que não. Há pouco tempo, o senhor disse que não.

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, a Gtech.... é que eu não contrato ninguém. Na verdade, a Gtech é que contrata. A Gtech, com seu corpo jurídico, é que contrata, estabelece os pagamentos, cronograma de pagamentos e faz os pagamentos. Quer dizer, o fato de eu trabalhar com os outros advogados que eu acabei de citar foi exatamente a mesma coisa. Quer dizer, o Sr. Roberto Rosas também foi apresentado por mim, fechou um contrato com a Gtech, recebeu da Gtech, contratou com a Gtech. O ex-Ministro Cernicchiaro a mesma coisa. Na verdade, os advogados se conhecem, mas nós, advogados, só tratamos de assunto de advogados. Honorários, essas coisas, são tratados diretamente com o cliente, exatamente para evitar esse tipo de especulação de que: “Olha, houve um favorecimento, houve não sei o quê, você ficou com o dinheiro disso ou eu fiquei com o dinheiro daquilo”.

004 - 5

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Mas ele nem dizia a V. Sª quanto ia pedir?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – Não se falava nada em dinheiro?

O SR. ENRICO GIANELLI – Não, não.


O SR. JOSÉ JORGE (PFL - PE) – É difícil de acreditar, o senhor me desculpe, que você vai contratar uma pessoa, é o intermediário da contratação e não se fala nem uma vez em dinheiro, porque se alguém quiser me contratar para qualquer coisa, eu vou logo dizer quanto eu quero ganhar. E V. Sª, eu acho, também. Então, é a primeira...

O SR. ENRICO GIANELLI – É, se eu quisesse contratar, sim, mas se eu falasse que ele que ia contratá-lo, o senhor trataria com ele, certamente.

Essa versão é desmentida pelo próprio Walter Santos Neto que afirma que negociou o valor que receberia apenas com Gianelli e este acertou os valores com a Gtech. A versão de Walter é corroborada por Magda Kiehl, diretora jurídica da Gtech. Ela afirmou que o presidente da Gtech, Antônio Carlos Lino da Rocha, deixou claro para ela que todo o trabalho jurídico referente à CEF seria conduzida pelo escritório Fischer & Foster, na pessoa de Enrico Gianelli, ficando a seu cargo apenas a parte administrativa, como assinatura de contratos com advogados e autorização de pagamentos de honorários. Também afirmou que, a pedido de Gianelli, vários especialistas e escritórios foram contratados e que, no caso de Walter Santos Neto, o valor foi acertado entre Gianelli e Antônio Carlos Lino da Rocha, conforme foi informada por Marcos Andrade:

“Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de Brasília/DF, na Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, onde presente se encontrava o Dr. LUIS FERNANDO AYRES MACHADO, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº 6.286, COMPARECEU: MAGDA DE CASTRO KIEHL, brasileira, solteira, natural de São Paulo/SP, (.....), compromissada e sem impedimentos,

inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração, RESPONDEU: (.....) **QUE o contencioso da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL continuou sendo conduzido pelo escritório FISCHER & FORSTER especialmente na pessoa do Dr. ENRICO GIANELLI, conforme determinação do então presidente da GTECH no Brasil Sr. ANTÔNIO CARLOS LINO DA ROCHA; QUE em dezembro de 2003 a GTECH rescindiu o contrato com o escritório FISCHER & FORSTER, repassando o contencioso da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para o escritório SIGMARIMGA SEIXAS, na pessoa do sócio Dr. ARNALDO VERSIANI e as demais causas para o escritório DEMAREST ALMEIDA; QUE pelo menos até a sua saída da GTECH esses dois escritórios continuavam sendo responsáveis pelas ações de interesse da GTECH; QUE no contencioso da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por indicação do escritório FISCHER & FORSTER, foram contratados especialistas e escritórios de advocacia, em geral de renome, para auxiliar na estratégia de atuação da GTECH; QUE o Dr. ENRICO GIANELLI era quem prospectava os escritórios a serem contratados, negociava os honorários e redigia os termos do contrato, que geralmente eram firmados entre a GTECH e o escritório contratado; QUE foram contratados os pareceristas MARÇAL JUSTEN FILHO, LÚCIA VALE FIGUEIREDO, ADA PELEGRINI, SÉRGIO FERRAZ, CRETELLA JÚNIOR, DIOGENES GASPARINI, dentre outros que não se recorda no momento; QUE também foram contratados os escritórios ARISTIDES JUNQUEIRA, MM CONSULTORIA ADVOCATÍCIA, ALCOFORADO, CERNICCHIARO, ROBERTO ROSA ou ROSAS, dentre outros que não se recorda no momento; QUE em função da confiança do escritório FISCHER & FORSTER, na pessoa do Sr. ENRICO GIANELLI, a GTECH contratou todos os profissionais que foram sugeridos e que, em geral, concordou com os valores de honorários propostos; (.....) QUE a contratação do Sr. WALTER SANTOS NETO, por intermédio da empresa MM CONSULTORIA ocorreu por recomendação do Sr.**



ENRICO GIANELLI para atuar no Superior Tribunal de Justiça; QUE a negociação de sua contratação prolongou-se por cerca de 2 meses até ser firmado o contrato em outubro de 2002; **QUE a GTECH nunca teve contato direto com o Sr. WALTER SANTOS NETO**; QUE em novembro de 2002 foi assinado um novo contrato também referente a atuação em outra medida judicial no STJ; QUE as duas minutas do contrato foram elaboradas pelo Sr. ENRICO GIANELLI e repassadas à depoente para assinatura; QUE foi informada pelo Sr. MARCOS ANDRADE, então Vice Presidente da GTECH no Brasil que os serviços e valores de honorários haviam sido aprovados e que a depoente estaria autorizada a assinar os contratos; **QUE o Sr. MARCOS ANDRADE a informou que a contratação tinha sido aprovada tanto pelo Sr. ANTÔNIO CARLOS LINO DA ROCHA como pelo Diretor Jurídico Corporativo da GTECH INTERNACIONAL.**"

Corroborar esse depoimento o fato de um valor adicional ao contrato da Gtech com Walter Santos Neto ter sido acertado por mero e-mail enviado por Gianelli a Walter sem qualquer assinatura da Gtech. Conforme relatou Magda Kiehl, a Gtech negava-se a pagar a última parte do acerto, considerando que o êxito não havia sido alcançado. No entanto, apesar de toda a precariedade dos termos contratuais, a Gtech, estranhamente, quitou a dívida reclamada por Walter Santos Neto.

"Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de Brasília/DF, na Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, onde presente se encontrava o Dr. LUIS FERNANDO AYRES MACHADO, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº 6.286, COMPARECEU: MAGDA DE CASTRO KIEHL, brasileira, solteira, natural de São Paulo/SP, (.....), compromissada e sem impedimentos, inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração,

RESPONDEU: (.....) QUE acredita que houve mais alguns pagamentos ao Sr. WALTER SANTOS NETO em valores menores, mas não se recorda ao certo e para que medidas judiciais foram contratados; QUE não se recorda se esses serviços jurídicos complementares passaram por sua aprovação; QUE as faturas de serviços jurídicos vinham para a sua aprovação prévia e eram inseridas no sistema SAP para aprovação da alta direção da empresa quando os valores eram acima de R\$10.000,00; QUE por delegação dos representantes legais da empresa tinha autorização para assinar contratos de prestação de serviços jurídicos, bem como para emissão de procuração "ad judicia"; QUE os contratos com a empresa do Sr. WALTER SANTOS NETO tinham cláusulas que previam pagamento mediante sucesso; QUE as faturas geralmente eram entregues à depoente pelo Sr. ENRICO GIANELLI; QUE cabia à depoente verificar se o sucesso foi alcançado para propor a aprovação do pagamento; QUE para confirmação do sucesso sempre solicitava a ratificação do Sr. ENRICO GIANELLI; QUE em outubro de 2002, conforme previsto no contrato, foi efetuado um primeiro pagamento de cerca de R\$1.000.000,00, tendo em vista obtenção de liminar junto ao STJ; QUE não se recorda ao certo de um pagamento que ocorreu em dezembro de 2002, mas acredita que houve; QUE em janeiro de 2003 foi efetuado pagamento em quantia maior que o de outubro referente ao segundo contrato, tendo em vista o êxito de medida obtida; QUE não se recorda se houve um outro pagamento em fevereiro de 2003; QUE o primeiro contrato entre a GTECH e a empresa do Sr. WALTER SANTOS NETO previa o pagamento de uma segunda parcela caso obtivesse sucesso na decisão de mérito ou houvesse um acordo entre a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e a GTECH para prorrogação do contrato durante a vigência da cautelar; QUE entre janeiro e fevereiro o Sr. WALTER SANTOS NETO cobrou o pagamento desta segunda parcela, tendo em vista a prorrogação do contrato entre CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e GTECH por 3 meses, ocorrida em janeiro de 2003, durante a vigência da liminar; QUE a depoente contactou o Sr.

ENRICO GIANELLI argumentando que não entendia ser devido esse pagamento pois o mérito não tinha sido obtido; QUE o Sr. ENRICO GIANELLI concordou que não deveria ser efetuado o pagamento e que iria contatar com o Sr. WALTER SANTOS NETO para explicá-lo; QUE depois disso a depoente entendeu que estava resolvida; QUE em abril ou maio o Sr. WALTER SANTOS NETO voltou a cobrar o pagamento da segunda parcela, tendo em vista a renovação do contrato da GTECH com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL feita em abril, durante a vigência da liminar; QUE a GTECH contactou o Sr. ENRICO GIANELLI e o Sr. GEORGE FISCHER a fim de que avaliassem se o pagamento era devido; QUE o Sr. GEORGE FISCHER emitiu um parecer reconhecendo como devidos os honorários cobrados pelo Sr. WALTER SANTOS NETO, conforme previsto no contrato, sugerindo que fosse solicitado um desconto, QUE essa sugestão a depoente não se recorda se foi verbal ou por escrito; QUE o pagamento foi efetuado o pagamento ao Sr. WALTER SANTOS NETO com um desconto, cujo total não sabe informar; QUE não sabe informar se após o pagamento da última parcela o Sr. WALTER SANTOS NETO continuou atuando no patrocínio das ações, mas que com certeza elas estavam sendo patrocinadas pelo escritório FISCHER & FORSTER; QUE a depoente não teve nenhuma participação na negociação de honorários pagos ao Sr. WALTER SANTOS NETO;

Tendo em vista ter sido intermediário do contato entre Gianelli e Walter Santos Neto, bem como ter recebido R\$ 761.900,00 da empresa MM Consultoria Ltda., em datas próximas aos pagamentos da Gtech a essa empresa de Walter, o Sr. Hércio Cambraia Júnior foi convocado para depor perante esta CPI. Disse que apenas aproximou Walter de Gianelli, o que não é corroborado nem por Walter nem pela análise de sigilo telefônico. Cambraia afirma que o dinheiro recebido de Walter refere-se a um pagamento de empréstimo de R\$ 300 mil. Todavia, além dos valores serem destoantes,

Walter, em seu segundo depoimento, reconhece que Hécio teria atuado juntamente com ele e que os valores pagos referem-se a seus honorários.

Os depoimentos dos ex-presidentes da CEF, Sérgio Cutolo (1995-1999) e Emilio Carazzai (1999-2002), chocam-se frontalmente com as percepções de gestão do também ex-presidente Valderi Albuquerque (2002).

Para Sérgio Cutolo, a contratação da Gtech permitiu o aumento significativo das receitas da CEF e o acesso da população mais carentes a produtos públicos, por meio dos lotéricos. Cutolo concentrou seu depoimento nos benefícios do contrato, e complementou afirmando que não houve “nenhum prejuízo” para a CEF, ao contrário do que concluíram relatórios do TCU, as ações judiciais do Ministério Público Federal e o relatório de sindicância da própria CEF.

Cutolo declarou desconhecer que a Gtech assumiria o controle da Racimec, apesar da Comunicação Interna CI 159/96 (item 3 deste Relatório) demonstrar o contrário. Para ele, segundo seu depoimento na CPI, interessava, conforme seu nível administrativo de decisão, se haveria ou não, quando da efetivação dessa assunção de controle, solução de continuidade na prestação do serviço. Segundo ele, a questão não foi discutida na CEF sob o prisma da “cessão de área estratégica do Estado para uma empresa estrangeira”. A preocupação era apenas a execução do contrato: se haveria ou não prejuízo na prestação do serviço adjudicado.

Defendeu ainda a primeira repactuação de preços, que alterou o valor da transação não-lotérica de R\$ 0,05 para R\$ 0,08, e discordou das conclusões do Ministério Público Federal e do TCU de que não teriam havido estudos técnicos a respeito. Atacou ainda o índice usado pelo TCU para calcular os supostos prejuízos advindos desse aumento (o IGP), dada a sua

sensibilidade à cotação do dólar e a pressão cambial que o País sofria nessa época.

Emílio Carazzai igualmente declarou que o contrato com a Gtech foi lucrativo para a CEF e proveitoso para a sociedade, e que todo o seu objeto foi cumprido, apesar de o Ministério Público Federal ter demonstrado que não, dada a cláusula de quitação irretratável relativa às obrigações do Contrato de 1997 constante do Distrato de maio de 2000, que ocasionou a não-instalação de várias máquinas (item 3 deste Relatório). Carazzai negou ainda ter havido “aprisionamento tecnológico”, recorrendo ao uso técnico desse termo: segundo ele, só há aprisionamento tecnológico quando o custo de substituição do fornecedor (Gtech) é insuportável para o contratante (CEF), o que, segundo ele, nunca teria acontecido. Para reforçar seu argumento, esclarece que o novo modelo de 2000 (de pulverizar a prestação do serviço, contratado integralmente da Gtech), não houvesse o problema dos embargos judiciais, teria permitido à CEF, geograficamente, contratar mais um fornecedor, e, em relação às atividades de captação, transmissão, distribuição e processamento, também mais um fornecedor. No entanto, o próprio Voto que ele, como Presidente da CEF, aprovou em 2000, para justificar o novo contrato, justifica que a Gtech estava sendo recontratada com inexigibilidade de licitação, pelo prazo de 32 meses, por que esse era o tempo necessário para a CEF implantar um novo modelo em que houvesse vários fornecedores.

Para Carazzai, não foi a forma de condução da relação contratual com a Gtech que prejudicou a CEF, mas os embargos judiciais, os quais impediram de se levar adiante o novo modelo. Para ele, teria havido um “aprisionamento” judicial, e não tecnológico. Isso se choca com o depoimento do ex-presidente Valderi Albuquerque, que disse ter havido um “modelo de aprisionamento”, com o qual não concordava:

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – (...). Minha posse aconteceu em abril de 2002. Em maio de 2002 procedemos à revogação da Concorrência 01, de 2000, portanto, de dois anos e alguns meses antes. A motivação foi basicamente técnica, de natureza tecnológica, e também de natureza estratégica para a Caixa Econômica Federal. É público e notório que não concordávamos com o modelo de aprisionamento, muitas vezes divulgado ao longo desta CPI, em outras ocasiões. (...)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – Sr. Valderi, desculpe, eu não compreendi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aprisionamento de quê?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Em relação ao contrato com a Gtech.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC) – Sim, mas em seguida o senhor falou que não concordava...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Nós não concordávamos com o modelo de negócios até então estabelecido com a Gtech. A partir de 2000, estávamos trabalhando no sentido de mudar o processo licitatório que a Gtech vinha embargando, portanto, desde aquela época. (...) Porque nós tínhamos basicamente um fornecedor só que nos entregava um prato-feito. Na verdade, nós não tínhamos condição de decidir a melhor forma pela qual poderíamos administrar todos os processos. E, claramente, a inteligência do processo era a inteligência que a Caixa há algum tempo vinha preparando para absorver. Claramente, o processo de aquisição de máquinas, de computadores, de consumíveis era um processo que, por conta de outro avanço regulatório importante, que foi...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Para deixar bem claro, aprisionamento seria a licitação global...

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE -- Exatamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – E não a licitação fatiada por serviços.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Exatamente. (grifos nossos)

Em relação à segunda repactuação de preços (de R\$ 0,08 para R\$ 0,12), Carazzai declarou que as planilhas de custo foram sim analisadas, ao contrário do que afirma o TCU. Além disso, reforçou ter sido aprovada pelas cinco superintendências da CEF e pela diretoria colegiada.

Jorge Mattoso, atual presidente da CEF, esclareceu que a CEF não sofreu qualquer interferência externa no processo de renovação contratual com a Gtech. Disse que nunca foi informado das conversas que a Gtech mantinha com Waldomiro Diniz e com Rogério Buratti.

Esclareceu ainda que a reunião marcada entre a presidência da CEF e a Gtech, em março de 2003, não se deu por causa da atuação do consultor da Gtech Afrânio Nabuco, conforme declarara Rovai na sessão de acareação. Mattoso só recebeu a Gtech quando passou a estar inteirado do assunto – condição que havia comunicado ao consultor –, e disse ter ficado espantado com o fato de uma pessoa ter recebido dinheiro por ter feito tão pouco. Essa declaração de Mattoso atenta contra a versão dada aos fatos pela Gtech. O próprio Carlos Silveira desmente Mattoso ao afirmar que Afrânio Nabuco participou da primeira reunião:

“Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de São Paulo/SP, na Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, onde presente se encontrava o Dr. LUIS FERNANDO AYRES MACHADO, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº 6.286,

COMPARECEU: CARLOS EDUARDO FERNANDES DA SILVEIRA, brasileiro, divorciado, natural de São Paulo/SP, (.....), compromissado e sem impedimentos, inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração, RESPONDEU: **QUE** a primeira reunião de trabalho da nova diretoria da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com a GTECH, ocorrida em 14 de março de 2003, foi convocada pelo presidente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Sr. MATOSO, **QUE** reunião o senhor MATOSO designou como negociadores da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL o depoente e o Sr. PAULO BRETAS, e por sua vez a GTECH designou como seus representantes na negociação os Srs. MARCELO ROVAI E ANTÔNIO CARLOS LINO DA ROCHA; **QUE nesta reunião também contou com a participação do Sr. AFRÂNIO NABUCO; QUE** nesta reunião não se aprofundou na questão da renovação do contrato; **QUE** posteriormente houve mais três reuniões que trataram da negociação da renovação do contrato, que contaram somente com a participação do Sr. MARCELO ROVAI como representante da GTECH; **QUE** talvez o Sr. ENRICO GIANELLI tenha participado de algumas das três reuniões posteriores; **QUE** na última reunião que tratou da renovação do contrato, ocorrida em 31 de março de 2003, ficou acertada as bases do contrato posteriormente assinado em 08 de abril de 2003.” (grifos nossos)

Como os ex-presidentes, Matoso defendeu os benefícios do contrato para a sociedade e afirmou que a negociação que culminou na renovação contratual de 08/04/2003 foi a melhor negociação feita pela CEF em toda a história da relação contratual com a Gtech. Em razão disso, não acredita ter havido interferência externa, dadas as condições vantajosas para a CEF em que teria sido fechado o novo contrato (15% de desconto sobre o valor total e a liberação dos correspondentes bancários).

Para ilustrar o fim da dependência da CEF em relação à Gtech, declarou que, até o final de 2005, 50% das máquinas já terão sido substituídas nos lotéricos.

Mattoso defendeu Paulo Bretas e Carlos Silveira, negociadores da CEF no processo de renovação contratual durante a sua gestão, considerando os termos vantajosos em que foi assinado, minimizando, assim, a falta de experiência profissional de ambos nas áreas financeira e de jogos.

Declarou ainda que não sabia que haveria aumento do preço das apostas da Mega-Sena e da Quina, que aconteceriam em novembro daquele ano, dado que eram reivindicações antigas dos lotéricos. Todavia, isso se choca com o depoimento de José Luiz Quintães, ex-gerente nacional de loterias da CEF:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Outra afirmação de V. S^a. no seu depoimento: disse que, ao assumir a Gelot, já havia um entendimento da área de Loteria da Caixa em uma proposta do Sindicato dos Lotéricos de São Paulo, no sentido de que fosse majorado o preço das apostas das loterias.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Afirmou também que a Caixa entendia que era necessário o aumento do preço da apostas para revalorizar o produto no mercado e que até foi feito um estudo pela Caixa, que chegara a essa conclusão.

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Isso.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Assim, podemos concluir que, possivelmente, isso teve influência nas negociações da Caixa para renovação do contrato com a Gtech. O que V. S^a nos diz?

O SR. JOSÉ LUIZ DO AMARAL QUINTÃES – Eu vou falar da parte que conheço. O aumento de preço era uma proposta bem anterior, inclusive

à minha chegada. Acho que sempre acharam que o preço da mega-sena era muito baixo. E como a mega-sena é a mais representativa dentro da receita deles, eles sempre pleitearam esse reajuste de preço. Agora, Senador, uma questão importante é que um produto lotérico é como qualquer outro produto: se mantém o preço dele por muito tempo, ele começa a perder a atratividade até pelo preço. Então, ou se tira ele de circulação, vamos dizer assim, e coloca outro no lugar, ou se faz alguma coisa que possa melhorar o desempenho desse produto. Como a mega-sena, ao longo desses anos, sempre se mostrou o melhor produto que a Caixa já desenvolveu e era um produto que ainda tinha muita coisa para se mexer, havia o entendimento de que se devia fazer uma mexida na mega-sena para conseguir melhorar o desempenho desse produto. Não tinha por que descontinuar ele naquela época. Então, a opção por mudança de preço era a mais adequada para se levantar o moral do produto, vamos dizer assim. (grifo nosso)

Depoimento do Sr. Paulo Augusto Heise, consultor da Gtech na área de marketing, deixa claro que a Gtech não apenas tinha grande conhecimento, mas, até maio de 2005, também tinha influência na definição de produtos lotéricos pela CEF, inclusive a precificação.

“Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de São Paulo/SP, na Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, onde presente se encontrava o Dr. LUIS FERNANDO AYRES MACHADO, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº 6.286, COMPARECEU PAULO AUGUSTO HEISE, brasileiro, casado, natural de São Paulo/SP, (.....), compromissado e sem impedimentos, (.....) inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração, RESPONDEU: (.....) QUE sua empresa presta serviços à GTECH desde 1998; QUE os serviços prestados correspondem a desenvolvimento e gerenciamento de

jogos lotéricos; QUE seu contato principal na GTECH é o Diretor Comercial; QUE na área em que presta consultoria à GTECH também mantém contato com os clientes dessa empresa; QUE os clientes da GTECH com quem já teve reuniões foram CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, LOTERIA DO ESTADO DE MINAS, SERLOPAR – SERVIÇOS DE LOTERIAS DO ESTADO DO PARANÁ, LOTESC – LOTERIA DE SANTA CATARINA, QUE desde maio de 2005, o depoente não presta mais, por intermédio da GTECH, serviços de desenvolvimento de produtos lotéricos para a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; (...) QUE seus principais contatos na CEF eram PAULO CAMPOS, Superintendente de Loterias, RAIMUNDO, Gerente de Produtos da CEF, VIRGÍNIA, também Gerente de produtos da CEF”

Mattoso reconheceu ainda que a CEF não analisou a planilha de custos da Gtech, pelo fato de, apesar de várias vezes solicitado, a empresa não ter fornecido. Segundo ele, a empresa sempre fornecia planilhas limitadas, o que não permitia à CEF avaliar adequadamente seus custos. Reconheceu tratar-se de um problema grave.

Percebe-se, com essa declaração de Mattoso, que a submissão da CEF em relação à Gtech, em total afronta ao princípio da supremacia do interesse público, ainda permanecia no novo governo. Não parece ter lançado mão, em nenhum momento, do poder que lhe outorga o art. 58, inciso V, da Lei nº 8.666/93, de, “nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo”.

Também chama atenção o fato de que o contrato foi assinado sem aprovação de Voto pela diretoria colegiada, com manifestação de todas as áreas afetas, inclusive a de Loterias e de serviços bancários que teriam que alertar sobre os pontos acima elencados sob risco de serem responsabilizados pelos futuros prejuízos à empresa. O maior contrato da CEF, com duração de 25 meses e valor estimado de R\$ 600 milhões de reais foi assinado pelo gerente nacional de suprimentos única e exclusivamente por determinação do Vice-Presidente de Logística, com base em dois documentos bastante sintéticos, respectivamente, da superintendência de projetos especiais e da unidade jurídica da CEF. Em seu depoimento o Sr. José Carlos Alves defende a legitimidade do procedimento:

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de Brasília/DF, na Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, onde presentes se encontravam o Dr. LUIS FERNANDO AYRES MACHADO, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº 6.286, COMPARECEU: JOSÉ CARLOS ALVES, brasileiro, solteiro, natural de São José do Rio Preto/SP, (...) compromissado e sem impedimentos, na presença de seu advogado Júlio Vitor Greve, (...) inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração, RESPONDEU: QUE (...) de acordo com o normativo AD02908 o Gerente Nacional de Suprimento é a autoridade competente para assinar os instrumentos contratuais, independente do valor, formalizados no âmbito da matriz; QUE para a assinatura dos contratos o Gerente Nacional de Suprimentos tem que verificar se todas as formalidades foram obedecidas, no caso específico da renovação do contrato da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com a GTECH, o processo estava devidamente formalizado, principalmente considerando os seguintes documentos: nota jurídica nº 1.933/02 e 514/03, CI nº 009/03 da Superintendência de Projetos Especiais, CI

034/03, da SUDEC e despacho da VILOG – Vice-Presidência de Logística; QUE em prorrogação de contratos de serviços contínuos dentro do prazo de 60 meses da lei não é exigida a aprovação da Diretora Executiva, de acordo com o regime de alçada da CALXA ECONÔMICA FEDERAL; QUE no caso da renovação dado que é um contrato de valor expressivo a autorização para assiná-lo veio acompanhada de uma orientação da Vice Presidência de Logística para que se fizesse um informe da decisão ao Conselho Diretor; QUE o informe foi feito no dia 10 de abril de 2003 pelo Vice Presidente de Logística PAULO BRETAS, conforme registro na RCD de 10/04/2003, ata 1.630; (grifos nossos)

todavia, não se tratava de simples prorrogação de contrato de serviços contínuos. Em primeiro lugar, o contrato havia sido assinado com inexigibilidade de licitação pelo prazo de 32 meses com o objetivo expresso de, ao final, ser substituído por um novo modelo de loterias. Para prorrogar seu prazo de duração seria necessária uma decisão da diretoria analisando os fatos que inviabilizaram a implantação do novo modelo no prazo previsto e aprovando novo cronograma. Em segundo lugar, não se tratou de uma simples prorrogação de prazo, mas sim de um ajuste em que cláusulas foram adicionadas mediante acordo entre as partes, como a redução de 15% das tarifas e a desistência de ações pela Gtech. A Lei nº 8.666/93 é clara em seu art. 2º de que esse ajuste entre Gtech e CEF reveste-se na figura de uma alteração contratual e não uma mera prorrogação de obrigações já previstas anteriormente.

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratada com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, **considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas**, seja qual for a denominação utilizada. (grifos nossos)

Também chama a atenção o fato do Sr. José Carlos Alves ter assumido a função de Gerente Nacional de Suprimentos no mesmo dia em que assinou esse contrato, conforme afirma em seu depoimento. Convém destacar que embora o Sr. José Carlos Alves tenha assumido o cargo em processo seletivo, não se tratou de prova de conhecimentos nem havia garantia de estabilidade, pois se trata de função de livre provimento pela diretoria da empresa. Também não havia no processo seletivo nenhuma previsão acerca da data que o escolhido assumiria o cargo.

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, nesta cidade de Brasília/DF, na Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, onde presentes se encontravam o Dr. LUIS FERNANDO AYRES MACHADO, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº 6.286, COMPARECEU: JOSÉ CARLOS ALVES, brasileiro, solteiro, natural de São José do Rio Preto/SP, (...) compromissado e sem impedimentos, na presença de seu advogado Júlio Vitor Greve, (.....) inquirido pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração, RESPONDEU: QUE ingressou na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em 25 junho de 1984, na cidade de São José do Rio Preto/SP, onde permaneceu até 1990 quando foi transferido para diversas cidade no interior de São Paulo e para Brasília/DF em 1996, para assumir o cargo de Assistente Executivo na área de patrimônio, (.....) **QUE assumiu a função de Gerente Nacional de Suprimentos no dia 08 de abril de 2003, data na qual foi assinada a renovação do contrato da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com a GTECH por 25 meses; QUE**

esclarece que participou de um processo seletivo interno, onde outras pessoas disputaram a vaga, tendo sido escolhido para assumir o cargo de Gerente Nacional; (grifos nossos)

Os depoimentos dos ex-presidentes e do atual presidente da CEF não se harmonizam com as impressões de gestão do presidente da CEF que iniciou as negociações com a Gtech com vistas à celebração de um contrato de transição (dado que o contrato expiraria em 13/01/2003), Valderi Albuquerque. Além dos trechos já citados, seguem outros:

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Considerando que a Caixa pretendia fracionar a prestação de serviços, não seria exagerado prorrogar o contrato por 25 meses, longos 25 meses?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Senador, nós não faríamos isso. Nós iríamos brigar para prorrogar esse contrato com desconto por seis meses, talvez por mais seis meses sob condição. Que condição? Boa vontade da Gtech em buscar realmente um processo de parceria. (...)

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A conclusão do senhor é que não houve irregularidade na renovação do contrato por 25 meses da Caixa com a Gtech? Podemos chegar a essa conclusão, de acordo com a opinião de V. Sª?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Irregularidade, eu não posso dizer se houve ou se não houve. Quanto à **inconveniência administrativa**, em que me limitaria, sem querer fugir, em absoluto, da resposta, eu diria que, nas bases em que estávamos trabalhando, **poderíamos fazer um contrato um pouco mais longo do que os seis meses que mencionei anteriormente mediante outras condições.**

(...)

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – Pergunto ao senhor, para terminar: recentemente a Caixa fracionou a prestação dos

serviços, como pretendiam vários dos técnicos na época da renegociação do contrato com a Gtech. V. S^a não acredita que esse fracionamento já poderia ter sido feito àquela época? Estou sendo até repetitivo, mas é porque aqui recebo a informação de que realmente o fracionamento já ocorreu agora.

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Que bom. Segundo a avaliação dos nossos técnicos, já poderia ter sido repetitivo. Agora, é importante mencionar que, sendo um ato de gestão, quem está com a gestão é que tem que saber a oportunidade e conveniência em relação à sua atuação. Respondo pelos meus atos e o que digo para V. Ex^{as} é que, se eu tivesse perspectiva ou se fosse no período ainda de Governo em que eu permanecesse lá, iríamos considerar fortemente todo o trabalho técnico que foi feito e iríamos brigar mais com a Gtech, iríamos de fato buscar um acordo acerca daquilo que gostaríamos. Se íamos conseguir ou não, não podemos dizer.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a Caixa não estava preparada para o processo de internalização?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Bem, nós temos – isso os senhores vão receber também – como material do nosso Vice-Presidente Mário Haag... Nós constituímos um grupo de trabalho, como mencionei, com relatórios quinzenais para a nossa diretoria. Mário Haag, semanalmente – dizia quase que diariamente –, se reunia com essa equipe de dez técnicos especialistas, de carreira, que, liderados pelo Sr. Cartel, que também continua, se não me falha a memória, liderando esse processo na Caixa Econômica Federal, que nos affiançavam – e nós confiávamos, naturalmente, na capacidade técnica deles – que era possível. Nós fizemos -- o Mário Haag, provavelmente, vai confirmar aqui – um teste lá e rodou... Não sei se foi uma megasena; um teste de loteria, e rodou. Então nós estávamos nos preparando para fazer isso. O ponto fundamental é que esse processo acontece ao longo do tempo: primeiro, uma etapa, que seria de processamento, e, em paralelo também, a licitação de consumíveis. Não existia razão para nós comprarmos, para a Caixa Econômica Federal adquirir um pacote

pronto disso. Teríamos muito mais concorrência, como de fato tivemos: quatro ou cinco empresas se habilitaram. Enfim, tenho certeza de que nós teríamos ganhado nesses dois itens. **Faltava a captura e a transmissão.** Isso aconteceria ao longo do tempo, o que, **na nossa estimativa, seria algo entre seis a doze meses, na verdade, de março até dezembro do ano de 2003. Quer dizer, o período era de seis a nove meses para concluir esse processo.** É claro que isso era um planejamento; nós estávamos checando aquilo que estava sendo planejado, que se esperava que se fizesse e que de fato foi feito, e estava andando de maneira satisfatória. Mas, do ponto de vista técnico, a equipe era responsável por isso. E temos relatórios formais dessa equipe que nos permitiam dizer que **era possível assumir, a partir de maio, essa parte do processamento.**

(...)

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A equipe atual da Caixa focava mais na redução de custos, enquanto a sua equipe focava mais na internalização do processo. Enquanto na sua gestão o controle do processo era do pessoal de sistemas, na atual gestão era do pessoal de loterias. Está correta essa observação?

O SR. VALDERI FROTA ALBUQUERQUE – Senador, de fato, na minha gestão, a liderança foi do pessoal de sistemas. Não sei como é hoje, se foi para o pessoal de loterias ou não. Por quê? Porque isso é infraestrutura. A minha sensação é de que o responsável por loteria tem que aprender a fazer jogo, calcular probabilidades, pesquisar mercado. A infraestrutura, o carro para ele andar, é uma atribuição mais forte da tecnologia – é claro que precisa haver interação entre essas duas áreas. Com relação a custos, apenas diria o seguinte: nós tínhamos, sim, preocupação com o custo. Tanto é que mencionci anteriormente que nós fizemos conta, temos uma taxa de retorno calculada pela equipe técnica da Caixa Econômica Federal, pessoas de gabarito, pessoas competentes, tecnicamente especializadas. Tínhamos, sim, essa ideia de resultado financeiro, com toda certeza. Mas o ponto é que isso seria consequência de

um novo modelo estratégico. A gente achava que as economias seriam muito mais robustas se tivéssemos de fato o mando dessa operação bem definida da Caixa. (grifos nossos)

Ficam claras as diferenças de gestão, e a diferença de decisão política entre (1) a independência e a criação de um novo modelo e (2) a continuidade e a prorrogação do modelo antigo.

7.2. SIGILO BANCÁRIO

Foram transferidos a esta CPI, em virtude dos indícios de irregularidades nos contratos da CEF com a Gtech, os sigilos bancários das pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas:

CPF ou CNPJ	Nome do Investigado
00074266942834	Ademirson Ariovaldo da Silva
00009842519791	Antônio Carlos Lino da Rocha
00334330000113	Assessorarte Ass. de Serv. Técnicos Espec. Ltda.
04314286000130	Barna Construtora Ltda.
03968370/000105	BBS Consultores Associados Ltda.
37873734000195	Bet Capital Ltda
73929044000174	Brazilian Gaming Partners Part e Empreend
00028484452115	Carlos Augusto de Almeida Ramos
00008437475520	Denivaldo Henrique Almeida Araújo
02703777000148	Dreamport do Brasil Ltda.
00991924/000105	Editorarte Editora & Gráfica Ltda.
00006207587839	Elza Gonçalves Siqueira Buratti
00006495610823	Enrico Giannelli
00011427337187	Francisco das Chagas Costa
00517592000113	Gerenciamento e Planejamento Ltda.
68926682000100	Gtech Brasil Ltda.

68926682000444	Gtech Brasil Ltda.
00035359714115	Juscelino Antônio Dourado
04510823000118	Larami Diversões e Entretenimentos Ltda.
55979264/000120	Leão & Leão Ltda.
00052299210644	Marcelo Coelho de Aguiar
00097805190844	Marcelo José Rovai
00066028/000121	MM Consultoria Jurídica Administrativa Ltda.
00091078814872	Ralf Barquete Santos
00095114742868	Renato Buratti Neto
00003241071880	Rogério Tadeu Buratti
00000930290801	Rosângela Buratti
86864865000111	S. Santos Assessoria Ltda.
00060989742687	Sâmia Amin Santos
30222814000131	Vitapan Industria Farmacêutica Ltda.
01457656/000109	W WAY Informática Ltda.
00002351155840	Waldomiro Diniz da Silva
00048245860620	Walter Santos Neto
00090204107849	Wladimir Poletto

A análise de sigilo bancário ainda não foi concluída, primordialmente devido à grande quantidade de informações referentes a empresas com movimentações vultosas como a Gtech e a Leão & Leão, bem como pelo fato de algumas transferências de sigilo terem ocorrido há poucos dias, não tendo sequer chegado a esta CPI, como é o caso dos Srs. Ademirson Ariovaldo Silva e Francisco das Chagas Costa. Todavia, determinadas informações relevantes já foram obtidas a partir da análise parcial realizada.

Ao analisar o sigilo bancário da Gtech, identificou-se um grande número de remessas de recursos para o exterior. Quadro anexo sintetiza, em reais e dólares, os valores remetidos, inclusive subtraindo-se os ingressos, ano a ano. Pode-se concluir, considerando que essas remessas são apenas parte dos lucros líquidos, já extraídos os reinvestimentos e participações nos lucros distribuídas no Brasil, que a lucratividade da Gtech no contrato com a CEF foi absurdamente alta, corroborando as conclusões do TCU.

Remessas e Ingressos de Recursos no Brasil pela Gtech
(em dólares e convertidos para reais)

Ano	Remessas		Ingressos		Saldo	
	US\$	R\$(*)	US\$	R\$(*)	US\$	R\$(*)
1997	1.532.872,22	3.046.887,91	-	-	1.532.872,22	3.046.887,91
1998	34.728.944,70	72.273.664,03	52.327.543,07	108.897.730,70	(17.598.598,37)	(36.624.066,67)
1999	67.218.435,25	200.402.679,58	2.306.508,54	6.876.543,47	64.911.926,71	193.526.136,12
2000	20.130.835,19	6.591.147,51	2.000,00	6.119,09	20.128.835,19	61.585.028,42
2001	44.671.914,97	15.088.708,45	18.938,82	64.054,60	44.652.976,15	151.024.653,85
2002	30.332.504,99	145.098.347,94	3.500,13	16.743,20	30.329.004,86	145.081.604,75
2003	32.131.609,72	107.819.543,90	20.930,58	70.233,82	32.110.679,14	107.749.310,08
2004	15.669.395,20	45.546.406,75	6.705,06	19.489,67	15.662.690,14	45.526.917,08
2005(**)	40.484.218,63	99.921.958,50	2.177,82	5.375,23	40.482.040,81	99.916.583,27
Total	286.900.730,87	886.789.344,59	54.688.304,02	115.956.289,77	232.212.426,85	770.833.054,81
1997 a 2002	198.615.507,32	633.501.435,43	54.658.490,56	115.861.191,05	143.957.016,76	517.640.244,38
2003 a 2005	88.285.223,55	253.287.909,16	29.813,46	95.098,72	88.255.410,09	253.192.810,44

(*) convertido para reais com base na cotação média do ano e atualizada pelo IPCA

(**) até outubro de 2005

A análise de sigilo bancário da Gtech também possibilitou identificar os pagamentos feitos à empresa MM Consultoria Ltda., entre outubro de 2002 e junho de 2003. Também chama a atenção os altos valores pagos ao Escritório de advocacia Fischer & Foster e à empresa Wintech do Brasil, sua fornecedora de formulários e bobinas.

Nos pareceu bastante estranho um repasse de aproximadamente R\$ 5 milhões de reais feitos pela Gtech, em novembro de 2002, à empresa Dreamport. Essa empresa pertence à Gtech, mas, pelo menos no Brasil, está desativada desde 2000. O dinheiro, no mesmo dia em que foi transferido pela Gtech do Brasil, foi integralmente remetido pela Dreamport para a conta da Dreamport internacional, nos Estados Unidos.

Acerca dos sigilos bancários de Walter Santos Neto e das empresas MM Consultoria e S. Santos Assessoria, verificou-se uma grande movimentação financeira em espécie. No caso específico do dinheiro recebido da Gtech, verificou-se que dos R\$ 5.003.800,00 recebidos (a Gtech descontou na fonte 1,5% de imposto de renda do valor das notas fiscais que totalizam R\$ 5.080.000,00), verifica-se que R\$ 2.397.573,88 foram sacados em espécie pelo próprio Walter Santos Neto ou por seus funcionários. Alguns desses saques foram feitos com carro forte, sendo entregues ao próprio Walter em sua residência ou em seu escritório. Todos os empregados que sacaram dinheiro das contas da MM Consultoria afirmam que entregaram esse dinheiro ao Sr. Santos Neto. Portanto, não foi possível rastrear o destino desse dinheiro. Tampouco o Sr. Santos Neto consegue explicar o que fez com o mesmo. Nessa análise foram desconsiderados os inúmeros saques em dinheiro em valores inferiores a R\$ 5 mil.

Considerando que Walter Santos Neto afirmou não ter adquirido imóveis ou automóveis com esse dinheiro recebido da Gtech e considerando

infundadas as justificações de pagamentos de empréstimos, tendo em vista sua exuberante movimentação financeira, também consideramos sem aplicação justificada o montante de R\$ 1.290.955,00 pago a algumas pessoas físicas e jurídicas elencadas em quadro abaixo.

Valor	Beneficiário
460.955,00	HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JUNIOR
150.000,00	PATRIMAR
48.000,00	CARFRANCE LTDA
62.000,00	MAURILIO DE ASSIS VIEIRA FILHO
129.000,00	LUIZ OTAVIO MOURÃO
31.000,00	IMPACTO PROPAGANDA LTDA
110.000,00	ANTONIO DE OLIVEIRA T PAES JUNIOR
300.000,00	ENAR LTDA
1.290.955,00	TOTAL

Convém destacar que esses valores são líquidos, ou seja, já descontados créditos recebidos pela MM Consultoria desses beneficiários no mesmo período. No caso de Hécio Cambraia Júnior, o valor transferido pela MM Consultoria foi R\$ 767.900,00. Todavia, o mesmo creditou para a MM Consultoria o valor de R\$ 306.945,00.

No período em análise, a MM Consultoria recebeu, de outras fontes, além das já elencadas, R\$ 630.500,00. Todavia, os valores transferidos da MM Consultoria para a conta pessoal de Walter Santos Neto e para a Conta da S Santos Assessoria é bem superior. Portanto, esses créditos não podem ser utilizados como argumento para justificar parte dos saques e despesas suspeitas.

Tanto na sua conta pessoal quanto na conta da S. Santos Assessoria também se verifica inúmeros saques em dinheiro, geralmente em valores inferiores a R\$ 50 mil. Esses saques não foram incluídos no rol de despesas não justificadas tendo em vista os recebimentos de outras fontes, conforme citado acima. Também chama a atenção o vultoso gasto com cartões de crédito. Caberia um exame para averiguar se trata-se apenas de despesas de um gastador compulsivo ou se inclui também gastos que lhe proporcionaram vantagens, como “presentes” para pessoas influentes e festas.

Acerca do sigilo bancário de Rogério Buratti e de sua empresa BBS Consultores Associados, chama a atenção que apenas uma pequena parte do dinheiro utilizado nas diversas operações de compra e venda de imóveis e empresas feitas por ele, sob intermediação do Sr. Claudinet Mauad, saiu de suas contas. De acordo com inquérito da Polícia Civil do Estado de São Paulo, em que é acusado por lavagem de dinheiro, Buratti movimentou mais de R\$ 2 milhões de reais entre 2004 e 2005. Das suas contas saíram apenas R\$ 259 mil em cheques nominais ao Sr. Mauad. Também é estranho o fato desse valor ter sido pago por meio de 9 cheques, emitidos no mesmo dia e sacados em dinheiro. Parece claro que o Sr. Buratti queria escapar da notificação ao COAF para saques acima de R\$ 100 mil.

No geral, a movimentação bancária de Rogério Buratti é compatível com sua renda, o que chama a atenção é a movimentação que não transita pelas suas contas, visto que todos os pagamentos que recebeu entre 2002 e 2004, quando era dirigente da Leão & Leão, foram creditados em conta. De acordo com seus próprios depoimentos ele não teve outra fonte de renda nesse período a não ser a Leão & Leão e as compras e vendas de imóveis e empresas. Também chama a atenção que esses imóveis e empresas jamais foram registrados no seu nome.

De acordo com dados obtidos do seu sigilo telefônico identificamos que Rogério Buratti tinha freqüentes contatos com a agência de Miami do Banco Lloyds TSB, o que é um indício de que o mesmo possa ter contas no exterior. Também chama a atenção o expressivo número de viagens feitas para o exterior, como a feita para o Panamá em 2004.

No geral, a movimentação bancária de Waldomiro Diniz é compatível com sua renda. Todavia, a leitura labial de conversa entre Waldomiro e Carlos Ramos, no Aeroporto de Brasília em 2002, chama a atenção para a possível movimentação de recursos no exterior, o que é corroborado por ligações internacionais suspeitas:

“É claro, é claro. É claro que eu vou te pagar. Nós já tínhamos combinado, lembra?”

“Não só você, mas todos, e fecharam comigo. Eu não posso é ficar de braços cruzados esperando respostas deles. Eu tenho que me virar”.

“Eu mantendo contato, a maior parte é do Governo do Estado e o meu medo é que se faça uma vistoria. E, aí, como é que eu vou explicar isso?”

“Dinheiro não se esconde, precisamos disfarçar. Isso a gente precisa lavar”.

“Depende”.

“Aeroporto, máquinas, juro”.

“Tudo bem, tudo bem. OK. É um documento em sigilo que ninguém pode saber. A polícia não pode saber”.

“Está tudo indo, tudo andando.”

“O advogado. Ele faz um trabalho e não revela a ninguém; já faz um trabalho para mim, mas isso não pode sair do meu bolso”.

“E você acha que isso é feito aqui dentro? Isso é feito fora daqui. Estão entendendo? Não sou burro não. Pensa que vou fazer isso aqui dentro?”

7.3. SIGILO FISCAL

A análise de sigilo fiscal dos investigados pela CPI dos Bingos referente aos indícios de irregularidades na renovação do contrato da CEF com a Gtech ainda não foi concluída. Porém há alguns achados que são conclusivos e merecem destaque.

O Sr. Walter Santos Neto se declarava isento, apesar dos vultosos recursos que recebia de suas empresas MM Consultoria e S. Santos Assessoria. Tão somente após a Receita Federal ser informada pelo Ministério Público sobre o recebimento de recursos da Gtech e a realização de ato fiscalizatório, o mesmo refez suas declarações de rendas.

Também com o intuito de sonegar impostos, a empresa MM Consultoria declarou-se inativa e só após ter sido autuada pela Receita Federal refez suas declarações. Convém destacar que, embora não estivesse de fato gerenciando a empresa, o responsável perante o Fisco à época dos pagamentos da Gtech era o Sr. Marcelo Coelho Aguiar, que, inclusive, reconheceu em depoimento que foi responsável pela declaração de inatividade da empresa, sob alegação de desconhecer que Walter Santos Neto estava operando com a mesma. No entanto, ele tinha conhecimento que a empresa tinha conta corrente, visto que ele próprio assinou o cadastro e ficha de autógrafo do banco, bem como que Walter Santos Neto tinha talonário de nota fiscal.

Na análise de sigilo fiscal de Rogério Buratti, verifica-se que o mesmo não recebia salário da Leão & Leão desde que assumiu cargo de direção. Para evitar pagamento de contribuições sobre folha de pagamento, a Leão & Leão pagava seu salário por intermédio da empresa BBS Consultoria, como se Buratti fosse um prestador de serviços. No entanto, o mesmo era, na verdade, diretor-empregado, conforme denota vários documentos da empresa, inclusive

contratos com órgãos públicos. Inclusive, em sua defesa acerca do envolvimento nos indícios de irregularidades na renovação do contrato entre CEF e Gtech, a Leão & Leão informa que demitiu o empregado Rogério Buratti tão logo foram divulgadas na imprensa informações de seu envolvimento no episódio. Também não cabe a alegação de que ele era diretor não-empregado, visto que a Leão & Leão é uma sociedade de responsabilidade limitada e Buratti não faz parte do quadro societário. Em depoimento, Buratti informou que esse procedimento também era adotado pela Leão & Leão em relação aos demais diretores-empregados.

7.4. SIGILO TELEFÔNICO

A análise de sigilo telefônico ainda não foi concluída, primordialmente devido ao fato de várias linhas telefônicas utilizadas pelos investigados não se encontrarem em seus nomes, seja porque pertenciam aos órgãos nos quais trabalhavam ou porque estavam em nomes de outras pessoas, como parentes, amigos ou proprietários dos imóveis onde residiam. Apenas recentemente essas linhas foram relacionadas e aprovado requerimento para sua transferência de sigilo a esta CPI. Também merece destaque o fato de algumas transferências de sigilo terem ocorrido há poucos dias, não tendo sequer chegado a esta CPI, como é o caso dos Srs. Ademirson Ariovaldo Silva e Francisco das Chagas Costa, ambos de grande relevância para a investigação dos indícios de irregularidades na renovação do contrato da CEF com a Gtech. Todavia, muitas informações relevantes já foram obtidas a partir da análise parcial realizada. Convém destacar que a Polícia Federal também fez

importante levantamento de sigilo telefônico, sintetizado no item 6 deste Relatório.

Quadro anexo resume as relações telefônicas entre os investigados, bem assim com as empresas e pessoas com quem têm mais contato ou que chamaram a atenção tendo em vista serem conhecidos por sua posição na Administração Pública ou no meio empresarial.

Merece destaque especial a nítida triangulação entre Rogério Buratti, Ralf Barquete e Ademirson Ariovaldo Silva nos dias mais importantes da renovação do contrato da CEF com a Gtech, como os dias 1, 2, 7 e 8 de abril. Parece claro que, freqüentemente, Buratti fala com Ralf, que repassa informações para Ademirson. O movimento inverso também ocorre com igual freqüência. A relação dos três com Wladimir Poletto no período de 31 de março a 14 de abril também é nítida. Quadro anexo detalha as ligações entre os quatro investigados nesse período.

Também é digno de registro o grande número de ligações entre Rogério Buratti e Enrico Gianelli. Contudo, o que chama mais a atenção são as ligações feitas utilizando os telefones secretos registrados em nome de Francisco Chagas da Costa em junho de 2003 e a escuta telefônica feita pelo Ministério Público de São Paulo em junho de 2004, na qual Buratti e Gianelli combinam se encontrar em local onde não fossem vistos. Isto denota que tinham negócios em conjunto, que temiam ser descobertos e que, no caso da reunião de junho de 2004, pretendiam combinar o depoimento que iriam prestar à Polícia Federal sobre o caso Gtech. Outro fato interessante é que, no caso dos telefones secretos, algumas chamadas são feitas de linha que, segundo o Sr. Francisco das Chagas Costa, era utilizada por Wladimir Poletto.

O sigilo telefônico de Walter Santos Neto corrobora seu depoimento no qual afirma teve pouco contato com a Gtech. Apesar de ser pouco crível que

uma empresa pague R\$ 5 milhões para um prestador de serviços sem praticamente ter contato com ele, a análise da bilhetagem telefônica mostra apenas 2 ligações entre Walter e linhas telefônicas da Gtech. Contudo, há uma grande troca de telefonemas entre Walter Santos Neto, Enrico Gianelli e Hércio Cambraia Júnior no período de renovação do contrato da Gtech. Também merece registro o fato de Walter Santos Neto conhecer há vários anos Simão Brayer, que vendeu a Racimec à Gtech, e ter bastante contato com o mesmo nesse período. Também é bom lembrar que Cambraia tem bastante contato no meio de empresários de caça-níqueis, inclusive tendo sido advogado de sócio de Carlos Ramos. Portanto não seria absurdo imaginar que Gianelli poderia ser a ligação de Walter com Buratti e que Cambraia e Brayer seriam a conexão com Carlos Ramos e Waldomiro Diniz.

8. CONCLUSÕES

8.1. A primeira irregularidade na relação entre a CEF e a Gtech foi a contratação da Racimec, em 1993, sem licitação, para a implantação de sistema piloto do modelo *on-line real time* de loteria, o que, além de não estar amparado da Lei nº 8.666/93, deu àquela empresa significativa vantagem competitiva na Concorrência Pública nº 001/1994, licitação para implantação do modelo *on-line real time* de loterias que deu origem ao contrato que veio a ser assinado em 1997. Os Srs. Danilo de Castro, José Lindoso de Albuquerque Filho e Simão Brayer foram os principais responsáveis por este ato.

8.2. A Concorrência Pública nº 001/1994 foi direcionada para a vitória do consórcio liderado pela empresa Racimec, sócia da Gtech, que além da vantagem competitiva elencada no item acima, orientou a elaboração do edital que, dentre outras prerrogativas, impedia os concorrentes internacionais da Gtech de participar do certame. Contudo, o maior prejuízo à CEF que estava no bojo dessa concorrência era a ação deliberada para a criação de uma situação de dependência tecnológica da CEF em relação à empresa contratada. Isto ocorreu na contramão da estratégia geral da CEF, naquela época, de internalizar o processamento de todos os seus principais sistemas que anteriormente eram processados por empresas sob controle acionário público, como o Serpro e a Datamec. Os Srs. Danilo de Castro, José Lindoso de Albuquerque Filho e Simão Brayer são os principais responsáveis por esse direcionamento.

8.3. Apesar de contrariar a Lei nº 8.666/93 e o próprio edital, após mais de dois anos de disputas jurídicas e de vários pareceres contrários, em outubro de

1996, a licitação foi homologada e, em 13 de janeiro de 1997, o contrato foi assinado com a Racimec, que depois foi substituída, sucessivamente, pela Gtech do Brasil Holding S/A e pela Gtech do Brasil Ltda.. É bem provável que se esse tempo tivesse sido aproveitado para a equipe técnica desenvolver um sistema próprio, não teria sido necessário selar o aprisionamento com esse contrato. *Contribuiriam decisivamente para estes atos os Srs. Sérgio Cutolo dos Santos, José Lindoso de Albuquerque, Ademar de Miranda Torres, Eduardo Tavares de Almeida, Jitsuo Maeda, José Maria Nardeli Pinto, Simão Brayer e Antônio Carlos Lino da Rocha.*

8.4 Foram incluídos tanto no primeiro contrato, de 1997, como no segundo, assinado em 2000, serviços não-lotéricos, não previstos no edital, e sem licitação. Aliás, o contrato de 2000 foi um ato simulatório do formal cumprimento das disposições da Lei de Licitações, para, de acordo com a CEF, atender determinação do TCU, mediante a celebração de um distrato do contrato de 1997, seguida da realização de contratação direta, com inexigibilidade de licitação, pelo prazo de 32 meses, prorrogáveis até 60 meses. Isto fez com que a Gtech prestasse serviços diversos à CEF por 8 anos sem participar de uma licitação sequer. Também se verificou deliberada omissão de cobrança de multas em decorrência do descumprimento de cláusulas contratuais pela Gtech, bem como a inexistência por parte da CEF de um controle efetivo quanto ao cumprimento do contrato, especialmente quanto à instalação e funcionamento de todo o equipamento pago. Além disso, foram celebrados sucessivos termos aditivos prevendo reajustes de preços fora dos parâmetros legais ou contratuais. *Contribuiriam decisivamente para estes atos os Srs. Sérgio Cutolo dos Santos, Emílio Humberto Carazzai Sobrinho, Ademar de Miranda Torres, Eduardo Tavares de Almeida, Fernando Manuel*

Teixeira Carneiro, Henrique Costabile, Jitsuo Maeda, José Maria Nardeli Pinto, Aires Ferreira Coimbra, Fábio Luis Rezende de Carvalho Alvim, Gláucio Geronasso, Márcio Tancredi, Antônio Carlos Barasuol, Marco Antônio Lopes, Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto, Antônio Carlos Lino da Rocha e Marcos Tadeu de Oliveira Andrade.

8.5. Apenas em 2001, após a Gtech conseguir embargar na Justiça as licitações que visavam o fracionamento dos serviço lotéricos, a CEF resolveu iniciar um projeto para assumir a inteligência e a gestão da rede lotérica, lançando, em final de 2002, quatro pregões para a aquisição dos insumos necessários: máquinas, formulários e bobinas, transmissão de dados e transporte de material e documentos. Em final de 2002, a CEF já tinha concluído o desenvolvimento do sistema de processamento, necessitando no máximo de seis meses para realizar a homologação e assumir a inteligência do sistema. Os pregões foram embargados na Justiça por liminar obtida pela Gtech junto ao STJ. Todavia, como em 5 de dezembro o Ministro Relator e o próprio Ministro que concedeu a liminar já haviam votado favoravelmente à CEF, era questão de pouco tempo para estar liberada a realização dos pregões, embora, por outra decisão, a empresa pública estivesse impedida de contratar os vencedores. De fato, em junho de 2003, a liminar foi revogada. Embora a decisão que liberou a CEF para contratar novos fornecedores tenha ocorrido apenas em agosto de 2004, ela poderia ter ganho tempo iniciando o processo de internalização naquele momento. Contudo, a relação entre CEF e Gtech havia mudado e, naquele momento, a libertação da dependência tecnológica não era prioritária. Pelo contrário, a CEF negociava a ampliação de serviços da Gtech, inclusive com a absorção do “Caixa Aqui”, os correspondentes bancários não lotéricos.

8.6. Apesar do termo aditivo assinado em 8 de abril de 2003 ter apresentado redução das tarifas em 15%, constatamos que havia margem para que o desconto fosse muito maior, tendo em vista que praticamente todo o investimento feito anteriormente pela Gtech já havia sido recuperado, que os gastos da contratada há muito não eram tão onerosos, que a CEF poderia assumir em no máximo 6 meses o processamento e que era de conhecimento da CEF que as apostas da Mega Sena e da Quina seriam reajustadas. Inclusive, estudo feito tanto pelo TCU quanto pela Polícia Federal comprovam que, na realidade, a remuneração da Gtech aumentou, tendo em vista o reajuste nos jogos, bem como o aumento no número de operações não-lotéricas. Considerando que parte substancial dos custos da Gtech independe da quantidade de operações realizadas, isto implica numa redução do custo unitário. Além disso, a CEF, em descumprimento da Lei de Licitações, não solicitou a planilha de encargos da contratada, por onde efetivamente poderia valer-se para decidir sobre o valor mais adequado do desconto a ser aplicado. Outra séria irregularidade nesse termo aditivo foi o fato de ser assinado pelo gerente nacional de suprimentos única e exclusivamente por determinação do Vice-Presidente de Logística, com base em dois documentos bastante sintéticos, respectivamente, da Superintendência de Projetos Especiais e da unidade jurídica da CEF. O correto seria que tivesse sido aprovado pela diretoria colegiada um Voto com manifestação de todas as áreas afetadas, inclusive a de loterias e de serviços bancários, que teriam que alertar sobre os pontos acima elencados, sob risco de serem responsabilizadas pelos futuros prejuízos à empresa. Apesar de não ter assinado documento autorizando a assinatura do termo aditivo, o presidente da CEF designou pessoalmente as pessoas que negociariam com a Gtech, e recebia relato constante de seu

assessor direto, um dos negociadores. Portanto, contribuiriam decisivamente para estes atos os Srs. Jorge Eduardo Levi Mattoso, Paulo Roberto Paixão Bretas, Carlos Eduardo Fernandes da Silveira e José Carlos Alves.

8.7. O conjunto de irregularidades listado nos itens anteriores, além do aprisionamento tecnológico, trouxe um grande prejuízo financeiro à CEF. De acordo com o TCU, a preços de 1º de março de 2005, no período de 13 de Janeiro de 1997 a 14 de abril de 2003 a CEF pagou a maior para a Gtech a quantia total de R\$ 312.913.475,95. No período de 15 de abril de 2003 a 31 de julho de 2004, o prejuízo da CEF, de acordo com o TCU, foi de R\$ 120.446.858,36. Atualizando esses dados para 30 de novembro de 2005 e acrescentando os valores pagos à Gtech após data calculada pelo TCU, chegamos, respectivamente, a R\$ 311.877.600,35 e R\$ 244.072.254,66. Os dados de sigilo bancário da Gtech ratificam esses números ao constatarem que, descontados os ingressos, a Gtech remeteu US\$ 232.212.426,85 para o exterior entre 1997 e 2005. Convém destacar que esse valor remetido corresponde apenas à parte do lucro líquido da empresa.

8.8. Em atendimento a questionamento desta CPI, o TCU confirmou que Em dezembro de 2002 em dezembro de 2002 a CEF havia concluído o desenvolvimento do sistema de processamento lotérico, compreendendo apuração de ganhadores, rateio de prêmios e repasse de recursos financeiros a entidades. O TCU, contudo, ressaltou que se trata de uma etapa pequena do processo de internalização do sistema de loterias, que não havia ainda sido desenvolvido as funcionalidades referentes a captação de jogos e que não havia local seguro para contingências. Embora, de fato represente uma percentagem pequena dos custos – de acordo com Marcos Andrade, então

diretor financeiro da Gtech, esta etapa que estava desenvolvida corresponde a algo em torno de 5% a 6% do valor do contrato – tendo em vista os altos valores envolvidos, no período de 15 de abril de 2003 a 14 de maio de 2005, a CEF poderia ter pago pelo menos R\$ 40 milhões a menos à Gtech se tivesse assumido o processamento. Convém lembrar que a CEF fez investimentos *para tal que ficaram sub utilizados nesse período. Convém destacar que apenas com o sistema totalmente desenvolvido a CEF poderia se livrar da dependência tecnológica.* Nesse Acórdão, o TCU conclui que não houve desaceleração do processo de internalização do processamento de loterias em curso.

8.9. Os depoimentos e a análise de documentos e de dados dos sigilos telefônico, bancário e fiscal não deixam dúvidas de que a Gtech negociou o pagamento de propina para obter a renovação do contrato com a CEF, e que, pela parte do que foi negociado, efetivamente pagou. Embora a Gtech tente justificar que houve uma tentativa de extorsão, seus próprios dirigentes confirmam que negociaram valores com Rogério Buratti, embora aleguem que não pagaram, e várias vezes entraram em contradição, como relatado no item 7.1 deste Relatório. Também alegam que negociaram com ele em função do mesmo ter demonstrado possuir poder contra o qual não podiam se contrapor, quando, na verdade, Buratti nem cargo público ocupava. Por outro lado, é injustificável o valor de aproximadamente R\$ 5 milhões pago pela Gtech à MM Consultoria, de Walter Santos Neto, que sacou quase metade do valor em dinheiro, além de ter feito depósitos suspeitos em quantias elevadas, como os destinados a Hércio Cambraia Júnior.

8.10. A Gtech modificou radicalmente sua postura de negociação com a equipe da CEF em novembro de 2002, zerando os diversos pontos de negociação que estavam acordados. A hipótese mais provável é que isto tenha ocorrido porque a Gtech sabia que no futuro governo teria melhores condições para negociar. Isto é corroborado pela informação prestada por Buratti de que a Gtech teria contribuído para a campanha do PT e pelas negociações de parceria entre Carlos Ramos e a Gtech nas loterias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Convém lembrar que Carlos Ramos, além de conhecer bem Waldomiro Diniz, então cotado para ser presidente da CEF, tinha um trunfo contra ele, a fita em que ele pedia propina.

8.11. Em fevereiro de 2003, a Gtech avança os entendimentos com Carlos Ramos e Waldomiro Diniz enquanto a direção da CEF nada faz para iniciar formalmente as negociações sobre a renovação de seu mais importante contrato. Ralf Barquete, conforme depoimento de Buratti, toma conhecimento dos movimentos de Waldomiro e pede para ele entrar na negociação com a Gtech. Por intermédio de Enrico Gianelli, Buratti tenta se aproximar da Gtech sem sucesso. No mês seguinte, após poucas reuniões, a Gtech fecha acordo para a renovação do contrato com a CEF, pelo prazo máximo permitido pela Lei das Licitações. Isto ocorreu no dia 26 de março, um dia após Waldomiro se reunir com um dirigente da CEF não identificado. A assinatura do contrato ficou prevista para o dia 1º de abril de 2003.

8.12. Ralf Barquete toma conhecimento do sucesso das ações do que Buratti chama de "Grupo do Rio", se referindo ao grupo do qual Waldomiro Diniz é membro destacado. Então, infere-se que alguém do grupo de que Buratti faz parte, conhecido como "República de Ribeirão", procura algum interlocutor

do “Grupo do Rio” para fazer um acerto. Este acerto consiste em Waldomiro procurar os dirigentes da Gtech para anunciar que Buratti os procurará para negociar o pagamento de propina; caso contrário, o contrato não seria renovado. Essa reunião ocorre no dia 31 de março de 2003. Nessa data, inicia-se um período de intenso contato telefônico entre Rogério Buratti, Ralf Barquete, Ademirson Ariovaldo Silva e Wladimir Poletto. Este último, inclusive, adquire telefones em nome de laranja para si e para os companheiros.

8.13. No dia 1º de abril, Rogério Buratti tem duas reuniões com dirigentes da Gtech sobre o valor da propina. Não chegam a um acordo. Após a reunião, os dirigentes da Gtech se dirigem à CEF para assinar o contrato. Antes de chegar naquela estatal, Buratti liga para Marcelo Rovai informando que o contrato não seria assinado naquela data, o que de fato ocorreu. Paulo Bretas informa para a Gtech que havia uma pendência e que Gianelli saberia qual era. Rovai afirma que Gianelli lhe disse que a pendência seria a não contratação de Rogério Buratti. Nesse dia, há um intenso contato telefônico entre Rogério Buratti, Ralf Barquete e Ademirson Ariovaldo Silva, numa clara triangulação. Já a CEF afirma que havia uma pendência de ordem jurídica, que seria uma procuração por meio da qual a Gtech deveria renunciar às ações referentes aos correspondentes bancários não lotéricos.

8.14. Após novos adiamentos e novas negociações, conforme reconhecem tanto Buratti quanto Rovai, no dia 8 de abril de 2003, a prorrogação do contrato foi assinada, por um funcionário da CEF que assumira a função naquela data. É bom lembrar que, de acordo com Rovai, alguns dos adiamentos tiveram como motivo o fato do presidente da CEF não se

encontrar em Brasília para assinar o contrato. Contudo, não é o presidente que assina contratos administrativos como esse, mas sim o gerente nacional de suprimentos. Nesse dia, mais uma vez, há um intenso contato telefônico entre Rogério Buratti, Ralf Barquete e Ademirson Ariovaldo Silva, numa clara triangulação. Diante do exposto, parece lógico que a assinatura do contrato ocorreu porque a Gtech e o grupo de Buratti chegaram a um acordo. No dia seguinte Buratti e Rovai acertam reunião no dia 11 de abril, na Leão & Leão, em São Paulo, que contaria com a presença do presidente da Gtech, Antônio Carlos Lino da Rocha. Poucos dias após esse encontro Buratti faz uma curta e suspeita viagem para a França.

8.15. Os saques em dinheiro feitos por Walter Santos Neto entre final de 2002 e 2003 parecem não ter tido outro destino a não ser pagar propina. Sua proximidade com Gianelli e Cambraia, corroborada tanto pelo sigilo telefônico como bancário, faz crer que o trio atuou em conjunto a serviço da Gtech. É impossível saber ao certo para quem foi entregue esse dinheiro, mas é provável que não tenha sido para uma única pessoa. Por intermédio de Gianelli, Walter tinha proximidade com o grupo de Buratti. Por meio de Cambraia e Simão Brayer com o “grupo do Rio”. Também é provável que o dinheiro repassado pela Gtech para a MM Consultoria tenha sido apenas parte do pagamento de propina para obtenção da renovação do contrato com a CEF. É possível que o restante do dinheiro tenha sido pago por outro meio, provavelmente no exterior.

8.16. Acerca da participação de dirigentes da CEF nessa prática de corrupção, não há evidências claras. É oportuno destacar que não ficou esclarecido como

Ralf Barquete, sem participar do processo, teve acesso a decisões tomadas pela CEF.

8.17. Em Maio de 2005, com bastante atraso, a CEF finalmente iniciou o processo de internalização do canal lotérico. Os pregões realizados comprovaram que, *além de estrategicamente melhor, a opção de apenas comprar insumos de fornecedores primários implicaria em menores custos para a CEF*. O processo está previsto para ser concluído em Maio de 2006, quando a CEF afirma que se livrará totalmente da dependência da Gtech. Contudo, o cronograma elaborado pela CEF para substituição gradual da Gtech pelo novo modelo está atrasado o que, de um lado, aumenta os custos da transição visto que os valores pagos à Gtech dependem da quantidade de transações realizadas e alguns itens do novo modelo apresentam custos fixos. De outro lado, esse atraso levanta dúvidas acerca de uma nova prorrogação do contrato com a Gtech, que se vence em maio de 2006. É oportuno informar que, segundo a CEF, o cronograma encontra-se atrasado, em virtude de representações que foram apresentadas por interessados perante o TCU e ações judiciais contra os referidos pregões, fatores esses externos para os quais a CEF não concorreu. Apesar disso, todos os esforços estariam sendo feitos para manter o cronograma inicialmente previsto.

8.18. Portanto, entendemos que o Congresso Nacional deve, por meio de decreto legislativo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 1º, da Constituição, estipular o prazo de 60 dias para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech e determinar a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

9. ENCAMINHAMENTOS

Em face de todo o exposto, esta CPI qualifica as condutas das pessoas físicas e jurídicas citadas neste Relatório nos seguintes termos:

SIMÃO BRAYER – incurso no art. 333 do Código Penal (corrupção ativa), e no art. 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal;

MARCELO JOSÉ ROVAI – incurso no art. 333 do Código Penal (corrupção ativa), e no art. 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal;

ANTÔNIO CARLOS LINO DA ROCHA – incurso no art. 333 do Código Penal (corrupção ativa), no art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro), nos arts. 90 e 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal, e no art. 3º, combinado com os arts. 10, inciso VIII, e 11, incisos I e II, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

MARCOS TADEU DE OLIVEIRA ANDRADE – incurso no art. 333 do Código Penal (corrupção ativa), no art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro), nos arts. 90 e 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal, e no art. 3º, combinado com os arts. 10, inciso VIII, e 11, incisos I e II, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

MAGDA KIHTEL – incurso no art. 333 do Código Penal (corrupção ativa), no art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro) e nos arts.

90 e 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal;

WALDOMIRO DINIZ DA SILVA – incurso no art. 317 do Código Penal (corrupção passiva), no art. 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal, e nos arts. 10, inciso XII, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – incurso no art. 332 do Código Penal (tráfico de influência); no art. 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal, e no art. 3º, combinado com os arts. 10, inciso VIII, e 11, incisos I e II, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

ROGÉRIO TADEU BURATTI – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha) e 332 (tráfico de influência) do Código Penal; no art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro); nos arts. 1º, inciso II, e 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária); no art. 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal, e no art. 3º, combinado com os arts. 10, inciso VIII, e 11, incisos I e II, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

ENRICO GIANELLI – incurso no art. 332 (tráfico de influência) do Código Penal, no art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro); no art. 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal, e no art. 3º, combinado com os arts. 10, inciso VIII, e 11, incisos I e II, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

WLADIMIR POLETO – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), 299 (falsidade ideológica) e 332 (tráfico de influência) do Código Penal; no art. 92

da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal, e no art. 3º, combinado com os arts. 10, inciso VIII, e 11, incisos I e II, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

ADEMIRSON ARIOVALDO DA SILVA – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha) e 317 (corrupção passiva) do Código Penal, no art. 92 da Lei nº 8.666/92 (crime contra o procedimento licitatório), combinado com o art. 29 do Código Penal, e nos arts. 10, inciso XII, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS – incurso no art 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, inciso XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

EMÍLIO HUMBERTO CARAZZAI SOBRINHO – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

ADELMAR DE MIRANDA TORRES – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

EDUARDO TAVARES DE ALMEIDA – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

FERNANDO MANUEL TEIXEIRA CARNEIRO – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319

do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

HENRIQUE COSTÁBILE – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JITSUO MAEDA – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JOSÉ MARIA NARDELI PINTO – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

AIRES FERREIRA COIMBRA – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

FÁBIO LUIS REZENDE DE CARVALHO ALVIM – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

GLÁUCIO GERONASSO – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

MÁRCIO TANCREDI – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

ANTÔNIO CARLOS BARASUOL – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

MARCO ANTÔNIO LOPES – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

LUIZ FRANCISCO MONTEIRO DE BARROS NETO – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JOSÉ LINDOSO DE ALBUQUERQUE – incurso nos arts. 89, 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JORGE EDUARDO LEVI MATTOSO – incurso no art. 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, inciso XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

PAULO ROBERTO PAIXÃO BRETAS – incurso no art. 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código

Penal (prevaricação) e nos arts. 10, inciso XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

CARLOS EDUARDO FERNANDES DA SILVEIRA – incurso no art. 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, inciso XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JOSÉ CARLOS ALVES – incurso no art. 92 da Lei nº 8.666/93 (crimes contra o procedimento licitatório), no art. 319 do Código Penal (prevaricação) e nos arts. 10, inciso XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

WALTER SANTOS NETO – incurso no art. 1º, § 1º, inciso II, combinado com o art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro) e nos arts. 1º, inciso II, e 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária);

HÉLCIO BARBOSA CAMBRAIA JÚNIOR – incurso no art. 1º, § 1º, inciso II, combinado com o art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro) e nos arts. 1º, inciso II, e 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária);

MARCELO COELHO DE AGULAR – incurso no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária);

GTECH BRASIL LTDA. – incurso no art. 3º, combinado com os arts. 10, inciso VIII, e 11, incisos I e II, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa), sendo-lhe aplicável as sanções previstas no art. 12, incisos II e III, dessa mesma norma legal;

MM CONSULTORIA LTDA. – incurso no art. 12 da Lei nº 9.613/98.

S. SANTOS ASSESSORIA LTDA. – incurso no art. 12 da Lei nº 9.613/98.

Em face desta CPI ainda não ter argüido os senhores Antônio Palocci Filho, José Dirceu e Danilo de Castro, este relatório parcial não apresenta qualificação da conduta dos mesmos. É oportuno ressaltar que esta CPI também está investigando os senhores Antônio Palocci Filho e José Dirceu em outras linhas de investigação que não foram objeto deste relatório parcial.

Tendo em vista informações prestadas pelo TCU, bem como o receio de não cumprimento pela CEF do cronograma de substituição da Gtech, esta CPI decide pela apresentação, ao Congresso Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo em anexo, que estipula o prazo de 60 dias para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech no canal lotérico e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

Esta CPI decide pelos seguintes encaminhamentos:

- a) encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Ministério Público Federal, para que instrua os procedimentos administrativos em curso, inclusive inquéritos policiais, e as ações penais e civis já em andamento, e para que promova as competentes ações penais que se julgarem necessárias;
- b) encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Departamento de Polícia Federal para que aprofunde as investigações sobre o processo de renovação do contrato entre a Gtech e a CEF, ocorrido no primeiro semestre de 2003;
- c) encaminhar o presente Relatório e seus anexos à Secretaria de Receita Federal e à Secretaria da Receita Previdenciária, para que proceda à abertura

de procedimentos e ações fiscais a fim de investigar e punir, administrativa e criminalmente, as pessoas físicas e jurídicas supracitadas;

d) encaminhar o presente Relatório e seus anexos à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, para que proceda à abertura de procedimentos e ações fiscais a fim de investigar e punir, administrativa e criminalmente, as pessoas físicas e jurídicas supracitadas;

e) encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho, para que proceda à abertura de procedimentos e ações fiscais a fim de investigar e punir, administrativa e criminalmente, as pessoas físicas e jurídicas supracitadas;

f) encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Banco Central do Brasil, para que determine ao sistema financeiro nacional acompanhar e informar sobre a realização de operações financeiras suspeitas feitas pelas pessoas físicas e jurídicas supracitadas, e proceda à decorrente e devida comunicação dos fatos à Secretaria de Receita Federal e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF);

g) encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Tribunal de Contas da União, para as providências cabíveis.

ANEXO 1

DO

RELATÓRIO PARCIAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Anexo I – Projeto de Decreto Legislativo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica extinto, em 14 de maio de 2006, o contrato entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Gtech do Brasil Ltda., que tem como objeto a operação do canal lotérico da CEF, sendo vedada sua prorrogação.

Art. 2º - A Caixa Econômica Federal deve, até 19 de março de 2006, regularizar o cronograma, estabelecido no contrato firmado com a Gtech, para transição do antigo para o novo modelo de operação das loterias.

Art. 3º - O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento da execução dos serviços mencionados nos arts. 1º e 2º deste decreto legislativo, encaminhando relatório ao Congresso Nacional.

Art. 4º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A relação contratual entre a multinacional norte-americana Gtech e a empresa pública brasileira Caixa Econômica Federal (CEF) sempre se apresentou

eivada de irregularidades, como ficou demonstrado em vários documentos: o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) que investigou a Loterj, o Inquérito Policial nº 04.312/04, da Polícia Federal, os processos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema, a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal (Processo nº 2004.34.00.007387-1) e o Relatório Parcial da CPI dos Bingos.

O principal fator que alimentou essa relação contratual viciada, que desde o início fez pender a balança entre o interesse privado e o interesse público para aquele, parece ter sido a dependência tecnológica, gradativamente desenvolvida e consolidada desde, pelo menos, 1997. Tal dependência tecnológica, operacional e administrativa da CEF em relação à empresa prestadora dos serviços de loteria on-line real time, a Gtech, apresenta-se como o ponto central quando se questiona o motivo de a CEF manter uma contratação que, a rigor, seria juridicamente nula em sua origem, e que sofreu, ao longo do tempo, freqüentes violações ao devido processo administrativo licitatório.

Os elementos probatórios colhidos pelos documentos supracitados, denunciam uma ação deliberada por parte de vários administradores da CEF, se não em direção à consolidação da dependência tecnológica, pelo menos em não materializar esforços para evitar tal dependência, em total afronta ao princípio da supremacia do interesse público, ocasionando um amplo domínio da relação contratual por parte da Gtech, que passou a ditar o aumento de preços, a consecução ou não de obrigações contratuais, o pagamento ou não de multas etc.

Em resumo, foram identificados os seguintes atos ilícitos praticados no curso da relação contratual CEF-Gtech:

- Contratação da Racimec, em 1993, sem licitação para a implantação de sistema piloto do modelo on-line real time de loteria, o que, além de não estar amparado da Lei nº 8.666/93, deu àquela empresa significativa vantagem competitiva na Concorrência Pública nº 001/1994;
- direcionamento da licitação para a implantação do modelo on-line real time de loteria, objeto da Concorrência Pública nº 001/1994, ao consórcio liderado pela empresa Racimec, sócia da Gtech, vencedor do certame;
- inclusão de serviços não-lotéricos na execução do contrato, não previstos no edital, e sem licitação;
- ação deliberada para a criação de uma situação de dependência tecnológica da CEF em relação à empresa contratada;

- celebração de sucessivos Termos Aditivos prevendo reajustes de preços fora dos parâmetros legais ou contratuais;
- ato simulatório de formal cumprimento das disposições da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), mediante a celebração de um Distrato em 2000, seguida da realização de contratação direta, com inexigibilidade de licitação;
- deliberada omissão de cobrança de multas em decorrência do descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada;
- inexistência por parte da CEF de qualquer controle efetivo quanto ao cumprimento do contrato e Termos Aditivos pela contratada, notadamente quanto à devida instalação e funcionamento de todo o equipamento adquirido e pago pela CEF;
- indícios de pagamento de propina a pessoas ligadas a agentes públicos para facilitar a renovação do contrato em 2003;
- indícios de uso de um escritório de advocacia (MM Consultoria) para fins de pagamento de propinas e lavagem de dinheiro.

O conjunto de irregularidades listado acima, além do aprisionamento tecnológico, trouxe um grande prejuízo financeiro à CEF. De acordo com o TCU, a preços de 1º de março de 2005, no período de 13 de Janeiro de 1997 a 14 de abril de 2003 a CEF pagou a maior para a Gtech a quantia total de R\$ 312.913.475,95. No período de 15 de abril de 2003 a 31 de julho de 2004, o prejuízo da CEF, de acordo com o TCU, foi de R\$ 120.446.858,36. Atualizando esses dados para 30 de novembro de 2005 e acrescentando os valores pagos à Gtech após data calculada pelo TCU, chegamos, respectivamente, a R\$ 311.877.600,35 e R\$ 244.072.254,66. Os dados de sigilo bancário da Gtech ratificam esses números ao constatarem que, descontados os ingressos, a Gtech remeteu US\$ 232.212.426,85 para o exterior entre 1997 e 2005. Convém destacar que esse valor remetido corresponde apenas a parte do lucro líquido da empresa.

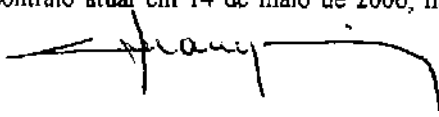
Em atendimento a questionamento desta CPI o TCU confirmou que Em dezembro de 2002 em dezembro de 2002 a CEF havia concluído o desenvolvimento do sistema de processamento lotérico, compreendendo apuração de ganhadores, rateio de prêmios e repasse de recursos financeiros a entidades. O TCU, contudo, ressaltou que se trata de uma etapa pequena do processo de internalização do sistema de loterias, que não havia ainda sido desenvolvido as funcionalidades referentes a captação de jogos e que não havia local seguro para contingências. Embora, de fato represente uma percentagem pequena dos custos – de acordo com Marcos Andrade, então diretor

financeiro da Gtech, esta etapa que estava desenvolvida corresponde a algo em torno de 5% a 6% do valor do contrato – tendo em vista os altos valores envolvidos, no período de 15 de abril de 2003 a 14 de maio de 2005, a CEF poderia ter pago pelo menos R\$ 40 milhões a menos à Gtech se tivesse assumido o processamento. Convém lembrar que a CEF fez investimentos para tal que ficaram sub utilizados nesse período.

Em maio de 2005, com bastante atraso, a CEF finalmente iniciou o processo de internalização do canal lotérico. Os pregões realizados comprovaram que, além de estrategicamente melhor, a opção de apenas comprar insumos de fornecedores primários implicaria em menores custos para a CEF. O processo está previsto para ser concluído em Maio de 2006, quando a CEF afirma que se livrará totalmente da dependência da Gtech. Contudo, o cronograma elaborado pela CEF para substituição gradual da Gtech pelo novo modelo está atrasado o que, de um lado, aumenta os custos da transição visto que os valores pagos à Gtech dependem da quantidade de transações realizadas e alguns itens do novo modelo apresentam custos fixos. De outro lado, esse atraso levanta dúvidas acerca da realização de uma nova prorrogação do contrato com a Gtech, que se vence em maio de 2006.

Questionado pela CPI dos Bingos acerca do prazo necessário para a CEF concluir a substituição da Gtech, o TCU informou que “o prazo de 12 (doze) meses, a contar de 15/5/2005, para total substituição do sistema e desativação do atual, operado pela Gtech, é um prazo bastante razoável”.

Diante do exposto, esta CPI decidiu pela apresentação, ao Congresso Nacional, do presente Projeto de Decreto Legislativo, que estipula o prazo de 60 dias para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech no canal lotérico e determina a extinção do contrato atual em 14 de maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador **Efraim Morais**

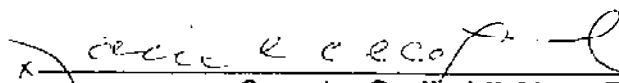
CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CFF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.


Senador **Garibaldi Alves Filho**


SENADOR ANTÔNIO GOMES DE BARROS

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador Juvêncio da Fonseca

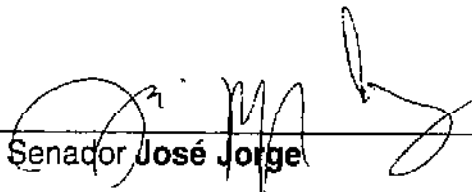
CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador José Jorge


CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador **Eduardo Suplicy**

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador **Romero Jucá**

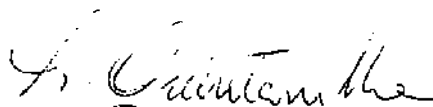
CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador **Leomar Quintanilha**

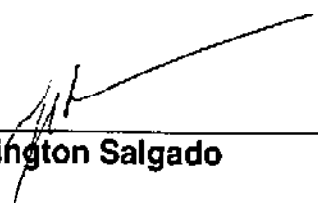
CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador **Wellington Salgado**

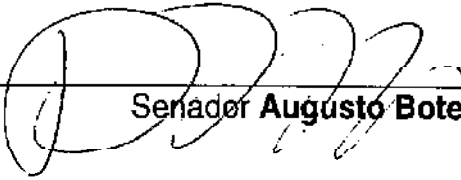
CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gleci na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador **Augusto Botelho**

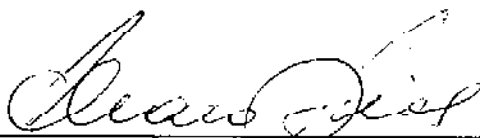
CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das lotarias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador **Álvaro Dias**

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

Senador  Valdir Raupp

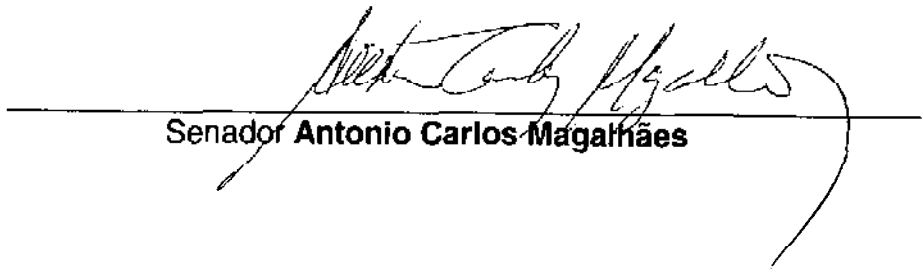
CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador Antonio Carlos Magalhães

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador **Heráclito Fortes**

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador Magno Malta

ANEXO 2

DO

RELATÓRIO PARCIAL

**RESUMO DAS PRINCIPAIS RELAÇÕES
TELEFÔNICAS DOS INVESTIGADOS**

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
ADA PELLEGRINI GRINOVER	ENRICO GIANNELLI	3	1478,00
ADAUTO APARECIDO SCARDOELLI	RALF BARQUETE SANTOS	14	59,05
ADAUTO APARECIDO SCARDOELLI	ROGERIO TADEU BURATTI	11	14,78
ADELMO SOARES RIBEIRO	RALF BARQUETE SANTOS	13	25,95
ADELMO SOARES RIBEIRO	ROGERIO TADEU BURATTI	57	101,37
ADEMIRSON ARIIVALDO DA SILVA	FLADIMIR POLETO	7	3,05
ADEMIRSON ARIIVALDO DA SILVA	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	21	43,38
ADEMIRSON ARIIVALDO DA SILVA	LEAO E LEO LTDA	1	0,88
ADEMIRSON ARIIVALDO DA SILVA	RALF BARQUETE SANTOS	320	363,27
ADEMIRSON ARIIVALDO DA SILVA	ROGERIO TADEU BURATTI	23	27,63
ADEMIRSON ARIIVALDO DA SILVA	TEREZINHA DO ROSARIO PIRES SOARES	2	0,50
ADEMIRSON ARIIVALDO DA SILVA	VLADIMIR POLETO	561	960,43
ADHEMAR PALOCCI	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	4	0,87
ADHEMAR PALOCCI	RALF BARQUETE SANTOS	1	2,40
AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	56	203,42
ALESSANDRA FERREIRA DE BRITO	LEAO E LEO LTDA	75	1533,97
ALVARO AUGUSTO RODRIGUES MARUJO	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	64	595,88
ALVARO AUGUSTO RODRIGUES MARUJO	ENRICO GIANNELLI	2	22,95
ALVORADA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACoes S A	ROGERIO TADEU BURATTI	1	1,47
AMAUURI CARRARA GOMES	GTECH BRASIL LTDA.	228	18,28
AMAUURI CARRARA GOMES	GTECH BRASIL LTDA.	311	42,87
ANDRADE GUTIERREZ IMOBILIARIA LTDA	ENRICO GIANNELLI	26	16691,70
ANDRADE GUTIERREZ TELECOMUNICACOES LTDA	WALTER SANTOS NETO	85	273,52
ANDRE DE MELLO PAZ	SAMIA AMIN SANTOS	33	40,98
ANDRE DE MELLO PAZ	WALTER SANTOS NETO	25	104,55
ANDREA AFRIGIO DE SOUZA	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	152	222,77
ANDREA DINIZ DE MELO PAZ	SAMIA AMIN SANTOS	1489	1883,43
ANGELA APARECIDA SISTO MENDONCA	GTECH BRASIL LTDA.	227	548,13
ANGELO PAPALEO	LEAO E LEO LTDA	13	100,85
ANTONIO ABRAHAO CARAM FILHO	WALTER SANTOS NETO	311	940,87
ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA BRAGA	ENRICO GIANNELLI	16	7886,10
ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA	CLAUDIO ANTONIO NASCIMENTO	51	156,62
ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA	ENRICO GIANNELLI	4	18,40

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
ANTONIO PALOCCI FILHO	ROGERIO TADEU BURATTI	2	1,55
ANTONIO VELLOSO NETO	MARCELO COELHO DE AGUIAR	5	5,13
ANTONIO VELLOSO NETO	WALTER SANTOS NETO	233	456,13
ARISTIDES JUNQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS SS	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	11	90,35
ARISTIDES JUNQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS SS	ENRICO GIANNELLI	33	56,97
ASPERBRAS NORDESTE IRRIGACAO LTDA	LEAO E LEO LTDA	4	17,58
ASPERBRAS SISTEMAS DE IRRIGACAO LTDA	RALF BARQUETE SANTOS	8	21,12
ASPERBRAS SISTEMAS DE IRRIGACAO LTDA	ROGERIO TADEU BURATTI	10	13,93
ASPERBRAS SISTEMAS DE IRRIGACAO LTDA	VLADIMIR POLETO	12	28,28
ASSESSOR CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA	LEAO E LEO LTDA	8	39,47
ASSESSORARTE ASSESSORIA DE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADA	ROGERIO TADEU BURATTI	14	19,70
ASSESSORARTE ASSESSORIA DE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADA	VLADIMIR POLETO	9	15,55
ASSESSORIA EM RECURSOS HUMANOS MANAGER LTDA	LEAO E LEO LTDA	4	9,17
ASSESSORIA PLANEJAMENTO E SERVICOS S/C LTDA	GTECH BRASIL LTDA	61	157,30
ASSESSORIA PLANEJAMENTO E SERVICOS S/C LTDA	MARCELO JOSE ROVAI	4	7,82
ASSESSORIA PLANEJAMENTO E SERVICOS S/C LTDA	S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	6	4,92
AZEVEDO SETE ADVOGADOS	WALTER SANTOS NETO	109	138,15
AZEVEDO SETE ADVOGADOS	GTECH BRASIL LTDA	359	303,02
BRA SKEM S/A	S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	8	5,07
BRIDGE IDIOMAS LTDA	SAMIA AMIN SANTOS	15	32,37
BRIDGE IDIOMAS LTDA	WALTER SANTOS NETO	553	363,32
BRIDGE IDIOMAS LTDA	ENRICO GIANNELLI	14	3174,38
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	2224	5988,87
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	137	202,33
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	87	142,73
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	67	164,28
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	66	140,18
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	58	54,13
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	56	208,87
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	39	42,72
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	36	103,97
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	31	57,63
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA	29	79,72

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	29	58,87
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	26	23,67
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	21	74,58
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	21	28,67
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	13	88,87
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	16	39,42
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	13	52,93
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	13	52,77
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	13	12,58
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	10	18,73
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	10	17,30
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	7	13,63
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	7	11,10
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	6	1,53
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	5	11,90
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	5	10,70
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	4	4,12
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	LEAO E LEAO LTDA	15	43,85
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	LEAO E LEAO LTDA	11	15,83
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	LEAO E LEAO LTDA	10	40,80
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	LEAO E LEAO LTDA	7	15,42
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	LEAO E LEAO LTDA	4	36,37
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	LEAO E LEAO LTDA	4	21,65
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	MARCELO JOSE ROVAL	4	11,47
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	ROGERIO TADEU BURATTI	22	35,72
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	WALTER SANTOS NETO	4	4,22
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	LEAO E LEAO LTDA	11	18,60
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GTECH BRASIL LTDA.	8	26,45
CALLISPHORO BISMARK DA SILVA	LEAO E LEAO LTDA	4	3,80
CAMARA DOS DEPUTADOS	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	3	11,87
CAMARA DOS DEPUTADOS	LEAO E LEAO LTDA	85	264,00
CAMARA DOS DEPUTADOS	ROGERIO TADEU BURATTI	56	92,45
CAMARA DOS DEPUTADOS		41	33,03

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA	GTECH BRASIL LTDA.	1	1,40
CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA	VLADIMIR POLETO	3	1,22
CAPOBELLO IMP EXP COMERCIAL LTDA	WALTER SANTOS NETO	30	138,37
CAPOBELLO IMPORTACAO E EXPORTACAO E COMERCIO LTDA	WALTER SANTOS NETO	6	2,30
CAPOBELLO IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LTDA	S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	5	6,55
CAPOBELLO IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LTDA	SAMIA AMIN SANTOS	4	2,45
CAPOBELLO IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LTDA	WALTER SANTOS NETO	254	956,42
CARLA CRISTINA LARA	ROGERIO TADEU BURATTI	4	6,33
CARLA CRISTINA LARA LEMOS	ROGERIO TADEU BURATTI	625	2617,28
CARLOS ALESSANDRO DOS SANTOS	GTECH BRASIL LTDA.	334	388,07
CARLOS AUGUSTO BORGES	MARCELO JOSE ROVAL	3	12,25
CARLOS AUGUSTO CAMARGO DA SILVA	GTECH BRASIL LTDA.	2	1,67
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	ANDREA APRIGIO DE SOUZA	105	137,28
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	BRASIL SUL COM DE COMBUSTIVEIS LTDA	315	388,22
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	CLARISMAR RODRIGUES MENDONÇA	76	78,07
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	ENRICO GIANNELLI	5	3369,00
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	GERALDO MAGELA GOMES	24	91,02
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	GUSTAVO MUNIZ	312	359,53
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	JOAO PAULO DE ALMEIDA CUNHA	251	217,07
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	JOSE ANTONIO DE BARROS FILHO	235	541,22
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	LENINE ARAUJO DE SOUZA	436	345,22
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	LUCIANO ANTONIO ABRÃO	79	86,43
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	LUDMILLA MATSUI ARAUJO	716	762,93
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	M S P AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA	112	158,38
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	MARCO ANTONIO DE ALMEIDA RAMOS	116	153,85
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	PAULO ROBERTO DE ALMEIDA RAMOS	197	497,38
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	ROGERIO DINIZ	253	400,22
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	ROSA MARIA PINTO	508	3957,88
CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	SOLUTIONS INT LTDA	65	128,80
CARLOS EDUARDO FERNANDEZ DA SILVEIRA	GTECH BRASIL LTDA.	5	6,48
CARLOS EDUARDO FERNANDEZ DA SILVEIRA	ROGERIO TADEU BURATTI	5	5,68
CARLOS EDUARDO FERNANDEZ DA SILVEIRA	RALF BARQUETE SANTOS	9	15,22
CARLOS EDUARDO VALENTE DE OLIVEIRA	ROGERIO TADEU BURATTI	4	2,10

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
CARLOS EDUARDO VALENTE DE OLIVEIRA	VLADIMIR POLETO	217	416,12
CARLOS ROSA DO NASCIMENTO	LEAO E LEAO LTDA	229	844,60
CASSIANO EDUARDO DA SILVA	GTECH BRASIL LTDA	141	133,62
CATHITA COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTO	VLADIMIR POLETO	18	29,60
CELSO LUIZ ANDRIOLE	ROGERIO TADEU BURATTI	12	12,77
CELSO RENATO DAVILA	ENRICO GIANNELLI	47	4282,15
CINCO TELECOM TELECOMUNICA ES E SERV LT	LEAO E LEAO LTDA	1	0,22
CINCO TELECOM TELECOMUNICA ES E SERV LT	RALF BARQUETE SANTOS	29	34,53
CINCO TELECOM TELECOMUNICA ES E SERV LT	ROGERIO TADEU BURATTI	25	35,18
CIRURGICA MAFRA LTDA	LEAO E LEAO LTDA	5	9,28
CLAUDINEA ROCHA MIRANDA	GTECH BRASIL LTDA	314	221,43
CLAUDIO APARECIDO DOS SANTOS	ENRICO GIANNELLI	181	415,60
CONCITA AYRES CERNICHIARO	ENRICO GIANNELLI	7	2597,23
CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA	GTECH BRASIL LTDA	404	589,18
CONRADO NUNES BARBOSA	GTECH BRASIL LTDA	28	40,27
CONSTRUTORA MARQUISE S A	LEAO E LEAO LTDA	5	12,98
CONSTRUTORA MARQUISE S A	RALF BARQUETE SANTOS	34	58,22
CONSTRUTORA MARQUISE S A	ROGERIO TADEU BURATTI	4	1,70
COORD GERAL DE REC LOG COGRL - MIN. FAZ.	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	218	432,20
COORD GERAL REC LOGÓSTICOS MIN FAZENDA	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	8	4,27
COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTIC	DENISE ANDRIGHETTO CANOZZI	1	1,35
COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTIC	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	2	2,95
COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTIC	ENRICO GIANNELLI	3	9,42
COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTIC	GTECH BRASIL LTDA	2	1,83
COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTIC	LEAO E LEAO LTDA	1	15,57
COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTIC	MARCELO COELHO DE AGUIAR	1	0,80
COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTIC	ROGERIO TADEU BURATTI	1	1,00
DAGMAR SALES	GTECH BRASIL LTDA	149	7,10
DANIEL RONQUE	GTECH BRASIL LTDA	252	260,75
DEMETRIO FERNANDES DA SILVA	MARCELO COELHO DE AGUIAR	127	9,97
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	163	354,15
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	BALTIMORE S/A	52	379,65
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	BRUNO ARAUJO MASCARENHAS	317	437,78

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	BUSINESS TRUST COMPANY LTDA.	154	558,83
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	CANDIDO ELPIDIO SOUZA VACCAREZZA	205	213,27
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	DAN-HEBERT PARTICIPAÇÕES S/A	69	172,48
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	ENRICO GIANNELLI	170	11475,58
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	FERNANDO ANTONIO AZEVEDO FANTAUZZI	95	155,40
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	FERNANDO FANTAUZZI CONSULTORIA LTDA	80	164,95
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	4	8,25
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	FREDERICO JOSE OTAVIANO R DE BARROS	76	217,75
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	GILBERTO HINOJOSA DE AZEVEDO MORETZ SOHN	124	146,23
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	GISELE DE ABREU BARBOSA	79	339,05
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	HENRIQUETA AP AMORATTI NORCIA	262	239,95
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	IVO MARQUES DE LIMA	72	228,02
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	JOAO CARLOS GARCIA	8	15,57
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	JOAO CARLOS GARCIA	13	24,17
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	JOSE LEVI MELLO DO AMARAL JUNIOR	4	1,37
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	JOSE NORCIA FILHO	82	55,43
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	LUIZ CARLOS DE SOUZA ROSA	385	957,78
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	MARCELO FRANZINE	10	3,28
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S/A	82	122,43
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	NELSON QUARESMA BRANDAO	71	243,38
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	NELSON VICENTE PORTELA PELLEGRINO	191	210,63
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	PAULO PEREIRA SERRA	87	143,78
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	94	187,77
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	71	184,78
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	PETRONEO PEREIRA	151	165,45
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	FLASCALP PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	89	150,55
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	RICARDO NASCIMENTO	81	143,37
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	RIO CLARO TECNOLOGIA LTDA	348	515,95
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	ROGERIO TADEU BURATTI	30	19,12
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	TANIA MARIA ALVES DANTAS	217	494,93
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	VLADIMIR POLETO	92	297,42
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	WALMIR SOUSA VIANA	306	387,37
DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	WINGS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	140	448,30

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
DIEGO FERNANDO GOMES PEREIRA	GTECH BRASIL LTDA	133	80,83
DONIZETI DE CARVALHO ROSA	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	15	19,47
DONIZETI DE CARVALHO ROSA	LEAO E LEO LTDA	1	0,60
DONIZETI DE CARVALHO ROSA	NAO IDENTIFICADO / NAO INFORMADO	2	0,43
DONIZETI DE CARVALHO ROSA	ROGERIO TADEU BURATTI	19	26,62
DONIZETTE MIGUEL DA SILVA	GTECH BRASIL LTDA	4	2,83
EDISON PEREIRA DE SAO JOAQUIM	GTECH BRASIL LTDA	228	410,02
EDSON EDUARDO DOS SANTOS	MARCELO COELHO DE AGUIAR	80	24,42
EDUARDO AZEVEDO FILHO	RALF BARQUETE SANTOS	7	19,08
EDUARDO AZEVEDO FILHO	VLADIMIR POLETO	17	50,72
ELIANE ALMEIDA BORBA	GTECH BRASIL LTDA	426	541,38
ELISANDRA LEMOS ROSADO	ENRICO GIANNELLI	104	29375,15
EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A	LEAO E LEO LTDA	429	1377,50
EMERSON FABIANO DE OLIVEIRA RIBAS	GTECH BRASIL LTDA	42	43,88
EMERSON FABIANO DE OLIVEIRA RIBAS	GTECH BRASIL LTDA	136	137,90
EMYR DE SOUZA COSTA	GTECH BRASIL LTDA	142	82,55
ENAR LTDA	WALTER SANTOS NETO	17	18,68
ENCEL ENGENHARIA DE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	WALTER SANTOS NETO	204	324,77
ENRICO GIANNELLI	ADA PELLEGRINI GRINOVER	7	4173,72
ENRICO GIANNELLI	AFRANIO DE MELLO FRANCONABUCO	26	74,23
ENRICO GIANNELLI	ALCOFORADOS ADVOGADOS ASSOCIAD	79	47881,83
ENRICO GIANNELLI	ANDRADE GUTIERREZ IMOBILIARIA LTDA	50	14653,20
ENRICO GIANNELLI	ANDRÉ BOCCINI TROTTA	57	17606,65
ENRICO GIANNELLI	ARISTIDES JUNQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS SS	50	117,40
ENRICO GIANNELLI	ARMANDO ANTUNES LIMA	126	385,73
ENRICO GIANNELLI	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	32	14752,65
ENRICO GIANNELLI	CASTELLAR MODESTO GUIMARAES FILHO (30999	70	229,17
ENRICO GIANNELLI	CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO	41	100,68
ENRICO GIANNELLI	CELSON RENATO DA VILA	17	7895,43
ENRICO GIANNELLI	CLAUDIO APARECIDO DOS SANTOS	124	207,93
ENRICO GIANNELLI	DALIDE BARBOSA ALVES COFREIA	32	760,35
ENRICO GIANNELLI	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA AFAUJO	117	10369,47
ENRICO GIANNELLI	EDDIE RENZO AGUILERA ALCAINO	57	20694,50

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
ENRICO GIANNELLI	ELISANDRA LEMOS ROSADO	169	98096,75
ENRICO GIANNELLI	FISCHER FORSTER ADVOGADOS SC	10	1659,68
ENRICO GIANNELLI	FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	2	0,63
ENRICO GIANNELLI	GEORGES CHARLES FISCHER	49	10695,30
ENRICO GIANNELLI	GTECH BRASIL LTDA	372	10.269,80
ENRICO GIANNELLI	GTECH BRASIL LTDA	221	2995,72
ENRICO GIANNELLI	HELICIO BARBOSA CAMBRAIA JUNIOR	331	4.896,88
ENRICO GIANNELLI	LEAO E LEO LTDA	16	911,95
ENRICO GIANNELLI	LEONDRES PEREIRA	326	149316,32
ENRICO GIANNELLI	LUCA GIANNELLI	109	19719,83
ENRICO GIANNELLI	LUCA GIANNELLI	410	54729,90
ENRICO GIANNELLI	LUCIANA DIDIER FECAROTTA	113	16706,08
ENRICO GIANNELLI	LUIZ VICENTE CERNICCHIARO	102	50078,98
ENRICO GIANNELLI	MARA GARCIA DOS SANTOS	106	9480,42
ENRICO GIANNELLI	MARCELO JOSE ROVAL	1637	706532,50
ENRICO GIANNELLI	MARCO ANTONIO FERNANDES FERREIRA	77	52429,45
ENRICO GIANNELLI	MARCOS TADEU DE OLIVEIRA ANDEADE	47	140,18
ENRICO GIANNELLI	MARISTELA PINTO CONSENTINO	296	44942,87
ENRICO GIANNELLI	MIRANDA CRUZ	269	94485,50
ENRICO GIANNELLI	PAULO ROBERTO DE LIMA MINERVINO	168	7110,47
ENRICO GIANNELLI	PEDRO RAPHAEL CAMPOS FCNSECA	279	42134,53
ENRICO GIANNELLI	RALF BARQUETE SANTOS	5	642,68
ENRICO GIANNELLI	RIO CLARO TECNOLOGIA LTDA	65	138,22
ENRICO GIANNELLI	ROGERIO TADEU BURATTI	266	2355,00
ENRICO GIANNELLI	ROMUALDO APARECIDO BARBOSA DA CONCEIÇÃO	241	147,28
ENRICO GIANNELLI	SHANAYA ANDREA YAMAGUSHI	241	91375,67
ENRICO GIANNELLI	WALTER SANTOS NETO	471	9403,03
EQUITRAN EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTES LTDA	LEAO E LEO LTDA	340	633,48
EQUITRAN TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS DE TRANSPORT	LEAO E LEO LTDA	84	190,27
ERICA DE SOUZA AMARAL	GTECH BRASIL LTDA	113	82,68
ERNEST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES SC	LEAO E LEO LTDA	388	1445,37
ERNEST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES SC	ROGERIO TADEU BURATTI	7	18,65
ERNEST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S	GTECH BRASIL LTDA	28	128,83

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quantidade Chamadas	Duração (minutos)
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S	LEAO ELEAO LTDA	98	355,03
ERNST YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S C	LEAO ELEAO LTDA	47	188,68
ESCRITORIO CONTABIL VERA	LEAO ELEAO LTDA	4	10,98
ESCRITORIO DE ADVOCACIA TAVARES PAES	WALTER SANTOS NETO	19	17,73
ESCRITORIO DE ADVOCACIA TAVARES PAES	S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	20	29,70
ESCRITORIO DE ADVOCACIA TAVARES PAES	WALTER SANTOS NETO	224	581,90
F BAZZONI ME	USCELINO ANTONIO DOURADO	44	348,52
FABIANA MARIA DOS REIS	GTECH BRASIL LTDA	27	96,02
FELIPE DINIZ DE MELLO PAZ	SAMIA AMIN SANTOS	137	129,28
FISCER FORSTER ADVOGADOS SC	ENRICO GIANNELLI	119	5.332,35
FISCER FORSTER ADVOGADOS SC	WALTER SANTOS NETO	8	53,85
FLADIMIR POLETO	ADEMIRSON ARIIVALDO DA SILVA	74	80,30
FLADIMIR POLETO	VLADIMIR POLETO	15	10,02
FLAVIA APARECIDA ALCANTARA	WALTER SANTOS NETO	1085	70,07
FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	ENRICO GIANNELLI	11	25,02
FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	RALF BARQUETE SANTOS	8	6,43
FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	NAO IDENTIFICADO / NAO INFORMADO	32	9,73
FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	RALF BARQUETE SANTOS	42	28,53
FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	ROGERIO TADEU BURATTI	5	4,02
FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	VLADIMIR POLETO	237	189,45
FRANCISCO DE SALLES ALMEIDA MAFRA	LEAO ELEAO LTDA	1	1,70
FREDERICO JOSE OTAVIANO R DE BARROS	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	184	753,18
FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS	LEAO ELEAO LTDA	212	593,53
GASCOM EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	LEAO ELEAO LTDA	282	981,08
GERALDO MAGELA GOMES	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	23	42,28
GILMAR BRUNO DOS SANTOS	GTECH BRASIL LTDA	188	254,10
GISELE LUIZA MANTOVANI PEREIRA	GTECH BRASIL LTDA	437	213,73
GLEDE BERNACCI GOLLUSCIO	GTECH BRASIL LTDA	128	126,75
GLEDE BERNACCI GOLLUSCIO	LEAO ELEAO LTDA	5	10,08
GR S A	GTECH BRASIL LTDA	12	39,37
GR S A	LEAO ELEAO LTDA	193	388,60
GTECH BRASIL LTDA	ENRICO GIANNELLI	4	2166,00
GTECH BRASIL LTDA	*RUBIA SANTOS MOREIRA	186	332,20

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
GTECH BRASIL LTDA.	2TELECOMUNICACOES DE SAO PAULO S A - TELESP	183	576,30
GTECH BRASIL LTDA.	ADILSON GIL DA SILVA	223	1867,10
GTECH BRASIL LTDA.	AFLIDES CHAVES ARAUJO	461	2058,95
GTECH BRASIL LTDA.	AGNALDO DANIEL SEBASTIAO	214	131,97
GTECH BRASIL LTDA.	ALBERTO LUIZ DE SOUZA	405	1083,97
GTECH BRASIL LTDA.	ALDO LUIZ CHIAVEGATTI FILHO	548	734,77
GTECH BRASIL LTDA.	ALESSANDRA MARINA DA COSTA	219	1751,00
GTECH BRASIL LTDA.	ALESSANDRO RODRIGO DO CARMO FERREIRA	825	1670,85
GTECH BRASIL LTDA.	ALMIRO CARDOSO FARIAS	215	330,22
GTECH BRASIL LTDA.	ALVARO LUIZ SILVA FERNANDES	239	628,65
GTECH BRASIL LTDA.	AMAUURI CARRARA GOMES	233	1121,00
GTECH BRASIL LTDA.	AMAUURI CARZARA GOMES	340	763,57
GTECH BRASIL LTDA.	ANTONIO CARLOS GRANIELLA	187	385,33
GTECH BRASIL LTDA.	ANTONIO JOSE DOS SANTOS	282	763,70
GTECH BRASIL LTDA.	ANTONIO OSVALDO NUNES COUTINHO	319	473,83
GTECH BRASIL LTDA.	ATENTO BRASIL S/A	635	3218,90
GTECH BRASIL LTDA.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3743	7342,73
GTECH BRASIL LTDA.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	113	310,32
GTECH BRASIL LTDA.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	75	206,40
GTECH BRASIL LTDA.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	27	94,20
GTECH BRASIL LTDA.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	27	58,67
GTECH BRASIL LTDA.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24	62,83
GTECH BRASIL LTDA.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24	62,42
GTECH BRASIL LTDA.	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	21	78,48
GTECH BRASIL LTDA.	CARLOS ALBERTO GONCALVES MACHADO	263	1060,98
GTECH BRASIL LTDA.	CARLOS ALESSANDRO DOS SANTOS	317	572,77
GTECH BRASIL LTDA.	CASSIANO EDUARDO DA SILVA	183	205,35
GTECH BRASIL LTDA.	CLAUDINEA ROCHA MIRANDA	276	414,88
GTECH BRASIL LTDA.	CLAUDIO ANTONIO NASCIMENTO	209	419,32
GTECH BRASIL LTDA.	CLEONICE ROBERTA DA SILVA	711	1129,52
GTECH BRASIL LTDA.	CONFERENCE CALL DO BRASIL LTDA	2,4	10116,63
GTECH BRASIL LTDA.	CPM S.A	274	346,90
GTECH BRASIL LTDA.	DALBURQUERQUE E REBOLSA LTDA	186	548,47

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
GTECH BRASIL LTDA.	DANIEL RONQUE	477	429,50
GTECH BRASIL LTDA.	DATASAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA	442	1149,73
GTECH BRASIL LTDA.	DORACIVENDRAMETTO	190	739,97
GTECH BRASIL LTDA.	ED WILSON BARBOSA	359	671,43
GTECH BRASIL LTDA.	EDMAR DE ASSIS BARBOSA	278	712,08
GTECH BRASIL LTDA.	EDUARDO SALLES DE SOUZA	1252	883,02
GTECH BRASIL LTDA.	ELIANE ALMEIDA BORBA	1491	1913,22
GTECH BRASIL LTDA.	EMERSON FABIANO DE OLIVEIRA RIBAS	549	889,45
GTECH BRASIL LTDA.	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A EME	423	10371,78
GTECH BRASIL LTDA.	ENRICO GIANNELLI	378	175994,10
GTECH BRASIL LTDA.	EQUANT BRASIL LTDA	193	2126,38
GTECH BRASIL LTDA.	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S	51	356,23
GTECH BRASIL LTDA.	EUNICEROSA SIMPLICIO RECHIGUEL	254	1218,60
GTECH BRASIL LTDA.	FERNANDO DE OLIVEIRA BIOLCATTI	230	745,92
GTECH BRASIL LTDA.	ELETRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA	212	444,03
GTECH BRASIL LTDA.	GERALDO ROMERO LIMA	303	1060,25
GTECH BRASIL LTDA.	GILMAR FERREIRA ROCHA	193	549,72
GTECH BRASIL LTDA.	GLEISON MENTES BARBOSA	279	776,55
GTECH BRASIL LTDA.	GOVERNO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZ	56	169,15
GTECH BRASIL LTDA.	GTECH BRASIL HOLDINGS S/A	349	737,85
GTECH BRASIL LTDA.	GTECH BRASIL HOLDINGS SA	434	819,40
GTECH BRASIL LTDA.	GTECH BRASIL LTDA	421	1291,37
GTECH BRASIL LTDA.	GTECH BRASIL LTDA	982	2926,98
GTECH BRASIL LTDA.	HELDER VICENTE VIEIRA	194	143,78
GTECH BRASIL LTDA.	IGUACUDIESEL VEICULOS S/A	957	5672,65
GTECH BRASIL LTDA.	INTERNET GROJP DO BRASIL LTDA	482	12988,37
GTECH BRASIL LTDA.	ISRAEL CRISTIANO SANTOS	183	237,13
GTECH BRASIL LTDA.	JAIRSON BARROS LIMA	591	1226,55
GTECH BRASIL LTDA.	JAYLTON MOURA FERREIRA	500	819,37
GTECH BRASIL LTDA.	JOAO ALVES FERREIRA	201	427,73
GTECH BRASIL LTDA.	JORGE LIMA	439	857,55
GTECH BRASIL LTDA.	JOSE PEREIRA DOS REIS	742	1708,97
GTECH BRASIL LTDA.	JOSE SANTIAGO DO NASCIMENTO FILHO	303	827,45

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
GTECH BRASIL LTDA.	JOSINA CARDEAL SANTOS	411	606,98
GTECH BRASIL LTDA.	JULIANO ARAUJO ARANTES	469	465,92
GTECH BRASIL LTDA.	JULIO CESAR MENDONÇA GRALHA	231	765,97
GTECH BRASIL LTDA.	KATIUSCIA LEAO DA SILVA	318	1037,90
GTECH BRASIL LTDA.	LEANDRO FIGUEIREDO PEREIRA	516	1022,73
GTECH BRASIL LTDA.	LEITE E SILVA LTDA	209	619,88
GTECH BRASIL LTDA.	LEONARDO DEBOSSAN SOARES	186	424,93
GTECH BRASIL LTDA.	LUCIANO RIBEIRO VILLALBA	345	208,27
GTECH BRASIL LTDA.	LUIZ PAULO MORAIS LAGUARDIA	238	317,88
GTECH BRASIL LTDA.	MARCELO DE OLIVEIRA SALLES	511	1451,73
GTECH BRASIL LTDA.	MARCOS ANTONIO FERREIRA SILVA	265	226,77
GTECH BRASIL LTDA.	MARIA CECILIA MARQUES CARVELO	308	551,87
GTECH BRASIL LTDA.	MARIA HELENA DA SILVA	184	176,90
GTECH BRASIL LTDA.	MARIVALDO FERRAZ CAMPOS	738	1262,67
GTECH BRASIL LTDA.	MAURO SERGIO DE SOUZA	666	1942,47
GTECH BRASIL LTDA.	MICRO-DATA LTDA	469	4575,55
GTECH BRASIL LTDA.	MIGUEL ANGELO BAIRROS PEREIRA	232	382,13
GTECH BRASIL LTDA.	MONICA MORAES SOARES	179	335,18
GTECH BRASIL LTDA.	NETUNO SERVICOS LTDA EPP	541	5437,20
GTECH BRASIL LTDA.	NILSON OLIVEIRA E SOUZA	236	703,92
GTECH BRASIL LTDA.	ODENIL SOUSA MONTEIRO	334	272,68
GTECH BRASIL LTDA.	OSAVALDO COSIN BATISTA JUNIOR	330	485,97
GTECH BRASIL LTDA.	OZIREZ RIBEIRO MONTEIRO	240	358,68
GTECH BRASIL LTDA.	PAULO AUGUSTO HEISE	478	876,60
GTECH BRASIL LTDA.	PAULO CESAR CAMPOS	35	747,40
GTECH BRASIL LTDA.	PAULO HENRIQUE NOCUEIRA	384	868,10
GTECH BRASIL LTDA.	PAULO JORGE GOMES SANTOS	366	777,20
GTECH BRASIL LTDA.	PAULO SERGIO DE ALVARENGA FARINAZZO	357	1363,07
GTECH BRASIL LTDA.	POLICANAL SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	337	4142,25
GTECH BRASIL LTDA.	QUALITY EXECUTIVE RENT A CAR SC LTDA	180	167,32
GTECH BRASIL LTDA.	RACIMEC IMOVEIS SA	14	29,78
GTECH BRASIL LTDA.	RACIMEC INFORMATICA BRASILEIRA LTDA	1278	2008,95
GTECH BRASIL LTDA.	RACIMEC INFORMATICA BRASILEIRA SA	336	803,92

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
GTECH BRASIL LTDA.	RACIMEC INFORMATICA BRASILEIRA S/A	60	222,17
GTECH BRASIL LTDA.	RACIMEC INFORMATICA BRASILEIRA S/A	18	39,37
GTECH BRASIL LTDA.	RAIMUNDO NONATO DE LIMA FERREIRA	53	1014,05
GTECH BRASIL LTDA.	REGINA DUARTE BORENSZTAIN	186	1469,98
GTECH BRASIL LTDA.	RICARDO ROGERIO MEIRELLES	188	202,70
GTECH BRASIL LTDA.	ROBERTO CARLOS DE JESUS OLIVEIRA	107	495,70
GTECH BRASIL LTDA.	RONALDO PEREIRA GOMES	334	842,83
GTECH BRASIL LTDA.	ROSANELARA DE OLIVEIRA	356	1471,88
GTECH BRASIL LTDA.	ROSELY ALVES DA COSTA	258	163,33
GTECH BRASIL LTDA.	SAG DO BRASIL S/A	179	318,62
GTECH BRASIL LTDA.	SERGIO ZULIM GOMES	214	241,95
GTECH BRASIL LTDA.	SHIMONY COELHO MACHADO	552	881,17
GTECH BRASIL LTDA.	SIMAIL GONZAGA DOS SANTOS	188	300,87
GTECH BRASIL LTDA.	SOCIEDADE MICHELIN	1456	3383,55
GTECH BRASIL LTDA.	SUPPORTNET INFORMATICA LTDA ME	342	872,00
GTECH BRASIL LTDA.	TECNOCOOP INFORMATICA CDE T DE A T A E DE P D A D	982	3801,83
GTECH BRASIL LTDA.	TECNOCOOP INFORMATICA CDE T DE A T A E DE P D A D	746	2457,92
GTECH BRASIL LTDA.	TECNOCOOP INFORMATICA CDE T DE A T A E DE P D A D	401	600,85
GTECH BRASIL LTDA.	TECNOCOOP INFORMATICA CDE T DE A T A E DE P D A D	383	847,92
GTECH BRASIL LTDA.	TECNOCOOP INFORMATICA CDE T DE A T A E DE P D A D	195	654,45
GTECH BRASIL LTDA.	TELEMAR NORTE LESTE S/A	484	1019,75
GTECH BRASIL LTDA.	VANIA LIMA RODRIGUES	408	2258,63
GTECH BRASIL LTDA.	VANTUZA TEODORO DOS SANTOS	194	558,00
GTECH BRASIL LTDA.	VITOR GOMES MACHADO-ME	198	389,38
GTECH BRASIL LTDA.	WORLD MICRO INFORMATICA WORLD MICRO INFORMAT	226	506,42
HELICIO BARBOSA CAMBRAIA JUNIOR	ENRICO GIANNELLI	177	39302,58
HELICIO BARBOSA CAMBRAIA JUNIOR	WALTER SANTOS NETO	111	1350,10
HELDER VICENTE VIEIRA	GTECH BRASIL LTDA.	204	212,03
HENRIQUE ALVES DA SILVA	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	1	5,27
INDUSTRIAL PNEUBOM LTDA	LEAO E LEAO LTDA	656	1624,15
INTERBRAZIL SEGURADORA S/A.	RALF BARQUETE SANTOS	8	6,32
IRENE GOUVEIA MODOLO	LEAO E LEAO LTDA	17	101,08
IRENE PELAES DE ALMEIDA	GTECH BRASIL LTDA.	5	4,27

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
JANDIRA DEGAN NOGUEIRA	GTECH BRASIL LTDA.	11	7,07
JEANY MARY CORNER	ROGERIO TADEU BURATTI	28	52,20
JEANY MARY CORNER	VLADIMIR POLETO	50	85,42
JOÃO ABUD JUNIOR	RALF BARQUETE SANTOS	84	149,48
JOÃO ABUD JUNIOR	ROGERIO TADEU BURATTI	4	4,30
JOAO PAULO CUNHA	LEAO E LEAO LTDA	1	0,33
JOAO PAULO CUNHA	ROGERIO TADEU BURATTI	1	0,48
JOAO PAULO DE ALMEIDA CUNHA	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	294	193,98
JORGE EDUARDO LEVI MATIOSO	RALF BARQUETE SANTOS	3	3,70
JORGE LIMA	GTECH BRASIL LTDA.	192	351,92
JORGE SILVA PENTEADO	RALF BARQUETE SANTOS	49	77,07
JORGE SILVA PENTEADO	VLADIMIR POLETO	62	94,12
JOS, HONORIO DE PAULA	RALF BARQUETE SANTOS	16	15,33
JOS, HONORIO DE PAULA	VLADIMIR POLETO	71	53,52
JOSE ANGELO BEGHINI DE CARVALHO	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	5	3,95
JOSE ANGELO BEGHINI DE CARVALHO	GTECH BRASIL LTDA.	8	11,02
JOSE ANTONIO DE BARROS FILHO	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	47	99,12
JOSE CARLOS DA SILVA	GTECH BRASIL LTDA.	4	0,33
JOSE CARLOS DA SILVA	S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	6	4,43
JOSE CARLOS DA SILVA	SAMIA AMIN SANTOS	27	13,72
JOSE CARLOS DA SILVA	WALTER SANTOS NETO	1637	818,37
JOSE LUIS LOPES	SAMIA AMIN SANTOS	96	78,28
JOSE LUIZ LOPES	SAMIA AMIN SANTOS	27	19,55
JOSE LUIZ LOPES	WALTER SANTOS NETO	635	708,35
JOSE MICHEL CHEREM	LEAO E LEAO LTDA	22	39,75
JOSE RICHIA	ENRICO GIANNELLI	2	9,28
JOSE RICHIA	GTECH BRASIL LTDA.	2	2,20
JOSE ROBERTO COLNAGHI	VLADIMIR POLETO	8	22,53
JOSE SANTIAGO DO NASCIMENTO FILHO	GTECH BRASIL LTDA.	548	1146,38
JOSINA CARDEAL SANTOS	GTECH BRASIL LTDA.	151	62,22
JULIANA ZUPPO DE MIRANDA	WALTER SANTOS NETO	717	544,45
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	ADEMIRSON ARIIVALDO DA SILVA	13	20,15
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	AMANDA DANIELA CASTRO DOS SANTOS	183	1378,90

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	ANTONIO COSTA DOURADO	314	4530,60
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	CHRISTIANE BARRETO GUIMARAES	43	81,05
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	CICAL VEICULOS LTDA	35	122,83
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	CODERPIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE RI	20	10,10
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	CONDOMINIO COMPLEXO HOTELEIRO BRASILIA	158	1682,17
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	COORD GERAL DE REC LOG COGRL - MIN. FAZ.	107	202,32
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	CRISTIANE MENDES DE SENA	5	48,55
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	CRISTIANE OLIVEIRA MALVESTE GONCALVES	45	257,30
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTOS DE RIBEIRAO PRE	7	15,38
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	F BAZZONI ME	48	418,33
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	GEORGINA DOS SANTOS PEREIRA	107	1069,92
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	JANILLE CASTRO	45	278,78
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	KERIMA DO VALLE LOVATO	31	173,25
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	LEAO E LEAO LTDA	12	29,60
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	MINISTERIO DA FAZENDA	81	90,25
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	PEDRO ANTONIO PALOCCI	50	149,18
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	ROGERIO TADEU BURATTI	98	245,80
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	SERPRO - SERV. FED. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	6	1,02
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	VERA LUCIA ALVES DOURADO	201	3157,50
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	VERA LUCIA BAZZONI	40	525,28
JUSCELINO ANTONIO DOURADO	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	72	100,72
LAILA MARIA BATISTA AMIN	SAMIA AMIN SANTOS	13	39,23
LAILA MARIA BATISTA AMIN	WALTER SANTOS NETO	240	302,65
LARAMI DIVERSOES E ENTRETENIMENTOS LTDA	EGTON DE OLIVEIRA FAJARO JUNIOR	5	5,27
LARAMI DIVERSOES E ENTRETENIMENTOS LTDA	GTECH BRASIL LTDA.	16	32,70
LARAMI DIVERSOES E ENTRETENIMENTOS LTDA	MARCELO JOSE ROVAL	6	7,05
LEAO E LEAO LTDA	ACLIVE BAURU-CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTI	405	1308,77
LEAO E LEAO LTDA	ADELSON RAMOS DA SILVA SILVA	600	1466,88
LEAO E LEAO LTDA	ADILSON REZENDE CINTRA	314	559,88
LEAO E LEAO LTDA	AGNALDO MEDEIROS SCHUINDT	369	461,32
LEAO E LEAO LTDA	AVECA IMPELEMENTOS AGRICOLAS LTDA ME	282	877,52
LEAO E LEAO LTDA	ALBERTO CESAR DE LIMA	769	1611,48
LEAO E LEAO LTDA	ALDEBRANDO CAMARGO	769	1752,15

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
LEAO E LEOA LTDA	ALEXANDRE JORGE DOS REIS	439	490,68
LEAO E LEOA LTDA	ANA CLÁUDIA VIEIRA REZENDE	886	1198,22
LEAO E LEOA LTDA	ANA PAULA RODRIGUES VENANCIO	398	792,10
LEAO E LEOA LTDA	ANDRE VINICIUS GONCALVES	251	310,58
LEAO E LEOA LTDA	ANDREA APARECIDA FINTO O. DE ALENCAR	334	371,50
LEAO E LEOA LTDA	ANDREA ZACCHERINI	538	1184,50
LEAO E LEOA LTDA	ANTONIA APARECIDA DANIELE	345	1062,12
LEAO E LEOA LTDA	ANTONIO AUGUSTO MACHADO COSTA AGUIAR	410	515,02
LEAO E LEOA LTDA	ANTONIO DONIZETE FERREIRA	304	401,28
LEAO E LEOA LTDA	ARAFOR VEICULOS E PECAS LTDA	300	921,60
LEAO E LEOA LTDA	ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL NOVE 16 913	608	1204,40
LEAO E LEOA LTDA	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND	285	1250,32
LEAO E LEOA LTDA	ASSOCIACAO USUARIOS SIST TELEF AFINS CENTRO EMP	672	1503,40
LEAO E LEOA LTDA	AVO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	244	819,80
LEAO E LEOA LTDA	AYRTON PIERINI PESSARELLO	330	739,22
LEAO E LEOA LTDA	BANCO BRADESCO SA	992	2244,72
LEAO E LEOA LTDA	BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA	372	1509,83
LEAO E LEOA LTDA	BAUKO MAQUINAS S/A	931	3929,80
LEAO E LEOA LTDA	BENJAMIM ALENCAR DOS SANTOS	340	2818,78
LEAO E LEOA LTDA	BENTO STABILE	1399	1914,10
LEAO E LEOA LTDA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	114	550,30
LEAO E LEOA LTDA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	64	175,90
LEAO E LEOA LTDA	CARLA CRISTIANE V AZEVEDO	875	1364,13
LEAO E LEOA LTDA	CARLOS ALBERTO FERREIRA LEOA	497	560,08
LEAO E LEOA LTDA	CARLOS CESAR GOMES	270	350,75
LEAO E LEOA LTDA	CARLOS EDUARDO MARTINS	341	1019,30
LEAO E LEOA LTDA	CATANDUVA PREFEITURA	322	541,83
LEAO E LEOA LTDA	CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIARIOS S/A	895	3027,27
LEAO E LEOA LTDA	CETERP CENTRAIS TELEFONICAS DE RIBEIRAO PRETO S/A	156	2490,80
LEAO E LEOA LTDA	CIASERV VIGILANCIA LTDA. CIASERV VIGILANCIA LTDA	245	529,02
LEAO E LEOA LTDA	CLÁUDIA MARIA LUQUE	364	552,08
LEAO E LEOA LTDA	COMPANHIA ENERGETICA SANTA ELISA	1308	5484,48
LEAO E LEOA LTDA	COMPER TRATORES LTDA	327	1004,17

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
LEAO E LEO LTDA	CONTEXTOS - COMUNICACAO E MARKETING S/S LTDA	629	2395,57
LEAO E LEO LTDA	CONCESSIONARIA DE RODOVIAS TEBE SA	322	1299,07
LEAO E LEO LTDA	CONDOMINIO EDIFICIO ATRIUM IV	1264	3053,00
LEAO E LEO LTDA	CONSTROESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	675	2462,97
LEAO E LEO LTDA	CONSTRUTORA SAVEGNAGO LTDA	6.1	1303,00
LEAO E LEO LTDA	COPEZA COMERCIO PECAS ZANAROTTI LTDA	1040	2500,75
LEAO E LEO LTDA	COSNTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S A	260	788,63
LEAO E LEO LTDA	DANIEL DE OLIVEIRA	10.0	1658,70
LEAO E LEO LTDA	DANIEL LUIS RONCONE	883	1184,72
LEAO E LEO LTDA	DANIEL LUIZ RONCONI	660	940,77
LEAO E LEO LTDA	DINA APARECIDA A. DE ANDRADE	326	932,80
LEAO E LEO LTDA	DOLORATA DE SIM MENDONCA	374	615,00
LEAO E LEO LTDA	DOMINGOS LAGHI NETO	605	923,13
LEAO E LEO LTDA	DOUGLAS MONTEFELTRO	362	449,22
LEAO E LEO LTDA	EDER ARANTES	301	550,55
LEAO E LEO LTDA	EDSON ANTONIO AGUILA	460	1820,75
LEAO E LEO LTDA	EDVALDO VIEIRA MORAIS	4.4	1077,20
LEAO E LEO LTDA	ELIANE MAKHOUL	233	498,63
LEAO E LEO LTDA	EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A	23.0	7956,58
LEAO E LEO LTDA	EMERSON MARCELO FERREIRA DE CAMARGO	4.9	616,90
LEAO E LEO LTDA	ENGENHARIA E COMERCIO BANDEIRANTES LTDA	527	1660,12
LEAO E LEO LTDA	ENGENHARIA E CONSTRUCOES CARVALHO LTDA	255	966,08
LEAO E LEO LTDA	ENRICO GIANNELLI	58	1342,73
LEAO E LEO LTDA	EQUITRAN EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTES LTDA	638	2728,23
LEAO E LEO LTDA	ERIKA CRISTINA BERTOLINI	542	1565,10
LEAO E LEO LTDA	ERNEST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES SC	486	2328,00
LEAO E LEO LTDA	ERNST YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S C	60	143,80
LEAO E LEO LTDA	EUCLIDES MARCELINO	1539	2199,12
LEAO E LEO LTDA	EUCLIDES RENATO GARBUJO	360	667,52
LEAO E LEO LTDA	FABIO ALEXANDRE PALIN	1909	4486,28
LEAO E LEO LTDA	FERNANDO JOSE DE MORAIS FISCHER	391	589,00
LEAO E LEO LTDA	FRANCISCO DAS CHACAS COSTA	31	41,57
LEAO E LEO LTDA	FRANCISCO TOMÉ DE OLIVEIRA	279	706,10

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quantidade Chamadas	Duração (minutos)
LEAO E LEO LTDA	GABRIEL CURY	263	380,50
LEAO E LEO LTDA	GASCOM EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	311	1238,32
LEAO E LEO LTDA	GERALDO MANOEL DE SOUZA	324	1131,87
LEAO E LEO LTDA	GILMAR NOGUEIRA	575	1252,57
LEAO E LEO LTDA	GISSELA PIMENTEL	547	905,65
LEAO E LEO LTDA	GLADYS DE CASTRO LEO	701	1062,70
LEAO E LEO LTDA	GLAUCO ALVES	332	313,93
LEAO E LEO LTDA	GLAUCO DAMASCENO JUNQUEIRA	2364	3319,48
LEAO E LEO LTDA	GR S.A.	268	1076,62
LEAO E LEO LTDA	HELICIO FRANCISCO BONET	403	1039,65
LEAO E LEO LTDA	HELIO SILVEIRA	679	1324,02
LEAO E LEO LTDA	INDUSTRIAL PNEUBOM LTDA	637	1842,00
LEAO E LEO LTDA	IVONE MARCHETTI RAMOS	287	642,97
LEAO E LEO LTDA	JAMIL TOM MODESTO DE BRITO	423	605,60
LEAO E LEO LTDA	JARDINOPOLIS PREFEITURA	150	227,23
LEAO E LEO LTDA	JERUJUT POLIDO	249	1796,00
LEAO E LEO LTDA	JOAO ALVES	300	353,20
LEAO E LEO LTDA	JOAO GOULART NETO	375	1155,83
LEAO E LEO LTDA	JOAQUIM AMBROSIO	372	885,42
LEAO E LEO LTDA	JONATAS ALMEIDA SOARES NETO	743	1357,20
LEAO E LEO LTDA	JORGE LUIS ANSARELLE IGNACIO	1263	2162,32
LEAO E LEO LTDA	JOSÉ ABRIGIO BAPTISTA DE OLIVEIRA	310	352,92
LEAO E LEO LTDA	JOSE ALVARO AMENT JUNIOR	918	2688,52
LEAO E LEO LTDA	JOSE ANTONIO CORREA DA SILVA	501	1342,88
LEAO E LEO LTDA	JOSE ANTONIO FERMCSELI	447	4755,20
LEAO E LEO LTDA	JOSE DE ALENCAR LEITE	377	683,67
LEAO E LEO LTDA	JOSE FERNANDO PASCHOALINI	1027	881,63
LEAO E LEO LTDA	JOSE HENRIQUE DO NASCIMENTO BARREIRA	654	833,97
LEAO E LEO LTDA	JOSÉ LUIS ROSSI	341	480,63
LEAO E LEO LTDA	JOSE MARCIO VASCONCELOS	521	565,15
LEAO E LEO LTDA	JOSE RICARDO BOZELI	447	373,50
LEAO E LEO LTDA	JOSEMARA PEREIRA DO SANTOS LOPES	749	1153,23
LEAO E LEO LTDA	JULIANA APARECIDA PALARETTI	255	438,80

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
LEAO E LEO LTDA	JUSTO ECIA LTDA	435	1528,02
LEAO E LEO LTDA	JUVENCIO APARECIDO ALMENDROS	582	417,08
LEAO E LEO LTDA	KLEBER NASTO DE OLIVEIRA	364	823,62
LEAO E LEO LTDA	LEAO E LEO LTDA	2300	9689,10
LEAO E LEO LTDA	LENI APARECIDA VIEIRA	2404	2367,53
LEAO E LEO LTDA	LEOPOLDO MASSARO	819	1748,17
LEAO E LEO LTDA	LG INFORMATICA LTDA	479	3083,87
LEAO E LEO LTDA	LUCIANA FERNANDES DA SILVA CARDOSO	381	950,77
LEAO E LEO LTDA	LUIS ANTONIO BARBEIRO	256	611,98
LEAO E LEO LTDA	LUIS ANTONIO GALLO	829	1576,13
LEAO E LEO LTDA	LUIS RODRIGUEZ BERNAL	528	941,93
LEAO E LEO LTDA	LUIZ CARLOS PACOLA SOBRINHO	247	341,20
LEAO E LEO LTDA	LUIZ CLAUDIO FERREIRA LEO	498	752,33
LEAO E LEO LTDA	LUIZ GUSTAVO PAVONI DE LIMA	387	573,28
LEAO E LEO LTDA	MANOEL AUGUSTO DE OLIVEIRA PARADA FILHO	244	882,00
LEAO E LEO LTDA	MARANGHETTI & MARRA LTDA	1135	3094,50
LEAO E LEO LTDA	MARCELO FRANZINE	1228	3383,27
LEAO E LEO LTDA	MARCELO FRANZINE	7443	19954,58
LEAO E LEO LTDA	MARCELO LOES ALCALA	421	738,70
LEAO E LEO LTDA	MARCHESAN IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	285	861,20
LEAO E LEO LTDA	MARCIA RAMOS	607	8989,77
LEAO E LEO LTDA	MARCIO EDUARDO DIVINO DOS REIS REIS	438	1236,72
LEAO E LEO LTDA	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	3291	4191,95
LEAO E LEO LTDA	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	784	1156,18
LEAO E LEO LTDA	MARCOS DE PAULA MARQUES	964	1190,52
LEAO E LEO LTDA	MARIA CRISTINA DOS SANTOS ISALINO	478	762,30
LEAO E LEO LTDA	MARIA CRISTINA SILVEIRA PAIVA	230	324,37
LEAO E LEO LTDA	MARIA JOSE GILBERT	320	780,55
LEAO E LEO LTDA	MARIA LIDIA SILVA MARTINS	327	487,50
LEAO E LEO LTDA	MARIA LUIZA FRANCISCO MENINEL	1594	2764,38
LEAO E LEO LTDA	MARIANGELA APARECIDA PAULITO	316	826,00
LEAO E LEO LTDA	MARILIS DE BARROS RAMOS FREDERICO	393	380,98
LEAO E LEO LTDA	MARNE BATISTA	402	943,00

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quantidade (chamadas)	Duração (minutos)
LEAO E LEAO LTDA	MAURICIO FERREIRA DE SOUZA	1711	1488,33
LEAO E LEAO LTDA	MAURICIO LOPES DE OLIVEIRA	422	527,07
LEAO E LEAO LTDA	MAURO ALBERTO BONUINI	250	513,48
LEAO E LEAO LTDA	MAXXI TRATOR-COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACA	626	2160,03
LEAO E LEAO LTDA	NETSO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	298	1137,07
LEAO E LEAO LTDA	MINAPLAN CONSULTORIA EM MINERACAO E MEIO AMB	328	1389,15
LEAO E LEAO LTDA	MIROSLAV JOSE FRACASSO	255	657,62
LEAO E LEAO LTDA	NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA	418	530,37
LEAO E LEAO LTDA	NORBER ENGENHARIA LTDA -EPP	352	2779,88
LEAO E LEAO LTDA	ODAIR BERNARDES BORGES	1475	2090,13
LEAO E LEAO LTDA	OLAVO CAMPOS DA SILVA	349	434,72
LEAO E LEAO LTDA	OLAVO JOSE RAMOS	659	751,03
LEAO E LEAO LTDA	ORIVALDO APARECIDO LAZARINI	373	462,25
LEAO E LEAO LTDA	ORTOVEL CAMINHOS LTDA	783	2766,68
LEAO E LEAO LTDA	ORTOVEL CAMINHOS LTDA	578	1521,10
LEAO E LEAO LTDA	ORTOVEL VEICULOS E PECAS LTDA	3580	12022,25
LEAO E LEAO LTDA	OSMAR IVO DOS REIS	2855	2680,70
LEAO E LEAO LTDA	PEDREIRA SERLANA LTDA	272	846,18
LEAO E LEAO LTDA	PEDRO DONIZETTI ZACARIN	446	1634,83
LEAO E LEAO LTDA	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A	1653	5294,12
LEAO E LEAO LTDA	PONTO DE IDEIAS COMUNICACAO S/C LTDA	334	1155,80
LEAO E LEAO LTDA	PONTO DE IDEIAS COMUNICACAO SOCIEDADE CIVIL LT	254	880,88
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARAQUARA	1134	3224,12
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILENSE	219	676,82
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRINHA	233	654,32
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE EATATAIS	299	699,58
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE EORBOREMA	47	66,25
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	238	895,60
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL	844	3085,42
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATAO	903	2672,20
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO	245	747,43
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLANDIA	174	680,52
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL	346	722,75

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOPOLIS	259	838,62
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUCIA	150	329,62
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA ALEGRE	47	97,82
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO	827	1978,93
LEAO E LEAO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA	174	402,92
LEAO E LEAO LTDA	PRÉ-PAGO (PHONE IN BOX) PIB	280	527,40
LEAO E LEAO LTDA	PROCENGE PROCESSAMENTO DE DADOS E ENG DE SISTE	2011	17460,27
LEAO E LEAO LTDA	PROFABRIL ENGENHARIA LTDA	249	499,90
LEAO E LEAO LTDA	PROT CAP ARTIGOS PARA PROTECAO INDUSTRIAL LTDA	468	1536,20
LEAO E LEAO LTDA	PROTEW - PROJETOS RESTAURAÇÃO E ENGENHARIA LTI	632	723,22
LEAO E LEAO LTDA	RALF BARQUETE SANTOS	409	652,92
LEAO E LEAO LTDA	RECICLOTEC COMERCIAL LTDA	1377	5752,60
LEAO E LEAO LTDA	REGINALDO LAVES FERREIRA	249	283,10
LEAO E LEAO LTDA	REINALDO PROCOPIO	313	798,50
LEAO E LEAO LTDA	REK CONSTRUTORA LTDA	944	3015,27
LEAO E LEAO LTDA	RENATA CRISTINA PLACA	403	461,88
LEAO E LEAO LTDA	RENATC GOMES	247	794,13
LEAO E LEAO LTDA	RIBEIRAO DIESEL S A VEICULOS	501	1745,12
LEAO E LEAO LTDA	RIBEIRAO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL	212	334,37
LEAO E LEAO LTDA	RICARDO CARVALHO DE FREITAS	3634	10761,25
LEAO E LEAO LTDA	ROBERTO CARLOS DA SILVA KURZWEIL	50	82,97
LEAO E LEAO LTDA	ROBERTO FERNANDES DE CARVALHO	399	1520,50
LEAO E LEAO LTDA	ROBERTO HIDEKI HIROSI	281	606,43
LEAO E LEAO LTDA	ROGERIO TADEU BURATTI	993	1584,43
LEAO E LEAO LTDA	ROMOLO BIAVA NETO	447	4805,73
LEAO E LEAO LTDA	ROSANGELA JANUARIO MANOEL	297	567,80
LEAO E LEAO LTDA	ROSANGELA REIS QUEIROZ	411	1317,67
LEAO E LEAO LTDA	RUT BORGES REZENDE	455	1029,72
LEAO E LEAO LTDA	SA STEFANI COMERCIAL	742	2575,52
LEAO E LEAO LTDA	SANDRA PEREIRA GABRIEL	322	469,40
LEAO E LEAO LTDA	SANTA EMILIA DISTRIBUIDORA DE VEICULOS E AUTOPE	590	1738,98
LEAO E LEAO LTDA	SANTO ANTONIO MATERIAIS PARA CONSTRUCOES AME	326	844,17
LEAO E LEAO LTDA	SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	269	849,08

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
LEAO E LEO LTDA	SAVOY IMOBILIARIA CONST LTDA	325	974,85
LEAO E LEO LTDA	SERGIO PIRES BUENO FILHO	252	318,93
LEAO E LEO LTDA	SILVANA DOS ANJOS DE ALMEIDA	423	2256,00
LEAO E LEO LTDA	SILVIA FERNANDES DE BARROS ROSA	387	478,57
LEAO E LEO LTDA	SILVIA MARIA FREITAS BARBOSA	465	673,12
LEAO E LEO LTDA	SILVIO JOSE PEREIRA	21	35,57
LEAO E LEO LTDA	SOMEST INVESTIMENTO E PARTICIPACAO E PROJEITO LT	330	746,30
LEAO E LEO LTDA	SÔNIA MARIA DA SILVA	2207	2484,93
LEAO E LEO LTDA	SONIA REGINA TAVARES ALVES	338	841,00
LEAO E LEO LTDA	SOTREQ S/A	3136	13225,10
LEAO E LEO LTDA	SPLICE DO BRASIL - TELECOMUNICACOES E ELETRONIC	112	353,38
LEAO E LEO LTDA	SUAMIR DE OLIVEIRA	2553	3401,30
LEAO E LEO LTDA	SUDESTE PECAS LTDA	652	2579,35
LEAO E LEO LTDA	SUPERMERCADO GIMENES LTDA	283	1097,87
LEAO E LEO LTDA	TATIANE APARECIDA TOLINE	931	1980,80
LEAO E LEO LTDA	TECNOEAN BRASIL S/S LTDA - EPP	465	1231,95
LEAO E LEO LTDA	TERCO AUDITORIA E CONSULTORIA S C LTDA	287	2028,27
LEAO E LEO LTDA	TEREZA CRISTINA REIS QUEIROZ	285	1181,78
LEAO E LEO LTDA	TERRIL TERRAPLENAGEM E CONSTRUCOES LTDA	327	944,82
LEAO E LEO LTDA	TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA, E SILVA, ADVOGADOS	248	611,70
LEAO E LEO LTDA	TRIANGULO DO SOL AUTO - ESTRADAS S/A	7065	18999,32
LEAO E LEO LTDA	ULISSES MARCELO DE SOUZA	347	634,68
LEAO E LEO LTDA	USINA IPIRANGA DE ACUCAR E ALCOOL S/A	343	822,58
LEAO E LEO LTDA	USINA MANDU S/A	577	1753,70
LEAO E LEO LTDA	USINA SAO MARTINHO S/A	275	936,25
LEAO E LEO LTDA	VALDIR DA SILVA FONSECA	259	339,02
LEAO E LEO LTDA	VALERIA SEVERINO DE PAULO	336	968,10
LEAO E LEO LTDA	VALTER DE PAULA RECHE	1978	1900,30
LEAO E LEO LTDA	VICENTE DE FREITAS AMADEU	1661	2443,17
LEAO E LEO LTDA	VIVIANE SANTINI TAMBURUS	285	609,23
LEAO E LEO LTDA	VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S/A	435	2375,05
LEAO E LEO LTDA	WALDOMIRO DOS SANTOS	277	403,95
LEAO E LEO LTDA	WESLEY CEZAR DA SILVA SILVA	332	957,87

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
LEÃO E LEÃO LTDA	WILNEY MARCIO BARQUETE	359	669,83
LEÃO E LEÃO LTDA	ZAIRA ENGRACIA GARCIA	838	1184,15
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	194	409,92
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	18	80,88
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	14	79,17
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	9	28,37
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	8	51,78
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	7	17,27
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	7	8,30
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	5	41,77
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	5	16,48
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	4	13,57
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	4	5,87
LEÃO E LEÃO LTDA	MARCELO FRANZINE	4	2,82
LEAO ENGENHARIA S.A.	ROGERIO TADEU BURATTI	298	441,63
LEAO ENGENHARIA S.A.	ROSANGELA BURATTI	7	33,68
LEONINE ARAUJO DE SOUZA	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	511	1034,75
LEONARDO BOTEELHO BRANT	GTECH BRASIL LTDA.	7	28,43
LEONDRES PEREIRA	ENRICO GIANNELLI	69	22967,42
LEONDRES PEREIRA	ENRICO GIANNELLI	69	22967,42
LEONDRES PEREIRA	WALTER SANTOS NETO	3	1,68
LUCA GIANNELLI	ENRICO GIANNELLI	77	16340,18
LUCA GIANNELLI	ENRICO GIANNELLI	84	16222,08
LUCIANA DIDIER FECAROTTA	ENRICO GIANNELLI	48	22118,67
LUCIANE MARIN	SAMIA AMIN SANTOS	5	3,82
LUCIANE MARIN	WALTER SANTOS NETO	1035	1329,00
LUCIANO ANTONIO ABRAO	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	24	17,03
LUCIANO RIBEIRO VILLALBA	GTECH BRASIL LTDA.	856	247,15
LUCIANO RINHEL FILHO	RALF BARQUETE SANTOS	59	116,93
LUCIANO RINHEL FILHO	ROGERIO TADEU BURATTI	4	9,13
LUDMILLA MATSUI ARAUJO	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	398	245,98
LUDMILLA MATSUI ARAUJO	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	398	245,98
LUIS FERNANDO DE ARAUJO	GTECH BRASIL LTDA.	172	84,90

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
LUIS FERNANDO FACIO	LEAO ELEAO LTDA	27	56,15
LUIZ ANTONIO PRADO GARCIA	LEAO ELEAO LTDA	2	8,73
LUIZ ANTONIO PRADO GARCIA	RENATO BURATTI NETO	2	4,25
LUIZ ANTONIO PRADO GARCIA	ROGERIO TADEU BURATTI	14	22,57
LUIZ ANTONIO PRADO GARCIA	ROSANGELA BURATTI	1	0,57
LUIZ ANTONIO PRADO GARCIA	VLADIMIR POLETO	44	82,58
LUIZ CARLOS DE SOUZA ROSA	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	349	1347,05
LUIZ CESAR CALDEIRAO	GTECH BRASIL LTDA.	165	90,08
LUIZ GASPAR MORANDO DE FIGUEIREDO	LEAO ELEAO LTDA	9	17,45
LUIZ PAULO MORAIS LAGUARDIA	GTECH BRASIL LTDA.	361	530,65
LUIZ VICENTE CERNICCHIARO	ENRICO GIANNELLI	25	17636,75
MAGID NAUEF LAUAR	WALTER SANTOS NETO	146	463,05
MARA GARCIA DOS SANTOS	ENRICO GIANNELLI	170	13409,72
MARANGHETTI & MARRA LTDA	LEAO ELEAO LTDA	288	463,73
MARCELO COELHO DE AGUIAR	ANA PAULA DOS SANTOS	320	320,65
MARCELO COELHO DE AGUIAR	DEMETRIO FERNANDES DA SILVA	104	171,48
MARCELO COELHO DE AGUIAR	EDSON EDUARDO DOS SANTOS	71	59,08
MARCELO COELHO DE AGUIAR	ELINA LOAS GRACAS MARTINS FERREIRA	64	29,27
MARCELO COELHO DE AGUIAR	FLAVIA REIS BONCOMPAGNI	150	106,75
MARCELO COELHO DE AGUIAR	LEONARDO BARBOSA MARTINS	54	78,15
MARCELO COELHO DE AGUIAR	LIDIANE PATRICIA DIAS SOARES	95	61,33
MARCELO COELHO DE AGUIAR	MAGNA MOREIRA VIEIRA	44	67,68
MARCELO COELHO DE AGUIAR	MARIA DAS GRACAS MARTINS CAMPOS	78	57,17
MARCELO COELHO DE AGUIAR	MARIA DAS GRACAS MARTINS DE M. CAMPOS	637	362,20
MARCELO COELHO DE AGUIAR	PATRICIA GUIMARAES DE CASTRO	27	70,93
MARCELO COELHO DE AGUIAR	PRISCILA CARLA ROSA	46	29,37
MARCELO COELHO DE AGUIAR	FAUL AUGUSTO MARTINS DE MIRANDA CAMPOS	354	309,25
MARCELO COELHO DE AGUIAR	REGINA CORA COELHO DE AGUIAR	106	194,07
MARCELO COELHO DE AGUIAR	ROSA MARIA VIANA SILVA	373	445,65
MARCELO COELHO DE AGUIAR	ROSSANE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA	54	28,85
MARCELO COELHO DE AGUIAR	S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	54	39,63
MARCELO COELHO DE AGUIAR	WALTER SANTOS NETO	31	26,88
MARCELO COELHO DE AGUIAR	WILLIAM RODRIGUES GALVAO	172	203,30

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
MARCELO DALAMANGAS DE SOUSA	ROGERIO TADEU BURATTI	39	14,87
MARCELO DE OLIVEIRA SALLES	GTECH BRASIL LTDA.	797	2095,33
MARCELO DEOLINDO DA SILVA	GTECH BRASIL LTDA.	203	154,73
MARCELO FONSECA PEREGRINO	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	8	70,62
MARCELO FRANZINE	JORGE LUIZ YAZIGI	18	22,78
MARCELO FRANZINE	LEAO E LEAO LTDA	438	985,08
MARCELO FRANZINE	RALF BARQUETE SANTOS	127	181,50
MARCELO FRANZINE	ROGERIO TADEU BURATTI	292	313,80
MARCELO JOSE ROVAI	VLADIMIR POLETO	144	285,25
MARCELO JOSE ROVAI	ENRICO GIANNELLI	930	414586,38
MARCELO JOSE ROVAI	GTECH BRASIL LTDA.	12	42,73
MARCELO JOSE ROVAI	PAULO AUGUSTO HEISE	4	13,67
MARCELO JOSE ROVAI	ROGERIO TADEU BURATTI	10	5,80
MARCELO JOSE ROVAI	WALTER SANTOS NETO	3	0,92
MARCELO RIBAS SANTOS	RALF BARQUETE SANTOS	309	342,62
MARCELO RIBAS SANTOS	ROGERIO TADEU BURATTI	4	3,20
MARCELO RIBAS SANTOS	VLADIMIR POLETO	7	7,40
MARCIA RAMOS	LEAO E LEAO LTDA	337	3359,08
MARCO ANTONIO DE ALMEIDA RAMOS	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	37	58,95
MARCO ANTONIO FERNANDES FERREIRA	ENRICO GIANNELLI	127	79933,23
MARCO ANTONIO OLIVEIRA BASTOS	GTECH BRASIL LTDA.	187	408,73
MARCOS ANTONIO FERREIRA SILVA	GTECH BRASIL LTDA.	131	96,77
MARCOS DE PAULA MARQUES	LEAO E LEAO LTDA	26	49,33
MARCOS DE PAULA MARQUES	ROGERIO TADEU BURATTI	2	2,22
MARCOS TADEU DE OLIVEIRA ANDRADE	ENRICO GIANNELLI	27	143,48
MARIA DAS GRACAS MARTINS DE M. CAMPOS	MARCELO COELHO DE AGUIAR	2,2	137,87
MARIELA ROLIM LUCINDA	GTECH BRASIL LTDA.	203	282,78
MARILENE PAES LEMES	WALTER SANTOS NETO	400	686,68
MARISTELA P.NTO CONSENTINO	ENRICO GIANNELLI	182	29465,40
MAURILIO DE ASSIS VIEIRA FILHO	S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	1	0,50
MAURILIO DE ASSIS VIEIRA FILHO	WALTER SANTOS NETO	6	4,45
MAV ADM PARTICIPACOES E EMPREENH LIDA	WALTER SANTOS NETO	648	1706,85
MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S A	WALTER SANTOS NETO	102	218,17

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A	WALTER SANTOS NETO	46	85,32
METALURGICA WOLF LTDA	LEAO ELEAO LTDA	206	430,73
MINISTERIO DA FAZENDA	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	304	636,28
MINISTERIO DA FAZENDA	ROGERIO TADEU BURATTI	38	50,47
MIRIAN DA CRUZ	ENRICO GIANNELLI	35	21546,65
MONICA JACQUELINE DA ROCHA	GTECH BRASIL LTDA.	783	1861,55
MUCO ZAUIH	LEAO ELEAO LTDA	26	155,13
MUCO ZAUIH	ROGERIO TADEU BURATTI	7	18,02
NICOLAY ZEGHBCIA LTDA	GTECH BRASIL LTDA.	1	1,23
NORBER ENGENHARIA LTDA.-EPP	LEAO ELEAO LTDA	175	624,75
NORBER ENGENHARIA LTDA.-EPP	MARCELO FRANZINE	4	7,12
OCTAVIO ELISIO ALVES DE BRITO	MARCELO COELHO DE AGUIAR	55	68,78
ODENIL SOUSA MONTEIRO	GTECH BRASIL LTDA.	155	195,58
OPP PETROQUIMICA S/A	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	10	13,13
OPP PETROQUIMICA S/A	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	4	0,28
OPP PETROQUIMICA S/A	LEAO ELEAO LTDA	54	169,12
ORESTES QUERCIA	LEAO ELEAO LTDA	4	17,12
ORTOVEL CAMINHOS LTDA	LEAO ELEAO LTDA	470	1105,20
ORTOVEL VEICULOS E PECAS LTDA	LEAO ELEAO LTDA	1896	5533,27
OSVALDO MORAIS NASCIMENTO	LEAO ELEAO LTDA	30	191,97
OTROCHKEVITCH E KUZMIN	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	1	5,50
PATRICIA GUIMARAES DE CASTRO	ANTONIO CARLOS LINO DA ROCHA	21	35,90
PATRICIA GUIMARAES DE CASTRO	MARCELO COELHO DE AGUIAR	6	12,05
PATRICIA GUIMARAES DE CASTRO	SAMIA AMIN SANTOS	1030	1914,88
PATRICIA GUIMARAES DE CASTRO	WALTER SANTOS NETO	90	1525,10
PAULO CESAR CAMPOS	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	7	11,47
PAULO CESAR CAMPOS	GTECH BRASIL LTDA.	8	52,40
PAULO CESAR CAMPOS	MARCELO JOSE ROVAL	61	60,35
PAULO CHIMELLI	GTECH BRASIL LTDA.	5	14,72
PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA	GTECH BRASIL LTDA.	233	191,37
PAULO HENRIQUE DA SILVA MIRANDA	GTECH BRASIL LTDA.	528	698,58
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA RAMOS	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	6	21,62
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA RAMOS	EGTON DE OLIVEIRA PAJARO JUNIOR	22	29,33
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA RAMOS	ENRICO GIANNELLI		

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
PAULO ROBERTO DE LIMA MINERVINO	ENRICO GIANNELLI	195	4616,12
PAULO ROBERTO PADXAEO ERETAS	GTECH BRASIL LTDA.	5	6,48
PEDRO ANTONIO PALOCCI	JJSCELINO ANTONIO DOURADO	31	49,55
PEDRO DONIZEITE ZACARIN	LEAO E LEAO LTDA	27	119,52
PEDRO DONIZEITE ZACARIN	LEAO E LEAO LTDA	5	14,07
PEDRO RAPHAEL CAMPOS FONSECA	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	23	105,53
PEDRO RAPHAEL CAMPOS FONSECA	ENRICO GIANNELLI	283	39575,37
PONTO DE IDEIAS COMUNICACAO S/C LTDA	LEAO E LEAO LTDA	56	93,32
PONTO DE IDEIAS COMUNICACAO SOCIEDADE CIVIL LTDA	LEAO E LEAO LTDA	311	591,43
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARARAQUARA	JJSCELINO ANTONIO DOURADO	9	19,97
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARARAQUARA	LEAO E LEAO LTDA	22	77,83
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARARAQUARA	ROGERIO TADEU BURATTI	48	111,30
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINOPOLIS	JJSCELINO ANTONIO DOURADO	10	32,25
PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO	JJSCELINO ANTONIO DOURADO	5	14,33
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI	LEAO E LEAO LTDA	27	102,73
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU	LEAO E LEAO LTDA	10	26,60
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATAO	LEAO E LEAO LTDA	21	68,88
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOPOLIS	LEAO E LEAO LTDA	27	53,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONOPOLIS	JJSCELINO ANTONIO DOURADO	18	52,25
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS	RALF BARQUETE SANTOS	21	44,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SIMAO	LEAO E LEAO LTDA	23	71,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO	LEAO E LEAO LTDA	38	111,67
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	RALF BARQUETE SANTOS	3	3,52
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	ROGERIO TADEU BURATTI	3	4,75
PREVISAO ENGENHARIA LTDA	WALTER SANTOS NETO	142	270,82
PROCEGE PROCESSAMENTO DE DADOS E ENG DE SISTEMAS	LEAO E LEAO LTDA	281	6515,70
PROCOMP INDUSTRIA ELETRONICA LTDA	GTECH BRASIL LTDA.	28	12,78
QUADRATA ENGENHARIA CONSULTORIA INDUSTRIA E COM L	GTECH BRASIL LTDA.	428	2397,82
RACIMEC ELETRONICA E SERVICOS SA	GTECH BRASIL LTDA.	15	57,57
RACIMEC ELETRONICA E SERVICOS SA	WALTER SANTOS NETO	42	41,38
RACIMEC IMOVEIS S/A	GTECH BRASIL LTDA.	2	5,15
RACIMEC INFORMATICA BRASILEIRA LTDA	GTECH BRASIL LTDA.	77	240,68
RACIMEC INFORMATICA BRASILEIRA S/A	GTECH BRASIL LTDA.	133	271,40

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome: Usuário A	Nome: Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
RACIMEC INFORMATICA BRASILEIRA S/A	GTECH BRASIL LTDA.	76	424,80
RACIMEC INFORMATICA BRASILEIRA S/A	GTECH BRASIL LTDA.	3	7,42
RACIMEC INFORMATICA BRASILEIRA S/A	GTECH BRASIL LTDA.	2	0,83
RALF BARQUETE SANTOS	ADAUTO APARECIDO SCARDOELLI	10	39,82
RALF BARQUETE SANTOS	ADEMIRSON ARI VALDO DA SILVA	962	1341,32
RALF BARQUETE SANTOS	ANTONIO PALOCCI FILHO	7	11,62
RALF BARQUETE SANTOS	ASPERBRAS SISTEMAS DE IRRIGACAO LTDA	14	18,80
RALF BARQUETE SANTOS	BANCO PROSPER S/A	6	8,52
RALF BARQUETE SANTOS	CARLOS EDUARDO FERNANDEZ DA SILVEIRA	36	54,53
RALF BARQUETE SANTOS	CARLOS EDUARDO VALENTE DE OLIVEIRA	19	30,80
RALF BARQUETE SANTOS	CATHITA COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO DE ALIM	6	4,22
RALF BARQUETE SANTOS	CHAIM ZAHER	71	87,90
RALF BARQUETE SANTOS	CINCO TELECOM TELECOMUNICA ES E SERV LT	55	90,68
RALF BARQUETE SANTOS	COBRA TECNOLOGIA S.A.	5	4,03
RALF BARQUETE SANTOS	CONSTRUTORA MARQUISE S A	25	36,90
RALF BARQUETE SANTOS	DONIZETTI DE CARVALHO ROSA	2	5,15
RALF BARQUETE SANTOS	EDUARDO RIBAS SANTOS	341	476,58
RALF BARQUETE SANTOS	FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	314	222,63
RALF BARQUETE SANTOS	GILBERTO SIDNEI MACGIONI	5	8,78
RALF BARQUETE SANTOS	HENRIQUE COSTABILE	10	13,73
RALF BARQUETE SANTOS	JOÃO ABUD JUNIOR	77	134,62
RALF BARQUETE SANTOS	JORGE EDUARDO LEVIMATTOSO	5	5,80
RALF BARQUETE SANTOS	JORGE SILVA PENTEADO	9	5,13
RALF BARQUETE SANTOS	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	19	21,27
RALF BARQUETE SANTOS	LEAO E LEAO LTDA	23	21,70
RALF BARQUETE SANTOS	LUCIANO RINHEL FILHO	59	79,85
RALF BARQUETE SANTOS	LUCILAI NE PERICOCO DE MELO	9	36,82
RALF BARQUETE SANTOS	M.FAZENDA DELEGACIA ADMINIS R	2	1,47
RALF BARQUETE SANTOS	MARCELO FRANZINE	371	490,17
RALF BARQUETE SANTOS	MARCELO RIBAS SANTOS	185	242,52
RALF BARQUETE SANTOS	MARIA DE FATIMA PIAU MAFFIA	107	219,07
RALF BARQUETE SANTOS	MINISTERIO DA FAZENDA	10	7,32
RALF BARQUETE SANTOS	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARARAQUARA	6	5,62

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
RALF BARQUETE SANTOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS	18	16,58
RALF BARQUETE SANTOS	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	2	1,87
RALF BARQUETE SANTOS	PROCOMP INDUSTRIA ELETRONICA LTDA	44	57,05
RALF BARQUETE SANTOS	PROCOMP INDUSTRIA ELETRONICA LTDA	15	16,25
RALF BARQUETE SANTOS	REK CONSTRUTORA LTDA	4	4,50
RALF BARQUETE SANTOS	ROBERTO CARLOS DA SILVA KURZWEIL	29	31,80
RALF BARQUETE SANTOS	ROBERTO VALENTE DE OLIVEIRA	6	7,25
RALF BARQUETE SANTOS	RODRIGO RIBAS SANTOS	256	260,02
RALF BARQUETE SANTOS	RODRIGO RIVAS SANTOS	18	10,05
RALF BARQUETE SANTOS	ROGERIO TADEU BURATTI	773	902,95
RALF BARQUETE SANTOS	ROY BARQUETE SANTOS	7	7,63
RALF BARQUETE SANTOS	ROY BARQUETE SANTOS	886	1636,13
RALF BARQUETE SANTOS	SPICE DO BRASIL - TELECOMUNICACOES E ELETRONIC	7	6,13
RALF BARQUETE SANTOS	VLADIMIR POLETO	64	71,28
RALF BARQUETE SANTOS	VLADIMIR POLETO	696	1047,48
RAUL AUGUSTO MARTINS DE MIRANDA CAMPOS	MARCELO COELHO DE AGUIAR	404	388,05
RC NUNES EMPREEND IMOBILIARIOS LTDA	WALTER SANTOS NETO	232	404,85
REGINA CORA COELHO DE AGUIAR	MARCELO COELHO DE AGUIAR	79	81,47
RENATO BURATTI NETO	ROGERIO TADEU BURATTI	40	36,28
RIBEIRAO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	457	761,33
RIBEIRAO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL	RALF BARQUETE SANTOS	14	22,37
RIBEIRAO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL	ROGERIO TADEU BURATTI	28	65,72
RIBEIRAO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL	VLADIMIR POLETO	24	68,53
RICARDO CARVALHO DE FREITAS	LEAO E LEAO LTDA	415	1717,17
RIO CLARO TECNOLOGIA LTDA	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	95	143,07
RIO CLARO TECNOLOGIA LTDA	ENRICO GIANNELLI	43	98,83
RIO CLARO TECNOLOGIA LTDA	GTECH BRASIL LTDA.	14	60,30
ROBERTO CARLOS DA SILVA KURZWEIL	RALF BARQUETE SANTOS	47	46,93
ROBERTO CARLOS DA SILVA KURZWEIL	ROGERIO TADEU BURATTI	44	50,67
ROBERTO CARLOS DA SILVA KURZWEIL	VLADIMIR POLETO	11	11,02
ROBERTO VALENTE DE OLIVEIRA	RALF BARQUETE SANTOS	5	2,33
ROBERTO VALENTE DE OLIVEIRA	VLADIMIR POLETO	26	26,27
RODRIGO RIBAS SANTOS	RALF BARQUETE SANTOS	150	130,12

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
RODRIGO RIBAS SANTOS	VLADIMIR POLETO	8	9,23
RODRIGO RIBAS SANTOS	RALE BARQUETE SANTOS	12	32,78
ROGERIO TADEU BURATTI	ADALTO APARECIDO SCARDOELLI	14	22,23
ROGERIO TADEU BURATTI	ADEMIRSON ARIIVALDO DA SILVA	51	58,13
ROGERIO TADEU BURATTI	AGRA FASHION LTDA	35	217,90
ROGERIO TADEU BURATTI	ANTONIO DONATO MADORMO	15	12,48
ROGERIO TADEU BURATTI	ANTONIO PALOCCI FILHO	18	62,98
ROGERIO TADEU BURATTI	ASPERBRAS SISTEMAS DE IRRIGACAO LTDA	36	88,55
ROGERIO TADEU BURATTI	CARLA CRISTINA LARA LEMOS	144	5746,15
ROGERIO TADEU BURATTI	CARLOS ANDRE ZARA	70	76,42
ROGERIO TADEU BURATTI	CARLOSEDUARDO VALENTE DE OLIVEIRA	13	26,53
ROGERIO TADEU BURATTI	CELSON LUIZ ANDRIOLE	7	7,13
ROGERIO TADEU BURATTI	CINCO TELECOM TELECOMUNICA ES E SERV LT	21	31,32
ROGERIO TADEU BURATTI	CLAUDIA BORGES BASILE	92	49,92
ROGERIO TADEU BURATTI	CONSTRUTORA BRASILEIRANA LTDA	59	88,28
ROGERIO TADEU BURATTI	CONSTRUTORA MARQUISE S A	4	27,05
ROGERIO TADEU BURATTI	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTOS DE RIBEIRAO PRE	49	121,20
ROGERIO TADEU BURATTI	DONIZETI DE CARVALHO ROSA	14	20,00
ROGERIO TADEU BURATTI	EDUARDO CUNALI DE FELIPE	36	54,85
ROGERIO TADEU BURATTI	EDUARDO RIBAS SANTOS	38	38,98
ROGERIO TADEU BURATTI	ENRICO GIANNELLI	50	55,10
ROGERIO TADEU BURATTI	FLADIMIR POLETO	4	11,85
ROGERIO TADEU BURATTI	FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	57	36,95
ROGERIO TADEU BURATTI	GILBERTO SIDNEI MAGGIONI	11	6,68
ROGERIO TADEU BURATTI	ISMAEL SIQUEIRA GONCALVES	455	7337,22
ROGERIO TADEU BURATTI	JEANY MARY CORNER	74	139,97
ROGERIO TADEU BURATTI	JORGE LUIZ YAZIGI	14	21,27
ROGERIO TADEU BURATTI	JORGE LUIZ YAZIGI	878	1740,33
ROGERIO TADEU BURATTI	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	70	120,70
ROGERIO TADEU BURATTI	LEAO E LEAO LTDA	354	482,18
ROGERIO TADEU BURATTI	LEAO ENGENHARIA S.A.	147	238,27
ROGERIO TADEU BURATTI	LUIZ ALBERTO SPIRANDELI	4	20,62
ROGERIO TADEU BURATTI	LUIZ ANTONIO PRADO GARCIA	23	45,72

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
ROGERIO TADEU BURATTI	LUIZ EDUARDO PRADO GARCIA	9	16,50
ROGERIO TADEU BURATTI	MARCELO FRANZINE	22	30,35
ROGERIO TADEU BURATTI	MARCELO DALAMANGAS DE SOUSA	108	51,30
ROGERIO TADEU BURATTI	MARCELO FRANZINE	338	552,10
ROGERIO TADEU BURATTI	MARCELO JOSE ROVAL	24	13,08
ROGERIO TADEU BURATTI	MINISTERIO DA FAZENDA	44	74,87
ROGERIO TADEU BURATTI	MUCIO ZAUTH	8	6,23
ROGERIO TADEU BURATTI	MUSSI ZAUTH ADVOCADOS ASSOCIADOS S/C	12	14,80
ROGERIO TADEU BURATTI	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARARAQUARA	59	232,65
ROGERIO TADEU BURATTI	PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO	6	3,15
ROGERIO TADEU BURATTI	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	2	3,40
ROGERIO TADEU BURATTI	RALF BARQUETE SANTOS	618	796,68
ROGERIO TADEU BURATTI	RENATO BURATTI NETO	103	160,50
ROGERIO TADEU BURATTI	RIBEIRAO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL	13	13,40
ROGERIO TADEU BURATTI	ROBERTO CARLOS DA SILVA KURZWEIL	26	17,87
ROGERIO TADEU BURATTI	ROSANGELA BURATTI	96	229,85
ROGERIO TADEU BURATTI	RUY BARQUETE SANTOS	73	98,25
ROGERIO TADEU BURATTI	SEBASTIAO SIQUEIRA GONCALVES	180	283,98
ROGERIO TADEU BURATTI	SILVIO JOSE PEREIRA	4	1,43
ROGERIO TADEU BURATTI	SILVIO JOSE PEREIRA	4	1,43
ROGERIO TADEU BURATTI	SPLICE DO BRASIL - TELECOMUNICACOES ELETROINIC	42	86,05
ROGERIO TADEU BURATTI	TEREZINHA MIRA DE OLIVEIRA	218	146,60
ROGERIO TADEU BURATTI	TEREZINHA NIRA DE OLIVEIRA	379	263,47
ROGERIO TADEU BURATTI	TRIANGULO DO SOL AUTO - ESTRADAS S/A	14	42,50
ROGERIO TADEU BURATTI	VEGA ENGENHARIA AMBIENTAL S/A	5	6,43
ROGERIO TADEU BURATTI	VLADIMIR POLETO	14	26,20
ROGERIO TADEU BURATTI	VLADIMIR POLETO	243	499,37
ROGERIO TADEU BURATTI	WILNEY MARCIO BARQUETE	9	58,45
ROGERIO TADEU BURATTI	WILNEY MARCIO BARQUETE	15	12,97
ROSA MARIA PINTO	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	172	679,37
ROSA MARIA PINTO	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	5	7,35
ROSA MARIA VIANA SILVA	MARCELO COELHO DE AGUIAR	302	332,92
ROSANE LARA DE OLIVEIRA	GTECH BRASIL LTDA.	708	56,00

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quantidade Chamadas	Duração (minutos)
ROSANGELA BURATTI	AGRA FASHION LTDA	72	219,52
ROSANGELA BURATTI	ASSESSORARTE ASSESSORIA DE SERVICOS TECNICOS ES	70	113,90
ROSANGELA BURATTI	CLAUDIA BURATTI	194	738,97
ROSANGELA BURATTI	CLAUDIO ANTONIO SANTOS	118	7461,80
ROSANGELA BURATTI	COORD GERAL DE REC LOG COGRL - MIN. PAZ.	1	1,30
ROSANGELA BURATTI	GERALDO MAGELA	38	370,40
ROSANGELA BURATTI	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	2	3,10
ROSANGELA BURATTI	LAURIBERTO VULCANO	40	421,20
ROSANGELA BURATTI	LEAO ENGENHARIA S.A.	20	30,90
ROSANGELA BURATTI	LILIAN LOPES FERREIRA DE OLIVEIRA	2	15,20
ROSANGELA BURATTI	LILIAN LOPES FERREIRA E OLIVEIRA	26	430,80
ROSANGELA BURATTI	LUIZ ANTONIO PRADO GARCIA	5	15,00
ROSANGELA BURATTI	MANOEL GOMES DA COSTA FILHO	44	479,70
ROSANGELA BURATTI	MARCELO FRANZINE	8	11,83
ROSANGELA BURATTI	MARCO ANTONIO FREITAS NASCIMENTO	23	294,12
ROSANGELA BURATTI	MARLENE RICCI RIBAS	28	1043,38
ROSANGELA BURATTI	OSVALDO FERRACIOLLI	45	959,63
ROSANGELA BURATTI	RALF BARQUETE SANTOS	3	2,30
ROSANGELA BURATTI	ROGERIO TADEU BURATTI	77	258,13
ROSANGELA BURATTI	WALDEMAR ORTEGA	62	1089,45
RTS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	WALTER SANTOS NETO	160	315,03
RUI BORGES REZENDE	LEAO E LEO LTDA	197	614,85
RUY BAQUETE SANTOS	RALF BARQUETE SANTOS	13	21,60
RUY BARQUEPE SANTOS	RALF BARQUETE SANTOS	5	6,48
RUY BARQUEPE SANTOS	VLADIMIR POLETO	2	2,78
RUY BARQUETE SANTOS	ENRICO GIANNELLI	2	6,05
RUY BARQUETE SANTOS	LEAO E LEO LTDA	9	6,52
RUY BARQUETE SANTOS	RALF BARQUETE SANTOS	615	960,10
RUY BARQUETE SANTOS	ROGERIO TADEU BURATTI	131	131,72
RUY BARQUETE SANTOS	VLADIMIR POLETO	244	460,08
S A STEFANI COMERCIAL	LEAO E LEO LTDA	211	952,02
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	ADRIANE ELOISA COSTA	121	344,00
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	ADRIANE ELOIZA COSTA	97	200,37

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	ANDRE LUIZ RODRIGUES	125	70,02
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	ANTONIO ABRAHAO CARAM FILHO	36	90,38
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	CONSORCIO MULTIPLO LTDA	87	192,53
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	HERMES OLIVEIRA LAZARO	110	87,73
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	ILTON LAZARO JUNIOR	170	124,82
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	INPI INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	116	452,43
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	JOAQUIM DO CARMO DE LIMA	146	503,00
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	JOSE CARLOS DA SILVA	263	217,03
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	LUIZ CLAUDIO DE MAGALHAES	82	174,00
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	MAGID NAUEF LAUAR	52	78,60
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	MARCELO COELHO DE AGUIAR	30	39,47
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	MARLI GONCALVES CAMPOS	79	118,20
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	139	220,75
S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	TELEMAR NORTE LESTE S/A	115	226,50
SAG DO BRASIL S/A	GTECH BRASIL LTDA.	443	636,80
SAG DO BRASIL S/A	GTECH BRASIL LTDA.	51	50,45
SAG DO BRASIL S/A	GTECH BRASIL LTDA.	40	38,20
SAG DO BRASIL S/A	GTECH BRASIL LTDA.	9	16,57
SAMIA AMIN SANTOS	ANDREA DINIZ DE MELO PAZ	3043	5330,53
SAMIA AMIN SANTOS	BEATRIZ FERREIRA FURTADO MACHADO	176	402,08
SAMIA AMIN SANTOS	BRIDGE IDIOMAS LTDA	25	52,85
SAMIA AMIN SANTOS	CRISTINA DINIZ DE MELO PAZ	75	69,45
SAMIA AMIN SANTOS	ENRICO GIANNELLI	4	10,30
SAMIA AMIN SANTOS	FELIPE DINIZ DE MELO PAZ	93	386,60
SAMIA AMIN SANTOS	FLAVIO MOREIRA LOPES	115	412,00
SAMIA AMIN SANTOS	HELIO BARBOSA CAMBRAIA JUNIOR	9	26,00
SAMIA AMIN SANTOS	ISI BRAGA TOLOVANICK	124	1889,00
SAMIA AMIN SANTOS	IVONE BATISTA MIRANDA	87	354,37
SAMIA AMIN SANTOS	JOSE CARLOS DA SILVA	156	100,88
SAMIA AMIN SANTOS	JOSE LUIS LOPES	259	377,05
SAMIA AMIN SANTOS	JOSE LUIZ LOPES	303	1299,12
SAMIA AMIN SANTOS	LAILA MARIA BATISTA AMIN	60	112,58
SAMIA AMIN SANTOS	S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	150	161,32

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
SAMIA AMIN SANTOS	SAMIA SANTOS & ASSOCIADOS LTDA	120	73,07
SAMIA AMIN SANTOS	VAN BEL AUTOMOVEIS LTDA	150	127,17
SAMIA AMIN SANTOS	WALTER SANTOS NETO	2858	3003,57
SAMIA SANTOS & ASSOCIADOS LTDA	SAMIA AMIN SANTOS	97	73,65
SAMIA SANTOS & ASSOCIADOS LTDA	WALTER SANTOS NETO	22	95,12
SERGIO AUGUSTO NAYA	LEAO E LEAO LTDA	2	1,22
SERPRO - SERV. FED. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	597	1544,80
SHANAYA ANDREA YAMACUISHI	ENRICO GIANNELLI	88	4298,75
SHIMONY COELHO MACHADO	GTECH BRASIL LTDA.	281	261,73
SIBELE AGUIAR FAVERO	GTECH BRASIL LTDA.	213	129,70
SIGMATEC CONTROLE TECNOLÓGICO S C LTDA	LEAO E LEAO LTDA	145	430,28
SILVIO RODRIGUES VICENTE	LEAO E LEAO LTDA	40	129,67
SIMAO BRAYER	WALTER SANTOS NETO	2	1,63
SOFT MICRO EDUCACIONAL LTDA	VLADIMIR POLETO	140	266,63
SOFT MICRO INFORMATICA ARACATUBA LTDA	VLADIMIR POLETO	38	83,28
SOLUTIONS INT LTDA	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	187	290,38
SONIA REGINA TAVARES ALVES	LEAO E LEAO LTDA	146	267,67
SONIA REGINA TAVARES ALVES	LEAO E LEAO LTDA	146	267,67
TECHLINK DESENVOLVIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA	GTECH BRASIL LTDA.	280	1023,57
TECNOBAN BRASIL S/S LTDA - EPP	LEAO E LEAO LTDA	178	528,83
TECNOSISTEMI BRASIL LTDA	RAFF BARQUETE SANTOS	12	10,95
TECNOSISTEMI BRASIL LTDA	VLADIMIR POLETO	51	84,07
TERCO AUDITORIA E CONSULTORIA S C LTDA	LEAO E LEAO LTDA	403	1875,58
TEREZA CRISTINA KALIL DE SOUZA	FERNANDO LUIZ AYRES DE LIMA	23	65,17
TEREZA CRISTINA KALIL DE SOUZA	MARCELO COELHO DE AGUIAR	32	56,25
TEREZA CRISTINA KALIL DE SOUZA	WALTER SANTOS NETO	459	669,97
TEREZINHA MIRA DE OLIVEIRA	ROGERIO TADEU BURATTI	330	151,68
TEREZINHA MIRA DE OLIVEIRA	ROGERIO TADEU BURATTI	330	151,68
TEREZINHA MIRA DE OLIVEIRA	LEAO E LEAO LTDA	1	0,63
TEREZINHA MIRA DE OLIVEIRA	ROGERIO TADEU BURATTI	440	287,12
TEREZINHA MIRA DE OLIVEIRA	ROGERIO TADEU BURATTI	440	287,12
TEREZINHA RODRIGUES MARQUES	GTECH BRASIL LTDA.	168	89,77
TERMOV TERCEIRIZACAO MOV MATER	WALTER SANTOS NETO	23	21,38

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas das Empresas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
THIAGO WILKER LIMA	GTECH BRASIL LTDA.	145	74,48
TM SOLUTIONS - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.	LEAO E LEO LTDA	351	762,70
TRANSIT DO BRASIL LTDA	ENRICO GIANNELLI	10	21,20
TRANSIT DO BRASIL LTDA	GTECH BRASIL LTDA.	1968	3770,93
TRANSIT DO BRASIL LTDA	LEAO E LEO LTDA	8	4,92
TRANSIT DO BRASIL LTDA	GTECH BRASIL LTDA.	6	3,37
TRIANGULO DO SOL AUTO - ESTRADAS S/A	LEAO E LEO LTDA	1475	4097,92
TRIANGULO DO SOL AUTO - ESTRADAS S/A	ROGERIO TADEU BURATTI	48	58,67
TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	ENRICO GIANNELLI	616	12393,42
UBERLANDIA PREFEITURA	LEAO E LEO LTDA	60	176,22
UFS PARTICIPACOES SA	GTECH BRASIL LTDA.	180	212,53
UFS PARTICIPACOES SA	GTECH BRASIL LTDA.	28	42,48
USINA SANTA RITAS A ACUCAR E ALCOOL	ENRICO GIANNELLI	24	161,97
USINA SANTA RITAS A ACUCAR E ALCOOL	LEAO E LEO LTDA	236	800,02
USINA SANTA RITAS A ACUCAR E ALCOOL	ROGERIO TADEU BURATTI	10	7,98
USINA SAO MARTINHO S/A	LEAO E LEO LTDA	251	833,18
VAGNER MARTINS RIBEIRO	ENRICO GIANNELLI	9	33,42
VAGNER MARTINS RIBEIRO	ROGERIO TADEU BURATTI	33	53,83
VAGNER MARTINS RIBEIRO	VLADIMIR POLETO	4	3,97
VALDEMAR CORALUCI SOBRINHO	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	4	2,82
VALDEMAR CORALUCI SOBRINHO	LEAO E LEO LTDA	6	4,12
VALDEMAR CORALUCI SOBRINHO	RALF BARQUETE SANTOS	25	46,17
VALDEMAR CORALUCI SOBRINHO	ROGERIO TADEU BURATTI	11	6,35
VALDEMAR CORALUCI SOBRINHO	VLADIMIR POLETO	15	17,97
VANIA AMARAL FARIA	SAMIA AMIN SANTOS	22	43,43
VANIA AMARAL FARIA	WALTER SANTOS NETO	251	342,57
VANIA LIMA RODRIGUES	GTECH BRASIL LTDA.	142	909,57
VERA LUCIA ALVES DOURADO	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	50	448,43
VERDADE EDITORA LTDA	LEAO E LEO LTDA	162	333,97
VILLIMPRESS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICOS LTDA	DONIZETI DE CARVALHO ROSA	8	12,30
VILLIMPRESS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICOS LTDA	JUSCELINO ANTONIO DOURADO	5	2,20
VILLIMPRESS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICOS LTDA	RALF BARQUETE SANTOS	4	2,00
VISA DO BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA	JORGE LUIZ YAZIGI	10	13,17

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome (usuário A)	Nome (usuário B)	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
VISA DO BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA	LEAO E LEO LTDA	125	279,43
VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	CELSON RENATO DAVILA	5	4,93
VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	ETELMINO ALFREDO PEDROSA	12	20,32
VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	GTECH BRASIL LTDA	47	96,13
VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	MARCELO JOSE ROVAJ	17	76,77
VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	WALDOMIRO DINIZ DA SILVA	2	0,87
VKADIMIR BOLETO	ADEMIRSON ARIOWALDO DA SILVA	4	2,33
VLADIMIR POLETO	ADEMIRSON ARIOWALDO DA SILVA	1076	1394,68
VLADIMIR POLETO	ASPERBRAS SISTEMAS DE IRRIGACAO LTDA	45	101,97
VLADIMIR POLETO	BANCO PROSPER S/A	8	24,72
VLADIMIR POLETO	CAMARA OF. DE COMERCIO BRASIL AUSTRALIA	14	25,62
VLADIMIR POLETO	CARLOS EDUARDO VALENTE DE OLIVEIRA	494	450,97
VLADIMIR POLETO	CATHITA COMERCIAL ZACAO E DISTRIBUICAO DE ALIM	2	3,33
VLADIMIR POLETO	CINCO TELECOM TELECOMUNICA ES E SERV LT	2	1,10
VLADIMIR POLETO	DAVI MANSUR GURY	15	17,23
VLADIMIR POLETO	DCI000 CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA	52	62,12
VLADIMIR POLETO	DENIVALDO HENRIQUE ALMEIDA ARAUJO	26	69,72
VLADIMIR POLETO	EDUARDO AZEVEDO FILHO	31	59,62
VLADIMIR POLETO	EDUARDO RIBAS SANTOS	3	4,60
VLADIMIR POLETO	EDUARDO AZEVEDO FILHO	39	56,92
VLADIMIR POLETO	EGIDE CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIO	33	25,87
VLADIMIR POLETO	ENGER ENGENHARIA S/C LTDA	20	25,45
VLADIMIR POLETO	FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	670	506,78
VLADIMIR POLETO	GILBERTO SIDNEI MAGGIONI	30	47,47
VLADIMIR POLETO	JEANY MARY CORNER	35	91,60
VLADIMIR POLETO	JORGE LUIZ YAZIGI	22	42,80
VLADIMIR POLETO	JORGE SILVA PENTEADO	33	72,05
VLADIMIR POLETO	JOSÉ HONORIO DE PAULA	121	51,47
VLADIMIR POLETO	JOSE ALBUQUERQUE SANTOS	35	134,60
VLADIMIR POLETO	LEAO E LEO LTDA	141	257,95
VLADIMIR POLETO	LUIZ ANTONIO GUERRA DA SILVA	36	54,52
VLADIMIR POLETO	LUIZ ANTONIO PRADG GARCIA	118	225,43
VLADIMIR POLETO	MARCELO FRANZINE	157	196,93

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quantidade (chamadas)	Duração (minutos)
VLADIMIR POLETO	MARIA PAES LANDIN	13	24,73
VLADIMIR POLETO	NELSON IUI ABRE	46	49,10
VLADIMIR POLETO	RALF BARQUETE SANTOS	355	457,23
VLADIMIR POLETO	RIBEIRAO PRETO PREFEITURA MUNICIPAL	7	14,40
VLADIMIR POLETO	ROBERTO CARLOS DA SILVA KURZWEIL	9	7,57
VLADIMIR POLETO	ROBERTO VALENTE DE OLIVEIRA	55	56,52
VLADIMIR POLETO	RODRIGO RIBAS SANTOS	3	4,25
VLADIMIR POLETO	ROGERIO TADEU BURATTI	333	383,70
VLADIMIR POLETO	RUY BARQUETE SANTOS	225	495,77
VLADIMIR POLETO	SOFT MICRO EDUCACIONAL LTDA	190	301,53
VLADIMIR POLETO	SOFT MICRO INFORMATICA ARACATUBA LTDA	12	29,63
VLADIMIR POLETO	WANDERSON BRUNO ROCHA	40	54,03
VOTORANTIM CELULOSE E PAPELS/A	LEAO E LEO LTDA	237	1313,42
WALTER SANTOS NETO	AMANAIS PESSOA DA COSTA	137	755,25
WALTER SANTOS NETO	ANDRAZE GUTIERREZ TELECOMUNICACOES LTDA	228	913,92
WALTER SANTOS NETO	ANTONIO ABRAHAO CARAM FILHO	137	515,35
WALTER SANTOS NETO	ANTONIO VELLOSO NETO	143	323,82
WALTER SANTOS NETO	ARAUJO FONTES LTDA	269	628,82
WALTER SANTOS NETO	BRIDGEIDIOMAS LTDA	43	72,93
WALTER SANTOS NETO	CAPOBELLO IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LTDA	165	1203,57
WALTER SANTOS NETO	ENRICO GIANNELLI	192	87805,15
WALTER SANTOS NETO	FERNANDO LUIZ AYRES DE LIMA	928	4360,45
WALTER SANTOS NETO	JANINE AMIN	138	581,18
WALTER SANTOS NETO	JOSE CARLOS DA SILVA	1259	388,60
WALTER SANTOS NETO	JOSE LACERDA MACHADO JUNIOR	277	637,87
WALTER SANTOS NETO	JOSE PAULO T. MOTTA	212	709,93
WALTER SANTOS NETO	JULIANA ZUPPO DE MIRANDA	183	332,75
WALTER SANTOS NETO	JURANEYR NUNES GOES	260	143,15
WALTER SANTOS NETO	LAILA MARIA BATISTA AMIN	167	227,88
WALTER SANTOS NETO	LUCIANE MARIN	733	771,15
WALTER SANTOS NETO	IVMH FASHION GROUP BRASIL LTDA	118	445,50
WALTER SANTOS NETO	MAGID NAUEF LAUAR	69	96,40
WALTER SANTOS NETO	MARCELO COELHO DE AGUIAR	63	117,62

Anexo 2 - Resumo das Principais Relações Telefônicas do Investigados

Nome Usuário A	Nome Usuário B	Quant de Chamadas	Duração (minutos)
WALTER SANTOS NETO	MARILENE PAES LEMES	145	293,30
WALTER SANTOS NETO	MAV ADM PARTICIPACOES E EMPREEND LTDA	369	1791,67
WALTER SANTOS NETO	PATRICIA GUIMARAES DE CASTRO	74	1811,38
WALTER SANTOS NETO	PAULO CESAR DE SOUZA	159	343,90
WALTER SANTOS NETO	PRECISAO ENGENHARIA DE AVALIACOES LTDA	126	273,82
WALTER SANTOS NETO	RACIMEC ELETRONICA E SERVICOS SA	38	77,42
WALTER SANTOS NETO	RAQUEL JEBER CAMPOS	237	904,33
WALTER SANTOS NETO	RODRIGO BATISTA DE CASTRO	299	410,73
WALTER SANTOS NETO	S. SANTOS ASSESSORIA LTDA	940	892,40
WALTER SANTOS NETO	SAMIA AMIN SANTOS	1232	1112,97
WALTER SANTOS NETO	SANZIO LUIZ DE AVILA MACHADO	168	317,53
WALTER SANTOS NETO	SIND OCND COM RESID E MISTOS B	153	229,25
WALTER SANTOS NETO	TELEMAR NORTE LESTE S/A	127	424,45
WALTER SANTOS NETO	TEREZA CRISTINA KALIL DE SOUZA	413	839,65
WILNEY MARCIO BARQUETE	LEAO E LEAO LTDA	1	3,58
WILNEY MARCIO BARQUETE	ROGERIO TADEU BURATTI	18	36,33
WILNEY MARCIO BARQUETE	LEAO E LEAO LTDA	1	2,13
WILNEY MARCIO BARQUETE	ROGERIO TADEU BURATTI	44	38,47
WORK ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS COM	CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS	4	2,27
WORK ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS COM	LEAO E LEAO LTDA	114	118,12
WORK ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS COM	ROGERIO TADEU BURATTI	6	1,42
WORK ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS COM	GTECH BRASIL LTDA	4	1,10
WORK ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS COM	LEAO E LEAO LTDA	14	22,42
XISTC VASCONCELOS FILHO	GTECH BRASIL LTDA	83	67,70

É o Parecer,

Presidente,


Senador Efraim Morais

Relator,

Senador Garibaldi Alves Filho

Sala das Comissões, em 31 de Janeiro de 2006.

ATA DA 53ª REUNIÃO DA COMISSÃO
(APROVAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL)

53ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 245 DE 2004 PARA INVESTIGAR E APURAR A UTILIZAÇÃO DAS CASAS DE BINGO PARA A PRÁTICA DE CRIMES DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES, BEM COMO A RELAÇÃO DESSAS CASAS E DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE APOSTAS COM O CRIME ORGANIZADO, REALIZADA NO DIA 31 DE JANEIRO DE 2006 ÀS 11 HORAS E 50 MINUTOS.

Ata da 53ª Reunião

Realizada em 31/01/2006

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às onze horas e cinquenta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores, Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, José Jorge, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho (Relator), Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Magno Malta, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Sibá Machado, Ideli Salvatti e Wellington Salgado, presente ainda os Senadores José Agripino Maia, Ana Julia Carepa e Arthur Virgílio, não membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para "Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião informando que a presente é de caráter administrativo e destina-se a discussão e votação do Relatório parcial sobre o "Caso Gtech" e indaga aos Senhores Senadores se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio tece considerações de repúdio às declarações do Advogado do Senhor Paulo Okamoto, Dr. Marcos Augusto Peres e sugere que o senador Antero Paes de Barros reformule o Requerimento de transferência de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Okamoto e sugere que o Relator e o Presidente da Comissão que entre em contato com o Presidente do Supremo Tribunal Federal para um diálogo e fala sobre as emendas apresentadas ao Relatório. Com a palavra o Senador Tião Viana externa seu descontentamento com as declarações do Advogado do Sr. Okamoto. Com a palavra o Senador José Agripino fala sobre a liminar do Supremo Tribunal Federal concedida ao Sr. Paulo Okamoto e sugere que insista nos requerimento. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães fala sobre as declarações do Advogado do Sr. Okamoto. Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros informa que vai reapresentar o requerimento de transferência de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Paulo Okamoto e informa ainda que está retirando os destaques de sua autoria ao relatório do Senador Garibaldi Alves Filho. Com a palavra o Senador Álvaro Dias, tece considerações sobre a liminar concedida pelo Ministro Nelson Jobim baseado em noticiário da imprensa e elogia o relatório elaborado pelo Relator Senador Garibaldi Alves Filho. Sugere que o Relatório Parcial seja votado o Relatório Final da Comissão. Com a palavra o Senador Tião Viana indaga se o relatório vai ser votado ou não na reunião de hoje. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio enfatiza que deve ser votado o Relatório Parcial. Com a palavra o Senador Magno Malta também externa sua indignação com as declarações do Advogado do Sr. Paulo Okamoto. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti informa que tomou conhecimento da liminar nesta data e cita outras liminares concedidas devido a inexistência de uma justificativa baseada no fato determinado que criou a CPI. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães

informa que o Ministro Sepúlveda Pertence, em outras ocasiões, já concedeu liminares e foram revogadas posteriormente. Com a palavra o Senador José Jorge, enfatiza que o cabe ao Supremo Tribunal Federal examinar as garantias individuais de todas as pessoas e nada impede que a Comissão preste mais informações ao Supremo. Sugere ainda que a Comissão faça uma representação ao Conselho de Ética da OAB, contra o Advogado do Sr. Paulo Okamoto e informa que retira os destaque apresentados ao Relatório Parcial. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy fala sobre a sugestão do apresentada pelo Senador Álvaro Dias, concordando que a votação do Relatório Parcial seja procedida em uma data oportuna, objetivando reunir mais subsídios ao mesmo e cita como exemplo da CPMI do Correios. Informa ainda que o menor "Lalo" vai prestar depoimento no próximo sábado nas dependências do Distrito Policial em São Paulo e que a Senhora Delegada Elizabeth Sato, Presidente do Inquérito Policial, convidou os membros da Comissão para a referida oitiva. O Senhor Presidente informa que entrará em contato com a Dra Sato. Usam da Palavra os Senadores Antônio Carlos Magalhães e Magno Malta. Com a palavra o Senador Tião Viana fala sobre a discordância de vários pontos do Relatório Parcial e sobre a ponderação do Senador Álvaro Dias, concordando que o mesmo seja votado na fase final do relatório. Com a palavra o Relator Senador Garibaldi Alves Filho para suas considerações sobre o Relatório. Usam da palavra para discutir os Senadores José Agripino Maia, Álvaro Dias, Valdir Raupp e Eduardo Suplicy. A presidência submete a votação do Relatório Parcial, ressalvados os Destaque. Em votação, é aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente convoca reunião a realizar-se amanhã, após a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às doze horas e cinquenta minutos e, para constar eu, **José Augusto Panisset Santana**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo requerimento nº 245 de 2004, para investigar e apurar a utilização nas casas de bingos para prática de crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. Srs. Senadores a ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, coloco em votação propondo o dispensa da leitura. Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Esclareço aos Srs. Senadores que a presente reunião é de caráter administrativo com votação de requerimentos, discussão e, se possível, votação do relatório parcial sobre o caso GTEC. Concedo o Senador Arthur Virgílio, Pela Ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, trato de dois assuntos de maneira bastante breve. Em primeiro lugar o repúdio mais claro da liderança do PSDB ao Advogado do Sr. Paulo Okamoto, Dr. Marcos Augusto Peres, que acusa esta Comissão de estar pretendendo fazer circo, sua palavra de S.Sa. e praticando abuso de autoridade. Eu sugiro que o Senador Antero de Barros, se for o caso, reformule para adensá-lo, reformule o requerimento de quebra de sigilo do Sr. Okamoto aprovado por esta Comissão. Sugiro diálogo de V.Exa. e do Relator Senador Garibaldi Alves Filho com o Presidente do Supremo Tribunal Federal no sentido de ouvi-lo e prestar a ele todos os esclarecimentos que seu despacho demonstra requerer, mas o fato é que não dá para se compactuar com a perda de um instrumento vital para o trabalho de uma CPI que é a quebra de sigilos, afinal de contas, é uma dívida que o Presidente Lula diz que não contraiu e que o Sr. Okamoto diz que pagou, como pagou é que só se veria com a quebra do sigilo bancário do atual Presidente do Sebrae e é estranho que um homem público tenha medo da quebra do seu sigilo bancário, do seu sigilo fiscal, do seu sigilo telefônico; os homens públicos todos deveriam estar obrigados a dividir os sigilos ou os dados dos seus sigilos com a sociedade. É lamentável que ainda haja gente que entenda que coisas obscuras devam ficar na obscuridade. O segundo ponto, Sr.

Presidente, é que depois de muita meditação e, com todo respeito às emendas apresentadas pelo meu querido colega e amigo Senador Tião Viana, depois de muita meditação e, sem dúvida alguma, depois de ver o gesto do Senador Antero de Barros de apresentar emendas propondo reparos ao relatório do Senador Garibaldi Alves, a decisão que a bancada do PSDB tomou foi muito claramente a seguinte: Não retirar o nome de ninguém, é votar puro e simplesmente, *ipsis litteris*, de cabo a rabo com o Relator Garibaldi Alves, no momento em que se processe a votação do relatório de S.Exa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Senador Tião Viana, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, apenas em atenção ao que expressou o líder Arthur Virgílio, externar também o descontentamento pessoal com as declarações do Advogado do Sr. Paulo Okamoto no jornal de hoje, eu entendo que ele tem todas as prerrogativas constitucionais para protestar sobre aquilo que ele entende não ser adequado no trabalho da CPI, mas expressões como circo e outros adjetivos que ele tem usado não são adequados e o meu mais veemente descontentamento e discordância de um método que não foi respeitoso com a CPI, ele tem todas as prerrogativas legais para ir aos Fóruns adequados, inclusive, defendendo o não andamento da CPI. Agora, adjetivar, como fez, o trabalho da CPI não é adequado, o meu mais veemente protesto, também.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço a V.Exa, Senador José Agripino, em seguida V.Exa. Senador Antero, em seguida Senador Álvaro. V.Exa, também usará a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Sr. Presidente, eu desejo dizer a V.Exa. e aos membros da Comissão da minha estupefação pelo fato do Supremo Federal, pelo seu Presidente, ter tomado a iniciativa que tomou ontem de conceder a liminar que impede uma peça importante de investigação ser obtida. Enquanto nós trabalhamos aqui horas e horas e horas investigando, perguntando, aprovando requerimentos que traduzem o pensamento da Comissão, uma decisão da Justiça naquele rumo é profundamente desestimulante. O que eu quero dizer a V.Exa. é que nós do PFL vamos defender, vamos insistir com o requerimento embasado em fatos até mais recentes, V.Exa. se lembra muito bem, Sr. Relator do depoimento do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, ele disse claramente das reuniões de que participou com a peça do Sr. Paulo Okamoto. O Sr. Paulo Okamoto que não era autoridade de coisa nenhuma, e que participava de reuniões onde claramente o tráfico de influências se processava, claramente. O depoimento de 15 dias atrás. Aqui foi dito muitas vezes do milhão de reais, do dinheiro de bingo que financiou campanha eleitoral do PT em interconexão direta com os esquemas de Ribeirão Preto, de Campinas, Santo André, onde entra o Sr. Paulo Okamoto. Então, não tem ilação nenhuma? Qual é? Eu não estou entendendo. Nos resta reagir com argumentos, reagir com argumentos, e eu espero que, mais uma vez, por unanimidade esta Comissão faça prevalecer a sua intenção de ver esclarecidos os fatos e não de esconder sob argumentos com os quais não concordamos, esconder peças importantes na elucidação de fatos que estão estarecendo o país. De resto eu quero me solidarizar inteiramente com a posição aqui já externada pelo Senador Arthur Virgílio em nome do PSDB. Não tem cabimento nós anteciparmos discussão sobre emendas, se retira, se coloca a essa altura das discussões. O Relator, eu comuniquei a ele ontem à tarde, ontem sobre um assunto correlato. O Relator tem nossa absoluta solidariedade. Ou se vota o relatório de S.Exa. como ele apresentou que é um pré-relatório e para até merecer voto, reparo no futuro, pode até ser, mas antecipar uma discussão e um debate em conseqüente nesse momento eu acho que prejudica o bom andamento dos trabalhos e desautoriza o Relator que nesse momento tem que ter o nosso aval, tem que ter a nossa posição solidária para que ele possa chegar ao fim do seu trabalho com uma posição que traduza isenção de comportamento. A posição, portanto, que eu quero externar é de que nós votaremos o relatório do Senador Garibaldi e não acataremos nenhuma emenda apresentada por quem quer que seja.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, em seguida o Senador Antero, depois o Senador Álvaro Dias.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): Sr. Presidente, evidentemente, que não concordo, embora, respeite a tenha até afeto pelo Presidente Nelson Jobim com a sua atitude. Acho que prejudica o andamento da Comissão e esse Advogado, não há dúvida, que é alguém do nível do Sr. Okamoto para tratar a Comissão dessa maneira. Quero dizer a V.Exa, uma coisa fica certo, absolutamente certo, é que o Sr. Okamoto é realmente o homem da caixa do Sr. Presidente Lula, porque se não fosse ele seria o primeiro a querer que abrisse o seu sigilo bancário ou telefônico. Ele não pode abrir porque ele é o homem que suporta as finanças do Presidente Lula que se diz um pobre, que não gosta da Zona Sul e nem da Avenida Paulista, mas gosta, realmente, do dinheiro do Okamoto, e isso está provado hoje com essa falta de quebra de sigilo. Qualquer pessoa que for acusada disso abre o seu sigilo, se quiser abrir o meu a qualquer hora pode abrir, inclusive, o Senador Pedro Simon tem há mais de seis anos uma declaração minha e de minha mulher para abrir o meu sigilo bancário quando ele quiser, de modo que eu tenho o direito de dizer isso aqui agora, o Sr. Okamoto é o suporte financeiro do Presidente da República e, por isso não pode abrir o seu sigilo telefônico ou bancário. Endosso o meu protesto e concordo inteiramente com os Senadores Arthur Virgílio e José Aripino no que tange o relatório do Senador Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT): Sr. Presidente, primeiro com relação ao Sr. Paulo Okamoto, eu quero deixar muito claro que dentro do objeto desta Comissão está investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens. Portanto, tem tudo a ver com as movimentações feitas de há muito tempo pelo Sr. Paulo Okamoto, inclusive, tem uma empresa que é atribuída como sendo dele que é uma empresa por nome *Red Star*, que fez lavagem de dinheiro utilizando doleiros, e a tradução de *Red Star* é, eu não sou dos melhores em inglês, mas a tradução de *Red Star* é estrela vermelha, e essa empresa é atribuída como sendo dele. E o requerimento da quebra de sigilo é em função do depoimento dele à CPI, não é por causa de notícia de jornal, é porque ele declarou que pagou uma conta do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e só tem um único jeito de saber que é quebrar o sigilo. Portanto, eu quero dizer, Presidente, que vamos reapresentar para amanhã, para a Sessão de amanhã o requerimento para quebra do sigilo do Sr. Okamoto. Quero dizer também--

>> [inaudível].

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT): Exatamente. E quero dizer também, aliás, vou apresentar, inclusive, hoje para que possa ser votada amanhã. Quero dizer também o seguinte, que eu estou retirando as emendas minhas que retiram nomes do relatório. As emendas que retiram os nomes do relatório, eu estou retirando, e estou mantendo as que crescem penalidades, que tem uma emenda que cresce penalidades, depois tecnicamente a gente vai poder conversar no momento da discussão, e tem emenda que cresce nome. Então essas emendas que crescem nome e penalidades, essas emendas eu vou manter com a convicção da dificuldade, inclusive, da aprovação, mas é apenas uma manifestação para que eu fique em paz, em absoluta paz com a minha consciência. No mais é dizer o seguinte, eu li todo o relatório do Senador Garibaldi Alves, considero que foi uma das melhores peças já produzidas no Senado da República. O Relator foi diligente, dei para especialistas lerem o relatório e as pessoas elogiaram muito o relatório do Senador Garibaldi Alves, tem apenas detalhes que eu gostaria de comentar e de me submeter posteriormente à vontade da maioria. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu considero fundamental a reapresentação desse requerimento na defesa de prerrogativa essencial de uma

Comissão Parlamentar de Inquérito. Se nós admitirmos essa obstrução sistemática aos trabalhos de investigação que realizam as CPIs nós estaremos levando ao fracasso total. Não haverá razão para instalação de CPI se nós não tivermos essa prerrogativa por inteiro de quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico quando justificativas existam. A argumentação do Ministro Jobim de que concede a liminar com base no noticiário da imprensa me parece ser uma justificativa que não guarda muita a relação com a inteligência, o preparo e a competência do Ministro Jobim. A imprensa faz um trabalho notável de cobertura dos trabalhos das CPIs no Congresso Nacional, mas não tem espaço para divulgar tudo que há de informação na documentação recolhida pela CPI não só através de provas documentais mas de provas testemunhais, enfim, o que reúne a CPI de informação é muito mais do que pode a imprensa pelo espaço de que dispõe divulgar. Portanto, a reapresentação desse requerimento faz sentido, sobretudo, porque não há, a experiência em CPI demonstra isso, não há notícia de que alguém que tenha buscado no Supremo esta proteção tenha ficado isento de provas encontradas, de movimentação financeira e espúria, certamente quem busca essa proteção tem o que esconder, e se o Sr. Paulo Okamoto está escondendo algo, precisamos buscar o que ele esconde, precisamos investigar para descobrir o que ele esconde. Não há dúvida que ele esconde algo, se não escondesse não necessitaria desse expediente, portanto, a reapresentação desse requerimento através do Senador Antero Paes de Barros com uma nova justificativa, inclusive, com novos elementos que surgiram *a posteriori* faz sentido e nós devemos aprovar imediatamente, como forma de defender, inclusive, prerrogativas fundamentais da Comissão Parlamentar de Inquérito. De outro lado, Sr. Presidente, este relatório eu sigo na esteira do que já disseram os companheiros, o relatório competente do Senador Garibaldi Alves, não há o que retirar dele, entendo desta forma, há o que acrescentar, em função da tese que tenho defendido de que a corda tem que arrebentar do lado mais forte, não há como permitir que a tese de que a corda arrebente do lado mais fraco preveleça numa investigação política. Há conexão que há, sim, outras personalidades do governo, então há razões para acrescentar e não para retirar, até porque a palavra final será do Ministério Público e não desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O nosso dever é apontar os indícios, as evidências para que o Ministério Público instaure os procedimentos de investigação e aprofunde as investigações para a responsabilização civil e criminal dos eventuais envolvidos. Portanto, Sr. Presidente eu entendo até que não deveríamos votar relatórios parciais, deveríamos votar apenas o relatório final, conclusivo, para produzir os efeitos jurídicos necessários, mas se votarmos o relatório do Senador Garibaldi Alves é claro que teremos o dever, inclusive, de respaldar a sua posição mantendo na sua integralidade.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, uma Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): V.Exa. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Apenas indagando a V.Exa. se no entendimento do líder Arthur Virgílio e de outros Senadores está sendo defendido aqui que não se vote o relatório parcial do Senador Garibaldi e se vote apenas o relatório final da CPI. É isto que eu estou entendendo? Que foi o que o Senador Álvaro Dias expressou.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Essa é a minha posição pessoal.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Eu queria ouvir todos os Senadores que estão pedindo a palavra Pela Ordem para que daí nós pudéssemos decidir sobre essa questão do Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Esclareço ao nobre Senador Tião Viana que a nossa posição é simples e clara, é prestigiar o relatório parcial do Senador Garibaldi Alves, é votá-lo como está, com todas as restrições que ele aponta a quaisquer pessoas, quaisquer governos, apóia-lo *ipsis litteris* do começo ao fim, de cabo a ~~cauda~~. Essa é a posição do PSDB.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço a V.Exa. Vou ~~conceder~~ conceder a palavra ao Senador Magno Malta, em seguida V.Exa...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, eu também queria a palavra.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Senadora Ideli e Senador Suplicy. Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Presidente, gostaria, a princípio, também de externar a minha revolta pessoal e o meu incômodo com as declarações do Advogado, o Sr. Paulo Okamoto, embora, eu já tenha ouvido muito isso por aí quando estou metido em CPI, normalmente o advogado faz isso para ter garantia dos seus honorários, aí ofende a quem quer ofender, mas a maneira desrespeitosa como tratou essa CPI de circo, poderia fazer qualquer outro tipo de argumento que seria perfeitamente compreensível, até tentar frear a CPI como um todo, é todo direito dele como Advogado, mas não tratar como circo, onde a população brasileira assiste em casa pela TV Senado a dedicação com que a CPI se põe. Sr. Presidente, eu já tive esse tipo de dissabor presidindo a CPI do narcotráfico durante três anos com o Supremo, e fiz muitos questionamentos, inclusive, alguns encontros pessoais com o Ministro Veloso que era o Presidente do Supremo naquela ocasião. E o dissabor, Sr. Presidente, eu volto a insistir na teca é exatamente o chamado fato determinado. Se alguém não tiver pedido da sua quebra de sigilo ou sua convocação dentro do fato eles vão entrar, e onde passa boi, passa boiada. E eu dizia ao Senador Arthur Virgílio que mesmo com o fundamento significativo que é isso que o Ministro Jobim está pedindo, é preciso que esse fundamento seja feito com base no fato determinado, senão nós vamos ter outro dissabor de ter negado novamente, porque negará, e aí outros recorrerão porque o precedente está aberto e aí nós perderemos a possibilidade de onde, de fato, existe o fato nós não termos como ver os sigilos e fazer esses cruzamentos, por isso eu revelo aqui a minha preocupação com o fundamento do pedido da quebra e que o fundamento traga relação definitiva com o fato determinado que inclui essa CPI porque senão nós vamos amargar outro dissabor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Eu agradeço a V.Exa. e concordo com V.Exa. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Em seguida V.Exa. Preferência para as mulheres.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V.Exa. para comigo eu dizer que eu tomei conhecimentos hoje pela manhã da decisão do Presidente do Supremo de negar a quebra do sigilo, com base na argumentação, pelo menos, que foi veiculado pela imprensa de não ter visto na justificativa encaminhada à ligação como o fato determinado da CPI. Eu gostaria de lembrar que não é a primeira negativa do Supremo à quebra de sigilo para esta CPI, nós já tivemos uma outra situação da Sra. Maisa Giudice, Juíza da 17ª Vara da Justiça Federal em Brasília que foi a Juíza que concedeu várias liminares à GTEC para a manutenção do contrato, e neste caso da Maisa Giudice a necessidade da quebra do sigilo até para poder entender de forma mais adequada o porquê que tantas liminares beneficiando a GTEC num contrato absolutamente lesivo aos interesses da Caixa Econômica e, portanto, ao país, a CPI também não obteve a quebra desse sigilo. Então eu acho que a CPI deverá reformular o pedido, eu acho que os encaminhamentos já estão dados e eu quero aqui deixar lembrado que quando o Sr. Paulo Okamoto veio a esta CPI, ele já veio com uma prerrogativa concedida pelo Supremo Tribunal Federal para responder única e exclusivamente sobre atendendo perguntas relacionadas ao fato determinado, a questão dos bingos. E o Sr. Paulo Okamoto não se recusou em nenhum momento a responder sobre tudo que lhe foi perguntado, inclusive, com relação a muitos assuntos que não têm, obviamente, vinculação como o fato determinado dessa CPI. Então, me parece que o fato dele ter tido o reconhecimento para com a CPI, entende? E ter se disposto a responder a toda e qualquer pergunta feita mesmo estando amparado pela determinação do Supremo para responder única e exclusivamente perguntas relacionadas ao fato determinado, talvez esta postura tenha propiciado o entendimento de membros da CPI de que poderiam, em decorrência, quebrar o sigilo. E eu quero dizer

que a decisão da Justiça deverá ser, obviamente, pela CPI, se houver novo pedido com uma nova justificativa que eu já quero deixar aqui declarado o meu voto contrário, se eu sou suplente, se eu tiver a oportunidade de votar, votarei contra como já tive esse posicionamento na votação anterior, de forma clara, porque não entendo, não enxergo e acho que está correto o Ministro Nelson Jobim quando nega a quebra do sigilo por não enxergar a vinculação com o fato determinado da CPI. Então, se querem fazer a investigação, tem que fazer a investigação vinculada ao fato determinado. E gostaria que nós pudéssemos ter tido, aí sim, a quebra do sigilo da juíza, porque a juíza, indiscutivelmente, tinha tudo a ver, inclusive, com o relatório parcial que nós estaremos apreciando, eu não sei se vai ser acatada a proposta do Senador Álvaro Dias, ou não, se vamos fazer a votação mesmo hoje, mas no caso da quebra do sigilo da juíza que concedeu tantas liminares favoráveis e perniciosas aos interesses da Caixa favorecendo a GTEC, esse sim, é um sigilo que tinha tudo a ver com o fato determinado desta CPI, e, infelizmente, não foi quebrado e uma parte significativa da investigação com relação à GTEC não pôde ser aprofundada, inclusive, numa hipótese nem tão descartável assim porque nós já temos outras situações de membros do Judiciário, infelizmente, também envolvidos com venda de sentenças, como chegamos a ter até magistrados presos, comprovadamente, por terem também caído na situação da corrupção ativa. Então, era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar registrado.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço a V.Exa. Senador Antonio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): Já há, inclusive, do grande Ministro Sepúlveda Pertence ter dado uma liminar nesse sentido e de ter revogado com outros argumentos apresentados, na CPI dos Correios houve isso em relação à SEDAI(F), de maneira que eu já dou o precedente do Ministro Sepúlveda Pertence.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço a informação de V.Exa. E concedo a palavra ao Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE): Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, falar um pouco sobre essa questão do Sr. Paulo Okamoto. Primeiro estranhar que a Senadora Ideli, ela já disse que vai votar contra um requerimento que não foi nem apresentado, quer dizer, é um caso inédito aqui, não vi e não gostei, quer dizer, na realidade, nós deveremos nos pronunciar sobre requerimentos apresentados, que não foi o caso. Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que, na realidade, ao Supremo Tribunal Federal cabe, evidentemente, examinar as garantias individuais de todas as pessoas, inclusive, do Sr. Paulo Okamoto, de qualquer pessoa. Então, nesse ponto de vista a decisão do Ministro Jobim não é uma interferência no legislativo, agora nada impede também que nós coloquemos, como ele mesmo pediu, mais informações para mostrar que seja importante isso ser feito. Então, eu acho que esse seria o caminho e nós aqui, então discutiremos o requerimento e eu votarei a favor ou contra, dependendo das novas alegações. Em segundo lugar, em relação à questão do Advogado que falou que a CPI era um circo, eu acho que nós deveríamos oficializar a OAD para que ele seja punido, porque isso não é forma de um advogado tratar o Poder Legislativo. Então a OAB quando se prende um advogado, ou se ameaça a prender ela sempre reclama do Congresso, reclama das CPIs, diz que as CPIs são arbitrárias e etc. Então agora quem for arbitrário ou for advogado então eu pediria à Presidência da Comissão que fizesse uma representação contra esse advogado ao Conselho de Ética da OAB. Em relação à questão do relatório apresentado sobre a questão da GTEC, eu acho que nós deveríamos fortalecer o Relator e aprovar da maneira como está, inclusive, as emendas que eu assinei junto com o Senador Antero, eu também retiro, eu acho que até os acréscimos eles poderiam ser fetos no final quando nós formos elaborar o relatório final. Então, essa era a minha opinião, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Eu agradeço a V.Exa.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT): Sr. Presidente, ~~para~~ parêntese, só para...

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): V.Exa. tem a palavra, Senador Antero.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT): Só usando a argumentação do Senador José Jorge, eu gostaria apenas de fazer uma ressalva, o advogado fala em nome do cliente, o advogado quando escreve ele está escrevendo em nome do cliente, é evidente que essa opinião do advogado pode não ser uma opinião exclusivamente dele, pode ser uma opinião do cliente e de quem é amigo do cliente, essa opinião sobre a CPI pode ser perfeitamente sobre o Paulo Okamoto e do grande amigo dele Sr. Luis Inácio Lula da Silva. Queria só fazer esse parêntese para justificar em parte aquilo que o advogado escreveu.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço a V.Exa. E concedo a palavra ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, relativamente, a proposta do Senador Álvaro Dias de, eventualmente, considerarmos a votação do parecer do Senador Garibaldi Alves Filho em caráter ainda o que é que é um relatório parcial, eu gostaria de manifestar que tenho o maior apreço pelo trabalho do Senador Garibaldi Alves Filho, eu acho que é um trabalho bem feito, consciencioso, que merece de todos nós a apreciação da intenção dele, inclusive, de isenção, eu acho que é importante que possam os Senadores estarem apresentando proposições de aperfeiçoamento ou de modificações de certos pontos. Agora, acredito que talvez haja uma vantagem respeitando e tendo todo o apreço pelo relatório do Senador Garibaldi Alves Filho de ser ainda um relatório parcial de podermos fazer a votação do mesmo um pouco mais adiante uma vez que os trabalhos da CPI estão continuando e poderá haver, inclusive, aspectos que venham à tona esclarecendo ainda mais alguns dos pontos em virtude da continuidade dos trabalhos, ou seja, acredito que não haveria prejuízo para CPI de estarmos adiando a votação. E quero aqui lembrar um aspecto, no caso da CPI dos Correios, nós sabemos que houve votações de relatórios parciais ao final do semestre passado, e foram encaminhados nomes de parlamentares para o Conselho de Ética e, entretanto, observamos que o trabalho da CPI dos Correios continua até hoje e trazendo por vezes novas informações sobre temas que se relacionam aos fatos ali sendo objeto de discussão no Conselho de Ética e até no plenário da Câmara dos Deputados que talvez pudessem ter sido melhor dirimidos em virtude da continuidade dos trabalhos daquela Comissão, ou seja, fazendo um paralelo com o que nós estamos aqui elaborando, eu não veria prejuízo com todo apreço pelo parecer do Senador Garibaldi Alves de estarmos voltando um pouco mais adiante. É só esse ponto. Eu quero também dar uma informação, Sr. Presidente. Relativamente ao menor "Lalo" que foi objeto da preocupação de V.Exa, Presidente Efraim Morais e demais Senadores. Vou esperar um pouquinho.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Estou ouvindo V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Relativamente ao menor "Lalo" V.Exa. considerou o que seria importante a esta CPI, eventualmente, ouvido. Eu ontem conversei com a Dra. Elizabeth Sato que me informou ter marcado para o próximo sábado às 9h em São Paulo no Distrito Policial ali da Rua Estados Unidos, que ela a qual é responsável, a audiência, a oitiva do menor "Lalo", no próprio dia onde ele completa 21 anos, 4 de fevereiro e que seria próprio que fosse ouvido antes dele ser, portanto, libertado. E ela me informou que está convidando a CPI para estar presente e participar da arguição e poderia, inclusive, ser considerada uma Sessão oficial da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu quero transmitir a V.Exa. que esse convite foi feito, ela pediu que eu transmitisse a V.Exa. que poderia até ser aproveitada a própria arguição que ela como Presidente do inquérito policial desde a reabertura do caso está fazendo, ela convidará os Promotores de Santo André também interessados na arguição e nos convida. Então se V.Exa. quiser designar para que, oficialmente, os membros dessa CPI que puderem ir, seja aquela subcomissão e até outros interessados possam ouvir, acredito que isso possa ser importante, então eu fico no aguardo da definição de V.Exa. me dispondo, desde já, se for a definição da CPI estar ali presente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço, Senador Suplicy, as informações de V.Exa, mas deve informar a V.Exa. que ainda não estou convencido de que nesse primeiro depoimento do que foi acusado de matar o Celso Daniel, a presença de Senadores talvez possa intimidá-lo e nós entendemos que melhor é a Polícia e o Ministério Público faça essa primeira audiência para que a CPI, após o resultado possa se definir. Eu entendo que estamos divergindo um pouco, pela primeira vez, sobre essa questão já que conversei com algumas pessoas ligada a Polícia Federal que estão dando apoio a esta CPI e outras pessoas, Advogados e nós temos a semana para discutirmos e tomarmos uma posição, o importante é que se possa chegar, realmente, ao fato desejado.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Senador Magno Malta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria de dizer que eu tenho informações...

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Mas aqui não tem uma decisão, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Eu vou, também, fazer uma ligação para a Dra. Elizabeth Sato para tocarmos idéias sobre a questão. É um pensamento do Presidente, é aquilo que penso em relação... Não tenho a mesma experiência investigativa de V.Exa, mas penso desta natureza. Senador Magno Malta.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): Eu pedi um Pela Ordem, Sr. Presidente. É apenas pela ordem dos trabalhos. Eu acho que temos número bem razoável nesta Casa e a decisão de se votar logo o relatório do Garibaldi é mais importante do que qualquer das coisas que estamos discutindo, votaríamos o relatório e depois continuaríamos com outro relatório para o relatório final, mas eu acho que o ponto básico dessa Sessão devia ser a votação do relatório, se V.Exa. assim entender, eu acato qualquer decisão de V.Exa.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Eu acho que o objetivo principal dessa Sessão, exatamente essa, e eu antes de discutir, colocar em votação, nós temos as emendas que foram apresentadas, vamos dar a palavra ao Relator, antes, porém, ouvindo o Senador Magno Malta e o Senador Tião Viana que pede a palavra Pela Ordem.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES): Sr. Presidente, eu gostaria, dentro da sua fala, de fazer um apelo ao Senador Suplicy e concordando com a fala de V.Exa. eu tenho falado com a Dra. Elizabeth Sato, inclusive, falei no dia da fuga do menor e no dia que o menor foi capturado, e a Dra. Elizabeth Sato acha, realmente, que ela precisa ter folga até porque no dia que eu falei com ela pela última vez, o Ministério Público estava ouvindo o "Lalo". Então, Sr. Presidente, eu concordo com V.Exa. e faço um apelo ao Senador Suplicy a que esperemos um pouco mais para dar tempo à Dra. Elizabeth ouvir o menor, acompanhar o menor, até porque ele estava sendo trazido para São Paulo para ficar sob proteção, para depois que ela nos sinalizar e aí então nós tiremos esta Comissão, ou V.Exa. indique esta comissão para que nós possamos ouvi-lo após a nossa Delegada concluir o trabalho dela com o "Lalo" com o menor, eu faço esse apelo ao Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço a V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, eu posso uma breve informação, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu acompanhei o que se passou, inclusive, na semana passada quando a Dra. Elizabeth Sato me pediu para aguardar, mas há informações novas e uma nova disposição e ela própria considerou que seria adequado que, por exemplo, eu estaria lá, inclusive, ajudando o propósito que V.Exa. mencionou para que o menor pudesse dizer as coisas tais como, efetivamente,

ocorreram e por esta razão é que ela formulou o convite, mas V.Exa, então não precisa decidir agora, poderá dialogar com ela e decidir posteriormente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço a V.Exa. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sra. Senadora, eu gostaria de reafirmar uma característica do Relator Senador Garibaldi de expressar sempre muito respeito pela opinião de todos os Senadores desta Comissão a sua capacidade de ouvir com muita seriedade sempre todos os argumentos a sua responsabilidade de refletir sobre os argumentos que lhe são postos e, ao mesmo tempo, a responsabilidade política como está fazendo o seu relatório parcial, no entanto, eu não poderia deixar de expressar também a minha discordância de vários pontos do relatório do Senador Garibaldi por entender que entramos em alguns momentos em juízo de valor e é natural que ocorra um ponto de vista divergente, por esta razão o Senador Raupp em consonância com alguns Senadores apresentou as emendas que estão para serem analisadas, eu só entendi com muita cautela a ponderação que fez o Senador Álvaro Dias para que nós avaliássemos aqui a possibilidade de votar somente na fase final do relatório o que estamos preparando dentro dos diversos temas: GTEC, Santo André, Ribeirão Preto e etc., eu entendo como uma ponderação muito razoável que é apresentada à CPI, da nossa parte não há um inconveniente e entender esta ponderação que o senador Álvaro Dias faz, mas se o entendimento da maioria for contrário, evidentemente, que nós vamos concordar também em votar hoje, eu deixaria de maneira muito à vontade, eu seguiria perfeitamente o entendimento que podemos deixar para o relatório final o conjunto de interpretações do Relator, em nada nós abriríamos mão das emendas que temos aí, mas poderíamos perfeitamente aguardar para a fase final dando, inclusive, mais oportunidade de uma reflexão jurídica, que eu acho que a peça do Relator ainda precisa de alguns pontos, mas se não for o entendimento nós vamos seguir a orientação de V.Exa. de votar ou não hoje, o meu entendimento é que foi muito razoável a ponderação do Senador Álvaro Dias.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Eu agradeço, Senador Tião a V.Exa. e a palavra ao Relator. Terá a disposição do Sr. Relator a decisão de... Poderíamos votar o parecer, ressalvada as emendas e passaríamos a discutir as emendas. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Sr. Presidente, antes do Relator se manifestar eu queria só reafirmar a posição que nós vamos deixar configurar em votos. Eu gostaria que o Relator soubesse que a posição que o PFL aqui já falou pelo Senador José Jorge, Senador Antonio Carlos Magalhães. A posição que o PFL tem é de prestigiamento ao Relator. Se o Relator quiser que o seu relatório seja votado agora, ele contará com os votos integrais dos membros da Comissão do PFL a favor do relatório e contra qualquer emenda, até porque as emendas que o Senador José Jorge apresentou ele já tomou a iniciativa de retirar, vamos deixar muito claro, Sr. Presidente, que de ontem para cá, ou de uma semana para cá começaram a circular rumores de que estaria em curso um acórdão, troca de subtrações, até para deixar claro que isso não existe, nós vamos votar com Relator contra qualquer subtração de qualquer nome, contra a subtração de qualquer nome de venha constar no relatório de S.Exa. A decisão de V.Exa. agora os votos do PFL como aqui já foi falado pelos membros titulares Senador Antonio Carlos Magalhães e Senador José Jorge será a favor do relatório do Relator e contra as emendas que foram apresentadas.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, apenas para, antes do Relator para esclarecer, eu defendi uma tese e defendo não só para esta CPI, para todas as CPIs, o relatório deve ser único ao final dos trabalhos em função do conjunto da obra, é claro que robustece a justificação jurídica quando se aproveita todos os fatos, todos os elementos ao final da CPI até porque o último momento podem surgir fatos novos, mas eu repito que é uma tese que eu defendo em relação a todas as CPIs, não apresentei como proposta para deliberação a esta, e se o Relator desejar colocar para votação terá o meu voto aprovando na integralidade aquilo que propõe e aprovando, inclusive, o requerimento do Senador Antero Paes de Barros que propõe a inclusão no relatório final do Ministro Antonio Palocci em função do envolvimento político visível que

há em relação a essa operação Caixa Econômica / GTEC. Na verdade prevaleceu não os pareceres técnicos, estes não prevaleceram, a decisão não foi técnica, a decisão foi política, foi no cumprimento de uma decisão de governo, obviamente, emanada dos principais líderes da Administração Pública Federal. Portanto, Sr. Presidente, para reafirmar o meu voto favorável ao relatório do Senador Garibaldi, apenas insistindo nessa tese, que é uma tese que eu tenho defendido em relação também à CPMI dos Correios.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Com a palavra o Relator.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Sras. e Sr. Senadores, eu quero declarar que fiquei muito honrado, muito grato às solidariedades que recebi com relação ao meu relatório, os pronunciamentos dos vários Senadores que disseram a palavra favorável, e até mesmo aqueles que divergiram, divergiram de uma forma respeitosa. Eu quero agradecer a liderança do PSDO, a liderança do PFL, mas eu quero dizer que a minha tarefa é apenas preparar o relatório e dar o parecer sobre as emendas, a minha tarefa encerra aí, como o relatório vai ser votado, quando o relatório vai ser votado, isso aí não cabe a mim, eu até agradeço aqueles que delegaram essa decisão, mas eu creio que não cabe ao Relator. Então, eu quero reiterar os agradecimentos a todos, principalmente, aos líderes, ao Senador Arthur Virgílio, a líder José Agripino e a todos os Senadores que aqui se manifestassem, mas eu quero dizer que a Comissão é quem cabe decidir coordenada pelo Presidente se vamos votar hoje, se vamos votar depois, Sr. Presidente, é uma decisão encaminhada pela presidência junto ao plenário. O relatório está pronto para ser votado, o parecer sobre as emendas também.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Permita uma parte apenas, Senador Garibaldi?

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): e para o Presidente. O Senador Álvaro Dias disse que, inclusive, foi uma conduta de procedimento adotada na CPI dos Correios de deixar para o final a votação. Então, só para deixar a V.Exa. a reflexão sobre isso.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado, senhor.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Senador Garibaldi.

SR. RELATOR SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já falei.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Agradeço a V.Exa. Agradeço a solidariedade dos líderes em relação à questão do Advogado Dr. Peres e dizer que, lamentavelmente, a conduta desse advogado ela não condiz com o respeito que nós que fazemos nessa CPI temos com a OAB e com todos os Advogados que aqui estiveram, e que na realidade eu apreendi que quando não se tem argumento, quando se falta argumento, se parte para agressão, e a agressão que é feita a esta CPI não é ao Presidente, mas a todos os membros e porque não dizer ao Poder Legislativo, ela não cabe e vamos, realmente, fazer um contato com a OAB nesse sentido. Aqui existem vários Advogados nesta CPI e nós entendemos que é um desrespeito à CPI, é um desrespeito aos membros do Congresso Nacional. Lamentavelmente sempre aparece aqueles Advogados que pretendem aparecer na mídia, que pretendem, realmente, ter um destaque, já que não conseguem como profissional, procura de uma forma ou de outra. Então, queria agradecer a manifestação dos senhores membros da CPI e dizer que quanto à questão do Supremo, da decisão do Ministro Jobim nós tivemos um caso semelhante... A Senadora Ideli já fez referência, nós fizemos algumas informações e também no caso da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da LEÃO & LEÃO em que o Relator entendeu que precisava de mais informações e solicitou essas informações à CPI, e a CPI mandou as informações com o apoio da Assessoria Jurídica do Senado e logo em seguida o Relator se pronunciou negando a liminar à LEÃO & LEÃO. Então, entendo que faltou essa solicitação para que nós pudéssemos dar mais informações, nós sempre estivemos aberto ao Supremo, temos cumprido as determinações do Supremo e, evidente, que vamos, no dia de amanhã, já me comunicou o Senador Antero que está

apresentando requerimento nesse sentido. E quanto à questão que nós estamos discutindo, eu quero aqui primeiro parabenizar o Relator Garibaldi Alves pela sua forma tranqüila, séria que vem desenvolvendo esse trabalho com o apoio de todos os senhores. Então, um relatório que foi estudado, foi trabalhado, são mais de seis meses de trabalho e eu tenho convicção de que o Relator numa posição de independência e de transparência tem apresentado o seu trabalho, e, evidente, que nós temos que discutir essa matéria, não podemos tentar votar por votar, de tirar figurões ou colocar figurões, não interessa, o que interessa aqui é o fato que está acontecendo, é o que dispõem o Relator em relação a isso. Porque o senhor fulano parece honesto não significa dizer que é honesto. Então, tem que ser respeitado o trabalho que vem sendo desenvolvido e não se possa aqui, de última hora, tentar colocar ou tirar fulano ou cicrano. A posição da presidência é bem clara, é igual ao dos senhores de que nós estamos querendo apresentar a sociedade, é um trabalho sério, um trabalho verdadeiro e tenho convicção e vou contar com o apoio de todos os senhores. Eu espero que no final desse trabalho não se faça aqui mais uma pizza dentro do Congresso Nacional, é preciso que seja respeitado e desta feita é o Senado Federal, porque aqui se trata de uma CPI, é preciso que se respeite, acima de tudo, o Senado Federal e eu espero de que amanhã não queira aqui se salvar o senhor fulano, ou o senhor cicrano porque pertence ao governo, ou pertenceu a governos passados. O que tem que ser feito é o que mostra, são os dados, são os fatos que a CPI apurou e dispõe do documento, portanto, eu vou colocar em votação o requerimento ressalvado as emendas, o relatório ressalvado as emendas. Eu não sei se concordam os Srs. Senadores.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Apenas que V.Exa. sugira o momento da discussão da matéria.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Discussão da matéria faremos e deixaremos para discutir, inclusive, em outra Sessão a questão dos destaques e não nessa Sessão. V.Exa. tem a palavra.

NÃO IDENTIFICADO #1 (53:09): Presidente, é bastante notório que esta Comissão já produziu resultados, e eu quero aqui neste momento parabenizar o trabalho de V.Exa, da Mesa, do brilhante Relator Garibaldi Alves. Nós já tivemos alguns fracassos em CPIs aqui no Congresso Nacional e não muito distante tivemos o fracasso da CPI do Banestado, que nem sequer, produziu relatório. Tivemos o fracasso da CPMI da terra que produziu um relatório e depois foi aprovado um relatório substitutivo, totalmente diferente do que o Relator e toda a equipe produziram, e mais recentemente a CPI do Mensalão que também não produziu relatório, deixaram vencer o prazo (?) relatório, e esta CPI tem dado prova de que já produziu, está produzindo e vai produzir ainda muita coisa, inclusive, com esse relatório parcial já pronto para ser votado e, certamente, vamos votar também o relatório final daqui alguns dias. Mas eu quero ressaltar o meu direito de defender algumas emendas.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): V.Exa. terá.

NÃO IDENTIFICADO #1 (54:17): Se V.Exa. permitir eu quero fazer sim, defender essas emendas.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): V.Exa, terá sim. Eu só quero adiantar a V.Exa. que V.Exa. chama a atenção da vários fatos que ocorreram em outras CPIs. Eu quero dizer também a V.Exas. que eu não terei nenhuma dificuldade, nem vou pensar duas teses, se nós chegarmos a um prazo que não seja suficiente para concluir esse relatório, eu, pessoalmente, vou colher as assinaturas para prorrogar. O que eu não vou aceitar aqui é que se tente não votar requerimento. Não tenho nenhuma dificuldade de conseguir 27 assinaturas no Plenário do Senado Federal para prorrogar esta CPI. Eu quero deixar claro que preciso da colaboração de V.Exas, preciso do apoio de todos os 15 membros da CPI e dos seus suplentes para que possamos produzir um relatório sob o comando do Relator que seja verdadeiro, que seja transparente, e que seja, acima de tudo, construído com independência de nós que representamos o povo brasileiro. Isso só eu vou precisar do apoio de V.Exas. nesse sentido, mas V.Exas. terão o direito de discutir toda a matéria, nós não vamos aqui colocar a votação só pela vontade do Presidente, será como sempre vem sendo feito, discutindo e ouvindo V.Exas. Senador Suplicy

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, tendo em conta que V.Exa. avaliou como importante então votarmos o parecer parcial do senador Garibaldi Alves Filho, eu acho que seria importante que ele possa, então, já que apresentou o relatório, mas não ainda o seu parecer sobre as emendas, que ele possa então antes da votação do relatório apresentar o seu parecer sobre as emendas podendo, obviamente, os autores das emendas, também apresentarem a justificativa das mesmas, antes da votação do próprio relatório.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Senador, o Senador Garibaldi me faz um apelo para que nós possamos votar, já que vai ficar sempre pendente a questão das emendas, que se vote de uma vez por toda o requerimento no final, ou melhor, o relatório...

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Primeiro o relatório e depois as emendas?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Pois não, Senador.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Pela Ordem, Presidente, apenas eu acho que é o entendimento do Senador Antonio Carlos. Primeiro vota o relatório parcial ressaltados os destaques, e aí facilita para todo mundo, porque não há divergência em relação ao relatório parcial ressaltados os destaques.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Depois discutiremos no momento exato.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Exatamente. Eu acho que aí não há nenhuma divergência quanto a isso.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Então, dentro do entendimento de V.Exa. nós vamos colocar em votação o relatório do Senador Garibaldi ressaltados os destaques, ou melhor, as emendas, que serão destacadas. Em votação, os Srs. Senadores que apóiam e aprovam como se encontram. Aprovado o relatório do Senador Garibaldi Alves ressaltados as emendas que posteriormente serão destacados por V.Exas. Eu quero comunicara ainda aos Srs. Senadores de que amanhã eu vou ouvir, depois conversar com os senhores líderes para que nós possamos marcar a data para discutir. Vamos ver quais as emendas que foram retiradas, quais as que ficaram para que possamos iniciar em uma próxima Sessão a discussão e votação.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Então, Presidente, hoje não votaremos as emendas.

SR. PRESIDENTE EFRAIM MORAIS (PFL-PB): Não votaremos e nem discutiremos. Eu quero dizer que amanhã a CPI tem três convidados e logo após o Senador Antonio Carlos Magalhães encerre a nossa Sessão na CCJ nós temos na pauta o Sr. Roberto Cruzvel, o Sr. Carlos Martins e o Sr. Messias Antonio Ribeiro. São os três convidados para fazer as suas oitivas após a reunião da CCJ. Agradecendo a V.Exas. Convoco reunião para amanhã a partir das 11h30 da manhã. E está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h50.

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador **Efraim Moraes**

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

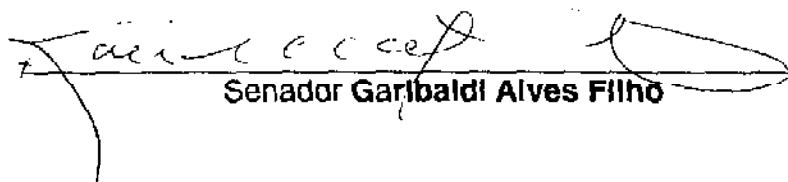
Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.


Senador Garibaldi Alves Filho

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

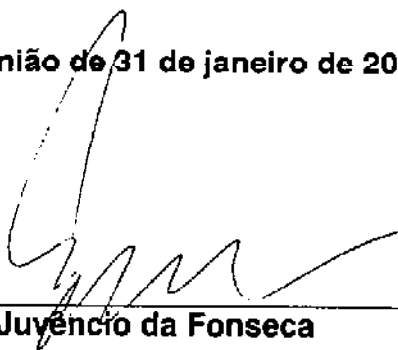
Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador Juvêncio da Fonseca

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

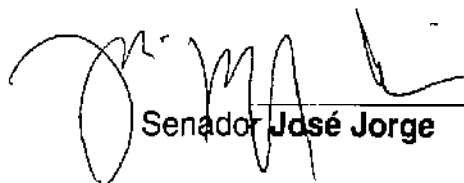
Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador José Jorge

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

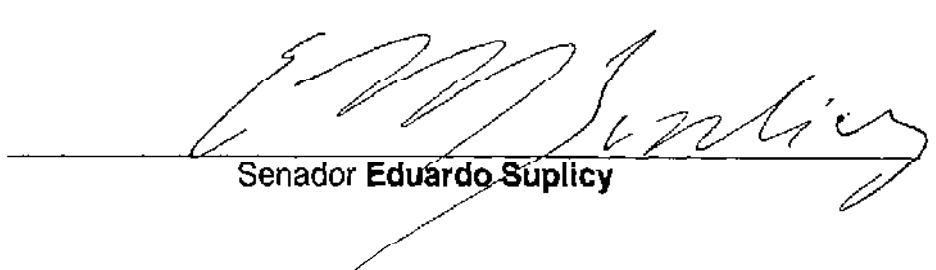
Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador **Eduardo Suplicy**

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL **CPI DOS BINGOS**

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador Romero Jucá

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

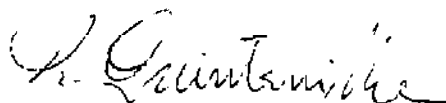
Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador Leomar Quintanilha

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

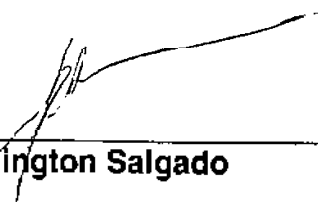
Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador Wellington Salgado

CPI dos Bingos

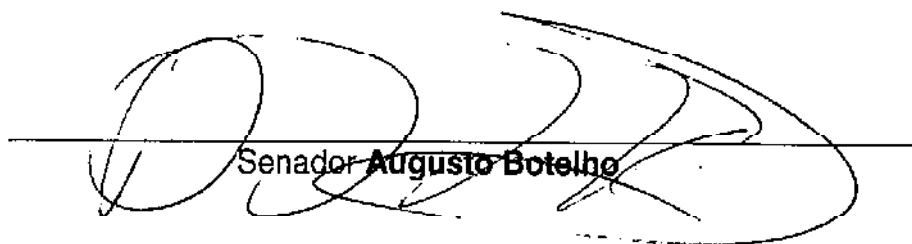
Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL **CPI DOS BINGOS**

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador **Augusto Botelho**

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador Álvaro Dias

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador **Valdir Raupp**

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

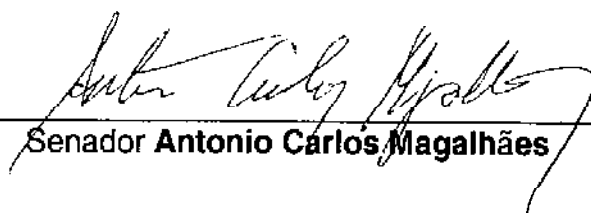
Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador Antonio Carlos Magalhães

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

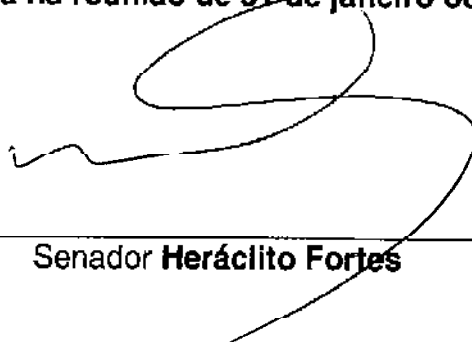
Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador **Heráclito Fortes**

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de Janeiro de 2006.



Senador Romeu Tuma

CPI dos Bingos

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"

Presidente: Senador Efraim Moraes

Relator: Senador Garibaldi Alves Filho

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

CPI DOS BINGOS

Aprovada na reunião de 31 de janeiro de 2006.



Senador **Magno Malta**

ANEXO II-A**FORMULÁRIO – BINGOS**

1. Denominação / Razão Social:
2. Nome fantasia:
3. CPNJ/ Inscrição estadual/ Inscrição municipal
4. Localização de todas as unidades, incluindo eventuais escritórios administrativos descentralizados:
5. Composição Societária atual e pretérita:
6. Qualificação de sócios e administradores/gerentes (nome, CPF, endereço e telefone)
7. Solicitação de encaminhamento de contrato social e demais documentos constantes em junta comercial do respectivo Estado
8. Data de início de atividades
9. Arrecadação média mensal e anual (discriminando a receita total e a receita deduzida do valor pago a título de prêmios)
10. Valores pagos anualmente a título de tributos (discriminando o tipo de tributo)

11. Valores pagos anualmente a instituições esportivas (discriminando as instituições)
12. Número de funcionários;
13. Filiação à ABRABIN;
14. Descrição dos tipos de jogos executados;
15. Percentual de receita entre jogos de cartela X eletrônicos;
16. Qualificação do(s) eventual(is) fornecedor(es) de máquinas eletrônicas utilizadas para jogos, informando:
 - a) quantas máquinas dispõe de cada fornecedor;
 - b) qual a receita média (excluído o valor pago a título de prêmios) por máquina de cada fornecedor;
 - c) como é remunerado cada fornecedor: se valor fixo por máquina (informar o valor e a periodicidade de pagamento); ou se percentual da receita das máquinas (informar o percentual e a periodicidade de pagamento);
 - d) se as máquinas de cada fornecedor estão on-line ou off-line
17. Qual o horário e dias de funcionamento
18. Indicação de eventual processo judicial que autorize o funcionamento da entidade, informando:
 - a) data de publicação do ato que autorizou o funcionamento;

b) órgão do Poder Judiciário que editou o ato;

c) autoridade judiciária que emitiu o ato.

19. Indicação de eventual doação pelo bingo ou qualquer dos seus sócios para campanha de qualquer entidade partidária ou candidato político, incluindo:

a) nome da entidade partidária ou candidato político;

b) valor doado;

c) data de doação; e

d) forma de doação (em espécie ou cheque).

ANEXO II-B

RELATÓRIOS DE VISITAÇÕES A CASAS DE BINGOS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO DOS BINGOS – CPI DOS BINGOS

RELATÓRIO

Em atendimento à solicitação do Relator da CPI – Bingos GARIBALDI ALVES FILHO, materializada através do ofício nº 212/06 , a equipe de Policiais Federais à disposição dessa Comissão deslocou-se até as cidades de São Paulo/SP, Florianópolis/SC, Blumenau/SC, Goiânia/GO, Rio de Janeiro/RJ e Salvador/BA, objetivando visitar casas de BINGO,

verificando o seu funcionamento e, principalmente, encaminhar aos respectivos responsáveis cópias de formulário de questionamento de natureza administrativa, sendo verificado o quanto se segue:

1) Estado de São Paulo

As visitas realizadas às casas de bingo na cidade de São Paulo se deram nos dias 4 e 5 de maio do corrente ano. As casas selecionadas foram o Bingo Imperador, Bingo Imperatriz, Bingo Itaim, Bingo Pamplona e Bingo São Bento. Fizeram parte da equipe João Paulo Madruga, assessor do relator; Luiz Gustavo Góes, Delegado da Polícia Federal; e José Bráulio Rodrigues, escrivão da Polícia Federal.

a) BINGO IMPERATRIZ 23:

Na noite do dia 4 de maio fomos recebidos no Bingo pela Dra. Daniele Chiorino Figueiredo, OAB/SP 142.968, advogada do bingo e da ABRABIN; pela Dra. Adriana Clivartti Moreira Gomes Teixeira, OAB/SP 195.660 advogada contratada do bingo; e pelo gerente Roberto Gonçalves.

A suntuosidade da casa é facilmente percebida ainda pelo lado de fora, onde observamos uma decoração com bastante iluminação e estátuas de figuras africanas. No interior da casa o luxo impressiona. Carpete por todo o chão, um aquário com carpas sob um chão de vidro e mais de 100 estátuas fazem parte da decoração.

O ambiente tem pouca iluminação e bastante apelo visual, tanto das máquinas como da decoração. O local reservado para o jogo de cartela é bem diferente, bem iluminado e parecendo ser recreativo e saudável. O atendimento realizado pelos funcionários é de alto nível. Além dos jogos a casa oferece aos seus clientes um cardápio variado para almoços e jantares além de um bar sempre aberto. Apesar de lei federal que proíbe fumar em ambientes públicos e fechados, notamos que o tabagismo é corriqueiro e não há qualquer tipo de sanção aos fumantes, ao contrário, incentivo, já que através de seus garçons a Casa oferece constantemente cigarros a sua clientela. É pertinente ressaltar que este bingo possui uma área destinada a exposições, onde não é cobrado nada do expositor, apenas é cedido o espaço. Constatamos a existência de um caixa eletrônico 24hs.

O setor da casa que abriga as Máquinas Programadas Eletronicamente funciona diariamente das 09:00 às 07:00, sendo fechado por duas horas para, segundo o senhor Gonçalves, realizar uma limpeza mais eficiente na casa. Já o jogo de cartelas funciona das 13:00 às 01:00.

A clientela da casa é da classe A e B. Consegue-se chegar a essa conclusão pelos automóveis que estacionam, pela maneira de vestir e pelo

comportamento dos clientes. A idéia de que pessoas de terceira idade são fies freqüentadoras destes estabelecimentos foi confirmada, todavia a presença é mais intensa nos jogos de cartela. Nos jogos eletrônicos observou-se uma maior quantidade de pessoas na idade entre 30 e 50 anos. Outra diferença na clientela é o sexo de quem opta por cada jogo, homens são mais facilmente encontrados nas máquinas eletrônicas, já as mulheres nos jogos de cartela.

O Imperatriz 23, maior casa de bingos de São Paulo, possui 354 máquinas de jogos eletrônicos, sendo divididos em dois tipos, os vídeos bingos e os vídeos kenos. As primeiras representam, mais ou menos, 80% do maquinário. Essas máquinas são todas alugadas, e seus proprietários obtêm o pagamento pelo aluguel de duas maneiras, pelo rateio igualitário com o proprietário do bingo sobre o rendimento da máquina no final de cada mês, ou pelo pagamento fixo mensal de R\$ 1.000,00. O primeiro caso ocorre na maior parte das máquinas, cerca de 80% delas, segundo o gerente. Ainda segundo seu gerente, as máquinas são responsáveis por 70% do faturamento da casa.

Os proprietários destas máquinas, ou operadores como prefere chamar o gerente, são inúmeros, mas em regra sempre os mesmos. Nesta casa os operadores das máquinas são: Divermatic (Bingo 3); Brasil Games (Champion); Shock Machine (Show Ball); Tekgold (Diamonds); Ms Games (Nine); Ms Games (Pachinko) Ms Games Cleópatra; Abraplay (Game Ball).

A grandeza da casa de bingo também se percebe pela quantidade de funcionários. Neste caso, segundo sua gerência, a casa tem 281 empregados diretos, e indiretamente, incluindo seguranças, manobristas, bar e cozinha, todos terceirizados, possui mais 170 pessoas trabalhando. Todos os funcionários dão ao cliente um tratamento qualificado, têm uma boa

vestimenta e são sempre cordiais. Através de conversas informais, percebemos que os funcionários estão satisfeitos com o trabalho que têm, e muitos já se especializaram neste ramo. O salário dos funcionários é o piso da categoria, qual seja, R\$ 480,00, todavia, segundo o gerente, com a soma das gorjetas um funcionário ganha em média R\$1.500,00 por mês.

A instituição apoiada por esta casa de jogos é o Clube dos Paraplégicos.

b) BINGO ITAIM

Ainda no dia 4 de maio a mesma equipe visitou o Bingo Itaim. Fomos recebidos pelos mesmos responsáveis do Bingo Imperatriz, isso se dá pelo fato dos dois bingos serem do mesmo proprietário, o senhor Jair da Ressurreição de Paula.

Esta casa não possui o mesmo luxo do Bingo Imperatriz, porém não é uma casa simples, tem seus requintes. O carpete também cobre todo o chão da casa, e a sala de bingo de cartela mostra-se tão moderna quanto a dos maiores bingos de São Paulo.

Parecendo ser uma característica de todos os bingos, o ambiente também possui pouca luminosidade, todavia o apelo visual, no caso deste bingo principalmente das máquinas, é gritante. Já o local reservado para o jogo de cartela é bem diferente, bem iluminado. Apesar desta casa não oferecer o mesmo requinte no que diz respeito ao cardápio de refeições, o bar funciona normalmente, os garçons são igualmente bem treinados e atenciosos e o tabagismo não é recriminado, e sim incentivado, através de funcionários

que constantemente oferecem aos clientes. Como se observou em outras casas de jogos, um caixa eletrônico 24hs está a disposição da clientela.

O setor da casa que abriga as Máquinas Programadas Eletronicamente funciona diariamente das 09:00 às 07:00, sendo fechado por duas horas para, segundo o senhor Gonçalves, realizar uma limpeza mais eficiente na casa. Já o jogo de cartelas funciona das 13:00 às 01:00.

Apesar de menos luxuoso, devido a sua localização esta casa também abriga clientes provenientes das classes A e B. A idéia de pessoas de terceira idade frequentadoras de bingo é novamente confirmada. Nota-se também que os homens utilizam-se mais das máquinas eletrônicas e as mulheres do jogo de cartela, e que a idade média dos jogadores de jogos eletrônicos varia entre 30 e 50 anos.

O Bingo Itaim possui 250 máquinas eletronicamente programadas, sendo divididas em dois tipos, os vídeos bingos e os vídeos kenos. As primeiras representam, mais ou menos, 80% do maquinário. Essas máquinas são todas alugadas, e seus proprietários obtêm o pagamento pelo aluguel de duas maneiras, pelo rateio igualitário com o proprietário do bingo sobre o rendimento da máquina no final de cada mês, ou pelo pagamento fixo mensal de R\$ 1.000,00. O primeiro caso ocorre na maior parte das máquinas, cerca de 80% delas, segundo o gerente. Segundo seu gerente, as máquinas são responsáveis por 70% do faturamento da casa.

Os proprietários destas máquinas, ou operadores como prefere chamar o gerente, são inúmeros, mas em regra sempre os mesmos. Nesta casa os operadores das máquinas são: Divermatic (Bingo 3); Brasil Games

(Champion); Shock Machine (Show Ball); Tekgold (Diamonds); Ms Games (Nine); Ms Games (Alpha); Abraplay (Game Ball).

Esta casa de jogos também possui uma grande quantidade de funcionários, segundo sua administração são 210 funcionários empregados diretamente e 90 de forma indireta. O salário é o piso da categoria, R\$ 480,00. Nesta casa, segundo seu gerente, somando-se as gorjetas seus funcionários conseguem acumular, R\$ 1.200,00

A instituição apoiada por esta casa de jogos é Confederação Brasileira de Takwendoo Interestilos.

c) BINGO IMPERADOR

No dia 5 de Maio a mesma equipe realizou a visita neste bingo. Fomos recebidos pelo gerente Roberto Gonçalves e pela Advogada Adriana Clivartti Moreira Gomes Teixeira.

A suntuosidade e o luxo são do mesmo nível do encontrado no Bingo Imperatriz. Também do mesmo proprietário do Bingo Itaim e do Próprio Imperatriz, a decoração desta casa é um de seus fortes. Com uma fachada talvez até mais imponente do que a do Imperatriz, esta casa também tem carpete por todo o chão, possui ainda um tanque para peixes ornamentais, e diversas obras de arte e algumas esculturas.

Como no Bingo Imperatriz, o ambiente dos jogos eletrônicos tem pouca iluminação e bastante apelo visual, tanto das máquinas como da decoração. O local reservado para o jogo de cartela é bastante iluminado. O

atendimento realizado pelos funcionários é de alto nível. Além dos jogos a casa oferece aos seus clientes um cardápio variado para almoços e jantares além de um bar sempre aberto. Apesar de lei federal que proíbe fumar em ambientes públicos e fechados, notamos que o tabagismo é corriqueiro e não há qualquer tipo de sanção aos fumantes, ao contrário, incentivo, já que através de seus garçons a Casa oferece constantemente cigarros a sua clientela. Um caixa eletrônico 24hs está disponível aos clientes.

O setor da casa que abriga as Máquinas Programadas Eletronicamente funciona diariamente das 09:00 às 07:00, sendo fechado por duas horas para, segundo o senhor Gonçalves, realizar uma limpeza mais eficiente na casa. Já o jogo de cartelas funciona das 13:00 às 01:00.

A clientela da casa também é da classe A e B. A idéia de que pessoas de terceira idade são fies freqüentadores destes estabelecimentos é mais uma vez foi confirmada. Nos jogos eletrônicos observou-se uma maior quantidade de pessoas na idade entre 30 e 50 anos. Outra diferença na clientela é o sexo de quem opta por cada jogo, homens são mais facilmente encontrados nas máquinas eletrônicas, já as mulheres nos jogos de cartela.

O Bingo Imperador possui 300 máquinas de jogos eletrônicos, sendo divididos em dois tipos, os vídeos bingos e os vídeos kenos. As primeiras representam, mais ou menos, 80% do maquinário. Essas máquinas são todas alugadas, e seus proprietários obtêm o pagamento pelo aluguel de duas maneiras, pelo rateio igualitário com o proprietário do bingo sobre o rendimento da máquina no final de cada mês, ou pelo pagamento fixo mensal de R\$ 1.000,00. O primeiro caso ocorre na maior parte das máquinas, cerca de

80% delas, segundo o gerente. Segundo seu gerente, as máquinas são responsáveis por 70% do faturamento da casa.

Os proprietários destas máquinas, ou operadores como prefere chamar o gerente, são inúmeros, mas em regra sempre os mesmos. Nesta casa os operadores das máquinas são: Divermatic (Bingo 3); Brasil Games (Champion); Shock Machine (Show Ball); Tekgold (Diamonds); Paradise (Nine); Ms Games (Alpha); Abraplay (Game Ball).

A grande quantidade de funcionários chama a atenção, segundo sua administração são 223 pessoas empregadas diretamente e mais 103 indiretamente. Todos os funcionários parecem ter um treinamento especializado para atender a clientela da melhor maneira possível. Bem vestidos, os funcionários transmitem luxuosidade. O salário dos funcionários é o piso da categoria, qual seja R\$ 480,00, todavia, segundo o gerente, com a soma das gorjetas, um funcionário ganha em média R\$1 500,00 por mês.

A instituição apoiada por esta casa de jogos é Federação Baruerense de Futebol.

d) BINGO SÃO BENTO

Nesta casa de jogos a responsável por nos receber foi a senhora Maria do Socorro Albano Ferreira, gerente administrativa. O proprietário da casa é o senhor Nairo Ferreira de Souza.

Esta casa possui uma estrutura mais modesta do que as casas visitadas anteriormente. A simplicidade não é apenas percebida pela

localização, centro da cidade, e pelo seu lado externo. Internamente a casa não possui qualquer luxo, a decoração não é pomposa.

Este Bingo, ao contrário da maioria, não possui um ambiente pouco iluminado, apesar da iluminação não ser exagerada, é perceptível que a casa não é tão escura como as outras anteriormente visitadas. Os serviços oferecidos à clientela por esta casa não têm nada de extraordinários, são simples, lanches e aperitivos em sua maioria. O tabagismo também é comum, corriqueiro, e incentivado pelos funcionários da casa. Um caixa eletrônico 24hs está disponível a seus freqüentadores.

Pelo fato de se localizar no centro da cidade de São Paulo, o horário de funcionamento deste bingo acompanha o funcionamento do comércio em geral, inclusive fechando aos domingos e feriados. De segunda a sexta-feira os jogos eletrônicos da casa encontram-se disponíveis ao público entre as 09:00 e 23:00. Já o jogo de cartela fica aberto das 11:00 às 21:00. Nos Sábados a casa funciona das 09:00 às 18:00.

A clientela desta casa é bastante variada, mas a classe social que a freqüenta é inferior das outras casas visitadas. Também devido a sua localização, segundo a gerente Maria do Socorro, os profissionais liberais fazem parte da boa parcela dos clientes, são médicos, advogados, dentistas, em sua maioria homens dos 25 aos 40 anos. Nos jogo de cartela também é facilmente percebida a presença de senhoras da terceira idade.

O Bingo São Bento possui 99 máquinas eletronicamente programadas, popularmente conhecidas como caça níquel. Conforme as outras casas, são três as modalidades de jogos, o Vídeo Bingo, Vídeo Keno e Rodilho. As primeiras representam, mais ou menos, 80% do maquinário, o

restante de divide nas outras duas modalidades. Essas máquinas são todas alugadas, e seus proprietários obtêm o pagamento pelo aluguel de duas maneiras, pelo rateio igualitário com o proprietário do bingo sobre o rendimento da máquina no final de cada mês, ou por um pagamento fixo mensal, que tendo em vista a variação de valor de máquina para máquina, a gerente nos disse que não saberia informar. De qualquer maneira, ela afirmou que o rateio ocorre na maioria das máquinas, cerca de 80% delas. Nesta casa, segundo sua gerente, o rendimento da casa se divide de maneira igualitária entre as máquinas e o jogo de cartela.

Os proprietários destas máquinas, ou operadores como prefere chamar a gerente, são inúmeros, mas em regra sempre os mesmos dos outros bingos de todo o Brasil. A senhora Ferreira não soube nos informar de forma precisa quem são os proprietários das máquinas, mas conforme nossa conversa, percebemos que a Divermatic, a Brasil Games e a Fabarna também fazem parte da gama de fornecedores de máquinas.

Nesta casa a quantidade de funcionários é bem menor do que nas anteriormente visitadas. São 24 funcionários empregados diretamente e 10 indiretamente, isso se dá, provavelmente, pelo fato do horário de funcionamento ser um horário comercial, não exigindo três turnos. O salário dos funcionários é o piso da categoria, R\$ 480,00. Não conseguimos adquirir a informação de quanto, em média, os funcionários recebem em gorjetas.

A instituição atlética apoiada por este bingo é a Associação Desportiva São Caetano.

e) BINGO PAMPHONA

O senhor Luiz Edmundo Botelho foi quem nos recebeu nesta

Casa. Sua função é de gerente administrativo. O proprietário da casa é o senhor Fernando Palma

No que tange a grandiosidade e luxo da casa, podemos afirmar que ela se incluiria entre o Bingo Imperatriz e o Bingo Itaim. Chegamos a esta conclusão pelo fato desta casa não ostentar tanto de detalhes decorativos, como estátuas e obras de arte, todavia, o tamanho do estabelecimento, a grande quantidade de vidros e o carpete por todo o chão chamam atenção.

O ambiente que comporta as máquinas eletrônicas também é escuro e tem um grande apelo visual das próprias máquinas, o contrário do local reservado para o jogo de cartela, que é bem iluminado. Esta casa oferece um cardápio variado de refeições e um bar sempre aberto aos seus clientes. Como não poderia ser diferente, a Lei 9294 de 1996 que proíbe fumar em ambientes públicos e fechados não é respeitada. Aqui também foi encontrado um caixa eletrônico 24hs.

O horário de funcionamento deste bingo é um pouco distinto dos demais visitados. Neste aqui os jogos eletrônicos e o jogo de cartela funcionam simultaneamente, entre 12:00 e 03:00.

A classe social dos clientes frequentadores deste bingo é a mesma da encontrada nos bingos Imperador e Imperatriz, qual seja, classe A e

B. Aqui também se observa que os homens são os maiores frequentadores das máquinas eletrônicas e a mulheres de jogo em cartela, sendo estas últimas em sua maioria de terceira idade. Vale ressaltar que o ambiente do jogo de cartela parece ser recreativo, interativo e saudável.

Esta casa de jogos possui 300 máquinas de jogos eletrônicos, sendo divididos em dois tipos, os vídeos bingos e rodilho. As primeiras representam, mais ou menos, 80% do maquinário. Essas máquinas são todas alugadas, e seus proprietários obtêm o pagamento pelo aluguel através de pagamento fixo mensal, não informado pelo sr. Edmundo pelo mesmo não ter certeza dos valores, já que os mesmo variam de máquina pra máquina. Segundo seu gerente as máquinas são responsáveis por 80% do faturamento da casa, que gira em torno de R\$ 600.000,00 mensais.

Apesar de não saber informar precisamente, o sr. Edmundo citou alguns proprietários das máquinas, Rental, Fabama, Acqual Play, Tropical e Show Ball.

Neste estabelecimento são 230 funcionários, todos empregados diretamente, e ainda 4 manobristas que prestam serviço a casa. Como nos outros bingos mais luxuosos, os funcionários aqui têm boa aparência e um treinamento diferenciado, claramente notado no trato com os clientes. O salário pago é o piso da categoria, R\$ 480,00. O gerente não soube nos informar quanto os funcionários conseguem arrecadar em gorjetas.

A instituição apoiada por esta casa de jogos não foi informada pelo Sr. Edmundo por falta de conhecimento do mesmo.

2) Estado de Santa Catarina

As visitas realizadas nas casas de bingo no Estado de Santa Catarina aconteceram nos dias 17 e 18 de Maio do corrente ano. As casas selecionadas foram: Golden Bingo – Florianópolis e Golden Bingo Blumenau. Fizeram parte da equipe João Paulo Madruga, assessor do relator; Luiz Gustavo Góes, Delegado da Polícia Federal; e José Bráulio Rodrigues, escrivão da Polícia Federal.

a) **GOLDEN BINGO – Florianópolis**

Nessa casa de bingos fomos recebidos pelo proprietário no dia 17 de Maio, o senhor Hélio Lara Bueno Filho.

O GOLDEN BINGO é a maior e mais luxuosa casa de bingos de Florianópolis, todavia, seu luxo, decoração e requintes são inferiores as melhores e mais luxuosas casas do ramo da cidade de São Paulo. A semelhança que essa casa tem com os melhores bingos da capital paulista no que tange ao requinte, é o carpete sobre todo o chão.

Duas coisas são peculiares nesta casa. A primeira é a cobrança pelo ingresso na casa, coisa apenas visto neste bingo. Outra é o fato de a casa

exigir um cadastro dos seus clientes, com nome, endereço, identidade, cpf e outros dados pertinentes.

Parecendo ser padrão em casas de bingo, aqui se nota mais uma vez que o ambiente onde as máquinas eletrônicas estão localizadas possui pouca iluminação e o apelo visual das máquinas é intenso. O local reservado para o jogo de cartela é bem diferente, bem iluminado, o ambiente parece ser recreativo e saudável. Neste estabelecimento o proprietário oferece aos seus clientes um café colonial durante a tarde e um festival de pizza a noite. No Golden Bingo os clientes têm a possibilidade de pedir tudo que um bar pode oferecer, como petiscos e bebidas. Infelizmente se observa mais uma vez que o tabagismo é corriqueiro.

O funcionamento das máquinas eletrônicas é constante, a casa de jogos mantém suas portas abertas 24hs para sua clientela. O jogo de cartela tem seu funcionamento iniciado às 15:00 e encerrado às 03:00. Mais uma vez se observa a diferença de idade e sexo já mencionadas no que diz respeito aos jogos escolhidos por cada um, ou seja, no salão das máquinas eletrônicas se nota uma maior quantidade de homens entre 30 e 50 anos, já no jogo de cartela as mulheres de terceira idade é maioria. É importante ressaltar que neste bingo percebemos uma presença maior de jovens, tanto no salão de jogos eletrônicos, como no jogo de cartelas. No primeiro, jovens de 20 anos foram vistos, e no salão de cartela observamos jovens da mesma idade acompanhando suas avós e tias, em um ambiente que pareceu bastante familiar. Banco 24hs, como nos outros bingos, também é encontrada aqui.

Este estabelecimento possui 90 máquinas eletrônicas, divididas em duas modalidades, vídeo bingo e rodilho, as primeiras compõem a maioria.

As máquinas também são todas alugadas, e nesta casa o pagamento pelo aluguel das máquinas é fixo e mensal, segundo o seu proprietário o valor pago varia entre R\$ 470,00 e R\$600,00, e ainda segundo o senhor Hélio, as máquinas correspondem a uma fatia um pouco menor do que a do jogo de cartela no faturamento mensal.

Neste Bingo o proprietário nos informou três proprietários das máquinas, DHS SUL, TROPICAL ENTRETENIMENTOS e a TECH GOLDEN MACHINES.

Com 164 funcionários bem treinados e atenciosos o Golden Bingo demonstra ter uma atenção diferenciada com seus empregados. Além de um salário médio de R\$ 600,00 mensais, esta empresa proporciona ao seus funcionários um plano de saúde, um plano odontológico, uma alimentação durante a jornada de trabalho, vale transporte e um bônus de R\$ 100,00 para os funcionários que mostram um melhor desempenho.

A instituição atlética apoiada por esta casa é a Federação Catarinense de Vela, que recebe por ano R\$ 240.000,00.

b) CENTER BINGO – Florianópolis

Fomos recebidos pelo proprietário da casa de jogos, o senhor Evaldo Furtado no dia 17 de maio deste ano.

Mais modesto que o Golden Bingo, esta casa se estabelece no centro da cidade de Florianópolis, em um pequeno shopping center o bingo não chama atenção para que está do lado de fora.

Similar aos outros bingos, o ambiente das máquinas eletrônicas tem pouca luminosidade e as máquinas em si possuem um forte apelo visual, ao contrário do salão para o jogo de cartela, onde a iluminação é mais intensa, obedecendo ao comum. Não se observa um bar muito variado na casa, mas os clientes têm acesso a lanches, petiscos e bebidas dentro do estabelecimento. O cigarro é mais uma vez corriqueiro entre os usuários. Mais uma vez um caixa eletrônico é encontrado a disposição da clientela.

As 10:00 o bingo abre suas portas para quem quer apostar nos jogos eletrônicos ou nas cartelas, todavia, o encerramento deste último acontece às 23:30, e daqueles às 01:30. Como não poderia ser diferente, as pessoas da terceira idade predominam no salão do jogo de cartela, já nas máquinas a idade média é um pouco menor, 45 anos mais ou menos.

Nesta casa são 70 as máquinas eletrônicas, podendo ser encontradas as de vídeo bingo e as de rodillho, tendo uma predominância das primeiras. Como ocorre em todas as casas de jogos, essas máquinas são alugadas. Aqui os proprietários podem receber o valor do aluguel de duas maneiras já expostas neste relatório, quais sejam, pagamento mensal fixo ou divisão igualitária sobre o rendimento mensal da máquina. Metade das máquinas tem um pagamento fixo e a outra metade através do rendimento. O proprietário nos informou que uma maior parte do faturamento da casa é proveniente do vídeo bingo.

Os fornecedores de máquinas deste bingo são a BHB SUL, AMERICAN E VIP.

Apesar de mais modesta essa casa possui uma boa quantidade de funcionários, são 60. O salário médio, segundo seu proprietário, é de R\$ 800,00 bruto e aumentará para R\$ 1.000,00 no próximo mês.

A instituição apoiada por esta casa de jogos é o Ajax Futebol Clube.

c) PAULISTA BINGO

No dia 17 de maio de 2006 fomos recebidos pelo senhor Ademir Pires da Costa, proprietário da casa.

Muito semelhante ao Center Bingo, inclusive localizado no mesmo bairro, o Bingo Paulista também não possui requintes de luxo.

Mais uma vez se nota um ambiente escuro e com bastante apelo visual das máquinas eletrônicas. Em contrapartida o ambiente de jogo de cartela tem ótima luminosidade. Nesta casa um pequeno bar oferece à sua clientela petiscos, bebidas e lanches rápidos. Como já ficou claro neste relatório, o cigarro faz parte do bingo e nesta casa não poderia ser diferente, há um total desrespeito a legislação. Um banco 24hs também é encontrado neste estabelecimento.

Os jogos eletrônicos e o jogo de cartela têm o mesmo horário de funcionamento, o que difere da maioria dos estabelecimentos já visitados. A casa abre suas portas às 10:00 e fecha às 02:00.

A clientela freqüentadora deste bingo é similar a do Center Bingo, ou seja, possuem uma classe social inferior, B, C e D provavelmente. A terceira idade predomina na casa como em todas as outras. Observou-se uma maior quantidade de mulheres jogando o bingo de cartelas.

Este estabelecimento possui 90 máquinas de vídeo bingos, também divididas em vídeo bingo e rodilho, sendo a maioria do primeiro tipo. Como forma de pagamento do aluguel das máquinas este bingo adotou a forma de divisão sobre o rendimento mensal, ficando com 50% do valor arrecadado. Seu proprietário nos informou que o rendimento geral do bingo fica bem dividido entre as cartelas e os jogos eletrônicos.

Mais uma vez a BIIB SUL, a AMERICAN e a TROPICAL fornecem maquinário.

São 55 os funcionários deste bingo, e o salário bruto é de R\$ 800,00.

Este bingo apóia a Associação Comunitária Canto do Rio Futebol Clube.

d) GOLDEN BINGO – Blumenau

A senhora Elaine Biazin nos recebeu de maneira cordial no dia 18 de maio do corrente ano.

A entrada, o salão de jogos eletrônicos e o salão de jogo de cartela são idênticos ao Golden Bingo Florianópolis, a mudança encontrada é o tamanho dos salões, tanto no que tange as características físicas quanto a quantidade de máquinas. Ambas as coisas encontram-se nos maiores shoppings centers de suas respectivas cidades.

No ambiente com pouca iluminação das máquinas eletrônicas podem ser encontradas 110 delas, também divididas em vídeo bingo e rodilho. O local para o jogo de cartela também comporta 500 pessoas, como o da capital catarinense, mas é menos fisicamente. Aqui também é servido o café colonial e possui um festival de pizzas à noite. Mais uma vez o tabagismo é notado claramente.

Além do pagamento fixo mensal pelo aluguel das máquinas como ocorre no Golden Bingo de Florianópolis, na loja de Blumenau também se faz a divisão igualitária do rendimento das máquinas no final do mês.

A casa funciona no mesmo horário que o Golden Bingo Florianópolis, os 144 funcionários têm o mesmo salário e os mesmos benefícios da loja da capital e os fornecedores das máquinas são os mesmos.

A Federação de Ginástica Olímpica recebe R\$100.000,00 por ano desta casa de jogos.

3) Estado de Goiás

Casas de Bingo visitadas:

BINGO BOIADEIRO, situado na Av. T1, Q 20, Setor Bueno, Goiânia/GO;

GOLDEN BINGO, situado na Q 81, 375, Setor Central, Goiânia/GO;

VIDEO BINGO, situado na Av. Tocantins, Q 81, 375, Setor Central, Goiânia/GO;

VEGAS BINGO, situada na Rua 3, 948, Q 20, Setor Central, Goiânia/GO;

A equipe deslocou-se de Brasília até a cidade de Goiânia no dia 22 de maio de 2005 e, após verificar que todos aqueles estabelecimentos encontravam-se fechados e com suas atividades encerradas em razão de decisão judicial, retornaram para a cidade de Brasília em 03 de maio de 2005.

Salienta-se que a equipe de servidores à disposição da CPI obteve informação de que as casas de Bingo na cidade de Goiânia encontravam-se fechadas apenas quando já se encontravam nesse local. Contudo, convém ressaltar que compareceu a equipe retromencionada a todos estabelecimento acima mencionados, certificando-se que os mesmos encontravam-se com suas atividades suspensas.

Observou-se que o Bingo Boiadeiro, maior estabelecimento de jogos da cidade de Goiânia encontrava-se fechado, todavia, ao lado do mesmo, há um restaurante de idêntico nome que se encontra em funcionamento.

Segundo informações obtidas através de veículo de comunicação, o Juiz Eduardo Siade, da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Goiânia, haveria declarado a nulidade de todos os alvarás, licenças e autorizações de funcionamento para estabelecimentos que exploram a atividade de bingo, expedidas pelo município, a partir de 31 de dezembro de 2001. Também teria determinado ao município que se abstinhasse de expedir documentos semelhantes para o funcionamento de bingos, fixando multa diária de R\$ 50 mil caso a determinação fosse descumprida.

O fechamento das casas de bingo haveria sido determinado em atendimento a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público estadual. Na ação, o MP argumentou que o município age de maneira equivocada ao expedir licenças, alvarás e autorizações para o funcionamento, já que não são mais permitidas em função da revogação dos artigos 59 e 81 da Lei 9615/98, com edição da Lei 9981/00.

Segundo o MPE, a Lei 9981/00 estabeleceu prazo de um ano para o término das atividades dos bingos já instalados e proibiu novas autorizações, tornando ilegais todos os bingos em ação no município. Também alegou que o bingo é uma modalidade de jogo de azar, portanto, uma contravenção penal.

A Autoridade Judiciária teria acatado os argumentos do MP na concessão da liminar. Afirmou também que a Medida Provisória 168/2004, além de proibir, em todo o território nacional, a exploração de todas as modalidades de jogo de bingo, bem como os jogos em máquina eletrônicas, denominadas caça-níqueis, declarou nulas e sem efeito todas as licenças, permissões, concessões ou autorizações para exploração dos jogos de azar,

direta ou indiretamente expedidas pela Caixa Econômica Federal, por autoridades estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Dessa forma, o encaminhamento do formulário restou prejudicado.

4) Estado do Rio de Janeiro

Casas de Bingo visitadas:

BINGO CATETE

Bingo Catete CNPJ : 39.420.211/0001-19;

Razão Social: FUSO QUATRO PRESTACAO DE SERVICOS LOTERICOS
LTDA

CPF RESP EMPRESA: 192.626.637-49

NOME RESPONSÁVEL: CARLOS EDUARDO DE FREITAS
GUIMARAES

ADMINISTRADOR FONTE: QSA INCLUIDO: 28/03/2005

07.106.825/0001-34 NORVILL OVERSEAS LLC

SOCIO PESSOA JURID FONTE: QSA INCLUIDO: 28/03/2005

07.106.824/0001-90 COMARUSA INVESTMENTS LLC

A equipe de servidores à disposição desta CPI/Bingos, chegou ao Bingo Catete por volta das 19:00 do dia 23 de maio de 2005, sendo recebida pela senhora EDNA MARIA BARBOSA, a qual ocupa o cargo de gerente operacional, além de ser presidente da Associação dos Trabalhadores de Bingos.

Foi encaminhada à referida senhora cópia formulário elaborado pela assessoria dessa comissão. Edna Maria Barbosa comprometeu-se a encaminhar as respostas dos quesitos constantes no formulário à Secretaria da CPI/Bingos. Convém salientar que até o presente momento a documentação em questão não foi recebida.

EDNA MAIA BARBOSA, prestou as seguintes informações relacionadas ao Bingo Catete:

- ❖ O Bingo Catete possui 268 máquinas de vídeo-bingo, todas locadas junto às empresas BETEC, BRASIL GAMES, etc;

- ❖ O Bingo catete possui aproximadamente 195 funcionários, empregados diretos, cuja folha de pagamento totaliza o valor aproximado de R\$150.000,00;

- ❖ O Bingo Catete possui como proprietários as empresas NORVILL e COMARUSA;

- ❖ O Bingo Catete existe há aproximadamente 6 anos e, atualmente, não é fiscalizado operacionalmente por nenhum órgão;

❖ O horário de funcionamento do Bingo Catete é de 10:00 às 04:00 horas e dispõe de uma frequência aproximada de 160 pessoas por hora;

❖ O Bingo Catete mantém convênio de patrocínio desportivo com a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO;

❖ A funcionária EDNA BARROSA esclareceu ainda que se reporta ao senhor RAUL CORREA na qualidade de representante da empresa FUSO QUATRO, afirmou que no Estado do Rio de Janeiro existem aproximadamente 7.000 funcionários vinculados à atividade de Bingos;

❖ O Bingo Catete encontra-se em atividade autorizado por decisão judicial em caráter liminar;

❖ O Bingo Catete tem suas atividades subdivididas em bingo de cartela/salão e máquinas/vídeo-bingo;

Foi produzido áudio do diálogo mantido com a Senhora EDNA MARIA BARBOSA, colhido com a sua autorização bem como arquivo de fotos das dependências do Bingo Catete.

BINGO COPABACANA

Bingo COPABACANA, CNPJ : 07.207.230/0001-75

Razão Social REMARE ENTRETENIMENTOS LTDA

CPF RESP EMPRESA: 025.326.237-21

NOME RESPONSÁVEL: LENISA MONTEIRO DANTAS CARNEIRO

002.516.877-08 MARCO ANTONIO NASCIMENTO CORDEIRO

SOCIO FONTE: QSA INCLUIDO: 29/04/2005 ULT. ALT: 10/11/2005

025.326.237-21 LENISA MONTEIRO DANTAS CARNEIRO

ADMINISTRADOR FONTE: QSA INCLUIDO: 29/04/2005

059.904.807-76 GUIDO BACIGALUPO

SOCIO FONTE: QSA INCLUIDO: 12/09/2005

A equipe de servidores à disposição dessa CPI/Bingos, chegou ao Bingo Catete por volta das 19:00 do dia 23 de maio de 2005, sendo recebida pela senhor CARLOS ROBERTO NASSAR JÚNIOR, o qual ocupa o cargo de gerente operacional daquela casa de Bingos;

Foi encaminhada ao referido senhor cópia de formulário elaborado pela assessoria dessa comissão. CARLOS ROBERTO NASSAR JÚNIOR comprometeu-se a encaminhar as respostas dos quesitos constantes no formulário à Secretaria da CPI/Bingos. Convém salientar que até o presente momento a documentação em questão não foi recebida.

CARLOS ROBERTO NASSAR JÚNIOR, prestou as seguintes informações relacionadas ao Bingo Copabacana:

❖ O Bingo Copabacana possui 480 máquinas de vídeo bingo, todas locadas junto às empresas FABAMA, BETEC, MULT BINGO, TROPICAL, etc. (o gerente operacional esclareceu que o valor arrecadado pelas máquinas é dividido no percentual de 50% entre proprietário e a casa de bingo);

❖ O Bingo Copabacana possui aproximadamente 240 funcionários, empregados diretos;

❖ O Bingo Copabacana existe há aproximadamente 3 anos e 6 meses, tendo sido fundado, possivelmente em 2002;

❖ O Bingo Copabacana mantém convênio de patrocínio desportivo com a KING BOX ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA;

❖ O funcionário CARLOS ROBERTO NASSAR JÚNIOR esclareceu que o estabelecimento comercial em questão inicialmente era denominado BINGO COPACABANA, contudo, em razão da exclusividade comercial da denominação "COPACABANA" foi necessária a modificação para "COPABACANA".;

❖ Salienta-se que o senhor CARLOS ROBERTO NASSAR JÚNIOR, por ser apenas gerente operacional do bingo não possuía maiores informações técnicas e administrativas que pudessem ser úteis ao objetivo da CPI/Bingos;

❖ O Bingo Copabacana encontra-se em atividade autorizado por decisão judicial em caráter liminar;

❖ O Bingo Copabacana tem suas atividades subdivididas em bingo de cartela/salão e máquinas/vídeo-bingo;

Foi produzido arquivo de áudio do diálogo mantido com o Senhor CARLOS ROBERTO NASSAR JÚNIOR, colhido com a sua autorização bem como arquivo de fotos das dependências do Bingo Copabacana;

BINGO ARPOADOR

Bingo Arpoador CNPJ : 00.127.883/0001-03;

Razão Social ARPOADOR RIO EMPREENDIMENTOS E
PARTICIPACOES LIMITADA

CPF RESP EMPRESA: 698.812.007-68

NOME RESPONSÁVEL: JOSE GRILLE SANCHINO

NOME EMPRESARIAL DOS SOCIOS e CPF'S

025.151.567-20 AVELINO COUJIL PARENTE

698.812.007-68 JOSE GRILLE SANCHINO

228.618.237-04 BALTASAR CASTRO FERNANDEZ

012.473.957-15 MARCELINO NEGREIRA BARBEIRA

290.274.977-53 MANUEL FERREIRO ALVITE

065.073.797-00 JULIO LEBOREIRO SAMPEDRO

009.053.357-75 JULIO LEBOREIRO JANEIRO

012.473.797-87 MANUEL SAMPAYO ALVAREZ

094.472.967-34 JOSE PEREIRA POSE

211.936.657-87 JOSE BALBOA TOME

125.648.697-34 VICENTE CARMELO AGRAFOJO AMIGO

187.013.967-49 CARLOS LOPES FERNANDEZ 013.022.137-68
BENIGNO PONTE IGLESIAS

022.596.807-04 RAMON VAZQUEZ ABALO

ANGEL SAMPAYO ALVAREZ

043.016.017-83 DANIELLE BITTENCOURT COUJILPARENTE

004.860.727-46 LUIS FERNANDO MELO CARBALLO

037.955.077-66 AVELINO CASAIS SANDE

968.229.457-68 ANA CLAUDIA DOS SANTOS CASTRO

016.683.697-45 ANA CRISTINA CASTRO MONTEIRO

045.480.157-28 VALERIA DOS SANTOS CASTRO

028.368.207-80 ROSANA DE CARVALHO RAMOS

010.759.657-13 MONICA RAMOS FERNANDES

A equipe de servidores à disposição dessa CPI/Bingos, chegou ao Bingo Arpoador por volta das 11:00 do dia 24 de maio de 2005, sendo recebida pelo senhor JOSE GRILLE SANCHINO, o qual figura como um dos proprietários do aludido estabelecimento comercial.

Foi encaminhada ao referido senhor cópia de formulário elaborado pela assessoria dessa comissão. JOSE GRILLE SANCHINO comprometeu-se e encaminhar as respostas dos quesitos constantes no

formulário à Secretaria da CPI/Bingos. Convém salientar que até o presente momento a documentação em questão não foi recebida.

JOSE GRILLE SANCHINO, o qual também figura como proprietário de outros 2 bingos no Estado do Rio de Janeiro, Bingo Assembléia e Bingo Central – em Niterói/RJ, prestou as seguintes informações relacionadas ao Bingo Arpoador:

- ❖ O Bingo Arpoador possui 300 máquinas de video-bingo e 20 rodilhas;

- ❖ O faturamento do bingo Arpoador subdivide-se em 70% - vídeo-bingo e 30% - cartelas;

- ❖ O Bingo Arpoador possui aproximadamente 250 funcionários, empregados diretos;

- ❖ O Bingo Arpoador possui como proprietários o senhor JOSE GRILLE SANCHINO e outras 19 pessoas, as quais encontram-se indicadas anteriormente;

- ❖ O Bingo Arpoador existe há aproximadamente 12 anos e, atualmente, não é fiscalizado operacionalmente por nenhum órgão;

- ❖ O horário de funcionamento do Bingo Arpoador é de 12:00 às 05:00 horas e o bingo de cartela/salão é das 15:00 às 04:00 horas, e dispõe de uma frequência aproximada de 300 pessoas por dia;

- ❖ O Bingo Arpoador mantém convênio de patrocínio desportivo com a FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO;

❖ O Bingo Arpoador encontra-se em atividade autorizado por decisão judicial em caráter liminar;

❖ O Bingo Arpoador tem suas atividades subdivididas em bingo de cartela/salão e máquinas/vídeo-bingo;

Foi produzido arquivo de áudio do diálogo mantido com o Senhor JOSE GRILLE SANCHINO, colhido com a sua autorização bem como arquivo de fotos das dependências do Bingo Arpoador.

BINGO BARRA

Bingo BARRA, CNPJ : CNPJ : 02.638.988/0001-44

Razão Social BARRA BINGO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

CPF RESP EMPRESA: 270.735.567-49

NOME RESPONSÁVEL: REGINA MARIA BROCANELLI MENDES

CPF/CNPJ NOME/NOME EMPRESARIAL DO SOCIO

828.290.807-00 JUREMA RIBEIRO DE AGUIAR

001.980.139-49 AMILCAR GIERKENS

270.735.567-49 REGINA MARIA BROCANELLI MENDES

03.828.396/0001-58 WGB ADMINISTRACAO E COMERCIO LTDA

BLUE GAMES, LLC

A equipe de servidores à disposição dessa CPI/Bingos, chegou ao Bingo Barra por volta das 15:00 do dia 23 de maio de 2005, sendo recebida pela senhor DANILO JORGE DE OLIVEIRA, o qual ocupa o cargo de administrador e proprietário daquela casa de Bingos;

Foi encaminhada ao referido senhor cópia formulário elaborado pela assessoria dessa comissão. DANILO JORGE DE OLIVEIRA comprometeu-se a encaminhar as respostas dos quesitos constantes no formulário à Secretaria da CPI/Bingos. Convém salientar que até o presente momento a documentação em questão não foi recebida.

DANILO JORGE DE OLIVEIRA, prestou as seguintes informações relacionadas ao Bingo Barra:

- ❖ O Bingo Barra possui 281 máquinas de vídeo-bingo, todas locadas junto às empresas BRASIL GAMES, BETEC, BINGEST e IGT. (o gerente operacional esclareceu que o valor arrecadado pelas máquinas é dividido no percentual de 50% entre proprietário e a casa de bingo);

- ❖ O Bingo Barra existe há aproximadamente 5 a 6 anos;

- ❖ O Bingo Barra mantém convênio de patrocínio desportivo com a FEDERAÇÃO AQUÁTICA DO RIO DE JANEIRO, para a qual contribui com um valor aproximado com um valor aproximado de R\$30.000,00, por mês;

- ❖ O Bingo Barra, no ano de 2005, possuiu um faturamento aproximado de R\$1.500.000,00, tendo como folha de pagamento em favor de funcionários o valor aproximado de R\$120.000,00 mensais;

❖ O horário de funcionamento do Bingo Barra ocorre da seguinte forma: das 12:00 às 04:00 horas funcionam as máquinas de vídeo-bingo, e, das 13:00 às 03:00 horas funciona o bingo de cartela/salão;

❖ O Bingo Barra encontra-se em atividade autorizado por decisão judicial em caráter liminar;

❖ O Bingo Barra tem suas atividades subdivididas em bingo de cartela/salão e máquinas/vídeo-bingo;

Foi produzido arquivo de áudio do diálogo mantido com o Senhor DANILO JORGE DE OLIVEIRA, colhido com a sua autorização bem como arquivo de fotos das dependências do Bingo Barra;

A equipe deslocou-se de Brasília até a cidade do Rio de Janeiro no dia 23 de maio de 2005, e, após constatar os levantamentos acima descritos seguiram para a cidade de Salvador em 25 de maio de 2005.

5) Estado da Bahia

Casas de Bingo visitadas:

BINGO RIO VERMELHO

CNPJ : 00.374.019/0001-06

RAZÃO SOCIAL DIVERBINGOS ADMINISTRADORA DE EVENTOS
LTDA

CPF RESP EMPRESA: 722.627.708-59 LAERCIO APARECIDO BOTAN

CPF e NOME DOS SOCIOS

722.627.708-59 LAERCIO APARECIDO BOTAN

154.310.628-59 JOSE CARLOS DA SILVA FERREIRA

A equipe de servidores à disposição dessa CPI/Bingos, chegou ao Bingo Iguatemi, sendo recebida pelo senhor LAÉRCO APARECIDO BOTAN, O qual ocupa o cargo de administrador e proprietário.

Foi encaminhada ao referido senhor cópia formulário elaborado pela assessoria dessa comissão. LAÉRCO APARECIDO BOTAN comprometeu-se e encaminhar as respostas dos quesitos constantes no formulário à Secretaria da CPI/Bingos. Convém salientar que até o presente momento a documentação em questão não foi recebida.

LAÉRCO APARECIDO BOTAN, prestou as seguintes informações relacionadas ao Bingo Rio Vermelho:

❖ O Bingo Rio Vermelho possui 80 máquinas de vídeo-bingo, todas locadas junto às empresas FABAMA, AMÉRICA, TROPICAL e S90, etc;

❖ O Bingo Rio Vermelho possui aproximadamente 111 funcionários, empregados diretos;

❖ O Bingo Rio Vermelho possui como proprietários LAÉRCIO APARECIDO BOTAN e JOSÉ CARLOS FERREIRA DA SILVA. Afirmou que o antigo proprietário era uma empresa denominada COLOMBO TURISMO;

❖ O Bingo Rio Vermelho existe há aproximadamente 12 anos e, atualmente, não é fiscalizado operacionalmente por nenhum órgão;

❖ O horário de funcionamento do Bingo Rio Vermelho é de 24:00 horas e dispõe de uma frequência aproximada de 90 pessoas por dia, predominando o público de idosos e aposentados;

❖ O Bingo Rio Vermelho mantém convênio de patrocínio desportivo com a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE BAURU, para a qual contribui com 7% do valor de seu faturamento;

❖ O Bingo Rio Vermelho encontra-se em atividade autorizado por decisão judicial em caráter liminar;

❖ O Bingo Rio Vermelho tem suas atividades subdivididas em bingo de cartela/salão e máquinas/vídeo-bingo;

❖ O faturamento do Bingo Rio Vermelho divide-se da seguinte forma: R\$60.000,00/mês decorrente de vídeo-bingo/máquinas 90.000,00/mês decorrente de bingo de cartela/salão;

Seguem em anexo arquivo de fotos das dependências do Bingo Rio Vermelho.

BINGO IGUATEMI

CNPJ : 00.374.019/0001-06

RAZÃO SOCIAL DIVERBINGOS ADMINISTRADORA DE EVENTOS
LTDA

CPF RESP EMPRESA: 722.627.708-59 LAERCIO APARECIDO BOTAN

CPF e NOME DOS SOCIOS

722.627.708-59 LAERCIO APARECIDO BOTAN

154.310.628-59 JOSE CARLOS DA SILVA FERREIRA

A equipe de servidores à disposição dessa CPI/Bingos, chegou ao Bingo Iguatemi, sendo recebida pelo senhor LAÉRCO APARECIDO BOTAN, o qual ocupa o cargo de administrador e proprietário.

Foi encaminhada ao referido senhor cópia formulário elaborado pela assessoria dessa comissão. LAÉRCO APARECIDO BOTAN comprometeu-se a encaminhar as respostas dos quesitos constantes no formulário à Secretaria da CPI/Bingos. Convém salientar que até o presente momento a documentação em questão não foi recebida.

LAÉRCO APARECIDO BOTAN, prestou as seguintes informações relacionadas ao Bingo Iguatemi:

❖ O Bingo Iguatemi possui 110 máquinas de vídeo-bingo, todas locadas junto às empresas FABAMA, AMÉRICA, TROPICAL e S90, etc;

❖ O Bingo Iguatemi possui aproximadamente 80 funcionários, empregados diretos;

❖ O Bingo Iguatemi possui como proprietários LAÉRCIO APARECIDO BOTAN e JOSÉ CARLOS FERREIRA DA SILVA. Afirmou que o antigo proprietário era uma empresa denominada COLOMBO TURISMO;

❖ O Bingo Iguatemi existe há aproximadamente 08 anos e, atualmente, não é fiscalizado operacionalmente por nenhum órgão;

❖ O horário de funcionamento do Bingo Iguatemi é de 10:00 às 22:00 horas as atividades de bingo de cartela/salão, enquanto as máquinas de vídeo-bingo funcionam por 24 horas ininterruptas e dispõe de uma frequência aproximada de 70 pessoas por dia, predominando o público de idosos e aposentados;

❖ O Bingo Iguatemi mantém convênio de patrocínio desportivo com a FEDERAÇÃO BAHIANA DE BASQUETEBOL, para a qual contribui com 7% do valor de seu faturamento;

❖ O Bingo Iguatemi encontra-se em atividade autorizado por decisão judicial em caráter liminar;

❖ O Bingo Iguatemi tem suas atividades subdivididas em bingo de cartela/salão e máquinas/vídeo-bingo;

❖ O faturamento do Bingo Iguatemi divide-se da seguinte forma: R\$63.000,00/mês decorrente de vídeo-bingo/máquinas R\$40.000,00/mês decorrente de bingo de cartela/salão;

Seguem em anexo arquivo de fotos das dependências do Bingo Iguatemi.

BINGO COMÉRCIO

CNPJ : 00.374.019/0001-06

RAZÃO SOCIAL DIVERBINGOS ADMINISTRADORA DE EVENTOS LTDA

CPF RESP EMPRESA: 722.627.708-59 LAERCIO APARECIDO BOTAN

CPF e NOME DOS SOCIOS

722.627.708-59 LAERCIO APARECIDO BOTAN

154.310.628-59 JOSE CARLOS DA SILVA FERREIRA

A equipe de servidores à disposição dessa CPI/Bingos foi recebida pelo senhor LAÉRCO APARECIDO BOTAN, O qual ocupa o cargo de administrador e proprietário.

Foi encaminhada ao referido senhor cópia formulário elaborado pela assessoria dessa comissão. LAÉRCO APARECIDO BOTAN comprometeu-se a encaminhar as respostas dos quesitos constantes no formulário à Secretaria da CPI/Bingos. Convém salientar que até o presente momento a documentação em questão não foi recebida.

LAÉRCO APARECIDO BOTAN, prestou as seguintes informações relacionadas ao Bingo Comércio:

❖ O Bingo Comércio possui 48 máquinas de vídeo-bingo, todas locadas junto às empresas FABAMA, AMÉRICA, TROPICAL e S90, etc;

❖ O Bingo Comércio possui aproximadamente 78 funcionários, empregados diretos;

❖ O Bingo Comércio possui como proprietários LAÉRCIO APARECIDO BOTAN e JOSÉ CARLOS FERREIRA DA SILVA. Afirmou que o antigo proprietário era uma empresa denominada COLOMBO TURISMO;

❖ O Bingo Comércio existe há aproximadamente 06 anos e, atualmente, não é fiscalizado operacionalmente por nenhum órgão;

❖ O horário de funcionamento do Bingo Comércio é de 10:00 às 22:00 horas, referindo-se tanto as atividades de bingo de cartela/salão bem como de vídeo-bingo e dispõe de uma frequência aproximada de 50 pessoas por dia, predominando o público de idosos e aposentados;

❖ O Bingo Comércio mantém convênio de patrocínio desportivo com a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE BAURU, para a qual contribui com 7% do valor de seu faturamento;

❖ O Bingo Comércio encontra-se em atividade autorizado por decisão judicial em caráter liminar;

❖ O Bingo Comércio tem suas atividades subdivididas em bingo de cartela/salão e máquinas/vídeo-bingo;

O faturamento do Bingo Comércio divide-se da seguinte forma: R\$35.000,00/mês decorrente de vídeo-bingo/máquinas R\$30.000,00/mês decorrente de bingo de cartela/salão;

Brasília/DF, 06 de junho de 2006.

LUIZ GUSTAVO VALENÇA GOES

Delegado de Polícia Federal

JOSÉ BRÁULIO RODRIGUES

Escrivão de Polícia Federal

JOÃO PAULO MADRUGA

Assessor da CPI dos Bingos



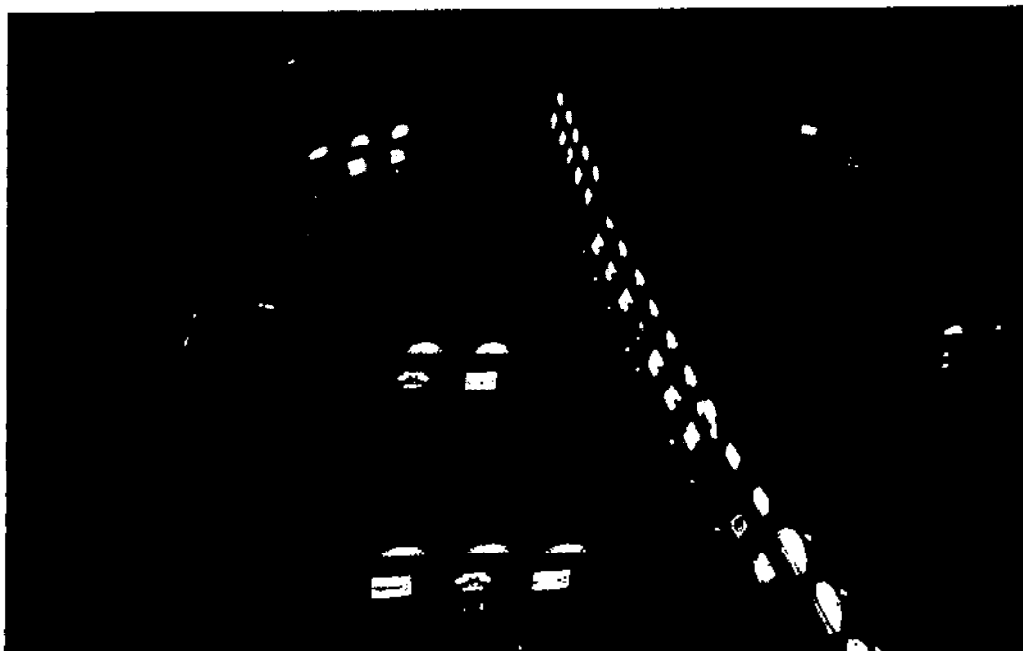
Fachada do Bingo Imperador em São Paulo.



Aquário com carpas no Bingo Imperador.



Bar no Bingo Imperador.



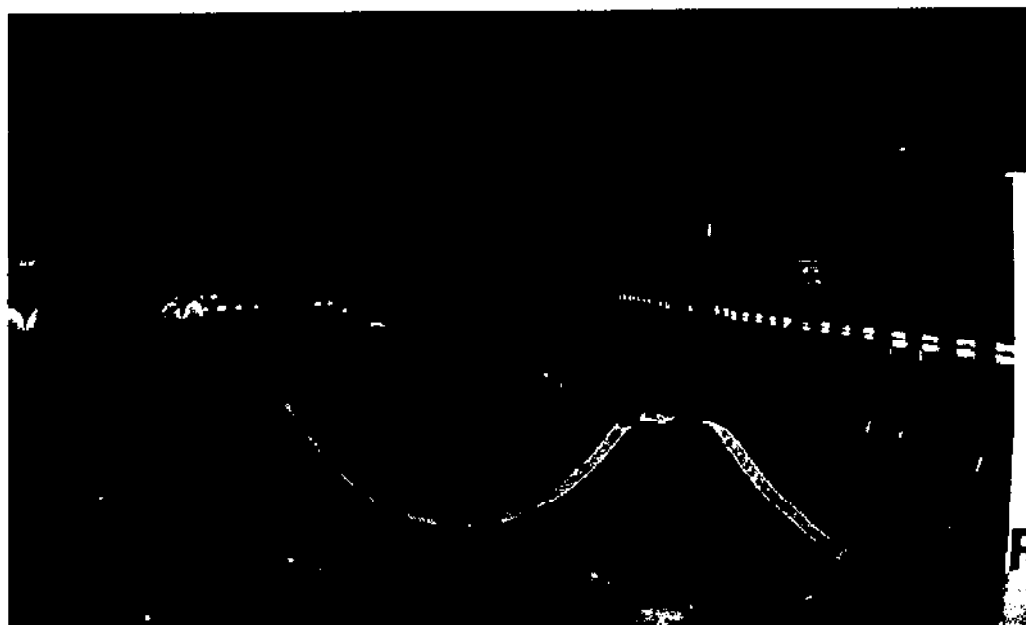
Um dos salões de jogos eletrônicos do Bingo Imperador.



Salão de jogo de cartela do Bingo Imperador.



Fachada do Bingo Imperatriz, em São Paulo.



Salão de jogos eletrônicos no Bingo Imperatriz (estátuas em detalhe).



Salão de jogo de carta do Bingo Imperatriz



Espaço cultural do Bingo Imperatriz



Salão de jogo de cartela do Bingo Itaim.



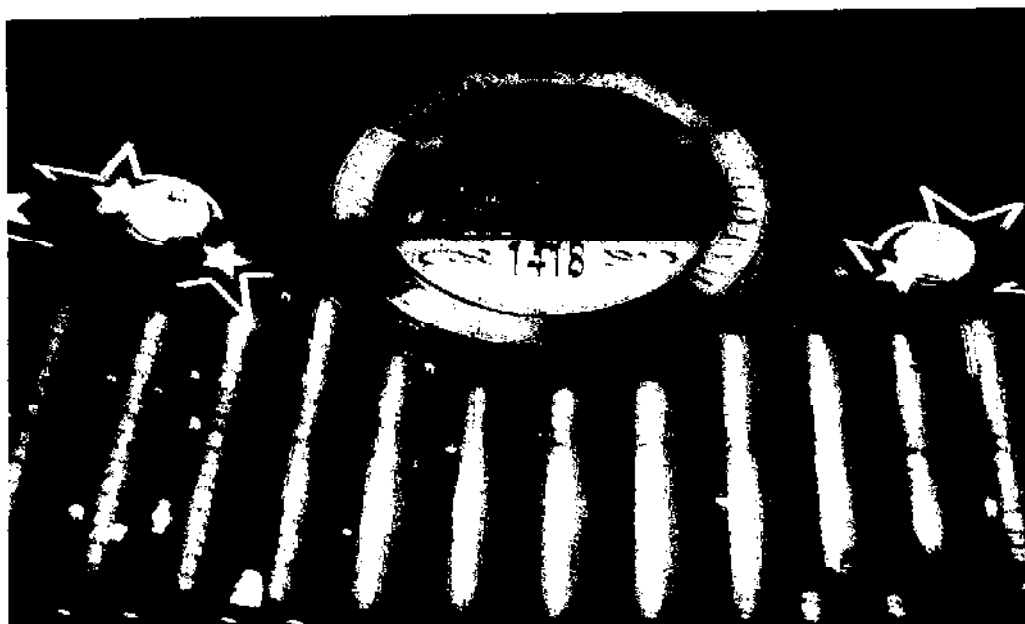
Um dos salões de máquinas eletrônicas no Bingo Itaim.



Fachada do Bingo São Bento/SP.



Salão de jogos eletrônicos do Bingo São Bento.



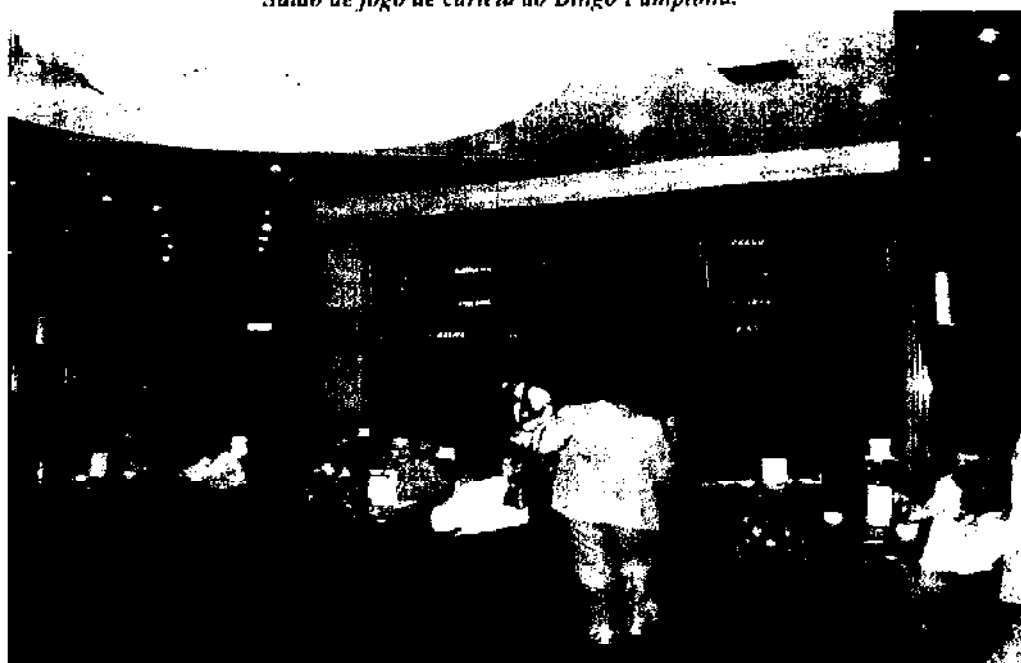
Fachada do Bingo Pamplona/SP.



Salão de jogo eletrônico do Bingo Pamplona.



Salão de jogo de cartela do Bingo Pampônia.



Salão de jogo de cartela no Golden Bingo/SC.



Salão de jogo de cartela no Golden Bingo/SC.



Salão de jogos eletrônicos no Golden Bingo.



Salão de jogo de cartela reservada para não fumantes no Center Bingo/SC.



Salão de jogos eletrônicos no Center Bingo.



Salão de jogos eletrônicos no Bingo Paulista, em Florianópolis.

ANEXO II-C

RELAÇÃO DE BINGOS NO BRASIL

CNPJ	CNP RESPONSA	NOME EMPRESARIAL	NOME FANTASIA	DT CONSTIT	SIT CAD CNPJ	ENDEREÇO	BARRIO	MUNICÍPIO	UF	CEP	FONE	FAX
02.018.984/0001-44	270.731.567-49	BARRA BINGO PROMOCOES E EVENTOS LTDA		03/07/1998	ATIVA	AV DAS AMERICAS 2000 ANEXO III	BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	RJ	22631-1000	(021) 2439-8484	(021) 2439-8472
07.803.557/0001-00	4014.907.377-13	HORIZONTE DIVERSOES E LAZER DE ARARUAMA LTDA	BARRA BINGO - RJ BINGO ARARUAMA	18/07/2004	ATIVA	RDV AMARAL PEIXOTO 8987KM 87	COQUEIRAL	ARARUAMA	RJ	28670-0000	22-	26450614
05.031.230/0001-75	4013.151.801-00	BINGO CAMPO GRANDE LTDA	BINGO CAMPO GRANDE	01/07/2002	ATIVA	R CORONEL AGOSTINHO V	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	RJ	21050-1600	21) 32413-2517	(21) 2413-1520
00.211.990/0001-51	171.387-04	CORACABANA BEACH RINGOLOGOS E LEC TONICOS LTDA	BINGO CORACABANA	26/07/1994	ATIVA	R FERNANDO MENDES 6 PARTE	COP/CABANA	RIO DE JANEIRO	RJ	22031-0310	21241-803-64	
05.025.290/0001-84	844.731.087-06	BINGO DA PRAIALTA	BINGO DA PRAIA - RJ	17/04/2002	ATIVA	AV SERVAMBETIBA 4700 BOX A	BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	RJ	22630-0111	21330-21331-8125	
03.431.407/0001-70	954.021-20	BINGO CAMBIENSE DO GRANDE RIO LTDA	BINGO GRANDE RIO	25.01/09/94	ATIVA	R JOSE DE ALVARENGA 133 138 LOJA C	CENTRO	DUQUE DE CAXIAS	RJ	26200-1440	15211-6571-2752	(021) 2671-1521
05.222.761/0001-27	711.587-49	TAVALIA REDONDA DO BINGO LTDA	BINGO ICASAI	05/08/2002	ATIVA	R GAVIAO PEIXOTO 123 LOJA 01 E SOBRELLOJA	ICARAI	NITERÓI	RJ	24230-2991	211-2567-211-2568-2187	
07.751.287/0001-83	838.085.477-40	REISDE OURO BINGO E ENTRETENIMENTOS LTDA	BINGO INTENDENTE	18/07/2003	ATIVA		MADUREIRA	RIO DE JANEIRO	RJ	21241-8312	21835353	
03.005.607/0001-21	454.377-73	RUI EMPREENDIMENTOS LAZER E TURISMO LTDA	BINGO MACAE	24/04/2002	ATIVA	EST INTENDENTE MAGALHAES 452	KLORIA	MACAE	RJ	27970-3900	15323-2352-1494	(1532) 2757-1485
07.645.387/0001-80	354.207-01	DIVERSION & ALLEGRIA BINGO & RESTAURANTE LTDA	Bingo Maritima	28/02/2004	ATIVA	AV ATLANTICA LOTE 17, QUADRA 2, S/N	MADUREIRA	RIO DE JANEIRO	RJ	21351-0300	211-2432-0007 (2124) 211-2489-2957-05	211-2432-0007 (2124) 211-2489-2957-05
07.942.130/0001-01	102.283-34	UNIVERSO DIVERSOES E LAZER DE MARICA LTDA	BINGO MARICA	30/02/2004	ATIVA	EST DO PORTELA 3438	CENTRO	MARICA	RJ	24900-0900	211-20942203	
03.587.554/0001-58	204.672-34	J J DE SOUZA FILHO BAR E LANCHONETE	BINGO NIFECANTIL	01/04/2003	ATIVA	R ALVARES DE CASTRO 110 R SAUTOS DUMONT 32 PARTE INTERNA	CENTRO	CAMPUS DOS CONTACANES	RJ	23010-0000		

[illegible]

07-481.699/0001-235-311-237-93-06	CORUNCHA BINGO E ENTRETENIMENTOS LTDA	15/06/2008	ATIVA		TIJUCA	RIO DE JANEIRO	RJ	20640-4002	21-25181833-21-22132707
07-481.699/0001-235-311-237-93-06	FLAMBO BINGO E ENTRETENIMENTOS LTDA	15/06/2008	ATIVA		BRASIA	RIO DE JANEIRO	RJ	21235-110	
07-481.699/0001-235-311-237-93-06	MEIANO BINGO E ENTRETENIMENTOS LTDA	07/02/2008	ATIVA		BEIRA RIO	SÃO JOÃO DE MERITI	RJ	21531-520	21-25181833-21-22132707
00-291.754/0001-315-834-647-72-48	NEW BINGO PROMOCOES LTDA	11/11/1994	ATIVA		DEL CASTILHO	RIO DE JANEIRO	RJ	20771-001	021-5097810
006-318.30/0001-321-629-437-04-22	RIO MAR B JOGOS ELETRONICOS E BINGO LTDA	14/04/2004	ATIVA		BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	RJ	22610-011	
06-116.527/0001-560-829-088-21-95	SATC ATIVIDADES DE BINGO LTDA	17/02/2004	ATIVA		CAVEIA	RIO DE JANEIRO	RJ	22470-060	
05-057.954/0001-031-408-287-00-64	AV A M. CAMPESTA PROMOCOES E EVENTOS LTDA	08/05/2003	INATIVA	INATIVA	CENTRO	CAMPOS DOS GORTACAZES	RJ	28010-060	
09-702.220/0001-104-942-961-91-20	BINGO FORMOSA LTDA	25/11/1994	INATIVA	INATIVA	CENTRO	CAMPOS DOS GORTACAZES	RJ	28030-002	
00-217.712/0001-1771-533-370-22-00	BR FLASH BINGO IMPORTACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA	26/09/1994	INATIVA	INATIVA	CENTRO	RIO DE JANEIRO	RJ	20031-140	
06-548.035/0001-832-591-933-87-08	MONOPOLIO BINGO ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	17/06/1992	INATIVA	INATIVA	CORDEAS	PETROPOLIS	RJ	25745-071	
35-304.545/0001-249-345-338-27-11	ADMINISTRADORA DE EVENTOS BINGO 14 MONATO LTDA	16/08/2002	ATIVA		CENTRO	FRANCISCO MORAES SP	SP	07901-005	
00-207.931/0001-211-018-018-16-00	BINGO ALTERNOS DIVERSOES E COMERCIO LTDA	27/07/1994	ATIVA		CHACARA ITAIM	SÃO PAULO	SP	04533-010	1-1683453
44-031.444/0001-383-902-318-68-08	BINGO AUTO LANCHES LTDA	13/02/1978	ATIVA		SANTA TEREZA	SANTO ANDRE	SP	09190-010	
05-0914.589/0001-518-996-818-53-00	BINGO DE DURO LOTERUCO LTDA ME	11/03/1978	ATIVA		AEROPORTO	SÃO PAULO	SP	04618-010	

[illegible]

12	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	05/12/2004	ATIVA	R DOS ALVARUCUS 1722	BATISTA CAMPOS	BELEM	PA	84025-660	
17	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	23/07/2004	ATIVA	AV NAZARE 759	NAZARE	BELEM	PA	66033-170	
18	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	19/07/1994	ATIVA	AV NAZARE 759	CENTRO	FEIRA DE SANTANA	BA	48010-030	075-2217854
19	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	08/07/1994	ATIVA	AV GETULIO VARGAS 159 SALA 301	SAO JOAO	PORTO ALEGRE	RS	91050-000	331-3342-
20	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	28/07/2004	ATIVA	AV BENJAMIN CONSTANT 321	TRACHE DA BARRA	MALEIO	AL	57010-032	2217990
21	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	28/07/1994	ATIVA	R DR PAULO NETO 115	CENTRO	VENANCIO AIRES	RS	93800-000	21511-21511
22	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	09/07/2004	ATIVA	R JULIO DE CASTILHOS 1223	CENTRO	SANTA MARIA	RS	97010-000	7012147-259
23	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	03/07/2004	ATIVA	R VENANCIO AIRES 1972	PANANOA	BRASILIA	DF	71370-210	61-2421250
24	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	03/07/2004	ATIVA	AV PARANOA CONJUNTO 23 LOTE 15	CENTRO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	73010-000	2225255-210
25	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	03/07/2004	ATIVA	AV PARANOA CONJUNTO 23 LOTE 15	INDOCA	SAO PAULO	SP	03166-000	111-6603-111515795
26	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	21/07/1994	ATIVA	R TAQUARI 172	CENTRO	FORNIGA	MG	35570-000	2037-2037
27	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	10/07/1994	ATIVA	R PIO XI 14 A	CENTRO	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	12210-000	2221339
28	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	15/04/1994	ATIVA	R SEBASTIAO HUMEL 158 ENTR LATERAL - PISO SUP	ZONA RURA	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	19023-410	112-3942-11123942
29	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	14/12/2004	ATIVA	ESTANCIA MACALI RURAL 11 SA - CASA	CENTRO	CAMOLUA	RS	96180-000	7181-7181
30	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	06/12/2004	ATIVA	AV CONEGO LUIZ W RANQUEL SM	CENTRO	ITAPEVA	SP	13400-150	35224782-35224782
31	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	13/11/1994	ATIVA	R CONDELEVINHO RIBEIRO 840	CENTRO	INDAIAL	SP	13130-100	35224782-35224782
32	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	23/10/2004	ATIVA	R 9 DE JULHO 372	UD GRAMAJO	COTA	SP	11913875-11913875	35224782-35224782
33	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	23/10/2004	ATIVA	AV DR ALTAIR MARTENS 2.075	CENTRO	BELOHORIZONTE	MG	30180-000	35224782-35224782
34	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	21/01/1994	ATIVA	AV AMACONAS 321	BELENZINHO	SAO PAULO	SP	03557-000	35224782-35224782
35	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	13/01/1994	ATIVA	R SILVA JARDIM 80	POA	POA	SP	03550-100	35224782-35224782
36	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	09/09/1994	ATIVA	AV NOVI DE JULHO 24 CENTRO	VILA GALVÃO	GUARULHOS	SP	07050-000	35224782-35224782
37	026 09250001	1009 497 052-05	MILLENNIUM DIVERSOES ELETRONICAS LTDA - ME	BELEM VIDEO BINGO	09/09/1994	ATIVA	AV EMILIO RIBAS 1714					35224782-35224782

[illegible]

31	344.12000001	343.540.816-00	RESERVA ECAURAL DIVERSOAS LTDA	BINGO BARBEIRO	11/02/1998	ATIVA	R. LIXOS TUPINAMBAS 547 LOJA	CENTRO	RELO HORIZONTE	MG	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
32	346.26600011	353.820.908-31	LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE BAJURU	BINGO BARRO PRETO	22/05/2004	ATIVA	R. PARACATU 321	CENTRO	RELO HORIZONTE	MG	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
33	349.08100001	379.307.578-71	MARK SILOT GAMES PROMOCÕES E EVENTOS LTDA	BINGO BEIRA MAR	04/02/2002	ATIVA	AV. JERONIMO MONTEIRO 268 LOJA 01	CENTRO	VITÓRIA	ES	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
34	358.45100001	151.770.885-07	KOMIL ADMINISTRACAO COMERCIO LTDA	BINGO BELEM	29/02/2004	ATIVA	R. SILVA LARDIM 93	BELEM	SACAPALLO	SP	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
35	360.28800001	200.414.518-99	LUANA SILVA CARVALHO EVENTOS	BINGO BERTIOGA	02/02/2004	ATIVA	R. JOAO KAMALEHO 49	CENTRO	BERTIOGA	SP	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
36	310.82200001	343.309.125-91	BOA SORTE- ADMINISTRADORA DE EVENTOS PROMOCIONAIS E SERVICOS	BINGO BOA SORTE	22/11/1999	ATIVA	R. EMILIA PIRES S/N- TERREO	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
37	314.76100001	348.531.852-28	MAXIMA PROMOCIONES E EVENTOS LTDA- ME	BINGO BOA SORTE	29/08/2003	ATIVA	AV. BRASIL 226	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
38	358.95000002	260.474.088-31	ASSOCIACAO DESPORTIVA SAO CAETANO	BINGO BOA SORTE	09/08/1994	ATIVA	R. AMAZONAS 353	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
39	372.37200002	350.696-75	CANTO DO RIO HIBRIDO- CLUBE	BINGO BOA SORTE	30/08/2001	ATIVA	AV. ANTONIO EMERICK 999 509	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
40	356.84000001	134.251.548-08	START LE DIVERSOES S/C LTDA	BINGO BOA SORTE	01/06/2004	ATIVA	R. AMAZONAS 405	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
41	325.63800001	403.114.917-05	B. MILLENIO OPERADORA DE SORTEIO DE BINGOS, SINTILARES E PARTICIPACOES	BINGO BOLA 1	09/02/2001	ATIVA	AV. T-1 148	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
42	366.27100001	803.178.123-24	NILO ANTONIO LOPES - ME	BINGO BOLA 1	09/02/2001	ATIVA	R. DOS CRAYOS 79	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
43	210.03200001	183.102.300-87	ADMINISTRADORA DE JOGOS BOM FIM LTDA	BINGO BOLA 1	27/02/1999	ATIVA	AV. OSVALDO ARANHA 132	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
44	362.99500001	078.972.887-48	AMALTA ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	BINGO BOLA 1	13/04/1997	ATIVA	R. LAURO MULLER 1	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
45	103.96700001	151.804.403-46	CITY BRAS PROMOCIONES EVENTOS LTDA	BINGO BOLA 1	27/02/2004	ATIVA	R. SAO MIGUEL 115	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
46	344.63800001	357.245.199-72	AMERICAN CENTER BINGO LTDA	BINGO BRASIL	29/02/2001	ATIVA	AV. COLAS 516 QD-08 L7-56E L'ANDAR	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
47	078.84000001	101.013.141-91	NAKINA THOMAS RESORT	BINGO BRASIL	12/07/1994	ATIVA	AV. 24 DE OUTUBRO 148	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
48	466.63000001	233.833.641-91	PLANALTO BINGO LAN-CHONETE E PROMOCIONES LTDA	BINGO BRASIL	07/02/1998	ATIVA	RCS. QDA 01 BLOCO G S/N LOJA 130 PARTE A	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
49	129.57200001	383.985.068-45	M. S. T. EVENTOS LTDA	BINGO BRASIL	04/02/1999	ATIVA	AV. BRIGADEIRO LUZIANTEONIO 154	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
50	697.07700001	333.143.740-91	BRILLIANT ADMINISTRADORA DE JOGOS LTDA	BINGO BRASIL	20/02/2001	ATIVA	R. PAULISTA CACIQUE 551	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944
51	339.15800001	284.340.398-45	ALCIDES PEREIRA LOCACAO FPP	BINGO BRASIL	23/06/2003	ATIVA	R. 14 DE ABRIL 36 B SALA 2	CENTRO	BOA SORTE	AC	30 544- 000 153113384- 000 3358-2023 944	153113384- 000 3358-2023 944

01.439.20/0001-493.789.570-49	TOFFOLI PROMOCOES EVENTOS E COMERCIO LTDA	BINGO CALCADA	07/04/1998/ATIVA	AV. ANTONIO CALLOS MAGALHAES 250/125 CENTRAL CENTE	BROFAS	SALVADOR	BA	18135-200	071-3513188	
02.250.43/0001-512.813.279-72	ABRID - ADMINISTRADORA DE BINGOS, BANCOS E INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS E BANCARIOS LTDA	BINGO CALCADA	13/08/2002/ATIVA		SETIM CENTRAL	RIO VERDE	GO	75501-250	644-221.0981	044-631252
03.192.45/0001-529.704.341-72	CALCADA ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LTDA	BINGO CALCADA	28/05/1999/ATIVA	R. RUFACEL NASCIMENTO 406 FUNDO5 FUNCO5	CENTRO	RIO VERDE	GO	75501-250	644-221.0981	044-631252
04.703.48/0001-593.339.916-49	MAJOR PROMOCOES E EVENTOS LTDA ME	BINGO CAMPO GRANDE	10/04/2000/ATIVA	R. DOM PEDRO II 099	CRUZEIRO DO SUL	CARIACICA	ES	29144-280	065-75501-163	065-631252
05.554.72/0001-583.811.948-00	BINGO CANDEIAS LTDA	BINGO CANDEIAS	06/07/2001/ATIVA	R. SAO JOAO 13-A TERREO	CENTRO	CANDEIAS	BA	43803-190		
06.888.72/0001-557.911.108-47	DIVERSOS ELETRONICAS E COMERCIO CABELINHA LTDA	BINGO CABELINHA	24/09/1998/ATIVA	R. EST DE ITAPEERICA DA SERLA 3557 SORBE-LOJA	VILA TEIXEIRA	SAO PAULO	SP	05015-005	011-5309809	011-5209809
07.624.81/0001-607.008.600-97	ADMINISTRADORA DE JOGOS POLONIO LTDA	BINGO CAPITAL	26/04/2006/ATIVA	AV. ASSIS BRASIL 2093	PASSO D'AREIA	PORTO ALEGRE	RS	91010-911	51-306	33561163
07.445.16/0001-763.401.423-48	PROMOCAO DE EVENTOS DEPORTIVOS MAJA LTDA	BINGO CAPITAO	17/06/2003/ATIVA	AV. CAPITAO JOAO 243	BARRO CENTRO	MAUA	SP	09160-111	11-120	45462762
08.424.86/0001-805.44.938-88	MAJOMIA CARGA MATERIAIS E SERVICOS PARA BINGOS LTDA - EPP	BINGO CARAGUA	27/04/1994/ATIVA	PCADICENES RIBEIRO DE LIMA 207 I ANDAR - SLS 2072	CENTRO	CARAGUATUBA	SP	11660-170	00121-1228-442	
09.548.28/0001-603.820.908-53	ALCA REGIONAL DE FUTABOL DE BASKET	BINGO CASSINO MINEIRO	22/06/2004/ATIVA	R. DAS TIPIKINHAS 247	CENTRO	BELO HORIZONTE	MG	30124-070	31-13224-3125	
10.776.06/0001-513.100.730-00	B S BINGO SPA	BINGO CASSINO SHOW	27/04/2000/ATIVA	AV. FLORES DA CUNHA 1360	CENTRO	GRAVATI	RS	94010-000	51-4711798	
11.224.74/0001-703.448.486-48	LOTERIA PERMANENTE CEILANDIA LTDA	BINGO CEILANDIA LTDA	27/11/1997/ATIVA	CNV01 BLOCO D SUBSOLO 01	CEILANDIA	BRASILIA	DF	72215-000	72141-3734-726	
12.712.95/0001-013.78.918.17	BINGO CENTER LTDA	BINGO CENTER LTDA	11/06/1999/ATIVA	R. MAJOR GOTE 109	CENTRO	PATOS DE MINAS	MG	35700-001	3134-3700	2134-3823
13.225.03/0001-503.114.917-00	B. MILENIO OPERADORA DE SORTEIO DE BINGOS, SIMILARES E PARTICIPACOES	BINGO CENTRAL	09/01/2001/ATIVA	AV. COIAS 678 QD 19 LT 66-E	SETIM CENTRAL	GOIANIA	GO	74594-206	2162-2517-233	2162-2517
14.850.04/0001-330.069.704-04	BINGO ELETRONICO BOMI, TOBETTO E ANIRADE LTDA	BINGO CENTRAL	14/02/1998/ATIVA	R. VILANTAROS DA PATRIA 205 2017	CENTRO	PORTO ALEGRE	RS	90020-100		
15.451.73/0001-554.45.565-04	BIS PROMOCOES E ENTRETENIMENTOS SISPROM LTDA	BINGO CENTRAL	22/05/2001/ATIVA	PCADOS PALHAUS 172	CENTRO	MACIEIO	AL	57020-140	32-334080	32-334080
16.398.70/0001-401.227.374-53	CENTRAL PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO CENTRAL	11/04/2000/ATIVA	R. PEREGRINO DE CARVALHO 49	CENTRO	PATOS	PB	58700-160		
17.702.09/0001-496.559.443-72	HERMINIO MARKINS DOS ANJOS & CIA LTDA	BINGO CENTRAL	07/11/2000/ATIVA	QD II LOTE 02	JARDIM PEROLA I	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	72910-600	51-3613791	
18.203.83/0001-137.108.310-24	MARKETING PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO CENTRAL	29/04/1997/ATIVA	R. SIKUEIRA CAMPOS 1211 I ANDAR	CENTRO	PORTO ALEGRE	RS	90010-201		
19.073.07/0001-477.083.299-49	CENTRAL EVENTOS SOROCABA S/C LTDA	BINGO CENTRAL	28/03/1999/ATIVA	R. DR CAMPOS 54 LOTES 323	PINHEIROS	SOROCABA	SP	18025-000	15-233-5691	
20.634.90/0001-126.131.418-93	ABLI PROMOCOES, EVENTOS E DIVERSOES ELETRONICAS LTDA	BINGO CENTRAL ITAQUERA	01/04/1998/ATIVA	R. VITORIO SANTIN 37	ITAQUERA	SAO PAULO	SP	08790-001	99015610	
21.897.65/0001-505.911.729-24	ITA LIGADO LTDA ME	BINGO CHATECO	26/06/2000/ATIVA	AV. FERNANDO MACHADO 331 D	CENTRO	CHATECO	SC	8902-110	49-3221048	49-3221048

83	131	452.000	243.281	330.04	ADMINISTRADORA DE BINGOS CHIAPECO LTDA	BINGO CIDADE	11/06/2004	ATIVA	R GUAPIRE 74 D	CENTRO	CHIAPECO	NC	89801-000	1499.122	0003		
84	135	127.000	4024.014	381.06	BINGO CIDADE LTDA	BINGO CIDADE	30/09/1994	ATIVA	R GUAPIRE 74 D	CENTRO	CAMPO GRANDE	MS	79602-184	121673	0671.3025-		
85	139	890.000	135.601	504.9	UTV ADMINISTRADORA DE JOGOS E BINGO LTDA	BINGO CIDADE	16/06/1994	ATIVA	R DOM AQUINO 1631	CENTRO	CURITIBA	PR	80032-441.232	411.346	0671.3025-		
86	141	853.000	4714.650	238.87	MARKETAC DIVERSOES ELETRONICAS LTDA	BINGO CIDADE	26/08/2004	ATIVA	R RIACHUELO 102	CENTRO	CATANDUVA	SP	13804-017-530	5815	0035-0606		
87	143	507.01	50001	222.698	338.48	ANDRÉIA MIELA JUNQUEIRA ME	BINGO CIDADE DAS PEARAS	08/06/2001	ATIVA	R MARANHÃO 320	CENTRO	FIAGUIS	SP	13498-000	017-2724404		
88	145	71.73	90170003	408.426	388.01	ASSOCIACAO HA VASIRUA DE TAERWONDO	BINGO CIDADE SONHO	18/06/2004	ATIVA	AV FRANCISCO PORTO 352	CENTRO	MORTE ALTO	SP	135914-200			
89	147	200.71	50001	258.903	103.47	LAS VEGAS COMERCIAL LTDA	BINGO CITY	02/06/1994	ATIVA	R RUI BARBOSA 580	CENTRO	FORTALEZA	CE	60035-500	385-	035-	
90	149	192.000	341.904	441.30	BINGO PANTANAL LTDA ME	BINGO CLUB 21	23/10/2004	ATIVA	R SENADOR POMPEU 134 SALA 103	CENTRO	DOURADOS	MS	79800-004				
91	151	192.000	2641.904	441.30	BINGO PANTANAL LTDA ME	BINGO CLUB 21	20/06/2004	ATIVA	AV MARCELINO PIRES 1711	CENTRO	DOURADOS	MS	79805-011				
92	153	600.000	174.605	250.13	VITOR VLADIMIR VIEIRA	BINGO COLISEU	15/06/2004	ATIVA	R MAJOU CAPLE 2200	CENTRO	VACARIA	MS	79200-000				
93	155	119.214	00001	249.938	366.70	BINGO CONQUISTA LTDA	BINGO CONQUISTA	05/12/2004	ATIVA	R JOAO PEDRONO DUARTE 288	CENTRO	VITERIA DA COQUISTA	BA	45015-285			
94	157	540.000	1532.237	979.48	ADMINISTRADORA CONTINENTE LTDA	BINGO CONTINENTAL	24/06/2004	ATIVA	TR DOIS DE JULHO 10	CAMPINAS	SÃO JOSE	SC	88102-401	88-	048-		
95	159	761.000	1452.237	979.48	ADMINISTRADORA MM LTDA	BINGO CONTINENTAL	04/09/2004	ATIVA	R PRESIDENTE KENNEDY 1333 SALA 207	CENTRO	CHIAPECO	SC	89801-100	48-3221701	449-3213-		
96	161	110.000	1045.681	848.90	CENTRO COMERCIAL E DIVERSOES COTIA LTDA	BINGO COTIA	20/09/1994	ATIVA	R GUAPIRE 74 D	GRANJA CAROLINA	COTIA	SP	06706-011-	011-	011-		
97	163	658.000	1974.433	535.34	ESTANCIA ADMINISTRADORA DE JOGOS LTDA	BINGO DA ESTANCIA	17/12/2004	ATIVA	R RALF SOLLI 113 L1, L2, L3, L4, L5, L6, L7, L8, L9	URIAO	ESTANCIA VELIA	RS	91600-000				
98	165	421.000	17.341	671.34	BENEDITO SOARES DA LUZ SOBRE ME	BINGO DA ILHA	19/01/1974	ATIVA	AV PRESIDENTE VARGAS 893	MLQUICABA	GUARAPARI	ES	29220-060				
99	167	165.000	1256.335	678.75	LATUO COMERCIAL LTDA	BINGO DA ILHA	14/10/1994	ATIVA	LOC ILHA DAS GALVOAS SN	SANTO ANTONIO	NELEFE	PE	50010-130	011-	011-		
100	169	327.000	1894.815	610.20	BINGO DA MARECHAL LTDA	BINGO DA MARECHAL	23/09/1994	ATIVA	R FREI CANECA 35 SALA 311	CENTRO	PORTO ALEGRE	RS	90030-260	011-2235-	011-2235-		
101	171	447.000	831.290	095.11	ORLA'S PLAY ENTRETENIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	BINGO DA ORLA	23/01/2004	ATIVA	R MARECHAL FLORIANO PELATO 12	CENTRO	SIMÕES FILHO	BA	42700-000	8932	10		
102	173	745.000	295.587	430.20	ADMINISTRADORA DE JOGOS TRAMANDAI LTDA	BINGO DA SORTE 53	16/10/1994	ATIVA	AV ALTIMIRANO DE ARAUJO RAMOS 121 SALA 08	CENTRO	TRAMANDAI	RS	95990-000	051-	051-		
103	175	277.000	112.475	677.45	ADMINISTRACAO DE BINGOS E PARTICIPACOES LTDA	BINGO DA VILA	06/09/2004	ATIVA	AV FERNANDES BASTOS 928	CENTRO	VILA ISABEL	RJ	20531-030	21-	21-		
104									AV 28 DE SETEMBRO 393		RIO DE JANEIRO			25181833	21-	2213297	

01	04.873.15/0001-270.731-467-49	BORA BINGO LTDA - ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA	BINGO DAS NAÇÕES	24/12/2006	ATIVA	R. DAS NAÇÕES 253 A E B E 92	SETOR CENTRAL	RIO DE JANEIRO	RJ	21.041-010	61.253-20.253.9667
02	13.383.59/0001-244.356-97	BINGO DE CALDAS - ME	BINGO DE CALDAS	31/12/1994	ATIVA	R. GILSON RIBEIRO DE MACEDO - SHIP INDUSTRIAL 15 L.J. 15 ARI NIVEL A	SETOR CENTRAL	CALDAS NOVAS	GO	75.690-062-000	60.2-053-441.197
03	05.170.08/0001-265.531-560-52	ADMINISTRADORA DE JOGOS DE LA PLATA S.A.	BINGO DE LA PLATA	25/02/2004	ATIVA	R. ANDRADE NEVES 1849	CENTRO	PELOTAS	RS	96.020-080	37-31.573.45
04	09.814.49/0001-201.776-488-08	SAC PAULO - RIO DIVERSÕES LTDA	BINGO DO CANTO	22/01/1994	ATIVA	R. JOAQUIM LYRIO 782	PRIMA DO CANTO	VITORIA	ES	29.053-160	21.277-325-1281
05	00.357.16/0001-2713.506-368-48	BINGO BARAO ADMINISTRACAO DE EVENTOS E CAFETERIA LTDA	Bingo do Canto	22/07/1994	ATIVA	R. BARAO DE JAGUABARA 1351 1352	CENTRO	CAMPINAS	SP	13.015-002	10.13284-8555
06	13.384.01/0001-289-953-305-34	ELICA MUNICIPAL DE DESPORTOS DE OXY-MUPOLIS	BINGO DO HILARIO	30/04/2001	ATIVA	AV. ANTONIO OLIMPIO DE MORAIS 319 EDIFICIO MARCIANA	CENTRO	31VINOPOLIS	MG	31.500-005	31.573.45
07	04.007.91/0001-270.363-920-20	JOANAR ADMINISTRADORA DE JOGOS LTDA	BINGO DO NORO	31/04/2004	ATIVA	R. MARECHAL FLAURIANO 205	CENTRO	RIO GRANDE	RS	96.020-080	31.573.45
08	07.784.40/0001-472.953-415-87	BINGO DO FREIA LIMITADA - ME	BINGO DO FREIA	03/01/2004	ATIVA	R. CA. FAUSTO CARBOSO 81 CALA	CENTRO	TARAIARA	SE	49.000-560	73-99747480-94514266
09	00.032.10/0001-444.543-248-13	ELICA SANTISTA DE CICLISMO	BINGO DO VALE 2 FLASH BINGO	01/07/2004	ATIVA	R. ARMANDO SALES DE OLIVEIRA 28	CENTRO	VAUBATE	SP	13.015-002	22.333.111-12.333.5311
10	04.846.20/0001-2316.343-194-91	BINGO DO ZEZINHO LTDA	BINGO DO ZEZINHO	14/06/2004	ATIVA	R. PEBRO FIRMINO 202	CENTRO	PATOS	PE	53.701-630	53.701-630
11	04.819.07/0001-248-428-428-16	MICELLI & MICELLI LTDA - ME	BINGO DRACENA	21/06/2004	ATIVA	AV. JOSE DONATO 2860 B	CENTRO	DRACENA	SP	17.900-000	17.900-000
12	02.374.52/0001-269.474-598-53	SEBASTIAO BARTELLI ME	BINGO DRACENA	04/02/1994	ATIVA	AV. REJ BARBOSA 1007	CENTRO	DRACENA	SP	17.900-000	21.181-822-4313-133
13	07.095.00/0001-283.531-008-00	FLAVIA CASSIANA DE SOUZA - ME	BINGO DUTRA	04/06/2004	ATIVA	R. CA. ESCOLAR 11 UNTO A.O.N.7	CIDADE DUTRA	SÃO PAULO	SP	04.810-120	1-56674701
14	03.180.18/0001-135.131-165-91	BINGO ELDOURADO EVENTOS E PROMOCOES LTDA	BINGO ELDOURADO	11/08/1994	ATIVA	R. AV. DE NOVENO 148 A	CENTRO	BARBACENA	MG	36.002-179	21.321-21.321-3123
15	00.899.24/0001-271.577-876-57	ELIM ADMINISTRACAO E LAZER LTDA	BINGO ELDOURADO	25/09/1994	ATIVA	AV. JOAO CESAR DE OLIVEIRA 2533	ELDOURADO	CUNTAHEM	MG	33.315-000	33.315-000
16	05.943.13/0001-249.893-448-40	OSVALDO BROTT	BINGO ESPERANCA	01/10/2004	ATIVA	R. MARIA ADRIANA - ESQ. R. JOZUALVES 71	CENTRO	GUARULHOS	SP	07.011-010	07.011-010
17	24.915.81/0001-248.937-231-53	PIERROCHI DIVERSOES E EVENTOS LTDA	BINGO ESP. ANADA	14/06/1984	ATIVA	SMS ALQUADRA 76 BLOCO E SN SUBSOLO	ASA SUL	BRASILIA	DF	70.315-000	15.611-21.611-3119
18	07.754.22/0001-465.917-456-48	NELIAK SERVICOS DE LANCONEITE LTDA	BINGO ESPORTE II	06/12/2004	ATIVA	R. ARAUJO PINHEIRO 69A SP	CENTRO	ILHEUS	BA	45.653-145	25.12-323-293
19	07.41.60/0001-186.533-188-02	BINGO ESTACAO LTDA	BINGO ESTACAO	17/12/2004	ATIVA	R. DEDDO FELIO 18A	ESTACAO	BRANCA	SP	11.405-212	11.405-212
20	06.117.93/0001-310.291-648-52	ESTACAO CENTRAL PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO ESTACAO	09/02/2004	ATIVA	R. GERAL GUICERIO 11 CENTRO	CENTRO	SANTO ANDRE	SP	05.015-190	11-44275194
21	03.999.17/0001-189.093-146-15	PBP ADMINISTRACAO PROMOCOES ESORTIVAS LTDA	BINGO ESTRELA DA SORTE	24/02/1994	ATIVA	R. DO MERCADO 3	CENTRO	PASSOS	MG	33.900-000	21.391-21.391-5218
22	04.430.05/0001-471.935-056-01	N.L. SILVA & CIA LTDA	BINGO ESTRELA DE OURO	09/02/2004	ATIVA	AV. RUI BARBOSA 230 TERREO	CENTRO	PARANÁ	MG	33.002-140	33.002-140

04.113.590/0001-410.891.648-49	ESTRELA DO ACANA EVENTOS LTDA	BINGO ESTRELA DO JACANA	1302/2004-ATIVA	PCIA DOUTOR JOAO BATISTA VASQUES 56	JACANA	SÃO PAULO	SP	102274-500	
04.198.377/0001-815.114.917-00	OTERIA EXCALIBUR LTDA	BINGO EXCALIBUR	2304/2001-ATIVA	SNS ODA OM BLOCO G-2M	ASA SUL	BRASILIA	DF	70310-500	21611-8284-628
02.493.727/0001-2.765.810-91	EMPRESA DEBILA, PROMOÇÕES, EVENTOS E COMERCIO LTDA	BINGO FEILA	1908/1998-ATIVA		CENTRO	FEIRA DE SANTANA	BA	64010-575-130	6250635-21751-6238-068
02.176.917/0001-710.704.66-15	SOLUÇÃO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	BINGO FENIX	1302/2004-ATIVA	R BARAO DE COTEGIPE 538 B	CENTRO	RIO VERDE	GO	75901-62-660	52283010
04.102.772/0001-516.407.366-04	BINGO CRUZTEIRO LTDA	BINGO FERRARI	1707/2004-ATIVA	R RAFAEL NASCIMENTO 406 SALA B	GAMA	BRASILIA	DF	72405-290	61-2243481-61-2243485
05.176.640/0001-216.850.135-02	PIRESTA 2.7 PROMOÇÃO E EVENTOS LTDA	BINGO FLEITA	04/11/2004-ATIVA	QD 29 COMERCIO LOCAL S/N LT 41/46 SET CENTRAL	VL SOCORRO	SÃO PAULO	SP	04762-001	011-61931825-011-61931825
04.198.533/0002-205.962.945-20	MAX BINGO LTDA	BINGO GILBERTO SALOMAO	2807/2004-ATIVA	AV GUARAPIRANGA 213 LOJA B1N	LAGO SUL	BRASILIA	DF	71615-530	61-2766592-61-2749592
07.175.217/0001-790.794.681-15	SIX PROMOCIONS E EVENTOS LTDA	BINGO GLORIA	1003/2004-ATIVA	SHS Q1 B CENTRO COMERCIAL BLOCO F S/N LOJAS 010203 E 04	CENTRO	RIO VERDE	GO	75901-660	62-62763010
06.921.417/0001-718.682.941-87	MARCIO ALCANTARA FERREIRA & CIA LTDA - ME	BINGO GONDEIRAS	1001/21/04-ATIVA	R RAFAEL NASCIMENTO 406 SALA D	CENTRO	CIJANIA	MT	78045-000	
03.158.570/0002-212.250.238-20	UNICO AGRICOLA MARRARENSE FUTEBOL CLUBE	BINGO GOLDEN STAR	1803/2004-ATIVA	R SAO SEBASTIAO S/N	MOLLON	SANTA BARBARA D'OESTE	SP	13456-080	13457065-1191438-8447
00.132.274/0001-100.360.349-20	S&M PRESTADORA DE SERVICOS S/C LTDA	BINGO GUADALUPE	3001/11/94-ATIVA	AV SANTA BARBARA 77 LOJA A	CENTRO	CURITIBA	PR	80010-600	
04.287.021/0001-217.498.658-40	GUARANY COMERCIO, PROMOCIONES E EVENTOS LTDA - EPP	BINGO GUARANY	05/03/2001-ATIVA	R ANDRE DE BARROS 88	VILA GUARANY	SÃO PAULO	SP	01372-001	011-2149534
00.156.660/0001-201.280.918-20	ESTRELA DO GUARUJA PROMOCIONES E EVENTOS LTDA	BINGO GUARUJA	15/08/1994-ATIVA	AV SAPOFEIRA 6 191 LOJA 1	CENTRO	GUARUJA	SP	11410-192	113.13388-1947
07.158.804/0001-101.038.177-72	BARDEL CLUB E DIVERSOES ELETRONICAS LTDA	BINGO ILHU RIO	2704/2004-ATIVA	R MARIO RIBEIRO 810 ANDAR	LHA DO GOVERNADOR	RIO DE JANEIRO	RJ	21031-002	1213353-2112402-1439
05.702.252/0001-214.280.968-29	BINGO IMIGRANTES LSC LTDA	BINGO IMIGRANTES LTDA	18/07/2004-ATIVA	AV PROFESSOR ABRAO DE MORAIS LOJAS A11 C 199	POSQUE DA SAUDE	SÃO PAULO	SP	04123-010	011-43485411-3655945
04.134.896/0001-846.288.704-97	BINGO IMPERADOR LTDA	BINGO IMPERADOR	11/07/2001-ATIVA	R BRUNO VELOSO 333	BOA VIAGEM	RECIFE	PE	51021-230	51021-81-51021-81
04.134.896/0002-846.288.704-97	BINGO IMPERADOR LTDA	BINGO IMPERADOR	12/03/2004-ATIVA	SAO JOSE	SAO JOSE	CARUINA	PE	55815-000	55815-000
01.782.561/0001-223.718.680-71	BACNES & SANTOS LTDA	BINGO IMPERADOR	18/04/2004-ATIVA	AV ESTACIO COIMBRA 382	CENTRO	VELITAS	RS	90010-150	94035508-9215358
07.112.442/0001-228.722.600-30	IMPERIAL DESAO VICENTE LOGOS ELETRONICOS E ENTRETENIMENTOS LTDA	BINGO IMPERIAL	29/11/2001-ATIVA	R LOBO DA COSTA 1282	CENTRO	LAJADO	RS	95900-000	
07.137.885/0001-203.171.878-37	MARCO ANTONIO FERREIRA GRINCAVALZ ME	BINGO IMPERIAL	23/07/2004-ATIVA	R ALBERTO TORRES 316	ESPLANADA DOS BARBEIROS	SÃO VICENTE	SP	11340-100	11340-13-32212215
			23/07/2004-ATIVA	PCIA SENADOR CESAR BASTOS 211	ESTACAO	PERLUBE	SP	11750-000	
				R CILENE 14					

12.971.641/0001-890.517.856-15	BOUTSA E ARAUJO DIVERSOES LTDA	BINGO IMPERIAL - MG	08/01/1999	ATIVA	AV. AUGUSTO DE LIMA, 1.426	CENTRO	BARRO PRETO	BELO HORIZONTE	MG	80190-002	115311	3291-0007
26.576.520/0001-128.167.638-11	INEIANA ASSESSORIA EM JOGOS ELETRONICOS LTDA	BINGO INDIANA	31/07/2001	ATIVA	PCA AUGUSTO SILVA 238	CENTRO	LAVRAS	LAVRAS	MG	37200-000	115311	3291-0007
04.413.350/0001-31.930.868-51	EMP PROMOCOES E EVENTOS LTDA EPP	BINGO INTERNACIONAL	03/05/2004	ATIVA	RDV PRESIDENTE DUTRA S/NKM 197/660	TAPECICA	TAPECICA	TAPECICA	SP	07034-111	64240189	11-64240032
03.390.720/0001-260.764.120-87	ADMINISTRADORA DE PROFIOS E SORTEIOS CONQUISTA LTDA	BINGO IPANEMA	22/07/1999	ATIVA	PCA BARAO DO RIO BRANCO 51 A	CENTRO	CENTRO	VITORIA DA CONQUISTA	BA	45020-030		
26.060.950/0001-193.545.799-20	ADMINISTRADORA DE BINGOS CA' ARINENSE LTDA	BINGO ITAJAI	06/01/2004	ATIVA	K TILUCAS 55	CENTRO	CENTRO	ITAJAI	SC	83301-060		
05.060.950/0001-193.545.799-20	ADMINISTRADORA DE BINGOS CA' ARINENSE LTDA	BINGO ITAJAI	29/04/2004	ATIVA	R EXPEDIENTE AFO ANTONIO C PEREIRA 30	CENTRO	CENTRO	JARAGUA DO SUL	SC	89252-474	265988	27-265989
26.060.950/0001-193.545.799-20	ADMINISTRADORA DE BINGOS CA' ARINENSE LTDA	BINGO ITAJAI	29/04/2004	ATIVA	R JORGE LACERDA 233	CENTRO	CENTRO	SAO BENTO DO SUL	SC	89290-000	17-4265988	17-4265988
26.060.950/0001-193.545.799-20	ADMINISTRADORA DE BINGOS CA' ARINENSE LTDA	BINGO ITAJAI	29/04/2004	ATIVA	AV CONSUL CARLOS RENAUS 56	CENTRO	CENTRO	BRUSQUE	SC	89310-000	17-4265988	17-4265988
07.876.940/0001-290.798.661-15	ATUAL PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO ITALIA	11/07/2004	ATIVA	R JOIAS 4950	CENTRO	CENTRO	SAO VERDE	GO	715001-060	52-5783010	
04.789.762/0001-290.812.598-14	ITAFERICA BARR LANCHONETE E SERVICOS LTDA - ME	BINGO ITAFERICA	20/12/2001	ATIVA	R RAFAEL NASCIMENTO 406 SULA 02	CENTRO	CENTRO	ITAFERICA DA SERRA	SP	03851-011	16663334	
03.054.080/0001-508.517.799-01	ITAQUA EVENTOS LTDA	BINGO ITAQUA	13/04/2004	ATIVA	AV TV DE NOVOEMBRO 432	CENTRO	CENTRO	ITAQUAQUETUBA	SP	08370-060	11-14640-3109	
05.428.437/0001-277.641.965-43	DIAMOND BLUE ASSESSORIA EM JOGOS ELETRONICOS LTDA	BINGO JOIA RARA	13/12/2003	ATIVA	R SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS 185	CENTRO	CENTRO	VARGINHA	MG	37006-000	35-2223209	
04.455.740/0001-576.741.810-72	ADMINISTRADORA DE JOGOS JR LTDA	BINGO JR	10/12/2001	ATIVA	AV FRANCISCO MACHADO 158	CENTRO	CENTRO	CAXIAS DO SUL	RS	95.010-034	54-12205-352	54-12205-354
04.132.732/0001-136.415.968-76	AURENIR CARLOS DE ARAUJO	BINGO LANCHES	03/12/2004	ATIVA	AV JULIO DE CASTILHOS, 1721	SAPRUMBA	SAPRUMBA	SAO PAULO	SP	10598-060		
03.761.911/0001-468.111.087-04	SAQUA PROMOCOES E EVENTOS LTDA ME	BINGO LARANJEIRAS	11/04/2004	ATIVA	AV SAPOREMBIA 740	P R LARANJEIRAS	P R LARANJEIRAS	SEARA	ES	27165-010		
04.754.720/0001-530.481.103-34	BULLBIE B LANCHES E EVENTOS E PROMOCOES LTDA	BINGO LAI VEGAS	01/12/2001	ATIVA	AV CENTRAL 843	CENTRO	CENTRO	TERESINA	PI	64000-060		
02.799.462/0001-774.301.343-20	SCANDER COMERCIAL LTDA	BINGO LAI VEGAS	20.07/1999	ATIVA	R ALVARO MENDES 872	CENTRO	CENTRO	SAO FRANCISCO	MA	65099-010		
03.156.312/0001-437.431.921-85	LUCIANA FERREIRA RUSSO BUTTLER	BINGO LEGAL	18/03/1999	ATIVA	AV COLARES MOREIRA 1005	VILA DANIZA	VILA DANIZA	SAO PAULO	SP	04418-010	1611-5621-360	1611-5621-360
02.206.990/0001-528.801.018-01	COMERCIO DE JOGOS ELETRONICOS LIBERDADE LTDA	BINGO LIBERDADE LTDA	30/01/1997	ATIVA	AV YERVANT KISSAULIAN 199	LIBERDADE	LIBERDADE	SAO PAULO	SP	01503-010		
07.876.937/0001-190.794.061-15	MEGA PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO LUMIAR	13/03/2004	ATIVA	PCA DA LIBERDADE 141	CENTRO	CENTRO	RIO VERDE	GO	75901-060	52-2783010	
04.938.851/0001-478.164.081-72	MESES DIVERSOES E EVENTOS LTDA	BINGO LUTANIA	10/02/2003	ATIVA	R RAFAEL NASCIMENTO 408 SULA 07	PARRIS SAO BERNARDO	PARRIS SAO BERNARDO	VALPARAISO DE GOIAS	GO	73370-401		
03.301.380/0001-765.231.915-68	VIDEO LOTERIA MAGIE LTDA	BINGO MACIE	12/11/1994	ATIVA	R D QUADRA 02 LOTE 1	CENTRO	CENTRO	SAO BENTO DO SUL	SC	89290-060	54-340336	
00.838.831/0001-568.534.184-10	MARVATA PROMOCOES E ADMINISTRACAO LTDA	BINGO MAMATA	04/01/1993	ATIVA	AV NERFI RAMOS 54	CENTRO	CENTRO	JOAO PESSOA	PB	53033-000	18-12265-893	18-12265-893
13					AV JOAO MAURICIO 171 FUNDUS	MANAIRA	MANAIRA					

03 116 271 00001	217 510 444-15	MANAIRA ADMINISTRADORA DE EVENTOS E SERVIÇOS LTDA	BINGO MARIA	01/03/1999	ATIVIA	AV CRUZ DAS ARMAS 1121	CRUZ DAS ARMAS	JOAC PESSOA	PB	53085-837-9322268	
04 190 011 00001	218 526 228-33	MANCHESTER ADMINISTRADORA DE EVENTOS LTDA	BINGO MANCHESTER	22/11/2001	ATIVIA	RCA DUBRE 42	VILA CARLEJO	SAO PAULO	SP	03445-210	11-2170673 911-2170673
03 116 284 00001	217 510 444-15	MANGUEIRA ADMINISTRADORA DE EVENTOS PROMOCIONAIS E SERVIÇOS	BINGO MANGUEIRA	16/01/1999	ATIVIA	R MARCO DA SILVA COSTA 128 PROSINT	MANGABEIRA I	JOAC PESSOA	PE	53083-200	
04 310 000 00001	204 519 806-21	BINGO RIVINIPOLIS LTDA	BINGO MARIA	06/01/2001	ATIVIA	AV ANTONIO OLIMPIO DE MORAIS 938 FR	CENTRO	DIVINOPOLIS	MG	31500-905 32220999	1037-32220999
03 442 107 00001	204 519 806-37	BINGO SETE LAGOAS LTDA	BINGO MARIA	03/01/1999	ATIVIA	R ANTONIO OLINTO 431	CENTRO	SETELAGÓIAS	MG	31700-902 32220999	1037-32220999
03 213 596 00001	217 723 937-79	COELHO LIMA PROMOCOES E EVENTOS LTDA-ME	BINGO MARIA	05/01/2004	ATIVIA	AV JERUALDEM GOLOJA B	CAMPO GRANDE	CARIACICA	ES	29100-980	31 73771-5161
04 350 442 00001	209 313 613-04	VANDERLENE MARIA SILVA-ME	BINGO MARIA	06/11/2001	ATIVIA	R SENADOR POMPEU 1158 LOJA 14	CENTRO	FORTALEZA	CE	50025-200	
01 314 159 00001	227 097 322-34	MANABA PROMOCOES LTDA	BINGO MANABALINSKI	01/05/1995	ATIVIA	R SAO FRANCISCO 218	CIDADE NOVA	MANAUA	PA	65501-690	
02 189 744 00002	413 971 172-04	NORTE DIVERSOES ELETRONICAS LTDA	BINGO MARAJOARA	15/10/1998	ATIVIA	TR 11 DEMAIO 77	CENTRO	TATUBA	PA	68181-140	
04 180 303 00001	214 676 405-68	MARCELO LUIS SILVA DE OLIVEIRA	BINGO MARIA	15/01/2004	ATIVIA	R CAMPINAS DE BROTAS 88-B	CAMPINAS DE BROTAS	SALVADOR	BA	40275-210 32413986 12413986	713-12413986
07 775 585 00001	211 964 039-80	FE DA SORTE JIVERSOES ELETRONICAS LTDA-ME	BINGO MARINGA	30/06/2004	ATIVIA	AV BRASIL 226	ZONA 08	MAK NGA	PR	87050-200	34-2275114 44-2235351
07 073 246 00001	213 732 232-00	MAXI GONCALVES DOS SANTOS -ME	BINGO MATAO	04/11/2004	ATIVIA	AV PROFESSOR AUGUSTO CEZAR 77	CENTRO	AGARAGUARA	SP	14901-240 32020966	6-33020961
07 157 173 00001	211 258 468-97	BINGO MATARAZZO PROMOCÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EVENTOS LTDA	BINGO MATARAZZO	26/07/2004	ATIVIA	AV FRANCISCO MATARAZZO 718	AGUA BRANCA	SAO PAULO	SP	35001-100 2871183 111310735-4597	11 13865-8709
03 722 097 00001	218 951 908-30	INFINITY COMERCIAL PROMOCOES CONSULTORIA E ASSES LTDA	BINGO MATARAZZO	26/01/1998	ATIVIA	AV MATTO BEI 2598	SAO MATTEUS	SAO PAULO	SP	03946-700 2515	111016113-2515
03 753 750 00001	209 836 688-22	MATRIZ GUARULHOS PROMOCOES E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA E P P	BINGO MATARAZZO	14/04/2000	ATIVIA	RUA PIRACICADA 12-BARBOZA	CENTRO	GUARULHOS	SP	07023-970 44500032 111016113-2515	111016113-2515 1-64240189 111016113-2515
08 121 191 00001	213 205 908-34	BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE DE SAO JOSE DO RIO PRETO	BINGO METEORO	01/03/1977	ATIVIA	R DAS PALMEIRAS 303	SANTA LECILIA	SAO PAULO	SP	01224-010	
04 998 122 00001	219 095 458-30	METRO TATUAPÉ ADMINISTRADORA DE EVENTOS LTDA	BINGO METRO TATUAPÉ	10/04/2002	ATIVIA	R TULUTU 1121	TATUAPÉ	SAO PAULO	SP	03307-000	
04 318 768 00001	213 744 968-20	MIL PROMOCOES E COMERCIO LTDA	BINGO MIL	18/01/2001	ATIVIA	R BOTUCOCA 74	BUFANTA	SAO PAULO	SP	05384-210	
04 599 744 00001	211 448 069-27	SERRALDO & SOUZA LTDA	BINGO MILLENIUM	04/10/2001	ATIVIA	AV MARCELO FLORIANO PEIXOTO 7780 LOJA	BOQUEIRAO	LUKITIBA	PR	81670-2041-2265348 41377 8024-2	5041-2265348 41377 8024-2

15-245-441-0001-2008-799-298-01-322	M&F ADMINISTRADORA DE EVENTOS LTDA	BINGO MIRAGE	22/05/2002	ATIVA			ML DAVSE	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	199726-11-233	11-01318229
15-227-865-0001-2009-032-256-07-43	MONSERRAT ATIVIDADES RECREATIVAS E PROMOCOES LTDA	BINGO MONSERRAT	24/04/2002	ATIVA			TEILCO	SÃO JOÃO DEL REI	MG	161300-162	
15-319-11-0001-478-14-881-72-74	PRINCIPAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES EMPRESARIAIS	BINGO MONTE CARLO	08/03/2001	ATIVA			BRASILIA	BRASILIA	SP	221106-800	61-3217092-1661-043418
15-003-197-0001-790-784-061-115-54	ST PROMOCOES SOCIAIS E ENTRETENIMENTOS LTDA	BINGO MONTE CARLO	19/03/2004	ATIVA			ST. SUDESTE	COARIÁ	GO	743935-170	32783010
15-364-62-0001-928-32-349-20-74	ORGANIZACAO MONTEREY PARTICIPACOES E EVENTOS LTDA	BINGO MONTEREY	18/07/2001	ATIVA			SEIHO CENTRAL	CALDAS NOVAS	GO	756000-600	62-4538883-12-4538824
15-360-187-0001-467-78-450-115-28	PIXAS-SUL PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO MONTES CLAROS	19/07/2001	ATIVA			CENTRO	MONTES CLAROS	MG	394000-838	(1538)
15-246-705-0001-4513-321-472-91-50	EDGARDO B DA SILVA NETO	BINGO NATAL	07/02/2002	ATIVA			ALECRIM	NATAL	RN	590100-200	3221-0335
15-742-520-0001-188-320-828-67-53	NOVO MANCHESTER ADMINISTRADORA LTDA	BINGO NOVO MANCHESTER	26/06/2002	ATIVA			VILACARAO	SÃO PAULO	SP	03-002-0115-800	61911225-8-921825
15-214-980-0002-278-870-208-03-29	RESORTE CLUBELAS DO PARQUE	BINGO NÚMERO 1	04/07/2001	ATIVA			CENTRO	SÃO VICENTE	SP	113110-260	
15-378-403-0001-605-985-758-72-65	OSTE PAULISTA PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO OESTE	01/04/2003	ATIVA			VILA FORMOSA	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	190113-600	
15-598-441-0001-213-465-428-01-88	BOLO DIVERSOSES PARTICIPACOES LTDA	BINGO OSARIO	13/12/1998	ATIVA			CENTRO	SÃO PAULO	SP	060130-080	11170184-113-3683-8721
15-634-370-0003-563-589-518-31-06	PACHICO SPORT CLUB	BINGO OLINHOS	16/06/2003	ATIVA			CENTRO	OLINHOS	SP	199903-041	
15-766-798-0001-439-113-191-72-75	SOARES & NUBERO EVENTOS LTDA	BINGO PALACIO	24/04/2002	ATIVA			ASA SUL	BRASILIA	DF	703110-500	(6132)-2846-2
15-485-040-0001-272-346-310-91-69	BINGO PALADRIU - LANCHEIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	BINGO PALADRIU	24/01/1999	ATIVA			PANAMA	PORTO ALEGRE	RS	911700-001	(1221)4050-5
15-409-182-0001-328-478-040-87-04	ADMINISTRADORA DE JOGOS PALMEIRA LTDA	BINGO PALMEIRA	22/12/1992	ATIVA			CAVALHADA	PORTO ALEGRE	RS	612200-590	411-226-22214
15-107-182-0001-541-928-441-30-93	BINGO PANTANIL LTDA ME	BINGO PANTANIL	19/04/2003	ATIVA			CENTRO	CORUMBA	MS	720101-040	8217904
15-785-579-0001-1138-117-340-72-35	AREA DE LAZER BINGO PAVILION LIMITADA	BINGO PAVILION	28/12/2004	ATIVA			CENTRO	TABALARA	SE	495000-000	84312920
15-126-127-0001-103-359-756-55-50	ELEN CASSIA DEBELS VIEIRA	BINGO PARANAIBA	06/06/2002	ATIVA			AMAZONAS	CARMOLO PARANAIBA	MG	188405-000	14611-2996-36
15-370-330-0001-183-335-571-04-08	INVEST LOTERIA LTDA	BINGO PARANAO	06/07/2004	ATIVA			PARANAO	BRASILIA	DF	715730-101	
15-124-476-0002-002-885-943-04-46	GUARANTIR GUARANY TURISMO LTDA	BINGO PARA TODOS	20/06/1999	ATIVA			MEIRELES	FORTALEZA	CE	601700-000	
15-942-270-0001-898-025-585-50-30	SANTO SANTOS PEREIRA	BINGO PATOS	19/07/2008	ATIVA			CENTRO	PATOS	PB	587010-610	8114230-58
15-963-281-0001-840-595-830-00-40	PALLINENSE ADMINISTRADORA DE PROGNOSTICOS LTDA	BINGO PAULINA	20/07/2004	ATIVA			CENTRO	PAULINA	SP	131400-000	
15-725-712-0001-249-722-607-78-54	SEBASTIAO TEIXEIRA DA MOTA	BINGO PEREIRA 90	27/08/1982	ATIVA			PRES LARANJEIRAS SENNA		RS	291630-271	1284832-007-324832

13/11/1993	ATIVA	ROMA DIVERSOIS ELETRONICAS E BINGO BINGO ROMA LTDA	BINGO ROYALE 1	BINGO ROYALE 1	05/02/1993	ATIVA	AV PRINCESA ISABEL 55	CENTRO SUL	PORTO ALEGRE	RS	76620-001	31) 3 223-000
22 232 253 29 0000	215 031 490-87				05/02/1993	ATIVA	R BUCHHELO 546	FUNDACAO	SAO CAE AND DO SUL	SP	05400-050	31- 1297675
30 426 620 0000	105 327 003-59				13/01/2001	ATIVA	AV CONDE FRANCISCO MATAZZO 313	FUNDACAO	SAO CAE AND DO SUL	SP	05400-110	31- 4239675
44 34 74 82 0002	995 817 941-87				27/01/2001	ATIVA	AV LIBERDADE N 15 LOTA D3	CENTRO	SANTA ISABEL	RS	94480-000	31- 1297675
34 371 883 0000	423 031 020-72				30/06/1998	ATIVA	AV PRFZ JOAO PIRES FILHO 50	CENTRO	SANTA ISABEL	SP	07400-000	31- 07400-000
32 325 339 0000	270 031 548-34				23/08/1999	ATIVA	R DOLYMEADOR 554	PRANHIA	SANTAREM	PA	68003-020	691- 528536
31 31 30 21 0000	604 851 642-34				05/01/1993	ATIVA	R SEBASTIAO FLAQUEIR 107	CENTRO	SAO PAULO	SP	04744-030	1- 1224688
30 378 640 0000	208 347 724-68				04/05/2003	ATIVA	R SAO BENTO 208	CENTRO	SAO PAULO	SP	05010-000	1- 1224688
30 378 640 0000	208 347 724-68				03/08/1994	ATIVA	R MANOEL COELHO 460	CENTRO	SAO CAE AND DO SUL	SP	05010-112	1511) 1511) 4236-206
30 378 640 0000	208 347 724-68				12/01/2000	ATIVA	R TACREDO NEVES 325	JARDIM PLANALTO	GUARUPE	MG	37800-000	31- 226 2466
34 324 655 0000	435 278 294-05				10/01/2001	ATIVA	RCA IBA YAVELIER 53 LOTA 14 E 04	CENTRO	SAO PAULO	SP	02706-180	31- 226 2466
34 079 19 0000	340 500 144-87				28/09/2000	ATIVA	R SAO PAULO 836	CENTRO	SAO PAULO	MG	30170-131	31) 3224-8715
34 003 92 0000	407 451 558-17				21/08/2000	ATIVA	R SAO SEBASTIAO 487	CENTRO	RIBEIRAC PRETO	SP	14013-010	316 16106-115 16353-379
32 771 81 0000	407 311 357-68				28/09/1998	ATIVA	R FELIX FACHECO 1089C SUL	CENTRO	TERESINA	PI	54001-160	31- 226 2466
33 431 471 280 0000	353 171 671-72				27/01/1998	ATIVA	R 14 DE JULHO 257	CENTRO	CAMPO GRANDE	MS	79002-311	2167) 2167) 2216-335
33 743 231 0000	338 118 993-34				04/04/2000	ATIVA	AV BEIRA MAR 120 3 PISO	MURILLES	PORTALEZA	PE	50155-021	316 16106-115 16353-379
30 327 67 0000	338 121 165-30				30/01/1994	ATIVA	AV FARIAS PEREIRA 2521	BAIRRO BRASIL	UNTERLANDIA	MG	34002-702	31- 226 2466
33 333 99 0000	338 121 165-30				23/03/2002	ATIVA	AV B. 324 QD 153 LT 15 TERREO	SETOR BUENO	GOJANIA	GO	74223-010	31- 226 2466
33 071 61 0000	331 304 548-80				01/04/1998	ATIVA	AV SQUEIBA CAMPOS 26 A	ACQUARLOS	VINHEDO	SP	13280-000	31- 226 2466
36 935 73 0000	310 196 259-53				14/09/2004	ATIVA	AV INDEPENDENCIA 5619	CENTRO	SIMES FILHO	BA	93700-000	31- 226 2466
33 814 25 0000	327 026 215-05				23/03/2006	ATIVA	AV RUI BARBOSA 34 L ANDAR	CENTRO	JACAREI	SP	12308-190	31- 226 2466
33 833 69 0000	310 196 259-53				19/05/2000	ATIVA	R COLOMBO SALLES 23	CENTRO	PICARUA	SC	88389-000	31- 226 2466
36 075 47 0000	311 124 325-08				04/06/2002	ATIVA	R COLOMBO SALLES 23	CENTRO	SOCORRIB	SP	13960-000	31- 226 2466
36 075 47 0000	311 124 325-08				04/06/2002	ATIVA	R COLOMBO SALLES 23	CENTRO	SOCORRIB	SP	13960-000	31- 226 2466

70	09 817/0000	040 807 906-10	BH BINGO LTDA	BINGO SORTE	204014999A-TIVA	R DA BARRA 893 L ANDAR	CENTRO	BELO HORIZONTE	MG	311 2273-853	311 3222-853
95	01 129 817/0000	456 7644 906-34	FABRICA DE BREVETAMENTO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA	BINGO STAR	05024991A-TIVA	R SALDAIA DA GAMA 347	CENTRO	SAO JOAO DEL REI	MS	91010 210	51 139235-234
22	02 143 8990000	425 233 303-04	BERGHO NOLVO ABRUDA MENDES ME	BINGO STAR	02014998A-TIVA	R ALFREDO ESTRELA 430	CENTRO	FLORIANOPOLIS	SC	64400 000	11-
70	01 676 02310000	27 7 168 918-84	STAR BLUE PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO STAR	131031000A-TIVA	R MONTEIRO LOBATO 422	CENTRO	GUARULHOS	SP	07719-000	54240032
90	00 959 34510000	48 2 202 568-15	3D PROMOCOES DE EVENTOS S/C LTDA	BINGO TABOAO	18121998A-TIVA	AV DO TABOAO 2 576 F 388	TABOAO	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	09633-000	11-
80	04 440 8240000	110 933 304-20	LOTERIA TAL S/A LTDA	BINGO TALISMA	16016000A-TIVA	C B LOTE 11 SN	TAGUATINGA CENTRO	BRASILIA	DF	70310 500	61 1363-1238
18	75 451 4510000	13 0 102 208-53	CAMPORE PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO TAMBORE	28120002A-TIVA	AV PIRANBOIA 899	TAMBORE	BARUERI	SP	06463-000	11-
90	02 226 6480000	41 5 648 078-32	ROGERIO MOURAO DOS REIS	BINGO TAPIRA	12714992A-TIVA	AV CLAUDIA 899	CENTRO	TAPIRA	PR	87830-000	11-
17	49 110 3310000	362 841 808-47	3 LGA RIOPRETENSE DE FUTEBOL DE SALAO	BINGO TATUPE	15301000A-TIVA	R COELHO LISBOA 461	TATUPE	SAO PAULO	SP	03323 040	1116441-2567
15	76 449 9810000	114 607 000-87	ADMINISTRADORA DE JOGOS LFN LTDA	BINGO TENTACAO	09024001A-TIVA	RUA VEE AMERICO VESPUCIO CABRAL 478	CENTRO	VIANAO	RS	94410 300	15861 85861 2213-200
00	04 180 3310000	641 200 903-53	3 & L EVENTOS E PROMOCOES LTDA	BINGO THREZINA	01060001A-TIVA	AV PRB15HAFRIM 2227	CENTRO	TERESINA	PI	84000 200	2213-043 840
07	04 716 1930000	361 773 528-47	URANDIR APARECIDO SILVA LAITE	BINGO THREZINA	01060001A-TIVA	EST DA LAGOA (D JACARANDAS) 115 L 04 C D	TEREZA PUELA	MAHIOIRA	SP	07600 000	11- 144190992
32	04 017 5410000	812 077 208-53	BINGO THRES PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO TRIES	2805000A-TIVA	AV ANTONIO TEJANE 1180	CENTRO	TRES LAZOS	MS	79601 000	11-
17	05 187 1700000	114 399 028-41	BINGO TRIANGULO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	BINGO TRIANGULO	10060002A-TIVA	R TEODORO GONCALVES 237	CENTRO	PATROCINIO	MG	31740 000	14381 216520 27
23	03 001 4510000	971 256 688-91	TERCEIRO MILENIO PROMOCOES E ADMINISTRACAO DE EVENTOS LTDA	BINGO TRIANGULO	2401000A-TIVA	R JOAQUIM LYNIO 817	PRIMA DO CANTO	VITORIA	ES	56035 460	11-
17	03 245 7200000	291 024 140-68	ADMINISTRADORA DE JOGOS SAPIRANGA LTDA	BINGO TROPICAL	10064998A-TIVA	AV VINTE DE SETEMBRO 3390 SALA D2	CENTRO	SAPIRANGA	RS	93800 000	31 13597 21 15993-231
81	00 460 8990000	113 565 799-20	ADMINISTRADORA DE BINGOS CARIARINENSE LTDA	BINGO TUBARAO	0501000A-TIVA	R VISCONDE DE TAUNAY 213 LOJA 181	CENTRO	QUINVILLE	SC	89201 420	11-
90	02 788 8310000	114 729 296-00	ATLANTA BINGO SHOW LTDA	BINGO TUBARAO	09101998A-TIVA	AV LEOPOLDINO DE OLIVEIRA 3808	CENTRO	UBERABA	MG	38010 410	33351945 03341 3321-767
94	03 651 0910000	113 029 116-04	RAZANIA ADMINISTRACAO E COMERCIO LTDA	BINGO UNDERGROUND	09100199A-TIVA	RCA LOUS ENCH 86 A	CENTRO	CORONEL FABRICIANO	MG	33170 033	11-
14	04 492 4400000	583 038 190-68	ADMINISTRADORA DE JOGOS NITEROI LTDA	BINGO UNIO	24030001A-TIVA	R OCTAVIO SCHEMIDT 805	BARBADE	GRATIAI	RS	94153 000	11-
90	07 335 7630000	409 938 535-70	BINGO VALPARAISO	BINGO VALPARAISO	16071993A-TIVA	CENTRO COMERCIAL IN L 10, S L 01 ET A	VALPARAISO-1	VALPARAISO DE GOIAS	GO	72878 437	281- 6273817 273837
12	03 119 2150000	272 252 399-00	EDSON E HANAR ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA	BINGO VEREZA	17011499A-TIVA	R DA PALMA 38	SANTO ANTONIO	RECIFE	PE	20010 460	11-
81	07 674 0100000	41 5 052 828-10	OLA DIVA PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO VILA DIVA	05062002A-TIVA	AV SAPOENBA 3484	MOOCA	SAO PAULO	SP	03345 000	11-
26	02 172 3110000	8 8 908 087-91	PAULO LOUREIRO OLIVEIRA - ME	BINGO VILA NOVA	0807199A-TIVA	AV VENANCIO FIDRES 1645 TERREC	CENTRO	ARACRUZ	ES	29190 000	11-

85	01.814.48/0000-127.023.218-05	BOTUCATU FUTEBOL CLUBE	RINGO VILA OLIMPIA	034372000ATIVA	R. CLAUDIO AMAZONAS 85	VILANOVA CONCEICAO	SAO PAULO	SP	104537- 002	1-	11-5055038
86	44.384.03/0000-1997.817.948-87	ELICA SANCAETANENSE DE FUTEBOL	BINGO VISCONDE	21002600ATIVA	R. VICTOR DE MATHIAS 64	NOVA GERTY	SAO CAETANO DO SUL	SP	09571- 380	1-	23187016
87	07.874.99/0000-1200.794.461-15	J.S. PROMOCOES E EVENTOS LTDA	BINGO VITORIA	10402000ATIVA	R. VICTOR DE MATHIAS 64	CENTRO	RIO VERDE	GO	715011- 380	3-	23187016
88	04.635.04/0000-1700.754.401-04	TELLES - EVENTOS E PROMOCOES LTDA	BINGO VITORIA	20402000ATIVA	R. RAFAEL NASCIMENTO 406 SALA 02	CENTRO	CARAPICUBA	SP	06370- 140	1-	11-41674410
89	02.884.70/0000-1202.84.933-21	XV DE NOVEMBRO ADMINISTRACAO E EVENTOS LTDA - EPP	BINGO XV	250021999ATIVA	TR. GUILHERME TOZZI 82 SALAO 1	CENTRO	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	173310- 370	131.3921-	350
90	01.478.07/0000-1445.128.006-15	MARIA TERESA M GONCALVES ME	BINGOS BAR	104071999ATIVA	R. XV DE NOVEMBRO 198	JACARAPE	SERRA	ES	59173- 575	350	
91	04.941.35/0000-1209.330.107-38	SANDRA DA CONCEICAO LIMA	BINGOS BAR	250023003ATIVA	R. PASAGUACU 27A	N.S. APARECIDA	COLATINA	ES	29703- 750		
92	04.381.33/0000-1465.481.931-62	ADRIANO DA SILVA SA - ME	BINGOS BAR	19072001ATIVA	M. ANTONIO ENCRACIO 511 TERREO	VILAMARIA	GENERAL SALGADO	SP	13300- 000		
93	04.988.13/0000-1201.741.848-99	CARDOSO E SAMBODOTTO RESTAURANTE LTDA	BINGOS FRANCOIS	130020004ATIVA	AV. DOMENICO RAO 1656	JARDIM GISETE	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	15841- 158	7-2384281	
94	07.371.05/0000-1315.463.186-30	PRATES GAMES LTDA	BLACK JACK - VIDEO BINGO	18012003ATIVA	R. MIGUEL ZEKATI 2360	ARRAIAL DAJUDA	PORTO SEGURO	BA	45810- 000	11- 2122482	11- 2122482
95	05.023.42/0000-1154.863.408-34	BINGO BOA VIAGEM ADMINISTRACAO PARTICIPACOES E EVENTOS LTDA	BOA VIAGEM	10402000ATIVA	AL DOS OTIS 50	BOA VIAGEM	NEULIFE	PE	51020- 590		
96	03.538.31/0000-1517.194.839-68	BOLA DA VEZ BINGO ELETRONICO LTDA	BOLA DA VEZ	190171999ATIVA	AV. FERNANDO SIMES BARBOSA 246	JARDIM ALVOLAIA	MAZINGA	PR	87033- 230		
97	02.939.32/0000-1282.889.408-30	BOLA UNICA BINGO ELETRONICO LTDA	BOLA UNICA	190171999ATIVA	AV. LUCILIO DE HELD 10	QUADRA NORTE	LONDRIUM	PR	86086- 000		
98	01.781.34/0000-1774.171916-00	ANGELA MARIA DE FREITAS NOGUEIRA ME	BOLINHA DA SORTE LOTERIAS E BINGOS	170171999ATIVA	R. SAUL ELKIND 27	CENTRO	TAUBA	MG	15680- 855	2-	24419318
99	04.387.95/0000-1204.307.700-04	SAA MARTINS & CARDOSO LTDA	ROLINHA PALACE BINGO	19072001ATIVA	R. MANOEL GONCALVES 23 31	CENTRO	RIO GRAPDE	NS	86200- 150		
100	03.03.05/0000-1241.321.281-01	ANGEL COMERCIALIZACAO PRESTACAO DE SERVICOS EN GRUPAMENTOS ELETRO ELETRONICOS LTDA	BRAS BINGO	200721999ATIVA	LUIZ LOREA 376	BRAS	SAO PAULO	SP	01002- 000		
101	03.120.68/0000-1400.291.810-68	LOJAS BINGO ELETRONICOS LTDA	BRASIL BINGO	280471999ATIVA	AV. RANGEL PESIANA 2066	CENTRO	PASSO FUNDO	RS	99010- 033	34-3120267	34-3120267
102	02.935.67/0000-1245.913.118-40	ROSA BAISSO GOUVEIA ME	BUNCO BINGO BAR UEGRAUS	190721999ATIVA	R. GENERAL NETTO 33	JO MONTE ALEGRE	GUARARA	SP	14840- 000		
103	02.728.05/0000-1885.051.890-00	ADMINISTRADORA DE JOGOS SCHNEIDER LTDA	CAESAR'S PALACE BINGO	210021999ATIVA	R. NELLO PETRINI 22	CENTRO	CANELA	RS	95680- 000	154.278	154.278
104	04.707.56/0000-1795.893.118-49	CEATEX NH LTDA	CAESAR'S PALACE BINGO	090102001ATIVA	R. AUGUSTO PESTANA 280	CENTRO	NOVO HAMBURGO	RS	91320- 005	213	213
105	04.855.03/0000-123.281.148-45	CHIVAS RINHAL FUTEBOL CLUBE	CAFFE BINGO	30072001ATIVA	AV. PEDRO ADAMS FILHO 4319	CENTRO	ESPIRITO SANTO DO PIRATUNHA	SP	13990- 000	319.3651-	319.3651-
106	03.414.01/0000-1207.513.444-15	CB - ADMINISTRADORA DE EVENTOS PROMOCIONAIS E SERVICOS LTDA	CAJAZEIRAS BINGO	270971999ATIVA	R. JOE BERNARDINI 170	CENTRO	CAJAZEIRAS	PB	53900- 000	371	371
107	02.982.31/0000-1203.764.250-91	PIE ROSINI & ROSA LTDA	CARLTON MASTER BINGO	010719999ATIVA	R. GERMINIANO DE SOUZA SN	CENTRO	CANAQUA	RS	96180- 000		

[illegible]

01	181.0810001-1004.579.900-27	BINGO CONTAGEM LTDA	CONTAGEM - MG	31/05/1998	ATIVA	AV LONDRES 80	NOVO ELDOorado	CONTAGEM	MG	22140-570	(2131) 3510-541
02	123.7400001-1004.500.570-20	MULTIBINGO JOGOS ELETRONICOS LTDA	CONTINENTAL BINGO	15/09/1997	ATIVA	AV DR. WALTER JOLOBIM 2X	JAMUÍ LINDOIA	PORTO ALEGRE	RS	91050-230	(2131) 3510-541
03	638.9400001-1001.300.887-08	CORTINENTAL ENTRETENIMENTOS E PROMOCOES LTDA	CONTINENTAL BINGO	10/09/2004	ATIVA	AV DOS EXPEDIENTARIOS 8C	CENTRO	CAMPINAS	SP	13013-19-140	(321) 8688
04	337.6200001-1074.775.320-04	CORTINENTAL PALACE BINGO LTDA	CONTINENTAL PALACE BINGO	09/12/1997	ATIVA	R TEN. CEL BRITO 675	CENTRO	SANTA CRUZ DO SUL	RS	96100-000	(51) 3715-4488
05	372.3400001-148.167.868-30	KPA MARKETING E PROMOCOES LTDA	KORAL PALACE BINGO	18/02/1996	ATIVA	AV PEDRO ADAMS FILHO 5761	CENTRO	NOVO HAMBURGO	RS	91310-560	(51) 593-8772
06	028.2800001-1491.951.270-20	B1 BINGO DIVERSOES ELETRONICAS LTDA	CRICUMA BINGO	12/07/1994	ATIVA	R JOAO PRESSOA 152	CENTRO	CRICUMA	SC	88801-510	(48) 801-8772
07	955.1600001-1850.572.470-53	ADMINISTRADORA DE JOGOS ELETRONICOS E DIVERSOES PEREIRA LTDA	CRICUMA GOLD BINGO	21/07/1994	ATIVA	R JATAI 588	CENTRO	CRICUMA	SC	88801-150	(48) 801-8772
08	781.0600001-1553.335.080-04	ADMINISTRADORA DE JOGOS CRUZ ALTA LTDA	CRUZ ALTA PALACE BINGO	02/05/2004	ATIVA	R GENERAL FELIPE PORTINHO 793 SALA 03	CENTRO	CRUZ ALTA	RS	98005-500	(51) 3715-4488
09	295.4700001-1587.461.470-49	EXPANSAO PROMOCOES DE EVENTOS ARISTICOS LTDA	CRYSTAL PALACE BINGO	01/11/1994	ATIVA	R DE FAIVRE 117	CENTRO	CRUTIBA	PR	86050-140	(41) 3715-4488
10	010.3100001-1921.381.330-04	CB ADMINISTRADORA DE BINGO LTDA	CRYSTAL PALACE BINGO	19/04/2004	ATIVA	R MARECHAL FLORIANO HEINHO 123	CENTRO	PELOTAS	RS	96015-440	(51) 3715-4488
11	845.6000001-146.967.130-53	DALCELLIS BROWN BINGO LTDA	DALCELLIS BROWN	26/01/1994	ATIVA	AV SAO LEOPOLDO 165	CENTRO	CAMPO BOM	RS	91700-000	(51) 3715-4488
12	321.4500001-170.998.400-23	ADMINISTRADORA DE JOGOS DEGA LTD	DEGA BINGO	06/07/1994	ATIVA	AV SAO LEOPOLDO 165	NOVA SAMPULIA	SAPUCAIA DO SUL	RS	91210-000	(51) 3715-4488
13	161.0640001-170.734.540-08	ADMINISTRADORA DE JOGOS ELETRONICOS REAL LTDA	DIAMANTI - GUARAPUAVA	18/05/1994	ATIVA	R THEODORICO PORTO DA FONSECA 1028	CENTRO	GUARAPUAVA	PR	81010-010	(42) 6274-5272
14	051.1300001-183.483.330-20	PROMOTORA DE EVENTOS DIAMANTE LTDA	DIAMANTI BINGO	31/07/2004	ATIVA	RUA GUARA, 1 833 - CENTRO	SETOR CENTRAL	AMAGUAMA	TO	97803-140	(55) 993-570
15	116.3700001-1801.791.425-07	ARTONIO SANTIAGO OUTRAME	DICO BINGOS BAR	14/03/1994	ATIVA	AV PRIMEIRO DE JANEIRO 158	SÃO MATEUS	SÃO PAULO	SP	01952-010	(11) 3715-4488
16	702.2300001-1012.606.100-67	ELBORADO ADMINISTRADORA DE BINGOS LTDA	ELBORADO ADMINISTRADORA DE BINGOS LTDA	28/05/2004	ATIVA	R FRANCISCO DEMAGALHANS 13 A	BAIRRO ELDOorado	CONTAGEM	MG	22315-000	(2131) 3510-541
17	745.9400001-1023.423.137-80	TEBBIN REPRES (IMP. EXP. COM. E EXPLORACAO DE JOGOS DE DIVERSOES PARTICIPACOES LTDA	EL PRONICAS ADM DE BINGOS E PARTICIPACOES LTDA	07/08/04	ATIVA	AV DAO CESAR DE OLIVEIRA 1015	CENTRO	GUARAPUAVA	RJ	23940-000	(21) 3715-4488
18	081.8700001-1445.694.574-49	ESPERANCA EMRENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	ESPERANCA BINGO	11/03/1994	ATIVA	R JOAO FRANCISCO WRIGHT 343 JOA II PARTE	CENTRO	ABREU LIMA	PE	53510-050	(55) 993-570
19	259.4400001-1442.491.491-40	CLARO DE SOUZA BAR	ESQUINA BAR BINGO	00/05/2004	ATIVA	AV BUQUE DE CAXIAS 582 TERREO	CENTRO	ABARANGUA	SC	88800-000	(48) 801-8772
20	415.5100001-1447.591.160-60	LUANNO ALCEBIANES MACHADO	ESQUINAO BINGO	26/12/1994	ATIVA	AV CEL JOAO FERNANDES 54	CANABARRIO	LEUTONA	RS	91800-000	(51) 3715-4488
21	090.9700001-140.579.090-91	EURO BINGO LTDA	EURO BINGO	03/06/2004	ATIVA	R D PEDRO II 626 SALA 02	BACACHERI	CURTIBA	PR	82510-160	(41) 3715-4488
22	067.2500001-1824.791.606-25	EURO EMPRE ENDIMIENTOS E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	EURO BINGO	07/01/2004	ATIVA	R PREFEITO ERASMO GUERINER 149-5 TERREO	CENTRO	BELO HORIZONTE	MG	30110-070	(31) 3715-4488

03841 164/0001-701 764.250-91 PIETROSKI E VEITZKE LTDA	EVEREST PALACE BINGO	36052/0001ATIVA	AV BENTO GONÇALVES, 2040	PARTIDON	PORTO ALEGRE	RS	90654-007	511.3315- (51) 33157-5128
04336 195/0001-1510 094 810-49 ADMINISTRADORA DE JOGOS SS LTDA	EVIDENCE PALACE BINGO	17057/0001ATIVA	R ACAMPAMENTO 355	CENTRO	SANTA MARIA	RS	97054-002	555) 222 2335
04335 091/0001-60 603 910-04 ADMINISTRADORA DE JOGOS SARANDI LTDA	EAST BINGO	22112/0001ATIVA	AV ASSIS BRASIL 6925	SARANDI	PORTO ALEGRE	RS	9114-001	511 13365-7345
02714 309/0001-113 910-15 PENIX PALACE BINGO LTDA	PENIX	28071/0901ATIVA	R JOVENCIO LEMOS 41 5157	CENTRO	BAIXE	RS	96404-030	40053) (2148) 3822 8420-415 1853
04313 568/0001-406 378 810-38 ADMINISTRADORA DE JOGOS CRESPO LTDA	FLASH BINGO	24042/0001ATIVA	R MAIA CEDORO 659	CENTRO	PELITAS	RS	96407-020	51.2222200 53-2222200
04313 368/0001-406 378 810-34 ADMINISTRADORA DE JOGOS CRESPO LTDA	FLASH BINGO	24042/0001ATIVA	AV INDEPENDENCIA 719 SALA 2	CENTRO	GAMBALDI	RS	95721-000	
02911 249/0001-431 062 100-32 MENDES, VIEIRA & CIA. LTDA	PONTE PALACE BINGO	15712/0901ATIVA	R BENJAMIM CONSTANT 557	CENTRO	ITUJ	RS	98700-000	555- 5126100
04610 965/0001-474 356 170-91 CELTA ADMINISTRADORA DE EVENTOS LTDA	FORTUNAS BINGO	16042/0001ATIVA	AV ASSIS BRASIL 2744	CRISTO REITOR	PORTO ALEGRE	RS	91014-006	511) 3141- 2251
03380 402/0001-12 812 270-72 FORTUNA 5 BINGO LTDA	FORTUNAS BINGO	02081/0901ATIVA	AV ELORES DA CUNHA 2044	CENTRO	CACHOEIRA DO SUL	RS	9394-010	511) 471 7570
04377 304/0001-159 041 076-04 LOTERIA PERMANENTE GAMA LTDA	GAMA BINGO	04042/0001ATIVA	ST HOT LOTE 3 - 1 PA 5 BT CENTRAL 579 SALAS 01 A 113	GAAMA	BRASILIA	DF	72940-060	2601- 061- 4845480 4845480
03949 643/0001-449 571 718-76 GENERAL PROMOCOES PRODUÇÕES E PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS LTDA	GENERAL BINGO	14072/0001ATIVA	R BENTO FREITAS 335	VILA BUARQUE	SACPAULO	SP	01722-000	
03364 741/0001-667 054 048-34 GOLD PROMOCOES & EVENTOS LTDA	GOLD BINGO	22002/0001ATIVA	R 444 RT NESIA 240	APARECIDA	LIBERLANDIA	MG	38400-006	3145113 314
02254 729/0001-104 249 540-49 GOLD BINGO RECREACOES LTDA	GOLD BINGO	02101/0901ATIVA	AV NOSSA SRA DAS DORES 08 FUNDOS	CENTRO	SANTA MARIA	RS	97054-030	551- 8652138 535) 222 7076
03747 974 0001-800 085 602-49 GOLD PRODUTOS E COMERCIO LTDA	GOLD BINGO	11081/0901ATIVA	LOC FOLHA 32 SN QD007 LT B1 A 83	NOVA MARUBA	MAFABA	PA	68500-035	
03305 012/0001-447 305 300-04 PORTAL - ADMINISTRADORA DE MARKETING PROMOCOES LTDA	GOLD BINGO	13002/0001ATIVA	RDV RS 239 3410	DESTE	SAPRANGA	RS	93804-000	511 15908- (11) 15903-199 221
03367 423/0001-301 362 392-87 GOLD BINGO PROMOCOES E EVENTOS LTDA	GOLD BINGO MANAUS	09071/0901ATIVA	AV FLORIANO PEIXOTO 36	CENTRO	MANAUS	AM	69000-031	592 16337- 072
03397 914/0001-804 010 230-34 ADMINISTRADORA DE BINGOS TAQUAR LTDA	GOLD BINGO TAQUAR	16032/0001ATIVA	R SETE DE SETEMBRO 2235 SALA 415	CENTRO	TAQUAR	RS	95804-000	531 16533- 164
03319 767/0001-162 780 019-34 BINGO CAMPOS GERAIS LTDA	GOLDEN BINGO	15022/0001ATIVA	R DR COLARES 320	CENTRO	PONCA GROSSA	PR	84014-010	42-2249170 42-2241390 442) 224 (42) 1200 2250096
03308 770/0001-400 655 960-72 CANDAS PALACE BINGO LTDA	GOLDEN BINGO	12117/0901ATIVA	R TRACANTES 271	CENTRO	CANDAS	RS	93014-260	511 14563- 072
03378 001/0001-301 449 485-65 GOLDEN BINGO LTDA	GOLDEN BINGO	22102/0001ATIVA	R JAPAO SN QD 19 LIT 19/20	PRQ ESPLANADA III	VAIPARAISO DE COIMS	GO	7237-019	
03378 001/0001-301 449 485-63 GOLDEN BINGO LTDA	GOLDEN BINGO	07001/0001ATIVA	AV JK SN QD 12 LIT 19/14	JDM BRASLIA	AGLAS UNIDAS DE COIMS	GO	73814-000	
03378 001/0001-301 449 485-63 GOLDEN BINGO LTDA	GOLDEN BINGO	21002/0001ATIVA	AV TOCANTINS 375 TERRECOES ANINO	SECTOR CENTRAL	GOINIA	GO	7401-010	22-3132799 21652 2132-978

[illegible]

38.901.416.0000-137.021.914-15	IMPERIAL LANCHONETE LTDA - ME	MATERIAL BINGO	240620004ATIVA	R. SANTA TERESA 30	CENTRO	COTIA	SP	06710-11-15 2225941	11-46164483
38.901.416.0000-137.021.914-20	IMPERIAL ADMINISTRADORA DE ENTRETENIMENTOS LTDA	IMPERIAL BINGO E GAMES	100012000ATIVA		CENTRO	CAMPINA GRANDE	PB	54101-550 2088233	
32.997.52810000-243.860.638-72	TRIETONIA VILLIA PRODUTORES E ENTRETENIMENTO LTDA	INTER BINGO	12670004ATIVA	R. JOAO SIASSUNA 60	INTERLAGOS	SÃO PAULO	SP	04661-200 012	
32.997.52810000-243.860.638-11	VO EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	INTERGAMES BINGO	130420004ATIVA	AV INTEL AGOS 223 JARCOS 17517-1	CENTRO	CATANDUVA	SP	15808-012 221222	
01.111.48410000-143.016.714-68	P.H.C BINGOS DO BRASIL LTDA	PIRANGA GOLDEN BINGO	150641994ATIVA	PO DAS AMERICAS 82	CENTRO	SÃO LOURENÇO DA MATA	PE	54734-970 0022	
32.329.3410000-128.366.403-10	PAULI EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA	JANGADA BINGO	076041994ATIVA	R. AGASSINONI MAGALHÃES 38	CENTRO	FORTALEZA	CE	60022-120 2512537	
01.818.1720000-453.407.689-20	ELIZANETE WILHELM DE CASTRO & CIA LTDA	KENNEDY CENTER BINGO	160541994ATIVA	R. FLORIANO PEIXOTO 098	AGUA VERDE	CURITIBA	PR	80616-010 225933(4)2246314	041-2538099
03.415.62410000-465.567.581-40	LACOS SERVIÇOS LTDA	LAKES BINGO	280012000ATIVA	AV PRESENNEDY 200	LAGO SUL	BRASILIA	DF	71611-580 614938800	
03.111.1110000-146.050.488-06	LOUGLAS CAMPARO - ME	LANCHONETE VIDEO BINGO JUQUIA	110620004ATIVA	SHS Q106 CENTRO COMERCIAL BLOCO 101002 LOJAS	FLORESTA	JUQUIA	SP	11800-000 20074710	
32.997.52810000-243.860.638-72	ADMINISTRADORA DE EVENTOS E JOGOS ELETRONICOS LAS VEGAS LTDA	LAS VEGAS BINGO	150641994ATIVA	R. MARIACABRAL MUIVIZ 187	CENTRO	FOZ DO IGUAÇU	PR	85651-000 443523	
32.320.66410000-468.961.210-53	ADMINISTRADORA DE JOGOS ALDEIA DOS ANJOS LTDA	LAS VEGAS BINGO	060120004ATIVA	AV BRASIL 137	DOM JOAO BECKER	GRAVATAI	RS	94050-000 511488	
32.448.8100000-463.183.728-60	C. E. AGUIAR - EPP	LAS VEGAS BINGO	221041994ATIVA	AV DONALD CANDIDO LUZ DE OLIVEIRA 325	CENTRO	RONDONÓPOLIS	MT	78700-065 2213005	
01.773.95010000-104.960.976-72	CARCI & ROFATO LTDA	LAS VEGAS BINGO	170641994ATIVA	AV CUIABÁ 1337	COMERCIAL	CRUZEIRA	SC	88000-048 4310196	048-4330196
04.213.6130000-433.013.984-91	LAS VEGAS BINGO LTDA	LAS VEGAS BINGO	230100004ATIVA	R. 11 DE MAIO 574	CENTRO	SACABAL	MA	65700-000 2114206	
03.116.98810000-468.961.210-53	SILVA & ASS PROMOCÃO DESPORTIVOS LTDA	LAS VEGAS BINGO	011000024ATIVA	R. MAGALHÃES DE ALMEIDA 112	CENTRO	CURITIBA	PR	80010-020 212237283	
03.094.12410000-463.942.381-87	N.M. EVENTOS PROMOCOES E DIVERSOES ELETRONICAS LTDA	LAS VEGAS BINGOS	260420004ATIVA	R. PEDRO VIVO 27	SECTOR CENTRAL	GOIANIA	GO	74012-020 220249	621224010622372919
32.997.52810000-243.860.638-11	LUIS CARLOS ASSOC. CARATINI - ME	LAS VEGAS VIDEO BINGO	270620004ATIVA	R. 03 1031QD 19 LT 48E	CENTRO	SINIMBU	RS	91680-011 200	51-2717704037131416
32.846.67710000-271.963.870-49	ADMINISTRADORA DE PROGNOSTICOS ANIAO LTDA	LEOPOLDINA BINGO	080820004ATIVA	AV FLORES DA CUNHA 749	SARANDI	PORTO ALEGRE	RS	91146-000 70861	91-2644506
04.218.90610000-229.224.683-04	LINS DE VASCONCELOS ADMINISTRACAO E COMERCIO LTDA	LINS BINGO	211200004ATIVA	AV BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA 2488	ASA SUL	BRASILIA	DF	70861-035 04111	51-131135575
04.818.90610000-229.224.683-04	LINS DE VASCONCELOS ADMINISTRACAO E COMERCIO LTDA	LINS BINGO	20122001ATIVA	SHC SUL QUADRA 512 BLOCO C.1 33 LOJA 01	CAMBUCI	SÃO PAULO	SP	011-25752373	2161
03.216.39010000-244.946.133-04	FOUM & ROSSATO LTDA	LONDINA PARK BINGO	08082001ATIVA	AV LINS DE VASCONCELOS 1033	JO. SHANGRI-LA	LONDINA	PR	86074-010 200	4433327
02.521.07710000-139.272-34	M.A. S. FERREIRA	LOTUS BINGO	13051994ATIVA	AV RIO BRANCO 86	COMERCIO	BELEM	PA	66010-040	
02.521.07710000-139.272-34	M.A. S. FERREIRA	LOTUS BINGO	13051994ATIVA	R. SANTO ANTONIO 21	COMERCIO	BELEM	PA	66010-040	

03.517.7540001-006.428.000-01	PAIVA & SANTOS PROMOÇÕES EVENTOS - EPP	MACAPÁ BINGO	18/11/1998	ATIVA	AV. MADRE JULIA MARIA LOMBARDO 133	CENTRO	MACAPÁ	AP	68990-030	06-2242387-963	2239304
00.020.9400001-134.303.824-49	MAÇEIO GOLDEN BINGO DIVERSÕES LTDA	MAÇEIO GOLDEN BINGO	31/01/1998	ATIVA	AV. ALVARO OTACILIO 2991 SALA 05	PONTA VERDE	MAÇEIO	AL	57035-160	92233	1868-6
02.077.4000001-000.408.874-07	EMPRESA BRASDE DIVERSÕES ELETRONICAS - MAGIC BINGO LTDA	MAGIC BINGO	03/08/1998	ATIVA	R. FELIPE SCHMIDT 232	CENTRO	FLORIANÓPOLIS	SC	88010-000		
02.715.1840001-438.103.760-13	ADMINISTRADORA DE JOGOS VARRERA LTDA	MAKA BINGO	01/09/1998	ATIVA	PCAFERREIRA PAROBE 120	CENTRO	PONTO ALEGRE	RS	91220-580		
04.703.9800001-893.109.453-49	MAZANHÃO DOSUL VIDEO LUTERIA E BINGO LTDA/ME	MAZANHÃO DO SUL DIVERSÕES ELETRONICAS	08/02/2000	ATIVA	R. CÂMLLO DA PAIXAO CEARENSE 411	DOM PLACALTO	IMPERATRIZ	MA	55912-290	26-5244458	58-5242739
24.154.6900001-741.803.744-72	MARCIA CRISTINA VIEGAS BARRETO ME	MARCIA VIDEO BINGO	20/01/1998	ATIVA	R. CARLOS NIGRE 39 B	CASA CAJADA	OLINDA	PE	53110-520	31-32412101	81-1412110
01.473.4200001-260.008.681-44	MARILIA PARK DIVERSÕES E EVENTOS LTDA	MARILIA PARKS BINGO	01/09/1998	ATIVA	R. 9 DE JULHO 813	CENTRO	MARILIA	SP	13598-110		
03.619.8120001-205.329.008-79	M.T.S. CORADASI & CIA LTDA	MASTER BINGO	26/01/2000	ATIVA	MCARUI BARBOSA 426	CENTRO	APOCANA	PR	85800-700	41-12323	813
03.979.1570001-521.878.735-20	BINGOPEL ADMINISTRADORA DE BINGOS LTDA	MASTER BINGO	04/07/2000	ATIVA	R. GERALDO DOSÍDIO 267	CENTRO	PELOTAS	RS	96020-000		
01.322.3810001-244.468.960-68	MARTINS BUENO & ARGILES LTDA	MASTER BINGO	06/09/1998	ATIVA	R. 15 DE NOVENBRO 532	CENTRO	PELOTAS	RS	96015-000		
05.864.0100001-1373.359.310-53	PEQUENITE DIVERSÕES E ENTERTENIMENTS LTDA - EPP	MASTER BINGO	06/09/2000	ATIVA	AV. BRASIL 1391 SOBRLEJOIA	CENTRO	RAUREARIO CAMBORIU	SC	88310-000	27-6426988	47-6423638
03.920.9800001-233.146.234-41	BIOVERDE ADMINISTRADORA DE EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	MASTER BINGO	07/09/2000	ATIVA	AV. PRESIDENTE VARGAS 279	CENTRO	RIO VERDE	GO	73901-040	31-9143893	
02.436.2200001-009.197.558-71	CDM COMERCIO LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS LTDA - EPP	MASTER BINGO	02/03/1998	ATIVA	R. DR ODILON DE SOUZA MIRANDA 240	VILASAO JOAO	CACAPAVA	SP	12281-040	31-4552809	1-39332702
04.740.1510001-205.962.946-20	MAX BINGO LTDA	MAX BINGO	22/02/2000	ATIVA	REMPORTE OLIMPIAS 508 BIOTO A	ASA NORTE	BRASILIA	DF	70720-510	461-1852392	041-1311588
00.929.4070001-477.498.805-87	L. C. CARBOSO CONFECÇÕES	MAXI BINGO	24/11/1998	ATIVA	R. BARAO DO AMAZONAS 107 AP 4 COL	PETROPOLIS	PORTO ALEGRE	RS	90010-004	31-4136078	
02.026.0720001-1884.065.275-20	MARCO ANTONIO PACHECO MEDEIROS LOTERIAS	MEDIEIROS BINGOS E LOTERIAS	23/06/1998	ATIVA	AV. 1 DE JUNHO 550	CENTRO	DIVINÓPOLIS	MG	35500-002		
00.467.2600002-866.448.660-87	AVIRIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	MEGA BINGO	29/09/1998	ATIVA	R. PABIANA 2845 FUNDOS SARDUJ	CENTRO	CASCAVEL	PR	83803-117	43-221313	
02.901.0420001-226.341.001-59	F. SINGIO F.D.E. ME	MEGA BINGO	17/02/1998	ATIVA	AV. SENADOR SALGADO FILHO 2233 LOJ 300	MIRASSOL	NATAL	RN	59078-210		
05.811.1140001-201.258.830-49	FELIPE CARVALHO DA SILVA	MEGA VIDEO BINGO	03/08/2000	ATIVA	AV. FELLESTINO CAVALHEIRO 342 CASSI	CENTRO	SÃO GABRIEL	RS	97300-300	24-2265242	
07.413.4300001-210.408.823-20	CEARA BINGO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	MERCADO DO BINGO	27/04/2000	ATIVA	R. EDICOR FAÇO 1	FARAS BRITO	PORTALEZA	CE	60010-730		
02.286.5620001-4448.613.794-20	JOSE ALVES DOS SANTOS MERCERIA - NE	MERCARIA BINGO BAR	04/02/1998	ATIVA	R. CAPITAO BRAZ DA ROCHA 12 UR - 04	BURAC	RECIFE	PE	51300-040		
07.459.0680001-1031.330.897-05	MERCURIO DIVERSÕES E LAZER DE TABORAIA LTDA	MERCURIO BINGO	29/04/2000	ATIVA	R. DR. PEREIRA DOS SANTOS 207 LIS 04.01.06.11 A.19	CENTRO	TABORAIA	RJ	24800-000		
45.301.4310002-020.548.714-01	LIGA SANCARLENSE DE FUTEBOL	METROPOLITAN BINGO	22/11/2000	ATIVA	R. CARMINIANO COSTA 081	CENTRO	SÃO CAULOS	SP	13540-040	15181-307-37955	

01345 976-0001-254 954.999-49	MIDAS GOLDEN BINGO	96012020ATIVA	AV JOAO GUALBERTO 675	ALT. DA GLORIA	CURITIBA	PR 80030-001	MI-2831549 (41) 232 5525	(14) 3029- 132
01346 040-0000-187 664.429-04	MILLENIUM VILLAGE BINGO	08121999ATIVA	R VOLUNTARIOS DA PATRIA 252	CENTRO	CURITIBA	PR 80020-000	(4123) 2292-3	(4132) 3582-
01383 480-0000-392 010 304-00	MINAS BINGO LTDA	13071099ATIVA	R BARRARA HELIODORA 374	CENTRO	GOVERNADOR VALADARES	MG 00 516 150	(3332) 7740-24	
01170 780-0000-257 011 1391-72	MINAS - GOVERNADOR - MG	03051999ATIVA	OSA D1 SN LOTE 15	LAGUATINGA SUL	BRASILIA	DF 72015-010		
01245 494-0000-008 707 238-01	MINEIRO VIDEO BINGO	10060202ATIVA	R MARECHAL DEODORO 1236	CENTRO	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP 09710-002	(1141) 2-07-33	
01252 430-0000-497 480 648-68	MIRAGE II - SBC	06101999ATIVA	R AUSAONIA 388 PARTE	VILA MAZEE	SÃO PAULO	SP 02304-090		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MISTER BINGO	18102001ATIVA	AV DATEL 1149	BATEL	CURITIBA	PR 80420-090		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MISTER CARLO BINGO	18102001ATIVA	R MANOEL JENETE 115	CENTRO	2405 TORO	PA 59031-020		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	AV BEZERRA DE MENEZES 2490 LOJA 82	ALAGADILLO	FORALEZA	CE 50135-002	(85) 2874473 226 5908	(85) 2874473 226 5908
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	AV FRANCISCO DE PAULA LEITE 1703	JOM. CALIFORNIA	INDAIALUBA	SP 13343-090	(19) 3873- 8108	(19) 3873- 8108
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	AV T-9 2385 QD 324 LT. 2	JARDIM AMERICA	COLANIA	GO 74270-020	(62) 12510- 634	(62) 12744- 708
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	R BAPTISTA DE CARVALHO 431 15	CENTRO	BAURU	SP 17010-000		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	R BERNARDINO ANGELO 1114	CENTRO	DOM PEDRITO	MS 59410-000		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	AV PRES. EPTACIO REIS 1019	TORRE	JOAO PESSOA	PB 58019-000		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	BLOC D 203 COND. LASBRISAS	MARANHÃO NOVO	SÃO LUIS	MA 65061-070		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	R DA PALMA 66	CENTRO	SÃO LUIS	MA 65010-040		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	TR. PADRE EUTÍQUIO 1128	BAPTISTA CAMPOS	BELEM	PA 66023-710		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	AV. CEL. ESTEVAM 1122	ALCERIM	SALV	RN 59010-84		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	R RIACHELO 569	CENTROSUL	TERESINA	PI 45000-090		
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	AV CANDIDO DE ABREU 470 TERREO	CENTRO	CURITIBA	PR 80010-000	(41) 3019- 2265348	(41) 3019- 2265348
04735 630-0000-1818 571 459-91	MONTÉ CARLO BINGO	18102001ATIVA	R MARECHAL PRODORO DA FONSECA 201	CENTRO	JUNDIAI	SP 13301-002	(11) 45220042	(11) 45220042

53.264.128.0003-846.459.038-15	ELICA SANTISTA DE VOLEIBOL	PALACIO DO BINGO	01/06/2001	ATIVA	R VERGUEIRO 10/7	NILAMARIANA	SÃO PAULO	SP	04.01.01-000	
04.04.02.028.0001-138.478.608-10	ASSOCIAÇÃO NORDE-AN DESPORTES	PARIS BINGO	22/07/2002	ATIVA	AV. VER NELSON DAVILA 1371	JOIATACEDIDA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	12.24.5-010	
04.04.02.028.0001-733.887.097-20	PARIS COMERCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS PARA BINGOS LTDA - EPP	PARIS BINGO	08/17/2001	ATIVA		CENTRO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP	12.01.5-100	
04.04.02.028.0001-860.028.870-49	RODRIGO JOGOS ELETRONICOS LTDA	PARIS VIDEO BINGO	13/12/2004	ATIVA	R. ANTONIO DE GODOY 2.401	RAMALDA	GUARIBA	RS	97.500-000	
04.04.02.028.0001-200.543.770-00	ADMINISTRADORA DE EVENTOS PONDENSE LTDA	PRINDA BINGO	08/02/2004	ATIVA	R. NESTOR DE MOURA JARDIM 1531	CENTRO	PINDAMONHANGABA	SP	12.41.2-010	12.13648-2251
04.04.02.028.0001-561.838.415-40	BOURGES NASCIMENTO ENTERTAINMENTOS LTDA	PITUBA BINGO	17/07/2002	ATIVA	AV. DR. JORGE TIBERICA 791		SALVADOR	BA	41.900-015	71.241.461
04.04.02.028.0001-513.872.130-44	DEL PAULO E CAMARGO LTDA	PLANET BINGO	23/06/2001	ATIVA	AV. MANOEL DIAS DA SILVA 200	SUBURBIO DE ANAQUARA	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	97.571-011	71.231.960
04.04.02.028.0001-131.260.887-08	VALGECRY EMPREENDIMENTOS, LAZER E TURISMO LTDA	PLANET BINGO	19/02/2005	ATIVA	R. DOS ANDRADAS 719	CENTRO	SÃO DAS NEGRAS	RJ	28.990-000	
04.04.02.028.0001-244.278.455-87	L & V - COMERCIO E ADMINISTRACAO LTDA	PLANETA BINGO	26/01/2005	ATIVA	ROD. AMARAL PEIXOTO 4863	CENTRO	FLORIANOPOLIS	SC	83.010-001	
04.04.02.028.0001-384.498.405-63	LUSAM ADMINISTRADORA DE JOGOS LTDA	PLANETA BINGO - RS	13/06/2001	ATIVA	R. TESENTE SILVEIRA 403 SUBSOLDO	CENTRO	SÃO GABRIEL	RS	97.500-000	55.12324-022
04.04.02.028.0001-160.478.770-87	PLAY BINGO BAR E HOLICHELTA LTDA	PLAY BINGO	06/02/1999	ATIVA	R. GERALMA MACET 763 SALA 01	PASSO D'AREIA	PORTO ALEGRE	RS	91.340-110	
04.04.02.028.0001-268.137.768-10	TRIANGULO ADMINISTRACAO DE BINGOS LTDA	PLAY BINGO	21/01/1999	ATIVA	R. TILO DE ROSE 1001 PAV	CENTRO	ARAGUARI	MG	83.440-072	34.01222-534
04.04.02.028.0001-474.767.382-68	MEIRA & RIGONI ADMINISTRADORA DE JOGOS LTDA	PLAY BINGO	06/02/2001	ATIVA	AV. DOUTOR AFRANIO 187	CENTRO	BAGÉ	RS	96.400-100	
04.04.02.028.0001-830.684.259-87	PRIVISC COM.IMP. EXP. DO BRASIL LTDA	PLAY GAMES - BINGO E LOTERIAS	22/01/2001	ATIVA	R. GERALDO GOSHO 554 CASA	CENTRO	CUMITIBA	SC	89.520-000	
04.04.02.028.0001-830.684.359-87	PRIVISC COM.IMP. EXP. DO BRASIL LTDA	PLAY GAMES - BINGO E LOTERIAS	23/07/2002	ATIVA	AV. SALVADOR CARNEIRO DE ALMEIDA 31	CENTRO	JOACABÁ	SC	89.660-000	
04.04.02.028.0001-830.684.359-87	PRIVISC COM.IMP. EXP. DO BRASIL LTDA	PLAY GAMES - BINGOS E LOTERIAS	30/05/1999	ATIVA	AV. XV DE NOVENBRO 214 SALA D	CENTRO	CANGUINHAS	SC	89.460-000	017-017
04.04.02.028.0001-200.015.110-04	MAAPE ADMINISTRADORA DE JOGOS LTDA	PLAZA BINGO	25/01/1999	ATIVA	R. VIDAL RAMOS 75	CENTRO	JOIM PEDRITO	RS	96.450-000	0223780
04.04.02.028.0001-493.048.398-87	BINGO PONTO DA SORTE LTDA	PONTO DA SORTE - MG	14/07/2004	ATIVA	R. BERNARDINO ANCELLO 1114 CASA	VENDA NOVA	BELO HORIZONTE	MG	81.615-010	11311
04.04.02.028.0001-406.377.385-19	PRCE - ENTRETENIMENTOS E BINGO LTDA	PORTAO GOLDEN RINGO	20/08/2002	ATIVA	R. PADRE PEDRO BENTO 1500 1 PISO LOJA 03	PORTAO	CUMITIBA	PR	90.610-060	41.329.783 (41)
04.04.02.028.0001-587.110.775-54	PORTAO BINGO ADMINISTRADORA DE JOGOS LTDA	PORTAO BINGO	22/04/2002	ATIVA	AV. REPUBLICA ARGENTINA 3991	CIDADE BAIXA	PORTO ALEGRE	RS	90.610-100	815.321.2-5337
04.04.02.028.0001-274.034.565-63	PORTO CAS BINGO	PORTO CAS BINGO	11/02/1997	ATIVA	R. GERALDA LIMA E SILVA 550	CENTRO	PORTO SUIÇO	BA	13.810-000	84-824637 (1573)
04.04.02.028.0001-518.846.351-53	PASQUALI ADMINISTRADORA DE BINGOS LTDA ME	PORTO DAS AGULHAS PALACE BINGO	22/02/1999	ATIVA	AV. PORTUGAL DO TENREIRO	CENTRO	PORTO BELO	SC	83.210-000	3884-949

[illegible]

[illegible]

[illegible]

07.632.033/0001-14	ANTONIO APARECIDO FERREIRA	VIDEO BINGO FORTUNA	27/02/2005	ATIVA	R. PARANAIABA 483	CENTRO	TRÊS LACEDAS	MS 79801-970	87-5212316
07.632.033/0002-14	ANTONIO APARECIDO FERREIRA	VIDEO BINGO FORTUNA	05/12/2005	ATIVA	R. VANDER D'ACOSTA LINS SN KM 21,5 SALA C	CENTRO	PARAGUASSU	MS 79780-800	87-5212316
05.330.186/0001-15	ITAGUA EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	VIDEO BINGO ITAGUA	07/02/2004	ATIVA	AV. LEONARDO DIAS VIEIRA, 100	ITAGUA	LIBA TUBA	SP 11680-000	
04.318.360/0002-50	ITALIAN GAMES LTDA	VIDEO BINGO ITALIA	07/02/2004	ATIVA		CENTRO	GUABIRA	RS 93500-000	
05.693.819/0001-31	IVALDO DO CARMO BEZERRA	VIDEO BINGO ROSA & SILVA	05/02/2003	ATIVA	R. BERTO GONCALVES 333 SALA 01	AFELTOS	RECIFE	PE 52000-220	
07.449.310/0001-18	ADMINISTRADORA DE JOGOS BELO LTDA	VITÓRIAS BINGO	14/06/2005	ATIVA	AV. CONSELHEIRO ROSA E SILVA 1151	CENTRO	CRUZ ALTA	RS 98035-790	
04.003.801/0001-69	MYVINE SIQUEIRA DA SILVA ME	VISON VIDEO BINGO	18/11/2003	ATIVA	AV. GENERAL CANABRA 888	CENTRO	CIDREIRA	RS 93595-000	
03.097.141/0001-89	JOIS TIECULAMPINTO FILHO ME	WHISKEMARTINGO	08/04/1999	ATIVA	AV. GACOMO CARMIEL 356 L.O. A-02	ALGRIM	VILA VELLA	ES 29118-410	
02.479.500/0001-74	ADMINISTRADORA DE JOGOS FANTASTICO GOLDEN BINGO LTDA		16/06/1998	ATIVA	R. PAZADA 28 LOJA 01	CENTRO	CASCATEL	PR 83800-410	
00.405.433/0001-14	ADMINISTRADORA DE JOGOS MISTER BINGO LTDA		01/11/1999	ATIVA	R. RIBEIRAO 315	CENTRO	PORTO ALEGRE	RS 90014-140	
01.700.231/0001-81	ADMINISTRADORA DE PROGNOSTICOS BIG BINGO LTDA		13/01/1997	ATIVA	R. CONCEICAO 354	CENTRO	PORTO ALEGRE	RS 90010-030	
02.192.547/0001-00	ANARELINHA BINGO LTDA		22/11/1993	ATIVA	R. RIBEIRO VALOISO	LIVRAMENTO	VITORIA DE SANTO ANTAO	PR 33602-270	
03.544.336/0001-18	AZENHA BINGO LTDA		29/11/1999	ATIVA	R. PERICLES SINGOS FERREIRA 18	FORCOSANARINCA ALVORADA	ES 94814-520		
03.121.453/0001-27	BARIA BINGO ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA		13/11/1999	ATIVA	R. MARQUES DE LEAO 46 ED OCEANICA LINDAR	BARBA	SALVADOR	BA 40140-590	13711304-3773
00.708.408/0001-44	BIG BINGO PROMOCOES LTDA		19/01/1998	ATIVA	AV. BRASIL 646 S.A. A. 202	PONTA AGUDA	FLUMINENAU	SC 89050-000	14712221929
00.968.374/0001-00	BIG BINGOS PROGNOSTICOS LTDA		19/11/1999	ATIVA	R. GENERAL SAMPALDO 891 897	CENTRO	FORTALEZA	CE 60020-031	
03.324.202/0001-42	BINGEST ADMINISTRACAO DE BINGOS E PARTICIPACOES LTDA		17/06/1999	ATIVA	R. NILO PECANHA 17 SALA 104 A	CENTRO	RIO BONITO	RJ 28800-000	
41.445.765/0001-50	BINGO BEER BAR LTDA		16/01/1993	ATIVA	R. CALIFORNIA 130	SION	BELO HORIZONTE	MG 90315-900	
00.703.142/0001-12	BINGO BEL ADM IMPREENDIMENTOS LOTERICOS S/C LTDA		29/06/1994	ATIVA	AV. PROFESSOR MARIO WEBER LK 571 LOJA 08 - A	BURITIS	BELO HORIZONTE	MG 30975-130	
03.700.215/0001-65	BINGO BRASIL LTDA ME		04/07/2003	ATIVA	AV. FLORIANO PELOTO 184 LINDAR	CENTRO	UBERLANDIA	MG 38400-700	
08.451.296/0001-56	BINGO CAPE MARECHAL LTDA		13/12/2004	ATIVA	R. MALECHAL DECORADO 552 1	CENTRO	JOZ DE FORA	MG 36013-000	31-31154203270688
00.904.216/0001-37	BINGO DEZ LTDA		14/09/1993	ATIVA	R. RUI DE JANEIRO 426	CENTRO	DIVINOPOLIS	MG 35500-009	017-15871224-435
04.665.760/0001-10	BINGO ELETRONICO ESTAGACAO AEREA LTDA		25/08/1994	ATIVA	R. CORONEL VICENTE 30	CENTRO	CANOAS	RS 92310-430	
04.376.348/0001-32	BINGO GAS REVENDEDORES LTDA		10/07/2001	ATIVA	AV. DAS ORQUIDEAS SN QD. 10 LT. 34	JOZ DE BURITIS	APARECIDA DE GOIANIA	GO 74910-980	
04.517.255/0001-28	BINGO IGUAÇU LTDA		20/02/2004	ATIVA	AV. BRASIL 180	IGUAÇU	PARATINGA	MG 35162-016	31-312224103823735

56.335.557.0001-466.754.120-00	BINGO IMPERIAL DE ANIMACAO E DIVERSOS VIDEO ELETRONICAS LTDA		28/02/2004	ATIVA		CENTRO	LAJEADO	RS	9.990-1000
57.003.75.0001-436.331.936-00	BINGO LUIZ DE FORA LTDA		24/05/2004	ATIVA		VILA IDEAL	JOI DE FORA	MG	34.022-420
58.916.828.0001-180.323.896-00	BINGO LAS VEGAS LTDA		28/02/2004	ATIVA		CENTRO	CATAGUASES	MG	36.077-298
59.400.441.0001-254.160.066-01	BINGO NET LTDA		06/04/1994	ATIVA		SÃO BENTO	VELO HORIZONTE	MG	30.035-440
59.597.979.0001-477.379.437-48	BINGO ORÇUNA COM DE RICAS E ACSSS PALTONOVEIS LTDA ME		01/09/1983	ATIVA		BARRETO	NITEROI	RJ	24.110-076
60.172.980.0001-430.230.166-44	BIMIMPNAU BINGO PROMOCOES DE EVENTOS ARTISTICOS LTDA		01/07/1994	ATIVA		CENTRO	BLUMENAU	SC	39.000-100
61.807.43.50001-341.822.699-77	CITY BINGO LTDA ME		07/07/2004	ATIVA		CENTRO	JOINVILLE	SC	39.020-130
62.139.984.0001-001.024.050-34	CLASSICO BINGO ADMINISTRADORA DE LOGOS LTDA		28/07/1994	ATIVA		CENTRO	PORTO ALEGRE	RS	30.020-205
63.116.302.0001-46.568.802-97	CRISTAL BINGO PROMOCOES E PUBLICIDADES LTDA		13/12/1994	ATIVA		ALECRIM	NATAL	RN	39.001-150
63.870.12.90001-493.327.306-51	ELARUYA CENTER BINGO LTDA - ME		25/02/2004	ATIVA		CENTRO	PARUVA	SC	39.248-000
64.872.85.0001-285.199.878-84	GESTIN ADMINISTRACAO DE BINGOS E PARTICIPACOES LTDA		04/12/2004	ATIVA		CENTRO	FORTALEZA	CE	39.002-001
65.181.7.88.0001-203.449.486-48	GOIAS VIDEO BINGO LTDA		1.001.2004	ATIVA		SETOR CENTRAL	COJANIA	GO	30.010-310
66.098.679.0001-210.331.100-87	GOLD BINGO LTDA		22/01/1994	ATIVA		CENTRO	FORTALEZA	CE	39.002-061
67.363.201.0001-494.080.999-87	IGI BINGO LTDA		31/07/2004	ATIVA		CENTRO	CURITIBA	PR	30.041-240
68.141.761.0001-493.754.275-37	ITABAIANA BINGO PROMOCOES E EVENTOS LTDA ME		25/06/1994	ATIVA		CENTRO	ITABAIANA	SE	39.500-000
69.478.150.0001-410.097.904-72	ITABAIANA DA SORTE ADMINISTRADORA DE BINGOS LTDA		11/08/2004	ATIVA		MIGUEL TELES DE MENDONÇA	ITABAIANA	SE	39.500-000
70.771.192.0001-443.087.219-44	JANCHONETE BINGO ZIPANGU LTDA		10/04/1994	ATIVA		CENTRO	ARARONGAS	PR	36.701-000
71.065.777.0001-251.535.518-90	LOPES & NASCIMENTO ENTENIMENTOS FORTIJO E BINGO ELECTRONICO LTDA		04/12/2004	ATIVA		CENTRO	BALNEARIO CAMBORIU	SC	39.430-000
72.135.150.0001-247.320.816-28	MIS BINGO LTDA		03/03/2004	ATIVA		CENTRO	DIVINOPOLIS	MG	35.500-005
73.428.417.0001-470.064.779-91	MANCHES TER BINGO LTDA		10/07/1994	ATIVA		CENTRO	JOINVILLE	SC	39.201-047
74.138.461.0001-293.718.134-04	NOVA BINGO LOCACAO DE APARELHOS LTDA		03/11/2004	ATIVA		BURACQUINHED	LAFO DE FREITAS	BA	42.700-000
75.469.909.0001-441.670.000-00	NURO BINGO LTDA		17/12/2002	ATIVA		TREVO DE BITEIAS	CAMPO LARGO	PR	39.502-420
76.247.425.0001-236.011.278-37	PLANETA BINGO LTDA		22/01/2004	ATIVA		CENTRO	TUITUBA	MG	38.801-115
77.473.982.0001-400.331.035-88	R T BINGOS LTDA		29/03/2004	ATIVA		CENTRO	FEIRA DE SANTANA	BA	44.000-000
78.338.959.0001-566.689.054-04	RECIFE BINGO ADMINISTRADORA LTDA		20/07/1994	ATIVA		NADALENA	RECIFE	PE	39.010-000

43	00 713 4570001-246 34 319-00	REI BINGO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	21/07/1994	ATIVA	R. JOSE ALVALA BENTO SILVEIRO 90	NOBESOL	RAO JOSE	PC	BR 110	45-25916316	41-25316316
44	07 160 6410001-422 371 819-58	SB BINGO E VIDEO DIVERSOES LTDA	03/01/2004	ATIVA	R. CARLOS GOMES S	CENTRO	RIO DO SUL	SC	89160-000		
45	07 187 1810001-146 397 130-33	SEREA BINGO LTDA	08/10/2001	ATIVA	R. 13 DE MAIO 500	CENTRO	FARROUPILIA	RS	95700-000		
46	05 211 1291003-215 377 191-02	STAR BINGO LTDA	08/02/2004	ATIVA	AV. JETÉ DE SETEMBRO 2451	CENTRO	CURITIBA	PR	80230-010		
47	00 135 4110001-288 486 926-87	SUPER BINGO E EVENTOS LTDA	05/08/1994	ATIVA	R. PINT. 09 SALA 1	VILA TEIXEIRA	ALFENAS	MG	37130-000		
48	01 720 4700001-209 731 400-08	VEGAS BINGO JOGOS ELETRONICOS LTDA	23/07/1997	ATIVA	R. DOMINGOS DE ALMEIDA 198	CENTRO	URUGUAIANA	RS	97200-002		
49	07 105 5790001-185 165 120-00	VIDEO BINGO VEGAS PROMOCOES E PARTICIPACOES EVENTOS DIVERSOS PUBLICAS LTDA	22/02/2004	ATIVA	AV. CONSELHEIRO AGUIAR 2388	BOA VILA	RECIFE	PE	51020-120		
50	01 599 8210001-1041 583 149-20	VIDEO BINGO BIGUACU LTDA	04/01/2004	ATIVA	R. A. FERREIRA RAMOS 21	CENTRO	BIGUACU	PC	88160-000		
51	02 191 0670001-188 514 125-20	CLOTILDE ALMEIDA BITSCHE	27/09/1988	NAPTA	R. OSORIO DINIZ DA ROSA 16	JARDIM DA ESTALAGEM	VIAMAO	ES	94425-070		
52	30 943 4700001-251 413 07-68	BINGO COMERCIO DE ROUPAS E ARTIGOS ESQUOTES	01/08/1983	NAPTA	AV. BIAZ DE PINA 480 FRENTE	PENHA	RIO DE JANEIRO	RJ	21651-480		
53	01 007 1870001-196 916 640-34	ADAO SARAIANA E	26/08/1984	NAPTA	AV. DIBITAL C. L. O. LIVREIRA 75-6	VISTA ALFREDE	GRAVATAI	RS	91050-120		
54	01 104 0200001-523 524 040-53	MANA LUTCA LT2 DAS NEVES ME	05/11/1983	NAPTA	R. DUQUE DE CAXIAS 1748	CENTRO	JAGUARAO	ES	95100-000		
55	05 639 1500001-268 919 606-25	BINGO DE OURO LTDA	07/06/1984	NAPTA	AV. PADRE LEONARDO 19	CENTRO	CONGONHAS	MG	35413-000		
56	00 277 9510001-284 763 300-49	BINGO SAO JOAO LTDA	01/11/1994	NAPTA	R. BENJAMIN CONSTANT 321	SAO MAO	PORTO ALEGRE	RS	90350-000		
57	00 071 2310001-560 753 451-87	CLUBE ARTISTICO BINGO DE ARTS	20/08/1994	NAPTA	AV. FRANCISCO GALVAO 5/N	CENTRO	MORADA NOVA	CE	32340-000		
58	01 322 0600001-207 619 866-95	ROYAL BINGO SAVASSI LTDA	19/01/1990	NAPTA	R. PERNAMBUCO 1177	SAVAISI	BELO HORIZONTE	MG	30130-151		
59	00 252 4980001-032 996 197-72	SOCIEDADE COMERCIAL DE COMESTIVEIS BINGOS LTDA	07/06/1978	NAPTA	EST. DOS TRES RIOS 90 LOTA F	JACAREPAGUA	RIO DE JANEIRO	RJ	22745-009		
60	33 894 6540001-474 191 626-24	P. P. OLIVEIRA - ME	27/08/1988	NAPTA	R. VILAGRAN CABEITA 198	CENTRO	ILPARANA	RO	78842-160		
61	00 083 8710001-533 861 813-87	VALDIVIA VIANA TORDEIRO & CIA LTDA	13/06/1993	NAPTA	R. PE. LAUL VIEIRA 639	CENTRO	RUSSAS	CE	62500-000		
62	00 624 5880001-1545 226 374-04	N. GONCALVES E VENDRAMENTO LTDA ME	10/06/1953	NAPTA	R. GOVERNADOR NEY BRAGA 4545	CENTRO	JANGARAMA	RR	57201-150		
63	04 733 0860001-266 830 591-87	VITRHO LOTERIA BEIRA RIO LTDA ENP	08/11/2001	NAPTA	R. JORGE TZACHEL 442	FAZENDA	ITALAI	SC	88301-000		
64	04 417 0500001-270 240 027-33	BIG BINGO PROMOCOES E EVENTOS LTDA	24/06/2001	NAPTA	R. FRANCISCO ALVES 13	CAMPUS GRANDE	CAMACICA	MS	59144-236	27-2333963	27-2333963
65	04 254 5420001-306 907 019-45	JS - GAMES HOUSE BINGO LTDA	22/01/2001	NAPTA	R. JOAO NEGRÃO 490	CENTRO	CURITIBA	PR	30010-000	41122	41122
66	03 629 0206001-416 304 739-20	OLIVEIRA & DA SILVA LTDA	21/01/2000	NAPTA	R. SANTOS SARAIANA 629	ESTIMATO	FLORIANOPOLIS	SC	88070-100	24132	24132
67	00 613 2850001-784 446 036-04	PRODUCAO PROMOCOES, LAKER E CULTURA LIMITADA	24/03/1993	NAPTA	R. DOM PEDRO II 390	CENTRO	MONTES CLAROS	MG	59400-058	2413030	2413030

01.19.54.0001-192.083.860-48	A. G. C. B. - ADMINISTRADORA DE BINGOS LTDA	BINGO ELETRÔNICO	07/05/1999	NAPTA	AV. GETÚLIO VARGAS, SN. ESQ. TRAV. LIDE MAIO	ITAUBA	PA	88180-000
02.181.78.0001-186.456.100-00	PLUS GAMES - ADMINISTRADORA DE JOGOS LTDA	BINGO +	01/02/2001	NAPTA	FLORESTA	PORTO ALEGRE	RS	90460-000
02.288.14.0001-160.544.425-87	AL CARNEIRO GOMINHO	BINGO A MANDEIA	01/09/1993	NAPTA	COQUEIRO	ANARINDEUA	PA	87133-000
03.355.62.0001-160.220.630-12	SERRANAR - ADMINISTRADORA DE BINGO E BINGO BACONDA	BINGO E BINGO BACONDA	14/12/1994	NAPTA	CENTRO	CAPÃO DA CANOA	RS	95555-000
03.699.38.0001-123.921.969-94	3 M M S - PROMOCÃO DE SORTEIOS LTDA	BINGO CENTRAL	08/02/2000	NAPTA	CENTRO	LOURENA	PR	86010-000
04.575.83.0001-162.493.379-87	CASSINO ADMINISTRADORA PARTICIPACÕES LTDA	BINGO CÍDADE DO PORTO	06/06/2001	NAPTA	VILA OPERARIA	TAJARI	SC	89203-000
05.810.45.0001-121.074.267-88	FOUL OPERADORA E ADMINISTRADORA DE BINGOS LTDA	BINGO CONVOY	24/08/1993	NAPTA	CELANDIA	BRASILIA	DF	72220-000
05.979.96.0001-163.581.901-78	PAIVA & RODRIGUES LTDA	BINGO CUSTO REI	06/02/2000	NAPTA	CENTRO	CAMPO GRANDE	MS	59002-000
07.262.23.0001-126.318.046-91	ARAUJO, CARVALHO AMARAL E TORRENTI LTDA	BINGO DA FLORESTA	19/08/2001	NAPTA	FLORESTA	REILCHORIZONTE	MG	30110-000
07.385.19.0001-161.295.570-00	ADMINISTRADORA DE JOGOS BLUMENAU LTDA	BINGO DA VV	07/06/2001	NAPTA	CENTRO	BLUMENAU	SC	89010-000
08.544.55.0001-163.901.427-56	M. G. M. DINEZUES LTDA - ME	BINGO DO RES	13/02/2000	NAPTA	R. 15 DE NOVENOIRO 1465 SALA 3-A	VILA VELHA	ES	29112-000
09.329.99.0001-186.888.381-00	AMIC - ADMINISTRADORA ESRÁVICOS LTDA	BINGO DO AGO	26/08/1999	NAPTA	SMS CENTRO COMERCIAL Q109 CONJUNTO C 28 SALA 80 A 108	BRASILIA	DF	71624-000
09.335.84.0001-1515.320.797-91	KIM VALENTIM BAR - ME	BINGO DU LLEGRE	21/05/1999	NAPTA	R. MANOEL PINHEIRO 4 PAVIMENTO	VITÓRIA	ES	52043-000
09.493.66.0001-121.4.986.618-42	THAIS CARVALHO DE AQUINO	BINGO ESTRELA	12/04/1999	NAPTA	N. SRA. ANAECIDA	FRUTAL	MG	38100-000
09.187.84.0001-113.592.530-72	HOCIMULLEL JOGOS ELETRONICOS LTDA	BINGO ESTRELA DA ZONA SUL	08/09/1994	NAPTA	AV. BRASILIA 99	PORTO ALEGRE	RS	91770-000
09.207.71.0001-164.740.175-43	AMERICO ALVES DA OLIVEIRA	BINGO EUMAPOLIS	31/03/1997	NAPTA	AV. JUCA BATISTA 635	PANAMA	BA	45320-000
09.454.81.0001-119.548.182-49	ELIANA DE SOUZA SANTOS MENDANHA	BINGO FORTUNA	01/03/1998	NAPTA	R. SANTOS DUMONT 671 PISO SHOP CIA SOL	ELUNAPOLIS	BA	45920-000
09.807.41.0001-15.2.833.392-33	ADMINISTRADORA DE PROJETOS E SORTEIOS IPANEMA LTDA	BINGO IPANEMA	31/03/1997	NAPTA	SHECULT L QUADRA 08 BLOCO C LOJA 12 VN	ASA SUL	DF	70355-000
09.792.33.0001-160.599.427-72	MEBELLES OUFRE PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME	BINGO JACARAÍPE	31/03/1997	NAPTA	AV. JUCA BATISTA 645 1 ANDAR	PANDEIA	RS	91770-000
09.121.16.0001-16.6.135.430-72	EMPRESA BAHIANA DE ADMINISTRACAO COMERCIO LTDA	BINGO JARDIM DOS NAMORADOS	08/03/2000	NAPTA	AV. ABDO SAAD 2009	JACARAÍPE	ES	59176-000
09.442.07.0001-12.8.704.416-13	BINGO BEI MLTDA	BINGO LIBERDADE	19/10/1993	NAPTA	AV. OTAVIO MANGABEIRA 216	PITUBA	BA	41330-000
09.160.36.0001-107.145.242-68	A OLIVEIRA - AZER E DIVERSAO COMERCIO RECREACAO LTDA ME	BINGO MASTER	07/11/2000	NAPTA	R. PADRE GUILHERME 27	SANTA ISABEL	MS	54480-000
09.063.32.0001-148.443.308-10	BINGO MOORE LTDA	BINGO MOORE	23/03/1999	NAPTA	PCA TRADENTES 97	CENTRO	MS	32260-000
09.031.33.0001-102.041.350-69	BINGO PARK DIVERSOES LTDA	BINGO PARK	07/11/2000	NAPTA	AV. ALMEIRANTE BARREIRO 391 C	SÃO BRAZ	PA	66993-000
09.031.33.0001-102.041.350-69	BINGO PARK DIVERSOES LTDA	BINGO PARK	23/03/1999	NAPTA	AV. DEPUTADO ESTEVES RODRIGUES 717	CENTRO	MS	32260-000
09.031.33.0001-102.041.350-69	BINGO PARK DIVERSOES LTDA	BINGO PARK	23/03/1999	NAPTA	SCRUL QUADRA 16 LOJA C SN LOJA 03	MONTE CLAROS	MG	32250-000
09.031.33.0001-102.041.350-69	BINGO PARK DIVERSOES LTDA	BINGO PARK	23/03/1999	NAPTA	SCRUL QUADRA 16 LOJA C SN LOJA 03	BRASILIA	DF	70310-000

PM 270.540/0001-3011972-418-27	MARIA ERIGENTIA MOURAO ECIA LTDA	BINGO POP STAR	05/02/2001	NAP'A	R JOE GUIMARÃES 165	CENTRO	SÃO JOÃO EVANGELISTA	MG 47805-000	
PM 251.12/00001-691.801.960-04	CRUZEIRO-DIVERSOES ELETRONICAS E BINGOS LTDA	BINGO REAL	23/09/1998	NAP'A	R DAS ARAPONGAS 2432	VILA PE	CACIAS DO SUL	RS 95047-160	
PM 069.937/0001-070.365.316-67	DAVID SIEBEN & SANTOS LTDA	BINGO REAL	25/09/2000	NAP'A	AV LINDRINA 375 ESQUINA 78UA 60LS	ZONA III	JAUARAMA	PR 87502-250	
PM 200.830/0001-017.597.663-72	GRACENAR V LOPES DE MORAIS ME	BINGO REAL	21/08/1998	NAP'A	AV CETILIO VARGAS 289	CENTRO	PICOS	PI 64600-000	
PM 766.870/0001-401.851.030-04	FALLO GILBERTO CORREA DE FIANTE	BINGO RIO BRANCO	04/11/1998	NAP'A	AV RIO BRANCO 713 SOBRE LOJA	CENTRO	SANTA MARIA	RS 97010-422	
PM 187.526/0001-078.651.802-87	FEITA MARIA SIRONATO PADILHA	BINGO SEMANO	10/03/1998	NAP'A	AV NOBREIRA P42 888	CENTRO	VACARIA	RS 92300-000	
PM 652.640/0001-038.739.478-34	COMERCIAL TENTACAO LTDA	BINGO TENTACAO	27/01/2000	NAP'A	AV GUAXENDUBA 288	CENTRO	SÃO LUIS	MA 65010-100	
PM 471.980/0001-171.6322.384-20	TENTACAO DIVERSOES ELETRONICAS E BINGOS LTDA	BINGO TENTACAO	05/05/1998	NAP'A	R LARGA DO ROSARIO 232	SANTO ANTONIO	RECIFE	PE 50010-110	981-244.101
PM 305.020/0001-160.448.650-00	CAVALLI & MARQUES LTDA ME	BINGOS BAR	23/11/1991	NAP'A	R RUI BARBOSA 35 CASA	CEN IBO	SANARÉ	SC 89810-000	
PM 226.580/0001-113.988.071-68	EDSON MASCARENHAS ME	BINGOS BAR	03/11/1991	NAP'A	LOC 30.15 SN QD 37 LOTE 05	CIDADE OCIDENTAL LUZIANA	GO 72814-100		
PM 786.421/0001-1085.149.307-76	ROBERTO AZEREDO FIBRES ME	BINGOS BAR ME	08/10/1998	NAP'A	AV CETILIO VARGAS 23 TEBREO	BAIRO 23 DE MAIO	VILA VELHA	ES 29125-091	
PM 319.160/0001-163.131.086-00	REPRESENTACOES BOLA DA VEZ BINGO LTDA	BOLA DA VEZ	06/03/2001	NAP'A	R GONÇALVES 43 LOJA 02	CENTRO	BELO HORIZONTE	MG 30100-030	31321-737-07
PM 122.000/0001-656.971.084-78	WALTER CARLOS NICOLOSO & CIA LTDA	BOLA SETE BINGO	30/02/0000	NAP'A	R MARCHEL FLORIANO PEINOTO 60 SALA 01	CENTRO	MAFRA	SC 89300-000	47-6420336
PM 332.910/0001-665.701.102-59	E. SELNA & CIA LTDA - ME	CARTAO DE BINGOS E PROMOCOES	11/08/1998	NAP'A	PRESIDENTE VARGAS 2990	CENTRO	CASTANHAL	PA 68743-970	
PM 295.550/0001-655.850.800-91	SILVA JUNIOR E IREES DE OLIVEIRA LTDA	CASH PALACE BINGO	24/09/2000	NAP'A		CENTRO	PONTA GROSSA	PR 84010-670	
PM 292.590/0002-655.850.800-91	SILVA JUNIOR E IREES DE OLIVEIRA LTDA	CASH PALACE BINGO	13/02/2002	NAP'A	PCA BARAO DE GUARAUNA 26 LOJA E SOBRIA	NOVA RUSSIA	PONTA GROSSA	PR 84031-000	423.3028-1700 (62) 40.3028-2227.062 3703
PM 093.390/0001-016.341.739-44	CENTER BINGO LTDA		22/08/1992	NAP'A	R DOM PEDRO II 583	CENTRO	PELOTAS	RS 96010-150	45-10345102 1034540
PM 637.234/0001-1008.621.381-20	CENTER BINGOS DIVERSOES LTDA	CENTER - PELOTAS	03/01/1993	NAP'A	R LOBO DA COSTA 1202	CENTRO	BRASILIA	DF 71202-065	133 12220-115
PM 802.140/0001-063.723.994-15	CHOPARIA BINGO BAR LTDA	CENTRO BIC DA FEDERACAO	08/07/1993	NAP'A	LOC 05D 06 LOTE 26 SN S LOIAS 01 E 02	LAGATANGA	SALVADOR	BA 40301-155	
PM 803.110/0001-070.990.668-81	F. A. DO NASCIMENTO MUNISDOS SANTOS CHIC BINGO	CITY BINGO	09/06/1992	NAP'A	R SEMINARIAS BARBUDA 106	FEDERACAO	SALVADOR	BA 40301-155	
PM 221.417/0001-1608.621.134-00	WILMA CIDAUDE GUIMARAES	CITY BINGO	03/01/2001	NAP'A	R SEVERINO VIEIRA 14 C	CENTRO	BARCELONA	BA 47805-040	
PM 455.950/0001-014.488.098-55	MARIA NAZARE EMPREENDIMENTOS LTDA	COBERTURA BINGO	17/11/1998	NAP'A	R MARACANHÃO 313 CASA 2099 L	RIO DE JANEIRO	SANTA MARIA	RS 97030-000	455-2211985 2211985
PM 200.110/0001-075.419.190-06	EAGLE BINGO LTDA	CONDOR BINGO	08/06/1999	NAP'A	AV FERNANDO VIEIRA DE MELO	RIO DE JANEIRO	BARCELONA	PE 64420-010	
PM 380.206/0001-106.626.099-06	FLAMINGO ADMINISTRADORA DE SERVICOS S/C LTDA	CORINGA BINGO	02/03/1993	NAP'A	R CARLOS DE CARVALHO 139 LOURE LOJA	CENTRO	CURITIBA	PR 80410-180	
					AV CUIABA 1160	CENTRO	RONDONÓPOLIS	MT 78700-090	

[illegible]

00.379.9140001-430.808.408-99	PROMOTORES E EVENTOS LTDA ME	STAR BINGO	12/02/1998	NAPTA	R MAJOR VITOR 346	ST CENTRAL	CALDAS NOVAS	OD 71600-000	
02.838.9910001-432.238.730-53	ADMINISTRADORA ALEXANDRES LTDA	STATUS BINGO	15/04/1998	NAPTA	AV SAUICUAIA 1970	CENTRO	SAUICUAIA DO SUL	RS 97210-240	91-764353
03.261.0690001-187.125.626-95	SUCESSO BINGO DIVERSOES ELETRONICAS LTDA	SUCESSO BINGO	09/07/1998	NAPTA	R MESQUITA 97 A	CARLOS PRATES	RIELO HORIZONTE	MG 30970-490	91-4698558
00.340.7810001-538.481.400-00	SANTA SE JOGO ELETRONICOS LTDA	SUPER BINGO	23/11/1998	NAPTA	R PELEIRA FRANCO 135 CASA 11	SAO JOAO	PORTO ALEGRE	RS 93020-520	91-14704-000
02.925.1310001-414.111.610-72	ADMINISTRADORA DE JOGOS LITORAL NORTE LTDA	SUPER BINGO 53 - TRAMANDAI	11/07/1998	NAPTA	AV BRANCA PACAD 445 LOJA B - A	CENTRO	TRAMANDAI	RS 95190-000	91-14704-000
07.053.6840001-292.209.000-91	ANTONIO TEIXEIRA SILVA	SUPER RINGO DA 63	27/07/1998	NAPTA	AV DORIVAL C L DE OLIVEIRA 5493 PARADA 65	BARSADE	CRAYATAL	RS 96050-000	91-14902-19
04.420.0940001-710.131.701-00	TEIXEIRA BINGOS LTDA	TEIXEIRA BINGOS	18/02/2000	NAPTA	AV PRES GETULIO VARGAS 4760 TERREO	RES DOS PIONEIRAS	TEIXEIRA DE FREITAS	BA 45995-152	91-14902-19
00.346.3790001-411.977.778-42	TOURINGO LTDA ME	TOUR BINGO PALMARES	25/04/1998	NAPTA	AV LUIZ DE FRANCA 1499	CENTRO	PALMARES	PE 55140-000	91-14902-19
00.633.0910001-431.431.483-53	TRÉVO EVENTOS LTDA	TRÉVO CENTER BINGO	02/04/1998	NAPTA	R SAO CRISTOVAO 315	CENTRO	AKACAU	SE 49010-180	91-14902-19
04.467.7640001-441.571.993-10	POSE MARCAL DOMINGOS LUCIOR	TURF BINGO	27/04/2001	NAPTA	R GENERAL BEZERRIL 497	CENTRO	FORTALEZA	CE 60055-100	91-14902-19
01.812.4240001-106.886.276-13	W N RECREACAO ELAZER LTDA	VERAS BINGO	22/04/1998	NAPTA	AV JIBAO PESSOA 1318	CIDADE BAIXA	PORTO ALEGRE	RS 90040-301	91-14902-19
04.322.8910001-185.694.301-78	VIDEO BINGO PROMOCOES E PRODUCOES DE EVENTOS LTDA	VIDEO BINGO	24/09/1998	NAPTA	CJ SHOPPING CENTER DANIEL 308 LOJA 308	CENTRO	RIO BRANCO	AC 69000-210	91-14902-19
03.310.2130001-411.039.980-04	PETERSON ANTONIO PORTU LANN DE MOURA ME	VIDEO BINGO 92 LEGAL	08/03/1998	NAPTA	AV MARCOLINO MARTINS CARVAL 285	UFICINAS	TUBARAO	SC 88701-000	91-14902-19
02.978.5040001-221.221.380-53	ADMINISTRADORA DE JOGOS BINGO MANIA LTDA	ADMINISTRADORA DE JOGOS BINGO	06/09/1998	NAPTA	R FLORENCIO DE AUREO 1714	CENTRO	SANTO ANGELO	RS 95800-600	91-14902-19
01.080.1710001-240.301.346-87	AVENIDA BINGO LTDA	AVENIDA BINGO LTDA	08/03/1998	NAPTA	AV DSP ESTEVES RODRIGUES 481 F	CENTRO	MONTES CLAIROS	MG 95401-703	91-14902-19
03.868.8720001-217.195.830-63	BINGO AVERDA LTDA	BINGO AVERDA LTDA	09/06/2000	NAPTA	AV GETULIO VARGAS 305-S SALA 01	CENTRO	CHAPÉCO	SC 89802-001	91-14902-19
04.283.7030001-423.704.356-91	BINGO BOLL LTDA	BINGO BOLL LTDA	09/02/2001	NAPTA	AV BQUEIRAO 1790	AGUA	CANOAAS	RS 92410-140	91-14902-19
00.196.3050001-181.004.210-15	BINGO CAXIAS LTDA	BINGO CAXIAS LTDA	19/04/1998	NAPTA	R GENERAL SAMPAIO 42	RIO BRANCO	CAXIAS DO SUL	RS 95097-000	91-14902-19
03.385.7760001-251.925.210-91	BINGO CENTRAL LTDA	BINGO CENTRAL LTDA	20/07/1998	NAPTA	AV V CENTE MACHADO 585 L101 E 52	CENTRO	PONTA GROSSA	PR 84010-000	91-14902-19
01.389.1380001-412.681.776-72	BINGO CENTRAL PARK LTDA	BINGO CENTRAL PARK LTDA	23/03/1998	NAPTA	R ASIS CHATEAUBRIAND 68	CENTRO	PORTO SEGURO	BA 45810-000	91-14902-19
03.520.8650001-219.163.046-91	BINGO CIDADE DOS PRINCIPES LTDA	BINGO CIDADE DOS PRINCIPES LTDA	19/11/1998	NAPTA	R OTTO BOENKE 02	CENTRO	JOINVILLE	SC 89201-700	91-14902-19
04.691.7160001-63.294.020-66	BINGO DIVERSOES LTDA ME	BINGO DIVERSOES LTDA ME	07/08/1998	NAPTA	R VESBANCIO AIRES 2192A	BAIRRO PASSO AREIA	SANTA MARIA	RS 97010-004	91-14902-19
04.860.4180001-250.688.006-59	BINGO ELETRONICO UBERABA LTDA	BINGO ELETRONICO UBERABA LTDA	24/09/1998	NAPTA	AV LEOPOLDO DE OLIVEIRA 1900	ESTADOS UNIDOS	UBERABA	MG 38015-000	91-14902-19
05.056.2230001-211.167.148-02	BINGO ITAUBA LTDA	BINGO ITAUBA LTDA	17/09/2003	NAPTA	PCA ADOLFO OLINTO 28	CENTRO	ITAUBA	MG 37500-034	91-14902-19
00.914.6700001-433.318.973-91	BINGO MUXIAE LTDA	BINGO MUXIAE LTDA	10/11/1998	NAPTA	R GETULIO VARGAS 210	PARNA	MURIAE	MG 38880-000	91-14902-19

16	000000706000013065965450049	DINCO PELOTAS EQUIPAMENTOS LTDA	13/05/1998	NAFTA	R FELIX DA CUNHA 66	CENTRO	PELOTAS	RS	96010-000
17	000189107900001	CALDAS NOVAS OPERADORA DE BINGO E SIMILARES LTDA	12/01/1998	NAFTA	AV MAURITIO PALMESTON S/N	MANGOES A QUENTE	CALDAS NOVAS	GO	75990-000
18	00164199500001302346182-9	COMERCIAL BINGO DIVERSOIS LTDA	13/10/1998	NAFTA	R GODOFREDO VIANA 62	CENTRO	CAPELATRIZ	MA	63010-140
19	001381379200001351961390-5	CRISTAL BINGO EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	06/04/1998	NAFTA	R RUI BRANCO 1165	CENTRO	TAQUARA	RS	95000-000
20	00100181500001291116423-87	DE BINGOS LTDA	23/01/1998	NAFTA	R RAIMUNDO SIQUEIRA S/N	CENTRO	PACATUBA	CE	61600-000
21	001021485000012018191310-49	EMPRESAMENTOS BINGO BOA SORTE LTDA	04/01/1998	NAFTA	R AOSTENIO F VIEIRA 157	CENTRO	TAJAI	SC	81009-180
22	00100166000014122391089-72	EURO BINGO DO MARANHÃO LTDA	27/08/1998	NAFTA	R PEDRO ALBERTO 221	VILA PALMIRA	SAO LUIS	MA	63046-290
23	00100166000014122391089-72	ELINSKI BINGO E DIVERSOIS LTDA	25/07/1998	NAFTA	R NEREU LAYANOS 248 SOBRE-LOJA	CENTRO	BRAT	PR	84500-000
24	0016237200001702795030-04	FLORIDA PALACE BINGO LTDA	22/11/2000	NAFTA	AV CARLOS LINDEMBERG 6577	ELORIA	VILA VELHA	ES	29122-535
25	00100176205000014835390-34	MASTER BINGO JOGOS ELETRONICOS E EQUIPAMENT LTDA	09/03/1998	NAFTA	AV RALF ZAR DE O GARCIA 3590	RUBEM BRICA	PORTO ALEGRE	RS	91180-000
26	0010218137200001603284074-49	NUMA BINGOS LTDA	19/03/1998	NAFTA	AV JOSE AUGUSTO MOREIRA 616	CASA CAIADA	OLINDA	PE	51110-410
27	001037516000001470320134-87	PABLO PROMOCOES E ADMINISTRACAO DE BINGOS LTDA	01/07/1998	NAFTA	R SAO MIGUEL 10	AFEGADOS	RECIFE	PE	50770-720
28	00106332100001271626666-08	PROMOCOES DE BINGOS PALOMAS LTDA	29/03/1998	NAFTA	AV TAMANDARE 2085	CENTRO	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	97273-531
29	0010782600001518950421-04	REAL BINGO REPRESENTACAO E COMERCIO LTDA	13/12/1993	NAFTA	AV MATC GROSSO 3358	CENTRO	CAMPO GRANDE	MS	79031-121
30	001020802900001038278191-91	REAL JOGOS DE BINGO 309 LTDA	30/09/1994	NAFTA	SCLS QUADRA 109 BLOCO D S/N LOJA 16	ASA SUL	BRASILIA	DF	70962-340
31	0010670500001611781029-34	RIO BINGO, COMERCIAL E OPERADORA DE BINGOS LTDA	25/04/1997	NAFTA	R DOMBROSO 1302	CENTRO	RIO DO SUL	SC	89160-000
32	0010101314000012832833603-97	RIO SISTEMA BRASILEIRO DE BINGOS E COMERCIO LTDA	29/11/1994	NAFTA	R SAO PEDRO 10156 108	CENTRO	JOAZEIRO DO NORTE	CE	810-810
33	00103502000011702220310-13	REARAN ADMINISTRADORA DE BINGO E ESTABUR II LTDA	15/12/1994	NAFTA	AV WENCESLAU ESCOBAR 1785	TRISTEZA	PORTO ALEGRE	RS	91900-001
34	001024580900001219114131-22	STAR BINGOS E DIVERSOIS LTDA	09/01/1998	NAFTA	CLN 402 BLOCO D LOJA 88 1 PAVIMENTO	ASA NORTE	BRASILIA	DF	70831-540
35	0010113151100001477502196-68	TIJANI BINGOS LTDA	28/03/1998	NAFTA	R 24 CASA F 016 ALAMEDA DOS SUNH	CENTRO	PAULAL	MG	31200-000
36	001003006871000001496565701-91	TOP BINGO LTDA	14/07/1998	NAFTA	R ARTHUR BERNARDES 148	TIPIRICAL	SAO LUIS	MA	65035-000
37	00107611000012009078101-13	VARIAJO BINGO LIMITADA	30/01/1998	NAFTA	R ERNESTO ALVES 2078 SALA 02	SAO LUIZ DO SUL	LAFIETE	MG	35400-000
38	0010701061000012009078101-13	VELO BINGO LTDA	17/07/1998	NAFTA	TR ROBERTO BACKMANN 100 SALA 102	CENTRO	CAXIAS DO SUL	RS	95020-160
39	001030802000015191431160-91	VELOZ BINGO LTDA	11/07/1998	NAFTA	R ERNESTO ALVES 2078 SALA 02	CENTRO	JOINVILLE	SC	89331-595
40	001030802000015191431160-91	VELOZ BINGO LTDA	23/11/1998	NAFTA	TR ROBERTO BACKMANN 100 SALA 102	CENTRO	JOINVILLE	SC	89331-595
41	001030802000015191431160-91	VELOZ BINGO LTDA	23/11/1998	NAFTA	TR ROBERTO BACKMANN 100 SALA 102	CENTRO	JOINVILLE	SC	89331-595
42	001030802000015191431160-91	VELOZ BINGO LTDA	23/11/1998	NAFTA	TR ROBERTO BACKMANN 100 SALA 102	CENTRO	JOINVILLE	SC	89331-595
43	001030802000015191431160-91	VELOZ BINGO LTDA	23/11/1998	NAFTA	TR ROBERTO BACKMANN 100 SALA 102	CENTRO	JOINVILLE	SC	89331-595
44	001030802000015191431160-91	VELOZ BINGO LTDA	23/11/1998	NAFTA	TR ROBERTO BACKMANN 100 SALA 102	CENTRO	JOINVILLE	SC	89331-595
45	001030802000015191431160-91	VELOZ BINGO LTDA	23/11/1998	NAFTA	TR ROBERTO BACKMANN 100 SALA 102	CENTRO	JOINVILLE	SC	89331

CPF	Nome	Endereço	Cidade	UF	CEP	Telefone	Outros
00.000.000/0001-00	ALFA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA ALFA, 100	ALFA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-01	BETA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA BETA, 100	BETA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-02	GAMMA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA GAMMA, 100	GAMMA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-03	DELTA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA DELTA, 100	DELTA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-04	EPSILON PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA EPSILON, 100	EPSILON	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-05	ZETA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA ZETA, 100	ZETA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-06	ETA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA ETA, 100	ETA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-07	THETA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA THETA, 100	THETA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-08	IOTA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA IOTA, 100	IOTA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-09	KAPPA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA KAPPA, 100	KAPPA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-10	LAMDA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA LAMDA, 100	LAMDA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-11	MU PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA MU, 100	MU	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-12	NU PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA NU, 100	NU	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-13	XI PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA XI, 100	XI	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-14	PI PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA PI, 100	PI	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-15	RO PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA RO, 100	RO	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-16	SI PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA SI, 100	SI	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-17	TI PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA TI, 100	TI	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-18	UI PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA UI, 100	UI	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-19	VI PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA VI, 100	VI	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-20	W PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA W, 100	W	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-21	X PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA X, 100	X	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-22	Y PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA Y, 100	Y	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-23	Z PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA Z, 100	Z	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-24	AA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA AA, 100	AA	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-25	BB PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA BB, 100	BB	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-26	CC PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA CC, 100	CC	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-27	DD PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA DD, 100	DD	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-28	EE PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA EE, 100	EE	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-29	FF PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA FF, 100	FF	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-30	GG PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA GG, 100	GG	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-31	HH PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA HH, 100	HH	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-32	II PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA II, 100	II	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-33	JJ PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA JJ, 100	JJ	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-34	KK PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA KK, 100	KK	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-35	LL PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA LL, 100	LL	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-36	MM PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA MM, 100	MM	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-37	NN PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA NN, 100	NN	SP	01308-000	(11) 3111-1111	
00.000.000/0001-38	OO PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	RUA OO, 100	OO	SP	01308-000	(11) 3111-1111	

00001	GOOD LIFE ENTRETENIMENTOS LTDA	AMERICAFATS		PR, 1817, 34	JOÃO PEDRO	PR	183 1 2228-008
00002		AMERICAFATS		AV. BRASILIA, 1019	SÃO LAZARO	SP	13 870- (19) 3633-4255
00003		ANCHIETA		AV. JOSE FERNALDI, 47	SANTO ANDRE	SP	111 1 7677-1638
00004		ANGELICA		AV. ANGELICA, 634	HIGIENOPOLIS	SP	21 228- (1511) 8822-1915
00005	POCOS ELETRONICOS E REPERATIVOS LTDA	APOLLO - NIG		RUA HARECHAL DEODORO, 518	CENTRO	MG	26 016- (2132) 9902-800
00006	LUA BRUN ATIVIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS	AQUARIUS		RUA ROLANTIGAROS, 810	JO. BRASIL	SP	02 225- (1511) 6459-411
00007	LIGA ARAÇATUBENSE DE FUTEBOL	ARACAS BINGO		RUA LUIZ PEREIRA BARRETO, 33	CENTRO	SP	16 010- (1518) 3628-3625
00008	ARPOADOR RIO EMPIR E PARTICIPAÇÕES LTDA	ARPOADOR - RJ		RUA FRANCISCO OTAVIANO, 35	COPACABANA	RJ	22 080- (2125) 2216-09
00009	LIGA ASSISENSE DE ESPORTES	ASSIS		RUA DR. TUDAS PINTO FERREIRA, 24	ASSIS	SP	19 800- (1418) 5322-2643
00010	PRESIDENTE PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	ATHENAS		RUA TIBURTI, 2117	TATUAPE	SP	03 307- (41511) 4192-3228
00011	ESTANCIA EVENTOS LANCIONETE LTDA	ATIBAIA		ALAMEDA PROF. LUCAS NOGUEIRA GARCES, 1811	VILA THAIS	SP	12 942- (11) 4413-5907
00012		ATLETICO SANTISTA		AV. WASHINGTON LUIS, 105	SANTOS	SP	413 3 3233-1153
00013	HORIZONTE ADMINISTRAÇÃO E COMERCIO LTDA	LOUSTA		RUA AUGUSTA, 2180	JARDINS	SP	01 412- (11) 3003-7155
00014	JAGUARE ESPORTE CLUBE	AVARE		RUA SANTA CATARINA, 1762	CENTRO	SP	18 708- (14) 3732-2741
00015	AVENIDA EVENTOS RIO CLARO LTDA	AVENIDA - SÃO CARLOS		AV. SÃO CARLOS, 1839	CENTRO	SP	13 560- (1160) 3371-0727
00016		AVENIDA - SÃO MIGUEL		AV. MAL TITO, 443	SÃO MIGUEL	SP	111 1 6561-901
00017	LIGA VALEP-BAIANA DE CICLISMO	AVENIDA PRAIA GRANDE		AV. COSTA E SILVA, 91	BOLEIRÃO	SP	11 700- (1512) 5949-3211
00018	ARTE CIDADE PROD ARTISTICA E ENTRET	BARÃO - OSASCO		Rua Monteiro de Melo, 71	SÃO PAULO	SP	00950- (11) 3676-5900
00019	GRAN 149-0001	BARÃO - OSASCO		AV. PRES. COSTA E SILVA, 216	OSASCO	SP	111 1 1511-5533-450
00020		BARÃO - OSASCO		RUA BARÃO DE ITAPERINGA, Nº	SÃO PAULO	SP	111 1 1511-5533-450

02.940.8570001-2	ALVES RAYON E SAMPAIO COM. PROM.	BARÃO DE IAU				AV. MARGINAL, N° 130	CENTRO	IAU	SP	17.207-271	15143-2521-582	2147-5239-254
03.180.210/0001-03	PORTO CONIL DE EVENTOS ESPORTIVOS LASER LTDA	BARRACAO BINGO				Av. Remunio Perini de Magalhães, 5353		SANTOS	SP	11050-250	1331322-9322	
04.422.428/0001-83	FEDERAÇÃO PAULISTA DE ESPORTOS TERRESTRE	DIABETOS				Avenida 21, n° 801	CENTRO	BARRALETUS	SP	14.780-310	15170-2323-6714	221171-5323-526
		PARUEL				PLAZABUEL, 141	CENTRO	SUZAKO	SP	06.675-200	15113-744-5187	101134744-5187
		BEACH GAMES				Av. Brasil, 1271 - Sala 135 - Shopping Villagem		CAVALHARIA	SC	88330-200	470-263	
		BELEM - PA				RUA SANTO ANTONIO, 283		BELEM	PA	69112215-290	19227-5556	
		BELEM PALACE				Travessa Madre Euziquio, 1.087		BELEM	PA	66055-200		
		BENJAMIN BINGO				Trav. Benjamin Constant, 1519		BELEM	PA	66055-200	6112244-21	
		BIG BINGO				Rua João de Castilhos, 285		CACHOEIRA DO SUL	RS	96.508-200	5113723-459	
		BIG BINGO				Rua João de Castilhos, 286		BIG FARDO	RS	9111731-1E-006539		
05.136.880/0002-50	SILVA & MS PRODUÇÕES DE FORTALEZA LTDA	BIG BINGO - PR				AV. CANDIDO DE ABREU, 470	CENTRO CIVICO	CURITIBA	PR	80.430-200	15411231-13411300-8417	
02.846.690/0001-41	ADM PROGNOSTICO UNIAO LTDA	BIG BINGO - 7 SETEMBRO				RUA SETE DE SETEMBRO		CACHOEIRA DO SUL	RS	94.012-200	5114831-222	154910506-1
	ADM PROGNOSTICO UNIAO LTDA	BIG BINGO - GRAVATAI				AV. DOMINICANDINO LUIZ DE OLIVEIRA, 200	CENTRO	GRAVATAI	RS	96.640-200	100311-2113528	
	ADMINISTRADORA DE JOGOS RIO PARDO LTDA	BIG BINGO - RIO PARDO				RUA ALMIRANTE ALEXANDRINO, N° 728	CENTRO	RIO PARDO	RS	5117231-098		
		BIG BINGO - RS				RUA RESIDENTE VARGAS, 104		CACHOEIRA DO SUL	RS	5117231-098		
		BIG BOY - CONCEIÇÃO				AV. CONCEIÇÃO, 2115	VL AMARIA	SAO PAULO	SP	1116001-2027		
		BIG BOY - GUANANAZES				RUA SALVADOR GIANET, 334	GUANANAZES	SAO PAULO	SP	1112071-276		
		BIG BOY - SAO MIGUEL				AV. NORDESTINA, 1001	SAO MIGUEL	SAO PAULO	SP	1116413-285		
		BIG FLOC				AV. CENTRAL, 74	CENTRO	BAIXADA	SC	88.406-200	1713676-282	
		BIG MONEY				Av. São Miguel, 2253		CAPOEIRU	SC	07619-100	1116421-2866	
02.432.207/0001-50	BIG MONEY ADV. EV. CULT. LAZER, DIV. E COM. LTDA	BIG MONEY - SAO MIGUEL				AV. SAO MIGUEL, 2253	VL BUENO AIRES	SAO PAULO	SP	07619-100	1116421-2866	
		BIG SILVIO ROMERO				Rua Tuiuti, 2270		SAO PAULO	SP	03007-200	1116055-2050	
02.774.320/0001-74	PARTNERS JOGOS ELETRON. ELANCH LTDA	BINGÃO - GUARUJA				VIA SANTOS DUMONT, 1024		GUARUJA	SP	11460-202	132313231-416-39	13231212-211

483.20 56400001-51	LIGA MUNICIPAL DE FUTEBOL DE JACAREI	BINGO 13	AV. SIOLEBIA CAMPOS, 16	CENTRO	JACAREI	SP	12.304-7834	1012 15032-7375	12 15061-2375
02.81 09200001-07	SANTO AMARO LANCHONETE DIVERSÕES LTDA	BINGO 13	LARGO II DE MAIO, 27	SANTO AMARO	SÃO PAULO	SP	04-25-4143	11 15687-1511 16887-2160	1511 16887-2160
06.82 77100001-55	AV ADM PROM E EVENTOS DESPORTIVOS LTDA - EPP	BINGO 13 - 4000CA	AV JOÃO BATISTA DE LIMA FIGUEIREDO, 181	RD STA CECILIA	MOCOCA	SP	13-21-6136	19 13636-2380	19 19717-2380
02.04 92200001-55	UNIDAI ADM DE EVENTOS LTDA	BINGO 14 JUNDIAI	AV 14 DE DEZEMBRO, 201	RD MERCI	JUNDIAI	SP	13-20-8790	11 14587-8790	11 14587-8790
05.80 57400001-52	3 ADM DE EVENTOS LTDA	BINGO 33	AV PIRATOBINHA, 201	VILA NOGUEIRA	DIADEMA	SP	09-94-0111	0111 40062-7142	0111 40062-7142
06.42 82100001-50	FEDERAÇÃO CARENSE DE CICLISMO	BINGO 47	RUA LIBERATO BARROSO, 187	CENTRO	FORTALEZA	CE	00-034-1593	1593 3253-2854	1593 3253-2854
03.05 65300001-23	ADMINISTRADORA DE JOCOS CACHOEIRINHA	BINGO 53	Av Paraguassu, 2559		CAPÃO DA CANOA	RS	04-55-0000	5511 439-0345	5511 439-0345
03.20 72600001-33	PODGE GAMES PRO R AOM DE ERENTOSE COM LTDA	BINGO 53	Av Paraguassu, 2559		TORRES	SC	02-352-0000		02-352-0000
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO 53 - CACHOEIRINHA	AV. GENERAL FLORES DA CUNHA, 1390	VILA IBUI	CACHOEIRA DO SUL	RS	04-914-0000	115311 415311 8121-4463	115311 415311 8121-4463
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO 56	RUA ANTONIO B. COUTINHO, 5095	CENTRO	OSASCO	SP	06-09-7990	15111 7082-7082-2885 2885	15111 7082-2885
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO ALERJIM	Rua Coronel Eusebio, 138		ALECRIM	RN	05011-0000		05011-0000
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO AMERICA	RUA GENERAL GUERCI O, 2163	CENTRO	SÃO JOSE DO RIO PRETO	SP	15-011-1700	17 22273-17 13351-13	17 22273-17 13351-13
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO ARIANA	Av Conselheiro Manoel Sarnes, 417		ARIANA	RJ	2476-0000		2476-0000
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO ASSIMBLEIA	Rua Assombria, 58 / A - Centro	CENTRO	RIO DE JANEIRO	RJ	20031-5600	2111 2232-2111 2823-2111	2111 2823-2111
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO ATIAIA	AV Professor Lucas Nogueira Greco, 1818 - Vila Tas		SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	12940-0000	1111 4113-0000	1111 4113-0000
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO AVEIDA	AV JOÃO PESSOA, 1105	CIDADE BAIXA	PORTO ALEGRE	RS	00400-0000	5111 3211-0000	5111 3211-0000
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO AVEIDA	Av. Família Duas Pátes Lenz, 2486		NABUNGA	PR	07073-0000	449 22 9708-0000	449 22 9708-0000
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO AVEIDA	Av. Família Duas Pátes Lenz, 2486		SÃO PAULO	SP	13210-0000	11 4606-0000	11 4606-0000
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO BANGU	Rua Coronel Tamagnolo, 1955 - Bangu	BANGU	RIO DE JANEIRO	RJ	22840-0000	2111 2401-0000	2111 2401-0000
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO BAR	RUA PRUDENTE DE MORAES, 621 - LOJA 10		BELO HORIZONTE	MG	00000-0000	2111 3362-2277-3433	2111 3362-2277-3433
04.49 43600001-10	ADM SÃO JOSE DE ENTERTENIMENTOS LTDA	BINGO BARRIO	RUA BASTIÃO DO PRADO, 48	CENTRO	JUNDIAI	SP	13-20-7920	11 14521-4233	11 14521-4233

53 416 316/0007	JACUARE ESPORTE CLUBE	BINGO DARÃO - SP	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 294	SANTO AMARO	SAO PAULO	54.731.320(1) 500 5881.8347	
	BINGO BEJA FLOR		Av. Mateus Machado, 1540	CENTRO	PARANÁ	55.390.000	
	BINGO BELEM		Trav. I de Maria SS - Centro		BELEM	66017.1911.2121	
	BINGO BEINARDINHO		Rua Bernardino de Campos		SANTO ANDRÉ	09015.111.4992	13.723
	BINGO BRASIL		Av. Brasil, 1229		VASCONCELOS	09015.111.4992	13.723
	BINGO CABO FRIO		Av. "eleição e Souza, 1.771 - Brega		CABO FRIO	285500.111.1675	2907
	BINGO CATE 44		Av. Jander Lacerda Vasconcelos de		APARAS	28905.1221.2644	121.2644-8394
	BINGO CATE DO GOL		Av. José, 1.978 - Praia		RIO DE JANEIRO	13606.1109.541	(019) 3341
	BINGO CAMPOLIM		Rua Leonardo Lima, 43		SOROCABA	21030.000	4125
	BINGO CAMPOS DO JORDAO		Av. Dr. Antônio Nicolai Padua, 87		CAMPOS DO JORDAO	12460.1121.232	5646
	BINGO CANAL 2		Av. Bernardino de Campos, 547 - Campo		SANTOS	11065.1131.3221	2651
	BINGO CAPITAL		RCS 02, BL. A - Edifício P4		BRASILIA	20100.000	3472
	ROBERTO LUIZ OLIVEIRA		AV. REP. AUGUSTO DO NCALVES, 420	SERRANO	BELO HORIZONTE	20 882.15311.3472	3472
			APTO. 302			660 5940	
			Av. São Carlos, 5.224 - Del Castilho	DEL CASTILHO	RIO DE JANEIRO	20771.1211.2597	(21) 2229
54 118.52/0001	SALVÃO DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA	BINGO CARLOS GOMES	RUA CARLOS GOMES, 89 - CENTRO		SALVADOR	40000.11501	(21) 3121
72		BINGO CARLOS GOMES	Rua Castro Mota, 441 - Centro		SANTO ANDRÉ	09010.111.4990	3472
51 987.99/0001	MIFCOM ASSES EVENTOS LTDA	BINGO CASH	AV. NELSON D'AVILA N° 1837	JO. A. ARELDA	SANTO ANDRÉ	09010.111.4990	3472
02	CASSINOS BINGO	BINGO CASINO	AV. COLARES MOREIRA, 12	SÃO FRANCISCO	SANTO ANDRÉ	12.245.11410	(21) 3227
		BINGO CASINO MACISTRAL	Av. Marcelino Mello, 1.600		SANTO ANDRÉ	65.076.98.2357	2354
02 987.100/0001	CASTELO DA SORTE DE LINHETA	BINGO CASTELO DA SORTE	RUA RANGEL PESTANA, 44	JO. GARCIA	SANTO ANDRÉ	10.400.13143	(21) 3322
		BINGO CASTELO DA SORTE			SANTO ANDRÉ	645.532.3319	3472
03 907.13/0001	CENTRAL MOJEVENTOS LTDA	BINGO CENTRAL	Rua Santa, 1828a - Centro	CENTRO	RIO DE JANEIRO	22220.211.2557	(21) 2558
51		BINGO CENTRAL	WHISTLEMEER N° 1599	CENTRO	MOGI DAS CRUZES	08.710.11.4796	(13) 4764
		BINGO CENTRAL	Rua Dr. Dacinto Wertheimer, 1.999 - Foz de Iguaçu	CENTRO	BRFLEM	686231.91.3212	51.3212-9899

03.333.874/0001-1	BINGO CENTRAL	Rua Dr. Dedalus Wertheimer, 1.599 - Centro	NITERÓI	RJ	240014-100	211.722-1260	240014-100
03.333.874/0001-1	BINGO CENTRAL	Rua Dr. Dedalus Wertheimer, 1.599 - Centro	CURITIBA	PR	800010-210	411.221-1243772	800010-210
03.333.874/0001-1	BINGO CINORTE	Av. Marinho, 243	CIANORTE	PR	871006-600	441.637-2320	871006-600
03.333.874/0001-1	BINGO CIDADE	RUA DAPAZ, 658	CENTRO	MA	65.022-150	99.21.4819-52	65.022-150
03.333.874/0001-1	BINGO CIDADE	Av. Petrólio, 433	ARARAQUARA	SP	148004-600	116.233-1222	148004-600
03.333.874/0001-1	BINGO CIDADE FORTALEZA	RUA FLOREANO PEREIRA, 591	FORTALEZA	CE	60136-624	85.254-8104	60136-624
03.333.874/0001-1	BINGO CIGANO	Av. Barão de Mauá, 425 - Centro	MAIA	SP	09340-140	111.4514-4160	09340-140
03.333.874/0001-1	BINGO CINEMAR	Rua Denarim Caviani, 12	SÃO VICENTE	SP	13.310-500	111.310-500	13.310-500
03.333.874/0001-1	BINGO CLASSE A	Entrada da Têx Rua nº 21 - Loja	NOVO JANEIRO	RJ	22754-601	211.2436-8044	22754-601
03.333.874/0001-1	BINGO CLUB LUTERO	Rua Hebrê Peres, 104	NOVA ODESSA	SP	13460-600	119.466-1148	13460-600
03.333.874/0001-1	BINGO CLUB	RUA OSVALDO ARANHA, 742	VENÂNCIO AIRES	RS	931.7113-023	931.7113-023	931.7113-023
03.333.874/0001-1	BINGO COMERCIO	RUA MIGUEL CALMON, 22 - COMERCIO	SALVADOR	BA	40015-010	711.241-5167	40015-010
03.333.874/0001-1	BINGO CONTINENTAL	Rua Gal. Libertad, 225 - Centro	FLOJANOPOLIS	SC	86075-400	481.348-2389	86075-400
03.333.874/0001-1	BINGO DA BARBA	RUA MATO GROSSO, 064	DIARRA DO GARÇA	MT			
03.333.874/0001-1	BINGO DA LAPA	RUA LORGE SWITH, N° 148	SÃO PAULO	SP	05.074-010	11511-15111	05.074-010
03.333.874/0001-1	BINGO DA SORTE - MA	RUA GRANDE, 183	SÃO PAULO	MA	65.024-250	98.1-98.1	65.024-250
03.333.874/0001-1	BINGO DAS AGUAS	AV. DR. CARLOS BURDOS, M 2750	SILVESTRE	SP	13.001-000	103.3807-15191.3808	13.001-000
03.333.874/0001-1	BINGO DAS FLORES	Rua Elias Pereira, 60 - Centro	CURITIBA	PR	80410-240	411.224-5159	80410-240
03.333.874/0001-1	BINGO DA PRATA - RS	RUA ANDRADE NEVES, 1849	PELOTAS	RS	96.024-080	45323-70900	96.024-080
03.333.874/0001-1	BINGO DEFINIDO	AV. DE FENILDO, 298	SÃO PAULO	SP	11.1524-111	15322-1216	11.1524-111
03.333.874/0001-1	BINGO DIA D	Rua São Jorge, 39	DIADEMA	SP	09911-070	111.456-111.749	09911-070
03.333.874/0001-1	BINGO DIVERBINGOS	Rua Desiderio Barreto, 19	SALVADOR	BA	40150-400	5229-1806	40150-400
03.333.874/0001-1	FEDERAÇÃO PARANENSE DE DESPORTOS AQUÁTICOS	R. MAURÍO SACUNDO, 632	FORTALEZA	CE	60.023-100	83221-2105-5	60.023-100
03.333.874/0001-1	BINGO DEURADOS	Rua Mayo Capile, 22130	DOURADOS	MS	79830-000	79830-000	79830-000
03.333.874/0001-1	BINGO E CIA	Av. Bongiolo Rafael Tobias Aguiar, 890	CAMPINAS	SP	13033-010	1191.213-8106	13033-010

06.504.519/0001-21	SILVA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	BINGO ESTRELA				Av. Altino Arantes, 496	OURINHOS	SP	19900-010	141.323.1960	
		BINGO FAMA				RUA DOM BARRTO, 641	CENTRO	SP	13.170-202	1519.903-5081	18
		BINGO FRIBURGO				Av. Alberto Brumide	NOVA FRIBURGO	RJ	28613-091	24.15238-991	
02.035.620/0001-38	GELAIS EMPREENDIMENTOS E PROMOÇÕES DE REC LTDA	BINGO GELAIS - MG				RUA ESPRITO SANTO, 148	CENTRO	MG	30.180-030	15311.213-8726	1521.3222-806
03.012.310/0001-17	SUPER OSASCO ENTRETENIMENTO SAC LTDA	BINGO GLAMOUR				RUA JOAO BATISTA, 54	CENTRO	SP	06.097-070	15111.2681-9732	011.3681-1135
01.737.150/0001-77	PIGA DIVERSÕES ELETRONICAS LTDA - ME	BINGO ILICA				RUA CORONEL CORDEIRO, 156		SC	88.502-000	0409.222-2409	
		BINGO INMERATRIZ				Rua da Imperatriz, 275		MA	65900-000		
		BINGO INMERATRIZ				Rua da Imperatriz, 275		PE	55000-120		
01.067.682/0001-48	COMERCIO E SERVIÇOS COMPLEXOS 2023 LTDA	BINGO INMERATRIZ 23				RUA ESTELA, 615	VILAMARIANA	SP	04.011-002	11.5571-884	
		BINGO INTERNACIONAL				Av. Allan Kardec, 1151 - Igar C	PIEDOLURO	SP	14700-000	173.342.418	
		BINGO ITAENA				Av. José Batista, 611	PANAMA	RJ	02410-002	611.2531-231.2221-0402	
00.135.310/0001-09	BINGO ITAM DIVERSÕES E COMERCIO LTDA	BINGO ITAM - BBI				RUA JOAQUIM FLORIANO, 643	ITAMBIBI	SP	04.304-012	11511.0671-2931	
		BINGO ITA'IAN				Rua São José, 150	GUARIBA	RS	92500-000	511.480.323	51.4915-790
		BINGO KEACASAN				Rua Visconde de Itaboraí, 2476 - Centro	RIO DE JANEIRO	RJ	20691-007	511.251-0.20.2223-0692	
		BINGO LEOPOLDINA				Rua Leopoldina Reis, 32	RIO DE JANEIRO	RJ	21021-010	11.2804-993	
		BINGO LUG				Av. Nascimento Campos, 123	EREXIM	RS	99.700-000	441.321.116	
03.403.310/0001-23	PROMOTORES E DIVERSÕES ELETRONICAS S.L.TDA	BINGO MAIS				RUA ELIAS MAAS 766	CAJÃO REDONDO	SP	05.894-000	11511.0672-5655	
03.519.810/0001-99	PAPEL, FOCOS E ELETRONICOS LTDA	BINGO MAS - MG				AV. GETULIO VARGAS, 851	FUNCONARIOS	MG	30.112-030	115311.283-2843	0111.3223-5714
03.802.950/0001-24	E E MANIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	BINGO MAMA				AV. DR. CAVALCANTI, N° 137	VILARENS	SP	13.201-000	11511.5871-1208	2111.0626-781
03.001.450/0004-18	PEREIRO MILERIO PROMOÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EVENTOS LTDA	BINGO MATARAZZO				RUA DUQUE DE CAXIAS, 679 - LUC 3	PIRIBITANGA	SP	14.015-030	11165.5108-819	2116.6363-121
		BINGO MELCADO				PRACA XV DE NOVENBRO, 06	PORTO ALEGRE	RS	911-003	11.3642-003	

	BINGO MERITI				Av. Meriti 802 - Vila de Penha	PENHA	RIO DE JANEIRO	RJ	21220-000	211 2481-4373	
	BINGO MEYER				Rua Frederico Meyer, 11/A - Meyer	MEYER	RIO DE JANEIRO	RJ	20780-010	211 2201-1094	211 2281-3141
	BINGO MIRAGE				Av. Kennedy, 330354 sat 21	PORTAO	CURICUBA	PR	80310-000	411 259 80310-000 8338-8	411 345 7081-81
01315 5340001-67	CARIDOS COM ADM E ORGANIZACAO EVENTOS LTDA				RUA MONTEIRO DE MELLO, 71	LAPA	SAO PAULO	SP	05 000 05111	0676-0595	
	BINGO NEW POINT				Av. Tundut, 2507		GUAFULHOS	SP	07197-000		
	BINGO NOTA DEZ				Rua Frei Gaspar, 214		SAO VICENTE	SP	11310-010	131 466 131 211	
01314 4870002-80	BOTUCATU FUTEBOL CLUBE				RUA MAIOR MATEUS, 301	VILA LAVRADORIS	BOTUCATU	SP	18 600 15141	1882-2012	15141 1815-8659
	BINGO OBRIST				Av. Assis Brasil, 2155		PORTO ALEGRE	RS	91010-000	51 3362-5344	
	BINGO PALACE				Rua João Pessoa, 01		ARACAJU	SE	49010-010		
50148 6570001-00	LIGA RIBEIRAO PIRENSE DE FUTEBOL				RUA BOA VISTA, 169	CENTRO	RIBEIRAO PIRES	SP	09400-000		311 14827-7797
	BINGO PLANALTO				CND 06, Lote 7 - Centro		TAQUATINGA	DF	72115-065		
58190 2440004-22	FEDERACAO LAULISTA DE CANGAGEM				AV. ALCANTARA MACHADO, 516	MOOCA	SAO PAULO	SP	07102 15111	3277-3978	15111 3276-8696
	BINGO PLAZA				Rua Pedro Teixeira, 718		BAURU	SP	17100-000	143 234 143 232	143 232 8082
	BINGO PRACA DO CARMO				Rua Dr. Albuquerque Lima, 82		SANTO ANDRE	SP	09010-010	117 4990-8918	
	BINGO QUINTINO				Rua Quintino Bocaiuva, 71 - Centro		LOMBRINA	PR	86070-000	431 324 431 324	431 324 4669
	BINGO REAL				RUA RODRIGUES CASTO LEITE, 22	SÃO FELIX	BRUNADO	BA	46100-000	15771-1672	
01326 6480001-66	ANTONIO SOLZA MOTA DE SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS TURISTICOS MEIRESEN				RUA MAIOR FACUNDI, 94		PORTALEZA	PE	56035-000	85 2536-109	
	BINGO REAL MOGI MIRIM				Rua Mariliano, 502/518		MOGI MIRIM	SP	13800-012	119 862 119 862	119 862 5373
	BINGO RESENDE				Rua Doutor Jefferson Gers de Bruno, 2000		RIO DE JANEIRO	RJ	27337-001		
01142 7360001-65	RESENDE DIVERSOES ELANCHONETTI				AV. DR. EFFERSON GERALDO BRUNO, 2000	PARRAISO	RESENDE	RJ	27 437 15241	2155-8819	15241 3355-8822
01119 0070001-67	RIBEIRAO SERFACOS E ORG DE ATIVIDADES DE LAZER S/C LTDA				R. CAPITAO JOSE GALILO, 170	CENTRO	RIBEIRAO PIRES	SP	09400-000	30111 4823-2667	30111 4823-2667
00174 0140001-66	REVERBINGO ADM DE EVENTOS LTDA				RUA MIGUEL CALMON, 22 - COMERCIO	RIO VERMELHO	SALVADOR	BA	41940-080	711 335 711 335	711 335 8507

			BINGO REGITA		Rua Florinda Cogni, 79	ITATIBA	SP	13258- 039	(11) 7865- 7102
			BINGO RU BARBOSA		Rua Rui Barbosa, 463	SALTO	SP	13320- 8821	(11) 4078- 5821
			BINGO SEITE		AV TABAQUARA, 1158	MIL MARIANA	SP		(11) 3071- 8750
			BINGO SOBRADINHO E PROMOCOES LTDA		QUADRA CENTRAL, BLOCO II, LOTE 07 - LOJA 1 e 2	SOBRADINHO	DF	70.070- 1561	(61) 3914-417
47 819 340001- 24			JICA SOROCABA DE FUTIBOL		RUA ARLINDO LUIZ, 104	PRAIA LIBER	SP	18.010- 3220	(15) 1515- 3254-3863
39 180,291.0001- 13			BINGO STUR		Rua Sete de Setembro, 62 - Centro	RIO DO SUL	SC	89160- 2300	(47) 521 7533
39 180,291.0001- 13			EVENO EVENTS E PROMOÇÕES LTDA		AV AMARAL PEIXOTO, 264	VOLTA REDONDA	RJ	27 253- 2729	(24) 3342- 4576
			BINGO TAPUARA		Av. Heitor Cadore, nº 027 - Itaquara	ITAQUARA	RI	22 750- 000	(21) 2435- 1740 (2144) 3.852-63
			BINGO TAPUARI		Rua Marechal Floriano Pessoa, 714	ITAQUARTUBA	SP	13780- 000	(14) 762 1127
			BINGO TOCANTINS		Rua Amazonas, nº 144 - Centro	IMPERATRIZ	MA	6.900- 520	(61) 3901- 520
			BINGO TORRE		SHS Q.06 BL E - São João	BOA VISTA	PE	70340- 901	(71) 3611- 901
04 301 514.0001- 77			LOTERIA RESULTA		RUAA 14 QUADRA 06 LOTE 1/6	VALPARAISO DE GOIAS	GO	72 870- 000	(56) 3336- 1149 (56) 1.0264-3007
			BINGO VEDAS		Av Pôrto Abreu, 3 400	CUBATAO	SP	14310- 000	(11) 361 655
			BINGO VIOLINIC		Rua Imperial, 2026/2032 - São José	RECIFE	PE	51090- 000	(71) 3611- 655
			BINGO VILLAGE BATEL		Av Brasil, 1149	CURITIBA	PR	411323- 60470-	(41) 323- 585 (41) 672
			BINGO VITORIA		RUA MARCELO DEODORO, 129	CENTRO	SP	09 710- 012	(11) 7870- 788
02 942 194.0001- 20			VITORIA EVENTOS S/C LTDA		Rua Voluntarios da Patria, nº 190 - Boqueirão	SOTAFISCO	PI	22270- 010	(33) 3579- 5364 (33) 6538
			BINGO VOLUPORANGA		Rua Itacolomi, 554	NUTUPORANGA	SP	13300- 3000	(17) 423 741 (17) 9783-945
			BINGO WINDSOR		Rua General Osório, 911	CAMPINAS	SP	13010- 111	(19) 231 2316
07 961 511.0002- 39			FEDERAÇÃO CEARENSE DE DESPORTS AQUATICOS		RUA GENERAL BEZERRIL, 70	FORTALEZA	CE	60053- 100	(85) 254 0999
			BINGOO		Rua Major Gato, 1027 - Centro	PATOS D MINAS	MG	35700- 001	(34) 3622- 3540
00 373 878.0001- 77			VITORIA REGIA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA		AV GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, 370	PORTO VELHO	RO	78 903- 160	(16) 1549- 2171 (16) 2171-277

01 46 722/0001-01	AGUAPÊ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	RINGOOL CLUB - J. PAFANA		AV. TRANSCONTINENTAL 799	MLA JOTÃO	UIPARANA	PR	78.961-110	159 12212-784	
01 711 263/0001-71	NOVA DIMENSÃO PROMOÇÕES LTDA	BINGOOL FERROVIÁRIA		AV. ROGERIO WEBER 1867	CENTRO	PORTO VELHO	RO	78.916-030	221591-2171-217	721691 217-1730
03 529 167/0001-20		BINGOPE		Rua XV de Novembro 32		PELOTAS	RS	96.015-440		
03 501 454/0001-92	BINGOPEL/ONS DE BINGOS LTDA	BINGOPE - RS		R. GENERAL OSORIO 747		PELOTAS	RS	96.015-000	93 12291-93 12272-906	664
03 501 454/0001-92	TERCEIRO NILENO PROMOÇÃO E ADM DE EVENTOS LTDA	BINGOPEL/ONS		RUA ERNEST BENAY 1001	PARANÓPOLIS	SAO PAULO	SP	03 635-030	15111 963-0305	
04 312 379/0001-23	DIAMOND BH PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	BINGOPEL/ONS		RUA TUBINIMBAS 2-7	CENTRO	BELO HORIZONTE	MG	06 130-000	15311 201-2104	2011 3222-0458
02 946 476/0001-23	BOA VISTA ADMINISTRAÇÃO E ENTRETENIMENTOS LTDA	BINGOTE - MG		AV. LIBERDADE 323	LIBERDADE	SAO PAULO	SP	01 503-000		
04 234 467/0001-57	EMPRESA GALCHA DE PROD. DIV. LTDA	BOA VISTA - RORAIMA		AV. ADELFO MINIEIRO 386	SANTO AMARO	SAO PAULO	SP	04 734-002	15311 5524-3405	15311
03 193 642/0002-23	PRACAMP ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO DE DIVERSÕES LTDA	MOA 7		AV. CELESTEVAN 132	CENTRO	BOA VISTA	RR	68 701-150	0085 1084-0051	9084-087
03 193 642/0004-53	PRACAMP ADM E COMÉRCIO DE DIVERSÕES LTDA	BOLA 7 - FACQUE		AV. PASCHOAL ARDITZ 83	SAO MANOEL	AMERICANA	SP	11 472-130	15319 3461-005-9907	2775
04 349 455/0001-14	CAMPED ADM E COM. DE DIVERSÕES LTDA	BOLA 7 - JEMÉ		PRAÇA COMENDADOR MULLER 21	CENTRO	AMERICANA	SP	13 465-289	119 3461-005-9907	2775
04 021 429/0001-16	CLUBE RECREATIVO COMERCIAL	BOLA 7 - SANTOS		AV. JABAGUARA 1338	JABAGUARA	SAO PAULO	SP	04 045-200	111 3581-4044	775
03 294 608/0001-41	BDM RETIRO PROM. ENTRET. LTDA	BOA VISTA - RORAIMA		RUA RAFAEL LOG DARGOS 290	CENTRO	BOA VISTA	RR	13 465-289	119 3461-005-9907	2775
02 891 041/0001-40	BINGO ELETRÔNICO BONI LTDA	BOI		RUA DOPRADO 44	PATOS	PATOS	PB	83 14213-810	13 3901-898	
03 294 608/0001-41	BDM RETIRO PROM. ENTRET. LTDA	BOA VISTA - RORAIMA		RUA DR CARVALHO LE AMENDONCA 264	SANTOS	SANTOS	SP	11 075-671	13321 2706-26	
02 891 041/0001-40	BINGO ELETRÔNICO BONI LTDA	BOI		RUA VIVENTE DE CARVALHO 141	CIDADE OCEAN	PRAIN GRANDE	SP	01 121-000	15311 3311-3311-7997	7997
01 172 088/0001-50	CLUBE XADREZ DE SANTOS	BOQUEIRÃO - SANTOS		AV. COSTA E SILVA 53	CENTRO	PRAIN GRANDE	SP	11 701-000	13 3591-3535	3272
06 341 058/0001-12	PEDRO FELSO APARECIDO CANARGO - ME	BOQUEIRÃO - SANTOS		RUA JOE FONTANA 83	CENTRO	BOQUEIRÃO	SP	13 270-000	15141 3591-3535	3272

06 985 890001-03	META PROMOÇÕES E CONSULTORIA LTDA	BORDA GITO - SP				AV. ADOLFO PINHEIRO, 2450	SANTO AMARO	SAO PAULO	04 734-11511 004 5548-9128	03111 5548-0316
06 040 090001-04	CENTRAL EVENTOS TATUI LTDA	BOTAFOGO				RUA ONZE DE AGOSTO, 377	CENTRO	TATUI	18 270-11512 000 3305-3548	
05 008 820001-05		BR SANTO AMARO				Rua Br do Rio Branco, 794		SAO PAULO	04 753-1111 5881 000 8347	
05 008 820001-06	COLOREDU SÃO PAULO EVENTOS LTDA	BRAS				RUA CONSULIERO DELIZARO, 27		SAO PAULO	13 012-11601 000 9614-62	
04 315 3750001-07	M D PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	BRASIL - TERRAZ				AV. BRASIL, 1200	CENTRO	FERRAZ DE VASCONCELOS	18 506-111 4675 000 2907	03111 9812-9212
03 998 210001-08	PRIZA EVENTOS DE JOGOS ELETRONICOS E LANCH	URASIL - SANTOS				RUA DURCANTULA, 80	APARECIDA	SANTOS	11 035-113 3231 000 4007	13 3206-3206
06 504 5 910001-09	SILVA PROMOÇÕES EVENTOS LTDA	BRASIL - SOROCABA				AV. RENADOR VERGUEIRO	CENTRO	SOROCABA	18 095-2113 050 3233-9665	
03 143 6 910001-10	BRASÃO DOUJADO ADMINISTRACAO LTDA	BRASÃO DOUJADO - MG				AV. LOJO PESSOA, 683	CENTRO	UBERLANDIA	38 400-535	
00 106 820001-11	ACM PROMOÇÕES ESPORTIVAS LTDA	BRISTOL GOLDEN BINGO				RUA MATEUS LEITE, 121	SAO FRANCISCO	KURITIBA	80 310-1541 190 2238-145	05411 324-9770
00 337 010001-12	GOOD LOCK PROMOÇÕES DE NEGOCIOS E LANCHONETE LTDA	BROADWAY				RUA SAO JOSE, 64	CENTRO	PIRACICABA	13 400-1519 030 3432-8122	15191 4128-845
01 854 1450001-13	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FASESALLE SOFTBALL	BULLUS				AV. DR. VIRGILIO DE RESENDE, 1010	CENTRO	ITAPETINGA	18 200-15 3272 000 1162	21151 2731-112
00 778 5100001-14	DJS PROMOÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	PIUTANTA				AV. DORFEL DE AZEVEDO MARQUES, 2100		SAO PAULO	08 482-15111 001 5816-0443	
05 188 440001-15	ALICA CAÇAPAVENSE DE FUTEBOL	CAÇAPAVA				RUA ROSSI MAXIMIANO, 81	CENTRO	CAÇAPAVA	20 000-2112 000 2334-247	21121 2334-719
		CACHOEIRINHA				AV. REP. EMILIO CARLOS, 1877	VL. NOVA CACHOEIRINHA	SAO PAULO	02 721-111 3851 000 2559	
		CACHOEIRINHA BINGO				Rua Dr. Emilio Carlos, 1873		SAO PAULO	05 670-541 282 000 1965	
		CAESAR'S PALACE BINGO				Rua Augusto Pestum, 269		GRAMADO	11 065-13 1215 001 78	
		CAICARA CLUB				AV. RESIDENTE WILSON, 200	JOSÉ MENINO	SANTOS	11 1 4679 000 3192	11 1 4679-5103
		CALIFA				RUA DA INDEPENDENCIA, 26	CENTRO	FERRAZ DE VASCONCELOS	01 523-11 3209 000 422	
02 573 420001-16	CAMUCCI ADM E EVENTOS E LAZER LTDA	CAMUCCI				LARGO DO CAMUCCI, N° 11	CAMUCCI	SAO PAULO	28 220-1511 010 3380-5195	05111 6586-595
03 012 210001-17	CAMPANELA COM BOD ORGANIZAS E RECEP LTDA	CAMPANELA				AV. CAMPANELA, 939	CIDADE DE CARVALHO	SAO PAULO		

04 186 677/0001-185	AFN LANCHETE E EVENTOS LTDA	CAMFINAS		AV. FRANCISCO DE PAULA OLIVEIRA NAZARETH, 147	PQ INDUSTRIAL	CAMFINAS	SP 140	13 011 00019 00019 0272-3670 2118	(0019) 0272-3670 2118
04 186 677/0001-186	CAMPO LIMPO EVENTOS	CAMPO LIMPO - SP		ESTRADA DO CAMPO LIMPO, 4242	CAMPO LIMPO		SP 130	05 787 15111 05111 3846-3926 3191	(5111) 3846-3926 3191
02 760 039/0001-187	RIBEIRAO AGENCIAMENTO E PROMOCOES LTDA	CAMPOS ELISEOS		AV. DA SAUDE, 884	CAMPOS ELISEOS	RIBEIRAO PRETO	SP 130	14 010 116 13981-0090	(16) 13981-0090
02 764 015/0001-188	JOGA JOGOS ELETROINCO LTDA	CANAL DOS - PRIMO		RUA PRIMO FERREIRA, N° 6	BOQUEIRAO	SANTOS	SP 130	11 045 21131 21131 2213-671 901	(2113) 2213-671 901
02 889 240/0001-189	FEPAZ ADMINISTRADORA COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA	CANAS - 45		RUA TIRADENTES, 215	CENTRO	CANAS	RS 100	92 010 451 14738-0017	(45) 14738-0017
		CANJO BUNDO		RUA GUERECINDO SALAIVA, 289		SAO PAULO	SP		
		CAPITAL		RUA BUTANTA, 186 - PRIMEIROS	PRIMEIROS	SAO PAULO	SP	15111 1423-275	(1511) 1423-275
01 702 040/0001-190	S PROMOCOES E EVENTOS LTDA	CAPIVARI		PRAÇA SÃO BENEDITO, 45		CAPIVARI	SP 000	12 460 15112 3663-4801	(1512) 3663-4801
05 982 841/0001-191	COMERCIAL CARLOS LUIZ TRANS. E ADMNISTRADORA DE BINGOS LTDA	CAPIKADA		PRAÇA JOÃO ACACINHO, 266	CENTRO	GUARUL	ES 100	29 560 18 15531-2137 2140	(18) 15531-2137 2140
03 170 401/0001-192	COMERCIAL CARLOS LUIZ TRANS. E ADMNISTRADORA DE BINGOS LTDA	CARIBEM GAMES		Rua XV de Novembro, 451		PONTA GROSSA	PR 510	80020-421 222 5706 7021	(421) 222 5706 7021
02 555 726/0001-193	CARLOS GOMES EVENTOS HC LTDA	CARLOS		RUA CARLOS, 921	VILA ALZIRA	SANTO ANDRE	SP 100	19 180 21111 4011 14040-4111 1532	(2111) 4011 14040-4111 1532
02 555 726/0001-194	CARLOS GOMES EVENTOS HC LTDA	CARLOS GOMES - PR		RUA MAL FLORIANO PEDOTO, 100206	CENTRO	CURITIBA	PR 130	80 010 130 232-2702	(130) 232-2702
02 555 726/0001-195	CARLOS GOMES EVENTOS HC LTDA	CARLOS GOMES - SP		RUA SENADOR FLAQUER, 76	CENTRO	SANTO ANDRE	SP 100	19 010 131 14438-6117	(131) 14438-6117
		CARRÃO		AV. RIO DAS PEDRAS, 26	VILA CARRAO	SAO PAULO	SP		
		CARRÃO BINGO		Av. Rio das Pedras, 56		SAO PAULO	SP 000	03452 2111 7131-5163	(2111) 7131-5163
		CASA BLANCA		AV. 7 DE SETEMBRO, 741	CENTRO	PORTO ALEGRE	RS 190	90 010 51 12126-280	(51) 12126-280
03 320 975/0001-196	STYLUS PROMPROD DE EVENTOS S/C LTDA	CASA DA NOEDA		RUA SETE DE SETEMBRO, 251	CENTRO	GUARULHOS	SP 220	07 011 211 1400-3014	(211) 1400-3014
00 410 762/0001-197	PIEDADE EMPREENHIMENTOS LTDA	CASSINO AMERICANO - RE		AV. BOA VIAGEM, 57	PINA	RECIFE	PE 000	51 011 41 14461-3433	(41) 14461-3433
04 073 035/0001-198	TEMPLO DO CHURRASCO DE PRAIA GRANDE LTDA	CASSINO MAGISTRAL		RUA DR. RILDO RECIANZA, 10	CANTO DO FORTE	PIRAIA GRANDE	SP 100	11 700 11 700	(11) 700
01 180 927/0001-199	ASSOCIAÇÃO LINCOLN DE LUDO	CATANDUVA		RUA PARAIBA, 174	CENTRO	CATANDUVA	SP 200	15 900 17 13524-5648	(17) 13524-5648
02 193 230/0001-200	CEASA STAR COMADM LTDA	CEASA		AV. SR. GASTÃO VIDGAL, 1400	VILA LEOPOLINA	SAO PAULO	SP 100	05 314 15112 18311 1641-2123	(15112) 18311 1641-2123
		CENTER - FLORIANOPOLIS		RUA TEM SILVEIRA, 230 - CENTRO	CENTRO	FLORIANOPOLIS	SC	15483 2329-437 5766	(1483) 2329-437 5766

02.772.510/0001-13	FLAVIO DA SILVA MARQUES FERREIRA - ME	CENTRO - SANTOS			RUA XV DE NOVEMBRO, 106	SANTOS	SP	11 010-13321-550	13321-550	13321-550
02.397.817/0001-63	ADMINISTRADORA DE JOGOS SAPUCAIA LTDA	CENTRO BINGO - RS			AV. RUBEM BERRA, 250	SAPUCAIA DO SUL	RS	93 216-311	93 216-311	93 216-311
		CENTRO BINGO - SANTOS			RUA CIDADE DE TOLEDO, 17	SANTOS	SP	13 321-913	13 321-913	13 321-913
02.859.366/0001-04	COMERCIAL E ADM. DE PROD. CAMPINAS LTDA	CENTRO - CAMPINAS			RUA ALVARES MACHADO, N° 928	CAMPINAS	SP	13 012-119	13 012-119	13 012-119
03.167.765/0001-56	MISTER M PROMOÇÕES EVENTOS S/C LTDA	CENTRO - CAXIAS DO SUL			RUA SINIBEL, 160	CAXIAS DO SUL	RS	06 700-111	06 700-111	06 700-111
		CENTRO - COTIA			AV. ANTONIO MATHIAS DE CARVALHO, 219	COTIA	SP	12 400-2021	12 400-2021	12 400-2021
04.222.40/0001-11		CENTRO - CUIABÁ			RUA JOAQUIM MARTINS, 129	CUIABÁ	MT	78 003-490	78 003-490	78 003-490
03.145.023/0001-63	MARILIA PRODUTOS E ENTRETENIMENTO LTDA	CENTRO - ITU			PRACA PADRE MIGUEL, 96	ITU	SP	13 300-111	13 300-111	13 300-111
04.238.617/0001-88	FRISAN SOROCABA LTDA - 37 P	CENTRO - SOROCABA			RUA PADRE LUIZ, 215	SOROCABA	SP	18 035-151	18 035-151	18 035-151
		CENTRO BINGO			Rua Manoel Rodrigues Pereira, 115 - Centro	JACAREI	SP	12 207-123	12 207-123	12 207-123
04.882.510/0001-26	CENTRAL DA SORTE BAR LANCH. E SERVIÇOS LTDA ME	CENTRO DA SORTE			AV. CARLOS LACERDA, 31	SÃO PAULO	SP	05 239-15313	05 239-15313	05 239-15313
04.293.240/0001-50	PLAY BILL JOGOS E ENTRETENIMENTOS LTDA	CENTRO LOTO			Travessa 1° de Maio, 241 - sala 706	BELEM	PA	86 019-690	86 019-690	86 019-690
03.191.217/0001-72	CA. POLO COM. DE BEBIDAS PROM. E EVENTOS LTDA - EPP	CENTRO - ILHAZ			PRACA FRANCISCO MESQUITA, 1000 - SALA 1701 E 19	SÃO PAULO	SP	03 153-311	03 153-311	03 153-311
58.164.128/0001-42	LIGA SANTISTA DE VOLEIBOL	CHÃO DE ESTRELAS			AV. SÃO MIGUEL, 7035	SÃO PAULO	SP	08 070-111	08 070-111	08 070-111
		CHARITAS - RJ			AV. PITAGORAS, N° 188	SANTOS	SP	17 010-111	17 010-111	17 010-111
02.880.340/0001-82	VIMEN ENTRETENIMENTO LTDA	CIDADE - BAURUR			AV. QUINTINO BOCAIUVA, 578	NITEROI	RJ	24 370-21763	24 370-21763	24 370-21763
00.617.884/0001-28	SORINCA ADM. MISTRACAO E COMERCIO LTDA	CIDADE - RJ			RUA PRIMEIRO DE AGOSTO, 319	BAURUR	SP	17 010-111	17 010-111	17 010-111
03.960.372/0001-58	ADM. DE JOGOS - CIDADE LTDA	CIDADE - RS			RUA BUENOS AIRES, 36 A - LOTA E SODIE LOJA	RIO DE JANEIRO	RJ	20 070-021	20 070-021	20 070-021
03.519.215/0001-01	ELEON HANMAR ALMA E PARIC LTDA	CINE VENIZA			RUA ESTRELA DE CARVALHO, 1372	SÃO PAULO	SP	03 540-111	03 540-111	03 540-111
					AV. BRASIL, 2840	PORTO ALEGRE	RS	51 010-511	51 010-511	51 010-511
					R. DA PALMA, 38	RECIFE	PE	50 040-21811	50 040-21811	50 040-21811

01.134.012/0001-01	FEED BACK "HOMOLOGAÇÕES CONSULTORIA" LTDA	CIRCUS				AV. IBIRAPUERA N° 300	INDIANAPOLIS	SÃO PAULO	04.024.200	(1511) 3536-3691	(1511) 3536-3691
01.453.103/0001-13	ADMINISTRAÇÃO DE JOGOS DE FOMENTO LTDA	CITIBINGO				RUA CONSELHEIRO SENECA, 161	CENTRO	SAO PAULO	04.101.030	(11) 422.5177	(11) 422.5177
01.451.907/0001-20	CITY CENTRO EVENTOS LTDA	CITY BINGO				RUA BAIXO DE ITAPERATINGA, 54	CENTRO	SÃO PAULO	01.041.000	(11) 321-23	(11) 321-23
04.331.500/0001-46	CENTRAL MARINGÁ EVENTOS LTDA	CITY BINGO - MARIA				AV. BARÃO DE MOTA, 1571	PO. BOA ESPERANÇA, MARIA	SÃO PAULO	09.340.140		
04.304.782/0001-01	ANGATU COMÉRCIO GERENCIAMENTO E INVESTIMENTOS LTDA	CLASSE A				PRAÇA 3.º ET. DO TIETE, 115	BELEM	SÃO PAULO	03.164.030	(1511) 6041-2696	(1511) 6041-2696
04.924.273/0001-54	CLUBIA DIVERSÕES ELETRONICAS LTDA	CLUBIA				RUA AURELIA, 380/390	VILA RENASCENÇA	SÃO PAULO	05.046.000	(1511) 3871-0707	(1511) 3871-0707
01.107.172/0001-51	BINGO CLUB 21 LTDA	CLUB 21				Rua Augusta, 380/390		SÃO PAULO	05.046.000	(11) 3871-0707	(11) 3871-0707
01.278.277/0001-40	CLUBE DE REGATAS GUABARÁ	CLUBE DE REGATAS				R. DOM AQUINO CORREIA, 769	CENTRO	CORUMBA	79.104.000	(1267) 232-7263	(1267) 232-7263
01.957.986/0001-73	CENTRAL EVENTOS Q&ASVO LTDA	COLISEU				RUA VITÓRIO TAFANELLO, 323	CENTRO	OSCARO	06.191.000	(1511) 5483-9933	(1511) 5483-9933
02.851.079/0001-81	RC DIVERSÕES ELETRONICAS LTDA	COLORADO				AV. ORCZIMBO MALA, 1008	CANBUI	CARZINHA	03.121.000	(1511) 2725-133	(1511) 2725-133
02.256.593/0001-75	VERDE RAMO E PÊLOS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	COMENDADOR				RUA COA. ROBERTO UGOLINI, 154	MOOCA	SÃO PAULO	03.121.000	(1511) 2725-133	(1511) 2725-133
01.681.165/0001-01	SAN MARINO ENTERTENIMENTOS LTDA	CONCEICAO				AV. FLORES DA CUNHA, 1471	CERQUEIRA CESAR	SÃO PAULO	02.071.000	(11) 6901-2027	(11) 6901-2027
02.135.714/0001-02	MULTIBINGO JOGOS ELETRONICOS LTDA	CONTINENTAL - FLORIANOPOLIS				AV. CONCEIÇÃO, 2115	ESTREITO	FLORIANOPOLIS	03.312.000	(1511) 5932-984	(1511) 5932-984
01.645.541/0001-00	1497 - CITY PENHA EVENTOS LTDA	CORUJO				AV. DR. VALTER SO. JORNAL, 200	RIO BRANCO	NOVO HAMBURGO	03.606.000	(11) 3111-8991	(11) 3111-8991

[illegible]

01.968.315/0001-20	R.M.P. PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.	EDNA					RUA SILVEIRAS, 488	VILA GUIMAR	SANTO ANDRÉ	SP	09.071-100	(11) 4992-4699	(11) 4992-4699
05.849.452/0001-72	GRUPO FARI, LIMA DIV. ELETRONICAS LTDA.	EDUARDO SOUZA LIMA					RUA PRUDENTE DE MORAES, 610	CENTRO	ITAPETINGA	SP	18.206-200	(1516) 4422-1410	(1516) 9796-1477
01.553.462/0001-07	COMPANHIA BINELL DE COM. E SERV. SA	ELDORADO					AV. NOVA CANTAREIRA, 1776	TUTURUVI	SANTO ANDRÉ	SP	02.336-002	(1511) 6994-0993	(1511) -
		ELIUS					RUA CEL. ALFREDO FLAQUER, 761			SP	09.026-041	(11) 4990-6544	
		EMBUGUATU					RUA CAJACIO PINES NOROES, S.A. - CENTRO		EMBUGUATU	SP	(1511) 4961-431		
05.992.451/0001-04	VIVIANE APARECIDA MARIANO - ME	ERMELINO					AV. PARANAGUÁ, 1976	ERMELINDO	SANTO ANDRÉ	SP	03.806-000	(1511) 8566-2678	
01.441.754/0001-75	ESPLANADA DO ROSARIO ENTR. PROM. E LANCIONET LTDA.	ESPLANADA DO ROSARIO					RUA BAIXO DE JACUTURA, 1194	CENTRO	CAMINAS	SP	13.015-002	(1519) 4223-8719	(1519) 4223-8719
		ESPORTE I					AV. INACIO COSTA FILHO, 148	CENTRO	ITAPETINGA	BA	45.606-000	(1571) 6131-181	
03.220.351/0001-04	ANEXO JOGOS ELETRONICOS E PROMOÇÕES LTDA.	ESTACÇÃO - CARAPICUBA					RUA MAX ZENRON, 38		CARAPICUBA	SP	04.324-000	(1511) 6011-1418	(1511) 5011-2225
		ESTACÇÃO - JARDOLARA					RUA ISQUETIBAS, Nº 1	ID. ORIENTAL	SANTO ANDRÉ	SP	09.099-000	(1511) 4552-249	
		ESTACÇÃO - PERUIBE					AV. 24 DE DEZEMBRO 500 - CENTRO		PERUIBE	SP	04.321-090	(11) 5011-2352	
		ESTACÇÃO BINGO					Rua Jequines, 133		SANTO ANDRÉ	SP	09.099-000	(1511) 4552-249	
03.526.209/0001-53	ESTADOS UNIDOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.	ESTACÇÃO DO BINGO					RUA GENERAL SAMPÃO, 683	CENTRO	PORTA LIZA	PE	60.002-085	(1511) 2122-328	(1300) 6897-15
		ESTADOS UNIDOS					RUA ESTADOS UNIDOS, 1494	VD. PAULISTA	SANTO ANDRÉ	SP	01.473-001	(11) 4636-1431	
		ESTANCIA					PRAÇA JOÃO FELIPE JUNIOR, 58		POA	SP	(11) 4636-1431		
04.346.470/0001-62	PROMOÇÕES E EVENTOS ESTRELA LTDA.	ESTRELA					RUA AGENOR DE BARROS, 9	PONTE RASA	SANTO ANDRÉ	SP	03.881-100	(1511) 6146-2894	
01.875.671/0001-24	FEDERAÇÃO PAULISTA DE TENIS DE MESA	ESTRELA - SP					AV. BOSQUE DA SAÚDE, Nº 184	PRAÇA DA ARVORE	SANTO ANDRÉ	SP	01.006-000	(1511) 2769-070	(1511) 5584-6184
		EURO BINGO					Rua Estrela Unidos, 1494		SANTO ANDRÉ	SP	01.427-001	(11) 883-2068	
		EURO BINGO - PR					RUA PEDRO ADAMS FILHO, 3347		NOVO HAMBURG	RS			
03.472.407/0001-00	FACO COMERCIO ADM. E EVENTOS LTDA.	FACCO					AV. GENERAL EDUARDO FACO, 301	PIQUERI	SANTO ANDRÉ	SP	02.935-000	(1511) 9922-3318	(1511) 3952-3318
03.475.404/0001-20	EIGHT'S BALLS COMERCIO LTDA.	FELIPE					RUA CAÇAPAVA, Nº 111 SALA 202	CENTRO	PORTO ALFREDE	RS	09.465-130	(051) 9846-6515	

00 564 12/0001- MS	LIGA ARACATUENSE DE FUTEBOL DE SALA	PERN BINGO	ARACATUBA	Av. Barão de Marilândia, 2403-A RUA CORDEIRO NETO S/Nº D- ANEXO AO GINÁSIO DOS ESPORTES	CENTRO	ARACATUBA	RS	91 030- 172	
00 564 12/0003- SP	LIGA ARACATUENSE DE FUTEBOL	PERNAN BINGO - FERNANOPOLIS		RUA SÃO PAULO, Nº 2254	CENTRO	PERNANOPOLIS	SP	15 600- 0517	11 171 3462- 0712
05 576 62/0001- LA	FIESTA 37 PROM E EVENTOS LTDA			AV. GUARATIPARANGA, 152		SÃO PAULO	SP	11 762- 0156	11 351 6241- 04
43 741 72/0001- SP	LIGA ARACATUENSE DE FUTEBOL SALA	FLAMINGO BINGO		RUA WANDERKILK, 41	SÃO JOAQUIM	ARACATUBA	SP	16 050- 08 3621-	11 181 9622- 0712
05 129 89/0001- SP	UNIVERSO COM E ADM DE EVENTOS LTDA	FLAMINGO - SANTOS		AV. PRESIDENTE WILSON, 143		SANTOS	SP	11 060- 0332	11 911 3501- 00
04 728 36/0001- SP	FLASH ADMINISTRADORA DE EVENTOS	FLASH - GUARULHOS		RUA JOÃO GONÇALVES, 266	CENTRO	GUARULHOS	SP	11 61 4888- 093	
38 490 24/0001- SP	FEDERAÇÃO PAULISTA DE CANOAGEM	FLASH - GRAMADO		RUA MADRE VERÔNICA, 212		GRAMADO	RS	54 12865- 788	
		FLASH - TAUBATÉ		AV. CHARLES SCHNEIDER, Nº 18	CENTRO	TAUBATÉ	SP	12 040- 1112	2102 2325- 071
								2325-646	
		FORMIGA - MG		RUA DR. CLAYTON, 15		FORMIGA	MG	17 13222- 4667	
		FORMOSA		AV. IDÃO XXIII, 669	VILA FORMOSA	SÃO PAULO	SP	03 361- 41 16910-	
		FORMOSA BINGO		Av. Dr. Eduardo Colling, 2077 - Bairro Nova Formosa	VILA FORMOSA	SÃO PAULO	SP	03656- 11 6674-	
01 499 62/0001- SP	CORVARE PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	FORTUNA		AV. COM PEDRO L. 1469	VILA PIRES	SANTO ANDRÉ	SP	08 130- 11 14455-	10109 9959- 3030
		FRANCO		RUA SENADOR PRIMEIRO MACHADO, 778	MARAPÉ	SANTOS	SP	11 075- 13 13225-	
00 172 32/0001- SP	BINGO FRANCO DA ROCHA	FRANCO DA ROCHA		RUA AZEVEDO SOARES Nº 106	FREGUESIA DO O	FRANCO DA ROCHA	SP	07 830- 11 1441	11 145 6467- 05
03 820 03/0001- SP	SOCIEDADE ESPORTIVA AVANÇO	FREGUESIA		AV. TABERABA, 1749		SÃO PAULO	SP	01 734- 1331	
02 448 88/0001- SP	TRONICAL PROM. PRODUÇÃO E PAINT EVENTOS LTDA	GAIVOTA		RUA LUIZ GAMA, 11	CENTRO	GUARULHOS	SP	07 010- 13 1111	
04 221 62/0001- SP	CARÇA EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	CARÇA		RUA DEPUTADO MANOEL JOAQUIM FERREIRAS, 60	CENTRO	CARÇA	SP	17 400- 14 14612-	
01 971 90/0001- SP	GLICERIO EVENTOS CULTURAIS LASER E DIVERSÃO LTDA	GENERAL - SP		RUA GENERAL GLICERIO, 146	CENTRO	SANTO ANDRÉ	SP	08 015- 15 1111	10141 4274- 89
04 191 46/0001- SP	C.S.T. ENTRET. FOMI E LANCHONETE LTDA	GUZA		RUA VÁRUELO DE ARAÚJO, 101		SANTOS	SP	11 025- 1331	11 321 7157- 75
02 896 42/0001- SP	GLICERIO EVENTOS LTDA	GLICERIO		RUA GENERAL GLICERIO, 122	CENTRO	SANTO ANDRÉ	SP	09 230- 11 1111	11 1 4436- 13-3
		GOLD BINGO		Rua Barão de Marilândia, 1261		SANTA CRUZ DO SUL	RS	54810- 099	141 3715- 0000

02 39 501/0001-13	ADMINISTRADORA DE EVENTOS JUNDIAI LTDA	GOLD BINGO - JABAQUARA	AV. ENG. ARMANDO A. PEREIRA, 1474 - JABAQUARA	SAO PAULO	SP	04 300-001	11 1 5581-8320
07 05 722/0001-96	ADMINISTRAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS MAURILIA	GOLD BINGO - SANTA CRUZ	RUA MANOEL BARCELOS, 1284	SANTA CRUZ DO SUL	RS	51 1 7158-500	
03 83 574/0001-13	BINGO GOLD STAR LTDA	GOLD BRASIL	RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 201	JUNDIAI	SP	13 200-350	11 5111-4572-0560
03 479 900/0001-13	BINGO GOLD STAR LTDA	GOLD PAVUS	RUA LOPES DA COSTA, 123	EDU CHAVES	SP	11 1 6246-090	11 1 6246-090
00 787 417/0001-05	ADMINISTRAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS MAURILIA	GOLD PLAZA	AV. GETULIO VARGAS, 255 LOUÇA 9	JOAO ABREU	SP	17 011-000	11 5141-05141-3314-3332
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GOLD STAR ALFENAS - MG	PRAÇA DR. EMILIO DA SILVA, 28	ALFENAS	MG	57 130-000	035 1392-1815
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GOLD WAY BINGO	RUA ASTU-SE 10 CONJUNTO 01 LOTE 08	TOCANTINS	TO		
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GOLDEN BLUMENAU	RUA SETE DE SETEMBRO, 1213	BLUMENAU	SC	47 1 3204-004	
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GOLDEN BINGO CASCAVEL	R. RIO DE JANEIRO 140 DO CFFRO AZUL 2C	CASCAVEL	PR	85 804-000	43 2244-13 2254-001 (43) 322556 (43) 322324
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GOLDEN PALACE	RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 303	BELEM	PA	66 050-000	911 224-001 224347
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GOLDEN BINGO - MG	AV. MIZUEL RODRIGUES DE CASTRO, 304	UBERLANDIA	MG	38 408-000	11341-11341-0993-003
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GOLDEN PALACE BINGO	LUIZ LOPEA 376	RIO GRANDE	RS	96 200-000	3216-2367-003
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GONZAGA	AV. ANA COSTA, 410	GONZAGA	SP	11 060-000	11111-0113 1389-003
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GOVERNADOR	AV. GOVERNADOR PEDRO DE TOLEDO, 1139	PIRACICABA	SP	13 400-000	13402-003
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GRAN BINGO	AV. SANTO AMARO 4110	SANTO AMARO	SP	04 723-000	11111-0113 1122
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GREEN PLAZA	RUA PRFETO AMERIO PENELA, 182	MAIA	SP	09 300-000	11111-0113 4547-003
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GRF JOKES ELETRONICOS	Av. Pres. Kennedy, 306 - 31 202 - Campana	SÃO JOSE	SC	53101-000	481 241-7366
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GRIMALDI BINGO	Av. Sapopemba, 9147 - Bairro Grimaldi	SÃO PAULO	SP	09 984-000	11111-0113 0030
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GUAIANAZES BINGO	Av. Salvador Ganan, 53 - Bairro Guaiuanazes	SÃO PAULO	SP	06 410-000	11111-0113 6552-1676
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GUAIANAZES BINGO	Av. Salvador Ganan, 53 - Bairro Guaiuanazes	SÃO PAULO	SP	06 410-000	11111-0113 6552-1676
03 457 939/0001-51	BINGO GOLD STAR LTDA	GUAIANAZES BINGO	Av. Salvador Ganan, 53 - Bairro Guaiuanazes	SÃO PAULO	SP	06 410-000	11111-0113 6552-1676

45.210.546.0001-00	LIGA MUNICIPAL DE FUTEBOL DE QUARATINGUETÁ	QUARATINGUETÁ	SP	12.500.832-5152	2012.5125.153
00.756.740.0002-00	GUARATINGUETÁ PROD ART E ENTRELTD	GUARATINGUETÁ	SP	03374-113.6916-2355	
00.579.959.0001-17	FIFER JACANA ADMINISTRAÇÃO E COMERCIO LTDA	JACANA	SP	04.901-15111	113819448
03.340.610.0001-19	MAE CENTER ADMINISTRAÇÃO E COMERCIO LTDA	MAE CENTER	SP	03.274-15111	
03.644.545.0001-10	MGM DIVERSÕES LTDA	MGM	ES	12.216-12.1394-964	1512.3941-4015
00.374.040.0001-08	DIVERSINGOS ADM DE EVENTOS LTDA	DIVERSINGOS	BA	40.012-15711	
02.768.345.0001-33	ADMINISTRADORA LAHUI COMERCIAL LTDA	ADMINISTRADORA	MA	450-981	
05.200.250.0001-28	BINGO IMIGRANTES S/C LTDA	BINGO IMIGRANTES	SP	04.123-11941	
04.214.850.0001-24	BINGO IMPERADOR LTDA	BINGO IMPERADOR	PE	20.010-111	10113869-111
04.30.130.0001-81	MANDACARU EMPREENDIMENTOS E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	MANDACARU	SP	04.404-11515	
04.098.820.0001-18	IMPERIAL DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA	IMPERIAL	SP	04.098-1105-273	
00.185.530.0001-04	SODATI INTERNACIONAL EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES	SODATI	RJ	20.021-1021.2514-23121.4418-58	
22.870.740.0001-29	VILA INGLESA COM ADM E EVENTOS LTDA	VILA INGLESA	SP	04.653-15111	
87.977.640.0002-50	SINQUEIRA RIVERO DE LARA	SINQUEIRA RIVERO	RS	87.900-11551.4142-117-359-741	
	IMPERIO	IMPERIO	SP	11.1.7897-	
	INDEPENDENCIA - RS	INDEPENDENCIA	RS	11.1.5894-	
	INDEPENDENCIA - SP	INDEPENDENCIA	SP	07.011-11.1.6461-11.1.6468-9576	
	INDEPENDENTE	INDEPENDENTE	SP	11.1.3224-396	

02 907 528/000-00	157- TEOTONIO VILELA "PRODUÇÃO F ENTRET LIDA	INTERBUNCO			RUA DOMINGOS TABRIZOSO, 3839	VILA RUBI	SAC PAULO	04 821-1511/790-5565-5010
01 164 525/000-21	QUIVAL DIVERSÕES ELETRONICAS LTDA	INTERLAGHS - INGLATERRA			RUA UZATERRA, 95	VILA ROMANA	SAC PAULO	13 305-1511/000-5660-6553
		INTERLAGOS - HOBART			AV. ROBERT KENNEDY, 3507	INTERLAGOS	SAC PAULO	04 771-211-5660-5553
03 268 547/000-06	BENEFICA ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA	INTERNACIONAL - RECIFE			RUA BENFICA N° 503	BENFICA	RECIFE	50 791-11981/170-5445-6553
		IPATINGA - MG			AV. CANDIDO RONDON, 501 SETE OUTUBRO	IPATINGA	SAC PAULO	31 031-1511/000-8091-847
04 763 132/000-55	EUROPA PROMOCOES E ENTRETENIMENTO LTDA	IPATINGA			AV. IPRANTA, 995	CENTRO	SAC PAULO	31 031-1511/000-8331-5411
01 919 726/000-24	CENTRAL ITAIM PAULISTA EVENTOS LTDA	ITAIM - PAULISTA			AV. MARECHAL TULIO, 4338	ITAIM PAULISTA	SAC PAULO	08 111-111-2652-2135-2511
		ITANHAEM			AV. 31 DE MARÇO, 696		ITANHAEM	13 3127-3930
		ITAPICIRICA			AV. XV DE NOVEMBRO, 622	ITAPICIRICA DA SERRA	SAC PAULO	04 854-100
05 685 880/000-97	BINGO ITAPICIRICA	ITAPETI			RUA AMADOR BUENO DA VEIGA, 207 PENHA		SAC PAULO	11 6641-3912
05 955 677/000-05	EUROLUXE MANOEL MENDES - ME	ITAPEVA			RUA SRHO CAMARGO, 210	CENTRO	ITAPEVA	18 401-10153/590-5241-968
		ITAPEVI (CLIENTE PROTESTADO)			AV. PRESIDENTE VARGAS, 112 CL NOVA ITAPEVI		ITAPEVI	06 561-1511/130-4143-5001
		ITAPIRA			RUA DE FRANCISCO M BARBOSA, 40		ITAPIRA	15100-8674-318
02 990 042/000-75	WORD REAL PROMOCOES E EVENTOS LTDA	ITAPIRA			RUA DE FRANCISCO M BARBOSA, 40	CENTRO	ITAPIRA	13 971-19 3383-510-3359
		ITAPUERA - VITORIO			RUA VITORIO SANTIN, 80	ITAPUERA	SAC PAULO	
01 389 621/000-00	RISSATTO EVENTOS E LANÇONETE LTDA	ITATIBA			RUA RUI BARBOSA, 286	CENTRO	ITATIBA	13 291-1511/280-5524-7102
04 418 103/000-17	M.B. PROPRIETORES E EVENTOS S/C LTDA	JABOTICABAL			RUA RUI BARBOSA, 1140	CENTRO	JABOTICABAL	16 3302-3784
		JAMARI			AV. JAMARIS, 198		SAC PAULO	11 38511-2105
04 438 126/000-97	PANGADA EVENTOS LTDA	JANGADA - SANTOS			AV. PEDRO DE TOLEDO, 35	CENTRO	ITANHAEM	11 740-1513/220-5426-7888
06 515 122/000-45	RENGAR ADMINISTRACAO E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA	JARDINS			RUA ANGUSTA, 3840	CERQUEIRA CESAR	SAC PAULO	01 412-1511/000-2093-6522
		JARDINS BINGO			Rua Augusta, 2940 - Bairro Jardins	JARDINS	SAC PAULO	01412-1111064-1007

[illegible]

04 120/07/0001-23	MARIANA MATTOSO	MARIANA				RUA ERICO VERISSIMO, 314	PO. DA MATRIZ	CACIQUEIA DO SUL, RS	94.950-1351 110-569-6720 09-370-11-4555-593	(151) 4394-07
03 416/22/0001-76	LIGA MALIENSE DE FUTEBOL	MARINGÁ - SP				AV. CAPITÃO JOÃO, 100	CENTRO	MALIA, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	12 210-1112-170-893-2702-2702	(212) 3933-2702
04 743/32/0001-40	SEDE PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA	MASTER - SP				AV. WERSEU, N.º 110	JO. SATURITE	LAJEADO, R. DE SÃO JOSE DO RIO PRETO, SÃO PAULO	15.060-117-211-833-60-11-9918-833-60-9905	(11) 211-833-60-9905
04 913/02/0001-24	LAU RENT LOCACÕES E SERVIÇOS LTDA	MASTER - SP				RUA SAIGON, 100	VILA FORROSA	JAU, SÃO PAULO	17 201-14-13631-000-839-8899	(131) 0543-23
04 734/77/0001-06	MOTIKADO COM. E SERVIÇOS LTDA	MATINHO				AV. LIBERDADE, 145	LIBERDADE	PORTO ALEGRE, RS	91.102-1511-000-037-5272-23	(131) 0543-23
04 1773/26/0001-28	FINMA ADM. E COMERCIO LTDA	MEGA BINGO - RS				RUA DAS ANDARAÍAS, 1342	CENTRO	PORTO ALEGRE, RS	90.020-453-581-008-1035-1246	(11) 12251-246
05 207/46/0001-11	ME LAZER E DIVERSES LTDA	MEGA STAR BINGO - MG				RUA BARÃO DE COTEGIPE, 40		PORTO ALEGRE, RS	50 110-1331-000-375-3725	(131) 0543-23
03 211/53/0001-50	PARAC DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RUD. ATLETICO CLUBE	METROPOL				AV. DOUTORINO, 1615	GUTIERREZ	BELO HORIZONTE, MG	01.150-10011-000-162-2828	(11) 12251-246
03 4975/70/0001-03	INIRIM PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	BRASG				AV. ZERZEDÉLO CORREA, 500	BATISTA CAMPOS	BELEM, SÃO PAULO	02.537-613-1-8239-000-881	(11) 12251-246
03 382/25/0001-56	PARQUE DIVERSES ELETRONICAS LTDA	MILLENIUM BINGO				RUA SANTA MARGARIDA, 30	JO. SÃO GABRIEL	SÃO PAULO, SP	03.059-117-4958-000-881	(11) 12251-246
04 127/68/0002-83	STAR GOLD COUIMP E EXP. E SERVIÇOS LTDA	NILLION GAMES				AV. ITINQUU, 314	VILA GRANADA	SÃO PAULO, SP	05.074-11732-130-2508-55	(11) 12251-246
03 099/51/70001-01	MINISTRAL ENTRETIENIMENTS PROMOÇÕES E ANCHONETE	MINISTRAL				RUA CLEMENTE ALVAREZ, 24	LAPA	SANTOS, SP	11.013-1513-131-259-1260	(11) 12251-246
04 162/43/0001-81	ONIS COMERCIO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	MIRAGE - SP				RUA AMADOR BUENO, 57		SANTOS, SP	04.514-0411-003-2078-0593	(11) 12251-246
04 509/04/0001-80	LIGA FUTEBOL AMADOR DE SANTOS	MURAMAR				Rua Amador Lobo, 928	ITAIM BIBI	BELEM, PA	11.013-1513-131-259-1260	(11) 12251-246
						RUA ELIZABETH DA CUNHA, Nº 05	CONZACIA	SANTOS, SP	11.013-1513-131-259-1260	(11) 12251-246

04.764.756/0001-28	MIRASSOL EVENTOS LTDA.	MIRASSOL		RUA SÃO PEDRO, 2133	CENTRO	MIRASSOL	SP	117.13223-1710	
		MASTER BINGO		RUA DAS ANDARAÍAS, 1423		PORTO ALEGRE	RS	51.12214-873	
00.345.037/0001-20	IBIRAPUERA PROMOÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	MOEMA		PRACA NOSSA SENHORA APARECIDA, 60	MOEMA	SÃO PAULO	SP	04.071.111.15051-0166	15111.1052-4886
06.024.039/0001-25	FMM JÓGOS ELETRONICS E LANCHONETTES LTDA	NOVA IGUAÇU		AV. ANTÔNIO EMERICK, 499	VIL CASCATINHA	NOVA IGUAÇU	SP	11.394.11511-001	15111.1052-4886
04.925.069/0001-87		MONACO BINGO SHOW		AV. CATARATAS, 1111		PORTO ALEGRE	PR	15.15314-245	
05.501.837/0001-22	FMP ENTERT. PROM. E LANCH. LTDA	MONTE CARLO		AV. MARINA, 555	CENTRO	MONTE CARLO	SP	11.734.11331-000	11961.1550-73
	S.C. INVESTIMENTOS LTDA	MONTE CARLO		RUA SIMPLICIO MENDES, 142	CENTRO NOROCCIDENTE	TELESINA	PR	14.004.11861-1110	15861.221-084
03.154.133/0001-28	AVC MC PROMOV. E ELETRONICAS LTDA	MONTE CARLO - FRANÇA		RUA ESTEVÃO LEÃO SOBRINHO, Nº 1997	CENTRO	FRANCA	SP	14.404.116.13724-750	21161.7131-028
01.843.579/0001-17	FINHEIROS ENTERTENIMENTOS, PROMOCÕES E LANCHETES LTDA	MONTE CARLO - SP		AV. PIETROSO DE MORAES, 264	BOQUEIRÃO	SÃO PAULO	SP	05.424.11511-000	10111.8194-048
		MONTE CARLO BINGO		Av. Pedroso Moraes, 264	BATISTAS CAMPOS	BELEM	PA	66625-160	2419694
		MONTE CARLO BINGO		AV. NOROCCIDENTE, 315		PORTO ALEGRE	RS	51.12427-877	12427-877
		MONTE CARLO BINGO		RUA RABELO BARCELLOS, 1733		MONTE NEGRO	RS		
05.072.616/0001-20	AUROMAR PROMOCÕES E EVENTOS LTDA	MOOCA		RUA DA MOOCA, 4183	MOOCA	SÃO PAULO	SP	01.161.23111-000	23111.6604-7818
		MOORATO		RUA PROGRESSO, 31	CENTRO	FRANCISCO MORAIS	SP	07.600-170	10011.9919-8888
02.864.722/0001-10		MORON		AV. MORON, 1749		MASO FUNDO	RS	54.33111-811	
01.225.338/0001-88	MORUMBI PRESTACAO SERVICO LTDA	MORUMBI		RUA CLAUDIO MALUZE, 299	MORUMBI	SÃO PAULO	SP	04.714.11511-160	15111.0111-011
05.397.774/0001-20	ADMINISTRADORA CUMAR EMPREENDIMENTOS LTDA	MULTI BINGO CARIBELLES		AV. DA TE. MICHELINI, 611	JARDIM DE JEMMA	SATUBIA	ES	05.045.2127-000	21271.3352-399
55.674.364/0001-20	NESTOR PESTANA PROMOTORA DE EVENTOS LTDA	NESTOR PESTANA		RUA NESTOR PESTANA, 62		SÃO PAULO	SP	01.301.11132-010	11132.01601.8650-82
	OCIAN FUTEBOL CLUBE	NETUND		AV. VICENTE DE CARVALHO, 142		PIRAIA GRANDE	SP	11.704.11332-000	21221.15
00.994.417/0001-88	ORGANIZAÇÕES GOLDENSA COMERCIAL E ADM DE BINGOS	NEUMARKET		SHOPPING NEUMARKET		BLUMENAU	SC	49.014.10481-220	10481.222-9022
		NEW BINGO - NOVA IGUAÇU		R. NOV. PRESIDENTE DUTRA, 14140		NOVA IGUAÇU	RJ	26851-001	
00.164.074/0001-75	BINGOLIN JÓGOS ELETRONICOS E PROMOCÕES LTDA	NEW BINGO - SANTO ANDRÉ		AV. GILDA, Nº 234	VILA GILDA	SANTO ANDRÉ	SP	29.104.11511-010	15111.4424-9864

04.535.7/20001-40	UNI DE NOVA IGUAÇU DE DIVERSÕES LTDA	NOVA IGUAÇU - RJ			Rua Dr. João Ribeiro, 566 - Bairro Pechá	PENHA	SAO PAULO	03.634-000 17240	(11) 665 17240
02.127.2/20001-27	R. BRAGA & R. SOULART LTDA	NOVOA, SP			Rua Rdo. Cruz, 194		RIBEIRÃO PRETO	14075-040 3215-	(14) 3215-340 3011
00.077.6/20001-80	ARREM ASSOC. LEG. DE DEF. DE DEFICIENTES MENTAIS	NOVOA, SP			AV. PAULISTANA, 124 - CONJ. PANATIS	FREGUESIA DO O	NATAL	511 16959-	(11) 16971-311
07.287.9/20001-54	RECREATIVOS E ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA	NOVOA, SP			AV. ENG. CAETANO ALVARES 4395		SAO PAULO	26.255-13211	26255-13211
03.820.0/20001-90	PAIS DE BARROS EVENTOS LTDA	PAIS DE BARROS			RUA DR. THIBAU 163	CENTRO	NOVA IGUAÇU	26.255-13211	26255-13211
01.463.2/20001-47	TRIN PROMOVEVENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	TRIN			AV. SAPOREMDA, 1943	SAPCENADA	NOVA IGUAÇU	26.255-13211	26255-13211
05.822.0/20001-80	ESPOR. PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	PAMPOLONA			RUA CASIMIRO DE ABREU, 192	CENTRO	NOVO HAMBURGO	51.310-5311	(51) 35815-458
					Rua Procunha Abreu, 144 - Centro	CENTRO	FLORIANÓPOLIS	38010-463 322	38010-463 322
					AV. SÃO JOÃO, N. 555	REPÚBLICA	SAO PAULO	21.005-15111	(11) 1225-15111
					Rua Lima e Silva, 53		SALVADOR	40170-400	40170-400
					Rua Morim, 1.559, Sala 12 A Shopping da Praia		PASSO FINDO	99.010-465	99.010-465
					RUA ANTONIO BERNARDO COUTINHO, 102	CENTRO	OSASCO	05.013-13.3690-	(11) 2883-13.3690-
					RUA 25 DE JULHO, 92 - RIO BRANCO	RIO BRANCO	NOVO HAMBURGO	51.354-51	51.354-51
					Av. Nossa Sra. Saba, 1121 - Centro Grande	CAMPO GRANDE	SAO PAULO	04.635-1115695-	(11) 5524-221
					AV. ITABERABA, 1759	VLAPRUDENTE	SAO PAULO	01.114-1149	(11) 497-1149
					RUA CANTAREIRA, 413	CENTRO	SAO PAULO	01.024-11.3128-	(11) 3128-11.3128-
					AV. PRINCESA ISABEL, 2572	CENTRO	ALVORADA	04.810-51.4834-	04.810-51.4834-
					Av. Gedão Vargas, 2571		ALVORADA	04.810-51	04.810-51
					RUA GETULIO VARGAS, 174	CENTRO	MARINGÁ	87.013-44.3026-	(44) 3026-44.3026-
					Av. Paricó Lima, 137 - Humaitá		TUBARÃO	48708-48708	48708-48708
					AV. SÃO MIGUEL, 72 - SÃO MIGUEL	SÃO MIGUEL	SAO PAULO	11.060-2113	(11) 2892-2113
					AV. ANA COSTA, N. 325	GOINZAGA	SANTOS	003.3692-514	003.3692-514
					RUA PAMPOLONA, 1413	RELAZISTA	SAO PAULO	01.405-15111	01.405-15111

04.210.466/0001-04	ADMINISTRADORA E COMÉRCIO TRIANGULO LTDA	PARAÍSO				RUA CUNATÃO, 69	VILA MARLIANA	SAO PAULO	04.013-040	15111	15111	28972-882
04.272.615/0001-01	PARI COMERCIALIZAÇÃO E PNEUS TAC DE SERVIÇOS LTDA	PARI				PRACA PADRE BENTO 148	PARI	SAO PAULO	01.031-030	15111	15111	2270-528
03.046.110/0001-02	MARIA JOSÉ ROSSATO RILIM MARILIA-ME	PARK BINGO				AV. IPIRANGA, 25	CENTRO	MARILIA	17.509-000	13402	15142	3432-214
02.701.237/0001-23	BINGO PAULISTA (ACBINGO.SCL)	PATINODIST. DE RECREATIVOS				Rua Central Circo, 18 - Berrones		SÃO JOSÉ	88110-810	148746		
05.875.937/0001-01	MONUMENTAL PAULISTA PROMOÇÃO E EVENTOS LTDA	PAULISTA - SC				PRACA 27 DE NOVENBRO, 212	CENTRO	FLORIANOPOLIS	88.010-000	1348	148746	222-6978
04.302.019/0001-14	PIEDRA NOVENTA EVENTOS E COMERCIO LTDA	PAULISTA - SP				AV. PAULISTA, 1217	ERIQUEIRACÉSAR	SAO PAULO	01.311-000	15111		
05.605.541/0001-00	CITY PENHA EVENTOS LTDA	PIEDRA NOVENTA				AV. SAP. PEMPRA, 1943	SANTA CLARA	SAO PAULO	03.376-000	111	16216	
02.460.217/0001-17	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS TERRESTRES	PENHA - CITY				AV. SÃO MIGUEL, 116	PENHA	SAO PAULO	03.606-010	11291	1499	9460-12
02.672.419/0001-06	C.V.C. DA SILVA ME	PENHA - TONE				RUA MAIOR ANGELO LANCHI Nº 781	PENHA	SAO PAULO	01.311-000	15111		
		PENHA BINGO				Rua Perla de Fátima, 13 - Dória	PENHA	SAO PAULO	01.606-010	1116191		
		PEROLA BINGO				RUA MESTRE ANTONIO PASSARELLI, 960	CENTRO	BURIL	16.200-010	118642		
		PERUS				AV. SÍLVO DE CAMPOS, 424	CENTRO	SAO PAULO	05.204-000	111	13913	13152-320
05.041.578/0001-05	ADOLFO PINHEIRO EVENTOS CULTURA S. LAZER E DIVERSÃO LTDA EPP	PUDENIX				AV. ADOLFO PINHEIRO, 137	SANTO AMARO	SAO PAULO	04.733-000	15111	15111	3548-2722
06.091.127/0001-18	CENTRO DE MANUTENÇÃO SOCIAL E EPP DE CEGOS	PINHEIROS				RUA DEPUTADO LACERDA FRANCO, 88	PINHEIROS	SAO PAULO	05.418-000	15111	15111	1101014-257
01.782.269/0001-30	PIRAMIDE DIVERSÕES ELETRONICAS LTDA	PIRAMIDE - SC				RUA ORLANDO TANCELO, 133	CENTRO	PALEOCCA	88.131-010	148	12427	
	CENTRAL S/O MIGUEL PAULISTA EVENTOS LTDA - EPP	PIRAMIDE - SP				RUA ARJUNDO COLACCI, 590	SÃO MIGUEL PAULISTA	SAO PAULO	08.010-010	13966	1011	19665-2089
		PIRATININGA - RJ				RUA FRANCISCO DA ORLIZ NUNES, 6754	PIRATININGA	NITERÓI	24.330-010	13331		
		PIRUBUB BINGO				Av. Paulistinha, 2953	SAO PAULO	SAO PAULO	07915-000	1119004		
04.812.140/0001-05	PITANGUEIRAS ENTRET. PROM. E LANCH. LTDA	PITANGUEIRAS				RUA BEZAMIR CONSTANT, 280	CENTRO	QUARUJA	11.440-010	13331	13371	12334-59
05.937.505/0001-09	BAR E LANCHONETE VIDA NOVA DOS AMIGOS LTDA	PLANET BINGO				AV. PROF. FRANCISCO MORATO 6141	JARDIM AMELIA	SAO PAULO	04.905-000	111	13514	
02.493.961/0001-70	TROUBLE COM ADM. EVENTOS LTDA	PLANET BINGO				RUA DOMINGOS DE MORAES, N° 2153	VILA MARILIA	SAO PAULO	14.015-000	10001		
		PLANETA BINGO				Rua Dr. Ugo Maio, 421		PORTO ALEGRE	91010-002	1513362	151	13626-146

03.284.700001-82	PLANETA ADMINISTRAÇÃO COMERCIAL LTDA.	PLANETA JACAREÍ	JACAREÍ	RUA MIGUEL LEITE DO AMPAIO, 171 - CENTRO				12.327-703	(11) 3958-0911-7229	011.3958-0164
04.589.700001-07	CENTRAL PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	PLANETA MOGI	MOGI GUAÇU	PRACA CANDIDO RONDON, 64				13.840-026	(1519) 3311-3253	(1519) 3311-3253
		PLATINENSE	SANTO ANTONIO DA PLAMINA	RUA 13 DE MAIO, 1448				86.410-000	(43) 35141-203	(43) 35141-203
		PLATINICK GAMES	JOINVILLE	Av. Jaceline Kubacki, 615 - Centro				89201-100	(47) 3028-5565	(47) 3028-5565
		PLAY BOY	SÃO PAULO	AV. ITABERABA		JARDIMADA		(11) 3991-1055	(11) 3991-1055	(11) 3991-1055
04.098.340002-51	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO	PLAY BRUCADEIRO	SÃO PAULO	AV. BUGADEIRO LUIZ ANTONIO, Nº 2123		CENTRO		01.402-700	(1311) 3396-3977	(1311) 3396-3977
08.490.240000-24	FEDERAÇÃO PAULISTA DE CANDAGEM	PLAY GAMES	SÃO PAULO	Rua 1.900, nº 1537 - Centro				88330-000	(71) 360-3423	(71) 360-3423
		PLAZA AATÁS	SÃO PAULO	AV. AATÁS, 1020		MOENA		04.081-004	(1511) 5025-3496	(1511) 5025-3496
		PLAZA BINGO	SÃO PAULO	Av. Jussara Machado, 516 - Perinópolis		PETROPOLIS		03102-000	(11) 3276-0000	(11) 3276-0000
		PLAZA CENTER GAME!	CRICIUMA	Trav. Pedro Paulo Baldassar, 101 - Centro		CENTRO		88801-050	(48) 443-2646	(48) 443-2646
02.880.5100001-15	SAC PROMOÇÕES EVENTOS E ADMINISTRAÇÃO S/A LTDA	POA	POA	AV. ROVER DE JULIO, 260		CENTRO		08.550-000	(11) 4638-2718	(11) 4638-2718
		PONTE RAZA	SÃO PAULO	AV. SÃO MIGUEL		PONTE RAZA		(11) 6141-0136	(11) 6141-0136	(11) 6141-0136
01.575.070001-51	JWR ASSESSORIA E PLANEJAMENTO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA	POR RINGO	SÃO PAULO	AV. SAPOZEMBA, 2835		VL SANTA CLARA		03.345-000	(11) 6996-5554	(11) 6996-5554
03.220.6570001-50	POTE GAMES PROD. A ADM DE EVENTOS E S/A LTDA	POTE BINGO	SÃO PAULO	RUA TEODORO SAMPÃO, Nº 146		PRINHEIROS		08.406-030	(1511) 3130-3133	(1511) 3130-3133
		POWER BINGO	PASSO FUNDO	RUA MORON, 132 - SALA 403		CENTRO		99.010-012	(15) 3559-012	(15) 3559-012
03.876.2370001-80	CLUBE DO PARQUE	PRACA DA ARVORE	SÃO PAULO	AV. ROSALEDA SAUDE, 184		SAUDE		04.742-010	(11) 3559-010	(11) 3559-010
05.436.3300001-54	PHOENIX ADMINISTRAÇÃO DE PROGRÁTICO LTDA	PRACA DO CANHÃO	SOROCABA	RUA SOUZA PEREIRA, 90		CENTRO		18.010-020	(1515) 3313-3313	(1515) 3313-3313
01.999.660001-50	PRACA SETE ADMINISTRAÇÃO E LAZER LTDA	PRACA SETE - MG	BELO HORIZONTE	AV. AMAZONAS, Nº 335333		CENTRO		00.180-000	(31) 3232-0120	(31) 3232-0120
02.509.240001-85	TENIS E CORNING - ME	PRAMA - ES	SERRA	AV. JOSSA SENHORA DAS NAUFRAGUES, Nº 1800		JACARAQUÁ		09.180-000	(31) 3232-0120	(31) 3232-0120
06.506.0800001-50	LIGA DE FUTEBOL AMAADOR DE SANTOS	PRAMA MK	SANTOS	RUA ALEXANDRE MARTINS, Nº 80		APARECIDA		11.005-002	(11) 3113-2944-241	(11) 3113-2944-241
		PRATES	SÃO PAULO	RUA PRATES, 404 - BOM RETIRO		BOM RETIRO		(1511) 2705-586	(1511) 2705-586	(1511) 2705-586

[illegible]

00.956.340/0001-78	ROMAG ASSESSORIA E PLANEJ. JOGOS ELITE LTDA.	ROMAG	ROMA PALACE BINGO			Av. Rui Barbosa, 846 - Centro	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS SÃO PAULO	PR	03.025-000	411 383 2586	411 383 2586
01.858.840/0001-01	RAMA ESP E PROD. DE EVENTOS E COM. LTDA.	ROYAL - FENHA				RUA ORATÓRIO 1834	VILA PRUDENTE SÃO PAULO	SP	03.116-000	03.116-000	03.116-000
02.548.240/0002-79	ALCA REGIONAL DE FUTEBOL DE BOURU	ROYAL - FENHA				RUA MAJOR ANELO ZANCHIN - 773 FENHA	SÃO PAULO	SP	03.603-000	03.603-000	03.603-000
02.071.830/0002-89	KURYA DIVERÇÕES E COMERCIO LTDA	ROYAL BINGO - SP				AV. RODRIGUES ALVES, 77	CENTRO BAURUR	SP	17.015-000	17.015-000	17.015-000
04.856.699/0001-12	RAFAEL ROSA NETO	ROYAL - MG				RUA CRISTÓVÃO COLOMBO, 102	FUNICIONARIOS BELO HORIZONTE	MG	36.140-000	36.140-000	36.140-000
03.467.270/0001-28	QUART. PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.	RUA DIRETA				AV. PAULO CHAGADIA, 122	SÃO VICENTE SÃO PAULO	MG	37.500-000	37.500-000	37.500-000
00.103.840/0001-26	ASSOCIAÇÃO DESP DURVAL GUIMARÃES	SABARÁ				RUA DIREITA, 211	CENTRO SÃO PAULO	SP	01.000-000	01.000-000	01.000-000
		SACOLÃO				AV. ANCHIETA, 212 - RUDGE RAMOS	SÃO BERNARDO DO CAMPO SÃO PAULO	SP	03.111-000	03.111-000	03.111-000
		SACOMÁ				AV. ROSSA SENHORA DO SABARÁ N° 121	SANTO AMARO SÃO PAULO	SP	03.111-000	03.111-000	03.111-000
		SAFARI GAMES				AV. ROSSA SENHORA DE FATIMA, 763	SANTOS SÃO PAULO	SP	03.111-000	03.111-000	03.111-000
00.522.897/0001-24	PENSAO NEWS COMERCIO LTDA	SALEX BINGO - MG				RUA SILVIA BUENO, 2136 - IPIRANGA	IPIRANGA SÃO PAULO	SP	03.111-000	03.111-000	03.111-000
02.349.840/0002-81	JUMENTUDE FUTEBOL CLUBE FEMININO	SAMPA BINGO				Praca Nereu Ramos, 364 - 5a 1a 16417 - Centro	CRICIUMA SC	SC	03.800-000	03.800-000	03.800-000
00.772.580/0001-06	SANTA CATARINA COM. DE ALIMENTOS LTDA.	SANTA CATARINA				RUA GUARABARARES, 1372	GLORIA SÃO PAULO	MG	03.805-000	03.805-000	03.805-000
03.211.580/0002-30	DEFESTRADAS RODAGENS ATLETICO CLUBE	SANTOS D.MONT				AV. PIRANGA, 365	PRACA REPUBLICA SÃO PAULO	SP	03.040-000	03.040-000	03.040-000
		SANTANA				RUA BARÃO DO MUNDO 311	SANTANA SÃO PAULO	SP	03.040-000	03.040-000	03.040-000
		SANTOS D.MONT				AV. SANTA CATARINA 1850	SANTANA SÃO PAULO	SP	03.040-000	03.040-000	03.040-000
		SANTOS D.MONT				AV. BR. ZULQUIM 311	SANTANA SÃO PAULO	SP	03.040-000	03.040-000	03.040-000
		SANTOS D.MONT				AV. D. EUGENIA N. SILVA, 234	GUARULHOS SÃO PAULO	SP	03.040-000	03.040-000	03.040-000
		SANTOS D.MONT				RUA SÃO BENTO 208	CENTRO SÃO PAULO	SP	03.040-000	03.040-000	03.040-000
		SANTOS D.MONT				RUA MARECHAL DEODORO, 1216	SÃO BERNARDO DO CAMPO SÃO PAULO	SP	03.040-000	03.040-000	03.040-000

01.13.000001-03	SÃO JOÃO ENTERTENIMENTO PROM. E LANCHONETE LTDA.	SÃO GONÇALO - RJ	SÃO JOÃO - S/B VISTA	RUA CAMILO JOVENAL FIGUEIREDO, 1372	TRIBUNO	RJ	24.744 (2126) 11265-83	11265-0160
01.13.000001-04	FEDERAÇÃO PAULISTA DE CANOAGEM	SÃO JOÃO - SP	SÃO JOÃO - SP	AV. SÃO JOÃO, Nº 1465	CENTRO	SP	01.211 (1511) 2319-316	1511-3331-1536
01.13.000001-05	SÃO KIDS PROMOÇÕES E DIV. LTDA	SÃO JOSÉ PRITUBA	SÃO JOSÉ PRITUBA	AV. CARDO ADOLFO PEREIRA, 52 - VC. STO. ANT.	PIRITUBA	SP	15111 1998-7072	
01.13.000001-06		SÃO JUPAI	SÃO JUPAI	AV. FAZENDES FILHO, 35	VILA MONTE ALEGRE	SP	134.304 (1511) 210 2583-3523	
01.13.000001-07		SÃO LUCAS PINGO	SÃO LUCAS PINGO	Av. Otacílio, 2917 - São Lucas	SÃO LUCAS	SP	13221- (11) 9124-8019	
01.13.000001-08		SÃO MIGUEL BINGO	SÃO MIGUEL BINGO	Av. Marechal Tiro, 295 - São Miguel	SÃO MIGUEL	SP	136016- (11) 6137-2900	
01.13.000001-09	BINGO SÃO PAULO	SÃO PAULO - SP	SÃO PAULO - SP	RUA IBITIRAMA, 389	VILA PRUDENTE	SP	132133- (11) 6215-2000	
01.13.000001-10	CENTRAL EVENTOS SÃO ROQUE LTDA	SÃO ROQUE	SÃO ROQUE	RUA RUI BARBOSA, 225	CENTRO	SP	18.130 (11) 4712-2000	113 -
01.13.000001-11		SAPOTEMEA	SAPOTEMEA	AV. SAPOTEMEA, 7940	SAPOTEMEA	SP	111 16109-2651	
01.13.000001-12		SAYOI BINGO	SAYOI BINGO	Av. Eng. Cecílio Alvarez, 4995	SÃO PAULO	SP	12413- (11) 9355-2000	
01.13.000001-13		SCALA BINGO	SCALA BINGO	Av. Presidente Vargas, 1317	ESTREO	RS	51.250 (51) 471-005	
01.13.000001-14	CHURASCARIA SANTOS ANOS LTDA.	SCALLA - RJ	SCALLA - RJ	RUA AFRÂNIO DE MELO FRANCO, 295	TEBLON	RJ	22.495 (21) 2203-090	021 2239-594
01.13.000001-15	SUB SEDE CONFEDERAÇÃO SENADOR ADOLFO PEREIRA DE FARIAS	SECULO XXI	SECULO XXI	RUA JOAO DA SILVA POCCHI JUNIOR, 139	CENTRO	SP	11.900 (13) 16821-2000	13 19707-807
01.13.000001-16	PAUSER GAMES LTDA	SETE DE ABRIL	SETE DE ABRIL	RUA - SENADOR FLAQUER, 87	CENTRO	SP	59.015 (11) 4427-130	11 4427-3764
01.13.000001-17	SETE DE ABRIL PRODUÇÕES E ENTERTENIMENTOS LTDA.	SETE DE ABRIL	SETE DE ABRIL	AV. ANTONIO PASCHOAL, 1310	CENTRO	SP	14.160 (21) 61-500	
01.13.000001-18	CARLOS ALBERTO MARTINS PROMOÇÕES	SHANGRILA	SHANGRILA	RUA SETE DE ABRIL, 219235	CENTRO	SP	01.043 (1511) 2339-2192	
01.13.000001-19	FLUMINENSE FUTEBOL CLUBE	SHOPPING - NATAL	SHOPPING - NATAL	AV. DONA BELMIRA MARIM, Nº 4300 - JARDIM	SÃO PAULO	SP	24.846 (1511) 200 2976-3200	1511 5929-7032
01.13.000001-20	P & P EMPREENDIMENTOS, PROMOÇÕES, EVENTOS E MECOS LTDA	SHOPPING - PIRACICABA	SHOPPING - PIRACICABA	AV. SENADOR SALGADO FILHO, 2234 - LOJA 101 B	CALENDARIA	SP	53.064 (1511) 200 2000	1511 6913-160
01.13.000001-21	DARÃO EVENTOS CULTURAIS SOCIAIS E LAZER LTDA	SILVA BUENO	SILVA BUENO	RUA LIMEIRA, 722 - JI III	AREÍTO	SP	12.414 (019) 3413-900	
01.13.000001-22				RUA SILVA BUENO, 2004	SÃO PAULO	SP	24.208 (11) 9961-050	

01 249 4900001 - 76	CLAPRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS	SILVIO ROMERO				RUA TUPUTI, 2230	TATIAPE	SAO PAULO	SP	03 307-5339-223	015111	115112965
04 391 0350001 - 09	HARMONIA JACAREI COM LEC. PIQUET I SERV. P/BINGOS	BUQUEIRA CAMPOS				AV. HIQUEIRA CARPOS, 76	CENTRO	JACAREI	SP	12 308-5952-7854	015121	
		SKALA				AV. LIBERDADE, 493	LIBERDADE	SAO PAULO	SP	01 503-011-2707	01124238	
		SKINA				RUA ERNESTO MANDUCROSSO, 47	SÃO MATEUS	SAO PAULO	SP	11 5619-5077	01136100	
		SKY				RUA SALDANHA GAMA, 939		SAO LEOPOLDO	RS	51 3900-122	01139000	
		SLOTSMACHINE.ES				RUA JOAQUIM DA S. LIMA, 167		GUARAPARI	ES	727 3410-553	02734100	
01 094 0340001 - 00	MESA STAR ADM DE EV. CU. T. E LAZER DIV. LTDA	STAR - DIADEMA				PRATA ANGELINA MELO, 32	CENTRO	DIADEMA	SP	08 900-530-2772	01145260	01140400
01 688 4860001 - 12	ANYER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	STAR - MG				AV. AMAZONAS, 500	CENTRO	BELO HORIZONTE	MG	00 190-2291-5811	021311	023112291
04 487 9150001 - 90	STAR CO. D. PROMOCOES E ENTERTENIMENTOS LTDA	STAR GOLD				RUA SÃO BENTO, 267	CENTRO	SAO PAULO	SP	01 3101-1145	01310100	
		STAR VIDEOLOTERIA				Rua 3 de maio, 235 - Centro	CENTRO	FLORIANOPOLIS	SC	88010-480-222	08010480	
		STARLIGHT				AV. MATEO BEL, 2992	SÃO MATEUS	SAO PAULO	SP	03 949-210-5115	01136110	
		STOP MANIA				RUA SÃO JOAQUIM, 602	LIBERDADE	SAO PAULO	SP	01 504-291	015040	
		SUETONIO				AV. DOM JOAO VI, 510		FLORIANOPOLIS	SP	115111-292-8170	015111	
04 089 0710001 - 83	PROMOÇÃO E ENTERTENIMENTOS 11 HA. BELA LTDA	SUPER BINGO - SC				RUA DOS ILHEUS, 18	CENTRO	FLORIANOPOLIS	SC	88 010-0481-324	080100481	
		SUPER BINGO - SP				RUA PROF. PRIMO FERREIRA, 36		SANTOS	SP	13 3334-2063	01333400	
		SUPER BINGO 53 - TORRES				AV. LARÃO DO RIO BRANCO, 472		TORRES	RS	51 3662-200	01366200	01147040
03 053 1800001 - 60	SUZANO EVENTOS	SUZAN				RUA FRANCISCO GILCERIO, 36	CENTRO	SUZANO	SP	08 674-13311	0867413311	
57 383 3300001 - 40	ESPORTE CLUB OLIMPICOS	TABOÃO				AV. TABOÃO, 410		SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	08 638-13111	0863813111	
01 636 0060001 - 84	COMERCIO DE SERV E COMPLEXOS 2602 S/A	TALISMÁ				AV. SÃO JOÃO DIAS, 1313 - SANTO AMARO	SANTO AMARO	SAO PAULO	SP	04 292-111-5683	042921115683	01150620
04 071 4250001 - 42	BINGO AVENIDA EVENTOS LTDA	TAMERESB				RUA EUGENIO FALKE, 393	SALTE	SAO PAULO	SP	72120-191-3350	0721201913350	06132190
07 174 1100001 - 87	ADMINISTRAÇÃO DE PROGRAMÁTICOS SCA-LPES LTDA	TAQUARINGO				ONE 16 LOTE 5		TAQUATINGA	DF	1801-054	01801054	
		TAQUARA				RUA ERNESTO ALVES, 3313	CENTRO	TAQUARA	RS	51 600-13511	0151113511	0151181620

01 025 0770001 -	TAQUARAL ENTRETERIMENTOS PROM E	TAQUARAL				RUA OSVALDO CRUZ, 38	TAQUARAL	SABINAS	SP	13 077- 2254-6537	15193 15193 15193 3254-
01	LANCHI LTDA							SAO PAULO		2254-6537	15193 15193 15193 3254-
02 387 5130001 -	TEOTONIO VILELA PRODUÇÃO E ENTRET.	ITATICO BINGO				Rua Dona Madalide, 300- Vila Madalide	VILA MADILDE	SAO PAULO	SP	111 663 17240	15111 15111 15111 39209-
04	LTDA							SAO PAULO		15111 15111 15111 39209-	15111 15111 15111 39209-
03 374 3720001 -	BINGO TERESOPOLIS LTDA	TEOTONIO VILELA				RUA DOBINGOS TARRUSO, 3839	VILA RUBI		SP	6662-2654	15111 15111 15111 39209-
07										6662-2654	15111 15111 15111 39209-
08 105 8460001 -		TERESOPOLIS - RJ				AV OLIVEIRA BOTELO 128 PARTE	ALTO TERESOPOLIS	RIO DE JANEIRO	RJ	25 971- 15211	15111 15111 15111 39209-
09						Rua Cidade Bonfim, 461 - Tijuca	TILUCA	RIO DE JANEIRO	RJ	25 971- 15211	15111 15111 15111 39209-
10 160 7810001 -	MRL LANCIONETE E DIVERSÕES	TOP BINGO - CE				RUA LIBERATO BARROSO, 175		FOR-ALEZA	CE	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
11	ELETRONICAS LTDA	TREVO - CAJAIBA				AV CAJAIBA, 1933	CAJAIBA	SAO PAULO	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
00 105 8460001 -	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RUIVAL	TREVO - CENTRO				AV NOSSA SENHORA DO SABARA		SAO PAULO	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
04 104 4160001 -	QUIMARÃES	TREVO - UMEIRA				Nº 1121	FENTRO		SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
05 104 4160001 -	SILVA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	TREVO - UMEIRA				RODOVIA ANTONIO CHUQUES	VILA JACON	LIMIRA	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
06 104 4160001 -		TREVO - UMEIRA				ELHO, 130			SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
07 104 4160001 -		TREVO - UMEIRA				Av. Cristiano Colombo, 5034		PORTO ALEGRE	RS	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
08 104 4160001 -		TREVO - UMEIRA						SAO PAULO	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
09 104 4160001 -	COMERCIAL SENSACÃO LTDA	TROPICAL				RUA DAS CAJAZEIRAS, Nº 288	CENTRO		MA	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
10 104 4160001 -	ADM. DE JOGOS PASINI LTDA	TUBARACOND				AVENIDA MARCOLINO M. CABRAL, 294	CENTRO	TUBURAO	SC	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
11 104 4160001 -	LOCADORA TUCURUVI LTDA	TUCURUM				AV LUIZ DUMONT VILLARES, 280	TUCURUVI	SAO PAULO	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
12 104 4160001 -	LIGA REGIONAL ESPORTIVA	TULITO							SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
13 104 4160001 -	INDAIATUBANA	TULITO				RUA TULITO, 1067	CIDADE NOVA	INDAIATUBA	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
14 104 4160001 -	MILENE MENEGUELLI GATTI ALVES DE	TUPA BINGO				ALAMEDA LEVERPOOL, 245	VILA INGLESA	TUPA	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
15 104 4160001 -	SOUZA	TUPA BINGO							SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
16 104 4160001 -	E DE LAZER E DIV. ELETR. LTDA	TUPIS - MG				RUA TUPIS, 318	CENTRO	RIO HORIZONTE	MG	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
17 104 4160001 -	TURIASSU ARM. E ENTRETENIMENTOS	TURIASSU				RUA TURIASSU, 216 - 3 ANDAR	AGUA BRANCA	SAO PAULO	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
18 104 4160001 -	LTDA								SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
19 104 4160001 -	REIAN NAT. E SERVIÇOS BINGO LTDA	UBATUBA				RUA IANAS STADEN, 438	CENTRO	UBATUBA	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
20 104 4160001 -									SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
21 104 4160001 -	FINA ESTAMPA DESENVOLVIMENTO	UBERLANDIA - MG				RUA ABILIA FERREIRA DINIZ, 176 -		UBERLANDIA	MG	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
22 104 4160001 -	NEGÓCIOS					PARCABU		SAO PAULO	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
23 104 4160001 -	MALE DO PALAIBA COMERCIO	UNIVERSAL BINGO				AV ARCANJUVIA, 515 ARCO 211	JO. ARCANJUVIA		SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
24 104 4160001 -	PROMOTORES E EVENTOS LTDA	VALE - TAUBATE				RUA XV DE NOVENBRO, 862	CENTRO	TAUBATE	SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-
25									SP	31 711- 11 16641-	15111 15111 15111 39209-

03 295 618/0001-39	NOAL FE LANCHONETE E EVENTOS LTDA-ME	VALINHOS				AV. DOS ESPORTES, N° 477	OLIVE	VALINHOS	SP	13.270-210	11519-3869-5128	13129-3869-5128
03 676 816/0001-28	FEITOÇO PARA CLUBE	VASQUEIRO				RUA DR. CARVALHO DE MENDONÇA, 579		SANTOS	SP	11.070-101	234-4832	1513-234-4832
03 910 567/0001-70	VENEZA EVENTOS LTDA	VENEZA				RUA GAL. GLICÉRIO, 114	CENTRO	SÃO JOSEDO RIO PRETO	SP	15.015-500	1517-224-911	1517-224-911
03 424 025/0002-89	QUINZE ENTERTENIMENTO LTDA	VENTURA QUINZE, PR				RUA XV DE NOVENBRO, 2450		OURUBITA	PR	80.035-810	411-363-583	41261-4994-583
03 033 469/0002-33	BARÃO EVENTOS CULTURAIS SOCIAIS E LAZER LTDA	VERGUEIRO				RUA VERGUEIRO 6459	PIRANGA	SÃO PAULO	SP	04.273-100	13111-0861-0103	11111-3061-0861-0103
03 513 632/0001-60	RMC ADM. DE EVENTOS E SERVIÇOS LTDA	VICTÓRIA				RUA DONA MARIA ALVES, 632		ABRIL	SP	11.480-100	13181-1197-7208	1197-7208
		VILA ALPINA				RUA COSTA BARROS, 262 - VL ALPINA	VL ALPINA	SÃO PAULO	SP	09.360-490	011-4513-704	011-4513-704
		VILA ASSU				RUA CAETANO SCULA, 579	VILA ASSIS	MAUA	SP	09.360-490	011-4513-704	011-4513-704
03 266 775/0001-20	FRANEM ADMINISTRAÇÃO DE JOGOS E LULA	VILA VELHA - ES				RUA ANTONIO ATAÍDE, 733	CENTRO	VILA VELHA	ES	09.100-296	13271-229-8194	13271-229-8194
01 540 657/0001-02	VILA VERDE ADMINISTRAÇÃO E COMERCIO LTDA	VILA VERDE				RUA DOMINGOS DE MORAES, 88	VILA MARIANA	SÃO PAULO	SP	04.010-500	13111-5312-5312	13111-5312-5312
02 391 071/0001-16	MARTINS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	VILAC				RUA JOAQUIM VILLAC, 579	VILA TEIXEIRA	CAMPINAS	SP	13.032-930	13191-322-6385	13191-322-6385
03 256 591/0001-75	VEROPRIMO E SEREZ EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA	VILAS				RUA COM. ROBERTO JACOLINI, 150	PINHOS	SÃO PAULO	SP	05.427-201	13111-691-8780	13111-691-8780
		VILLA'S NA BINGO				RUA ARABITAGUARA, 1005 - SOBRELLOJA	VILA MARIA	SÃO PAULO	SP	01.100-011	10967-10967	10967-10967
02 489 964/0001-70	VISONDE PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	VIRCONDE				RUA BARÃO JAGUARA, N° 128	CENTRO	CAMPINAS	SP	13.015-002	13191-235-2520	13191-235-2520
		VITAL BRASIL BINGO				Av. Dr. Vival Brasil, 203 - Buarã	BUTANTA	SÃO PAULO	SP	05.030-201	011-1034-535	011-1034-535
02 605 351/0001-25	PRAÇA OITO DIVERSÕES ELETRONICAS LTDA	VITÓRIA - ES				AV. PRINCESA ISABEL, N° 407	CENTRO	VITÓRIA	ES	29.010-561	10027-230-545	10027-230-545
01 911 540/0001-53	NOVA BARÃO ADM. DE EVENTOS CULTURAIS, LAZER E DIVERSÃO LTDA	VITÓRIA - MAUA				AV. BARÃO DE MAUA, 919	CENTRO	MAUA	SP	09.210-100	13111-4314-6646	13111-4314-6646
		VOLUNTARIOS BINGOS				Av. Eng. Celso Alencar, 3248 - Jardim Mirim	MIRIM	SÃO PAULO	SP	02.546-200	111-6239-800	111-6239-800
04 839 142/0001-17	WORLD GAMES PROMOÇÕES E EVENTOS S.C. LTDA	WORLD GAMES				RUA ALTINO ARANTE, 823	NOVO HORIZONTE	NOVO HORIZONTE	SP	13.117-222-799	13117-222-799	13117-222-799

ANEXO II-D

PESQUISA DE OPINIÃO

Relatório Síntese

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL

O Brasileiro e as Casas de Bingo no País

DataSenado 

16 a 25 de Maio de 2006

DataSenado 

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

Dados Técnicos

Pesquisa	Pesquisa de opinião pública nacional
Universo	Eleitores e potenciais eleitores brasileiros
Entrevistas	1.072 entrevistas
Municípios	111 Municípios; 27 Estados
Técnica de coleta	Entrevista estruturada por telefone
Margem de Erro	Confiança = 95%; Margem de Erro = 3%
Período de Campo	16 a 25 de maio de 2006
Realização	Serviço de Pesquisa de Opinião Pública – DataSenado

Metodologia

Realizadas 1.072 entrevistas em 111 municípios, considerando o agrupamento dos municípios segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e as populações potencialmente eleitorais, com idade igual ou superior a 16 anos. Realizada partilha proporcional pelos agrupamentos de municípios e sorteadas amostras aleatórias, preservada a cota *sexo* como representada no universo da pesquisa.

DataSenado

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

CASAS DE BINGO: LEGALIZAÇÃO PARA O COMBATE AO CRIME

15% dos brasileiros frequentam Casas de Bingo

Frequentar Casas de Bingo no país não é algo que está nos planos de expressiva maioria da população brasileira: 85%. Nem no passado, nem no futuro. Este é um assunto importante para 15% da população. Esta parcela, fiel ao jogo, não admite ser viciada no jogo do bingo, mas assume já ter estado em casas de bingo no passado e prevê que voltará a frequentar os bingos, tão logo ele seja legalizado.

O jogo em loterias do governo continua a ser uma mania nacional. 60% admitem já ter arriscado algum palpite, para os 40% restantes que afirmaram nunca terem jogado fica a impressão de que a associação entre mega, loto, megasena e outras loterias populares não são percebidas como algo administrado pelo governo brasileiro.

A legalização passa pela regulamentação do Estado

Embora metade das pessoas seja contra a legalização das Casas de Bingo, ainda há espaço para que o assunto seja colocado na agenda pública devido a grande quantidade de pessoas indiferentes à proposta – 30%.

Na verdade, não se trata apenas da legalização, mas a capacidade da proposta de tirar das Casas de Bingo o forte estigma da criminalidade.

Na dúvida sobre a legalização, a população prefere uma fórmula já conhecida: a intervenção do Estado. Isto está claro na posição de 50% que prefere que o “governo” administre as Casas de Bingo e, também, na opinião de 78% que gostaria que os bingos funcionassem em áreas especiais. A mão do Estado não deve ser invisível neste assunto.

DataSenado 

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

O cidadão relaciona as Casas de Bingo ao crime

No imaginário da população a balança entre o bem e o mal está pendendo mais para o lado negativo das Casas de Bingo. Para 35%, os bingos incentivam ao vício, uma característica, negativa, mas típica da prática do jogo. No entanto, para mais de 51% das pessoas os bingos estão relacionados às práticas criminosas, como lavagem de dinheiro, sonegação de impostos e aumento da violência. Para 43%, as Casas de Bingo não têm nenhuma característica positiva.

No contraponto, o lobby realizado pelos donos de bingo mostrou-se efetivo e 40% das pessoas reconheceram que a geração de emprego é o maior benefício das Casas de Bingo.

Sociedade acompanha trabalhos da CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos tem tido significativa visibilidade perante a opinião pública, com mais de 60% das pessoas admitindo que vem acompanhando sua atuação. Este índice é importante ao se considerar que a população tem demonstrado em vários momentos o seu desencanto com a política e os políticos em geral. Mesmo neste cenário de desencanto, ela continua prestando atenção na CPI.

DataSenado

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

O Cidadão e o jogo nas Casas de Bingo

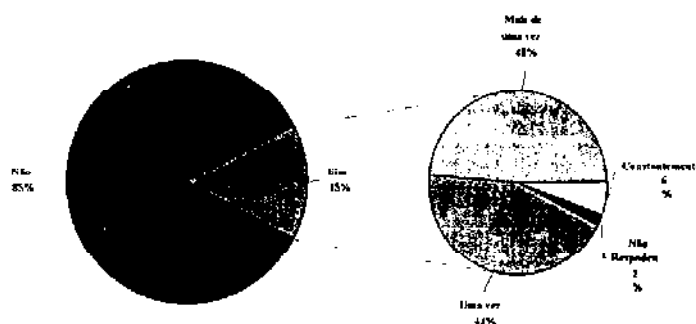
Tabela 1 - No passado, você já esteve em uma casa de bingo?

	Total	%
Sim	159	14,8
Não	909	84,8
NS/NR	4	0,4
Total	1072	100,0

Tabela 2 - Você já esteve num bingo uma vez, mais de uma vez ou era frequentador constante?
(Para aqueles que responderam já ter frequentado Casas de Bingo)

	Total	%
Uma vez	70	44,0
mais de uma vez	77	48,4
frequentava constantemente	9	5,7
NS/NR	3	1,9
Total	159	100,0

Gráfico 1 - Já esteve numa casa de bingo? Quantas vezes?



DataSenado

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

Tabela 3 - Você conhece alguém que frequenta atualmente casas de bingo?

	Total	%
Sim	165	15,4
Não	901	84,0
NS/NR	6	0,6
Total	1072	100,0

Tabela 4 - Essa pessoa é da sua família?
(Para aqueles que responderam conhecer alguém que frequenta Casas de Bingo)

	Total	%
Sim	43	26,1
Não	121	73,3
NS/NR	1	0,6
Total	165	100,0

Tabela 5 - Caso o jogo de bingo fosse legalizado, você frequentaria?

	Total	%
Sim	163	15,2
Não	882	82,3
NS/NR	27	2,5
Total	1072	100,0

Tabela 6 - Em relação às loterias do Governo, você já jogou uma vez, jogou mais de uma vez, joga regularmente ou nunca jogou?

	Total	%
Já jogou uma vez	116	10,8
Joga raramente	297	27,7
Joga regularmente	212	19,8
Nunca jogou	444	41,4
NS/NR	3	0,3
Total	1072	100,0

O Cidadão e a legalização das Casas de Bingo

DataSenado

 Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
 Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

Tabela 7 - Você é a favor, contra ou indiferente à proposta de legalização das casas de bingo e de máquinas caça-níqueis no Brasil?

	Total	%
A Favor	207	19,3
Indiferente	322	30,0
Contra	517	48,2
NS/NR	26	2,4
Total	1072	100,0

Tabela 8 - Caso sejam legalizados, você acha que os bingos deveriam ter permissão para funcionar em qualquer lugar ou deveriam ser instalados apenas em algumas áreas especiais dentro do município?

	Total	%
Áreas especiais	832	77,6
Qualquer lugar	161	15,0
NS/NR	79	7,4
Total	1072	100,0

Tabela 9 - Se as casas de bingos fossem legalizadas você acha que elas deveriam ser administradas pelo Governo ou pela iniciativa privada?

	Total	%
Governo	545	50,8
Iniciativa Privada	394	36,8
NS/NR	133	12,4
Total	1072	100,0

O Cidadão e o imaginário sobre as Casas de Bingo

Tabela 10 - Na sua opinião, qual a principal característica positiva do funcionamento das casa de bingo no Brasil de acordo com as seguintes opções:

	Total	%
Não tem característica positiva	462	43,1
Geração de emprego	432	40,3
Geração de renda para o município	62	5,8

DataSenado 

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

Lazer barato	59	5,5
Incentivo ao esporte	17	1,6
NS/NR	40	3,7
<i>Total</i>	1072	100,0

Tabela 11 - Na sua opinião, qual a principal característica negativa do funcionamento das casa de bingo no Brasil de acordo com as seguintes opções:

	Total	%
Incentivo ao vício	378	35,3
Lavagem de dinheiro	334	31,2
Sonegação de impostos	144	13,4
Não tem característica negativa	86	8,0
Aumento da violência	73	6,8
NS/NR	57	5,3
<i>Total</i>	1072	100,0

Tabela 12 - Você tem acompanhado a atuação da CPI dos Bingos?

	Total	%
Sim	315	29,4
Em parte	341	31,8
Não	415	38,7
NS/NR	1	0,1
<i>Total</i>	1072	100,0

Perfil do cidadão entrevistado

Tabela 13 - Sexo:

	Total	%
Feminino	554	51,7
Masculino	518	48,3
<i>Total</i>	1072	100,0

Tabela 14 - Idade:

	Total	%
16 a 19 anos	108	10,1
20 a 29 anos	274	25,6
30 a 39 anos	246	22,9
40 a 49 anos	221	20,6

DataSenado

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

50 a 59 anos	154	14,4
60 anos ou mais	67	6,3
NS/NR	2	0,2
<i>Total</i>	1072	100,0

Tabela 15 - Escolaridade:

	Total	%
Não alfabetizado	19	1,8
Ensino Fundamental	296	27,6
Ensino Médio	505	47,1
Ensino Superior	237	22,1
Pós-graduação	10	0,9
NS/NR	5	0,5
<i>Total</i>	1072	100,0

Tabela 16 - Renda familiar:

	Total	%
Até 2 Salários Mínimos	394	36,8
De 2 a 5 Salários Mínimos	324	30,2
De 5 a 10 Salários Mínimos	166	15,5
De 10 a 20 Salários Mínimos	58	5,4
Mais de 20 Salários Mínimos	18	1,7
NS/NR	112	10,4
<i>Total</i>	1072	100,0

Tabela 17 - Estado

	Total	%
SP	158	14,7
RJ	114	10,6
MG	86	8,0
BA	68	6,3
CE	56	5,2
MA	55	5,1
PE	51	4,8
RS	48	4,5
PA	47	4,4
PR	41	3,8
RO	36	3,4
GO	35	3,3

DataSenadoSecretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

PB	28	2,6
TO	28	2,6
SC	26	2,4
MS	24	2,2
SE	24	2,2
RN	21	2,0
AL	20	1,9
ES	19	1,8
AM	18	1,7
PI	18	1,7
DF	14	1,3
MT	14	1,3
AP	10	0,9
RR	8	0,7
AC	5	0,5
<i>Total</i>	1072	100,0

DataSenadoSecretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

Tabelas Cruzadas – O Cidadão e o Jogo nas Casas de Bingo

Tabela 18 - Você é a favor, contra ou indiferente à proposta de legalização das Casas de Bingo e de máquinas caça-níqueis no Brasil? (Resposta estimulada e única, em %)

	Sexo		Idade						Escolaridade			Renda Familiar Mensal		
	Feminino	Masculino	16 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Fundamental	Médio	Superior	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	NS/NR
<i>A Favor</i>	19	16	23	22	22	20	15	15	16	20	21	13	20	19
<i>Indiferente</i>	30	33	26	34	30	27	32	25	27	31	32	23	29	35
<i>Contra</i>	48	48	49	43	47	48	50	52	52	47	46	43	49	43
<i>NS/NR</i>	2	3	2	1	2	4	3	7	5	1	2	3	2	4
<i>Total em %</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Total em nº absolutos</i>	1072	554	518	108	274	246	221	154	296	505	247	718	166	112

DataSenado

Tabela 19 - No passado, você já esteve em uma Casa de Bingo? (Resposta estimulada e única, em %)

	Sexo		Idade						Escolaridade			Renda Familiar Mensal		
	Feminino	Masculino	16 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Fundamental	Médio	Superior	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	NS/NR
<i>Sim</i>	15	10	20	16	16	14	19	12	9	15	23	12	23	12
<i>Não</i>	85	89	80	84	84	86	81	88	90	85	77	88	76	88
<i>NS/NR</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
<i>Total em %</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Total em nº absolutos</i>	1072	554	518	108	274	246	221	154	296	505	247	718	166	112

Tabela 20 - Na sua opinião, qual a principal característica positiva do funcionamento das casas de bingo no Brasil de acordo com as seguintes opções. (Resposta estimulada e única, em %)

Total	Sexo	Idade	Escolaridade	Renda Familiar Mensal
-------	------	-------	--------------	-----------------------

DataSenado

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

	Feminino	Masculino	16 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Fundamental	Médio	Superior	NS/NR	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.	NS/NR
<i>Não tem</i>	43	46	56	39	45	43	43	33	48	43	38	38	45	40	36	39
<i>Geração de emprego</i>	40	38	25	44	42	41	42	37	33	41	49	25	38	46	51	38
<i>Geração de renda</i>	6	4	8	4	7	5	5	4	13	6	5	17	5	7	7	6
<i>Lazer barato</i>	5	7	4	13	5	7	4	2	3	5	6	0	6	3	7	5
<i>Incentivo ao esporte</i>	2	1	2	3	1	1	2	1	3	1	1	8	2	1	0	2
<i>Não respondeu</i>	4	4	0	3	1	5	8	10	7	3	1	13	3	2	0	10
<i>Total em %</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Total em nº absolutos</i>	1072	554	108	274	246	221	154	67	296	505	247	24	718	166	76	112

DataSenado

Tabela 21 - Na sua opinião, qual a principal característica negativa do funcionamento das casas de bingo no Brasil de acordo com as seguintes opções. (Resposta estimulada e única, em %)

	Total		Sexo		Idade								Escolaridade			Renda Familiar Mensal		
	Feminino	Masculino	16 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Fundamental	Médio	Superior	NS/NR	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.	NS/NR		
Incentivo ao vício	35	40	10	44	41	39	32	24	22	31	37	39	8	35	36	37	34	
Lavagem de dinheiro	31	26	16	22	27	33	38	35	28	25	31	40	21	29	37	45	25	
Sonegação de impostos	14	12	15	17	14	14	11	12	15	13	16	10	4	14	13	8	13	
Aumento da violência	8	9	5	6	8	6	5	10	6	10	6	4	21	8	4	4	7	
Não tem	7	7	9	8	7	5	8	12	12	12	8	4	8	8	6	7	11	
Não respondeu	5	6	5	3	3	3	7	7	16	9	3	2	38	5	4	0	11	
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Total em nº absolutos:	1072	554	218	108	274	246	221	154	67	296	505	247	24	718	166	76	112	
Dados: 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 2681, 2682, 2683, 2684, 2685, 2686, 2687, 2688, 2689, 2690, 2691, 2692, 2693, 2694, 2695, 2696, 2697, 2698, 2699, 2700, 2701, 2702, 2703, 2704, 2705, 2706, 2707, 2708, 2709, 2710, 2711, 2712, 2713, 2714, 2715, 2716, 2717, 2718, 2719, 2720, 2721, 2722, 2723, 2724, 2725, 2726, 2727, 2728, 2729, 2730, 2731, 2732, 2733, 2734, 2735, 2736, 2737, 2738, 2739, 2740, 2741, 2742, 2743, 2744, 2745, 2746, 2747, 2748, 2749, 2750, 2751, 2752, 2753, 2754, 2755, 2756, 2757, 2758, 2759, 2760, 2761, 2762, 2763, 2764, 2765, 2766, 2767, 2768, 2769, 2770, 2771, 2772, 2773, 2774, 2775, 2776, 2777, 2778, 2779, 2780, 2781, 2782, 2783, 2784, 2785, 2786, 2787, 2788, 2789, 2790, 2791, 2792, 2793, 2794, 2795, 2796, 2797, 2798, 2799, 2800, 2801, 2802, 2803, 2804, 2805, 2806, 2807, 2808, 2809, 2810, 2811, 2812, 2813, 2814, 2815, 2816, 2817, 2818, 2819, 2820, 2821, 2822, 2823, 2824, 2825, 2826, 2827, 2828, 2829, 2830, 2831, 2832, 2833, 2834, 2835, 2836, 2837, 2838, 2839, 2840, 2841, 2842, 2843, 2844, 2845, 2846, 2847, 2848, 2849, 2850, 2851, 2852, 2853, 2854, 2855, 2856, 2857, 2858, 2859, 2860, 2861, 2862, 2863, 2864, 2865, 2866, 2867, 2868, 2869, 2870, 2871, 2872, 2873, 2874, 2875, 2876, 2877, 2878, 2879, 2880, 2881, 2882, 2883, 2884, 2885, 2886, 2887, 2888, 2889, 2890, 2891, 2892, 2893, 2894, 2895, 2896, 2897, 2898, 2899, 2900, 2901, 2902, 2903, 2904, 2905, 2906, 2907, 2908, 2909, 2910, 2911, 2912, 2913, 2914, 2915, 2916, 2917, 2918, 2919, 2920, 2921, 2922, 2923, 2924, 2925, 2926, 2927, 2928, 2929, 2930, 2931, 2932, 2933, 2934, 2935, 2936, 2937, 2938, 2939, 2940, 2941, 2942, 2943, 2944, 2945, 2946, 2947, 2948, 2949, 2950, 2951, 2952, 2953, 2954, 2955, 2956, 2957, 2958, 2959, 2960, 2961, 2962, 2963, 2964, 2965, 2966, 2967, 2968, 2969, 2970, 2971, 2972, 2973, 2974, 2975, 2976, 2977, 2978, 2979, 2980, 2981, 2982, 2983, 2984, 2985, 2986, 2987, 2988, 2989, 2990, 2991, 2992, 2993, 2994, 2995, 2996, 2997, 2998, 2999, 3000, 3001, 3002, 3003, 3004, 3005, 3006, 3007, 3008, 3009, 3010, 3011, 3012, 3013, 3014, 3015, 3016, 3017, 3018, 3019, 3020, 3021, 3022, 3023, 3024, 3025, 3026, 3027, 3028, 3029, 3030, 3031, 3032, 3033, 3034, 3035, 3036, 3037, 3038, 3039, 3040, 3041, 3042, 3043, 3044, 3045, 3046, 3047, 3048, 3049, 3050, 3051, 3052, 3053, 3054, 3055, 3056, 3057, 3058, 3059, 3060, 3061, 3062, 3063, 3064, 3065, 3066, 3067, 3068, 3069, 3070, 3071, 3072, 3073, 3074, 3075, 3076, 3077, 3078, 3079, 3080, 3081, 3082, 3083, 3084, 3085, 3086, 3087, 3088, 3089, 3090, 3091, 3092, 3093, 3094, 3095, 3096, 3097, 3098, 3099, 3100, 3101, 3102, 3103, 3104, 3105, 3106, 3107, 3108, 3109, 3110, 3111, 3112, 3113, 3114, 3115, 3116, 3117, 3118, 3119, 3120, 3121, 3122, 3123, 3124, 3125, 3126, 3127, 3128, 3129, 3130, 3131, 3132, 3133, 3134, 3135, 3136, 3137, 3138, 3139, 3140, 3141, 3142, 3143, 3144, 3145, 3146, 3147, 3148, 3149, 3150, 3151, 3152, 3153, 3154, 3155, 3156, 3157, 3158, 3159, 3160, 3161, 3162, 3163, 3164, 3165, 3166, 3167, 3168, 3169, 3170, 3171, 3172, 3173, 3174, 3175, 3176, 3177, 3178, 3179, 3180, 3181, 3182, 3183, 3184, 3185, 3186, 3187, 3188, 3189, 3190, 3191, 3192, 3193, 3194, 3195, 3196, 3197, 3198, 3199, 3200, 3201, 3202, 3203, 3204, 3205, 3206, 3207, 3208, 3209, 3210, 3211, 3212, 3213, 3214, 3215, 3216, 3217, 3218, 3219, 3220, 3221, 3222, 3223, 3224, 3225, 3226, 3227, 3228, 3229, 3230, 3231, 3232, 3233, 3234, 3235, 3236, 3237, 3238, 3239, 3240, 3241, 3242, 3243, 3244, 3245, 3246, 3247, 3248, 3249, 3250, 3251, 3252, 3253, 3254, 3255, 3256, 3257, 3258, 3259, 3260, 3261, 3262, 3263, 3264, 3265, 3266, 3267, 3268, 3269, 3270, 3271, 3272, 3273, 3274, 3275, 3276, 3277, 3278, 3279, 3280, 3281, 3282, 3283, 3284, 3285, 3286, 3287, 3288, 3289, 3290, 3291, 3292, 3293, 3294, 3295, 3296, 3297, 3298, 3299, 3300, 3301, 3302, 3303, 3304, 3305, 3306, 3307, 3308, 3309, 3310, 3311, 3312, 3313, 3314, 3315, 3316, 3317, 3318, 3319, 3320, 3321, 3322, 3323, 3324, 3325, 3326, 3327, 3328, 3329, 3330, 3331, 3332, 3333, 3334, 3335, 3336, 3337, 3338, 3339, 3340, 3341, 3342, 3343, 3344, 3345, 3346, 3347, 3348, 3349, 3350, 3351, 3352, 3353, 3354, 3355, 3356, 3357, 3358, 3359, 3360, 3361, 3362, 3363, 3364, 3365, 3366, 3367, 3368, 3369, 3370, 3371, 3372, 3373, 3374, 3375, 3376, 3377, 3378, 3379, 3380, 3381, 3382, 3383, 3384, 3385, 3386, 3387, 3388, 3389, 3390, 3391, 3392, 3393, 3394, 3395, 3396, 3397, 3398, 3399, 3400, 3401, 3402, 3403, 3404, 3405, 3406, 3407, 3408, 3409, 3410, 3411, 3412, 3413, 3414, 3415, 3416, 3417, 3418, 3419, 3420, 3421, 3422, 3423, 3424, 3425, 3426, 3427, 3428, 3429, 3430, 3431, 3432, 3433, 3434, 3435, 3436, 3437, 3438, 3439, 3440, 3441, 3442, 3443, 3444, 3445, 3446, 3447, 3448, 3449, 3450, 3451, 3452, 3453, 3454, 3455, 3456, 3457, 3458, 3459, 3460, 3461, 3462, 3463, 3464, 3465, 3466, 3467, 3468, 3469, 3470, 3471, 3472, 3473, 3474, 3475, 3476, 3477, 3478, 3479, 3480, 3481, 3482, 3483, 3484, 3485, 3486, 3487, 3488, 3489, 3490, 3491, 3492, 3493, 3494, 3495, 3496, 3497, 3498, 3499, 3500, 3501, 3502, 3503, 3504, 3505, 3506, 3507, 3508, 3509, 3510, 3511, 3512, 3513, 3514, 3515, 3516, 3517, 3518, 3519, 3520, 3521, 3522, 3523, 3524, 3525, 3526, 3527, 3528, 3529, 3530, 3531, 3532, 3533, 3534, 3535, 3536, 3537, 3538, 3539, 3540, 3541, 3542, 3543, 3544, 3545, 3546, 3547, 3548, 3549, 3550, 3551, 3552, 3553, 3554, 3555, 3556, 3557, 3558, 3559, 3560, 3561, 3562, 3563, 3564, 3565, 3566, 3567, 3568, 3569, 3570, 3571, 3572, 3573, 3574, 3575, 3576, 3577, 3578, 3579, 3580, 3581, 3582, 3583, 3584, 3585, 3586, 3587, 3588, 3589, 3590, 3591, 3592, 3593, 3594, 3595, 3596, 3597, 3598, 3599, 3600, 3601, 3602, 3603, 3604, 3605, 3606, 3607, 3608, 3609, 3610, 3611, 3612, 3613, 3614, 3615, 3616, 3617, 3618, 3619, 3620, 3621, 3622, 3623, 3624, 3625, 3626, 3627, 3628, 3629, 3630, 3631, 3632, 3633, 3634, 3635, 3636, 3637, 3638, 3639, 3640, 3641, 3642, 3643, 3644, 3645, 3646, 3647, 3648, 3649, 3650, 3651, 3652, 3653, 3654, 3655, 3656, 3657, 3658, 3659, 3660, 3661, 3662, 3663, 3664, 3665, 3666, 3667, 3668, 3669, 3670, 3671, 3672, 3673, 3674, 3675, 3676, 3677, 3678, 3679, 3680, 3681, 3682, 3683, 3684, 3685, 3686, 3687, 3688, 3689, 3690, 3691, 3692, 3693, 3694, 3695, 3696, 3697, 3698, 3699, 3700, 3701, 3702, 3703, 3704, 3705, 3706, 3707, 3708, 3709, 3710, 3711, 3712, 3713, 3714, 3715, 3716, 3717, 3718, 3719, 3720, 3721, 3722, 3723, 3724, 3725, 3726, 3727, 3728, 3729, 3730, 3731, 3732, 3733, 3734, 3735, 3736, 3737, 3738, 3739, 3740, 3741, 3742, 3743, 3744, 3745, 3746, 3747, 3748, 3749, 3750, 3751, 3752, 3753, 3754, 3755, 3756, 3757, 3758, 3759, 3760, 3761, 3762, 3763, 3764, 3765, 3766, 3767, 3768, 3769, 3770, 3771, 3772, 3773, 3774, 3775, 3776, 3777, 3778, 3779, 3780, 3781, 3782, 3783, 3784, 3785, 3786, 3787, 3788, 3789, 3790, 3791, 3792, 3793, 3794, 3795, 3796, 3797, 3798, 3799, 3800, 3801, 3802, 3803, 3804, 3805, 3806, 3807, 3808, 3809, 3810, 3811, 3812, 3813, 3814, 3815, 3816, 3817, 3818, 3819, 3820, 3821, 3822, 3823, 3824, 3825, 3826, 3827, 3828, 3829, 3830, 3831, 3832, 3833, 3834, 3835, 3836, 3837, 3838, 3839, 3840, 3841, 3842, 384																		

DataSenado

Tabela 22 - Em relação às loterias do Governo, você já jogou uma vez, jogou mais de uma vez, joga regularmente ou nunca jogou?
(Resposta estimulada e única, em %)

Resposta estimada e única, em %																		
Total			Sexo		Idade						Escolaridade			Renda Familiar Mensal				
	Feminino	Masculino	16 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Fundamental	Médio	Superior	NS/NR	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.	NS/NR		

DataSenado

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado - Serviço de Pesquisa de Opinião

<i>Já jogou uma vez</i>	11	11	11	9	16	11	10	8	3	11	11	11	4	11	11	8	12
<i>Joga raramente</i>	28	25	31	10	27	30	30	39	18	23	28	34	8	24	35	53	21
<i>Joga regularmente</i>	20	12	29	8	12	24	24	24	30	17	15	25	21	19	24	29	9
<i>Nunca jogou</i>	41	53	29	72	43	35	36	28	49	48	42	31	67	45	30	11	56
<i>Não respondeu</i>	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
<i>Total em %</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Total em nº absolutos</i>	1072	554	518	108	274	246	221	154	67	296	503	247	24	718	66	76	112

DataSenado

Tabelas Cruzadas – O Cidadão e a CPI dos Bingos

Tabela 23 – Você tem acompanhado a atuação da CPI dos Bingos?
(Resposta estimulada e única, em %)

	Total	Sexo		Idade						Escolaridade			Renda Familiar Mensal					
		Feminino	Masculino	16 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 33 anos	34 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Fundamental	Médio	Superior	NS/NR	Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	NS/NR	
Sim	29	25	34	22	27	30	32	33	31	31	22	30	37	17	27	39	51	18
Em parte	32	30	34	22	32	30	36	37	27	31	31	33	33	17	34	31	22	27
Não	39	45	31	56	41	40	31	30	42	47	47	37	30	67	39	30	26	55
Não respondeu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total em nº absolutos	1372	554	518	108	274	246	221	154	67	296	503	247	24	718	66	76	112	112

Total em nº absolutos

Total em nº absolutos

DataSenado

DataSenado

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

Realização

Secretaria Especial de Comunicação Social
Armando Sobral Rollemberg

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Ana Lucia Romero Novelli

Coordenação DataSenado
Antonio Caraballo Barreira

Serviço de Pesquisa de Opinião
Cefas Gonçalves de Siqueira

DataSenado

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião

RELATÓRIO FINAL

SUMÁRIO EXECUTIVO

RELATÓRIO FINAL – “CPI DOS BINGOS”

(SUMÁRIO EXECUTIVO)

1. APRESENTAÇÃO

A presente CPI, popularmente conhecida como “CPI dos Bingos”, foi criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, para *investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.*

Esta CPI iniciou seus trabalhos no dia 29 de junho de 2005, tendo como foco inicial as relações do mercado de jogos com a administração pública, notadamente as atividades suspeitas de Waldomiro Diniz no Rio de Janeiro/RJ, quando presidente da Loterj, e em Brasília/DF, quando assessor parlamentar da Casa Civil do governo federal. No primeiro caso, envolvendo denúncias de existência de um esquema de corrupção entre agentes públicos e empresários de jogos de azar e de financiamento de campanhas eleitorais com o dinheiro proveniente desse mercado de jogos, e, no segundo caso, envolvendo denúncias de corrupção no processo de renovação de contrato milionário entre a empresa multinacional de processamento de loterias Gtech Corporation, concessionária de serviço público, e a Caixa Econômica Federal (CEF).

Durante as investigações, novos temas foram sendo colocados para a CPI, como o caso da morte do prefeito de Santo André/SP Celso

Daniel, em janeiro de 2002. A pertinência do enquadramento desse caso deve-se em razão da similaridade do *modus operandi* identificado na prefeitura de Santo André em relação à prática da propina na administração pública petista associada a esquemas de jogos ilegais ou a empresas de serviços públicos, tratados neste Relatório.

A principal linha que vem sendo investigada é a de que o homicídio do prefeito decorreu de ligações com esquemas de arrecadação de propinas de empresas prestadoras de serviços públicos ao município de Santo André que seriam encaminhadas para a direção nacional do PT. Esses esquemas funcionariam junto a empresas de transportes urbanos e de coleta de lixo, a exemplo de outras cidades administradas pelo PT, como Campinas e Ribeirão Preto. Eventualmente, haveria ligação entre os esquemas de corrupção praticados em Santo André e outros relacionado a jogos ilegais, como se pôde observar no caso de “Toninho do PT”.

Além disso, o Ministério Público de São Paulo encontrou elos entre o que seria o esquema de corrupção na prefeitura de Santo André e João Arcanjo Ribeiro, o “Comendador” – chefe do crime organizado em Mato Grosso, preso em Cuiabá depois de ter sido extraditado do Uruguai. O “Comendador” explorava máquinas caça-níqueis e manteria ligações com empresários do jogo do bicho no Distrito Federal, em Minas Gerais e na Paraíba. Esta CPI também colheu elementos nesse sentido com os depoimentos de Zildete Leite dos Reis e de Joacir das Neves.

No dia 18 de janeiro de 2006, a Relatoria desta CPI apresentou Relatório Parcial sobre a relação contratual entre a Gtech e a CEF, momento

em que propôs o indiciamento de 34 pessoas físicas e jurídicas, o qual foi aprovado no dia 31 do mesmo mês.

Durante as investigações desta CPI em relação ao caso Gtech, os mesmos nomes de investigados foram sendo ligados a outro caso, o de corrupção na prefeitura de Ribeirão Preto/SP, principalmente durante a gestão do então prefeito Antônio Palocci Filho, depois ministro da Fazenda no período em que foi feita a renovação contratual da CEF com a multinacional Gtech, em 2003.

Nos depoimentos colhidos nesta CPI e na Polícia Civil, nomes e fatos começaram a se cruzar, principalmente envolvendo os personagens Rogério Buratti, Ralf Barquete, Antonio Palocci e a empresa Leão & Leão. Por essa razão, esta CPI iniciou investigação sobre o que julgou ser um caso conexo ao caso Gtech, e que poderia trazer novas luzes em relação a ele.

O presente Relatório Final trata desses outros temas investigados por esta CPI, assim como do problema jurídico que envolve o marco legal dos jogos no Brasil e da relação do mercado de jogos com o crime organizado e com a lavagem de dinheiro.

2. O PROBLEMA DO MARCO LEGAL DOS JOGOS NO BRASIL

O Relatório analisou a legislação brasileira sobre o jogo de bingo.

Nos termos dos incisos I e XX do art. 22 da Constituição Federal (CF), compete privativamente à União legislar sobre direito penal e sobre sistemas de consórcios e sorteios.

O Supremo Tribunal Federal (STF), julgando Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) de leis estaduais que criavam loterias, decidiu pela inconstitucionalidade dessas leis, tendo em vista a competência privativa da União para legislar sobre “sorteios” estatuída no referido inciso XX do art. 22 da CF, que abrangia “loterias” e “bingos”, de acordo com o entendimento da maioria dos Ministros daquela Corte de Justiça.

Portanto, somente a União é competente para legislar sobre loterias e bingos, bem como sobre direito penal.

O Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (LCP), estabelece, no *caput* do art. 50, que é contravenção estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público.

Já o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, determina, em seu art. 1º, que a exploração de loteria constitui serviço público exclusivo da União, vedando a criação de loterias estaduais e autorizando, apenas, a manutenção das loterias estaduais existentes à época da entrada em vigor daquele diploma legal e, ainda assim, limitadas as emissões às quantidades de bilhetes e séries em vigor naquela oportunidade.

A lei federal, durante algum tempo, excepcionou a ilicitude da exploração do jogo de bingo.

A Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico), autorizou as entidades de direção e de prática desportiva a explorar o jogo de bingo.

A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), revogou a Lei Zico e também permitiu a exploração de jogos de bingo, em todo o território

nacional, por entidades de administração e prática desportiva, diretamente ou através de empresa comercial, mediante credenciamento junto à União.

A Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000 (Lei Maguito), revogou, a partir de 31 de dezembro de 2001, os artigos da Lei Pelé que permitiam a exploração do bingo, determinando, porém, que fossem respeitadas as autorizações que estivessem em vigor até a data de sua expiração. As últimas autorizações tiveram seu prazo expirado no final de 2002.

Portanto, a legislação federal autorizou a exploração do jogo de bingo de 1993 a 2001. Desde então, tendo em vista a revogação das leis especiais que autorizavam o exercício dessa atividade, sua exploração voltou a constituir contravenção penal, nos termos do artigo 50 da Lei das Contravenções Penais.

A despeito da legislação federal citada, que estabelece que a exploração de loteria constitui serviço público exclusivo da União, e que veda, desde 1967, a criação de novas loterias estaduais – autorizando, apenas, a manutenção das loterias estaduais existentes em 1967, limitadas as emissões às quantidades de bilhetes e séries em vigor naquela oportunidade –, bem como da lei penal, que tipifica a exploração de loterias sem autorização legal como contravenção penal, a maior parte dos Estados da Federação criou loterias estaduais e regulamentou a sua exploração. Quanto aos jogos de azar, inclusive o jogo de bingo, esses Estados também legislaram sobre a matéria, enquadrando a exploração desses jogos como modalidade lotérica.

Para respaldar essa exploração, basearam-se em pareceres de renomados juristas, cujo entendimento é de que a loteria é um serviço público comum à União e aos Estados. A tese por eles defendida é de que a Constituição não atribui à União competência privativa para legislar nem para

explorar esse serviço público, o que implica, tendo em vista a competência residual estabelecida pelo § 1º do artigo 25 da Constituição, que os Estados podem legislar livremente a respeito.

Essa tese ficou prejudicada com a mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal de que a competência para legislar sobre loterias é privativa da União. O Superior Tribunal de Justiça também tem decidido no mesmo sentido.

A legislação vigente proíbe, portanto, a exploração do jogo de bingo. As casas de bingo que se encontram em funcionamento estão respaldadas em liminares concedidas pela Justiça.

3. O JOGO E O CRIME ORGANIZADO

Os governos e as empresas de comércio exterior no mundo inteiro têm exigido que a aduana seja cada vez mais a parte facilitadora do comércio internacional. Assim, com o aumento do comércio ilegal e do contrabando, as aduanas vivem hoje uma situação delicada, que afeta o custo-Brasil, pois precisam compatibilizar as facilidades para o comércio internacional ao mesmo tempo em que precisam ser eficazes nas suas operações de controle e de verificação do cumprimento da lei. O resultado depende do interesse do Estado brasileiro. O fato é que o processo de controle aduaneiro não tem acompanhado o de abertura das fronteiras aos mercados externos na última

década. A Receita Federal alega ser impossível um controle completo das cargas que desembarcam nos portos, sendo a fiscalização feita por amostragem, numa relação de 10% da carga vistoriada.

Portanto, as fronteiras brasileiras estão expostas ao ingresso de máquinas de jogos de azar, cuja importação e utilização são vedadas. Segundo investigação do Ministério Público, tais máquinas, ou ao menos seus componentes, são todas de origem estrangeira. Ao passarem pelos portos e aeroportos, tais máquinas são operadas irregularmente em estabelecimentos comerciais diversos e casas de bingo, clandestinas ou funcionando por meio de liminares judiciais. A prática de abertura de inúmeras empresas em nome de “laranjas”, a distribuição interna desses equipamentos importados nos mais diversos locais do País e a utilização de liminares vêm dificultando a atuação fiscalizatória do Estado, dado que o objetivo precípua das apurações policiais é justamente a identificação dos efetivos proprietários desses estabelecimentos e dos organizadores dessa prática ilícita extremamente lucrativa.

Não bastasse essas fragilidades na fiscalização aduaneira, que facilitam a internalização de máquinas de jogos ilegais no País, o MP levantou um esquema envolvendo autoridades da administração central da Receita

Federal destinado a possibilitar, sem qualquer restrição, a importação de máquinas para exploração de jogos de azar no País, não obstante as proibições legais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, e Instruções Normativas nºs 126, de 1999, 172, de 1999, 93, de 2000, e 309, de 2003, da SRF).

Verificou-se a existência de uma interpretação autorizativa do licenciamento para a importação de terminais de captação de apostas destinados à prática de jogos de azar (videopôquer, videobingo e caça-níqueis), que passaram a ser classificados, a partir de dezembro de 2002, por meio da Solução de Consulta COANA nº 9, de 11 de dezembro de 2002, na categoria de componentes para computadores e informática em geral (código 8471.60.62 da Nomenclatura Comum do Mercosul). Criou-se um esquadro legal para essas máquinas que durou cerca de 3 meses (até o advento da IN nº 309, de 18 de março de 2003): reportagem da Revista "Isto É", nº 1783, de 3 de dezembro de 2003, demonstrou a imensa quantidade de máquinas de jogos de azar nas casas de jogos, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na ação penal ajuizada pelo Ministério Público que trata desse assunto, aparecem envolvidos no esquema Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo

“Carlinhos Cachoeira”, como financiador do plano de importação, e José Ângelo Beghini de Carvalho, articulador da operação, e que já foi funcionário de Cachoeira e é apontado como a pessoa que teria preparado a gravação da conversa entre Cachoeira e Waldomiro Diniz, no Rio de Janeiro, em que o então presidente da Loterj aparece pedindo propina.

Hoje, há um mercado nacional de máquinas de jogos eletrônicos. Segundo o depoimento de Olavo Sales, presidente da ABRABIN, nesta CPI, “A estrutura de chegar-se a uma máquina ela começa com uma empresa que hoje já estão especializadas e quase todas são nacionais, de desenvolvimento do hardware, porque o software, o desenvolvimento do software, porque o hardware está sendo montado, nós temos fábricas no Brasil para montar. O que diferencia, o que caracteriza é o software que essa máquina tem. Então, tem empresas que desenvolvem um software, aplica na sua máquina e coloca a mercado, mas já estamos vivendo um momento em que já existem empresas sofisticadas, destinadas ao desenvolvimento só no software que pode comprar, pode locar, importa ou desenvolve”.

Não obstante, segundo o depoimento de Carlos Martins, empresário do setor de jogos e ex-sócio de Carlos Cachoeira, não é possível se

concluir totalmente a produção de uma máquina no Brasil sem componentes estrangeiros.

Existem no País, atualmente, pelo menos seis grandes grupos de sistemas de jogos: bingo; cassino; loterias federais e estaduais; cassinos e bingos virtuais; jogo do bicho; e as máquinas de jogos eletrônicos. Hoje, só existe amparo legal para a exploração dos serviços das loterias federais.

Com a edição da Lei Zico, não apenas as casas de bingo proliferaram no País, como também as máquinas eletrônicas programadas (MEPs), mais conhecidas como “caça-níqueis”. A difusão dessas máquinas deveu-se à redação do art. 57 da Lei, que permitiu o jogo de bingo e “similares”. O Decreto nº 2.574, de 1998, que regulamentou a Lei Pelé, disciplinou a utilização das MEPs, limitando sua instalação e operação, em salas próprias, única e exclusivamente para a exploração dos jogos de bingo. Em outubro de 1998, por meio da Portaria nº 104, o INDESP regulamentou a utilização das MEPs, estabelecendo as condições do jogo e do *software* das máquinas, bem como as condições para a concessão de autorização, entre as quais, destaca-se a quantidade de máquinas limitadas a 20% da capacidade da casa de bingo. Em seguida, o órgão editou a Portaria nº 23, de 1999, que ampliou a possibilidade de exploração de bingos por meio das MEPs.

Tais atos normativos internos foram editados em total desacordo com a Lei Pelé, que não mais trazia o termo “similares”. Tal Lei nem sequer se referiu a bingos eletrônicos. Todavia, conforme conclusão da chamada “CPI do Futebol”, de 2001, tais portarias foram editadas de forma a consolidar

a situação de insegurança jurídica, materializada “sob a vigência de uma legislação confusa, esparsa e desconexa, sem qualquer ação fiscalizadora do INDESP, consolidando-se, assim, por ação dos próprios agentes públicos responsáveis pela edição das referidas normas (Dec. 2.574/98 e Portarias nº 104/98 e 23/99), a exploração de toda a sorte de jogos, por meio de empresas com estrutura operacional semelhante a cassinos”.

Apesar de, posteriormente, terem sido editadas as já referidas Instruções Normativas nº 126 e 172, de 1999, determinando a apreensão de máquinas de videopôquer, vídeo-bingo, caça-níqueis, bem como quaisquer outros tipos de MEP, tais medidas não tiveram o condão de surtir o esperado efeito inibidor da exploração ilícita das máquinas.

Há três grandes esquemas que orbitam sob o jogo do bingo, cada qual com seu comando. Um dos esquemas é o dominado pelo jogo do bicho. Em princípio, os “bicheiros” cobravam pedágios das casas de bingo, para que estas pudessem funcionar em cada área dominada por cada *capo* (“chefe”) da contravenção. Já foram detectadas as associações jogo do bicho-indústria do bingo nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, além dos já citados Distrito Federal e Goiás. Em uma fase posterior, passaram a explorar a chamada “banda B”, as MEPs operadas em bares, padarias e estabelecimentos similares, utilizadas por pessoas de menor poder aquisitivo. Atualmente, constata-se que algumas casas de bingo já são, de fato, propriedades de bicheiros, usadas para a lavagem de dinheiro.

A “banda A” é constituída por cassinos ligados a bingos. Ela opera com máquinas modernas, produzidas pela Recreativos Franco e pela

norte-americana Teckbilt. Há, ainda, a chamada “banda B”, que ocupa o espaço marginal do mercado, nas periferias das grandes cidades.

De forma geral, o mercado da “banda A” é dominado por donos de bingos, muitos deles banqueiros do jogo do bicho, que se associaram à rede de jogatina caça-níquel montada pela máfia italiana, desde meados dos anos de 1990, aproveitando-se da já mencionada abertura aparente da Lei Zico, que autorizava a exploração de jogos de “bingos e similares”.

O segundo esquema, que detém o monopólio da entrada das MEPs no País, é comandado por italianos, franceses e espanhóis. Trata-se de uma rede que envolve empresas *off-shore*, contas em paraísos fiscais, uso de “laranjas” e homicídios. Tem por objetivo principal lavar todo o capital oriundo do tráfico internacional de entorpecentes. Minas Gerais tem sido um centro frequentemente citado para esses fins.

O terceiro esquema envolve a associação entre o bingo tradicional e o bingo eletrônico (MEPs), em que espanhóis e brasileiros aproveitam-se da atividade para lavar dinheiro. Uma das estratégias usadas é alçar ao sucesso pessoas de origem humilde, os chamados “testas-de-ferro”, que, de uma hora para outra, tornam-se empresários. Esse esquema foi detectado no Rio de Janeiro, e está por trás do crise envolvendo as relações da Loterj com Carlinhos Cachoeira e Alejandro Ortiz.

Oportuno citar o Inquérito Policial nº 15/99, da Divisão de Crimes Organizados e Inquéritos Especiais (DCOIE), da Polícia Federal, instaurado por requisição do MP, com a finalidade de apurar o envolvimento de funcionários do INDESP, ligados ao setor de bingos, com pessoas diretamente interessadas na aprovação de legislação que beneficiasse as

empresas que exploravam o jogo de bingo, entre elas a empresa de Alejandro Ortiz, relacionada com a máfia italiana e interessada na introdução, no País, para a exploração do jogo, das MEPs. Constatou-se, por meio desse inquérito, um engenhoso esquema de circulação de dinheiro empregado pela família Ortiz, com a utilização de contas bancárias de “laranjas”.

O MP, tanto no âmbito federal quanto estadual, vem adotando, ao longo dos últimos anos, diversas medidas cíveis e criminais na tentativa de obstar a proliferação ilícita da atividade de jogos, seja qual for a denominação atribuída (máquinas caça-níqueis, casas de bingo, loterias estaduais etc.).

Nas diversas ações judiciais em andamento no País, analisadas por esta CPI, pode-se verificar que as casas de bingo instaladas nas cidades são, em geral, gerenciadas por terceiros, chamados “testas-de-ferro”, e sem qualquer controle quanto ao recolhimento dos tributos incidentes sobre essa atividade econômica. Segundo conclusões do MP, o alastramento da atividade dos jogos, inclusive nos locais onde a criminalidade organizada tem uma atuação mais intensa, estaria à margem de qualquer controle estatal, principalmente quanto à efetiva apuração dos recursos auferidos nessa atividade e das suas destinações.

Os diversos laudos periciais produzidos sobre as máquinas de jogos instaladas nessas casas apontam para o fato de tratarem-se, de fato, de máquinas de exploração de jogos de azar e, portanto, de importação e utilização vedadas.

Conforme as investigações levadas a cabo pela Polícia Federal e pelo MP, há uma intrínseca relação entre o ingresso e a distribuição no País de máquinas de jogos de azar – não obstante a vedação legal e a ilicitude da

exploração – e a atividade de exploração comercial desses equipamentos, extremamente lucrativa e que proporciona práticas ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro e à sonegação fiscal.

Várias organizações criminosas se dedicam à colocação no mercado tanto das chamadas máquinas caça-níqueis, utilizadas em estabelecimentos comerciais diversos, como bares, restaurantes, padarias, supermercados, lojas de brinquedos etc., como das máquinas de videobingo propriamente ditas, utilizadas nos estabelecimentos conhecidos como “casas de bingo”.

Os empresários dos jogos não incluem na nomenclatura “MEP” as máquinas de caça-níqueis, por estas apresentarem uma proposta de diversão distinta das máquinas de bingo eletrônico propriamente ditas. O MP e a Polícia Federal, em regra, não costumam ser tão rigorosos nessas diferenciações, dado que, na ótica penal, ambos tipos de máquinas são de exploração ilegal, pois constituem jogo de azar.

Tem sido consideravelmente difícil a apuração dos crimes envolvendo a exploração do bingo, seja tradicional ou eletrônico, dada a ampla informalidade das atividades e o fato de que os estabelecimentos comerciais em funcionamento encontram-se registrados em nome de terceiros e de pessoas que não detêm o efetivo poder gerencial ou econômico do negócio.

Em alguns Estados, como em Goiás e no Distrito Federal, constatou-se que as atividades de bingo e caça-níqueis estão intrinsecamente ligadas às atividades desenvolvidas anteriormente por bicheiros, que teriam firmado parcerias com grupos mafiosos, sendo o nome da família Ortiz frequentemente citado.

Nas várias casas de bingo visitadas pela Polícia Federal, foram constatadas as seguintes irregularidades: não-apresentação de qualquer comprovante dos jogos realizados nos estabelecimentos (muitos alegam que as cartelas seriam a comprovação do jogo, mas muitas delas sequer trazem a identificação das respectivas casas); cartelas de casas filiais com o CGC da empresa matriz, e não da empresa filial; cartelas com o CGC de associações de esporte.

A simples apresentação das cartelas, por si só, não é suficiente para servir como comprovante do jogo, pois em algumas empresas são colocadas em jogo séries de cartelas, e, em outras, elas são vendidas por unidade. Outras empresas usam os dois sistemas de venda. Não há, dessa forma, como se ter certeza dos valores jogados, pois nem todos os cartões discriminam os valores de cada aposta.

As empresas se utilizam ainda de outro expediente: após as rodadas, funcionários passam recolhendo as cartelas já marcadas, restando, assim, apenas o controle do sistema de informática da casa, através do qual se obteria os valores de apostas, prêmios e outros dados necessários ao Fisco.

As máquinas eletrônicas também não apresentam comprovante dos valores gastos. Foi possível constatar em bingos do Distrito Federal que um funcionário passava esvaziando os valores das máquinas periodicamente. Algumas dessas máquinas nem sequer tinham qualquer indicação de lacres na parte frontal, apenas o sistema de chaves.

Segundo relatório constante do Inquérito nº 015/2001, a Polícia Federal levantou as seguintes irregularidades fiscais envolvendo os bingos: “resultados operacionais não declarados”; “falta de recolhimento do IRF sobre

prêmios e sorteios em geral”, “diferença apurada entre o valor escriturado e o declarado/pago”; e “falta de recolhimento da CSLL”.

Segundo depoimento prestado pelo ex-diretor de Operações da Loterj, André Pessoa Laranjeira Caldas, à Polícia, “os bingos não informam à Loterj o que é arrecadado, tanto no bingo permanente quando no eletrônico”. Além disso, informou que as MEPs não possuem programas registradores de movimentação e arrecadação. Mesmo quando a importação era autorizada, acrescentou, a Receita Federal não exigia tais programas.

Essas investigações demonstraram a estreita ligação da “indústria” dos caça-níqueis com a atividade de bingo, a qual, estando fora de qualquer fiscalização, por não ser mais regulamentada, configura um mecanismo eficaz para a sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, crime contra a economia popular, crime de falsidade ideológica, contrabando, entre outros.

Além disso, muitas casas de bingo oferecem prêmios em valor superior ao permitido em lei, que era de 51,5% da arrecadação bruta da rodada, incluída a parcela do imposto de renda. As empresas que hoje funcionam por meio de liminares judiciais ainda precisariam, a rigor, respeitar esse limite.

De uma forma geral, os seguintes crimes estão normalmente relacionados à exploração dos jogos de bingo:

- f) crimes contra a ordem tributária: condutas elencadas no art. 1º da Lei nº 8.137, de 1990; arrecadação da venda das cartelas ou nas máquinas de videobingo (MEPs); tributação do valor do prêmio pago ao vencedor;

- g) crime de contrabando (art. 334 do Código Penal): importação das máquinas de exploração do jogo de azar;
- h) crime de lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998): pagamento de prêmios; investimento nos próprios estabelecimentos;
- i) crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal): pagamento de salários “por fora” aos empregados;
- j) crimes contra a organização do trabalho (arts. 197 a 207 do Código Penal) e permanência irregular de estrangeiros (Lei nº 6.815, de 1980).

(*) 6.1. O JOGO E A LAVAGEM DE DINHEIRO

O modo mais comum para se lavar dinheiro por meio do jogo de bingo é com a compra de cartelas premiadas, com o correspondente pagamento do imposto de renda. Havendo esse acordo entre o agente criminoso e a casa de bingo, a operação será registrada no sistema como um sorteio comum. A casa de bingo também pode lavar dinheiro fazendo acordos com os clientes no sentido de registrar a maior os prêmios. O MP constatou que várias das comunicações efetuadas pelas casas de bingo ao COAF superdimensionam os valores dos prêmios pagos a vencedores.

No Espírito Santo, por exemplo, o empresário de bingos Marcelo Queiroga responde a processo criminal por forjar resultados de bingos, muitas vezes com ganhadores “laranjas”, com fins de lavagem de dinheiro. Em certas casas de bingo capixabas, várias pessoas eram iludidas para figurarem como ganhadoras.

^(*) NOTA DA SGM: A numeração dos itens está publicada conforme o original, após consulta à secretaria da Comissão.

Se a casa de bingo tiver atividade regular – ou seja, operar mediante liminar judicial –, a casa em si já é um meio de se lavar dinheiro, pois oferece uma origem ao montante de proveniência ilícita a ser declarado. Além disso, a casa de bingo permite a multiplicação dos ganhos e o escoamento, de difícil detecção pelo Fisco, de montantes não-contabilizados. Lavadores de dinheiro, para esconder seus nomes, geralmente abrem empresas em ramos que movimentem bastante dinheiro em espécie, como uma *factoring*, um restaurante, um hotel, uma prestadora de serviços etc., para não precisarem movimentar montantes no sistema bancário em nome próprio. As casas de bingos são perfeitas para esse intento.

Os métodos de fiscalização utilizadas não são suficientes para detectar a lavagem de dinheiro, nos termos expostos. Segundo a Loterj, por exemplo, o controle sobre a venda de cartelas do bingo tradicional ocorre através da conferência dos extratos das rodadas realizadas, quando em visita dos auditores às casas de bingo, os quais analisam os documentos apresentados visando evitar a venda superior a 25 séries ao mesmo cliente por rodada. O controle sobre o movimento e pagamento de prêmios do bingo tradicional verifica-se através da conferência dos extratos das rodadas realizadas (Ofício LOTERJ/PRESI nº 142, de 12 de maio de 2003).

Segundo relatório da Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, da análise dos recibos de pagamentos a ganhadores apresentados pelo contribuinte para a comprovação dos prêmios pagos resultou a seguinte conclusão: “a) constatou-se que os recibos não possuem padronização”; “b) embora, por método de amostragem, tivessem sido exibidos à fiscalização, servindo como comprovação, não discriminam, separadamente, de modo a não deixar dúvida, os valores correspondentes a prêmio bruto, imposto de

renda retido e prêmio líquido, conforme informa o contribuinte no demonstrativo apresentado" (Ofício nº 3539/2001, SRF da 7ª Região Fiscal/RJ).

O "giro de apostas" nas casas de bingo, momento em que circula uma quantidade expressiva de dinheiro em espécie sem qualquer registro, pois o fluxo é apenas momentâneo, abre espaço para qualquer tipo de transação informal.

Olavo Sales, presidente da ABRABIN, fez o seguinte relato nesta CPI:

SR. OLAVO SALES DA SILVEIRA: Senhor Senador, a receita do bingo ela nasce de uma dinâmica em que tem uma série de participantes que compraram uma cartela e que estão com ela na mão e aqui atrás num painel está dizendo que estão em jogo da série tal, a cartela de número tal a tal, pelo valor de tanto, quer dizer, a contabilidade do bingo é transparente, não tem supermercado, não tem operação que possa ser mais transparente, se a cartela número 450 que está na mão desse cidadão não estiver aqui, ele vai gritar imediatamente, a minha não está em jogo, é impossível praticar numa sala cheia de gente que comprou uma cartela que é numerada e que quer concorrer aquele fato, omitir esse fato. Quer dizer, uma vez que a cartela está registrada, está no sistema, quer dizer, ela não pode ser tirada do sistema, porque senão ela não participa do sorteio, é só pegar a leitura do sistema.

Todavia, esse argumento não procede quando há acerto prévio entre o empresário e o cidadão que quer lavar dinheiro e, portanto, quer comprar um resultado. Nesse caso, não há como controlar, e o bingo se torna um instrumento eficaz para esse fim.

7. O JOGO E O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS POLÍTICAS

Rogério Tadeu Buratti, ex-assessor do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci, afirmou que Ralf Barquete, também ex-assessor de Antônio Palocci, lhe informou que “empresas de jogo” de São Paulo e do Rio de Janeiro contribuíram com cerca de 2 milhões de reais para a campanha do Presidente Lula e para o Partido dos Trabalhadores, e que os recursos transitaram pelo comitê financeiro da campanha.

Rogério Tadeu Buratti afirmou de maneira firme e clara que o Sr. Waldomiro Diniz, representando José Dirceu, arrecadou dinheiro de bingueiros no Estado do Rio de Janeiro, e ainda da Gtech e do empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e que o valor arrecadado por Waldomiro seria algo em torno de R\$ 1 milhão.

Rogério Buratti também afirmou que a contribuição de \$ 1 milhão foi efetuada por dois empresários de jogos angolanos, Artur José Valente de Oliveira Caio e José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, o Vadinho. Roberto Carlos Kurzweil teria feito a aproximação desses angolanos com Palocci.

Buratti também informou que Antônio Palocci Filho, Waldomiro Diniz e empresários de jogos do Rio de Janeiro e São Paulo, incluindo os angolanos, se encontraram no hotel Sofitel em São Paulo, entre o final de outubro e o início de novembro de 2002, em reunião que selou o acordo para legalizar os jogos no governo do Presidente Lula.

A análise de sigilo telefônico de Artur Caio e de Ademirson Ariovaldo Silva mostra uma clara triangulação entre Caio, Kurzweil e Ademirson, similar ao que se verificou no caso Gtech entre Rogério Buratti, Ralf Barquete e Ademirson.

Na análise do sigilo fiscal da Rui Mendes, identifica-se a provável fonte do dinheiro que os angolanos teriam doado em “caixa dois” para a campanha do PT em 2002. Rui Mendes tinha em sua posse, em 31 de dezembro de 2001, a quantia de R\$ 5.532.000,00 em espécie, e, em dezembro de 2002, essa soma havia sido reduzida para R\$ 3.500.000,00. Portanto, ao longo do ano de 2002, Rui Mendes se desfez de R\$ 2.032.000,00 em espécie sem que tenha ocorrido qualquer despesa ou pagamento justificado. Os sigilos fiscal e bancário de Caio e Vadinho mostram que eles tiveram uma movimentação financeira incompatível com a renda declarada.

O conjunto de informações obtidas por esta CPI levanta a suspeita de que Artur Caio, Vadinho e Rui Mendes possam ser representantes de um grande grupo internacional do setor de jogos. Consideramos de grande relevância que a Polícia Federal, em cooperação com a Interpol, aprofundem as investigações sobre os negócios desses empresários e suas possíveis ligações com as organizações internacionais sob investigação.

Acerca das investigações sobre o sócio de Artur Caio e Vadinho, o Sr. Roberto Carlos Kurzweil, não foi possível apresentar conclusões sobre o cometimento de crimes referentes a movimentação financeira e aumento patrimonial incompatíveis com a renda declarada. Isto decorreu do fato de, após esta CPI ter realizado as análises dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do citado investigado, o STF ter emitido decisão proibindo o uso dessas informações neste Relatório Final.

Waldomiro Diniz tinha fortes relações com José Renato Granado e a família Ortiz, representando interesses deles no governo Lula. A gravação de conversa entre Carlinhos Cachoeira e Waldomiro deixa claro que

Waldomiro tinha um papel de arrecadação de recursos de empresários de jogos para campanhas políticas. A família Ortiz, por intermédio de suas empresas, eram os maiores empresários no mercado brasileiro de videocbingo. Assim como as empresas de Artur Caio, Vadinho e Rui Mendes, donos da segunda maior fatia nesse mercado, os Ortiz teriam dificuldade de enfrentar a concorrência de empresas mais avançadas tecnologicamente caso as máquinas de bingos fossem obrigadas a funcionar *on-line real time*. De fato, o projeto elaborado pelo grupo interministerial criado no governo Lula, e coordenado pela Casa Civil, previa a legalização dos bingos sem a necessidade de mudança do padrão tecnológico, o que beneficiaria os principais distribuidores de máquinas no Brasil em detrimento de um maior controle pelo Estado da atividade.

Outro fato relevante em relação à simbiose entre o jogo e o financiamento de campanhas políticas envolve o nome de Paulo Okamoto. O Bradesco informou ao COAF que a empresa Red Star Ltda – EPP, pertencente a Paulo Okamoto, movimentou em sua conta corrente o valor de R\$ 645 mil, no período de maio/2002 a agosto/2005, considerado por aquele banco incompatível com o patrimônio e a capacidade financeira do cliente, além de não demonstrar ser resultado de atividade ou negócios normais da empresa, visto que utilizada para recebimento ou pagamento de quantias significativas sem a indicação clara da finalidade.

Ainda com relação a Paulo Okamoto, duas pessoas que trabalharam na Estância 21 do Comendador Arcanjo, expoente do crime organizado em todo o País, disseram ter visto Paulo Okamoto na fazenda. A primeira delas foi a cozinheira Zildete Leite dos Reis, no depoimento do dia 31 de maio. A segunda foi Joacir das Neves, em 5 de junho nessa CPI.

Essas testemunhas afirmaram também que viram outras pessoas. Zildete afirmou ter visto Antônio Palocci, José Dirceu, Sérgio Gomes da Silva, Fernandinho Beira-mar e alguns políticos estaduais. Joacir, num depoimento aparentemente bem concatenado, afirmou que não viu José Dirceu, mas que ouviu de outros funcionários da estância que José Dirceu esteve lá. Disse que não viu Antônio Palocci, mas que sabia que um representante dele, de Ribeirão Preto, esteve na estância. Disse ainda, que, com certeza, estiveram na fazenda, André Klinger, Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva.

Joacir disse ter presenciado reunião de Sérgio Gomes e Arcanjo, na qual Sérgio pediu-lhe apoio para seqüestrar o ex-prefeito Celso Daniel. Zildete já havia dito também, a esta CPI e ao MP estadual, que escutara parte dessa conversa e que no momento em que ouvia, Joacir chegou e mandou-a sair dali (*fato confirmado por Joacir*). Segundo Joacir, ele ouviu Sérgio Gomes explicar a Arcanjo que Celso Daniel havia descoberto o esquema que ele, Ronan e Klinger haviam criado para desviar em proveito próprio recursos do “caixa 2” que deveriam ser destinados ao PT.

Joacir confirmou que nas reuniões na estância de Arcanjo manipulava-se muito dinheiro em espécie, inclusive dólares. Ele mesmo ajudou a ensacar notas. O valor era da ordem de mais de 1 milhão de reais. As pessoas entravam ou saíam de lá com maletas tipo 007, com segredo, e uma espécie de “algema”. Zildete Leite disse que viu Paulo Okamoto, Palocci saírem com maletas de dinheiro. Joacir disse não presenciou esses fatos.

As investigações desta CPI demonstraram a plausibilidade da denúncia de Buratti, tornando-se logicamente decorrente a suspeita de que os

membros da coordenação da campanha presidencial de 2002 do PT estejam envolvidos em esquemas e operações suspeitas relativos à arrecadação, gerenciamento e disposição de recursos provenientes ilicitamente de “empresas de jogo/casas de bingo”, hipótese que demanda os afastamentos de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. No entanto, a única transferência de sigilo que foi aprovada por esta CPI foi a de Paulo Okamoto, e, mesmo assim, vedada pelo STF. Apesar de disponíveis na CPMI dos Correios, não foram aprovadas as transferências de sigilo de José Dirceu, Delúbio Soares e Sílvio Pereira. Também não foi aprovada a transferência de sigilo de Antônio Palocci Filho. Diante disso, é de grande importância que a Polícia Federal e o Ministério Público continuem as investigações desta CPI acerca dessa denúncia.

Não obstante, esta CPI propõe a qualificação das condutas de pessoas citadas e o encaminhamento dos elementos colhidos para o Ministério Público, para a devida análise e a formação da opinião delitiva.

8. CASO LOTERJ: O ESQUEMA DE PROPINAS ENVOLVENDO O MERCADO DE JOGOS NO RIO DE JANEIRO

O “caso Loterj” foi o fato primário que levou à criação da presente CPI. No dia 13 de fevereiro de 2004, o Brasil testemunha a divulgação de uma fita de vídeo, gravada em 2002 pelo empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira, na qual Waldomiro Diniz, então presidente da Loterj, pede propina para si mesmo e dinheiro para a campanha eleitoral daquele ano. Em troca, promete beneficiar Cachoeira em uma concorrência pública. Em seus depoimentos na CPI da Loterj e na CPI

dos Bingos, confessou que levou dinheiro para a campanha de Geraldo Magela, candidato ao governo do Distrito Federal pelo PT.

Na análise do caso, esta CPI pôde observar que, de fato, um trecho do edital tema da conversa gravada foi suprimido, tomando o objeto da licitação mais restrito, o que vai ao encontro do que foi conversado entre Waldomiro Diniz e Carlos Cachoeira na fita. É indício que reforça a tese de que ambos realmente tinham um conluio para a prática de ilícitos, e que, muito provavelmente, não se tratava apenas de Cachoeira sendo vítima de extorsão por parte de Waldomiro Diniz, como alegou em seu depoimento na CPI do Senado Federal.

Tanto nos depoimentos para a CPI da Loterj quanto para a CPI do Senado Federal, Cachoeira insistiu que o ponto da desavença entre ele e Waldomiro Diniz seria o objeto do referido edital. Segundo ele, apesar de a internet ter sido retirada do item 11.1 do edital, permaneceu no objeto em si, item 2.1. Assim, afirmou no depoimento à CPI da Loterj: “Se ele tirou aqui de cima, mas no objeto em si, que é o principal, continuou internet, eu continuei sendo prejudicado”.

Em outro trecho de seu depoimento, Cachoeira diz que queria investir no Rio de Janeiro por considerar o Estado uma vitrine para os seus negócios, e menciona o desejo de competir com a empresa Gtech, empresa líder mundialmente em tecnologia *on-line* para loterias: “(...), a gente queria fazer dali um showroom para o Brasil, e realmente entrar na competitividade com a empresa GTECH, porque logicamente eles estavam sozinhos no Brasil

Depoimentos de representantes da Hebara e da WWW Play desmentem essas afirmações de Cachoeira, tanto em relação à importância que deu à questão do objeto do edital, como motivadora da desavença com Waldomiro Diniz, quanto em relação à suposta intenção de concorrer com a Gtech pelo mercado.

O que se pode concluir desses depoimentos é que o suposto problema com o objeto da licitação não foi a razão para a desavença entre Carlos Cachoeira e Waldomiro Diniz, e, provavelmente, não foi a razão para a gravação da fita, como afirmou Cachoeira em ambas as CPIs.

No depoimento de Fernando Antônio de Castro Cardoso, representante da Gtech, ficou claro que não era objetivo de Cachoeira competir com a empresa; ao contrário, ele propôs acordos de parceria.

Razão muito mais forte do que a do objeto do edital nos pareceu ser o fato de Waldomiro Diniz não ter deixado Cachoeira explorar as video-loterias *on-line* caso não cumprisse o objeto do seu contrato. Os motivos para isso podem estar no relacionamento de Diniz com os Ortiz.

A CPI da Loterj concluiu que Waldomiro Diniz e Carlos Cachoeira eram parceiros em atividades ilícitas. É uma conclusão razoável, principalmente considerando a relação natural entre ambos na fita gravada, particularmente nos momentos de pedido de propina e da proposta de alteração do objeto do edital de licitação. Além disso, tinham como intermediário um assessor comum: Armando Dilli, falecido em 2002. Segundo as conclusões da CPI, a parceria Diniz-Cachoeira “tinha o intuito de tramar maneiras de fraudar processos licitatórios, captar recursos em caixa “dois”

para campanhas eleitorais e aumentar a área de influência e controle da dupla nos jogos no Estado”.

A fita gravada por Cachoeira teria sido usada para chantagear Diniz, quando assumiu suas funções de assessor direto do ministro da Casa Civil do Presidência da República, José Dirceu. Em seu depoimento à CPI da Loterj, Waldomiro Diniz informou que no início de janeiro de 2003 recebeu em seu gabinete ligação do jornalista Mino Pedrosa, dono de uma empresa de consultoria que prestava serviços a Carlos Cachoeira, dizendo, segundo as palavras do depoente: “Olha, Waldomiro, queria me certificar com você sobre o que você tem a dizer sobre uma fita em que você está pedindo dinheiro para a campanha para um bicheiro de Goiás”. Ao ligar para Cachoeira, este lhe explica a razão da chantagem: “É que você não retorna minhas ligações. Eu quero falar com você. Eu tenho coisas para tratar com você e você não retorna as minhas ligações.”

A CPI da Loterj conclui que a gravação serviria para dois propósitos: “Um dos possíveis resultados objetivos dessa manobra foi a desistência da empresa Gtech em participar da licitação da “Loteria de Prognósticos”. Com isso, conseguiu, também, que ela restringisse sua ação à Caixa Econômica Federal, deixando para a Combralog de Carlos Ramos o rentável e inexplorado mercado *on-line* nos Estados. Carlos Ramos queria também, de Waldomiro Diniz, que a Combralog tivesse o controle dos jogos de vídeo-loteria dentro dos Bingos”, o que não estava no objeto do edital ganho por essa empresa, e uma das prováveis razões para Cachoeira não vir cumprindo o seu contrato a contento, segundo depoimento de Waldomiro Diniz. Para a CPI da Loterj, “o objetivo não foi alcançado, provocando, provavelmente, a ruptura da parceria Diniz-Cachoeira”.

Ainda segundo a CPI da Loterj: “Os depoimentos revelam, ainda, o envolvimento e as divergências entre Carlos Cachoeira e Alejandro Ortiz, bem como a posterior reaproximação entre eles, tendo como possível pólo aglutinador, nada mais nada menos do que a figura de Waldomiro Diniz, com o inestimável apoio de José Renato Granado, que, segundo ele, fazia o meio de campo entre eles e Ortiz e os Bingos. Evidencia-se, também, a convivência entre Waldomiro e esses parceiros do bingo, quando se confronta tais fatos com a forma açodada com que Waldomiro Diniz autorizou o funcionamento de 13 (treze) novos bingos. Isso demonstra claramente o processo de corrupção nessa área de controle dessas casas de jogo. Vale, mais uma vez, lembrar que no depoimento de Luiz Eduardo Soares, o corruptólogo teria alertado que Diniz manipulava uma azeitada máquina de corrupção, que rendia ao então presidente da Loterj R\$ 300 mil por mês. A fonte dessa receita? Os bingueiros do Estado do Rio de Janeiro.”

José Renato Granado, além de ser presidente da Associação dos Bingos do RJ, afirmou, em seu depoimento à CPI da Loterj, que tem relação comercial com os Ortiz, e que adquiriu, em 1999, máquinas de caça-níqueis da família.

Todavia, os elementos probatórios levantados pela CPI da Loterj não deixam claro o alcance dessa reaproximação entre Cachoeira e os Ortiz, nem esclarecem a natureza do conflito entre ambos, e se, de fato, os objetivos de Cachoeira com a gravação foram aqueles mencionados.

José Renato, em seu depoimento, dá a entender que não teria havido essa suposta reaproximação.

Carlos Roberto Martins, ligado a Alejandro Ortiz, que lhe prestou favores no ramo dos jogos em Goiás, em depoimento ao Ministério Público Federal, falou de uma sociedade entre Cachoeira, Ortiz e José Renato em Goiás, em 2001. Na fita gravada, que data provavelmente de junho de 2002, segundo concluiu a CPI da Loterj, Cachoeira propõe a Waldomiro Diniz tirar José Renato do mercado do RJ. Se houve uma reaproximação entre Cachoeira e Ortiz, ela durou pouco. A pergunta que fica, e que não foi respondida por aquela CPI, é: por que Cachoeira e Ortiz voltaram a se desentender? E relacionada a essa pergunta: por que Cachoeira queria tirar José Renato, e, implicitamente, os Ortiz, do mercado do RJ?

Em seu depoimento à CPI da Loterj, Carlos Cachoeira admite o desejo de controlar as vídeo-loterias (caça-níqueis) dentro das casas de bingo. O relatório da CPI conclui ainda que o “fato de não ter conseguido, pode, até, ter sido a causa da ruptura da parceria que tinha pactuado com Waldomiro Diniz”.

Em tese, tudo leva a crer que Cachoeira queria tirar José Renato do mercado e explorar os videobingos *on line* dentro dos bingos. Cachoeira ensaiava uma concorrência com os negócios de Ortiz-José Renato, que, provavelmente, não queriam interferências no mercado de caça-níqueis dentro dos bingos. Em seu depoimento, José Renato pareceu oferecer resistência para Cachoeira. Entende que seria ilegal o seu plano, pois o objeto da licitação ganha não permitia. Era uma justificativa. Se, de fato, estava oferecendo resistência, por causa dos negócios com os Ortiz, daí deriva o fato de Cachoeira querer tirá-lo do mercado.

Waldomiro Diniz legalizou, em sua gestão, pelo menos 13 bingos, os quais, conforme levantamentos feitos pela CPI da Loterj, não tinham condições de funcionamento. Para a CPI, tal fato representaria

favorecimento de terceiros. Posteriormente, Waldomiro Diniz baixou portaria (Portaria nº 175/02) proibindo o licenciamento de bingos na Loterj. Conforme conclusões da CPI fluminense, a manobra teria criado uma reserva de mercado para os 40 bingos já licenciados, o que constituiria uma outra forma de favorecimento. Importante ressaltar ainda que não existiu, por parte da Loterj, nenhum estudo que possibilitasse definir o tamanho de mercado para bingo por critérios de região, rentabilidade, fluxo de arrecadação, ou qualquer medida de viabilidade técnico-econômica, que justificasse tais decisões. Sem tais estudos, como Waldomiro Diniz poderia afirmar que o mercado para bingos no RJ estava saturado? Além disso, a publicação da Portaria não foi precedida de nenhuma medida preliminar para lhe dar visibilidade social. Outrossim, a Polícia Federal também apurou que não havia o devido controle dos repasses legais (7%) para as associações esportivas.

São elementos fortes que indicam uma provável criação de reserva de mercado para empresários dos jogos. Chama atenção o fato de a Portaria que proibiu novos licenciamentos de casas de bingos ter sido editada em 31 de maio de 2002, e, no mês seguinte, o presidente da Loterj ter sido gravado por Carlos Cachoeira. Talvez aí esteja um dos fatores da desavença entre Cachoeira e Diniz. Dada a ameaça de Cachoeira para os negócios de Ortiz-José Renato, talvez Diniz estivesse criando para eles uma reserva de mercado, o que teria feito Cachoeira gravar a fita, para, mais à frente, ter um instrumento de chantagem nas mãos contra o presidente da Loterj.

O depoimento de Marcelo Rovai, um dos diretores da Gtech, lançou mais luz sobre esse possível contexto. Havia uma resistência de José Renato em relação aos planos de Cachoeira, e ele usava o argumento de que a expansão pretendida não era legal. Marcelo José Rovai também falou da necessidade

de um contrato legal. É possível que Cachoeira estivesse querendo um termo aditivo para que já pudesse explorar outras modalidades de jogos (nos termos do item 3 do edital, citado por Waldomiro Diniz em seu depoimento), sem antes cumprir o objeto do seu contrato, e que Waldomiro Diniz o ajudasse. Todavia, aparentemente, Diniz não ajuda, talvez por causa dos Ortiz.

Cachoeira, conforme depoimento de Waldomiro Diniz, só usa a fita como instrumento de chantagem a partir de janeiro de 2003, para que Diniz, agora como assessor direto do ministro da Casa Civil do Palácio do Planalto, o ajudasse a fechar um acordo com a Gtech.

E não apenas para isso. Nos primeiros meses do governo Lula, foi criado um grupo de trabalho interministerial visando elaborar um projeto de lei pela legalização dos bingos. É importante destacar que o projeto, ao contrário do que propunha a CEF, atendia aos interesses de bingueiros da linha de Caio, Vadinho e Alejandro Ortiz, pois não apenas previa a legalização dos bingos, como também não impunha que os mesmos funcionassem *on-line real time*, nem obrigava a identificação dos jogadores. Como as máquinas desses empresários não estavam adaptadas para tal, eles perderiam uma importante fatia do mercado para outros empresários do ramo, como Carlos Cachoeira. Na Argentina, os bingos funcionam *on-line real time*, e o principal parceiro tecnológico de Cachoeira era a empresa argentina Boldt S.A, que fazia parte do consórcio Combralog. Carlos Cachoeira tomou pública a gravação em que Waldomiro Diniz lhe pedia propina num momento estratégico para a sua carreira empresarial.

Interessante notar que, mesmo após a reforma na estrutura da Casa Civil ocorrida em janeiro de 2004 (Medida Provisória nº 163)

transferência para a pasta da Coordenação Política, a Subchefia de Assuntos Parlamentares deveria “articular-se com o Gabinete e com as Subchefias para Assuntos Jurídicos e de Coordenação da Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República”. Ou seja, apesar da “reforma”, Waldomiro Diniz era mantido na esfera de atuação da Casa Civil, ocupada pelo seu padrinho político, José Dirceu, época em que um grupo interministerial preparava um projeto de lei para regulamentar os bingos no Brasil.

Foram feitas denúncias de que Waldomiro Diniz, no Palácio do Planalto, defendeu os interesses do mercado de jogos, do Grupo Ortiz e da empresa multinacional Gtech. Esse tipo de conduta não estaria fora do padrão levantado por esta CPI ao analisar as relações do mercado de jogos com a administração pública nos Estados, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso. Waldomiro Diniz negou essas relações, mas há indícios da ocorrência de tráfico de influência, como: a) a postura do governo Lula em relação aos jogos, conforme mensagem presidencial encaminhada para o Congresso Nacional no início da sessão legislativa de 2004, que adotava uma linha de regulamentação favorável a esse mercado, e visava beneficiar empresários de jogos como os Ortiz, Caio e Vadinho. Todo o processo só foi interrompido devido ao escândalo envolvendo o assessor, que veio à tona em fevereiro naquele mesmo ano; b) as ações de Waldomiro no Rio de Janeiro apontam para uma relação próxima entre ele e o Grupo Ortiz; c) as ações do governo petista no Rio Grande do Sul, que também favoreceram a exploração de jogos promovida pelo Grupo Ortiz; d) o fato de Waldomiro Diniz receber empresários de jogos em seu gabinete no Palácio do Planalto (confirmou ter recebido, em depoimento a esta CPI, por exemplo, a

proprietária da empresa Hebara, Karina Firme, e, conforme informações obtidas pela CPI, também teria recebido Olavo Sales, presidente da Abrabin).

Esta CPI pôde concluir, com base nos elementos colhidos, que houve forte resistência aos planos de Cachoeira no RJ, o que levou à desavença com Waldomiro Diniz, “homem do mercado”. No governo federal, a partir de 2003, Waldomiro Diniz seria o homem que traduziria os anseios desse mercado na regulamentação anunciada pela nova administração.

Esta CPI propõe a qualificação das condutas de pessoas citadas e o encaminhamento dos elementos colhidos para o Ministério Público, para a devida análise e a formação da opinião delitiva.

9. OUTROS CASOS ESTADUAIS

Esta CPI também analisou outros casos de corrupção envolvendo loterias estaduais: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Mato Grosso. Pôde-se concluir que a frágil estrutura normativa relativa à exploração dos jogos no Brasil permitiu a criação de um filão mercadológico. O jogo capitaliza campanhas eleitorais e ajuda a lavar dinheiro proveniente de crimes. A própria fiscalização descentralizada – há casos em que o próprio Estado a delega para os próprios interessados privados – facilita essa atuação. Com base nos estudos de caso realizados, esta CPI identificou o seguinte esquema básico nos Estados: canalização de financiamento de campanhas eleitorais e de pagamento de propina do mercado de jogos para o governo estadual, que, acionando a autarquia de jogos, responde com normatizações ilegais, distribuição irregular de receitas e com contratações irregulares.

Esse tipo de esquema tem aberto espaço para a atuação de máfias internacionais, principalmente na comercialização de máquinas de caça-níqueis, e para transações financeiras internacionais de lavagem de dinheiro, com o fim de ocultar a origem ilícita dos recursos envolvidos.

10. MÁFIA DO LIXO

Investigações conduzidas pelo Dr. Benedito Antonio Valencise, delegado titular da Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto/SP, no Inquérito Policial nº 50/2004, indicaram fortes indícios de que havia fraudes em licitações e superfaturamento nos municípios de Matão, Sertãozinho, Monte Alto, Bebedouro, Araraquara e outros, envolvendo os Srs. Rogério Tadeu Buratti, Luiz Cláudio Leão, Wilney Barquete, Marcelo Franzine e Fernando José Morais Fischer, grupo formado em Ribeirão Preto com o objetivo de fraudar licitações públicas.

Foi identificada a atuação de cada participante. O Sr. Luiz Cláudio Leão, um dos proprietários do Grupo Leão & Leão, era o responsável pela decisão final de tudo o que acontecia, tendo conhecimento integral dos fatos; Rogério Tadeu Buratti, na qualidade de vice-presidente do Grupo Leão & Leão, era o coordenador desses trabalhos, exercendo o conhecido tráfico de influências junto aos superiores.

Wilney Barquete, presidente da Leão Ambiental, era o cérebro e a inteligência do desenvolvimento de todo o esquema. Fernando Fischer, gerente comercial da Leão Ambiental era o responsável pela formalização dos documentos para a disputa de licitações nos municípios e Marcelo Franzine, Diretor Comercial da Leão Ambiental, era o responsável pelo contacto direto e pessoal com os prefeitos e integrantes de comissões de licitações, apresentando a documentação pertinente, influenciando em diversas formas com a finalidade de obtenção de vantagens nas concorrências.

O grupo obtinha informações privilegiadas do processo licitatório, particularmente em relação a preço e capacitação técnica, corrompia agentes públicos e oferecia presentes a membros de comissões de licitações das prefeituras, entre elas a de Sertãozinho, Matão, Monte Alto e Bebedouro.

Entre os arquivos encontrados nos computadores da Leão&Leão, constam pelo menos cinco planilhas relacionadas ao objeto da investigação, duas contendo a relação dos municípios e três contendo despesas administrativas e comerciais, todas relacionadas aos beneficiários do esquema.

As planilhas *BALANÇO DESPESAS DIVERSAS MAIO A DEZEMBRO 2003* e *BALANÇO DESPESAS DIVERSAS JANEIRO A DEZEMBRO 2004* se referem a contribuições a diversas prefeituras de São Paulo: Ribeirão Preto, Araraquara, Sertãozinho, Matão, Monte Alto, DER, CONTER.

As planilhas revelam que depois de Ribeirão Preto, os municípios de Araraquara, Matão e Sertãozinho, nessa ordem, eram os que recebiam os maiores valores. Mesmo assim, considerados apenas os dados dessas planilhas, os três municípios, juntos, recebiam pouco mais de 50% do que era destinado a Ribeirão Preto.

No segundo arquivo, um comentário existente em todas as células onde consta a contribuição para Ribeirão Preto, no valor de R\$ 226,00, revela que a unidade de medida representada é em *milhares de reais*. Assim, R\$ 226,00, significavam R\$ 226 mil, R\$ 512,00, R\$ 512 mil, e assim por diante.

No período de maio a dezembro de 2003, consta a contribuição para Ribeirão Preto de R\$ 200 mil mensais, totalizando R\$ 1,6 milhão no período, Araraquara, R\$ 512 mil, Matão, R\$ 293 mil, Sertãozinho, 240 mil, e Monte Alto, R\$ 168 mil.

No período janeiro a dezembro de 2004 consta a contribuição mensal de R\$ 226 mil para Ribeirão Preto, o que totalizou R\$ 2.712.000,00, seguida por

Araraquara, R\$ 660 mil, Matão, R\$ 408 mil, Sertãozinho, R\$ 360 mil, e Monte alto, R\$ 108 mil.

Outras três planilhas denominadas *Relatório de Despesas* contêm informações sobre presentes dados a prefeitos, advogados, servidores e membros de comissão de licitação de várias prefeituras de São Paulo, entre elas Sertãozinho, Matão, Monte Alto e Bebedouro.

A maior parte dessas despesas foram confirmadas pelo próprio Sr. Fernando Fisher, ex-gerente comercial da Leão Ambiental, em depoimentos prestados na Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto/SP no dia 10 de agosto de 2005.

As investigações relacionadas ao município de Ribeirão Preto foram conduzidas em outro inquérito policial, nº 26/2005, e envolveu, com a devida autorização judicial, busca e apreensão de documentos e computadores tanto no Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (DAERP) como na empresa Leão&Leão. A denúncia foi ratificada pelo Sr. Rogério Tadeu Buratti em depoimentos prestados nesta CPI.

Foram ouvidos o Dr. Antônio Palucci Filho e seu sucessor na prefeitura de Ribeirão Preto, Dr. Gilberto Sidnei Maggioni, servidores do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (DAERP), entre eles a Superintendente, Sr^a. Isabel Fátima Bordini, a Diretora Técnica, Sr^a. Luciana Muscelli Alecrim, os fiscais responsáveis pela medição da varrição, Engenheiros Mauro Pereira Júnior e Paulo Antônio Henriques Negri, a Sr^a. Marilene do Nascimento Falsarella, empregados da empresa Leão&Leão, moradores de diversos bairros da cidade, bem como os peritos nomeados para fazer a medição e constatação da metragem do Bosque Municipal.

Analisando-se as provas testemunhais, documentais e técnicas, restou demonstrada a existência de fraude na varrição efetuada no município de Ribeirão Preto.

O esquema funcionava da seguinte forma: a empresa Leão&Leão apresentava uma medição da varrição sempre superior à constatada pela fiscalização do DAERP, cujos engenheiros eram obrigados a alterar as planilhas e os boletins de medição e a falsificar as ordens de serviço, em obediência às ordens da superiora hierárquica, a Sra. Isabel Fátima Bordini, Superintendente do DAERP, auxiliada pela Diretora Técnica, a Sr^a. Luciana Muscelli Alecrim, sucedida pelo Sr. Joaquim I. da Costa Neto.

Essas Ordens de Serviços eram utilizadas para demonstrar a varrição em vários bairros da cidade que, na verdade, não eram varridos. Foram realizadas diligências nos bairros a que se referiam as ordens de serviços, e os próprios moradores confirmaram, em depoimentos, a inexistência da varrição nas ruas e bairros onde residiam. Muitos informaram que eles mesmos faziam a varrição em frente às suas casas.

Os responsáveis pela fiscalização do serviço de varrição confirmaram que, sob ameaça de perderem seus empregos, eram obrigados a assinar documentos atestando a realização do serviço de varrição sabida e reconhecidamente em desacordo com os dados da fiscalização, que indicava o trabalho efetivamente realizado.

Além disso, a forma de medição foi alterada quando da mudança de governo municipal, no período 2001/2004, passando de quadriláteros a bairros, o que tornou impossível a mensuração do que efetivamente era varrido e abriu caminho para as fraudes.

As Ordens de Serviço foram utilizadas somente no período compreendido entre os anos de 2001 e 2004, não foram usadas em períodos anteriores ou posteriores. O período 2001/2004 refere-se ao Governo Municipal do então Prefeito Antonio Palocci Filho, no primeiro biênio, substituído pelo Sr. Gilberto Sidney Maggioni até o final do mandato.

A Sr^a. Isabel Bordini recebia ordens do prefeito, a quem tinha fácil acesso, visto que seu marido, o Sr. Donizete de Carvalho Rosa, à época, era Chefe de Gabinete do então Prefeito Antônio Palocci Filho.

A adulteração resultava num superfaturamento da ordem de 100% dos quantitativos reais.

Os recursos gerados pelo esquema eram sacados, em espécie, das contas da empresa nas agências dos bancos Banespa e Bradesco, existentes nas dependências da Leão&Leão; para justificar os saques e pagamentos ilícitos, a empresa utilizava notas fiscais frias de empresas supostamente fornecedores de bens e serviços. Algumas dessas notas fiscais se referem até a combustível de aviação, o que seria normal não fosse o fato de a empresa Leão&Leão não possuir aeronaves.

Os dinheiro era encaminhado, em parte, aos responsáveis pela prefeitura municipal, por intermédio do Sr. Ralf Barquete, Secretário Municipal, na gestão do Prefeito Antônio Palocci Filho, e por intermédio do Sr. Nelson Colela Filho, Secretário de Governo, na gestão do Prefeito Gilberto Sidney Maggioni, e depois seria repassado para o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, por intermédio do Sr. Delúbio Soares, com autorização do prefeito.

Luiz Cláudio Leão, um dos principais responsáveis pela Empresa Leão&Leão coordenava todo o esquema, em conjunto com o prefeito, contando com o apoio necessário e operacional de Wilney Márcio Barquete, Marcelo Franzine e Fernando Fischer, ocupantes de importantes cargos na citada empresa.

Destaca-se a atuação do sucessor do Dr. Antônio Palocci Filho, o vice-Prefeito Gilberto Sidney Maggioni, auxiliado por seu chefe de gabinete, Nelson Colela, que trabalharam no segundo biênio do governo, período em que as fraudes também perduraram.

As mesmas planilhas utilizadas para indicar os beneficiários do esquema de superfaturamento e de fraude em licitações de diversos municípios do Estado de São Paulo contêm dados e informações relevantes para o caso de Ribeirão Preto.

Sob o título: *BALANÇO DESPESAS DIVERSAS MAIO A DEZEMBRO 2003* e *BALANÇO DESPESAS DIVERSAS JANEIRO A DEZEMBRO 2004*, essas planilhas indicam contribuição a Ribeirão Preto da ordem de R\$ 200 mil mensais, em 2003, e R\$ 226 mil mensais, em 2004.

Na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/SP também foram apreendidas Ordens de Serviço para realização de *varrição especial*, correspondente ao período de janeiro de 2001 até dezembro de 2004. Em todos os documentos a justificativa para a varrição especial era a mesma ("por motivo destes setores se encontrarem com as vias públicas em péssimo estado de conservação, com detritos em grande quantidade espalhadas pelas guias").

Nenhuma das ordens de serviço fez qualquer referência ao surto de dengue como justificativa para o aumento da varrição. Neste ponto, vale lembrar que o Dr. Antônio Palocci Filho, em seus depoimentos, afirmou várias vezes que o ano de 2001 foi marcado por um surto de dengue na cidade de Ribeirão Preto e que, por isso, houve a necessidade de aumentar substancialmente os serviços de varrição.

Também foram apreendidos os *Boletins de Medição* de jan/2001 até ago/2005, bem como as respectivas planilhas de apontamento verificadas no mês para cada tipo de serviço.

O item *varrição de avenidas sem calçadas* sofreu grande alteração entre os anos de 2001 e 2002. Em 2001, a média mensal foi de 10.920,79 km, enquanto nos anos de 2002 a 2005 ela ficou em torno de 2.100 km, uma queda de mais de 80%.

Nesse período, além da queda significativa dos quantitativos do item *varrição de avenidas sem calçadas*, parece que houve, também, uma redistribuição entre os quantitativos dos itens *avenidas sem calçadas*, *avenidas com calçadas*, *Varrição Extra - Setor 1A* e *varrição volante com calçada*. A *Varrição-extra - Setor 1A* foi eliminada no mês de agosto de 2001. A *varrição volante com calçada* iniciou a partir de outubro de 2001.

Se considerados apenas os dados de janeiro a dezembro de 2001, para o item *varrição de avenidas sem calçadas*, verifica-se que houve um grande aumento entre os meses de janeiro e março, de 6.037 km para 21.072 km. Nos meses de maio, junho e julho foram registrados em torno de 11.000 km, subindo para 14.000 km nos meses de agosto e setembro, quando houve uma redução brusca para o patamar de 2.100 km.

O item *varrição de vias e logradouros públicos* apresentou redução significativa dos quantitativos entre os anos de 2001 e 2003. A média mensal caiu de 26.304,36 em 2001 para o patamar de 3.200 km nos anos de 2003 a 2005.

Se observados os dados mensais, verifica-se que foram apontados para o item *varrição de vias e logradouros públicos*, durante o período mai/2002 a dez/2004, a mesma medição mensal de 3.266,46 km, exceto os meses de junho de 2004 e junho de 2005, que apresentaram valores de 3.212,01 km e 2.575,48 km, respectivamente. Na maior parte desse período, os valores foram rateados igualmente entre os dias do mês, observando-se critério de rateio semelhante ao utilizado no caso da *varrição do bosque municipal*.

Para o item *varrição do bosque municipal*, os boletins indicam um valor mensal único para os anos de 2001 a 2004. Em 2005, as medições registraram valores bem abaixo dos anteriores. A redução de 1.200 km para uma média de 100 km, representa uma queda da ordem de 91%.

Curioso é que no período 2001-2004, independentemente da quantidade de dias do mês ou da época do ano, a medição fechava sempre em 1.200 km lineares. O valor era dividido entre os dias do mês exceto os de folga, uma vez por semana, em geral na segunda-feira.

Quando a divisão da medição de 1.200 km pelo número de dias trabalhados era exata, o resultado era aplicado indistintamente para cada dia do mês. Era o que ocorria, por exemplo, com os meses de fevereiro. As planilhas de apontamento para esses meses indicavam a medição de 50 km para cada um dos dias trabalhados. Em 2004, ano bissexto, o resultado foi uma medição de 48 km por dia. Isso também ocorreu em todos os meses de 30 dias com 5 de folga, abril de 2001, abril e setembro de 2002, junho e setembro de 2003 e novembro de 2004, a mesma medição de 48 km para cada um dos dias desses meses.

Para todos os demais meses, até dezembro de 2004, foi apontada uma medição que resultou da combinação dos números 44, 46, 47, 48 e 50 para a quantidade de km varridos em cada dia e os números 1, 2, 3, 4, 6, 12, 21, 22, 24, 25, 26 e 27 para a quantidade de dias considerados. Dois conjuntos de números sempre resultavam nos 1.200 km.

A maior fatia do faturamento mensal da Leão&Leão com o contrato, no período analisado, ficou por conta dos itens *varrição de avenidas com calçadas* e *varrição volante com calçadas*, este último responsável por quase 70% do total. Em vários meses, na verdade, esse percentual foi superior a 70%, chegou a 74% nos meses de junho de 2002 e fevereiro e maio de 2003. Com a drástica redução da medição verificada para o item *varrição volante com calçadas*, a partir de outubro de 2004 essa participação foi reduzida ao patamar de 40%.

Essa redução confere com as afirmações dos servidores do DAERP, Sr. Mauro Pereira Júnior e Srª. Marilene do Nascimento Falsarella, em seus

depoimentos, tanto na CPI dos Bingos como na Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto/SP.

Pelo exposto, é evidente que as medições apontadas não corresponderam à realidade.

Entre os documentos apreendidos na empresa Leão&Leão, constam notas fiscais das empresas Twister Químicos Ltda. (TWISTER) e Rafbras produtos de Petróleo Ltda. (RAFBRAS), bem como faturas da empresa ERG Empresa de Transporte Rodoviário de Petróleo – Euclides Renato Garbuio (ERG). Esta CPI pôde concluir que as referidas notas fiscais eram frias.

O sigilo bancário da empresa LEÃO E LEÃO LTDA foi transferido para esta CPI. Os destinos das transações chamaram a atenção. Constatou-se a ocorrência de diversos pagamentos, de valores significativos, por meio de cheques pagos na “boca” do caixa, muitas vezes efetuados a empresas desconhecidas e sem tradição econômica, denotando a inexistência de atividade econômica que justificasse tais pagamentos. Essas empresas são COMERCIAL LUIZINHO, TWISTER e STAR NEWS.

O *modus operandi* utilizado era o seguinte: a Leão e Leão emitia cheques nominais à COMERCIAL LUIZINHO, à TWISTER e à STAR NEWS nos exatos valores das notas fiscais por elas emitidas. Esses cheques eram lançados nas respectivas contas da Leão&Leão com o histórico de CHQ PG CAIXA. Os cheques eram então endossados e autenticados pelos caixas, indicando, com isso, que haviam sido sacados e os recursos retirados da Agência; porém, não era exatamente isso que acontecia. Ato contínuo aos saques, eram dadas outras destinações aos recursos.

Registre-se que os recursos sistematicamente sacados na “boca” do caixa nunca foram depositados em contas correntes eventualmente mantidas pelas empresas favorecidas dos cheques (COMERCIAL LUIZINHO, TWISTER e

STAR NEWS) em qualquer estabelecimento bancário, corroborando o entendimento de que se trata de empresas de "fachada".

Na maioria das vezes, esses pagamentos eram realizados no dia 15 de cada mês, sendo certo que, quando coincidia desse dia recair em final de semana, utilizava-se o primeiro dia útil subsequente. Constatou-se, também, embora em menor escala, a utilização de outros dias, acreditando-se, por isso, que a empresa recorria a esse expediente sempre que havia necessidade. Registre-se que tal expediente foi utilizado inclusive na realização dos pagamentos efetuados ao Sr. Rogério Tadeu Buratti.

Esta CPI propõe a qualificação das condutas de pessoas citadas e o encaminhamento dos elementos colhidos para o Ministério Público, para a devida análise e a formação da opinião delitiva.

11. CASO CELSO DANIEL

Celso Daniel elegeu-se prefeito de Santo André pela primeira vez em 1988, tornando-se um dos primeiros petistas a administrar uma cidade importante. Quando foi seqüestrado e morto, em janeiro de 2002, coordenava a equipe responsável pela elaboração do programa de governo do pré-candidato Lula.

Ele foi seqüestrado quando voltava de um jantar em companhia do empresário Sérgio Gomes da Silva, no dia 18 de janeiro de 2002. O carro em que estavam foi interceptado e o político levado por marginais. Dois dias depois, o prefeito foi encontrado morto em uma estrada de terra em Juquitiba-SP.

O inquérito policial prendeu os seqüestradores e assassinos do Prefeito e concluiu que foi um crime comum, tendo sido sua pessoa escolhida aleatoriamente.

O Ministério Público, após denúncias sobre o esquema de corrupção na Prefeitura, reabriu as investigações, tornando cada vez mais evidentes as ligações do crime com o esquema de corrupção e a figura de Sergio Gomes como o mandante do crime. Ele foi preso preventivamente, mas teve sua prisão revogada pelo Supremo Tribunal Federal.

O Poder Judiciário, nas três primeiras instâncias já trabalha com a convicção de que o assassinato de Celso Daniel não foi um crime comum e reconhecendo Sergio Gomes da Silva como o mandante do assassinato, podendo haver ainda outros mandantes.

A Polícia Civil de São Paulo abriu novo inquérito e trabalha nitidamente no sentido de rever seu primeiro inquérito.

Nesse sentido, a CPI dos Bingos, por todos os elementos levantados e inclusive por fortes indícios de ligações do delito com as organizações criminosas relacionadas aos jogos, não poderia deixar de abordar com relevância o caso de Celso Daniel.

A convicção hoje é a de que seu homicídio decorreu de ligações com esquemas de arrecadação de propinas de empresas prestadoras de serviços públicos para abastecimento do caixa do PT, inicialmente e com a anuência do Prefeito, e que teriam sido desviadas para um caixa 3, em benefício apenas dos agentes corruptos, quando então Celso Daniel tentou se opor. Esses esquemas funcionariam junto a empresas de transportes urbanos,

de coleta de lixo e de obras, a exemplo de outras cidades administradas pelo PT, como Campinas e Ribeirão Preto. Eventualmente, haveria ligação entre os esquemas de corrupção praticados em Santo André e outros relacionado a jogos ilegais, como se pôde observar no caso de “Toninho do PT”.

Além disso, o Ministério Público e a CPI encontrou elos entre o esquema de corrupção na prefeitura de Santo André e João Arcanjo Ribeiro, o “Comendador” – chefe do crime organizado em Mato Grosso.

O caso Santo André envolve o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, flagrado em gravações telefônicas combinando estratégias e reuniões para reforçar a defesa de Sergio Gomes da Silva, além de ter sido apontado como responsável pelo transporte da coleta da arrecadação ilegal para o então presidente do PT, José Dirceu, além de outros agentes públicos e empresários.

A vinculação de Sergio Gomes da Silva a Dionísio de Aquino Scvero (falecido) e ao esquema de João Arcanjo Ribeiro, do Mato Grosso, comprovada por numerosos depoimentos, documentos e quebras de sigilo telefônico é o principal elemento da caracterização da articulação prévia para o crime contra Celso Daniel.

De outra parte, resta também sobejamente demonstrado o voraz esquema de corrupção que funcionava junto à prefeitura de Santo André, no qual Sergio Gomes da Silva era um dos protagonistas, e que teria ligações com a máquina criminoso do “Comendador” João Arcanjo. Os depoimentos de Zildete e Joacir das Neves na CPI comprovam, com descrições detalhadas, a presença de Sergio Gomes da Silva na residência do Comendador Arcanjo para tratar especificamente do plano de seqüestro de Celso Daniel.

A nova investigação em curso no Ministério Público conseguiu revelar, até o momento, ter havido mesmo um prévio acerto para a morte da vítima, baseando-se em três pontos fartamente comprovados.

- i. Dionísio de Aquino Severo teve participação no crime, como organizador da simulação de um seqüestro comum;
- ii. Houve entre Dionísio e os demais integrantes da quadrilha, a quem já conhecia, contatos pessoal e telefônico direcionados para a atuação do grupo na ação;
- iii. Dionísio mantinha relacionamento com Sérgio Gomes, que lhe encomendou a simulação do seqüestro para servir de disfarce ao objetivo principal, que era a morte da vítima.

Escuta telefônica deixa clara a preocupação de servidores da prefeitura de Santo André e de integrantes do PT, como Luiz Eduardo Greenhalgh, de impedir que as investigações do assassinato do prefeito atingissem o partido. “Naquela época, o que se pode dizer, é que havia o interesse de poupar o PT, porque certamente a apuração do assassinato revelaria o esquema de corrupção das empresas de ônibus e de coleta de lixo da prefeitura de Santo André”, disse o Juiz Federal afastado Rocha Mattos, que, na qualidade de juiz, escutou as fitas em primeira mão. Segundo o Juiz, Gilberto Carvalho era o contato em Santo André do deputado José Dirceu, então presidente do partido.

Digna de nota é verificação pelo Ministério Público das conexões telefônicas no dia do arrebatamento do Prefeito, que comprovam ineludivelmente a ligação dos assassinos com os personagens da Prefeitura de Santo André, transcrita na versão integral do Relatório.

Todos esses aspectos demonstram inequivocamente a tese de crime de mando no assassinato de Celso Daniel, planejado pelo esquema de corrupção existente em Santo André.

O Ministério Público mostrou tabela das propinas cobradas das empresas de ônibus de Santo André durante a segunda gestão de Celso Daniel. Empresários de transporte público confessaram ter sido obrigados a pagar a caixinha de 1997 a 2001, cuja arrecadação chegava a R\$ 100 mil por mês. O Ministério Público responsabiliza Ronan Maria Pinto, Klinger Luiz Oliveira Souza e Sergio Gomes da Silva pelo esquema. Nesse procedimento de arrecadação era explicitamente dito que o dinheiro era repassado para uma caixinha do PT para financiar campanhas eleitorais.

Corroborando essa tese, a empresária Rosangela Gabrilli, que administra duas empresas de ônibus no município, relatou e trouxe fartas provas de que as empresas eram obrigadas a contribuir, mediante extorsão, por cada ônibus em circulação. O valor era calculado por veículo, era aumentado de acordo com o reajuste tarifário e os recursos eram repassados para Sergio Gomes da Silva.

A tabela trazida à CPI mostra os valores da arrecadação entre 1997 e 2001. No último ano, as empresas de transporte municipais eram obrigadas a pagar R\$ 550,00 por cada ônibus. Durante esses cinco anos, apenas a Viação São José (Expresso Guarará) pagou à caixinha do esquema do PT de Santo André cerca de R\$ 2 milhões.

Gilberto Carvalho chegou a transportar R\$ 1,2 milhão de Santo André para a sede do PT em São Paulo. O dinheiro teria origem no esquema

de corrupção dos empresários de transporte coletivo, de coleta de lixo e de obras e era entregue ao então presidente do PT, José Dirceu.

Na tarde de 24 de janeiro de 2002, cinco dias depois do assassinato de Celso Daniel, a empresária Rosângela Gabrilli procurou o Ministério Público para fazer uma denúncia. Relatou aos promotores que os donos de companhias de transporte da cidade eram obrigados a contribuir para uma caixinha do PT. O valor do mensalão era proporcional à quantidade de ônibus que cada empresário possuía, à razão de 550 reais por veículo, em 2001. Neste ano, Rosângela Gabrilli pagava R\$ 41.800,00 todos os meses. A empresária apontou três responsáveis pelo esquema de cobrança: Sérgio Gomes da Silva, Klinger Luiz de Oliveira Souza e Ronan Maria Pinto.

Segundo a empresária, esquematicamente os papéis eram distribuídos assim: Klinger Luiz de Oliveira Souza era o líder partidário e encarregado da administração dos serviços urbanos; Ronan Maria Pinto era o empresário interlocutor e arrecadador das contribuições e extorsões; e Sérgio Gomes da Silva era o tesoureiro do esquema. E faz uma analogia: Klinger era o José Dirceu, Ronan era o Marcos Valério e Sérgio Gomes era o Delúbio Soares.

Em abril de 2003, ao compulsar documentos de seu pai que caíra enfermo, Rosângela Gabrilli encontrou uma das mais consistentes provas da crassa corrupção em Santo André envolvendo integrantes do Partido dos Trabalhadores. Eram comprovantes de depósitos bancários na conta de Sérgio Gomes da Silva e cópia de um fax datado de 30 de dezembro de 1998, em que se informava qual seria o valor da caixinha daquele mês: R\$ 100 mil. Esse valor seria recolhido de sete empresas.

Diferentemente da rotina mensal de coleta em espécie que acontecia todo mês, relatada na versão integral do Relatório, naquele mês o dinheiro foi depositado na conta bancária de Sergio Gomes, conforme o comprovante trazido por Rosangela Gabrilli. E a quebra do sigilo bancário de Sergio Gomes, promovida pelo Ministério Público, constatou não apenas o depósito de Gabrilli como os das outras empresas listadas no fax.

Os dados bancários analisados pelo Ministério Público mostraram que o dinheiro foi distribuído a partir do dia seguinte ao depósito em sua conta. No histórico da conta de Sérgio Gomes da Silva, logo em seguida à data em que recebeu o dinheiro, há vários depósitos em favor de amigos e membros da administração municipal.

Ao ser confrontado pela Relatoria desta CPI com a informação sobre esses depósitos bancários, Sergio Gomes da Silva disse nada sabia sobre eles e que só no momento da reunião da CPI é que estava tomando conhecimento dos mesmos. Entretanto, esses depósitos lhe foram apresentados pelo GAERCO em abril de 2003, e ele os contestou alegando serem falsos. Portanto, mentiu à CPI, uma vez que tinha conhecimento desses depósitos em sua conta.

No esquema de corrupção participariam, além de Sérgio Gomes da Silva, Ronan Maria Pinto, Humberto Tarcísio de Castro, Irineu Nicolino Martin Bianco e Luiz Marcondes de Freitas Júnior (funcionários de Ronan Maria Pinto, encarregados da coleta da caixinha) e o vereador Klinger Luiz de Oliveira Souza. Acusados de concussão (extorsão praticada por funcionário público) e formação de quadrilha, eles teriam extorquido cerca de R\$ 6 milhões de empresários de transportes da cidade. Parte desse dinheiro teria sido destinado a campanhas políticas do PT.

O Ministério Público de São Paulo está conseguindo encontrar elos entre o esquema de corrupção na prefeitura de Santo André e João Arcanjo Ribeiro, o Comendador – chefe do crime organizado em Mato Grosso, preso em Cuiabá depois de ter sido extraditado do Uruguai, que explorava máquinas caça-níqueis e mantinha ligações com empresários de jogos em outros estados.

Segundo dados reunidos pelo Ministério Público, teriam circulado mais de R\$ 800 milhões nos anos de 2001 e 2002. Extrapolando das loterias, o “Comendador” passou a atuar com desenvoltura no mundo das finanças, sendo proprietário de diversas empresas de *factoring*.

A Roanoake tem como representante no Brasil o sr. José Renato Bandeira de Araújo Leal e como Procurador o Sr. Fernando Magalhães Milman. Essa off-shore ingressou no capital de várias empresas do grupo de Ronan Maria Pinto em Cuiabá. Junto com Sergio Gomes da Silva, Ronan foi proprietário dessas empresas até 2002, desligando-se da vida empresarial em Mato Grosso, logo após a morte de Celso Daniel. Os depoimentos de Zildete e Joacir das Neves na CPI comprovam as presenças de Sergio Gomes da Silva, Ronan Maria Pinto e Klinger Luiz de Oliveira Souza em reuniões promovidas pelo Comendador Arcanjo.

José Renato Bandeira de Araújo Leal é hoje único proprietário das empresas que eram de Ronan Maria Pinto, sendo detentor de 83% do transporte público de Cuiabá e presidente a associação patronal da categoria naquela cidade. José Renato, funcionário do Banco BVA no Rio de Janeiro, em 1997, transformou-se em um dos maiores empresários do transporte de Cuiabá, sendo que seu antigo patrão – o referido banco –, tornou-se sócio

cotista da empresa Rotedali – Lixo e Aterro Sanitário na cidade de Santo André, numa feliz coincidência de interesses.

Por outro lado, sabe-se que Fernando Milman, residente na cidade do Rio de Janeiro manteve ou mantém ainda sociedade com Valdomiro Diniz. Saliente-se que são expressivas as movimentações apontadas pela CPI do Ranestado realizadas pelas off-shores mencionadas, inclusive a factoring do Banco BVA.

O advogado Fernando Magalhães Milman, além de procurador no Brasil das off-shores mencionadas, é sócio da empresa Nisc Empreendimentos, na qual mantém ou manteve na época dos fatos fortes relações comerciais ou sociedade com o sr. Valdomiro Diniz.

Os empresários Ronan e Sergio ascenderam meteoricamente no mundo dos negócios, e os estenderam em vários estados de nossa federação. Após a morte de Celso Daniel, afastam-se das empresas na mesma velocidade que as adquiriram, sem nunca se ter investigado de que forma e a partir de que patrimônio as mesmas foram adquiridas e se tornam lucrativas, nem tão pouco, de onde veio e para onde foi o resultado tanto para adquiri-las bem como provenientes da transferência das mesmas.

A *off-shore* Roanoake está sendo investigada, pois desconfia-se que seria responsável por remeter ao exterior o dinheiro amealhado em Santo André. A CPI dos Bingos considera que devem ser investigadas as remessas ao exterior feitas pelo empresário Ronan Maria Pinto e por seu cunhado, o sr. Baltazar José de Sousa, mencionado no depoimento da Deputada Cidinha Campos. Baltazar também figura nos levantamentos da CC5 como remetente, através de suas empresas de ônibus (Viação Januária e Viação Barão de Mauá), de quantias expressivas ao exterior. Eles teriam usado a *off-shore* uruguaia Roanoake Holding para fazer as transações. Ronan Maria Pinto

admitiu em depoimento à CPI ter realizado parceria com a Roanoake em negócios ligados ao transporte público em Cuiabá.

Houve uma remessa ao exterior de R\$ 45 milhões por intermédio da Roanoake e da Leibnitz. Possivelmente, parte desses valores poderia ser resultado da “caixinha” de Santo André. As mesmas empresas teriam feito a operação inversa entre março e agosto de 2002, período que antecede a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Ministério Público trabalha nessa linha de investigação. Suspeita-se que parte do que era arrecadado em Santo André era embolsado pela quadrilha e o restante remetido para fornecer as necessidades das campanhas do PT, a partir de envios para fora do país e subsequente retorno, na forma de empréstimos.

Em seu depoimento à CPI, Toninho da Barcelona confirmou que muitas vezes em suas operações com a doleira de Santo André, Nelma, transpareceu que estavam enviando pro exterior dinheiro proveniente de empresas de transporte urbano, em razão de comentários de que o dinheiro proveniente daquela cidade vir em notas miúdas.

Celso Daniel acreditava que os fins justificavam os meios e por isso arrecadou dinheiro para o Partido dos Trabalhadores de forma ilegal num caixa 2, em Santo André. Dinheiro que era levado por Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a José Dirceu e ao diretório em São Paulo. Foi morto porque tentou acabar com o “caixa 3”, também alimentado por propinas de empresas que prestavam serviço para a prefeitura de Santo André, desviado por outros três arrecadadores que trabalhavam sob seu comando: Ronan Maria Pinto, Sérgio Gomes da Silva e Klinger Luiz de Oliveira Souza.

A missão de Gilberto Carvalho na prefeitura começou no segundo mandato de Celso Daniel, que voltou à Prefeitura de Santo André em 1997. Quando surgiram rumores de que o então secretário de Obras e Transportes da prefeitura, Klinger Luiz de Oliveira Sousa, havia montado um esquema de corrupção com o empresário de transportes Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva, a cúpula petista decidiu fazer uma intervenção branca na administração. E destacou Gilberto Carvalho – escolhido por Lula – para a missão. Gilberto Carvalho foi nomeado secretário de Comunicação.

Em 2000, o Ministério Público já investigava os rumores. Sabia-se que entre 1997 e 1998 Sérgio Gomes da Silva recebeu R\$ 270 mil do empresário Ronan Pinto como remuneração por consultoria nas áreas de transporte e limpeza urbana. Ronan Maria Pinto ganhara um contrato no valor de R\$ 13 milhões em licitação promovida pela secretaria de Klinger, relacionado com o Lixo e o Aterro Sanitário da cidade, que eram vários os Contratos contemplados pela Projeção Engenharia, outra empresa de Ronan. Em 1998, Celso Daniel fora reeleito com 72% dos votos. De novo, a tesouraria informal da campanha ficara a cargo de Sérgio Gomes da Silva e não faltaram recursos.

Em 2001, Celso Daniel foi encarregado de coordenar o grupo encarregado de montar o programa de governo de do pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva. O convite incluía uma exigência: antes de se licenciar da prefeitura para se dedicar à campanha presidencial, deveria desarticular o esquema de Sérgio Gomes da Silva na administração, instalando-se, assim, a luta pelo poder na prefeitura.

Klinger Luiz de Oliveira Souza preparava-se para suceder o prefeito. Seria candidato a deputado estadual, voltando em dois anos na campanha para Prefeito. Porém, Celso Daniel resolveu recusar a candidatura do secretário e bloqueou os planos de Sérgio Gomes da Silva e Klinger Luiz Oliveira Souza. O próprio Klinger não disfarçava a contrariedade em declarações a jornais locais. A relação entre Celso Daniel e Sérgio Gomes também se deteriorou. A operação da cúpula petista para neutralizar a influência do grupo na administração, comandada por Gilberto Carvalho, foi bem sucedida. Mas acabou custando a vida do prefeito.

No dia 26 de janeiro de 2002, aconteceu a conversa entre João Francisco Daniel, Bruno Daniel e Gilberto Carvalho, em que este último teria revelado que estava com medo, pois levava o dinheiro das propinas para São Paulo e entregava a José Dirceu. Gilberto Carvalho teria pedido segredo sobre a conversa. Ao não manterem o segredo e revelarem a conversa ao Ministério Público, tiveram o desabafo de Gilberto Carvalho em matéria jornalística, em poder da CPI: "Fui traído".

João Francisco também revelou que a ex-mulher de Celso Daniel, Miriam Belchior, tinha falado sobre o esquema de caixa 2 com as empresas de lixo.

Miriam Belchior foi assessora especial da Casa Civil na gestão de Dirceu e continua na equipe da atual ministra, Dilma Rousseff. Muito ligada à cúpula petista, Miriam Belchior foi uma espécie de supersecretária da administração de Celso Daniel, cujo secretário de governo era Gilberto Carvalho. Juntos, teriam ajudado o prefeito a desarticular o esquema de desvio de recursos públicos montado pelo empresário Sérgio Gomes.

A investigação concluiu que Celso Daniel tinha sido assassinado num crime comum, sem evidências de tortura. O legista Carlos Delmonte contestou a versão e disse que houve tortura. Disse, em depoimento aos promotores de Santo André, que o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh prejudicou o andamento da perícia. João Francisco disse que Greenhalgh informou à família que não havia evidências de tortura.

Trechos de conversas telefônicas de dirigentes do partido e do principal suspeito do crime, Sérgio Gomes da Silva, apontam para suposto esquema montado com o objetivo de atrapalhar as investigações. As gravações telefônicas trazem diálogos entre Sergio Gomes da Silva e Gilberto Carvalho. Também aparecem nas fitas o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh, nomeado pela Câmara dos Deputados para acompanhar a investigação, e Klinger Oliveira Souza. Nas fitas, registradas com a quebra de sigilo de 160 linhas telefônicas, os envolvidos conversam sobre a morte do colega e se mostram “incomodados” com a apuração policial. Chegam a falar em “armar” algo para desviar o foco do trabalho.

Anote-se que estas fitas não contêm a totalidade da prova colhida pela Polícia Federal, visto que foram interceptados cerca de 160 telefones por mais de dois meses. As fitas trazem pouco mais de 80 diálogos, sendo que transcrição da polícia Federal informa a obtenção de 182 conversações. Contudo, há diálogos transcritos sem o respectivo áudio e gravações que não foram transcritas pela polícia Federal, demonstrando a existência de um terceiro conjunto de provas, decorrentes desta interceptação, mais abrangente, que certamente foi ocultado para a proteção de integrantes do Partido dos Trabalhadores e dos próprios membros da quadrilha denunciada pelo Ministério Público. Isto porque, embora tenha sido marcada reunião na casa

de José Dirceu, conforme diálogo de Sérgio Gomes da Silva com Gilberto Carvalho, não há qualquer registro contendo conversa com o então presidente do Partido dos Trabalhadores. Não é crível que Gilberto Carvalho e Klinger não tenham, no curso daqueles dois meses, mantido conversa por telefone com José Dirceu, mesmo porque Klinger admitiu na CPI a realização de esforços pela cúpula do Partido dos Trabalhadores para alterar o rumo das investigações, no afã de não se apurar a verdadeira causa da morte de Celso Daniel.

João Francisco Daniel afirmou à CPI que Gilberto Carvalho contou que parte do dinheiro da propina de Santo André financiava campanhas eleitorais do PT, inclusive em nível nacional.

Paulo de Tarso Venceslau, ex-dirigente do PT e secretário de finanças de Campinas e São José dos Campos em administrações petistas, afirmou na CPI que o esquema de arrecadação é antigo no Partido dos Trabalhadores e que foi devidamente comprovado, inclusive em sindicância interna. Os episódios teriam tido início nos anos de 1990, o que coincidiu com seu primeiro contato com o Sr. Paulo Okamoto, em janeiro de 1993, quando ele constatou, como Secretário de Finanças de Campinas, que o maior credor do município era uma empresa chamada CPEM, que tinha como um dos representantes o Sr. Roberto Teixeira, compadre do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Naquela ocasião, Paulo de Tarso Venceslau relatou ao Sr. Paulo Okamoto que essa empresa poderia complicar a vida de alguns petistas porque era sabido que Roberto Teixeira representava essa empresa junto às administrações petistas, vendia serviços junto à administração petista e era o dono da casa onde Lula residia já há alguns anos.

No dia 23 de abril realizou-se em Ribeirão Preto, onde o prefeito recém-eleito era o Sr. Antonio Palocci, uma reunião de Secretários de Fazendas dos Municípios. Paulo de Tarso Venceslau fez uma exposição e explicou que eles deviam tomar cuidado com uma empresa chamada CPEM, que estava se apresentando nas cidades administradas pelo PT, apresentadas pelo compadre de Lula, dizendo que daria dinheiro ao partido.

Posteriormente, houve uma reunião com o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva no governo paralelo, com a participação, a seu convite, do Sr. Paulo Okamoto. A intenção era mostrar ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva aquilo que já se tinha constatado na Prefeitura de São José dos Campos, ou seja, rasuras de documentos, uma fórmula capciosa que favorecia a empresa e uma série de outros dados que eram marcadamente favoráveis à empresa e levavam graves prejuízos aos cofres públicos daquela cidade. E nessa conversa, também documentada, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva pede para Paulo Okamoto imediatamente entrar em contato com Roberto Teixeira, o que foi feito, e foi marcada uma reunião para o dia seguinte. Nessa reunião, estiveram Paulo de Tarso Venceslau, Paulo Okamoto, Roberto Teixeira e Dirceu Teixeira, mas não trouxe nenhum resultado.

O Sr. Paulo Okamoto comunica, então, ao Sr. Paulo de Tarso Venceslau que estava preocupado porque a segunda caravana da cidadania quase não tinha saído, em razão de a CPEM ter deixado de contribuir para a caravana da cidadania que percorria Norte e Nordeste do Brasil fazendo pré-propaganda da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, que seria candidato no ano seguinte.

Paulo Okamoto, segundo Paulo de Tarso Venceslau, percorria as prefeituras do PT pedindo a relação de empresários fornecedores da Prefeitura para que ele pudesse visitar e arrecadar dinheiro para o partido, segundo ele próprio informava. Essas informações estão devidamente comprovadas, inclusive na comissão de sindicância interna que o PT fez, composta por três lideranças destacadas no partido naquele momento – o jurista Hélio Bicudo, o Deputado Federal José Eduardo Martins Cardoso e o economista Paul Singer.

Para resumir, desde 1993, comprovadamente, o Sr. Paulo Okamoto circulava pelas prefeituras petistas, sendo o Sr. Paulo de Tarso Venceslau testemunha do caso de São José dos Campos, tentando contatar fornecedores da Prefeitura que tinham créditos com a Prefeitura para que ele pudesse conseguir recursos para o partido. Naquele momento ele não tinha nenhuma responsabilidade partidária em termos de direção. Ele tinha sido Presidente do diretório estadual do PT alguns anos antes. Portanto, ele circulava nas prefeituras do PT, sem credenciamento oficial, mas possivelmente indicado informalmente por algum personagem forte no Partido, para procurar empresários, fornecedores da Prefeitura petista, para levantar recursos.

Perguntado por esta Relatoria por que o Sr. Paulo de Tarso teria procurado o Sr. Paulo Okamoto, se ele não era nada no Partido, o Sr. Paulo de Tarso assim respondeu:

Uma pergunta interessante. Sabe, por quê? Por que todo mundo sabia dos vínculos que ele tinha com o Luiz Inácio Lula da Silva. Ele era o porta-voz do Lula, ele representava o Lula naquele momento e em todo o momento, ele cuidava das Finanças pessoais do Lula. Ele cuidava das finanças pessoais do Lula. Inclusive, diretamente com o contador que era do meu diretório. É muito curioso, então ele que era o representante, quem cuidava dessa parte

toda, as relações dele com o Lula eram exatamente por aí. Então a presença dele, ele representava o procurava porque era mais do que sabido das relações que ele tinha com a burocracia petista. É isso, esse que é o significado da coisa.

Outro caso emblemático, segundo o Sr. Paulo de Tarso Venceslau, foi a contratação milionária da agência de publicidade Contexto. A diretora de comunicação responsável pelo processo de contratação, a dona Denise Fonseca de Carvalho, era a diretora de comunicação da Prefeitura, e contratou jornalistas e radialistas por meio da URBAN, que é uma empresa municipal, os quais trabalhavam na assessoria de imprensa da Prefeitura e prestavam serviços à rede de comunicação dos trabalhadores, a TVT. Os fundadores da TVT foram Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu, Delúbio Soares, Luiz Gushiken, Paulo Okamoto, entre outros.

Esta CPI propõe a qualificação das condutas de pessoas citadas e o encaminhamento dos elementos colhidos para o Ministério Público, para a devida análise e a formação da opinião delitiva.

12.CASO TONINHO DE CAMPINAS

Outro tema investigado por esta CPI foi a morte do Sr. Antônio da Costa Santos, o “Toninho do PT”, ex-prefeito de Campinas.

O ex-prefeito da cidade de Campinas, São Paulo, foi assassinado no dia 10 de setembro de 2001. Entretanto, até hoje não se apurou exatamente

como e por quê isso aconteceu. O inquérito policial foi fechado no dia 30 de abril de 2002, e concluiu que o crime ocorreu por motivo banal. Toninho teria atrapalhado a rota de fuga do bando de Wanderson Nilton de Paula Lima, vulgo Andinho, um criminoso conhecido na cidade.

O Ministério Público paulista convergiu com a tese da polícia e ofereceu ação penal contra Andinho em junho de 2002. O processo foi instaurado pelo juiz José Henrique Torres, do Tribunal do Júri, em 28 de julho do mesmo ano. A família de Antônio nunca aceitou essa tese, sustentando que o crime teve motivação política, sob mando dos interesses contrariados durante sua gestão.

Desde a morte de Toninho, estabeleceu-se uma queda-de-braço entre as versões da polícia e do Ministério Público, de um lado, e da família do prefeito, de outro. A Polícia Civil de São Paulo, seja a da própria cidade de Campinas ou o DHPP paulistano, sempre tendeu a rejeitar a hipótese de crime de mando, por motivações políticas, conforme vem argumentando sem cessar a viúva Roseana Garcia.

O prefeito Toninho abriu uma série de frentes de conflito ao longo de sua carreira política. Depois de sua experiência como vice-prefeito, criou a Fundação da Cidade, entidade a partir da qual combatia o que julgava serem verdadeiras máfias que se apropriavam dos recursos públicos, convertendo-se em uma espécie de fiscal do município. A longa lista incluía a coleta do lixo, os transportes urbanos, a merenda escolar, máquinas e veículos da prefeitura e esquemas de falsificação de diplomas escolares.

Incomodava, portanto, os interesses de pessoas envolvidas com a corrupção na administração pública de Campinas.

Esta CPI ouviu algumas pessoas ligadas ao caso, como a Sra. Roseana Moraes Garcia, viúva de Toninho, os Srs. Ricardo José Gasques de Almeida Silveira e Fernando Pereira Vianna Neto, do Ministério Público, e, especialmente, o Sr. Anderson Ângelo Gonçalves, o "Jack", que afirma ter presenciado o planejamento da morte do ex-prefeito nas dependências do Bingo Taquaral, em Campinas, estabelecimento no qual prestava serviços.

Diante das circunstâncias, esta CPI é levada a concluir que o depoimento do Sr. Anderson não pode ser descartado sem uma investigação criteriosa. Até mesmo porque, conforme se verificou, a própria polícia e o MP não ficaram livres de certas contradições ao longo do processo. A hesitação do meritíssimo juiz José Henrique Torres em dar por encerrada a fase de instrução do processo pode ser interpretada como um indicador eloquente desse fato.

Por esse motivo, concluímos pelo encaminhamento do presente Relatório e seus anexos à Polícia Civil de Campinas/SP, para que aprofundem as investigações sobre o assassinato do prefeito Antônio da Costa Santos, o "Toninho do PT".

13. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA (SERPRO, COFLEX, BANCO PROSPER)

De acordo com as investigações promovidas por esta CPI, são inúmeros os indícios de tráfico de influência envolvendo colaboradores do ex-prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, e empresários em negócios

relativos a fundos de pensão, liberação de empréstimos para prefeituras e instituições financeiras.

O grupo se unia em torno de atividades sociais, recreativas e, principalmente, comerciais comuns. Isso ficou muito claro nos depoimentos do caseiro Francenildo Santos Costa e do motorista Francisco das Chagas Costa, que conviveram com essas pessoas por um bom tempo, já durante o governo do presidente Lula, aqui em Brasília.

Essas pessoas se engajaram em iniciativas que buscavam tirar proveito da posição ocupada por Palocci no governo. Há indícios muito consistentes de que o próprio então ministro da Fazenda participou diretamente de várias das tratativas envolvidas. Mais do que isso, diversas testemunhas confirmam que ele era tratado por todos como “chefe”, até mesmo “chefão”. É menos evidente, porém, quais eram as vantagens pessoais que Palocci eventualmente auferia nessas práticas e quão amplo seria o âmbito governamental abrangido pelas operações.

Uma dessas operações envolveu o Serpros, a fundação previdenciária dos funcionários do Serpro, o Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal. Em conversas telefônicas obtidas pelo Ministério Público com autorização judicial, entre maio e setembro de 2004, Vladimir Poletto e Rogério Buratti falam a respeito de negócios com certificados de recebíveis imobiliários com o Serpros.

Como se sabe, trata-se de um dos fundos de pensão investigados pela CPMI dos Correios devido a suspeitas irregularidades em suas operações. Os diálogos revelam que Poletto agendou uma reunião na sede do fundo. No

diálogo, não se esclarece exatamente o que foi tratado naquele encontro, mas seja o que for, teria sido bem sucedido, pois o resultado é comemorado.

É ainda relevante anotar que o Diretor Superintendente do Serpro, Donizete Rosa, tem relação duradoura com o ex-ministro Antônio Palocci, tendo sido inclusive secretário de Governo em sua gestão à frente da prefeitura de Ribeirão Preto. Por essa época, conheceu Rogério Buratti, Vladimir Poeto, Ralf Barquete e Juscelino Dourado, ex-Chefe de Gabinete do ministro Palocci, que pelo menos até o ano passado fazia parte do Conselho Diretor do Serpro.

Outra operação em que há indícios de tráfico de influência do grupo de Ribeirão Preto envolve a empresa MC Consulting, com sede em Belo Horizonte, cujo proprietário é o engenheiro brasiliense Rodrigo Cavallieri Resende. Há razões para suspeitar que Rogério Tadeu Buratti seja uma espécie de sócio oculto da empresa.

A especialidade dessa firma era assessorar municípios, construtoras e órgãos públicos interessados em obter financiamentos de fundos e instituições multilaterais de crédito como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). A MC dava consultoria na elaboração de projetos, especialmente para obras de saneamento básico. Ao Ministério Público, Rogério Buratti admitiu que seu papel seria “acelerar” a liberação dos empréstimos.

O órgão-chave para a aprovação de tais projetos, no âmbito do poder público, é a Comissão de Financiamento Externo (Coflex). Dela participam cinco representantes do Ministério do Planejamento, três do Ministério da Fazenda, um do Banco Central e um do Ministério das Relações

Exteriores. A Cofix analisa o projeto em si e a situação financeira do responsável pelo pleito. A seguir, o pedido de empréstimo é encaminhado ao Senado Federal, onde deve ser aprovado.

A quebra do sigilo telefônico de Buratti revelou que ele falava freqüentemente com Cavallieri, em conversas em que eram marcados encontros deles próprios, ou de terceiras pessoas com políticos e autoridades não identificadas de Brasília. As gravações mostram que os dois homens tratavam com desenvoltura de negócios com o setor público. Conversas de Buratti com outras pessoas denotam a mesma coisa. Chama sobretudo a atenção nessas conversas o tratamento dispensado por Cavallieri a Buratti, denotando deferência, como aquela devida a um superior hierárquico.

Outro personagem bastante citado, e contatado, nos grampos dos telefones de Buratti, Poletto e Barquete é Carlos Eduardo Valente de Oliveira. Buratti e Poletto combinaram alguns encontros no Rio de Janeiro com a participação de "Valente".

Valente transita no mercado financeiro. Ele é proprietário de várias empresas do setor, como a Valente Corretora de Commodities, a C.E. Valente de Oliveira Administradora de Bens, a C.E. Valente de Oliveira Empreendimentos e Construções, a C.E. Valente de Oliveira Fomento Mercantil, de *factoring*, e a Marmax Participações, gestora de participações em empresas. As duas últimas foram abertas em 2003.

Buratti reconheceu que Valente, em razão de sua ligação com a família Peixoto de Castro, ajudou a estabelecer a relação entre o grupo e o Banco Prosper. Na época, a instituição financeira teria financiado o município

de Ribeirão Preto e Valente se aproximado do próprio Buratti assim como de Vladimir Poleto e de Juscelino Dourado. Essa relação perdurou e prosperou.

Anos depois, em janeiro de 2004, o Banco Prosper contratou como consultores dois antigos auxiliares do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci: o ex-secretário de Finanças de Ribeirão Ralf Barquete e Vladimir Poleto, ex-chefe da Contadoria, subordinada à mesma Secretaria de Finanças. Barquete deixou o posto dois meses depois, acometido pelo câncer que viria a matá-lo. Já Poleto continuou na folha de pagamento do Prosper até julho de 2005.

O Banco Prosper ampliou expressivamente sua carteira de financiamentos com recursos do BNDES nos últimos anos. No período de 2001 a 2004, houve um aumento de 1.043% dos repasses para a instituição, que foram de R\$ 1,471 milhão para R\$ 16,822 milhões. Questionado a respeito, o então ministro Palocci tentou argumentar que do crescimento grande em termos relativos, a carteira continuava modesta em termos absolutos. Na realidade, porém, nada modesta para um banco do porte do Prosper.

Gravações com autorização judicial conduzidas pela Polícia Civil de São Paulo revelaram Poleto e Buratti tentando agendar uma reunião entre o presidente do Prosper, Edson Menezes, e Antonio Palocci. Num dos grampos, de 3 de julho de 2004, Poleto conta que Ademirson da Silva, assessor direto do ministro, lhe telefonara pedindo o número do telefone de Menezes.

Buratti responde que já conversara com “Iota” no dia anterior e opina que o interesse de Ademirson deveria ser “agenda”. Poleto conclui que o “chefe” estaria “querendo falar diretamente com o Edson” e recebe a

sugestão de ligar “pro Edson e falar pra ele que teve a conversa e que vai ser marcada a audiência”. Na época, Vladimir ainda era contratado do banco. O presidente do Prosper foi recebido no Ministério no dia 10 de outubro seguinte.

Em agosto de 2005, o ainda ministro Palocci admitiu em entrevista à imprensa que recebera o Sr. Menezes em audiência, mas sustentou que o recebeu oficialmente, na condição de dirigente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Curiosamente, o encontro não foi divulgado à imprensa.

Sabe-se que o ex-ministro manteve pelo menos um segundo encontro com o presidente do Prosper, desta feita no Rio de Janeiro, comprovando que esse relacionamento ia além da mera obrigação formal. De fato, diante de tanta promiscuidade do grupo de Ribeirão na intermediação de negócios obscuros com o setor público, é de se supor que a contratação de seus ex-assessores pode ter sido um favor prestado pelo Prosper a Palocci.

Afinal, iniciado o governo Lula, Poletto e Barquete passaram a freqüentar assiduamente Brasília, com o intuito óbvio de tentar usar da proximidade com o Ministro para fazer negócios.

O Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor direto do então ministro Palocci, trocou astronômicas 1.434 ligações telefônicas com Vladimir Poletto no período de 26 de março de 2003 a 30 de agosto de 2005 e sustentou a versão inverossímil de que tratavam basicamente de amenidades e assuntos pessoais. Foram mais de 51 horas de conversas. Dessas chamadas, nada menos que 1.229 foram feitas através do aparelho celular que costumava ficar com Ademirson, registrado em nome da Presidência da República.

Era igualmente habitual Antônio Palocci usar o telefone para atender autoridades, jornalistas e, como revelou Rogério Buratti, outros interessados, como empresários e amigos pessoais. Poletto ligou 919 vezes para esse aparelho e recebeu de volta 515 chamadas.

Pelo que se averiguou, era complexa a teia de interesses e conexões que movia o grupo de Ribeirão Preto em Brasília. Para dizer precisamente que resultados alcançou enquanto esteve atuante serão necessárias mais investigações, motivo pelo qual esta CPI deve encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Departamento de Polícia Federal.

14. DÓLARES DE CUBA

No dia 29 de outubro de 2005, a revista *Veja* publicou matéria em que revelava uma operação em que teriam sido trazidos dólares de Cuba para o Brasil, com o objetivo de financiar a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 2002.

De acordo com a publicação, o dinheiro teria sido trazido ao País pelo diplomata cubano Sérgio Cervantes, em caixas de bebida. Vladimir Poletto teria sido encarregado de escoltar os dólares de Brasília até São Paulo, sede do comitê eleitoral petista. As fontes da matéria foram o Sr. Rogério Tadeu Buratti, que teria ouvido a história do falecido Ralph Barquete, e o próprio Poletto, que disse ter ficado sabendo que transportara dólares tempos depois, através do mesmo Ralph.

O fato é que aquele vôo de um pequeno avião Sêneca partiu da Capital, fez uma escala em Viracopos, Campinas, e voltou a decolar rapidamente para, finalmente, pousar no campo dos Amarais, onde as caixas foram descarregadas e acondicionadas no porta-malas de um automóvel

Omega preto, que as conduziu para o comitê de Lula na Vila Mariana, já na capital paulista.

Ficou comprovado que houve de fato o voo, e que caixas de bebida foram transportadas, mas Poletto afirma desconhecer qual seria o conteúdo das mesmas, negando posteriormente a informação dada à revista.

O piloto Alécio Fongaro confirmou que conduziu o Sêneca prefixo PT-RSX de Brasília a Campinas. Nele viajaram o passageiro Poletto e a carga de três caixas de papelão lacradas com fita adesiva. De acordo com Fongaro, ele foi contratado pelo empresário José Roberto Colnaghi para levar um passageiro naquela rota.

Ele conta que partiu sozinho de Penápolis, estado de São Paulo, no dia 31 de julho de 2002, tendo chegado a Brasília em torno do meio-dia. Uma vez no aeroporto, Poletto teria então aparecido em uma van portando as caixas, que foram levadas a bordo da aeronave.

Ainda segundo o relato do piloto, uma vez no ar, teria na realidade seguido para Congonhas, na capital paulista, mas acabou sendo obrigado a pousar em Viracopos em razão do mau tempo. Poletto então desembarcou, mas voltou alguns minutos depois e pediu para que se dirigissem para o pequeno aeroporto dos Amarais, na mesma região.

Só ali as caixas foram recolhidas por Ralph Barquete, que estava em um Omega preto blindado, alugado pelo empresário Roberto Carlos Kurzweil. O motorista do carro, Éder Eustáquio Soares Macedo, prestou depoimento a esta CPI, coerente com a história contada pelo piloto.

O empresário de Ribeirão Preto Roberto Kurzweil é o proprietário da locadora que disponibilizou o carro que levou os Srs. Barquete e Poletto a São Paulo. Ele confirmou ter alugado o Omega, além de ceder os serviços de seu motorista ao Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Colnaghi, em depoimento também coerente com os anteriores, revelou a esta CPI, no dia 7 de dezembro de 2005, que Ralph Barquete pediu o avião “para transportar um passageiro de Brasília a São Paulo”.

Nesse episódio, o que mais chamou a atenção dos Senadores membros desta CPI foi a inverossimilhança da história. É bastante irrazoável montar uma operação de tamanho porte para transportar bebidas facilmente encontráveis no mercado nacional.

Também com vistas ao aprofundamento das investigações, sugerimos o encaminhamento do Relatório e seus anexos ao Departamento de Polícia Federal.

15. CORRUPÇÃO NAS PREFEITURAS DO INTERIOR (CEPEM, PAULO OKAMOTTO, ROBERTO TEIXEIRA)

Em março de 1995, o economista Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de Fazenda de São José do Rio Preto, interior paulista, entregou uma carta a Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente de honra do PT. Era o relato da atuação de Roberto Teixeira, amigo pessoal e compadre de Lula, nas irregularidades patrocinadas pela Consultoria para Empresas e Municípios

(CPEM). Outras cartas foram remetidas aos dirigentes José Dirceu, Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante, pedindo a investigação da denúncia.

Passaram-se dois anos e Paulo de Tarso decidiu tornar público o que sabia, em entrevista ao Jornal da Tarde. Foi processado judicialmente pela cúpula petista, sem que qualquer dessas ações tenha chegado a termo até hoje. A consequência mais concreta de sua postura foi a expulsão do Partido, no início de 1998.

Antes disso, o PT instituiu uma comissão interna de investigação, integrada por Paul Singer, Hélio Bicudo e José Eduardo Cardozo. O relatório é conclusivo e, entre outras coisas, adverte Teixeira por “grave falta ética”, mas ficou para consumo restrito. Dele só se divulgou uma versão resumida, extirpada das advertências mais graves.

As conclusões foram contundentes e o desfecho do caso leva a crer que houve uma opção política e, quiçá, pessoal, por ahafar o caso, punindo exatamente quem trouxe a questão à luz.

O esquema de corrupção envolvendo a CPEM, que já foi denunciado há tanto tempo, reveste-se de importância ainda hoje por demonstrar até que ponto o PT pode estar disposto a transigir com padrões éticos de conduta para financiar-se. Os indícios são de que São José foi apenas uma espécie de laboratório, de piloto para a aplicação em diversas administrações petistas do interior paulista.

Segundo Venceslau, o responsável pela coleta de contribuições entre as prefeituras era o Sr. Paulo Okamoto. Em São José dos Campos, o que se verificou através da própria sindicância partidária foi que a CPEM era

encarregada de conferir os valores declarados no recolhimento de tributos das empresas instaladas no município.

O pagamento à consultoria se baseava no aumento de arrecadação que se alcançasse em função dessa conferência, pelo efeito de diminuição da sonegação. Todavia, a auditoria interna constatou que era comum as empresas omitirem parte dos valores iniciais, para depois corrigi-los, gerando um falso aumento de arrecadação e, conseqüentemente, lucros para a CPEM.

O hoje presidente do Sebrae se celebrou recentemente por ter se apresentado como pagante de uma dívida de Lula com o PT. Adicionalmente, Okamoto concordou em saldar dívidas da fracassada campanha de Lurian, filha de Lula, a vereadora de São Bernardo do Campo. No total, teria desembolsado cerca de R\$ 55 mil.

O problema é que tais pagamentos nunca foram devidamente comprovados, dando margem à suspeita de que, na verdade, o dinheiro seja oriundo do esquema de caixa 2 que abastecia a tesouraria petista. Tal suspeita é reforçada pelo fato de que o Sr. Okamoto desfruta de um padrão de vida modesto, incompatível com suas demonstrações de camaradagem com a família Lula da Silva, além de haver mudado sua versão para a operação.

A fim de verificar esses fatos, esta CPI decidiu quebrar o sigilo bancário de Paulo Okamoto. Lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal entendeu que tal medida não era cabível, inviabilizando uma verificação cabal.

Esta CPI, também em relação a estes casos, conclui pelo encaminhamento do Relatório à Polícia Federal para prosseguir nas investigações.

16. COMPLEMENTO AO CASO GTECH

As investigações desta CPI levaram à identificação de novos documentos, como um despacho do Sr. Marcos Tadeu Andrade, então vice-presidente da Gtech do Brasil, no qual ele informa que o Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha, então presidente da Gtech do Brasil, e Marc Crisafulli, dirigente da Gtech Corporation, nos Estados Unidos, teriam autorizado a assinatura do citado contrato.

O quadro de alçada da Gtech do Brasil deixa claro que sequer o presidente da Gtech do Brasil tinha limite de alçada para fazer pagamentos como o de Walter Santos Neto e do IBDS. Portanto, não apenas era de conhecimento da Gtech Corporation a contratação de Walter Santos Neto, como a autorização de pagamento veio dos Estados Unidos. Em segundo lugar, ao contrário do que os Srs. Antônio Carlos Lino da Rocha e Marcos Tadeu Andrade afirmaram a esta CPI, eles tinham total conhecimento e aprovaram a contratação e pagamento de Walter Santos Neto.

E-mail emitido em 27 de agosto de 2002 pelo Sr. Marcos Tadeu Andrade para o Sr. Antônio Carlos Lino da Rocha, comprova que desde aquela época a Gtech já negociava com Waldomiro Diniz por intermédio de Carlos Augusto Ramos. Outro e-mail emitido, em 11 de fevereiro de 2003, por Marcelo Rovai para a Gtech Corporation, comemora a confirmação do nome de Paulo Campos para o cargo de Superintendente Nacional de Loterias da CEF. No e-mail ele afirma que a nomeação de Paulo Campos se trata de indicação da Gtech acatada pelo governo federal.

A Gtech efetuou dois pagamentos para o IBDS no dia 10 de fevereiro de 2003, totalizando R\$ 386.363,63. Convém lembrar que três dias

após, no dia 13 de fevereiro de 2003, ocorreu a primeira reunião entre dirigentes da Gtech com Waldomiro Diniz e Carlos Cachoeira. Tal qual ocorreu com a MM Consultoria, poucos dias após o depósito da Gtech, no dia 17 de fevereiro de 2003, a maior parte do valor depositado, neste caso R\$ 340 mil, foi sacado em dinheiro pelo presidente da instituição, Sr. Fábio Rodrigues Rolim. Outra coincidência entre a MM Consultoria e o IBDS é que em ambos os casos o contato com a Gtech era feito por intermédio do Sr. Enrico Gianelli.

Parece claro que o IBDS, tal qual a MM Consultoria, foi utilizado pela Gtech para pagamento de propina a agentes públicos. A análise de sigilo bancário da ONG identifica outros depósitos suspeitos de órgãos público e privados. O IBDS, aparentemente uma ONG de fachada, movimentou mais de R\$ 2 milhões entre 2002 e 2006, de diversas fontes diferentes. Chama à atenção um conjunto de pagamentos feitos pela CEF para o IBDS, entre 02 de setembro de 2003 e 05 de julho de 2004, totalizando R\$ 338.861,79. Pela análise parcial do sigilo bancário da ONG, identifica-se que, além de ser utilizada como instrumento de pagamento de propina, ela também foi utilizada para sonegação de impostos. No caso da Gtech, essa sonegação está clara, tendo em vista o objeto do serviço prestado, conforme com as notas fiscais emitidas. Nos demais casos, faz-se necessário uma investigação mais aprofundada.

No dia 27 de abril de 2006, compareceu à CPI o Subprocurador-Geral da República, Dr. Moacir Guimarães Morais Filho, tendo prestado depoimento que reforça os indícios apontados pelo Relatório Parcial desta CPI, no sentido de que ocorreu tráfico de influência para a renovação do contrato de prestação de serviços para a exploração de loterias celebrado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Gtech, em abril de 2003.

17. PROPOSTAS LEGISLATIVAS

17.1. POSICIONAMENTO DA CPI SOBRE O JOGO DE BINGO

Há, conforme abordado nos itens do Relatório que tratam da legislação internacional e do mercado de jogos na América Latina, uma tendência mundial de legalização dos jogos de azar, que elimina a marginalização e o estigma dessa atividade considerada historicamente ilícita.

Além de a exploração desses jogos resultar na geração de empregos e na possibilidade de angariar recursos para aplicação com fins sociais, a exemplo do que acontece com as loterias, a legalização favorece uma fiscalização efetiva por parte do Poder Público, inibindo a parceria do jogo de azar com atividades criminosas, tão presente nos locais onde ocorre a exploração clandestina desses jogos.

A maioria dos depoentes convocados por esta CPI e que foram questionados sobre o assunto também opinaram a favor da legalização dos bingos. O Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, o Sr. Osiris Lopes Filho, o Procurador da República Roberto Santos Ferreira, o Sr. José Luiz do Amaral Quintães, a Deputada Estadual Cidinha Campos, o Sr. Olavo Sales da Silveira, o Sr. Carlos Eduardo Canto, o Sr. Denivaldo Henrique Almeida Araújo, o Sr. Messias Antônio Ribeiro Neto, o Sr. Carlos Roberto Martins e o Sr. Sérgio Canozzi se manifestaram favoravelmente à legalização. O Procurador da República Celso Trêz disse que, embora seja contrário ao jogo, entende que seria melhor regulamentá-lo, para evitar, entre outros males, a corrupção que ocorre nesse

setor. Apenas os Procuradores da República José Pedro Taques e Ronaldo Meira de Vasconcelos se posicionaram contra a legalização.

A justificação para o posicionamento favorável à legalização desses depoentes encontra-se bem resumida no depoimento do Sr. Luiz Eduardo Bento de Melo Soares, do qual transcrevemos alguns trechos:

(...) essa é uma situação muito complexa. Eu não tenho dúvida nenhuma de que os jogos servem à lavagem de dinheiro. E eu não tenho dúvida nenhuma de que eles constituem, portanto, um problema muito grave. Por outro lado, se V. Ex.^a me permite, então, a liberdade de compartilhar a minha visão prospectiva, digamos, a forma pela qual eu considero mais adequada para que se trate esse problema, eu sou partidário à legalização com fiscalização rigorosa, porque me parece que a proibição não logra inibir os problemas de lavagem de dinheiro e não logra, de fato, gerar os efeitos que nós desejamos. Parece-me que todas as políticas repressivas e proibicionistas acabam gerando mais efeitos perversos do que propriamente benefícios. Então, a despeito do fato de reconhecer a gravidade do problema, eu, pessoalmente, gostaria de ver no Brasil uma situação de transparência, de clareza, com fiscalização rigorosa, a mais adequada, a mais séria possível.

(...)

É muito preocupante e perigosa essa decisão, mas me parece que é a mais razoável, porque esses movimentos de lavagem de dinheiro buscam os espaços possíveis. Eles vão inventando as suas próprias dinâmicas e encontrando brechas e poros. Se os bingos estiverem legalizados, saberemos, pelo menos, onde olhar. Isso envolverá recurso e trabalho, mas poderemos avançar nessa direção. Se proibirmos, creio que esse movimento de lavagem prosseguirá de toda maneira. Ele grassará por seus vários canais. Vamos ter, a par dos problemas, dois outros. A informalidade, que é o prenúncio da transgressão à lei e da criminalidade. Esses espaços nos

quais há demanda popular não atendida por conta de proibição acarretam a construção de espaços informais clandestinos. E da clandestinidade estamos a um passo do precipício e da criminalidade. Há jogo no Brasil. Há amplamente. Há redes e redes. Há reuniões, elas são clandestinas e informais. Na medida em que as casas de bingo e inclusive as outras formas de jogo encontrarem formas institucionais de explicitação, nós, com todas as dificuldades reconhecidas, teremos pelo menos como aproximarmo-nos do problema e buscarmos a fiscalização possível.

(...)

Na área do jogo me parece que nós temos um problema análogo. Na medida em que legalizamos e formalizamos, não resolvemos o problema, mas criamos alguns mecanismos mais visíveis de fiscalização e inibição do que for logro, do que for transgressor, e, por outro lado, há também o aspecto positivo, como o senhor disse. Não só alguns benefícios podem ser gerados, () mas também por conta do fato de que um princípio fundamental da democracia está sendo respeitado, o direito a que cada um exerça sua liberdade, respeitando os limites impostos pelo idêntico respeito que se deve à liberdade alheia.

Diante desse quadro, esta CPI acredita que a melhor solução a ser adotada em relação aos jogos de bingo é a sua regulamentação, razão pela qual apresenta uma proposição legislativa a ser encaminhada para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, para estudo.

Muitos dos depoimentos colhidos por esta CPI alertaram para a ligação das empresas que exploram jogos de azar com o crime organizado, promovendo a lavagem de dinheiro. É preciso, portanto, que a regulamentação da atividade preveja uma eficiente fiscalização das casas de bingo. O projeto de lei proposto no item 17 deste Relatório estabelece que a fiscalização será

feita pelo órgão designado pelo Poder Executivo Estadual e pelo Ministério Público Estadual. Pretende-se, com essa medida, intensificar a atividade de fiscalização, de forma a diminuir a possibilidade de corrupção dos agentes fiscalizadores.

Com o projeto, esta CPI acredita estar inserindo o Brasil no contexto mundial, onde, como já se disse, há uma tendência para a legalização do jogo de azar, com abertura para sua exploração pela iniciativa privada, mediante contratos de concessão de serviço público, e uma eficiente fiscalização por parte do Poder Público.

Cabe ressaltar que a proibição do jogo de bingo não impede a sua exploração, que acaba ocorrendo na clandestinidade, com reflexos na perda de arrecadação tributária, na falta de segurança dos apostadores, que não podem contar com a fiscalização do Poder Público sobre essa atividade, e na associação dessa atividade com o crime organizado.

De todo modo, por tratar-se de assunto controvertido, que divide não só a classe política, mas também diversos setores da sociedade, e tendo em vista o disposto no artigo 14 da Constituição Federal, que prevê o exercício da soberania popular mediante referendo, esta CPI entende oportuno submeter ao eleitorado a decisão quanto à conveniência da legalização do jogo de bingo, motivo pelo qual a proposição prevê a realização de referendo, a ser realizado em outubro de 2008, com essa finalidade.

17.2. POSICIONAMENTO DA CPI SOBRE AS LOTERIAS ESTADUAIS

Uma outra questão suscitada no âmbito desta CPI diz respeito à legislação e à exploração das loterias estaduais.

A decisão do STF no sentido de que compete privativamente à União legislar sobre loterias e bingos, tendo em vista o disposto no artigo 22 da Constituição Federal, que lhe atribui competência para legislar sobre sorteios, reflete em todas as loterias exploradas pelos Estados e pelo Distrito Federal.

Tendo em vista essa decisão, esses entes federados não podem legislar sobre a matéria e, portanto, não podem criar novas modalidades lotéricas. Além disso, ficam dependendo da legislação a ser adotada pela União para que possam explorar loterias.

E, como já se mencionou, nos termos da legislação federal vigente, os Estados e o Distrito Federal somente podem explorar os produtos lotéricos que já exploravam quando da edição do Decreto-Lei nº 204, de 1967, ainda assim limitadas suas emissões às quantidades de bilhetes e séries em vigor naquela data.

Os Estados e o Distrito Federal perdem, portanto, uma importante fonte de recursos para o financiamento de programas sociais do governo, tendo em vista ser essa a destinação que comumente se dá a boa parte dos recursos arrecadados com as loterias.

Em documento encaminhado a esta CPI, a CEF argumenta que as loterias estaduais dão cobertura legal para que empresas privadas explorem jogos de azar, especialmente o jogo de bingo e as máquinas caça-níqueis, em contrapartida de módicas taxas fixas ou de percentuais irrisórios sobre a

arrecadação. Acrescenta, ainda, que a fiscalização do Poder Público sobre essas empresas é bastante precária, o que viabiliza que os concessionários declarem valores bastante inferiores aos efetivamente arrecadados e, conseqüentemente, repassem menos recursos para os Estados.

A CEF argumenta, também, que a exploração de loterias como derrogação das normas de direito penal somente se justifica para o fim de redistribuição dos lucros com elas obtidos com finalidade social, o que não estaria ocorrendo em boa parte das loterias estaduais, que têm servido apenas para favorecer o enriquecimento ilícito de particulares, às custas da economia popular.

A despeito desses argumentos, esta CPI entende que os Estados e o Distrito Federal não devem ser impedidos de explorar loterias. Vale lembrar que alguns Estados exploram essa atividade desde a segunda metade do século XIX, não se justificando a extinção dessa fonte de recursos para o financiamento de programas sociais de governo.

Há projetos em tramitação no Congresso Nacional que visam transferir a competência para legislar sobre a matéria para os Estados, e outros que têm por objetivo inserir a matéria na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Esta CPI entende não ser essa a melhor solução, em razão das inúmeras críticas que se faz às leis estaduais que dispõem sobre loterias.

Outra solução cogitada para o problema do financiamento de programas sociais dos Estados decorrente da perda de recursos dos produtos

lotéricos seria compensar essa perda com a destinação de uma parcela dos recursos arrecadados com as loterias federais para esses entes da Federação.

Ocorre que uma das críticas que se faz às loterias federais exploradas no Brasil é o fato de a premiação ser muito baixa. Apenas cerca de trinta por cento da arrecadação são destinados ao prêmio líquido, enquanto que se estima que a média mundial se situe entre quarenta e cinquenta por cento.

O Brasil é também, um dos países que mais destina recursos para programas sociais, fazendo repasses para a Seguridade Social, Ministério dos Esportes, clubes de futebol, Fundo Nacional da Cultura, Comitê Olímpico Brasileiro, Comitê Paraolímpico Brasileiro, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, Associação de Pais e Amigos e Excepcionais (APAE) e Cruz Vermelha.

A destinação de recursos para os Estados e para o Distrito Federal somente seria possível com a diminuição do percentual destinado à premiação ou dos percentuais destinados às entidades acima referidas.

A diminuição do percentual destinado à premiação poderia repercutir na queda da demanda pelas loterias federais, tendo em vista a possibilidade de perda de interesse do apostador, com prejuízo na arrecadação, enquanto que a diminuição dos repasses atuais sofreria fortes restrições dos atuais beneficiários, motivo pelo qual esta CPI entende não ser esta também a melhor solução para o contornar o problema.

Em vista desse quadro, entendemos que a competência para legislar sobre a matéria deve permanecer no âmbito da União e que os Estados

devem ser autorizados a explorar loterias, observadas as normas editadas pela União.

Dessa forma, a União deverá buscar uma legislação que evite ao máximo a contaminação da exploração de loterias por atividades ilícitas, bem como uma eficiente fiscalização, especialmente sobre os recursos arrecadados com essa atividade.

Por esse motivo, propõe-se autorizar os Estados e o Distrito Federal a explorar loterias, como modalidade de serviço público.

Evidentemente, esta CPI está ciente de que o projeto que apresenta não é a panacéia para as diversas irregularidades relacionadas à exploração das loterias estaduais apontadas nesta Comissão e denunciadas pela mídia. É preciso que os próprios Estados e o Distrito Federal, maiores interessados na continuidade da exploração dessa atividade, adotem as condutas necessárias à moralização das loterias.

Para tanto, é preciso assegurar que, quando o Estado não explore diretamente a atividade, a concessão desse serviço seja feita a empresa de comprovada idoneidade, que assegure total transparência na execução dos serviços. Ademais, é imprescindível uma eficiente fiscalização das atividades por parte dos órgãos estaduais responsáveis.

O comprometimento do Poder Público Estadual e do Distrito Federal é, acima de qualquer outra medida, o fator mais importante para resgatar a imagem das loterias estaduais.

17.3. OUTRAS PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Esta CPI adota a estratégia legislativa de criminalizar o jogo de azar, ou seja, retira-o da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941) e o realoca no Código Penal. Assim, a exploração do jogo de azar, conduta que tem trazido variados danos à sociedade e ao erário, conforme exaustivamente visto no Relatório, passa a ser punida como crime, submetendo os seus agentes a maior rigor normativo. Outrossim, inclui a nova figura típica no rol dos crimes antecedentes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998).

Além disso, a proposta melhor sistematiza a apresentação do tipo penal: a Lei de Contravenções Penais adotara estratégia confusa, ao separar loteria e jogo do bicho do tipo penal do jogo de azar. Esta CPI propõe mantê-los dentro do mesmo tipo penal, deixando para a lei federal a previsão de exceções e a especialização da criminalização, como é o caso do projeto que regulamenta o jogo de bingo, apresentado no Relatório.

Esta CPI também apresenta outras proposições legislativas não menos importantes. O problema da corrupção em licitações públicas foi tema reiterado na investigação dos fatos exposta neste Relatório. O direcionamento de processos licitatórios é o caminho por excelência para desviar recursos públicos para bolsos privados, através de contratos superfaturados e de escolhas de contratantes viciadas.

Um dos mais fáceis caminhos para direcionar processos licitatórios é através do instituto da carta-convite. Inicialmente pensado para

desburocratizar o procedimento de seleção de contratantes, através da diminuição de formalidades para celebração de contratos de menor monta, a modalidade licitatória da carta-convite mostrou-se uma porta aberta à dissimulação e à fraude do certame licitatório, onde são freqüentemente convidadas duas empresas “fantasma” para “concorrer” com aquela que se deseja contratar.

O advento do pregão eletrônico configura um importante instrumento para a prevenção dessa espécie de conluio, pois garante a ampla publicidade ao mesmo tempo em que permite a realização do certame em um curto intervalo de tempo. Dados oficiais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já confirmam uma redução média de 27% no valor dos contratos celebrados por meio do pregão eletrônico.

Assim, esta CPI apresenta projeto que propõe a definição do pregão eletrônico como regra geral, excetuadas apenas aquelas hipóteses em que sua aplicação mostre-se impossível, quando serão utilizadas as modalidades de tomada de preços e de concorrência pública, ou, ainda mais excepcionalmente e mediante prévia comunicação ao Tribunal de Contas, a de carta-convite.

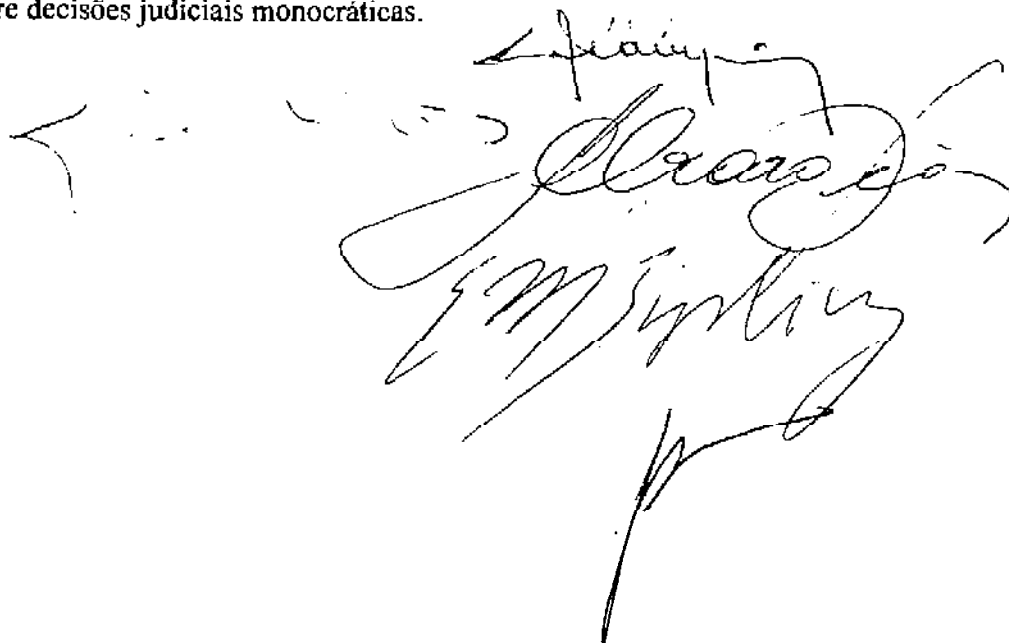
Outro problema constante na condução de licitações é a declaração de urgência na aquisição, numa interpretação freqüentemente forçada do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Retarda-se o início do processo de licitação a fim de declarar a sua urgência, dispensando todas as formalidades licitatórias e permitindo ao administrador corrupto escolher livremente quem irá contratar. Essa manobra foi a regra na relação entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Gtech. Para piorar o quadro, não

há critérios objetivos que permitam apurar a existência ou não de urgência, sendo freqüentes as decisões do Judiciário que se escusam de discutir tal configuração, por ausência de previsão legal.

Tendo tal problema em vista, o projeto apresentado cria a modalidade de pregão-eletrônico de urgência, a fim de só permitir a dispensa de licitação quando a contratação não possa, comprovadamente, esperar mais de 48 horas, o que dará posteriormente critérios para julgar os abusos na declaração de urgência.

Esta CPI também apresenta projeto que prevê remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar. Medida fundamental que desestimula a corrupção e a compra de decisões no Poder Judiciário.

Por fim, esta CPI apresenta projeto que cria recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória, para suprir uma injustificada lacuna em nosso ordenamento jurídico penal, e, claro, possibilitar maior controle social sobre decisões judiciais monocráticas.



VOTOS EM SEPARADO

VOTO EM SEPARADO

CPI “DOS BINGOS”

(SENADOR ALVARO DIAS)

Presidente: Senador EFRAIM MORAIS
Relator: Senador GARIBALDI ALVES

Brasília, 2006

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1. BREVE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA CPI.....	7
1.2. APRESENTAÇÃO	11
2. O PROBLEMA DO MARCO LEGAL DOS JOGOS NO BRASIL.....	14
2.1. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE JOGOS DE AZAR E LOTERIAS	14
2.1.1. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS	15
2.1.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE JOGO DE AZAR E LOTERIAS	16
2.1.2.1. LEGISLAÇÃO PENAL	16
2.1.2.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE LOTERIAS.....	19
2.1.2.3. LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE O JOGO DE AZAR	24
2.1.2.3.1. LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE O JOGO DE BINGO	25
2.1.2.3.1.1. A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 168, DE 2004	29
2.1.3. LEGISLAÇÃO ESTADUAL SOBRE O JOGO DE AZAR E AS LOTERIAS	32
2.1.3.1. LEGISLAÇÃO ESTADUAL SOBRE LOTERIAS	32
2.1.3.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL SOBRE O JOGO DE BINGO	34
2.2. O PODER JUDICIÁRIO E A EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE BINGO	35
2.2.1. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	35
2.2.2. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	36
2.2.3. JUSTIÇA ESTADUAL	43
2.2.4. JUSTIÇA FEDERAL	47
2.2.4.1. TESE DA NÃO-REPRISTINAÇÃO DA NORMA PENAL.....	47
2.2.4.2. TESE DO DIREITO ADQUIRIDO	48
2.2.4.3. TESE DA COMPETÊNCIA ESTADUAL PARA LEGISLAR SOBRE DESPORTO	48
3. A LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	49
3.1. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL SOBRE JOGOS DE AZAR.....	49
3.1.1. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	52
3.1.2. CONDIÇÕES E LIMITES À CONCESSÃO	59
3.1.3. OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	69
3.1.3.1. OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	70
3.1.3.2. OBRIGAÇÕES EXTRAFISCAIS	71
3.1.4. CONCLUSÃO.....	75
4. O MERCADO DE JOGOS NA AMÉRICA LATINA.....	77

5. O MERCADO DE JOGOS NO BRASIL	82
5.1. LOTERIAS FEDERAIS E ESTADUAIS.....	87
5.1.1. LOTERIAS EXPLORADAS PELA UNIÃO.....	87
5.1.2. LOTERIAS ESTADUAIS.....	101
5.1.3. BINGOS E CAÇA-NÍQUEIS	104
5.2. PERFIL DAS CASAS DE BINGO NO BRASIL.....	108
5.3. PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE BINGOS.....	119
 6. O JOGO E O CRIME ORGANIZADO	 123
6.1. A MÁFIA E O JOGO NO BRASIL	142
6.2. O JOGO E A LAVAGEM DE DINHEIRO	150
6.3. O JOGO E O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS POLÍTICAS	164
 7. ANÁLISE DE CASOS ENVOLVENDO LOTERIAS ESTADUAIS	 204
7.1. CASO LOTERJ: O ESQUEMA DE PROPINAS ENVOLVENDO O MERCADO DE JOGOS NO RIO DE JANEIRO.....	204
7.1.1. DEPOIMENTOS COLHIDOS PELA "CPI DA LOTERJ" E ANÁLISE.....	206
7.1.2. DEPOIMENTOS COLHIDOS PELA CPI DO SENADO FEDERAL E ANÁLISE	236
7.1.3. ELEMENTOS COLHIDOS PELA POLÍCIA CIVIL DO RIO DE JANEIRO.....	290
7.2. OUTROS CASOS ESTADUAIS.....	404
7.2.1. MINAS GERAIS	404
7.2.2. RIO GRANDE DO SUL	424
7.2.3. ESPÍRITO SANTO	442
7.2.4. MATO GROSSO	451
7.3. CONCLUSÕES.....	454
 8. MÁFIA DO LIXO	 458
8.1. INTRODUÇÃO	458
8.2. OS ENVOLVIDOS	460
8.3. ESQUEMA DE FRAUDE EM LICITAÇÕES E SUPERFATURAMENTO EM OUTROS MUNICÍPIOS	465
8.3.1. INQUÉRITO POLICIAL Nº 050/2004.....	465
8.3.2. DEPOIMENTOS CORRELATOS NA CPI DOS BINGOS.....	469
8.3.2. DEPOIMENTOS NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO PRETO/SP	471
8.3.2.1 FERNANDO FISCHER.....	471
8.3.2.2 LUIZ CLÁUDIO FERREIRA LEÃO	487
8.3.3. PROVAS DOCUMENTAIS	489
8.3.3.1 PLANILHAS - BALANÇO DESPESAS DIVERSAS	489

8.3.2. PLANILHAS – RELATÓRIO DE DESPESAS	490
8.4. SUPERFATURAMENTO EM RIBEIRÃO PRETO	493
8.4.1. O CONTRATO DE VARRIÇÃO	493
8.4.2. O ESQUEMA FRAUDULENTO	507
8.5. DEPOIMENTOS NA CPI DOS BINGOS	510
8.5.1. DO SR. ROGÉRIO BURATTI	510
8.5.2. DO ENTÃO MINISTRO ANTÔNIO PALOCCI FILHO	515
8.5.3. DA SRª. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA	521
8.5.4. DOS SENHORES MAURO PEREIRA JÚNIOR E PAULO ANTÔNIO HENRIQUES NEGRI	529
8.5.5. DO DELEGADO BENEDITO ANTONIO VALENCISE	557
8.5.6. DA SRª. ISABEL BORDINI	563
8.5.7. DO SR. FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	584
8.5.8. DO SR. FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA	588
8.6. DEPOIMENTOS NA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO PRETO/SP	604
8.6.1. ROGÉRIO TADEU BURATTI	604
8.6.2. LUCIANA MUSCELLI ALECRIM	609
8.6.3. MAURO PEREIRA JÚNIOR	614
8.6.4. MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA	620
8.6.5. PAULO ANTÔNIO HENRIQUES NEGRI	625
8.6.6. ACAREÇÃO MARILENE DO NASCIMENTO FALSARELLA, PAULO ANTÔNIO HENRIQUES NEGRI E LUCIANA MUSCELLI ALECRIM	631
8.6.7. SÉRGIO ANTÔNIO DE FREITAS	641
8.6.8. GILBERTO SIDNEI MAGGIONI	645
8.6.9. NELSON COLELA FILHO	649
8.6.10. ANTÔNIO PALOCCI FILHO	654
8.6.11. SEVERINO SABINO FERREIRA	658
8.6.12. FORTUNATO SPINELLI NETO	663
8.6.13. CACILDO ALVES DE SOUZA	667
8.6.14. APARECIDO MIRANDA DA SILVA	670
8.6.15. ADEMIR GUIDONI	673
8.6.16. ANTÔNIO OSVALDO GREGÓRIO	674
8.6.17. DARVIN JOSÉ ALVES	675
8.6.18. WILNEY MÁRCIO BARQUETE	678
8.6.19. MARCELO FRANZINE	690
8.6.20. FERNANDO FISCHER	708
8.6.21. EUCLYDES RENATO GARBUIO	713
8.6.22. CÉLIO AMARAL	714
8.6.23. GERALDO TREVISANUTO	717
8.6.24. PAULO DOS SANTOS ROSA	719
8.6.25. LUIZ CLÁUDIO FERREIRA LEÃO	721
8.7. PROVAS DOCUMENTAIS	731
8.7.1. PLANILHAS QUE INDICAM CONTRIBUIÇÕES A PREFEITURAS	731
8.7.2. ORDENS DE SERVIÇO E BOLETINS DE MEDIÇÃO	734
8.7.2.1. ANÁLISE DOS DADOS	737
8.7.2.1.1. LIMPEZA, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE FÉRIAS	737

8.7.2.1.2. LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE PRAÇAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	738
8.7.2.1.3. VARRIÇÃO DE AVENIDAS SEM CALÇADAS	739
8.7.2.1.4. VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	741
8.7.2.1.5. VARRIÇÃO DO BOSQUE MUNICIPAL	743
8.7.2.1.6. VARRIÇÃO EXTRA – CALÇADÃO CENTRAL	746
8.7.2.1.7. VARRIÇÃO EXTRA (SETOR 1A)	746
8.7.2.1.8. VARRIÇÃO DE AVENIDAS COM CALÇADAS	747
8.7.2.1.9. VARRIÇÃO VOLANTE COM CALÇADAS	748
8.7.2.1.10. PREÇOS UNITÁRIOS X FATURAMENTO	750
8.7.3. AUTO DE CONSTATAÇÃO	753
8.7.4. NOTAS FISCAIS FRIAS	755
8.7.5. SIGILO BANCÁRIO DA EMPRESA LEÃO & LEÃO	760
8.7.6. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS	767
8.7.6.1. REFERÊNCIA À <i>PARTE DO COLELA</i> - CONVERSA Nº 03671	767
8.7.6.2. REFERÊNCIA A UM <i>COMPLEMENTO</i> - CONVERSA Nº 03934	769
8.7.6.3. REFERÊNCIA A <i>REMESSA DE ENVELOPE</i> - CONVERSA Nº 04143	770
8.7.6.4. REFERÊNCIA A <i>QUINHENTÃO E O DOBRO ATÉ O FIM DO MÊS</i> - CONVERSA Nº 04183	773
8.7.6.5. REFERÊNCIA A ACERTOS PENDENTES - CONVERSA Nº 04169	775
8.7.6.6. REFERÊNCIA A <i>WISKY PARA O COLELA</i> - CONVERSA Nº 03838	776
8.7.6.7. REFERÊNCIA A UM PRESENTE PARA ISABEL BORDINI - CONVERSA Nº 04407	778
 9. CASO TONINHO DE CAMPINAS	 780
9.1. INTRODUÇÃO	780
9.2. ANTECEDENTES	781
9.3. O CRIME E A INVESTIGAÇÃO	791
9.4. TESTEMUNHA-CHAVE	802
9.5. CONCLUSÃO	836
 10. CASO CELSO DANIEL	 839
10.1. INTRODUÇÃO	839
10.2. HISTÓRICO	845
10.3. O CRIME DE MANDO	849
10.3.1. A PARTICIPAÇÃO DE SERGIO GOMES DA SILVA	850
10.3.1.1. A DENÚNCIA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	850
10.3.1.2. O DEPOIMENTO DE SERGIO GOMES DA SILVA À CPI	860
10.3.2. A COMPROVAÇÃO DO CRIME DE MANDO	868
10.3.3. CRUZAMENTO PARCIAL DE LIGAÇÕES E ROTEIROS	873
10.4. O ESQUEMA DE CORRUPÇÃO EM SANTO ANDRÉ	884
10.4.2. A CONEXÃO DO ESQUEMA DE SANTO ANDRÉ COM O "COMENDADOR" ARCANJO	900

10.5. A EXTENSÃO DO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO PARA A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA O PARTIDO DOS TRABALHADORES	906
10.5.1. A CONEXÃO SANTO ANDRÉ.....	906
10.5.2. O ACOBERTAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES	912
10.5.3.DENÚNCIAS SOBRE OUTRAS ADMINISTRAÇÕES	917
11. OUTROS FATOS DA INVESTIGAÇÃO.....	922
11.1. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA (SERPRO, COFIEIX, BANCO PROSPER)	922
11.2. DÓLARES DE CUBA.....	946
11.3. CORRUPÇÃO NAS PREFEITURAS DO INTERIOR (CEPEM, PAULO OKAMOTTO, ROBERTO TEIXEIRA).....	950
12. COMPLEMENTO AO CASO GTECH.....	953
12.1. O RELATÓRIO PARCIAL	953
12.2. ADENDO AO RELATÓRIO PARCIAL	971
13. INDICIAMENTOS DE GILBERTO CARVALHO E JOSÉ DIRCEU.....	981
14. SOBRE O CONHECIMENTO DO PRESIDENTE LULA.....	983
15. QUALIFICAÇÃO DE CONDUTAS	994
15.1. CASO LOTERJ:.....	994
15.2. CASO MÁFIA DO LIXO:.....	997
15.3. CASO CELSO DANIEL:.....	999
15.4. ADENDO AO CASO GTECH:.....	1000
15.5. FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS POLÍTICAS:	1001
16. ENCAMINHAMENTOS	1002
17. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	1005

13. INDICIAMENTOS DE GILBERTO CARVALHO E JOSÉ DIRCEU

Em relação ao envolvimento de Gilberto Carvalho, atualmente assessor especial do Presidente da República, e do ex-deputado José Dirceu cabem as seguintes considerações.

Em um primeiro momento, ambos participaram do esquema de corrupção implantado na prefeitura de Santo André. Ficou comprovado que Gilberto Carvalho recebia os recursos arrecadados e os entregava a José Dirceu. Segundo depoimento prestado a esta CPI pelo senhor João Francisco Daniel, Gilberto Carvalho teria lhe confessado que levou R\$1 milhão, em seu carro particular, ao ex-deputado petista cassado.

Em um segundo momento, novamente os senhores Gilberto Carvalho e José Dirceu participaram ativamente da articulação tramada pelo PT com o objetivo de construir a versão politicamente mais adequada para o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Observa-se que as gravações telefônicas, às quais esta CPI teve acesso, revelam que Gilberto Carvalho monitorava testemunhas e orientava depoimentos importantes, inclusive do senhor Sérgio Sombra, principal acusado do crime.

Em uma passagem das conversas, Sergio Gomes da Silva, o *Sombra*, cobra, energicamente, providências do vereador petista Klinger Luiz de Oliveira:

Sombra: *"Fala com o Gilberto aí. Tem que armar alguma coisa..."*

Por outro lado, as conversas gravadas deixam evidente que a atuação de Gilberto Carvalho tinha o aval e orientação de José Dirceu. Num dos diálogos, Carvalho diz a Sérgio Gomes da Silva:

Gilberto Carvalho: "Marcamos às 3h na casa do Zé Dirceu. Vamos ter uma conversa, conversar um pouco sobre nossa tática da semana. Porque nós vamos ter que ir para a contra-ofensiva".

Por oportuno, cabe ressaltar o conhecimento e participação de Lula, na época candidato à Presidente da República, nessa tentativa de se criar uma versão para o caso que interessasse politicamente ao PT.

Os diálogos demonstram que Lula era informado de tudo o que ocorria, bem como das articulações montadas para sustentar a tese de crime comum, conforme se verifica no diálogo realizado entre Gilberto Carvalho e Ivone, namorada de Celso Daniel, a seguir reproduzido.

Gilberto Carvalho: " Vou ficar por aqui. Mas, amanhã, vou falar com o Lula, com o Zé Dirceu, para ver como a gente reage a isso, dar uma discutida".

Diante do exposto, os senhores José Dirceu e Gilberto Carvalho deverão ser indiciados de acordo com a qualificação de conduta prevista no item 15 do presente relatório.

14. SOBRE O CONHECIMENTO DO PRESIDENTE LULA

Inevitável debruçar-se, ao fim dos trabalhos desta CPI, sobre elementos que comprovam o conhecimento, mesmo que indiretamente, do Presidente Lula quanto às ações ilegais praticadas por diversas autoridades de seu partido e de seu governo, chegando mesmo a envolver o seu ex-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, bem como ministros e assessores diretos.

Os casos GTECH, Santo André, Financiamento ilícito de campanhas, Máfia do Ixó de Ribeirão Preto, além do próprio pagamento suspeito da dívida do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva pelo Sr. Paulo Okamoto, demonstram, no mínimo, a omissão do Presidente da República, chegando mesmo a configurar participação daquele que ocupa o cargo máximo do Poder Executivo.

Constam dos arquivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito o depoimento de diversas autoridades, inclusive de ex-integrantes do próprio governo e de seu partido, os quais atestam as ocasiões em que por diversas vezes os fatos arrolados estiveram fazendo parte do próprio núcleo decisório tanto do referidos governo e partido.

Esta CPI recolheu farta prova testemunhal que deixa indubitável a leniência do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

No entanto, por motivos alheios aos trabalhos desta comissão, bem como pela intervenção do Poder Judiciário, não foi possível aprofundar a investigação sobre determinados fatos que supostamente envolvem o Presidente da República em esquemas de desvio de recursos públicos, caso do

misterioso empréstimo concedido pelo senhor Paulo Okamoto ao então presidente do PT.

As versões apresentadas pelo senhor Paulo Okamoto para o pagamento de uma dívida de cerca de R\$29 mil contraída por Lula junto ao PT são absolutamente inverossímeis. Tudo isto, leva a crer que Paulo Okamoto foi utilizado como escudo para proteger o presidente Lula, que não poderia explicar como pagou a dívida. Cabe esclarecer que o dinheiro emprestado pelo PT ao presidente Lula é público, pois foi oriundo de repasses do fundo partidário.

Lembra-se que até surgir a “versão Okamoto”, o Governo Lula apresentou, pelo menos, três versões diferentes e inverossímeis para justificar o empréstimo.

Por sua vez, a amizade entre Lula e Paulo Okamoto é antiga. Okamoto é amigo e homem de confiança de Lula. Tanto que o Presidente da República o indicou para a presidência do Sebrae para receber cerca de R\$40 mil mensais, fora outros salários indiretos. Da mesma forma, Paulo Okamoto seria uma espécie de procurador de Lula, cuidando inclusive das finanças pessoais do presidente e de sua família.

Importa registrar que além de as inúmeras suspeitas de movimentações atípicas nas contas bancárias do senhor Paulo Okamoto, segundo o relatório nº 5490 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras- Coaf, a empresa Red Star Ltda, de propriedade da esposa e filha do senhor Paulo Okamoto, apresentou movimentação financeira de R\$645 mil, no período de maio de 2002 a agosto de 2005, considerada *“incompatível com o patrimônio e a capacidade financeira presumida do cliente além de não demonstrar ser*

resultado de atividades normais da empresa, visto que utilizada para recebimento ou pagamento de quantias significativas sem a indicação clara da finalidade”.

Por outro lado, apesar de o pagamento do empréstimo do presidente Lula ter se tornado do conhecimento público no meio do ano passado, até a presente data, o senhor Paulo Okamoto nunca apresentou quaisquer documentos ou recibos bancários os quais comprovassem que o dinheiro utilizado para o pagamento da dívida saiu de suas contas bancárias. Observa-se que houve solicitação formal nesse sentido, mediante requerimento aprovado pela CPI em março deste ano, que, no entanto, sequer foi atendido.

Nesse cenário, destaca-se que, em vez de procurar esclarecer os fatos, o senhor Paulo Okamoto preferiu tentar obstruir o curso das investigações desta CPI.

Em vez de aproveitar as inúmeras oportunidades concedidas para explicar as circunstâncias nas quais se deu o esdrúxulo pagamento da dívida de Lula, o presidente do Sebrae optou por utilizar diversos expedientes para dificultar a apuração dos fatos, chegando ao ponto de se negar a apresentar os comprovantes bancários da quitação da dívida, numa atitude típica dos “amigos do rei”, que, por isso, se julgam à margem da lei.

Nesse contexto, cabe lembrar que o senhor Paulo Okamoto recorreu diversas vezes ao Supremo Tribunal Federal para impedir que a comissão tivesse acesso aos seus sigilos fiscal e bancário. Embora, o acesso à justiça seja um direito de todos os cidadãos, esta não é uma postura que se espera de um cidadão que se dizia disposto a esclarecer os fatos investigados pela CPI.

Evidentemente, Paulo Okamoto não possui quaisquer recibos bancários que comprovem que ele pagou a dívida, bem como sabe que a pretendida quebra do seu sigilo bancário demonstraria que o dinheiro utilizado para quitar o empréstimo de Lula não saiu de suas contas bancárias. Nesse caso, o Presidente da República teria de explicar à nação quem pagou o seu empréstimo.

Considerando que a dívida foi paga em depósitos de dinheiro em espécie, pairam fortes suspeitas de que o pagamento foi feito pelo próprio tesoureiro do PT à época, senhor Delúbio Soares, por meio de seu famoso caixa dois financiado pelo publicitário Marcos Valério.

Portanto, não restam dúvidas que a função de Paulo Okamoto foi blindar o presidente Lula de qualquer possibilidade de investigação por esta CPI.

No que se refere ao caso Santo André, o Presidente esteve mais de uma vez envolvido com os fatos aqui apurados. As gravações telefônicas às quais a CPI teve acesso demonstram como o Partido dos Trabalhadores arquitetou a sua versão para o assassinato do prefeito Celso Daniel, tentando passar para a opinião pública a tese de crime comum.

Ressalta-se que a atuação do PT não se restringiu a manipular a opinião pública. Conforme se verifica nas gravações e nas investigações do Ministério Público estadual, houve direcionamento nos depoimentos de testemunhas e pressões para se alterar os relatórios periciais.

Tudo isso coordenado pelo senhor Gilberto Carvalho sob orientação do então presidente do PT, José Dirceu, principal responsável pela estratégia de se abafar o crime do prefeito petista.

Convém ressaltar que Gilberto Carvalho depois de sua atuação em Santo André veio a ser nomeado assessor especial de Lula na Presidência da República. Hoje, Gilberto Carvalho é considerado a sombra de Lula, ou seja, homem de sua mais alta confiança.

Já José Dirceu veio a ser o Chefe da Casa Civil do Presidente Lula até ser exonerado do cargo pela denúncias do mensalão que resultaram na cassação do seu mandato de deputado federal.

No que toca à atuação de Gilberto Carvalho e José Dirceu, cabe destacar que, em um primeiro momento, ambos participaram ativamente do esquema de arrecadação de recursos da prefeitura de Santo André. Gilberto Carvalho teria, inclusive, confessado a João Francisco Daniel que recebia o dinheiro cobrado junto a prestadoras de serviços do município e o entregava pessoalmente a José Dirceu. Em certa ocasião, chegou a levar R\$1 milhão para José Dirceu em seu corsa preto.

Por outro lado, nas conversas gravadas pela Polícia Civil, a participação de Gilberto Carvalho e José Dirceu na construção de uma versão de crime comum é muito clara. Carvalho, sob a orientação de Dirceu, orientava depoimentos de testemunhas importantes, como Sérgio Sombra, principal suspeito da morte do prefeito. Além disso, com base nos diálogos, não resta dúvida que o então candidato à presidência Lula sabia o que estava se passando.

Em uma passagem das gravações, Gilberto Carvalho conta à namorada de Celso Daniel, Ivone, que discutiria com Lula e José Dirceu a respeito de estratégias a serem adotadas.

Gilberto Carvalho: " Vou ficar por aqui. Mas, amanhã, vou falar com o Lula, com o Zé Dirceu, para ver como a gente reage a isso, dar uma discutida".

A Comissão também tomou conhecimento de outro episódio que demonstra que Lula sabia do esquema de corrupção em Santo André. Em depoimento a esta CPI, a Sra. Mara Gabrilli, filha de um empresário do setor de transportes de Santo André, contou, com riqueza de detalhes, ter alertado o Presidente Lula a respeito do esquema de cobrança de propina sem que nenhuma providência condizente com o decoro e a moralidade tenha sido efetivamente adotada para impedir os graves fatos de corrupção presentes na supracitada prefeitura.

A senhora Mara Gabrilli ainda relatou que procurou Lula para "pedir que o presidente promovesse uma intervenção federal na prefeitura de Santo André". Segundo Gabrilli, o presidente estava acompanhado de dona Marisa e três assessores, e ela com sua assistente. Lula teria pedido para um assessor anotar alguns pontos e disse que *"iria tomar providências a respeito"*. Mara Gabrilli afirmou que *"nada foi feito"*.

Cabe ainda registrar o caso da contratação ilegal da Televisão dos Trabalhadores-TVT pela prefeitura petista de São José dos Campos, conforme denunciado nessa comissão pelo ex-militante petista, Paulo de Tarso Venceslau. Entre os sócios da TVT figuram o presidente Lula, o deputado cassado, José Dirceu, o doador universal, Paulo Okamoto, e o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Segundo Paulo de Tarso informou a esta comissão o contrato com a TVT era informal e teria sido sub-rogado pela empresa de publicidade Contexto, contratada na gestão da prefeita Ângela Guadagnin, que recentemente ficou conhecida como a dançarina da pizza.

Paulo de Tarso ainda contou que o senhor Okamoto teria levado a Contexto e a TVT para São José dos Campos. Os contratos da Contexto com a TVT eram verbais, segundo registros de Relatório de sindicância instaurada pelo PT para apurar as denúncias de Paulo de Tarso.

Ressalta-se que, além do PT inocentar todos os dirigentes denunciados por Paulo de Tarso, o diretório do partido decidiu por expulsar o denunciante do esquema de corrupção. Tudo isso sob o aval de Lula, numa clara demonstração de sua efetiva participação.

Diante de todo o exposto, mesmo que se admitisse, numa estreiteza de raciocínio destinada exclusivamente a beneficiar o Presidente, na base do *"in dubio pro reu"*, que S.Exa. não conhecia os fatos anteriormente, ainda que quiséssemos crer que naquele momento não havia todo esse sistema de corrupção associada a integrantes do governo e da cúpula do Partido dos Trabalhadores, ainda assim, é indubitável afirmar que o atual Presidente tomou conhecimento de fatos gravíssimos relacionados a pessoas de seu íntimo círculo pessoal ou partidário.

Por seu turno, este Relatório demonstrou à exaustão a ocorrência de desvio de dinheiro, corrupção, lavagem de dinheiro, improbidade administrativa, falsidade ideológica e, até mesmo, formação de quadrilha com fins políticos. Não cabe mais negar a existência de irregularidades nos casos

aqui apurados, não só devido aos depoimentos que confirmam os fatos, como as provas documentais irrefutáveis.

Ora, mesmo que de forma inusitada se suponha que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, tanto como Presidente do Partido dos Trabalhadores, bem como candidato à Presidência da República e posterior mandatário supremo da nação pelo mesmo partido, não soubesse o que seus auxiliares diretos faziam para dar-lhe condições de chegar ao cargo máximo do País, essa condição, em si já constitui fato muito grave, pois não se espera do presidente da nação este tipo de conduta.

Por seu turno, o Presidente, tanto no poder como antes de se ocupar o cargo de mandatário da nação, demonstrou uma desídia, uma tamanha ausência de tenacidade dada a gravidade dos fatos que sua atitude sequer pode ser tomada como qualquer providência. Foi inerte.

Tratava-se de fatos gravíssimos! E mais, fatos estes praticados por altas autoridades da República, bem como pessoas próximas. Ações gravíssimas, que envolviam até mesmo assassinatos.

Ou seja, fatos que atentavam contra os pilares da democracia, violando, de forma indelével, toda a ordem jurídica do país e da própria essência da Constituição Federal. Enfatize-se, portanto, que não se tratava de fatos corriqueiros sobre o funcionamento da Administração política do Brasil. Não se trata de saber se um funcionário de terceiro ou quarto escalão está cometendo algum crime contra a administração pública, situação que tem suas instâncias de acompanhamento e fiscalização apropriadas.

Trata-se do Presidente ter conhecimento de fatos gravíssimos que estariam ligados, até mesmo, à própria essência de seu governo. Não existe governo em uma democracia que não tenha como um de seus mais importantes elementos a busca da ética e da moralidade. Tais virtudes devem acompanhar o mandatário mesmo antes de ser alçado ao seu cargo.

A responsabilidade maior do Presidente da República é garantir o que está previsto no art. 1º da Constituição Federal, qual seja, o Estado Democrático de Direito. Os fatos levantados atingem o âmago do funcionamento das instituições políticas de nosso país. Destarte, contribuiu para toda a teia de crimes apurados nesta comissão. Por sua vez, o Presidente Lula não exerceu as prerrogativas de seu cargo, função delegada pelo povo, aceitando implicitamente a corrosão das instituições basilares da democracia, atentando contra o próprio Estado.

Como um ausente de seu próprio governo, comandante de uma nau à deriva, na versão dada pelas pessoas próximas e de seu próprio gabinete, Lula desconsiderou todo o ordenamento jurídico do país. Violou frontalmente o compromisso de seu juramento feito ao Congresso Nacional no dia de sua posse, in verbis:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência"

Esse compromisso representa a essência do pacto social que se inaugura quando um governante recebe um mandato popular. É bem mais que um

evento protocolar, que uma formalidade revestida de pompa institucional. É um solene juramento de cumprir as regras do jogo, de manter nos trilhos a Nação que lhe é confiada a dirigir. É comprometer-se a uma gestão séria no caminho dos progressos prometidos, sob as regras criadas pelo processo democrático. É o encargo de evitar que descalabros como os analisados neste Relatório possam ocorrer. Mas o Presidente não honrou seu juramento, menosprezando a importância de seu cargo e toda a sociedade brasileira.

Muitas das oitivas feitas demonstram à exaustão que não se buscou investigar por parte das autoridades públicas, com a conivência dos membros do atual governo, nada em relação aos fatos aqui analisados. Simplesmente buscava-se um desmentido anterior e fora de contexto para desacreditar qualquer fato. O governo federal chegou ao ponto de tentar desmoralizar algumas testemunhas com base em pressão pessoal e outros métodos ilícitos, como o que se registrou em relação ao episódio do caseiro Francenildo.

Mas o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva acomoda-se em meros desmentidos à imprensa, repousando sua consciência num disse-me-disse relativo a denúncias. Preferiu fechar os olhos, preferiu deixar as coisas como estavam.

Portanto, ficou comprovado o desinteresse e a ausência completa de iniciativa no sentido de buscar preservar a probidade, por mais confiança que o Presidente Lula tivesse em seu ministro bem como em amigos e subordinados.

É absolutamente lamentável e revoltante a postura de irresponsabilidade do mandatário maior da Nação, chegando a envergonhar o povo brasileira, que necessita ser informada de todos os abusos praticados pelo Presidente da República.

Neste momento, em que se chega ao fim dos trabalhos desta CPI, fica a constatação de que houve, sim, graves irregularidades no âmbito do governo Lula com o propósito de garantir o grande projeto de poder do Partido dos Trabalhadores.

Diante de todo exposto, é necessário que o Ministério Público dê continuidade às investigações sobre a participação ou omissão do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que os fatos até então investigados revelam indícios comprometedores do seu envolvimento.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Paulo Sérgio", with a long, sweeping horizontal stroke extending to the left.

15. QUALIFICAÇÃO DE CONDUTAS

O extenso trabalho de investigação exposto neste Relatório forneceu a esta CPI elementos suficientes para concluir pela existência de indícios que permitem qualificar as condutas de pessoas físicas e jurídicas citadas, nos seguintes termos:

15.1. CASO LOTERJ:

WALDOMIRO DINIZ DA SILVA – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), 312, §1º (peculato) e 333, parágrafo único (corrupção ativa), todos do Código Penal; nos arts. 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crime contra o procedimento licitatório); e nos arts. 9º, incisos I e V, 10, incisos VII, VIII e XII, e 11, incisos I, II e VII, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha) e 317, §1º (corrupção passiva), todos do Código Penal; nos arts. 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crime contra o procedimento licitatório); e no art. 10, inciso XII, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), 312, § 1º (peculato) e 317 (corrupção passiva), todos do Código Penal; e nos arts. 9º, inciso I, 10, inciso XII, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

MÁRCIA ALZIRA LOPES DE PAULA – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha) e 312, § 1º (peculato), todos do Código Penal; e nos arts. 10,

inciso XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

ANA CRISTINA MORAES MOREIRA SENNA – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha) e 312, § 1º (peculato), combinados com o art. 29, todos do Código Penal; e nos arts. 10, inciso XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

AMARO SÉRGIO SANTOS RIOS – incurso no art. 288 (formação de quadrilha), combinado com o art. 29, todos do Código Penal; e nos arts. 10, inciso XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

ANDRÉ PESSOA LARANJEIRA CALDAS – incurso nos arts. 299 (falsidade ideológica) e 288 (formação de quadrilha), todos do Código Penal; e no art. 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

RIVÂNGELA FRANÇA BARROS – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), 299 (falsidade ideológica), 312, § 1º (peculato), combinados com o art. 29, todos do Código Penal; e no art. 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JOÃO DOMINGOS FILHO – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha) e 312, §1º (peculato), todos do Código Penal; e no art. 10, inciso XII, combinado com o art. 3º, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JORGE GERALDO DA VEIGA VIEIRA – incurso no art. 288 (formação de quadrilha), combinado com o art. 29, todos do Código Penal; nos arts. 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crime contra o procedimento licitatório); e nos arts. 10,

incisos IX e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JOSÉ CARLOS COSTA SIMONIM – incurso no art. 288 (formação de quadrilha), combinado com o art. 29, todos do Código Penal; nos arts. 90 e 92 da Lei nº 8.666/93 (crime contra o procedimento licitatório); e nos arts. 10, incisos VIII e XII, e 11, incisos I e II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JOSÉ LUIZ QUINTÃES – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), combinado com o art. 29, e 299 (falsidade ideológica), todos do Código Penal; e nos arts. 10, inciso XII, e 11, inciso II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JOSÉ RENATO GRANADO FERREIRA – incurso no art. 288 (formação de quadrilha), combinado com o art. 29, todos do Código Penal;

LUIZ CARLOS SANTOS DE SOUZA – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha) e 333, parágrafo único (corrupção ativa), todos do Código Penal; e no art. 10, inciso XII, combinado com o art. 3º, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

KÁTIA ROGNONI – incursa nos arts. 288 (formação de quadrilha), combinado com o art. 29, e 299 (falsidade ideológica), todos do Código Penal; e no art. 11, inciso II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

LEONARDO BARRETO NIGROMONTE – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), combinado com o art. 29, e 299 (falsidade ideológica), todos do Código Penal; e no art. 11, inciso II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JOSÉ CARLOS DA SILVA RUIVO – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), combinado com o art. 29, e 299 (falsidade ideológica), todos do Código Penal; e no art. 11, inciso II, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JOSÉ ÂNGELO BEGHINI – incurso no art. 288 (formação de quadrilha), combinado com o art. 29, do Código Penal;

LENINE ARAÚJO DE SOUZA – incurso no art. 288 (formação de quadrilha), combinado com o art. 29, do Código Penal.

15.2. CASO MÁFIA DO LIXO:

ANTONIO PALOCCI FILHO – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), 299 (falsidade ideológica) e 312 (peculato) do Código Penal, e no art. 1º, inciso V (lavagem de dinheiro), da Lei nº 9.613, de 1998, e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

GILBERTO SIDNEI MAGGIONI – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), 299 (falsidade ideológica) e 312 (peculato) do Código Penal, e no art. 1º, inciso V (lavagem de dinheiro), da Lei nº 9.613, de 1998; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

NELSON COLELA FILHO – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), 299 (falsidade ideológica) e 312 (peculato) do Código Penal; no art. 1º, inciso V (lavagem de dinheiro), da Lei nº 9.613, de 1998; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

ISABEL FATIMA BORDINI – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), 299 (falsidade ideológica) e 312 (peculato) do Código Penal; no

art. 1º, inciso V (lavagem de dinheiro), da Lei nº 9.613, de 1998; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

LUCIANA MUSCELLI ALECRIM – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), 299 (falsidade ideológica) e 312 (peculato) do Código Penal; no art. 1º, inciso V (lavagem de dinheiro), da Lei nº 9.613, de 1998; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

FERNANDO DE MORAIS FISCHER – incurso nos arts. 299 (falsidade ideológica) e 312 (peculato) do Código Penal; no art. 1º, inciso V (lavagem de dinheiro), da Lei nº 9.613, de 1998; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

LUIZ CLAUDIO FERREIRA LEÃO – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha) e 312 (peculato) do Código Penal; no art. 1º, inciso V (lavagem de dinheiro), da Lei nº 9.613, de 1998; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

MARCELO FRANZINE – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha) e 312 (peculato) do Código Penal; no art. 1º, inciso V (lavagem de dinheiro), da Lei nº 9.613, de 1998; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

DONIZETI DE CARVALHO ROSA – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha) e 312 (peculato) do Código Penal; no art. 1º, inciso V (lavagem de dinheiro), da Lei nº 9.613, de 1998; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

ROGÉRIO TADEU BURATTI – incurso nos arts. 288 (formação de quadrilha), 299 (falsidade ideológica) e 312 (peculato) do Código Penal; no

art. 1º, inciso V (lavagem de dinheiro), da Lei nº 9.613, de 1998; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

15.3. CASO CELSO DANIEL:

KLINGER LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA – incurso nos arts. 316 (concussão) e 288 (formação de quadrilha) do Código Penal; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

SERGIO GOMES DA SILVA – incurso nos arts. 121 (homicídio) e 316 (concussão), combinados com o art. 29, e 288 (formação de quadrilha), todos do Código Penal; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa); e no art. 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária);

RONAN MARIA PINTO – incurso nos arts. 316 (concussão), combinado com o art. 29, e 288 (formação de quadrilha) do Código Penal; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, combinados com o art. 3º, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa); e no art. 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária);

HUMBERTO TARCISIO DE CASTRO – incurso nos arts. 316 (concussão), combinado com o art. 29, e 288 (formação de quadrilha) do Código Penal; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, combinados com o art. 3º, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

IRINEU MARCOLINO BIANCO – incurso nos arts. 316 (concussão), combinado com o art. 29, e 288 (formação de quadrilha) do Código Penal; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, combinados com o art. 3º, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

LUIZ MARCONDES FREITAS JUNIOR – incurso nos arts. 316 (concussão), combinado com o art. 29, e 288 (formação de quadrilha) do Código Penal; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, combinados com o art. 3º, todos da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

FERNANDO ULBRICH – incurso no art. 316 (concussão) do Código Penal; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

DONIZETE BRAGA – incurso no art. 317 (corrupção passiva) do Código Penal; e nos arts. 9º, I, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

IVONE DE SANTANA – incurso no art. 317 (corrupção passiva) do Código Penal.

MICHEL MINDRISZ – incurso no art. 317 (corrupção passiva) do Código Penal.

GILBERTO CARVALHO – incurso no art. 316 (concussão), combinado com o art. 29, do Código Penal; e no art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa);

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA SILVA – incurso no art. 316 (concussão), combinado com o art. 29, do Código Penal; e no art. 11, inciso I, combinado com o art. 3º, da Lei nº 8.429/92 (improbidade administrativa).

15.4. ADENDO AO CASO GTECH:

FÁBIO RODRIGUES ROLIM – incurso no art. 1º, § 1º, inciso II, combinado com o art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de

dinheiro); e nos arts. 1º, inciso II, e 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária);

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – incurso no art. 12 da Lei nº 9.613/98.

15.5. FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS POLÍTICAS:

RUI MANUEL MENDES FRANCISCO – incurso no art. 1º, § 1º, inciso II, combinado com o art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro); e nos arts. 1º, inciso II, e 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária);

ARTUR JOSÉ VALENTE DE OLIVEIRA CAIO – incurso no art. 1º, § 1º, inciso II, combinado com o art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro); e nos arts. 1º, inciso II, e 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária);

JOSÉ PAULO TEIXEIRA CRUZ FIGUEIREDO – incurso no art. 1º, § 1º, inciso II, combinado com o art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro); e nos arts. 1º, inciso II, e 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária);

PAULO TARCISO OKAMOTTO – incurso no art. 1º, § 1º, inciso II, combinado com o art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro); e nos arts. 1º, inciso II, e 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária).

16. ENCAMINHAMENTOS

Esta CPI decide pelos seguintes encaminhamentos.

- a) encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Ministério Público Federal e ao Departamento de Polícia Federal, para que, dentro de suas esferas de competência, promovam as ações penais que se julgarem necessárias, bem como aprofundem as investigações, especialmente sobre:
 - a.1) os casos tratados nos itens 11.1, 11.2 e 11.3 deste Relatório, envolvendo os nomes de Paulo Okamoto, de Roberto Teixeira e as instituições ali citadas;
 - a.2) o processo de renovação do contrato entre a Gtech e a CEF, ocorrido no primeiro semestre de 2003, especialmente no tocante à participação de Fábio Rodrigues Rolim e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (item 12.2 deste Relatório);
 - a.3) em cooperação com a Interpol, os negócios dos empresários Artur José Valente de Oliveira Caio, José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo e Rui Manuel Mendes Francisco e suas possíveis ligações com as organizações internacionais sob investigação (item 6.3. deste Relatório);
 - a.4) as movimentações financeiras incompatíveis com o patrimônio realizadas pela empresa Red Star e Paulo Tarciso Okamoto, com base no Relatório nº 5.490 do COAF, efetuado pelo Banco Bradesco S.A. (item 6.3. deste Relatório);
 - a.5) a relação entre o assassinato do prefeito Celso Daniel e o Comendador Arcanjo, conforme os depoimentos de Zildete Leite dos Reis e de Joacir das Neves, assunto tratado no itens 6.3. e 10 deste Relatório;
 - a.6) o possível envolvimento do senhor Luiz Inácio Lula da Silva nos crimes levantados neste relatório, entre os quais: o empréstimo quitado pelo senhor

Paulo Okamoto; as denúncias oferecidas pelo senhor Paulo de Tarso atinentes ao caso CPEM e Teve dos Trabalhadores e o esquema de corrupção na prefeitura de Santo André, uma vez que existem indícios comprometedores de sua participação;

b) encaminhar o presente Relatório e seus anexos à Polícia Civil do Rio de Janeiro/RJ para que aprofunde as investigações sobre a participação de José Renato Granado e de Alejandro Ortiz e de seus familiares no esquema tratado no item 7.1. deste Relatório;

c) encaminhar o presente Relatório e seus anexos à Polícia Civil de Ribeirão Preto/SP para que aprofunde as investigações sobre a participação de Fernando de Moraes Fischer, Luiz Claudio Ferreira Leão, Marcelo Franzine e de Donizeti de Carvalho Rosa no esquema tratado no item 8 deste Relatório;

d) encaminhar o presente Relatório e seus anexos à Polícia Civil de Campinas/SP, para que aprofunde as investigações sobre o assassinato do prefeito Antônio da Costa Santos, o "Toninho do PT", tratado no item 9 deste Relatório;

e) encaminhar o presente Relatório e seus anexos à Polícia Civil de Santo André/SP, para que aprofunde as investigações sobre a relação entre o assassinato do prefeito Celso Daniel e o Comendador Arcanjo, conforme os depoimentos de Zildete Leite dos Reis e de Joacir das Neves, assunto tratado no itens 6.3. e 10 deste Relatório;

f) encaminhar o presente Relatório e seus anexos à Secretaria de Receita Federal e à Secretaria da Receita Previdenciária, para que proceda à abertura de procedimentos e ações fiscais a fim de investigar e punir, administrativa e criminalmente, as pessoas físicas e jurídicas supracitadas, especialmente Artur José Valente de Oliveira Caio, José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo, Rui Manuel Mendes Francisco, Roberto Carlos da Silva Kurzweil, Red Star Ltda.

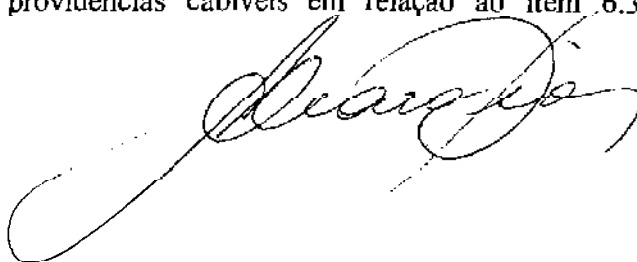
e Paulo Tarciso Okamoto, bem como seus sócios e principais fontes e destinatários de recursos (item 6.3. deste Relatório);

g) encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho, para que proceda à abertura de procedimentos e ações fiscais a fim de investigar e punir, administrativa e criminalmente, as pessoas físicas e jurídicas supracitadas;

h) encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Banco Central do Brasil, para que determine ao sistema financeiro nacional acompanhar e informar sobre a realização de operações financeiras suspeitas feitas pelas pessoas físicas e jurídicas supracitadas, e proceda à decorrente e devida comunicação dos fatos à Secretaria de Receita Federal e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF);

i) encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Tribunal de Contas da União, para as providências cabíveis em relação ao item 12 deste Relatório (adendo ao caso Gtech);

j) encaminhar o presente Relatório e seus anexos ao Tribunal Superior Eleitoral, para as providências cabíveis em relação ao item 6.3. deste Relatório;



17. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Com base nas justificações expostas no item 13 deste Relatório, esta CPI apresenta as seguintes proposições legislativas:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2006

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 581.

.....

XXV – nega ou indefere requerimento de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória. (NR)”

“Art. 588.

§ 1º.....

§ 2º Não será aberta vista ao réu no caso de recurso contra decisão que indeferiu ou negou busca e apreensão ou interceptação telefônica, devendo ser imediatamente concluso ao juiz. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2006

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços em geral, deverá ser adotada a licitação na modalidade pregão eletrônico, que será regida por esta Lei.

§ 1º Nas licitações cujos objetos demandem uma análise detida de aspectos técnicos, notadamente quando se tratem de certames dos tipos ‘melhor técnica’ e ‘técnica e preço’, poderá ser realizado processo licitatório nas modalidades concorrência ou tomada de preços, conforme previsto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultada a utilização do pregão eletrônico no concernente às propostas de preços.

§ 2º Nas hipóteses em que, por razões técnicas, mostrar-se inviável a utilização do pregão eletrônico e caso seu adiamento represente ônus para a Administração, poderá ser realizada licitação em outras modalidades, mediante despacho fundamentado, cuja cópia deverá instruir notificação ao Tribunal de Contas, a ser apresentada

pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes do recebimento das propostas. (NR)''

Art. 2º A Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, passa a vigor acrescida do seguinte art. 4º-A:

“**Art. 4º-A.** Nos casos de comprovada urgência, poderá a entidade licitante, mediante decisão de sua maior autoridade, abrir processo de pregão eletrônico de urgência, que deverá ser concluído no prazo de 48 horas, atendendo às seguintes diretrizes:

I - Será dispensada a publicação prévia do edital no Diário Oficial impresso, o mesmo não se aplicando ao extrato do contrato após a adjudicação. Será entretanto imprescindível a disponibilização integral do edital no endereço eletrônico da entidade licitante ou de sua delegatária para tais fins;

II - Todos os licitantes cadastrados como fornecedores do gênero de bens ou serviços a serem licitados deverão ser comunicados por correio eletrônico ou *fac-símile* em prazo não superior a duas horas da divulgação do edital no endereço eletrônico autorizado e não inferior a vinte e duas horas do encerramento da recepção de ofertas;

III - Os eventuais recursos serão alegados e decididos de plano pelo pregoeiro, não tendo em qualquer hipótese caráter suspensivo.

IV - A utilização indiscriminada do pregão de urgência sujeitará a autoridade responsável por sua autorização às penas previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, por improbidade administrativa, bem como, se cabível, à hipótese do § 2º do art. 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.”

Art. 3º O § 3º do art. 22 e o inciso IV do art. 24, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 22.**

§ 3º Convite é a modalidade de licitação, que poderá ser utilizada na hipótese do § 2º do art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

..... (NR)"

"Art. 24.

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que deva ser necessariamente sanada em menos de 48 horas, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

..... (NR)"

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

VOTO EM SEPARADO

Sobre o Relatório Final da CPI dos Bingos, apresentado pelo Senador Garibaldi Alves Filho, no que diz respeito à apresentação de projeto de lei que regulamenta a exploração do jogo de bingo no País.

I – RELATÓRIO

No Relatório Final dos trabalhos da CPI dos Bingos, o Senador Garibaldi Alves Filho sugere, entre outras medidas, a apresentação de projeto de lei regulamentando a exploração do jogo de bingo no País.

II – ANÁLISE

II.1- Da CPI:

A CPI dos Bingos foi instalada mediante requerimento de nossa iniciativa, subscrito por vinte e três senadores, com o objetivo de investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Embora os depoimentos colhidos por esta CPI, em sua maioria, não estivessem relacionados ao fato determinado que motivou sua criação, os depoentes que abordaram o tema deixaram evidente que os estabelecimentos de bingos são fartamente utilizados pelo crime organizado. Os Procuradores da República Ronaldo Meira de Vasconcelos, José Pedro Taques, Celso Três e Roberto Santos Ferreira, profissionais que militam diariamente na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais, nos termos do art. 127,⁵⁰⁰⁰ da

Constituição, relataram a esta CPI as inúmeras irregularidades detectadas nas casas de bingo, bem como a associação dessas casas com o crime organizado.

Além disso, há uma grande quantidade de material enviado a esta Comissão, especialmente denúncias do Ministério Público, que evidenciam essa lamentável associação do crime organizado com o jogo, inclusive o bingo.

II.2 - Disposições Constitucionais e Legislativas:

Nos termos dos incisos I e XX do art. 22 da Constituição Federal (CF), compete privativamente à União legislar sobre direito penal e sobre sistemas de consórcios e sorteios.

O Supremo Tribunal Federal (STF), julgando Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) de leis estaduais que criavam loterias, decidiu pela inconstitucionalidade dessas leis, tendo em vista a competência privativa da União para legislar sobre "sorteios" estatuida no referido inciso XX do art. 22 da CF, que abrange "loterias" e "bingos", de acordo com o entendimento da maioria dos Ministros daquela Corte de Justiça.

Portanto, somente a União é competente para legislar sobre loterias e bingos, bem como sobre direito penal.

O Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (LCP), estabelece, no *caput* do art. 50, que é contravenção estabelecer ou explorar jogo de azar ^{em} ~~em~~ lugar público ou acessível ao público.

Já o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, determina, em seu art. 1º, que a exploração de loteria constitui serviço público exclusivo da

União, vedando a criação de loterias estaduais e autorizando, apenas, a manutenção das loterias estaduais existentes à época da entrada em vigor daquele diploma legal e, ainda assim, limitadas as emissões às quantidades de bilhetes e séries em vigor naquela oportunidade.

A lei federal, durante algum tempo, excepcionou a ilicitude da exploração do jogo de bingo.

A Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico), autorizou as entidades de direção e de prática desportiva a explorar o jogo de bingo.

A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), revogou a Lei Zico e também permitiu a exploração de jogos de bingo, em todo o território nacional, por entidades de administração e prática desportiva, diretamente ou através de empresa comercial, mediante credenciamento junto à União.

A Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000 (Lei Maguito), revogou, a partir de 31 de dezembro de 2001, os artigos da Lei Pelé que permitiam a exploração do bingo, determinando, porém, que fossem respeitadas as autorizações que estivessem em vigor até a data de sua expiração. As últimas autorizações tiveram seu prazo expirado no final de 2002.

Portanto, a legislação federal autorizou a exploração do jogo de bingo de 1993 a 2001. Desde então, tendo em vista a revogação das leis especiais que autorizavam o exercício dessa atividade, sua exploração voltou a constituir contravenção penal, nos termos do artigo 50 da Lei das Contravenções Penais.

A despeito da legislação federal citada, que estabelece que a exploração de loteria constitui serviço público exclusivo da União, e que veda, desde

1967, a criação de novas loterias estaduais – autorizando, apenas, a manutenção das loterias estaduais existentes em 1967, limitadas as emissões às quantidades de bilhetes e séries em vigor naquela oportunidade –, bem como da lei penal, que tipifica a exploração de loterias sem autorização legal como contravenção penal, a maior parte dos Estados da Federação criou loterias estaduais e regulamentou a sua exploração. Quanto aos jogos de azar, inclusive o jogo de bingo, esses Estados também legislaram sobre a matéria, enquadrando a exploração desses jogos como modalidade lotérica.

Para respaldar essa exploração, basearam-se em pareceres de renomados juristas, cujo entendimento é de que a loteria é um serviço público comum à União e aos Estados. A tese por eles defendida é de que a Constituição não atribui à União competência privativa para legislar nem para explorar esse serviço público, o que implica, tendo em vista a competência residual estabelecida pelo § 1º do artigo 25 da Constituição, que os Estados podem legislar livremente a respeito.

Essa tese ficou prejudicada com a mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal de que a competência para legislar sobre loterias é privativa da União. O Superior Tribunal de Justiça também tem decidido no mesmo sentido.

A legislação vigente proíbe, portanto, a exploração do jogo de bingo. As casas de bingo que se encontram em funcionamento estão respaldadas em liminares concedidas pela Justiça.

De uma forma geral, os seguintes crimes estão normalmente relacionados à exploração dos jogos de bingo:

- a) crimes contra a ordem tributária: condutas elencadas no art. 1º da Lei nº 8.137, de 1990; arrecadação da venda das cartelas ou nas máquinas de videobingo (MEPs); tributação do valor do prêmio pago ao vencedor;
- b) crime de contrabando (art. 334 do Código Penal): importação das máquinas de exploração do jogo de azar;
- c) crime de lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998): pagamento de prêmios; investimento nos próprios estabelecimentos;
- d) crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal): pagamento de salários "por fora" aos empregados;
- e) crimes contra a organização do trabalho (arts. 197 a 207 do Código Penal) e permanência irregular de estrangeiros (Lei nº 6.815, de 1980).

II.3 - Do Relatório:

Embora seja epigrafado pelo relator, em seu relatório preliminar, quanto à legislação internacional e do mercado de jogos na América tendência mundial de legalização dos jogos de azar, há que se levar em conta a vocação natural do Brasil que, dado as peculiaridades de um País de plataforma continental, com vocação para o turismo - pelas belezas naturais, e inegável gosto pelo esporte - e não para jogatina, com fronteiras abertas a quase todos os países da América do Sul, que é visado como entreposto para tráfico de diversos males, como droga, armas, e ainda vidas humanas e todo tipo de contrabandos combatidos em todo mundo, não pode se dar ao luxo de legalizar o bingo.

Com um país de mais de cento e oitenta milhões de brasileiros, a legalização arrecadaria valores altos. Se a legalização gerasse fiscalização garantida não teríamos que investigar o "Caso Getech", com processo licitatório direcionado, e que se deu debaixo da competência de uma das instituições mais respeitadas do País, a Caixa Econômica Federal. De que adianta arrecadar tributos, gerar empregos, proporcionar diversão às custas e

em detrimento da permissividade, da evasão de divisas, da exploração sexual, da lavagem de dinheiro oriundo de drogas, armas, corrupção, sonegação e coisas do gênero, colocando-o sob o manto da legalidade cujo risco é alto demais para experiências.

Os atos que permeiam a CPI devem ser respaldados por lei sob pena de serem anulados. É o caso dos fatos e investigações que fugiram ao fato determinado que motivou a criação dessa CPI e que, por esta razão, de nada adiantará encaminhar pedidos de indiciamento ao Judiciário. Antes, devemos remeter ao Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais, Polícia Federal e Polícias Estaduais todo o material colhido pela CPI, confiando na capacidade, competência e respaldo legal que estes possuem e que a CPI não os tem. A sociedade está esperando, e cobrando uma resposta para esses casos, porém a efetiva punição dos culpados cabe ao Judiciário, em quem tenho plena e total confiança.

Não posso deixar de aplaudir a retirada do jogo de azar da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941) para realocá-lo no Código Penal, que onde deve estar o jogo: um crime! Bem como a inclusão da nova figura típica no rol dos crimes antecedentes de lavagem de dinheiro (Lei 9.613, de 3 de março de 1998).

Infelizmente, várias liminares têm sido concedidas pelo Poder Judiciário, assegurando o funcionamento de casas de bingo.

Levantamento da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado durante a CPI dos Bingos constatou uma grande resistência à legalização desse tipo de jogo. Apenas 19,3% dos entrevistados declararam-se a favor da legalização das casas de bingo e das máquinas caça-níqueis. Se o jogo fosse legalizado, apenas 15,2% disseram que freqüentariam os locais de

aposta. Disseram-se indiferentes à legalização 30% dos entrevistados e 48,2% foram contra a idéia.

É preciso proibir, definitivamente, a exploração desses jogos, que tantos males têm trazido à sociedade. Neste sentido, tramitam no Senado três projetos, um deles de minha autoria, PLS 121, de 2004, proibindo terminantemente a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como de máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas conhecidas como caça-níqueis, independentemente dos nomes fantasia.

Não vemos, portanto, como possa esta CPI concluir seus trabalhos com a apresentação de projeto de lei regulamentando a atividade. Tal conclusão contraria tudo o que já se sabia sobre o jogo de bingo, confirmado ao longo dos trabalhos desta Comissão, incluindo pesquisa de opinião pública.

Antes, deve-se proibir, em todo o território nacional, a exploração de quaisquer modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas conhecidas como “caça-níqueis”, implicando inclusive na retirada da natureza de serviço público conferida à exploração dos jogos de bingo.

Precisamos legislar possibilitando anular todas as licenças, permissões, concessões ou autorizações para a exploração dos jogos de azar, direta ou indiretamente expedidas pela Caixa Econômica Federal, por autoridades estaduais, do Distrito Federal, ou municipais, e permitir a Caixa Econômica Federal proceder à rescisão unilateral e imediata dos contratos vigentes ou revogar os atos autorizativos do funcionamento dos respectivos estabelecimentos de exploração dos jogos de bingo e máquinas “caça-níqueis”.

III – VOTO

Por todo o exposto, manifestamo-nos pela rejeição do relatório final apresentado pelo relator, tendo em vista a apresentação de proposta que regulamenta, por lei, o jogo de bingo no país. Portanto, nos posicionamos pela aprovação deste voto em separado com os encaminhamentos que apresenta, com a exclusão dos fatos não relacionados ao fato determinado que motivou a criação da CPI, e pela recepção do PLS 121, de 2002, de minha autoria, como proposição da CPI.

IV – ENCAMINHAMENTOS

1) Encaminhe-se às autoridades competentes (Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais, Polícia Federal, Polícias Estaduais) todo o material colhido pela CPI, inclusive o que se refere aos episódios não relacionados ao fato determinado estabelecido pelo requerimento 245 de 2004 que deu ensejo a criação desta comissão, tais como: Caso G-Tech, Loterj, Máfia do Lixo, Caso Toninho de Campinas, Caso Celso Daniel, Tráfico de Influência (Serpro, Cofix, Banco Prosper), Dólarcs de Cuba, Corrupção nas Prefeituras do Interior (CEPEM, Paulo Okamoto, Roberto Teixeira), Caso Francenildo. E o material apurado de todos os empresários citados em envolvimento ilícitos como os angolanos José Paulo Teixeira Cruz de Figueiredo, Artur José Valente de Oliveira Caio, José Mario Roberto Ventura, e os Senhores Roberto Carlos da Silva Kuzweil, Ademirson Ariovaldo Silva. Recomenda-se ainda que a apuração de eventuais irregularidades seja conduzida com o máximo rigor, profundidade e celeridade, dada a gravidade das mesmas.

2) Encaminhe-se ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal ~~des~~ Justiça, aos Tribunais de Justiça Estaduais, assim como às instâncias da Justiça Federal, recomendação deste Parlamento pelo fechamento de todas as Casas de Bingo e reconsideração das atuais liminares que permitem o seu funcionamento.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2004

Proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas conhecidas como "caça-níqueis", independentemente dos nomes de fantasia, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica proibida, em todo o território nacional, a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas conhecidas como "caça-níqueis".

Parágrafo único. A vedação de que trata o *caput* deste artigo implica a retirada da natureza de serviço público anteriormente conferida à exploração dos jogos de bingo.

Art. 2º Ficam anuladas todas as licenças, permissões, concessões ou autorizações para a exploração dos jogos de azar de que trata esta Lei, direta ou indiretamente expedidas pela Caixa Econômica Federal, por autoridades estaduais, do Distrito Federal, ou municipais.

Art. 3º A Caixa Econômica Federal deverá proceder à rescisão unilateral e imediata dos contratos vigentes ou revogar os atos autorizativos do funcionamento dos respectivos estabelecimentos de exploração dos jogos de bingo e máquinas “caça-níqueis”.

Art. 4º A prática de ato proibido nos termos do art. 1º sujeita o infrator a multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo da aplicação de medidas penais cabíveis.

Art. 5º A aplicação da penalidade administrativa de que trata o art. 4º desta Lei será imposta pelo Ministério da Fazenda, após a lavratura de auto de infração.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda deverá remeter cópia do auto de infração a que se refere o *caput* deste artigo ao Departamento de Polícia Federal, para adoção das medidas de sua competência.

Art. 6º A omissão na aplicação das disposições desta Lei sujeita o agente público que lhe der causa às penalidades de demissão ou de despedida por justa causa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000; o art. 59 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e o art. 17 da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal acaba de rejeitar a Medida Provisória nº 168, de 2004, por falta de atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência para justificar a sua edição.

A presente proposição tem por finalidade reapresentar a matéria a esta Casa, sob a forma de projeto de lei.

Cabe observar que a norma do art. 67 da Constituição – segundo o qual a matéria rejeitada somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional – não se aplica neste caso, tendo em vista que o mérito da Medida Provisória não foi analisado pelo Senado, que a rejeitou por falta de atendimento dos pressupostos de relevância e urgência.

Desde que a Lei Zico (Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993) passou a autorizar a exploração dos jogos de bingo, essa atividade sempre esteve fortemente associada a ilícitos penais, tais como sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, entre outros.

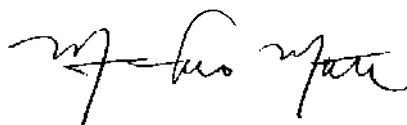
Um outro resultado negativo da autorização da exploração dessa atividade e dos jogos "caça-níqueis" é o significativo aumento do número de jogadores compulsivos no Brasil, propensos a condutas irresponsáveis, comprometendo, para financiar o vício, não só seu patrimônio pessoal mas também o de seus familiares. Em casos extremos, o jogo compulsivo tem resultado na tentativa de suicídio por parte de seus praticantes.

A despeito de tentativas anteriores de proibir essa modalidade de jogo, o que se verifica é que a sucessão de normas regulando a matéria resultou em insegurança jurídica no que diz respeito à legalidade de sua exploração.

Várias liminares têm sido concedidas pelo Poder Judiciário, assegurando o funcionamento de casas de bingo.

É preciso proibir, definitivamente, a exploração desses jogos, que tantos males têm trazido à sociedade, motivo pelo qual contamos com os ilustres Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,



Senador MAGNO MALTA



EDIÇÃO DE HOJE: 530 PÁGINAS